

RIO BRANCO,
A AMÉRICA DO SUL E A
MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

CARLOS HENRIQUE CARDIM
JOÃO ALMINO
ORGANIZADORES

RIO BRANCO,
A AMÉRICA DO SUL E A
MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
PREFÁCIO

Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário
da Posse do Barão do Rio Branco como
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG
Instituto Rio Branco – IRBr
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI
EMC Edições – EMC – Empresa de Marketing Cultural
Brasília, 2002

COPYRIGHT © 2002 BY OS AUTORES

Estes textos foram produzidos originalmente para o seminário
“Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”,
realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2002,
no Instituto Rio Branco, em Brasília, DF.

ORGANIZADORES

Carlos Henrique Cardim

João Almino

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Julio Heilbron

Gilberta Mendes

PROJETO GRÁFICO

Aline Carneiro

TRADUTOR

Embaixador Sérgio Bath (tradução dos textos escritos pelo Presidente Julio Sanguinetti,
pelo Professor Daniel Larriqueta e pelo Professor Steven C. Topik)

CAPA

Projeto de João Batista Cruz

Óleo sobre tela de Cadmo Fausto de Souza

Retrato do Barão do Rio Branco, 1942

Óleo sobre tela, 175 x 108cm

Coleção Museu da República

Rio de Janeiro

FOTOGRAFIA

Ariel Costa - Faquini Produção

EDITOR EXECUTIVO

Secretário Edelcio Ansarah

REVISÃO DO TEXTO

Maria Helena Torres

R585 Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil
Organizadores Carlos Henrique Cardim, João Almino;
prefácio Fernando Henrique Cardoso . – Rio de Janeiro:
EMC, 2002
544P. ; 23cm

ISBN 85-87933-06-X.

1- Brasil – Política e governo. 2. América do Sul – Política
e governo. 3. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos,
Barão do. I. Cardim, Carlos Henrique. II. Almino, João. III.
Cardoso, Fernando Henrique.

CDD327.8

Todos os direitos desta edição reservados a:

EMC – EDIÇÕES

emcbr@emcbrasil.com.br

Rua Honório de Barros, 41/302 cep: 22250 120

Rio de Janeiro RJ Brasil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO DE ESTADO: PROFESSOR CELSO LAFER

SECRETÁRIO-GERAL: EMBAIXADOR OSMAR CHOEFI

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG

PRESIDENTE: EMBAIXADORA THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA – CHDD

DIRETOR: EMBAIXADOR ALVARO DA COSTA FRANCO

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IPRI

DIRETOR: MINISTRO CARLOS HENRIQUE CARDIM

INSTITUTO RIO BRANCO

DIRETOR: MINISTRO JOÃO ALMINO

COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA POSSE
DO BARÃO DO RIO BRANCO COMO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EMBAIXADOR OSMAR VLADIMIR CHOEFI

SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SENADOR TIÃO VIANA

SENADO FEDERAL

DEPUTADO PAULO DELGADO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DOUTOR EVANDRO MIRRA DE PAULA E SILVA

PRESIDENTE DO CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SECRETÁRIO RODRIGO DA COSTA FONSECA

ASSESSOR PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO

DAS COMUNICAÇÕES

EMBAIXADOR WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
ASSESSOR INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA

DOUTOR CARLOS ALBERTO RIBEIRO XAVIER
ASSESSOR ESPECIAL DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

DOUTORA ANA ROSA AHRENDTS
CHEFE DE GABINETE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DOUTORA MARY DEL PRIORI
COORDENADORA-GERAL DE DIVULGAÇÃO E ACESSO À
INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DOUTOR ARNO WEHLING
PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

EMBAIXADOR SÉRGIO ROUANET
REPRESENTANTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

SENHORA MARIA DAS GRAÇAS CRUVINEL
CHEFE DA ASSESSORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS DA RADIOBRAS

EMBAIXADOR JOÃO HERMES PEREIRA DE ARAÚJO
DIRETOR DO MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO

EMBAIXADOR RUBENS RICUPERO
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA
ACADÊMICO ALBERTO VENANCIO FILHO
PROFESSOR JOSÉ MURILO DE CARVALHO

EX-MINISTROS DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DOUTOR EVANDRO CAVALCANTE DE LINS E SILVA
EMBAIXADOR MARIO GIBSON BARBOZA
EMBAIXADOR RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
SENHOR OLAVO EGYDIO SETÚBAL
MINISTRO JOSÉ FRANCISCO REZEK
EMBAIXADOR CELSO AMORIM
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA

COMITÊ EXECUTIVO

COORDENADORA-GERAL

EMBAIXADORA MARIA THEREZA MACHADO QUINTELLA

PRESIDENTE DA FUNAG

COORDENADOR-ADJUNTO

EMBAIXADOR ALVARO DA COSTA FRANCO

DIRETOR DO CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

COORDENADOR DE SEMINÁRIOS

MINISTRO JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO

DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

COORDENADOR DE DIVULGAÇÃO

MINISTRO LUIZ FERNANDO LIGIERO

CHEFE DO DEPARTAMENTO CULTURAL DO MRE

COORDENADOR DE PUBLICAÇÕES

MINISTRO CARLOS HENRIQUE CARDIM

DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COORDENADOR DE DOCUMENTAÇÃO

CONSELHEIRO PAULO ROBERTO C. CASTILHOS FRANÇA

CHEFE DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO MRE

Os textos reunidos neste livro foram apresentados durante o seminário “Rio Branco, América do Sul e a Modernização do Brasil”, realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2002, no Instituto Rio Branco, em Brasília, DF.

O seminário foi organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, com o apoio do Instituto Rio Branco – IRBr e da Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário da Posse do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	
DISCURSO DE ABERTURA.....	19
PROFESSOR CELSO LAFER	
APRESENTAÇÃO.....	35
EMBAIXADOR MARIO GIBSON BARBOZA	
SESSÃO I: O BARÃO DO RIO BRANCO: A VISÃO DO BRASIL E DE MUNDO	
MODERADOR: GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, JORGE VIANA	
RIO BRANCO: DEFINIDOR DE VALORES NACIONAIS.....	79
EMBAIXADOR RUBENS RICUPERO	
A VISÃO DO BARÃO DO RIO BRANCO.....	99
PROFESSOR ARNO WEHLING	
FRONTEIRAS: O ESTILO NEGOCIADOR DO BARÃO DO RIO BRANCO COMO UM PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL.....	111
EMBAIXADOR SYNESIO SAMPAIO GOES FILHO	
O BARÃO DO RIO BRANCO E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.....	135
EMBAIXADOR JOÃO HERMES PEREIRA DE ARAÚJO	

SESSÃO II: O BARÃO DO RIO BRANCO E SEUS CONTEMPORÂNEOS

MODERADOR: MINISTRO JOÃO ALMINO

O BARÃO DO RIO BRANCO E JOAQUIM NABUCO.....157

PROFESSOR FRANCISCO LUIZ TEIXEIRA VINHOSA

O BARÃO DO RIO BRANCO E RUI BARBOSA.....175

MINISTRO CARLOS HENRIQUE CARDIM

O BARÃO DO RIO BRANCO E EUCLIDES DA CUNHA.....213

DOUTOR ALBERTO VENANCIO FILHO

O BARÃO DO RIO BRANCO E OLIVEIRA LIMA.....233

MINISTRO PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

SESSÃO III: O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

MODERADORA: EMBAIXADORA THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL.....281

EMBAIXADOR ALBERTO DA COSTA E SILVA

O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DA AGENDA BRASILEIRA.....289

PROFESSOR AMADO LUIZ CERVO

O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DA DEFESA.....307

ALMIRANTE MAX JUSTO GUEDES

O BARÃO DO RIO BRANCO E A EMERGÊNCIA DO AMBIENTE CIENTÍFICO.....331

EMBAIXADOR RONALDO MOTA SARDENBERG

SESSÃO IV: O BARÃO DO RIO BRANCO E A POLÍTICA PARA AS AMÉRICAS

MODERADOR: EMBAIXADOR CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS

O BARÃO DO RIO BRANCO E O PROJETO DA AMÉRICA DO SUL.....359

PROFESSOR CLODOALDO BUENO

O BARÃO DO RIO BRANCO E O PAN-AMERICANISMO.....	393
EMBAIXADOR GELSON FONSECA JUNIOR	
O BARÃO DO RIO BRANCO E A ALIANÇA COM OS ESTADOS UNIDOS.....	407
PROFESSOR STEVEN C. TOPIK	
SESSÃO V: O BARÃO DO RIO BRANCO E A POLÍTICA BRASILEIRA NO PRATA	
MODERADOR: EMBAIXADOR MARIO GIBSON BARBOZA	
A VISÃO DO BRASIL.....	437
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA	
A VISÃO DA ARGENTINA.....	463
PROFESSOR DANIEL LARRIQUETA	
A VISÃO DO URUGUAI.....	477
DOUTOR JULIO MARÍA SANGUINETTI	
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	
A ATUALIDADE DO BARÃO DO RIO BRANCO.....	497
PROFESSOR VICENTE MAROTTA RANGEL	
PALAVRAS DE ENCERRAMENTO: DISCURSO DO DIRETOR DO CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICO.....	525
EMBAIXADOR ALVARO DA COSTA FRANCO	
BREVES CURRÍCULOS DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO.....	533

TEXTO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PARA OBRA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA
GESTÃO DO BARÃO DO RIO BRANCO

Li com muito interesse os textos aqui reunidos do seminário organizado pelo Instituto Rio Branco para celebrar o centenário da gestão do patrono da diplomacia brasileira. É uma coletânea de qualidade. Do tributo do Presidente Julio María Sanguinetti ao papel de Rio Branco na definição dos limites entre Brasil e Uruguai até o ensaio de Synesio Sampaio sobre as questões de fronteira, passando pela análise de Gelson Fonseca sobre o pan-americanismo, pelo estudo de Seixas Corrêa sobre a política no Prata ou, ainda, pelo percurso que faz Celso Lafer dos depoimentos sobre o Barão por seus sucessores no Itamaraty, ressaltando-se com isso o valor da memória no legado dessa instituição, o livro faz jus à personalidade que homenageia. Pois o Barão era, sem dúvida, amigo da boa e judiciosa reflexão. A fortuna jamais lhe faltou porque dela se fez merecedor, conhecendo amiúde a história desta nação a cujos desígnios tanto se dedicou, como mentor e operador maior de sua política externa.

Rio Branco foi devoto de seu tempo, um tempo de transição. Compreendeu os reclamos da época e a eles soube responder. Aqui talvez resida o segredo da longevidade de sua obra. Se o Barão sobreviveu a suas circunstâncias é porque percebeu os diferentes tempos nelas embutidos. Resgatou as hipotecas do passado e fez prosperarem as promessas de futuro. Equacionou as pendências de fronteira. Em pouco mais de 10 anos, concluiu a delimitação do espaço nacional, ora recorrendo à arbitragem, ora às tratativas bilaterais, modulando os recursos segundo o interlocutor e a natureza da situação, sem cogitar de desenlace outro que não fosse a solução pacífica e negociada das controvérsias. Desanuviou as tensões no Prata, que tanto haviam monopolizado as atenções no Império.

A jovem República viu-se liberada para concentrar energias em uma diplomacia mais construtiva, a começar por sua vizinhança. Esboçou tratado de entendimento e cooperação com Argentina e

Chile, projeto que deixou de se materializar mais pelas carências do momento do que por anuência de seu idealizador, ciente, como era Rio Branco, do quanto a mudança de regime ajudara a revalidar nossa condição americana. Isso sem acalentar propósitos hegemônicos.

Falava, sim, em prosperidade conjunta. O Brasil haveria de progredir entre “vizinhos grandes e fortes”. Valorizava o cultivo no continente do Direito Internacional. Amparou a defesa por Rui Barbosa, na Haia, do princípio da igualdade dos Estados. Seu idealismo não o privava de uma leitura acurada do mundo. Via o eixo de poder migrar da Europa para os Estados Unidos. Teceu, então com o apoio de Joaquim Nabuco, uma relação privilegiada e mutuamente vantajosa com Washington. Deu impulso ao pan-americanismo com a conferência de 1906. Mas não deixou de zelar pelas raízes européias da formação nacional, a tal ponto, que recebeu de um crítico contumaz, Oliveira Lima, o elogio de que soubera dar o peso devido aos laços de sangue, economia e civilização que nos uniam à Europa.

Rio Branco era, de fato, avesso a opções excludentes. Com sua experiência de Estado, acreditava que o Brasil reunia credenciais para ter aspirações universalistas. Perseguiu aquelas que a época permitia, sempre à luz das necessidades internas. Teve como norte permanente o interesse nacional, dosando, em sua busca, firmeza e conciliação. Mostrou-se, segundo as circunstâncias, *rex* e *dux*, às vezes até na mesma negociação, a exemplo da disputa sobre o Acre. Também foi hábil nas discussões envolvendo países de maior poder relativo, como o arbitramento sobre o Amapá, a resistência ao Bolivian Syndicate e o caso Panther.

O certo é que Rio Branco valorizava a negociação. Não apenas por autoconfiança, alimentada por êxitos sucessivos, mas por acreditar no método diplomático, que condizia com sua visão do Brasil. Antevia para o país um futuro auspicioso, sem ranço nacionalista, com apreço pelo Direito. Mais do que isso: o Brasil estaria fadado, “por sua cordura, desinteresse e amor da justiça”, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos, iniciando pelos vizinhos.

Não é o caso de discutir se, no século que se seguiu, o país aproximou-se da imagem idealizada por Rio Branco. Os mitos não existem para ser confirmados, mas para animar as coletividades na

busca de melhores dias. Isso ocorreu. O país soube explorar sua vocação universalista. Abrimos novas frentes. Redescobrimos a África. Ampliamos a interlocução com a Ásia. Criamos o Mercosul. Elegemos a América do Sul como espaço prioritário.

A paz e o desenvolvimento consolidaram-se como ideais maiores de nossa ação diplomática. Para não lembrar a evolução no plano interno. Passamos de uma experiência oligárquica ao usufruto pleno da democracia, o que assegurou maior desenvoltura e legitimidade à ação externa. Mas fato é que, após tantas transformações, das mais positivas, o respeito desta nação por Rio Branco permanece inabalado. Ou, quiçá, reforçado, já que, quanto mais densa e afirmativa é a presença do Brasil no mundo, mais evidenciada se torna a solidez dos alicerces assentados um século atrás.

Palácio da Alvorada, outubro de 2002

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO AO
CENTENÁRIO DA POSSE NO ITAMARATY DE
JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR,
BARÃO DO RIO BRANCO

Brasília, em 28 de agosto de 2002

Ao darmos início, com a realização deste seminário, às comemorações do centenário da posse de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, na chefia do Itamaraty, celebramos também, simbolicamente, a própria diplomacia brasileira.

Rio Branco resume as virtudes maiores do diplomata. Seu nome permanece, pelo exemplo de sua conduta e pelo alcance de sua obra, como marco e inspiração para nós que lidamos com os temas da política externa e procuramos dar continuidade ao imenso patrimônio de realizações que nos deixou. Exemplo insuperável disso foi seu monumental trabalho de consolidação de nossas fronteiras, que constituem o primeiro item da agenda de política externa de um país e a instância demarcatória entre o interno e o externo.

Rio Branco é, por sua obra e por sua própria permanência, o que poderíamos chamar de um clássico, senão *o clássico*, da diplomacia brasileira.

Para assegurar-se um lugar entre os clássicos, segundo Norberto Bobbio, um autor precisa ter reconhecidos três atributos: i) deve ser considerado um intérprete autêntico de sua época, de tal forma que não se possa prescindir de sua obra para se tomar conhecimento das características de seu tempo histórico; ii) deve ser sempre atual, no sentido de que cada geração sinta a necessidade de releitura própria; e iii) deve ter elaborado categorias gerais de compreensão histórica aplicáveis a realidades distintas daquelas das quais se originaram.¹

Este seminário confirma a caracterização de Rio Branco como um clássico da diplomacia brasileira, pois esses três atributos permeiam de distintas maneiras as contribuições apresentadas. Com efeito, os

pesquisadores e estudiosos aqui reunidos atestam, para além do pluralismo de seus interesses e dos distintos focos de análise, a permanência da presença de Rio Branco no imaginário nacional e como fonte de inspiração para a política externa brasileira.

O estilo de atuação do Itamaraty está firmemente ancorado na figura de Rio Branco, que possuía, nas palavras de Pandiá Calógeras, o ângulo de visão do homem de Estado, “infinitamente mais raro”² do que aquele do especialista. A vitalidade desse estilo para ser apropriadamente compreendida requer uma distinção entre História e Memória.

Pierre Nora observa em *Les Lieux de Mémoire* que há entre memória e história mais diferenças do que sugere a proximidade natural dos termos. Segundo Nora, a memória é o espaço do absoluto, ao passo que a história não conhece senão o relativo. “A memória”, afirma, “é como a vida (...) em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulnerável a todos os usos e manipulações (...) A história por sua vez é a sempre problemática reconstrução daquilo que já não há. A memória é um fenômeno sempre atual (...) a história, uma representação do passado.”³ A memória é, finalmente, um fenômeno afetivo, que se alimenta de detalhes do passado.

Rio Branco fez do Itamaraty o *lieu de mémoire* da diplomacia brasileira. O próprio Rui Barbosa a ele se referiu como “espécie de nume tutelar (...) Deus Termeiro (*Terminus*) da nossa integridade nacional”.⁴

Ao resumir os principais traços do período que vai das últimas duas décadas do Segundo Império aos decênios iniciais da República, Gilberto Freyre sublinhava “a idealização do Itamaraty, dirigido pelo Barão do Rio Branco, como órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral”.⁵

Os *lieux de mémoire* nascem do sentimento de que a memória espontânea não existe. Por isso, compete-nos criar arquivos, celebrar aniversários, efemérides, proferir orações fúnebres, tudo isso de modo a não deixar que se percam no esquecimento os nomes, fatos e palavras que nos parecem dignos de ser resgatados do limbo. Daí o significado

deste seminário, que é parte do processo por meio do qual se vincula a obra de Rio Branco à instituição que ele chefiou por 10 anos – a mais longa gestão de um Ministro das Relações Exteriores na história do Brasil.

Saudado como herói nacional ainda em vida, a importância do legado de Rio Branco não diminuiu com sua morte, em 1912. Pelo contrário. Seu nome tornou-se referência permanente da política externa brasileira, como o confirmam amplamente os depoimentos, memórias, discursos e referências de tantos daqueles que ocuparam sua cadeira nos últimos 80 anos.

Ao afirmar famosamente que “sucedia” o Barão sem a pretensão de “substituí-lo”, Lauro Müller estabeleceu o paradigma com que a posteridade avaliaria o legado do patrono da diplomacia brasileira. Ressaltando a importância e o alcance pacificador da obra de Rio Branco, Müller afirmava: “sua grande vitória não teve caráter cesariano, antes poupou o sangue dos povos irmãos e consumou-se sem desrespeito aos direitos soberanos dos países litigantes”.⁶

Félix Pacheco, no início dos anos 20, falaria a respeito do “tríplice gênio de diplomata, de historiador e de geógrafo” de Rio Branco, que “tomou desse barro ótimo, ajustado por gerações e gerações de estadistas e empregados cheios de zelos pelos seus deveres funcionais, e modelou a figura definitiva da nossa pátria”.⁷

Na década de 1930, José Carlos de Macedo Soares, que foi por duas vezes Chanceler, ressaltava o significado da gestão de Rio Branco, a partir da qual “habitamo-nos a ver o Itamaraty como estuário majestoso, aonde tantas paixões vêm confundir-se afinal na serenidade de sua largueza”.⁸

Em 1945, nas comemorações do centenário de nascimento de Rio Branco, João Neves da Fontoura, também ele duas vezes Chanceler, observava: “A diplomacia brasileira está sempre assistida pelo espírito de Rio Branco. Os seus ensinamentos, os seus métodos, as suas diretrizes orgânicas nada sofreram substantivamente com o transcurso dos anos”.⁹

Raul Fernandes, que igualmente esteve por duas vezes à frente da pasta das Relações Exteriores, ressaltava, em novembro de 1936, em saudação ao Presidente Roosevelt em sessão solene do Congresso

Nacional, aquilo que chamou “a autoridade máxima do Barão do Rio Branco”, observando que ele dedicara “quase toda a sua vida ao serviço do Brasil, e os últimos 10 anos dela à direção magistral da nossa Chancelaria”.¹⁰

Horácio Lafer, em 1961, ao comentar as soluções trazidas por Rio Branco para as questões fronteiriças, afirmava que “o gênio de Rio Branco soube aliar com rara felicidade os fatores históricos aos princípios do Direito Internacional”.¹¹

Afonso Arinos de Melo Franco – que sucedeu Horácio Lafer e lançou a “política externa independente”, aprimorada na gestão San Tiago Dantas – faz no terceiro tomo de suas memórias, *Planalto*, espirituosa defesa do Barão contra seus admiradores: “o Barão foi a vida inteira um estudioso, um intelectual desprendido de todas as exterioridades mundanas, e nunca o *salonnard* uniformizado e condecorado (...). Os que defendem suas ‘tradições’ contra a independência e o progresso, defendiam, no fundo, as tradições do mordomo do Barão (...), nunca as *do* Barão”.¹²

Evandro Lins e Silva, Chanceler por breve período em 1963, assim traduziu a honra de suceder o patrono de nossa diplomacia: “confesso que entre as aspirações que poderia normalmente alimentar, no curso de minha carreira, feliz como ela possa ter sido, de advogado e de Professor de Direito, não figurava a de ocupar, um dia, a cadeira de Rio Branco”.¹³

Vasco Leitão da Cunha, que foi Ministro de Estado de abril de 1964 a janeiro de 1966, observa em seu sedutor depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas que o Barão “foi um grande homem (...) não tinha pares. Não havia gente do mesmo calibre que ele”.¹⁴

Mario Gibson Barboza, em 1971, já em Brasília, na cerimônia de formatura da turma do Instituto Rio Branco, ressaltava o significado do patrono da diplomacia brasileira, “que pautou toda a sua conduta pela essência do que constitui a nossa principal característica como nação: um país continental, onde em todos os núcleos humanos, apesar dos imensos espaços físicos que os distanciam uns dos outros, se manifesta a unidade da língua, dos costumes, da vocação e do pensamento”.¹⁵

Em discurso proferido na abertura de exposição dedicada aos 90 anos da República no Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro chamava atenção para o fato de que, não obstante suas origens monárquicas, Rio Branco estava “indissociavelmente ligado à primeira etapa da formação republicana (...) seu trabalho se confunde com o próprio processo de afirmação da nação brasileira no mundo (...) Rio Branco renova e insere em quadro maior o trabalho dos estadistas da monarquia”.¹⁶

Olavo Setúbal, que não vinha de uma tradição diplomática, observou, em seu discurso de posse, em março de 1985, ter encontrado no Itamaraty “uma comunhão de idéias, condição básica para que todos possamos dar continuidade às melhores tradições de solidariedade e universalismo legadas pelo Barão do Rio Branco”.¹⁷ A permanência de Rio Branco como referência para nossa política externa está presente igualmente em artigo que Olavo Setúbal publicou em 1992 em *O Estado de São Paulo*, no qual afirma que, se nos tempos do Barão as premissas de nossa política externa eram definidas na frase “território é poder”, nos tempos de hoje o “principal objetivo da política externa pode ser resumido na seguinte frase: PIB é poder”.¹⁸

Luiz Felipe Lampraia, em abril de 1995, nas comemorações do sesquicentenário do nascimento de Rio Branco, afirmou: “Feliz do país que tem por herói um homem da diplomacia, do direito e da paz (...). Quantas vezes, diante de difíceis negociações sobre limites territoriais entre países latino-americanos, voltei o olhar para o retrato do Barão e pensei com gratidão na dívida que gerações de brasileiros têm para com esse homem”.¹⁹

Finalmente, para encerrarmos este breve percurso, gostaria de reproduzir as palavras com que o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso saudou o Barão do Rio Branco, em 1993, nas comemorações do Dia do Diplomata: “[Esta] cerimônia (...) traz, como qualquer ritual, conotações de tradição e de renovação. Tradição, porque a diplomacia está ancorada na história. Nutre-se de ensinamentos do passado e da experiência de tantos servidores que engrandeceram o seu nome, muitos deles ilustres homens públicos e estadistas, a começar por aquele que é seu patrono, Rio Branco (...) Dele, herdamos um Brasil desenhado em limites e aberto à convivência com seus vizinhos americanos”.²⁰

Creio que cabe aqui uma nota pessoal que confirma a permanência de Rio Branco como *lieu de mémoire* da diplomacia brasileira. Nas conversas que tenho tido a honra e o privilégio de manter como Ministro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, as referências ao Barão são recorrentes na discussão da conjuntura internacional. O Presidente admira no personagem de Rio Branco tanto a visão estratégica quanto o sentido de direção e de visão para o futuro demonstrado na década em que chefiou o Itamaraty.

As referências de seus sucessores – e permito-me observar que eu próprio não deixei de citar o Barão em meus dois discursos de posse²¹ – atestam não apenas o paradigma de excelência estabelecido por Rio Branco como também o alcance simbólico de sua gestão à frente do Itamaraty. Mas as ressonâncias e a amplitude do prestígio do Barão não estão restritas ao espaço da diplomacia e da Casa. Pode-se dizer que o perfil do Barão permeia o imaginário popular e a vida política do país ao longo do século XX.

Podemos ilustrar isso de várias formas. Restrinjo-me aqui à menção de dois nomes, Euclides da Cunha e Getúlio Vargas, que, cada qual a seu modo, cada qual a seu tempo, testemunham fortemente a permanência da memória de Rio Branco em nossa história.

Em carta a Domício da Gama, Euclides da Cunha afirmava que o Barão, “com sua estranha e majestosa gentileza”, recordava-lhe “uma idade de ouro muito antiga ou acabada. Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos; discutimos; e ele franquia-me a máxima intimidade – e não há meio de poder eu considerá-lo sem as proporções anormais de homem superior à sua época. De fato, é o caso virgem de um grande brasileiro, justamente apreciado pelos contemporâneos. A sua influência moral, hoje, irradia triunfalmente pelo Brasil inteiro”.²²

Quanto a Getúlio Vargas, gostaria de citar duas passagens de seu *Diário* que me parecem especialmente relevantes. Em 22 de abril de 1935, Vargas registrava desentendimento que tivera com Oswaldo Aranha sobre a realização da Conferência para a Paz do Chaco. O Chanceler brasileiro, contrariando a vontade de nossos vizinhos, insistia em sediar a conferência no Rio de Janeiro, sob presidência brasileira.

Getúlio observava que, ao fazê-lo, afastávamo-nos “da tradição seguida geralmente pela nossa diplomacia, principalmente desde Rio Branco, de nunca nos oferecermos para a função de juízes, sempre desagradável, e nos nivelarmos com uma diplomacia de espionagem seguida por outros países”.²³

No dia 10 de fevereiro de 1939, Getúlio anotava em seu diário: “Morreu o Papa. Foi decretado luto oficial e honras de Chefe de Estado. Sendo também aniversário da morte de Rio Branco, permiti, por um decreto especial, a nomeação de seus dois netos para o Itamaraty, independente de concurso”.²⁴

Há aí várias coisas interessantes. A anotação de 1939 parece sintetizar, em seu movimento contraditório, o próprio fazer político de Getúlio Vargas, consubstanciado na decisão de homenagear o Barão com a nomeação para cargo público no Itamaraty, contornando as exigências legais, dos dois netos de Rio Branco. Isso, para o Presidente que criou o DASP e trabalhou para implantar o concurso público e o sistema de mérito na Administração Pública brasileira, não era, certamente, decisão de pouca monta. A referência à morte de Pio XI, por sua vez, seguida imediatamente pela evocação da figura do Barão, carrega consigo também muito do simbolismo que cerca em nosso país o nome de Rio Branco.

Ainda mais significativa, no entanto, é a referência ao Barão no episódio da Conferência do Chaco. Ali, Getúlio mostra que Rio Branco permanecia como paradigma do nosso fazer diplomático e que seu nome, mais do que evocar o passado, constituía diretriz e orientação para as decisões mais importantes de política externa do país.

Como observou Álvaro Lins, Rio Branco era o que hoje chamamos de homem de ação. “Do estilo de Rio Branco não se podia dizer que fosse literário ou artístico, mas um estilo de ação (...) As obras escritas de Rio Branco não são propriamente livros, mas atos. Atos foram as suas memórias, as suas exposições de motivos, os seus discursos, os seus artigos, os seus documentos diplomáticos. Um estilo da ação a exprimir uma figura de homem de Estado.”²⁵

Parece-me oportuno citar novamente, a esse respeito, o também duas vezes Chanceler Afonso Arinos que, em discurso proferido na

Câmara dos Deputados em janeiro de 1954, na qualidade de líder da oposição, com o qual homenageava Alexandre de Gusmão – aquele que é considerado o *avô* da diplomacia brasileira e que foi o grande artífice do Tratado de Madri – no bicentenário de sua morte, ressaltou a atuação do Itamaraty na defesa do território brasileiro na questão dos limites com a Argentina, afirmando que essa poderia ser sintetizada e simbolizada “na grande memória (...) enxuta no seu estilo, copiosa e substanciosa no seu conteúdo, admirável no seu equilíbrio, perfeita na sua polidez diplomática, irreprochável na sua técnica científica, seja jurídica, seja histórica, seja geográfica, isto é, a *Memória* do Barão do Rio Branco na defesa do direito brasileiro sobre o território das Palmas (...) em que o fundador da diplomacia republicana, pela primeira vez, se revelou diante do Brasil com o porte gigantesco com que, até hoje, domina as nossas tradições diplomáticas”.²⁶

Para Rio Branco, o diplomata e o soldado são, ambos, expressão da soberania e elementos decisivos na defesa do território nacional.²⁷ Essa percepção, que é a da visão de um sistema internacional de natureza intergovernamental e interestatal, que era basicamente aquele no qual Rio Branco atuou, não excluía uma antecipadora preocupação com aquilo que hoje chamamos de *soft power*, para falar como Joseph Nye.²⁸ O Barão tinha perfeita noção da importância da imprensa, da publicidade e da agenda da opinião pública, de cujos meios soube se valer para consolidar e legitimar a presença do Itamaraty como instituição do Estado.

A obra de Rio Branco – e ao dizer obra penso não propriamente em obra literária, mas, seguindo o exemplo de Álvaro Lins, na obra como instrumento da ação – constitui, por isso, também, para continuarmos com o paradigma estabelecido por Pierre Nora, uma *mémoire d’Etat*. Como as obras de Luís XIV, Napoleão ou De Gaulle, a obra de Rio Branco é expressão de Poder – com “P” maiúsculo –, e encarnação de um momento do Estado. Sendo sua obra, ela é, também, fragmento da nossa própria história.

Os depoimentos de seus sucessores, as palavras de seus contemporâneos e a própria reflexão histórica em torno do período em que Rio Branco esteve à frente do Itamaraty demonstram o prestígio unânime de que desfruta o Barão em nosso país. Mesmo aqueles

que o contestaram – e esses, sobretudo à sua época, não foram poucos (recorde-se, por exemplo, as farpas que lhe lançou Lima Barreto²⁹) – reconhecem a grandeza do personagem. Oliveira Lima, que teve suas expressivas desavenças com Rio Branco, compôs no elogio fúnebre do Barão uma de suas mais belas páginas: “As qualidades do Barão do Rio Branco eram muitas e notáveis. Sua inteligência era direta, lúcida, vigorosa (...). Se a sua alma tinha refolhos, a sua inteligência era toda banhada de luz. A análise de sua mentalidade refletida, em que os impulsos, os generosos e os não generosos, eram cuidadosamente sopitados ao sabor das conveniências públicas – porque nele o interesse pessoal se confundia com o público, assim como a sua personalidade mergulhava toda na nacionalidade –, incidia sobre todos os aspectos de uma questão do mesmo modo que o seu tino provia todas as soluções de um problema. Esgotava por assim dizer qualquer assunto, e isto lhe era tanto mais fácil (...) quanto o seu espírito era o que havia de menos dispersivo”.³⁰

O prestígio do Barão não conheceu, pois, uma contramemória. Como recorda Rubens Ricupero,³¹ o próprio Estanislao Zeballos, advogado argentino na disputa das Missões, não deixou de cumprimentar fidalgamente Rio Branco após a vitória brasileira naquele pleito, a despeito da reconhecida acrimônia que caracterizava normalmente sua atitude com relação ao Chanceler brasileiro.

O consenso em torno do personagem de Rio Branco é, pode-se dizer, praticamente único em nossa história. Rui Barbosa, por exemplo, notável contemporâneo do Barão, não foi acolhido pela posteridade com a mesma generosa unanimidade. A explicação para tal é certamente complexa. Arriscaria dizer que ela talvez se encontre no fato de que o nome de Rio Branco remete inevitavelmente ao simbolismo que cerca o Itamaraty, em cuja consolidação como instituição do Estado brasileiro e *lieu de mémoire* privilegiado de nossa história foi instrumental a figura do Barão.

Em seu livro de impressões sobre a América do Sul, Georges Clemenceau sublinhava a autoridade soberana de que gozava o Barão – *c’est ainsi qu’on le désigne communément*,³² observava fascinado – em matéria de política externa. Pode-se afirmar que, no caso de Rio Branco, essa autoridade é o resultado de uma rara combinação de

virtudes do Império e da República, pois ele representa, em boa medida, o elo entre aqueles dois períodos.

A autoridade, como nos ensina Hannah Arendt, equivale ao reconhecimento de uma hierarquia cujo direito e legitimidade são aceitos independente do uso do poder de coerção ou do peso da argumentação.³³

Ao refletir, em 1992, sobre minha primeira experiência na condução do Itamaraty, procurei mostrar que a característica do Ministério no contexto do Estado brasileiro é a de ser uma instituição dotada de forte componente de autoridade em matéria de política externa. Observei igualmente, naquela ocasião, que a construção da *auctoritas* da Casa está vinculada ao legado de Rio Branco, que foi o extraordinário *institution builder* do Itamaraty.³⁴ Quero aqui retomar essa reflexão para observar que esse componente de autoridade só foi passível de elaboração na República.

Com efeito, no Império era o Imperador quem detinha autoridade como algo distinto do Poder Executivo que também lhe cabia exercitar por meio de seus Ministros de Estado. Esse componente de autoridade era uma delegação à Coroa, contemplada na Constituição de 1824, por intermédio das competências que resultavam do exercício do Poder Moderador. Esse tinha como atribuição exercer, nas palavras de Pimenta Bueno, “a suprema inspeção da nação”, mantendo o equilíbrio e evitando os abusos dos demais poderes políticos.³⁵

Observa Joaquim Nabuco que, além do Poder Moderador, outra instituição fundamental do sistema imperial, sobretudo no período que se estende de 1840 a 1889, era o Conselho de Estado, previsto no Capítulo VII da Constituição de 1824.³⁶ No Conselho de Estado, que era, *inter alia*, um grande órgão de assessoria, o Imperador reunia em torno de si todas as sumidades de um e outro lado dos grandes partidos políticos, com toda a sua consumada experiência, a quem consultava sobre todos os temas que reputava de grande interesse público. Assim, constata Joaquim Nabuco, “a oposição era, até certo ponto, partícipe da direção do país, fiscal dos seus interesses, depositária dos segredos de Estado”.³⁷

Entre as medidas gerais de administração pública nas quais era ouvido o Conselho de Estado estavam os temas que diziam respeito

a declarações de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras. Tais temas eram tratados no âmbito da Seção de Justiça e Estrangeiros, cabendo realçar a qualidade dos conselhos, como se depreende da leitura dos votos e pareceres publicados nos quatro volumes organizados por Francisco Rezek.³⁸ Nessa seção, o Ministro dos Negócios Estrangeiros tomava assento, tendo aí voz, mas não voto.

Dos 72 membros do Conselho nomeados pelo Imperador no período de 1842 a 1889, que corresponde ao Terceiro Conselho do Império, 29 foram Ministros dos Negócios Estrangeiros, sete desses por mais de uma vez. Ora, atuando à sombra do Imperador, é evidente que a latitude do Ministro era necessariamente limitada. Acresce que, sendo o Conselho de Estado integrado por vários ex-Ministros, a atuação do titular da pasta era em larga medida controlada por seus pares.³⁹

Com a República, o Itamaraty viu-se subitamente liberto do controle a que, por mais de meio século, estivera submetido pelo Conselho de Estado. Calógeras dá-nos a medida da presença do Conselho de Estado nas decisões afeitas às questões da pasta dos Negócios Estrangeiros: “No Conselho de Estado encontravam-se os autores da política seguida, encanecidos nesse labor, conhecedores de todas as negociações, os guardas dos rumos inicialmente traçados, modificadores prudentes das mesmas normas. A deliberação política sobre as ocorrências supervenientes, sobre as iniciativas a tomar, os problemas a solver, tinham nessa assembléia seus especialistas e seus homens de Estado. A continuidade e a elevação progressiva da política internacional do Brasil ali encontravam seus grandes elementos de ação. Pensamento e prática reunidos. Execução assegurada”.⁴⁰

Mas a repentina conquista de uma liberdade que antes não possuía fazia-se acompanhar de sua contrapartida, ou seja, da angústia causada pela supressão daquele comando ao qual estivera por tanto tempo submetido.

Há na escolha do nome de Rio Branco para conduzir o Itamaraty após o tumulto dos primeiros anos da República uma certa astúcia da razão histórica. Parece-me fascinante que a República tenha ido buscar no Império o nome capaz de superar o impasse que se criara

com a mudança na ordem política, permitindo, assim, o redimensionamento da inserção internacional do Brasil. Seu nome apresentava diversas vantagens, entre elas o fato de ser Rio Branco um homem do Império e diplomata conhecedor das tradições da Casa. Além disso, ele retornava ao Brasil após um quarto de século de serviços prestados no exterior, livre, portanto, dos vícios que nascem eventualmente do convívio muito próximo com o poder.

Graças à inspiração permanente que Rio Branco representa para nossa política externa, o Itamaraty consolidou a *auctoritas* de que desfruta como instituição de Estado.

Essa autoridade, como observa Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*, não se restringiu à política externa. Ela se projeta também sobre a política interna, “zelando pela constância e até pelo avigoramento das tradições brasileiras de ordem vindas da monarquia e que tanto distinguiram o Brasil das Repúblicas da América espanhola”.⁴¹

A *auctoritas* do Itamaraty, que Rio Branco ajudou a construir e a definir, e que dele fez, como observei em 1992, o *institution builder* deste Ministério, não possui o peso imobilizador que em nossa sociedade se costuma associar à idéia de autoridade. Trata-se de um processo, de uma obra aberta, que resultou precisamente, para voltar ao início desta exposição, do fato de ser ele um clássico da diplomacia brasileira, na acepção de Bobbio.

Ao realizarmos esta homenagem ao Barão do Rio Branco, no Instituto que leva seu nome, celebramos também a própria instituição que ajudou a consolidar. Nada mais justo, portanto, que, passados 100 anos de sua posse como Ministro das Relações Exteriores, recordemos o homem que fez da lembrança permanente da pátria – *Ubique Patriae Memor* – seu lema e sua bandeira. *Sedis anima est in memoria* (o lugar da alma está na memória), como dizia Santo Agostinho, que Hannah Arendt gostava de citar a propósito do conceito de autoridade. Por isso, Rio Branco permanece como uma força viva e inspiração permanente para aqueles que, dando continuidade a sua obra, têm o privilégio de servir ao Itamaraty e ao país.

NOTAS

1 Bobbio, Norberto. *Teoria Geral da Política* (organizado por Michelangelo Bovero). Rio de Janeiro, Campus, 2000: 114.

2 Calógeras, J. Pandiá. “Rio Branco e a Política Exterior”, in *O Barão do Rio Branco visto por seus Contemporâneos*. Brasília, Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD/FUNAG, 2002: 186.

3 Nora, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”, in *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1997, vol. 1: 24-25. Ver também a esse respeito Wehling, Arno e Maria José. “Memória e história. Fundamentos, convergências, conflitos”, in *Memória Social e Documento – uma abordagem intedisciplinar*, Rio de Janeiro, UNI-RIO, 1997: 9-26.

4 Barbosa, Rui. “Rio Branco”, in *O Barão do Rio Branco visto por seus Contemporâneos*. Brasília, FUNAG, 2002: 17.

5 Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*, in *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000:140.

6 Müller, Lauro. “Elogio do Barão do Rio Branco”, in *Revista Americana*, ago.-set., 1917: 24-25.

7 Pacheco, José Félix Alves. “Discurso de Posse do Ministro da Relações Exteriores, 15 de novembro de 1922”, in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1922: 10.

8 Macedo Soares, José Carlos de. “Discurso de Posse na pasta das Relações Exteriores”, in *Discursos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora: 12.

9 Fontoura, João Neves da. *A Serviço do Itamaraty*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Publicação: 24.

10 Fernandes, Raul. “Saudação ao Presidente Roosevelt”, in Raul Fernandes. *Nonagésimo Aniversário*, Conferências e Trabalhos Esparsos. Volume I. Publicação do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações, 1967: 225.

11 Lafer, Horácio. *Gestão do Ministro Lafer na Pasta das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1961: 1.

12 Melo Franco, Afonso Arinos de. *Planalto*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968: 60.

13 Lins e Silva, Evandro. “Resenha: novo Ministro das Relações Exteriores”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 22 de junho de 1973: 271.

14 Cunha, Vasco Leitão da. *Diplomacia em Alto-Mar*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1994: 17.

15 Barboza, Mario Gibson. “Discurso no Dia do Diplomata, formatura da turma de 1970 do Instituto Rio Branco”, in *Anuário do Instituto Rio Branco* de 1970: 23.

16 Guerreiro, Ramiro Saraiva. “Discurso por ocasião da abertura da exposição ‘Brasil – 90 anos de República’”, em 16.11.1979, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº23, out/nov/dez 1979: 119.

17 Setúbal, Olavo Egydio. “Discurso de Posse do Ministro das Relações Exteriores, em 15 de março de 1985”, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 45, mar/abr/mai/jun de 1985: 17.

18 Setúbal, Olavo Egydio. Reflexões sobre política externa, *in O Estado de São Paulo*, 08.12.1992: 2.

19 Lampreia, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira*. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999: 42.

20 Cardoso, Fernando Henrique. “Discurso no Itamaraty durante a solenidade do Dia do Diplomata, em 27 de abril de 1993”, *in Política Externa em Tempos de Mudança*. Brasília: FUNAG, 1994: 208.

21 Lafer, Celso. *A Inserção Internacional do Brasil* – a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty, Brasília, MRE, 1993: 34, e *Mudam-se os Tempos* – Diplomacia brasileira 2001-2002, Brasília, FUNAG/IPRI, 2002: 26.

22 Venancio Filho, Francisco. *Euclides da Cunha e seus Amigos*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938: 187-188.

23 Vargas, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995, vol. I: 384-385.

24 Vargas, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995, vol. II: 200.

25 Lins, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo, Editora Alfa-Omega/FUNAG, 1995: 408.

26 Arinos Filho, Afonso. *Diplomacia Independente*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2001: 77.

27 Paranhos Júnior, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco. “Homenagem ao Exército Nacional”, *in Obras do Barão do Rio Branco – Discursos*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948: 104.

28 Nye, Joseph S. Jr. *The Paradox of American Power*. Nova York, Oxford University Press, 2002: 8-12.

29 “Gonzaga de Sá (...) [achava] o Paranhos, como ele chamava às vezes o Ministro, uma mediocridade supimpa, fora do seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a inteligência dirigida para sua época. Era um atrasado, que a ganância das gazetas sagrou e a bobagem da multidão fez um Deus.”, *in Lima Barreto, Afonso Henriques de. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1990: 45.

30 Lima, Manuel de Oliveira. “O Barão do Rio Branco”, *in Obra Seleta*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971: 299.

31 Ricupero, Rubens. A vitória do Barão do Rio Branco na questão do Amapá, *in Folha de S. Paulo*, 1º de dezembro de 2000.

32 Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso, in Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000: 710.

33 Arendt, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1972, Cap. 3: 127-187.

34 Lafer, Celso. “A Autoridade do Itamaraty”, *in A Inserção Internacional do Brasil* – a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty. Brasília, MRE, 1993: 375-387.

35 Bueno, J. A. Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise das Constituições do Império*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1958: 201.

36 Torres, João Camillo de Oliveira. *O Conselho de Estado*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1965.

37 Nabuco, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 5ª edição, 1997, vol. II: 1093.

38 *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Direção, introdução e notas de José Francisco Rezek (4 volumes). Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

39 Brasil, Ministério das Relações Exteriores. *Ministros de Estado e Secretários-Gerais das Relações Exteriores*. 3ª edição, Brasília, 1987.

40 Calógeras, J. Pandiá. “Rio Branco e a Política Exterior”, in *O Barão do Rio Branco visto por seus Contemporâneos*. Brasília, Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD/FUNAG, 2002: 178-179.

41 Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*, in *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000: 711.

APRESENTAÇÃO

MARIO GIBSON BARBOZA

O Barão do Rio Branco, homem totalmente integrado nos valores de sua época, compreendeu, melhor do que ninguém, que o território, desde tempos imemoriais, sempre fora a fonte e a principal base do poder de um país. Hoje já não podemos ter essa certeza, em conseqüência do espantoso progresso tecnológico que alterou, fundamentalmente, o ritmo do tempo e os espaços do universo, abalando conceitos e formas de viver e conviver, num mundo novo, plasmado sobretudo pelo inevitável fenômeno da globalização. Mas isso não ocorrera antes, nem mesmo nas gerações que imediatamente sucederam a de Rio Branco, aquelas que presenciaram as duas indizíveis hecatombes que foram a Primeira e a Segunda Grande Guerra. Hoje, um conflito mundial naquelas proporções provavelmente resultaria no aniquilamento da vida em nosso planeta, dada a monstruosa capacidade de destruição criada pela moderna tecnologia. Hoje o poder deixou de ter como base principal a posse de um território de amplas dimensões e passou a apoiar-se também em outros e diversos fatores, como instrumentos de dominação.

Mas não era assim no tempo do Barão, tempo em que, repito, a extensão e os recursos de um território condicionavam, de forma preponderante, a importância de um país na comunidade das nações. Os grandes impérios construíram-se, ao longo da história, com base neste fator de importância precípua: o território. O país que não o possuía em proporções satisfatórias não hesitava em recorrer à guerra para adquiri-lo. Como no caso, por exemplo, do Japão, já no século XX, que lançou seus exércitos sobre o continente asiático a fim de conquistar uma base territorial que lhe parecia então indispensável para libertar-se das limitações de sua insularidade. Era a terra, era a expansão do território que proporcionava a base do poder, desde Gêngis Khan até o Império romano e o Império britânico com as terras de além-mar que constituíram seu domínio colonial; era o expansionismo de Bismarck, a agressão de Mussolini na África e de Hitler na Europa.

Em nosso continente não foi outra a motivação da anexação do Texas pelos Estados Unidos, assim como a aquisição da Luisiana e as guerras aniquiladoras das populações indígenas, na corrida para o Oeste. Na América do Sul, desde os tempos coloniais, o Império português e o espanhol se agrediam freqüentemente, em busca da expansão de suas respectivas fronteiras ou simplesmente para conservar os espaços já adquiridos. O Brasil e a Argentina foram, desde antes da independência, os personagens principais desse conflito latente, que se alastrou no Prata e desbordou na maior das guerras do continente, a terrível e sangrenta Guerra do Paraguai.

O Prata foi para nós nossa primeira fronteira viva, na afirmação de nosso espaço territorial. E assume um ar de predestinação o fato de que o futuro Barão do Rio Branco tenha feito ao Prata sua primeira viagem ao exterior, com sete anos de idade apenas, para acompanhar seu pai, o futuro Visconde do Rio Branco, então ainda Conselheiro Paranhos, em sua histórica missão no Uruguai, uma das permanentes fontes de conflito naquela região, onde primeiro se tornou evidente a necessidade de resistir às tentativas de invasão de nosso espaço físico – o colossal espaço físico que nos legou Portugal e cuja parte mais exposta à ameaça estrangeira era o extremo sul, o Prata.

O talento, a habilidade e a energia de Paranhos pai formaram a personalidade de Paranhos filho, cuja fiel e irrestrita admiração fazia com que ele, muito mais tarde, já em plena glória, aclamado como o “deus terminal de nossas fronteiras”, recusasse com veemência o tributo que lhe prestavam, ao chamá-lo de “o maior dos brasileiros”, dizendo: “o maior dos brasileiros foi D. Pedro II; e depois meu pai”. Pode-se disputar quem foi o maior estadista do Império. Mas certamente o Visconde do Rio Branco é forte candidato ao título. E a admiração do filho pelo pai, assim como o privilégio de conviver com aquela personalidade ímpar de nossa história, constituíra elemento fundamental na formação daquele a quem o destino reservaria a glória de traçar definitivamente nosso perfil físico, em negociações diplomáticas em que sua avassaladora cultura geográfica e histórica, aliada a sua extrema habilidade e a uma paciência a toda prova, assegurara-nos a grandeza do território que é hoje nosso patrimônio. Não herdou do pai, porém, o gosto pelo exercício do poder na política

interna. Em suas próprias palavras confessou: “continuei, como deputado e jornalista, a ocupar-me mais de investigações e trabalhos históricos do que da política interna, para a qual nunca senti grandes atrações”. Era a política externa o que realmente o atraía, sem esquecer as palavras do pai, quando este advertia: “sempre professei e ainda hoje professo que a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna”. Advertência que deve acompanhar sempre o diplomata em qualquer época ou momento em que é chamado a exercer seu ofício. E aqui cabe notar que todos os grandes estadistas do Império, com os quais Paranhos filho conviveu, foram diplomatas natos, que negociavam os interesses do país acima das fricções e disputas partidárias da política interna. O que explica o fato de que o Barão do Rio Branco, um monarquista, tenha sido o maior Chanceler da República.

O Barão do Rio Branco foi ser privilegiado, a quem o destino proporcionou a possibilidade de materializar, a serviço do Brasil, seu vasto cabedal de conhecimento de nossa geografia e de nossa história, adquirido em longos anos de pacientes estudos e pesquisas, como em antecipação visionária do papel que lhe caberia desempenhar na defesa e fixação de nossos limites territoriais. Já durante a Guerra do Paraguai o jovem Paranhos colecionava mapas, descrições de batalhas, informes, etc.

Nos longos anos em que viveu no exterior, entre Liverpool e Paris, dedicou-se Rio Branco à procura de mapas e relatórios, quase sempre raros, sobre nossas fronteiras, como se antecipasse que seria chamado um dia a cumprir a missão histórica que o consagrou. Não poderia ele prever que viesse isso a acontecer. Por que o fez, então? Por puro gosto por papéis antigos? Teria tido a intuição de que lhe seria exigido, em futuro ainda não descortinado, que se empenhasse em sucessivos pleitos que diziam respeito à defesa de nossos direitos na preservação de nossa grandeza territorial? E se isso não houvesse ocorrido, se não o tivessem chamado, se não fosse ele o escolhido, o providencialmente escolhido, e outro houvesse recebido a honrosa e capital incumbência? São perguntas que permanecerão sem resposta.

Assim como permanecerá sem solução a inevitável especulação sobre como conduziria hoje Rio Branco nossa política externa com

tantos desafios a confrontá-la. Qual seria sua posição, por exemplo, em relação ao Mercosul? Como encararia o problema da ALCA? Como atuaria para proteger nossa fronteira amazônica, sujeita, em sua vastíssima extensão, a ameaças de toda espécie, cuja preservação se afigura tão indispensável quanto difícil? Que propostas apresentaria para combater o terrorismo e para exterminar o tráfico de drogas, etc.?

Essas são indagações, entre outras, que pedem nossa reflexão. Não são inúteis. Servem para orientar-nos, pois, embora fora do tempo em que atuou o Barão, podem guiar-nos na procura de soluções para os fatos presentes, sem cometermos o pecado do anacronismo histórico, na busca da inspiração, à luz do que podemos chamar de “estilo de negociar” do Barão do Rio Branco, certamente o melhor padrão de comportamento que podemos adotar. Pois negociar, negociar sempre, é a tarefa do diplomata profissional, sem esquecer a advertência de Galbraith, quando disse que “nas negociações internacionais deve-se sempre procurar proteger a identidade nacional”. E foi isso que Rio Branco sempre fez. Os dois Rio Branco sempre fizeram, o filho e o pai.

No ano em que celebramos o centenário da posse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores realizou-se, entre outras manifestações, um seminário em que foram abordados vários temas de capital importância para o melhor conhecimento da extraordinária obra daquele que é o patrono da diplomacia brasileira. Um seminário destinado a fazer surgir uma análise interpretativa da atuação e da rica personalidade do Barão, procurando torná-lo vivo como fonte inspiradora de nossa atual conduta diplomática, num mundo tão diferente daquele em que ele viveu, mas substancialmente o mesmo, em termos da busca e do exercício do poder.

Devemos a perfeita organização e a exímia execução do seminário à dedicação da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), brilhantemente assistida pelo Ministro Carlos Henrique Cardim, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e pelo Ministro João Almino de Souza Filho, competente Diretor do Instituto Rio Branco.

Sob o sugestivo título “Rio Branco, América do Sul e a modernização do Brasil”, o seminário desenrolou-se em cinco sessões temáticas, com discurso de abertura do Ministro Celso Lafer, intervenção introdutória do Embaixador Rubens Ricupero, dissertação final do Professor Vicente Marotta Rangel e palavras de encerramento do Embaixador Alvaro da Costa Franco.

Neste livro encontram-se reunidos os textos integrais do discurso de abertura do Chanceler e dos trabalhos apresentados pelos conferencistas especialmente convidados, cujos nomes estão relacionados juntamente com o programa do evento.

Não caberia tentar resumir as diversas intervenções dos conferencistas, até mesmo porque, com isso, o leitor seria privado de apreciar devidamente o valor dos trabalhos apresentados, nos quais os conceitos expostos resultam da descrição e da interpretação da polimórfica atuação do Barão do Rio Branco nos diversos campos em que foi chamado a defender os direitos e os interesses do Brasil. Assim, o propósito das palavras que se seguem é o de procurar extrair das contribuições que compõem este livro aquilo que seus autores apresentaram como essencial. Obviamente, haverá falhas na execução dessa tarefa, mas espero que, de modo geral, seja realizado o verdadeiro objetivo desta “apresentação” que é o de convidar à leitura integral dos textos que compõem a coletânea.

O Embaixador Rubens Ricupero, que falou na sessão de abertura, deu a seu trabalho o título “Rio Branco, definidor de valores nacionais”, inspirado por uma frase de Gilberto Freyre: “Sob a direção de Rio Branco, o Itamaraty teria deixado de ser instituição puramente diplomática para transformar-se em sistema de organização e definição de valores superiormente nacionais”. Ricupero começa discutindo a *modernidade* do Barão e faz notar que Rio Branco era um homem de valores que já na época, de certa forma, estavam superados; e cita como exemplo o fato de que ele sempre foi contra o federalismo e que não teve, da escravidão, a mesma percepção orgânica de Joaquim Nabuco, embora tivesse sido também a ela contrário. E acrescenta que “só se poderia falar de Rio Branco como modernizador em termos da “modernização conservadora”, isto é, “mudanças aparentemente profundas na estrutura do Poder, mas sem tocar ou alterar

fundamentalmente a organização econômico-social”. Apesar disso, ele acabará sendo um grande modernizador, tanto do Itamaraty, “que transforma por completo”, como do conteúdo da política externa. Ele lembra que a contribuição do Barão estendeu-se à modernização da Armada e também do Exército. E diz mais: “Sob alguns aspectos, a obra modernizadora foi o substrato, a fundação da contribuição mais duradoura que Rio Branco daria a esse processo gradual e progressivo, por natureza jamais inteiramente terminado, de formação e afirmação da identidade brasileira”. Um processo que não fica confinado aos elementos internos, mas que tem também uma dimensão externa. Talvez a ideologia básica de Rio Branco fosse a ideologia de todos os homens de Estado do Segundo Reinado, que era a do liberalismo jurídico, que ele aprendera no curso de Direito. O culto ao Direito como o valor fundamental da diplomacia e da política externa. (Esse aspecto seria também desenvolvido, na sessão final do seminário, pelo Professor Vicente Marotta Rangel, cuja contribuição analisaremos no local apropriado.)

Adiante, nota Ricupero a preferência que o Barão do Rio Branco tinha pelas soluções negociadas, muito mais do que pelas de arbitragem, preferindo a transação, ao mesmo tempo em que rejeitava “o uso indiscriminado e desinibido do poder, da força militar, fora do contexto da legitimidade”.

Observa também Ricupero que coube ao Barão “fazer aceitar, em definitivo, em matéria de direito, uma situação que já existia no terreno” e legitimar a expansão territorial do passado, fazendo uso dos “instrumentos mais vantajosos para um país como o Brasil, que detinha a posse efetiva, mas não os títulos da terra”. Ele comenta que foi o Barão quem sistematizou e articulou os princípios básicos do discurso diplomático brasileiro: não ingerência, solução pacífica dos conflitos, recurso à negociação, tendo-se esforçado “metodicamente, incansavelmente, para promover essas idéias pela imprensa e pelos outros limitados meios de divulgação da época”.

E acrescenta a esse respeito: “A ele se deve essencialmente o mérito de haver complementado os componentes internos da ‘idéia de Brasil’, da identidade nacional, com a dimensão externa essencial que lhe faltava ou substituindo a incipiente dimensão de antagonismo

herdada da Colônia por conteúdo construtivo de colaboração, não de conflito”.

Depois de comentar que a área da política externa é aquela em que o Brasil teve êxito histórico continuado e ininterrupto, que contrasta com os fracassos de política interna, Ricupero faz a observação de que foi Rio Branco quem legitimou a República com seus êxitos.

Ele também trata dos dois desafios inéditos que o Barão teve de enfrentar e que hoje novamente nos interpelam: uma transformação profunda do sistema internacional de poder (caracterizado naquela época pelo imperialismo europeu) e a emergência dos Estados Unidos como potência de alcance global: “Confrontado simultaneamente com esses dois problemas... o Barão vai utilizar o primeiro fenômeno para neutralizar o segundo”. E comenta que “por trás do que poderia parecer uma adesão incondicional às posições de Washington, escondia-se o intuito de multilateralizar o que, de outra maneira, consistiria num poder puramente unilateral”.

Ao referir-se à Doutrina Monroe, lembra Ricupero que já desde o Império o Brasil a tinha apoiado, mas numa visão diferente da visão dos americanos, para os quais aquela Doutrina era uma política unilateral. Para o Império, como para Rio Branco, ela era uma política de defesa do continente, multilateral.

Finalmente, Ricupero traça um paralelo entre os desafios atuais da globalização com os que o Barão teve de enfrentar, diante das conseqüências do que teria sido a primeira fase da globalização: a extraordinária expansão dos fluxos de comércio, de investimentos e de financiamento da Era Vitoriana.

No primeiro bloco do seminário, denominado “O Barão do Rio Branco: a visão do Brasil e do Mundo”, intervieram o Professor Arno Wehling, o Embaixador Synesio Sampaio Goes Filho e o Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

O Professor Arno Wehling, em sua monografia a que deu o título de “Visão de Rio Branco – o homem de Estado e os fundamentos de sua política”, à guisa de introdução, aponta que é antiga a preocupação com o estudo da relação do homem de Estado com as forças profundas da sociedade e historia a evolução das idéias a respeito, da cultura clássica à perspectiva empirista moderna. Entre

as várias respostas possíveis, ele se inclina pelo que tem demonstrado a pesquisa histórica: “o sucesso do homem de Estado está na correta percepção das forças profundas, externas e internas à sua sociedade, e em sua capacidade de nelas intervir”.

Também como introdução a seu tema, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comenta os aspectos relevantes da obra de Rio Branco que costumam ser estudados pelos historiadores e que são:

– “a delimitação de fronteiras, com ou sem a incorporação de territórios cuja soberania encontrava-se incerta, é o aspecto mais relevante da atuação de Paranhos Júnior, quer no período ‘técnico-diplomático’ que precedeu a participação no governo, quer no período de seu exercício no Ministério. Caracterizaram esse aspecto de atuação de Rio Branco o exímio uso de conhecimentos jurídicos, geográficos e históricos para a defesa dos interesses brasileiros, o recurso exaustivo e mesmo, quando considerado necessário, o emprego da força militar, como ocorreu no Acre”;

– a aproximação com os Estados Unidos ou “a aliança não escrita” na expressão cunhada pelo brazilianista Bradford Burns;

– “o cultivo de boas relações bilaterais com os Estados hispano-americanos e mesmo a tentativa de acordo mais amplo, como ocorreu com o ABC”;

– a preocupação com o fortalecimento militar do país.

Arno Wheling passa em seguida a estudar os fundamentos da política do Barão, que seriam os seguintes.

– A manifestação de uma “certa idéia do Brasil”. Ele a externou em diversas situações, até por ocasião de sua chegada ao Brasil para assumir o Ministério, em discurso pronunciado no Clube Naval.

– A clara concepção da razão de Estado que “era o seu norte político”. Diz o autor que a razão de Estado teve plena aplicação na gestão de Rio Branco no Itamaraty. A identificação dos objetivos e interesses do Estado brasileiro, como expressão das superiores finalidades nacionais, sobrepunha-se aos “aspectos circunstanciais e eventuais de governos, grupos partidários e homens públicos”.

– A admissão da *Realpolitik*. Mas uma *Realpolitik* que se pautou “por alguns critérios éticos e jurídicos muito explícitos”.

– Uma política de poder e de prestígio aplicada à necessidade de fortalecimento do país. O autor cita como exemplo a criação no Brasil do primeiro cardinalato sul-americano.

– A consciência do limite das ambições políticas do país. “Na prática de Rio Branco, a consciência desses limites e a necessidade de divulgá-la junto aos principais interessados – os países limítrofes, notadamente (...) a Argentina – fizeram com que repetisse as intenções de paz, de respeito ao Direito Internacional e sublinhasse a identidade de interesses” e a falta de ambição, de preponderância política.

– O desgosto pelo fanatismo nacionalista. Rio Branco “tinha um perfil psicológico clássico, distante de arroubos emocionais.

– A juridicidade da atuação internacional, o respeito pelo Direito Internacional e a resolução pacífica de conflitos.

– A autonomia da política externa. A essência dessa doutrina encontra-se no discurso do Clube Naval, quando disse: “não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil.

A contribuição do Embaixador Synesio Sampaio Goes Filho, denominada “O estilo negociador do Barão do Rio Branco como um paradigma da política externa do Brasil”, traçou em largas pinceladas a atuação de Rio Branco nas questões de fronteiras, assinalando que, além da importância em si mesma de sua política, essa liberou as energias brasileiras para campos mais férteis, enquanto várias outras nações do continente têm até hoje divergências sobre limites que constituem pesada carga em sua vida política internacional. O autor divide a vida pública do Barão em três períodos: o primeiro tem início com a nomeação para o Consulado em Liverpool; o segundo, com a designação para ser o advogado brasileiro na Questão de Palmas e, finalmente, o terceiro, com a assunção da pasta das Relações Exteriores. Ele diz, ao comentar os estudos e trabalhos históricos do Barão: “Não era um historiador puro, só interessado na verdade dos fatos; era um diplomata e achava que sua obrigação primeira era defender os interesses nacionais em tudo o que escrevia: em Rio Branco, o homem de pensamento nunca submergiu o servidor público”.

Acrescenta o Embaixador que, “apesar dos bons estudos sobre Rio Branco, que tratam principalmente da chamada política de fronteiras, os grandes textos sobre esta são seus próprios escritos, as

defesas nos arbitramentos e as exposições de motivos dos tratados de limites que negociou, todos documentos pessoais, pensados e redigidos exclusivamente por ele”, os quais constituem “clássicos da literatura diplomática brasileira”. Referindo-se ao estilo de Rio Branco, diz que “seus discursos são sempre curtos, de uma ou duas páginas (...). São sempre simples e factuais, nenhuma palavra difícil, nenhum autor citado. Mais para o Lincoln do *Gettysburg Address* do que para o Rui da *Oração aos Moços*”.

O Embaixador Sampaio Goes chama atenção para o fato de ser o Barão “das poucas unanimidades nacionais”, bem como para a boa estrela de sua vida pública, que não era gratuita, mas “recompensava uma excepcional capacidade de trabalho”. Dele, diz também: “Absorvente e centralizador, concentrava-se no essencial e praticamente redigiu sozinho todos os documentos do seu período à frente do Itamaraty”. Comenta que Rio Branco dedicou-se às fronteiras porque elas eram então o tema fundamental da diplomacia brasileira. Tinha interesse pelas pesquisas históricas, e essas deram sentido a sua vida. “Seu interesse básico era servir o país. Fazia da História do Brasil, de sua formação territorial, um instrumento de trabalho.”

Sampaio Goes aponta, como características da maneira de atuar de Rio Branco:

- o conhecimento do assunto: “a força do Barão era o profundo conhecimento dos assuntos de que tratava. Boa parte de sua vida passou trancado em um gabinete e é aí que encontramos o Rio Branco de águas profundas”;
- o uso de todas as armas: ele fazia diplomacia pública e, “para defender suas posições ou divulgar idéias”, servia-se com frequência da imprensa ou recorria a parlamentares de suas relações;
 - bons argumentos, numa forma simples e agradável;
 - a base histórica;
 - a tradição pacifista: “Em Rio Branco, a ideologia pacifista e não intervencionista está perfeitamente consolidada. Se aspira a um país forte e bem armado é porque acredita no brocardo latino: *Si vis pacem, para bellum*”;
- transparência: “Era um homem confiável nas ações e sincero nas afirmações”.

Finalizando, diz o Embaixador Sampaio Goes que o estilo negociador do Barão “vincou a política exterior do Brasil no século XX e não parece que a influenciará menos no novo século”.

O Embaixador João Hermes Pereira de Araújo tratou do tema com a comunicação “Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, o que, em suas palavras, significa “recordar uma fidelidade de 45 anos”. Ele relata que o jovem Paranhos Júnior, futuro Barão do Rio Branco, desde cedo mostrou interesse pela História do Brasil e que tinha apenas 16 anos quando escreveu o primeiro artigo histórico que publicou. Aos 20 anos, escreveu o “Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo”, o herói da Batalha de Ituzaingó, “que sobremaneira se distinguiu nos episódios da campanha de 1825”. Nota o Embaixador que esse trabalho, o mais importante que Paranhos escrevera até então, valeu-lhe o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com apenas 22 anos de idade. A obra revela “não só a segurança e a minúcia nas descrições das batalhas, mas principalmente o espírito crítico que se manifesta ao assinalar equívocos e omissões em autores de nomeada na época, como Varnhagen e Pereira da Silva”. Revela também seu interesse pelas questões do Prata. Prossegue o Embaixador: “O mais interessante, entretanto, é recordar as críticas que faz não somente ao Marquês de Barbacena, quando da Batalha de Ituzaingó, mas principalmente à própria política do Primeiro Reinado pela ‘fatal resolução’ de 1823 de manter unida ao Império a Província de Cisplatina”. E cita Rio Branco: “Quanto não teria ganho o Brasil se, pondo de parte veleidades pueris, tivesse erigido, desde logo, a Banda Oriental em Estado livre e soberano, garantindo sua independência contra as infundadas pretensões do governo de Buenos Aires”.

Lembra o Embaixador João Hermes que Rio Branco, não podendo ser sócio honorário, por causa de sua idade, nem efetivo, por falta de vaga, foi admitido no Instituto como sócio correspondente, embora fosse residente na Corte. “Desde então”, relata João Hermes, “o futuro Barão do Rio Branco, até sua nomeação para o Consulado-Geral em Liverpool, em 1876, participou ativamente da vida do Instituto”. Do exterior, manteve sempre com o Instituto “erudita

correspondência em que ou solicitava informações e dados sobre acontecimentos históricos e documentos dos arquivos da instituição, ou lhe participava resultados de suas pesquisas”.

Paranhos foi elevado a sócio honorário em 1895, depois de sua vitória no arbitramento da Questão de Palmas.

Informa o Embaixador que o Barão, quando regressou ao Brasil para participar do Ministério, foi recebido por uma comissão do Instituto, cujo Presidente lhe fez “vibrante saudação”. Retrato seu, cuja feitura fora encomendada em 1900, foi solenemente instalado numa sala da instituição poucos dias depois.

Em 1906, foi elevado à classe de sócio benemérito e, em novembro de 1907, eleito Presidente por unanimidade. Nas palavras do Secretário do Instituto, Max Fleiuss, a presidência de Rio Branco foi “reveladora de útil atividade e imenso brilho”. Em 1909, “foi-lhe conferida a perpetuidade no cargo de Presidente”.

O Embaixador João Hermes salienta vários dos discursos feitos por Rio Branco como Presidente do Instituto, especialmente o que pronunciou em 11 de junho de 1908, num momento de paroxismo da campanha de Zeballos contra o Brasil, por causa da chamada “equivalência naval”.

Conforme lembra o Embaixador João Hermes, “alguns anos após a morte de Rio Branco, o Itamaraty ofereceu ao Instituto os originais das *Efemérides Brasileiras*, publicadas em 1918”. Em todas as sessões do Instituto é lida a parte das *Efemérides* referente aos sucessos do dia, em especial homenagem ao Barão do Rio Branco: “É, assim, Rio Branco o único sócio lembrado em cada sessão”.

No segundo bloco do seminário, intitulado “O Barão do Rio Branco e seus contemporâneos”, apresentaram monografias o Professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, o Ministro Carlos Henrique Cardim, o Acadêmico Alberto Venancio Filho e o Ministro Paulo Roberto de Almeida.

Em sua intervenção, que foi sobre Rio Branco e Joaquim Nabuco, o Professor Francisco Vinhosa começa fazendo notar que uma das mais brilhantes ações da política de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores foi a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, para o que recebeu a ajuda decisiva de Joaquim Nabuco,

nosso primeiro Embaixador em Washington. Rio Branco e Nabuco eram ambos filhos de consagrados estadistas do Império e foram amigos toda a vida. Só ingressaram no serviço público durante a segunda regência da Princesa Isabel (março de 1876 a setembro de 1877), “uma vez que a fama de mundanos de ambos levava-os a sofrerem restrições, devido à rigidez moral com que D. Pedro II dirigia os assuntos públicos”. Traça então o autor um esboço biográfico de Nabuco, para lembrar que ele, como Rio Branco, após a queda da monarquia, recusa-se a colaborar com o novo regime. E ambos voltam à vida pública trazidos por um tema igualmente caro aos dois: problemas de fronteiras. Rio Branco na Questão do território de Palmas, em litígio com a Argentina, e Nabuco na disputa com a Inglaterra, no caso da Guiana Inglesa. Comenta o Professor Vinhosa que, ao decidirem servir a República, Nabuco e Rio Branco sofreram críticas de velhos companheiros monarquistas. Mas tanto D. Pedro II quanto a Princesa Isabel, porém, os apoiaram, compreendendo que o interesse do Brasil pairava sobre posições partidárias.

A decisão do árbitro da Questão da Guiana Inglesa, Victor Emanuel III, Rei da Itália, de dividir a área em litígio em duas partes, para não desagradar a ninguém, deixou Nabuco profundamente abatido. Ele foi logo em seguida surpreendido com o convite para servir em Washington. A elevação da Legação em Washington para o nível de Embaixada, a primeira do Brasil, teve profundo significado político, “coroando a política americanista de Rio Branco”. Joaquim Nabuco era agora “um entusiasta da nação americana, suas impressões sobre ela completamente diversas daquelas observações negativas que fizera ali em 1876-1877 e que emitira em *Minha Formação*, em 1900”. Observa o Professor: “Uma árdua tarefa de Nabuco, como Embaixador, era no sentido de superar dois importantes obstáculos para um melhor entendimento entre as duas nações: a desconfiança dos brasileiros e a indiferença dos norte-americanos”.

Nabuco foi amigo pessoal de Elihu Root e do Presidente Theodor Roosevelt, e presidiu em 1906 a III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, que foi um sucesso.

O Professor Vinhosa lembra que Nabuco era considerado um idealista e que ele adotou a política de Rio Branco, orientada mais

para os Estados Unidos, com excessivo entusiasmo, e se tornou um defensor apaixonado daquele país. Ele ignorava a agressividade da política externa norte-americana, enquanto Oliveira Lima denunciava veementemente o que chamava de pan-americanismo do norte, bem como o “rooseveltismo” de Nabuco. A respeito, diz o Professor Vinhosa: “Rio Branco, espécie de árbitro, não endossava o exagerado pan-americanismo do Embaixador, mas também não concordava com a proposta de Oliveira Lima, de maior aproximação com a Argentina e demais países latino-americanos”. Observa ele também que havia divergências entre Rio Branco e Nabuco na condução da política externa brasileira em relação ao Estados Unidos e cita, a respeito, Álvaro Lins: “para Nabuco o pan-americanismo era a idéia principal, exclusiva, de sua obra de Embaixador, enquanto para Rio Branco, como Ministro, era apenas uma idéia a mais”, pois sua condição de Chanceler exigia que se fixasse no conjunto da política externa.

O trabalho do Ministro Carlos Henrique Cardim, que estuda o relacionamento entre Rio Branco e Rui Barbosa, sublinha, logo no início, uma virtude do Barão pouco analisada em seu perfil “e que supera as demais”. Para o autor, “Rio Branco foi, acima de tudo, um grande líder político agregador, principalmente por cultivar uma rara qualidade no homem público, a de saber convocar as melhores capacidades do país para o serviço das causas nacionais”. Ele acrescenta que Rio Branco “em sua gestão, que irá até 1912, colocará em prática sua virtude maior de mobilizador de talentos, de germinador de capacidades”. Cardim faz contrastar a atitude do Barão com a da maioria dos governantes, que “procuram se cercar de colaboradores inferiores, que confirmem suas visões, que não tragam opiniões dissonantes e que expressem concordância e elogios a suas posições”. E afirma: “Rio Branco, ele mesmo um intelectual, um estudioso da História do Brasil, um homem de cultura, sabia como lidar, em prol das grandes causas internacionais do país, com talentos como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, despertando neles o gosto pela política exterior. Dotado de enorme paciência, não se importava em ficar em segundo plano para que Nabuco e Rui brilhassem em marcantes conclave como a III Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro (1906) e a Segunda Conferência Internacional da

Paz, da Haia (1907)”. E completa: “Rio Branco administrava muito bem os caprichos e vaidades dos intelectuais, que, por exemplo, tanto Nabuco quanto Rui possuíam”.

Quanto a Rui Barbosa, citando Gilberto Amado, para quem Rui era “uma estranha pessoa”, o autor observa que ele tinha “um processo de tomada de decisões muitas vezes tortuoso. No caso do convite (...) para chefiar a Delegação brasileira na Haia, Rui levou 42 dias para dar sua aceitação”.

Relata Cardim que a relação entre os dois colegas da Faculdade de Direito de São Paulo só começou mais tarde, a partir de artigo extremamente elogioso de Rui a respeito do texto de Rio Branco sobre a História do Brasil na *Grande Encyclopédie*: “Esse artigo produziu na alma de Rio Branco um movimento de gratidão tão profundo, que nunca perdeu uma oportunidade de proclamá-la”, conforme Américo Jacobina Lacombe, citado por Cardim.

Este informa que foi em editorial de 2 de dezembro de 1900, após a vitória na Questão do Amapá, que Rui assinalou o valor da obra que Rio Branco estava empreendendo e o chamou de ‘pacificador’ e de ‘reintegrador do território nacional’.

Lembra o Ministro que “ao assumir o Ministério da Relações Exteriores, em 1902, Rio Branco priorizou a solução da questão acreana, para a qual só via um caminho: tornar nacional, por aquisição, o terreno já habitado por brasileiros, considerando a situação de fato e a impossibilidade de lograr laudo favorável em arbitragem”.

Conforme Araújo Jorge, citado por Cardim, “em 17 de outubro de 1903 (...) um mês antes da assinatura do tratado, o Senador Rui Barbosa, que desde julho desse ano vinha colaborando, com o prestígio e autoridade de seu nome, nas negociações, como um dos Plenipotenciários brasileiros, conjuntamente com Rio Branco e Assis Brasil, julgou dever solicitar dispensa dessa comissão”, por não concordar com as concessões do Brasil à Bolívia. Cartas trocadas entre Rio Branco e Rui Barbosa, das quais o Ministro Cardim fornece os textos na íntegra, como anexos a seu trabalho, explicam esse episódio. Diz Cardim: “O desenlace da questão acreana demonstrou o acerto da estratégia de Rio Branco e a não realização das hipóteses pessimistas de Rui Barbosa”. Demonstrou também as diferenças de personalidade

dos dois atores: “Rio Branco manifesta (...) seu estilo de fazer a outra parte, também, parte da solução da pendência (...) como cúmplice da solução alcançada. Rui se comporta dentro de rígido paradigma realista”.

Relata o Ministro o papel determinante de Rio Branco no grande triunfo de Rui na Conferência da Haia, em 1907, sabendo exercer, despido de vaidade, o verdadeiro papel de colaborador do Delegado brasileiro e exaltando-lhe a atuação.

Finalmente, voltando ao tema inicial, Cardim menciona o inegável carisma – “construtivo e agregador de pessoas em prol de uma causa nacional” – do Barão, e termina citando Rui Barbosa: “Muito de si fiará quem se tenha por assaz forte para se acastelar contra a persuasão insinuativa do Barão do Rio Branco”.

O Acadêmico Alberto Venancio Filho, dissertando sobre “O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha” – tema sobre o qual seu pai, Francisco Venancio Filho, também escreveu, por ocasião do centenário de nascimento do Barão –, revela o papel fundamental de Euclides da Cunha na política de conagraçamento com os países vizinhos. O autor enfatiza “o fato de ambos (Rio Branco e Euclides da Cunha) terem as mesmas convicções pelo interesse público e pela noção do serviço à pátria, e a postura do Barão de sempre procurar se servir dos melhores talentos”, como resposta à indagação que formula sobre como Rio Branco e Euclides da Cunha, pessoas de posições sociais tão diversas, de formações escolares inteiramente diferentes e de hábitos de vida e de costumes também divergentes, puderam ao longo de cinco anos participar como colaborador e colaborado, e (como) com temperamentos tão diferentes, em tom cerimonioso, se aproximaram, se respeitaram e se tornaram amigos”. Ressalta o estudo de Venancio Filho que, no relacionamento Rio Branco/Euclides, este se colocava sempre na posição de admirador, honrado com a atenção e a intimidade que lhe concedia Rio Branco. Este, por sua parte, nunca subestimou o grande valor do autor de *Os Sertões*, obra publicada em dezembro de 1902, exatamente quando o Barão chegou ao Brasil e foi empossado. A apresentação de Euclides a Rio Branco foi feita por Domício da Gama, e o autor transcreve carta em que Domício narra esse encontro e dá testemunho do respeito

que desde o primeiro momento inspirou a Euclides o Barão, “aquele grande homem público, tão bondoso e simples, mas tão pouco familiar”. Euclides pleiteava uma função de auxiliar da Comissão de Reconhecimento do Purus, mas o Barão, que o “aprovara com distinção”, nomeou-o Chefe da mesma.

Depois de estender-se sobre os trabalhos dessa Comissão, relata Alberto Venancio Filho que, “terminado o relatório (sobre a missão ao Purus) Euclides pensa tomar outro rumo, mas Rio Branco não dispensa seus serviços e o designa auxiliar técnico do Gabinete, dando-lhe importantes tarefas”.

Euclides sentia-se deslocado e um estranho no Itamaraty, com as etiquetas do protocolo diplomático, refugiando-se na biblioteca. Carta de Euclides a Domício da Gama, reproduzida por Venancio, retrata bem o tipo de relacionamento que mantinha com o Barão: “Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos, discutimos; e ele franqueia-me a máxima intimidade – e não há meio de eu poder considerá-lo sem as proporções anormais de homem superior à sua época”.

Envolvido por Estanislao Zeballos – a quem qualifica de “alma danada” – no célebre caso do telegrama nº 9, pela insinuação de que fora ele a fornecer-lhe documentos, Euclides escreveu ao Chanceler argentino uma carta indignada, também transcrita no texto de Venancio Filho.

Segundo este, “Euclides prestou grande colaboração na preparação do Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão”. Ele acrescenta que a exposição de motivos do Tratado de Limites com a República Oriental do Uruguai, assinado em outubro de 1909, quando Euclides já era desaparecido, é acompanhada de um mapa de sua autoria. Também no caso do tratado que encerrou a questão de limites com o Peru, assinado em 8 de setembro de 1909, depois da morte de Euclides, “não só na exposição de motivos como nos anexos [há] referências expressivas a Euclides da Cunha, além de mapa de sua pena”.

E conclui Venancio: “Vê-se assim que, na obra de Rio Branco, foi valiosa e prestimosa a colaboração de Euclides da Cunha”. O Barão o reconheceu em discurso pronunciado no Instituto Histórico,

em 1909, em que assim se referiu a Euclides: “(...) homem (...) cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de o ter por companheiro de estudos, de trabalhos e de esperanças patrióticas”.

O Ministro Paulo Roberto de Almeida apresentou o trabalho “O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – vidas paralelas, itinerários divergentes”. Inicialmente, comenta que, entre os contemporâneos do Barão de significação intelectual, nenhum terá sido tão acerbamente seu crítico quanto Oliveira Lima, 22 anos mais moço, e que dele dizia: “Da sua alma não jorrava o leite da natureza humana”. Até mesmo no belo elogio fúnebre que fez de Rio Branco desponta uma palavra sua de crítica, ao dizer: “sua alma tinha refolhos”.

A vaidade parece ter sido a marca que muitas vezes dividiu os três grandes personagens da época: Rio Branco, Nabuco, Oliveira Lima, predominando uma certa “incontinência da pena” naquele que Gilberto Freyre, grande admirador (e devedor) de Oliveira Lima, chamou, com espírito, de “Dom Quixote gordo”. Contudo, conforme aponta Paulo Roberto de Almeida, “há, sem dúvida, um certo paralelismo nas carreiras respectivas de Paranhos e Oliveira Lima”. Com a diferença, poderíamos acrescentar, de que o primeiro chefiou o segundo como Chanceler e nunca o premiou, como ele pretendia e esperava, com postos à altura de seu valor intelectual. A designação para a Legação no Peru, por exemplo, foi resistida por Oliveira Lima a ponto da ruptura da disciplina da carreira diplomática.

Conforme lembra o autor, “proclamada a república, o que deixou vários monarquistas apreensivos (entre eles Nabuco e Paranhos), o republicano Oliveira Lima vem ao Rio decidido a ingressar na carreira diplomática”. O que obteve, mas sem jamais conseguir o sucesso ao qual se julgava com direito, pela cultura e pelos inegáveis dotes intelectuais. Chegou a aspirar à Embaixada em Washington, e a nomeação de Nabuco deixou-o profundamente decepcionado.

Paulo Roberto de Almeida narra as relações entre seus dois heróis, aponta convergências e divergências, e diz: “Os pontos de *atração*, num primeiro momento, e de *rejeição*, uma década depois (...) se cruzam no tempo lento das mensagens transportadas em

paquetes, quase sem convivência física entre ambos, praticamente por correspondência postal ou telegráfica”. Inicialmente, os dois manifestaram admiração mútua. Aproximava-os o mesmo interesse pela pesquisa histórica.

Segundo o Ministro, o primeiro motivo de irritação entre ambos teria sido “o itinerário diferenciado (...) em relação à academia literária”. E “o embate maior no plano das vaidades literárias (...) se daria na posse oficial de Oliveira Lima como membro da Academia Brasileira de Letras, seis anos depois de eleito, cerimônia à qual Rio Branco ostensivamente não compareceu”. Ao discorrer sobre seu patrono na Academia, Varnhagen, não deixou Oliveira Lima de proceder a um acerto de contas dentro da diplomacia, “inserindo todas as suas críticas diretas e indiretas à situação da carreira, à orientação dada ao relacionamento diplomático, ao próprio estilo de trabalho em vigor na Secretaria de Estado, no que foi interpretado, com razão, como censura ao próprio Barão do Rio Branco”. A respeito, diz o autor: “João Ribeiro, historiador reconhecidamente ligado a Rio Branco, tomou a si o encargo de responder a algumas ilações de Oliveira Lima em artigo no *Correio da Manhã*, em 1903, ao afirmar, com certa perversidade: “a história, na Academia, só tem hoje dois cultores: Rio Branco, que aliás estaria dispensado de escrever, porque, mais do que a escreveu, fê-la viva (...) e Joaquim Nabuco, que é o mais eloquente brasileiro (...). A estes agora vem juntar-se Oliveira Lima, com seus dotes próprios de investigador contencioso e diligente, sem grandes méritos literários e artísticos, é verdade, mas com grande solidez, fundamento e segurança de crítica”.

Ressalta o autor da monografia os vários artigos que Oliveira Lima publicou no *Correio da Manhã*, entre 1903 e 1906, intitulados Reforma Diplomática, bem como a liberdade que ele se arrogou ao declarar: “Costumo escrever desassombadamente sobre assuntos de política nacional e internacional porque a qualidade de diplomata não deve apagar o discernimento nem reduzir o cidadão a um eunuco da inteligência, quando a possui”. Certamente o Barão não aprovaria tal “independência” por parte de seus subordinados, ele que entendia que “o cidadão pode opinar como entender, o diplomata só tem uma opinião, que é a do governo”. Não obstante, lembra o Ministro

que “a gestão do Barão foi marcada por um clima de relativa tolerância em relação a dissidências como a de Oliveira Lima”.

Outras desavenças diplomáticas surgiriam a partir daí, em matérias de substância, sendo “o principal ponto de contenção entre Rio Branco e Oliveira Lima (...) a atitude a adotar em relação à política dos Estados Unidos para a América Latina”.

O terceiro bloco do seminário teve o título de “O Barão do Rio Branco e a Modernização do Brasil”. Para dramatizar o processo de modernização que permeou o Brasil na virada do século, diz o Embaixador e Acadêmico Alberto da Costa e Silva: “Quando desceu no Rio de Janeiro (em dezembro de 1902) o Barão do Rio Branco foi levado por uma carruagem puxada por cavalos até a Rua do Ouvidor. Cinco anos mais tarde, Euclides da Cunha escreveria a Domício da Gama haver na cidade “um delírio de automóveis”. Certamente um exagero de Euclides, pondera Costa e Silva, mas o Barão costumava usar automóvel.

Em seguida, desfila o autor uma impressionante lista de criações literárias e científicas que marcariam todo o período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, incluindo a publicação de *Os Sertões*, livro “que causou um impacto sem precedentes sobre a inteligência brasileira, um impacto que só se repetiria três décadas depois” (com *Casa Grande & Senzala*).

Diz Costa e Silva: “Tinha-se a convicção de que o Brasil começava a inventar, a descobrir e a investigar com renovado vigor sua própria realidade e a discuti-la”.

Prossegue afirmando que se deve “reconhecer em Rio Branco o personagem de seu tempo que mais contribuiu para o sentimento de que o Brasil tinha um destino certo, bom e forte. Sua atuação no caso das Missões e das fronteiras com a Guiana Francesa, bem como a incorporação do Acre ao território brasileiro e o acerto dos limites com o Peru e o Uruguai, como que entregava um novo país ao país. O Rio de Janeiro colonial, com suas ruas estreitas e prédios esguios, começava a ir-se embora (...) Paralelamente, Oswaldo Cruz o libertava da febre amarela”. Costa e Silva acrescenta que atrás do biombo dourado da *Belle Epoque* escondiam-se as condições miseráveis de vida da maior parte da população, a marginalização econômica dos

antigos escravos, os cortiços insalubres, a ausência de socorro médico, a violência nos bairros populares” (*mutatis mutandis*, não muito diferente dos dias de hoje, infelizmente, como não disse Costa e Silva, mas certamente pensou...).

Comenta o autor: “Custa-me acreditar (...) que o Barão pendurasse em sua sala um quadro de Cézanne, Gauguin ou Derain. Para a pintura, ele tinha olhos antigos, como a maioria de seus contemporâneos cultos... E sua sensibilidade estética continuava a ser, possivelmente, a de seus primeiros dias europeus. Como também muitas das suas percepções sociais e políticas. Assim, continuou monarquista e é provável que não pusesse maior atenção nos reclames pelo voto feminino e pelo voto secreto e universal”. E diz ainda: “Metade de sua alma, a mais íntima, ficara no passado. A outra era intensamente moderna e modernizadora”. Disso dão prova as memórias sobre as fronteiras brasileiras, que, “se escritas hoje, ainda as teríamos como modelos de monografias modernas”. Costa e Silva acrescenta: “O Barão era, aliás, excelente jornalista, a antecipar, na clareza e concisão do estilo, a linguagem que só se imporia décadas depois. E sabia como poucos lidar com a imprensa e utilizá-la como arma política”.

Ele informa que o Barão se preocupou também com a modernização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio Branco pouco contara com a Secretaria de Estado para a preparação de suas memórias sobre as questões de limites. E foi assim que já em 1903 propôs o aumento dos quadros e dos vencimentos dos funcionários da Secretaria de Estado; foi, porém, só em 1906 que obteve aprovação do Congresso e logrou então reorganizá-la, fortalecendo o Gabinete do Ministro e criando, além das seções do Protocolo, dos Negócios Políticos, dos Negócios Comerciais e Consulares, Contabilidade e Assuntos Administrativos, uma nova, que para ele deveria ser a espinha dorsal da Casa: o Arquivo. E cercou-se de funcionários e técnicos de confiança. Segundo observa Costa e Silva, o Barão “não mudou métodos burocráticos de trabalho. O que ele mudou foi o comportamento da diplomacia brasileira, o tom de sua voz, o modo de apresentar seus argumentos. Deu-lhe confiança. Alterou a posição do país no hemisfério e no mundo. E a imagem que de sua pátria tinham os brasileiros”.

O Professor Amado Luiz Cervo inicia seu trabalho, intitulado “O Barão do Rio Branco e a modernização da agenda brasileira”, descrevendo “o ambiente histórico em que se inseriu a gestão de Rio Branco na Chancelaria,” para em seguida ressaltar a “experiência e o conhecimento que Rio Branco adquiriu com sua breve vida política, sua longa vida diplomática, seu aprendizado doméstico em companhia de seu pai, o maior de todos os diplomatas da época da monarquia, mas sobretudo com seus estudos, jamais interrompidos”.

O Professor da UnB afirma que, no entender de Rio Branco, “o dirigente bem-sucedido recheia sua estratégia de ação com seis ingredientes de suporte: três operacionais, quais sejam, rodear-se de auxiliares competentes, executar a rotina da função com eficiência e recorrer ao pragmatismo de método; a autoconfiança como elemento psicológico; o patriotismo ou (...) senso da cidadania, como elemento moral; e, enfim, a segurança do respaldo que a tudo isso presta a opinião pública”. Assinala, em seguida, que o Barão escolheu a dedo auxiliares da maior estirpe, sem temer sua sombra. Assim, despachou para Washington Joaquim Nabuco, para Haia Rui Barbosa, trouxe para dentro do Itamaraty Euclides da Cunha. Preocupou-se Rio Branco em corrigir a fraqueza militar em que se encontrava o Brasil, concentrando-se principalmente no fortalecimento de nossa Marinha, a fim de que estivéssemos preparados não porque o Brasil alimentasse planos de agressão, mas sim para “a pronta defesa de seu território, de seus direitos e de sua honra”.

Ressalta o autor, ao comentar o senso de cidadania de Rio Branco, que ele “concebia a consolidação do (nosso) espaço como uma etapa para dois outros empreendimentos posteriores (...): o povoamento do interior e o cultivo de relações cooperativas com os povos vizinhos”. Comenta também as motivações da aproximação com os EUA, “uma relação que nada tinha de passiva”. Adiante Amado Cervo observa que Rio Branco, “conservador, realista e pragmático, desempenhou as funções de Chanceler aplicando seu conceito de gestão de negócios externos com coerência e abrangência de escopo, sobre os aspectos operacional, moral, psicológico e de segurança”. Para o autor, “a contribuição (de Rio Branco) à modernização da agenda nacional situa-se, do lado do método de ação, de forma plena; e da substância, de forma restrita”.

A restrição que o Professor Amado Cervo faz a Rio Branco é a de que ele “não foi capaz de agregar à política exterior a função de preencher requisitos de desenvolvimento. Essa fraqueza manifestava-se no modo como concebia e implementava medidas do lado do comércio exterior e no descaso que tributava ao pensamento industrialista promovido por contemporâneos seus. Ele esteve, portanto, enclausurado em seu tempo, sem perceber os sinais de outros tempos”.

O Almirante Max Justo Guedes dedicou seu trabalho ao estudo do papel do Barão do Rio Branco na “modernização da defesa”.

Lembra o Almirante que, “quando o Barão do Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em dezembro de 1902, anteava o Governo Rodrigues Alves sérios problemas de fronteiras com duas repúblicas que confinavam com o Brasil: a Bolívia e o Peru”. Descartada a arbitragem (pois que Rio Branco não acreditava possuir argumentos capazes de obter vitória), e havendo tanto a Bolívia quanto o Peru pretendido recorrer às armas, necessitava Rio Branco, desde o início de sua gestão no Ministério, o respaldo das nossas Forças Armadas. Concentrando seus esforços no aumento de nosso poder naval, “iniciou o Barão verdadeira catequese para que o Brasil logo adquirisse os melhores navios então no mercado”. Infelizmente não conseguiu convencer o Ministro da Marinha, e quatro anos depois nenhuma encomenda fora feita. Prosseguiu Rio Branco em seus esforços, descendo a pormenores, tais como o tipo de navios que devíamos adquirir, e convenceu o Almirante Alexandrino de Alencar, que havia sucedido o Almirante Noronha na pasta da Marinha, tendo assumido a Presidência o Conselheiro Afonso Pena, da urgência de ampliar nossa força naval. Nossos problemas concentravam-se então no Peru, prestes a receber dois cruzadores, insistindo em nossa necessidade de “ter no Amazonas uma flotilha numerosa e eficaz”, diante da política armamentista do Peru, argumentando que estávamos “na Amazônia em condições de inferioridade que hão de tornar mais intransigentes os nossos contendores”. O mesmo esforço de melhoramento da força militar empreendia o Barão no que se referia ao Exército.

O Almirante trata também do caso do cruzador alemão *Panther* e das dificuldades que surgiram com a Argentina, depois que o Vice-Presidente Alcorta assumiu o poder em 1906 e escolheu Estanislao Zeballos como Chanceler.

E conclui: “Felizmente para o Brasil, graças aos gigantescos dotes diplomáticos do Barão do Rio Branco, tanto os limites com o Peru quanto a agressividade de Zeballos foram resolvidos, mesmo com os precários meios militares que possuíamos. Sem que houvesse o recurso às armas”.

O que ressalta do pormenorizado relato do Almirante Max Justo Guedes, profundo conhecedor da nossa história, é a nítida consciência de Rio Branco da urgência de modernizar nossas Forças Armadas para respaldar nossas transações diplomáticas em relação ao delicado e mesmo explosivo problema do Acre, visto que, na hipótese, não era aconselhável o recurso ao arbitramento, ainda mais depois do insucesso de nosso pleito na Guiana Inglesa.

O Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia, denominou seu trabalho, dentro do mesmo bloco do seminário, “Rio Branco e a emergência do meio ambiente científico no Brasil”. Ele esclarece, inicialmente, que suas palavras têm como pano de fundo “a premência da aproximação da C&T com a diplomacia e a política externa”. Sua palestra pode ser dividida em quatro partes: o III Congresso Científico Latino-Americano (Rio de Janeiro, 1905) e o papel que nele teve o Barão; a ação de Rio Branco à frente da política exterior brasileira; a trajetória da C&T no Brasil; e, finalmente, os temas científicos e tecnológicos e a agenda diplomática.

Sobre o Congresso Científico, Sardenberg informa que Rio Branco, tão logo assumiu a chefia da Chancelaria, encampou a idéia de sua realização no Rio de Janeiro e designou uma comissão organizadora, “à qual emprestou completo apoio”. O Ministro aponta a modernidade de vários dos temas tratados no congresso e os relaciona, começando por “O problema da infância abandonada”.

A ação de Rio Branco como Ministro é vista por Sardenberg como a expressão de “um compromisso básico com o país e com a criação de uma plataforma territorial firme e decidida, com impacto favorável no processo de modernização da sociedade brasileira e de

sua visão do mundo. Em sua gestão, a diplomacia dirigiu-se diretamente à remoção do que poderia vir a ser um entrave fundamental para o avanço modernizador”. Ele comenta que o Barão concentrou-se em resolver as questões de ordem territorial e, subsidiariamente, em defender o Brasil da onda expansionista da época.

Observa que “a extirpação de focos potenciais de tensão na América do Sul teve conseqüências duradouras”. Para Rio Branco coloca-se, principalmente, “a fixação – definitiva – dos limites territoriais brasileiros, os quais, nos primeiros anos da república, estavam consolidados junto a apenas dois países vizinhos, o Paraguai e a Venezuela”. E prossegue: “No Brasil, suas vitórias moldaram um clima de opinião que facilitou a transição da monarquia para a república e motivou uma mudança a longo prazo das mentalidades, por aumentar a confiança na solidez do país como sujeito de Direito Internacional”.

Ressalta o Ministro Sardenberg que “a despeito de seu conhecido tradicionalismo, Rio Branco foi portador de qualidades modernas”. Comenta também que o conhecimento histórico-geográfico do Barão “e seu interesse específico pela cartografia se tornaram ferramentas essenciais no desenvolvimento das posições diplomáticas requeridas pelos principais interesses do Brasil”. Uma segunda grande qualidade de Rio Branco apontada por Sardenberg “é o enfoque totalizante de sua gestão que – sem perder foco – tem por objeto não só o conjunto das fronteiras, mas também as relações com cada vizinho e com toda a região sul-americana, assim como as interações (...) com parceiros mais poderosos, quais sejam as principais potências européias e os Estados Unidos”.

Ao “ilustrar a trajetória percorrida pela C&T brasileira e a magnitude dos desafios”, o Ministro Ronaldo Sardenberg aponta como paradigmáticas três figuras: o próprio Rio Branco, o oficial da Marinha Álvaro Alberto e o diplomata Miguel Álvaro Ozório de Almeida.

Conforme acentua Sardenberg, cabe recordar “a clara dedicação de Rio Branco à defesa nacional e seu envolvimento com a ciência de seu tempo em três planos: o interesse pela pesquisa histórica e geográfica; a aplicação dessa à diplomacia; e o fato de haver presidido o Congresso Científico e lançado sementes no Itamaraty, como uma

espécie de consequência de sua trajetória diplomática, que sempre esteve embasada no conhecimento”.

Por último, o Ministro trata dos novos temas científicos e tecnológicos que “estão forcejando a pauta diplomática, mas ainda não recebem o tratamento que requerem”, aponta quais as questões centrais da atualidade e propõe “rearticular e estreitar a relação entre ciência e diplomacia, entre política científica e política externa e, menos abstratamente, entre cientistas e diplomatas”. Conclui o Embaixador Sardenberg citando Álvaro Lins: “O que fez a grandeza do Barão do Rio Branco foi haver associado a ciência e a arte diplomática. Pois o verdadeiro diplomata há de ser um erudito e um criador, homem de ciência e uma personalidade de imaginação”.

O quarto bloco do seminário foi dedicado ao tema “O Barão do Rio Branco e a política das Américas”.

Sob esse tema, o Professor Clodoaldo Bueno deu a seu trabalho o título de “O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul”. E nota, de início, que “na concepção de Rio Branco a melhor maneira de se proteger de atentados à soberania era garantir a estabilidade política da região”. Rio Branco vai mais adiante e refere-se à “conveniência de um tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a Argentina, e sobre a utilidade de algum acordo entre as duas Repúblicas e a do Chile, tendo em vista o fim das revoluções no Cone Sul”. Era a semente do ABC.

Conforme ressalta o autor, “sempre que possível, Rio Branco procurava diferenciar o Brasil do grupo latino-americano de nações, em geral identificado com crises políticas e insolvências financeiras. Diferenciá-lo, mas não isolá-lo. Assim, buscou a consolidação e ampliação da amizade brasileira com os países da América espanhola, até mesmo com os da América Central”. E acrescenta: “Rio Branco, ao praticar uma política de prestígio, encontrou sérios competidores na Argentina. O rearmamento da esquadra brasileira, os sucessos do Chanceler no remate das velhas questões lindeiras e a íntima aproximação com os Estados Unidos despertaram ciúme na vizinha República do Prata”. Rio Branco entendia que o Brasil deveria procurar imitar, no segmento sul do continente, os Estados Unidos. Para isso, era necessário o estreitamento da amizade com a Argentina e o Chile.

Observa Clodoaldo Bueno que o “realismo e a concepção de que uma nação necessita de poder militar para impor respeito explicam o fato de Rio Branco ter insistido no aumento da esquadra brasileira”. O Chanceler brasileiro, que não teria lido os geopolíticos da época, “pensou e agiu como geopolítico, mas nunca citou autor da moda ou tentou adaptar a realidade à teoria. Foi, antes de tudo, um pragmático (...) e agiu guiado pelo bom senso, instinto, faro político e pela própria leitura do contexto internacional (...) o Chanceler diferia do argentino Estanislao Zeballos e seus conterrâneos Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, homens de pensamento, ávidos leitores de autores da época”.

Ele lembra que a rivalidade com o Brasil cresceu na Argentina quando Zeballos foi designado, pela terceira vez, para chefiar o Ministério das Relações Exteriores. A tensão, diz, “chegaria a tal ponto que a paz entre os dois países ficou ameaçada”. Além disso, para a Argentina, que se via como a primeira potência da região, o projeto naval brasileiro era um desafio. Rio Branco procurou tranqüilizar a Argentina, dizendo, em edital de *O País*, “que teremos sempre prazer em dividir com a República Argentina (...) a parte de hegemonia que nos cabe”. Com a queda de Zeballos, as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente, e Roque Sáenz Peña realizou sua histórica visita ao Brasil.

O Professor Bueno salienta que a preocupação do Barão com o equipamento das Forças Armadas decorria da necessidade de garantir a soberania e a paz nacionais, “na medida em que evitavam eventuais afrontas ao amor-próprio nacional”, bem como da “preocupação em não permitir o mínimo arranhão no prestígio nacional”.

Também preocupou à Argentina o aprofundamento da amizade brasileira com os Estados Unidos, que decorria das demandas do setor agropecuário, mas, sobretudo, do entendimento do Barão de que os EUA eram “um neutralizador contra eventuais intervenções e um reforço da posição do país nas negociações” dos problemas de fronteira ainda pendentes.

A conclusão do autor é a de que, além da aproximação com os Estados Unidos e dos esforços para a consolidação das fronteiras nacionais, houve na política externa de Rio Branco “movimentos

impostos pela defesa da soberania e a prática de uma política de prestígio, tendo o país assumido atitudes próprias de uma potência regional”.

Em depoimento gravado, o Embaixador Gelson Fonseca Junior apresentou o texto “Rio Branco e o pan-americanismo”, tendo como foco de sua análise o III Congresso Pan-Americano, de 1906.

Declarou inicialmente: “No limiar do século XX, o sistema internacional oferece ao Brasil dois novos desafios. O primeiro é a ascensão dos Estados Unidos, como uma potência regional que começa a ter presença mundial. Do lado das instituições começa a se configurar uma nova modalidade de interação entre Estados, que é o que se poderia chamar de multilateralismo contemporâneo. Rio Branco percebe com clareza os dois movimentos”. Assim, sua defesa do pan-americanismo visaria a estabelecer uma ligação entre eles e a “ampliar o espaço de manobra da diplomacia brasileira”. Observa então o Embaixador Gelson Fonseca que naquele momento o pan-americanismo não é uma unanimidade. Rio Branco é um defensor do pan-americanismo, e a imprensa brasileira, em geral, acolhe bem a idéia. Mas há resistências em relação a ela não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina. Oliveira Lima, por exemplo, é um crítico do pan-americanismo, conforme se lê em citação feita pelo autor: “Bela e levantada concepção esta. Mas que só pode aspirar a ser uma expressão dotada de realidade, e vir a perder toda a acepção ameaçadora e perigosa que atualmente ainda conserva, quando deixar de ter uma base egoísta, quando a famosa Doutrina de Monroe passar, como é de direito, de apanágio de uma só nação para o domínio comum do continente que diz proteger (...) quando não mais for, na sua edição corrente, uma arma única de ascendência dos Estados Unidos”.

Assinala o Embaixador que Rio Branco, no discurso com que inaugura a III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, “contrapõe, com precisão, dois modelos de multilateralismo: o que serve à hegemonia e o que serve à igualdade”. Para ele, exemplos do modelo que serve à hegemonia são os Congressos da Paz, “em que os vencedores ditavam a lei aos vencidos”. O exemplo do modelo da igualdade são “os Congressos convocados (...) em plena paz e sem

constrangimento algum”. O modelo preferido por Rio Branco é o da igualdade.

Depois de comentar a Conferência Pan-Americana, tanto em seus aspectos formais como em sua dinâmica interna, ele passa a tratar das instruções de Rio Branco a Nabuco (que a presidiria), em carta de março de 1906, assinalando que a maior preocupação do Chanceler era com o tema da arbitragem. Manifesta-se o Barão, nessa carta, contra o que chama de “arbitramento incondicional” e diz expressamente: “Queremos deixar aos governos futuros a inteira liberdade de ação e escolhas”. Comenta o Embaixador, a esse respeito, que Rio Branco, depois da solução da Questão da Guiana Inglesa, ficou, naturalmente, com uma certa reserva em relação ao arbitramento, e sobretudo um arbitramento que pudesse ser obrigatório, incondicional. Na mesma carta a Nabuco expressa Rio Branco sua preocupação com eventuais árbitros hispano-americanos, em relação aos quais “estariamos sempre mal (...) Já que, como o Brasil tinha questões pendentes com os vizinhos, seria natural que julgassem com pouca independência qualquer pendência submetida”.

Nota Gelson Fonseca que na carta a Nabuco pondera Rio Branco que há uma multilateralização do monroísmo tradicional, que significa os Estados Unidos defendendo os países do continente de incursões européias, e há “uma segunda dimensão do monroísmo, que é a do Corolário Roosevelt”, pelo qual os Estados Unidos se atribuíam o direito de intervir preventivamente em países “desestabilizados” do continente para evitar uma intervenção européia. De certo modo, observa o Embaixador, o Corolário Roosevelt é aceito por Rio Branco, que declara na carta a Nabuco: “Um acordo geral, de todas as nações americanas, é mais impossível ainda que entre as européias. O chamado concerto europeu é formado apenas pelas chamadas grandes potências. Pensamos que um acordo, no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estariamos bem (...)”. De outro modo, “seríamos suplantados pelo número”.

Para o Embaixador, um legado do Barão, uma lição que se pode tirar hoje de sua conduta, é o fato de que “o objetivo central do multilateralismo, para os que não têm hegemonia, é o de trazer

a potência para os processos de negociação ampliados, em que a igualdade formal se dilui e o poder tende a se dispersar”. Outro legado, talvez a melhor lição: “Para negociar é preciso autoconfiança, tranqüilidade em relação a trunfos”.

A intervenção seguinte, no mesmo bloco, foi do Professor Steven Topik, da Universidade da Califórnia, que intitulou seu trabalho “As relações entre o Brasil e os Estados Unidos na época de Rio Branco”.

Ao fazer um retrospecto do que denomina “A Era Imperial, aproximadamente entre 1871 e 1914”, o autor observa que o Brasil, nessa época momentosa, “se destacou como uma antiga colônia que exigia maior reconhecimento e respeito na sociedade das nações. Especialmente durante os anos de Rio Branco como Chanceler, 1902-12”. Ele assinala que “no caso das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, a explicação econômica não é suficiente. Com efeito, o Brasil não precisou enfrentar nem o *big stick* ianque, nem a *gunboat diplomacy*”.

Comenta o Professor Topik que “os brasileiros tendiam a aceitar a Doutrina Monroe porque achavam que ela protegia o Brasil das potências coloniais e neocoloniais européias, assim como de sua rival no continente, a Argentina”. E acrescenta: “Em vez de ser vitimado pelo *imperialismo ianque*, o Brasil na verdade se beneficiava da natureza unilateral desse relacionamento. Embora possam ter sido ‘gigantes desiguais’, com ‘relações de poder assimétricas’, o Brasil podendo jogar com a posição competitiva das grandes potências permitiu ao Barão do Rio Branco afirmar substancialmente a independência diplomática brasileira”. Ele aponta semelhanças entre os dois grandes países americanos: “Da mesma forma que o Brasil, os Estados Unidos eram uma antiga colônia européia, uma grande colônia continental baseada na imigração européia e nos escravos africanos, em lugar da sua população indígena, marginalizada”.

Topik narra a história das relações entre os dois gigantes no século XIX, mostrando que “elas se concentraram no comércio”, especialmente no comércio de café, e que o relacionamento diplomático “se desenvolvia de forma independente das relações econômicas. A amizade entre os dois países mais populosos do hemisfério ocidental foram cimentadas com a viagem do Imperador D. Pedro II à Filadélfia,

em 1876, para visitar a exposição do centenário da independência americana”.

Quanto à opção do Barão do Rio Branco pela ligação com os Estados Unidos, observa o brazilianista que “desde a independência o Brasil tinha sido virtualmente uma colônia financeira e comercial da Grã-Bretanha”. E acrescenta que “ainda na monarquia, mais de uma década antes de o Barão do Rio Branco aceitar sua nomeação como Ministro, o Estado e a sociedade tinham boas razões para se afastar da esfera de influência britânica, o que significava, em parte, relações mais estreitas com os Estados Unidos”. Segundo ele: “A aproximação com os Estados Unidos foi uma decisão política e diplomática, não uma necessidade econômica”.

Afirma Topik que o “mesmo espírito pragmático que fez com que Rio Branco e outros membros da elite do Império aceitassem a República também os convenceu de que agora a amizade com os EUA representava um meio adequado para diversificar a dependência do país, afastando-o da Grã-Bretanha”, bem como para ganhar amigos para o regime subitamente colocado na defensiva.

Conforme lembra o Professor norte-americano, “Rio Branco e Joaquim Nabuco (...) muito favoráveis à Grã-Bretanha (...) favoreciam a mudança de orientação em favor dos Estados Unidos, apoiando não só a Doutrina Monroe, mas a Doutrina Olnay e o Corolário Roosevelt, durante o período de Rio Branco como Chanceler”.

Ele lembra também, finalmente, que a mudança da orientação diplomática do Brasil na direção dos EUA “não era total e nada tinha de servil”.

O último bloco do seminário recebeu o título “O Barão do Rio Branco e a Política Brasileira no Prata”. Os organizadores do certame tiveram a excelente idéia de solicitar a três conferencistas (um brasileiro, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; um argentino, o Professor Daniel E. Larriqueta; um uruguaio, o ex-Presidente Julio M. Sanguinetti) que apresentassem a visão do Brasil, a da Argentina e a do Uruguai, respectivamente, sobre o tema.

A seguir, destaco algumas das reflexões e idéias do Embaixador Seixas Corrêa.

– “José Maria da Silva Paranhos Júnior (...) adiantou-se a seu tempo, dominou sua época, encarnou a visão do passado e projetou

o futuro do Brasil. Estabeleceu matrizes de ação e de pensamento que se tornaram axiomáticas.”

– “Talvez a principal das grandezas do Barão do Rio Branco tenha sido a de encarnar a continuidade dentro da transformação, de atenuar a ruptura entre a ordem monárquica e a republicana.”

– O que diria de nós o velho Barão? “Certamente se orgulharia de ver que seu legado principal permanece intocado: que o Brasil não deixou escapar um centímetro sequer de suas fronteiras (...) Talvez se preocupasse com uma certa perda de auto-estima (...) Veria que sua premonição quanto à hegemonia norte-americana tinha sido acertada (...) se sentiria orgulhoso de sua Casa, da perpetuação de seu nome e de seu estilo num Itamaraty respeitado no Brasil e no exterior.”

– “Área limítrofe por excelência do Brasil desde o período colonial até os meados do século XIX, a região do Rio da Prata representou o eixo principal da interação do Brasil com o mundo exterior.”

– O nascimento histórico do Brasil “esteve sempre associado a impulsos de expansão territorial”, algo que explica a tendência predominante nas sociedades hispânicas da América do Sul de associar a História do Brasil a uma vocação imperialista.

– “A conseqüência mais palpável para o Brasil da independência sob a forma monárquica foi a unidade territorial”, enquanto a América espanhola se fragmentou. “Esse contexto histórico e cultural explica as sucessivas intervenções do Brasil no Prata, de onde provinham na percepção brasileira possíveis ameaças à integridade territorial do país. Na realidade, a preocupação com o controle da margem esquerda do Prata vem das profundezas da história do Brasil”: fundação da Colônia do Sacramento em 1680, ocupação da Banda Oriental em 1817, incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve em 1821.

– Ambição portenha de reconstituir o Vice-Reinado do Prata (Juan Manuel de Rosas) contraposta à “determinação do Rio de Janeiro de manter a qualquer custo um *status quo* que impedisse a formação de uma formidável potência rival nos limites meridionais do país, que, entre outras ameaças, poderia estimular separatismos

nas províncias do sul. Daí a participação diplomática e militar do Brasil na aliança que conduziu à queda de Rosas em 1851, fato que marcou profundamente a relação do Brasil com os vizinhos platinos”. Cada qual a seu tempo e modo, o Visconde do Rio Branco e seu filho tiveram consciência da necessidade de pôr termo aos conflitos no Prata, o Visconde do Rio Branco profundamente marcado pelo paradigma da intervenção, e o Barão pela “separação amistosa”. Disse uma vez o Barão: “O que desejamos sinceramente é que os nossos vizinhos nos deixem em paz. Território, têmo-lo de sobra”.

– “Como personagem de transição e de transação entre a monarquia e a república, o Barão do Rio Branco terá tido sua visão do Brasil moldada pela projeção da personalidade e da ação paternas.”

– Longe da instabilidade que caracterizou o final da monarquia e o começo da república, Rio Branco encontrou no exterior o recolhimento necessário para empreender pesquisas, em particular nos arquivos históricos. “Por seu próprio pendor e por seus antecedentes familiares, acabaria tornando-se profundo conhecedor das questões do Prata (...) Com o advento da República, o tema das fronteiras ocuparia o centro das atenções da política externa do Brasil”. A primeira das questões territoriais envolvia o território de Palmas, no oeste do atual Estado de Santa Catarina. Recorreu-se então ao arbitramento do Presidente Cleveland. Em abril de 1893 Rio Branco foi indicado para defender a posição brasileira, em substituição ao recém-falecido Barão de Aguiar de Andrada. O laudo do Presidente Cleveland, em 1895, reconheceu em toda sua plenitude o direito do Brasil. Consagrado por essa vitória e pela subsequente na questão de limites com a Guiana Francesa, Rio Branco aceitou, após muita relutância, assumir o Ministério das Relações Exteriores.

– O acordo com o Uruguai foi o último dos grandes entendimentos de limites promovidos pelo Barão e “representa um dos mais marcantes exemplos do (seu) espírito de equidade”.

– Em 1908 o episódio do telegrama nº 9, que envolveu o Chanceler argentino Zeballos, “representou o auge das tensões. Rio Branco pôs fim à controvérsia quebrando o código empregado pelo Brasil e revelando que o telegrama apenas se referia aos esforços da Argentina para minar as relações entre o Brasil e o Chile. A demissão subsequente de Zeballos viria a desanuviar o ambiente e a permitir

que em sua visita ao Brasil, em 1910, o Presidente Sáenz Peña pronunciasse a famosa frase: ‘Tudo nos une, e nada nos separa’.

– “Em 1909, Rio Branco chegou a redigir pessoalmente um projeto de ‘Tratado de cordial inteligência política e arbitramento’ entre o Brasil, a Argentina e o Chile, a partir do qual se estabeleceriam esforços para a consolidação do chamado ABC.”

Conclui o Embaixador Seixas Corrêa seu trabalho, acima resumido em seus pontos principais, observando que “a visão política estratégica de Rio Branco a respeito da relação como os países vizinhos pode ser interpretada como a resultante histórica do contraste com a política de intervenção levada a cabo durante os períodos colonial e monárquico e a política de integração almejada pelas lideranças republicanas”.

Em seu trabalho, que representa uma visão argentina do tema, o Professor Daniel Larriqueta apresenta estimulante estudo sobre o que ele denomina “a construção do eixo do Atlântico, a linha estratégica da modernidade para a América do Sul dos nossos dias”, construção para a qual Rio Branco teria trazido contribuição decisiva. Explica o autor: “Para a Espanha, os descobrimentos e as conquistas dos grandes impérios pré-colombianos, no México e no Peru, definiram uma ênfase na ocupação de todo o ocidente do Novo Mundo e também do gigantesco Oceano Pacífico. Para Portugal, a marcha afortunada dobrando o Cabo da Boa Esperança, rumo à Índia (...) desenhou uma presença quase acidental no extremo oriental da América do Sul”. Do ponto de vista dos espanhóis, “a costa atlântica da América do Sul era somente uma porta para a rica civilização indígena que se construía ao redor do mineral de prata peruano. A força desse mandato manifestou-se definitivamente no nome do grande rio, o Rio da Prata, e no nome da República Argentina. Do ponto de vista português, a exploração e a ocupação das costas sul-americanas sob sua soberania seriam fatos marginais em relação ao enorme esforço de construção do Império andante lusitano, que se estenderia com uma admirável força épica, sempre para o Oriente, até desembarcar no Japão”. E lembra: “Em 1580 as mudanças na política européia terão um eco inimaginável nesta longa costa do Atlântico Sul, com a proclamação de Felipe II da Espanha como Felipe I de Portugal, o que dá origem à monarquia dual. A linha de Tordesilhas desapareceu”.

Prossegue o autor: “Nos 60 anos que durará a monarquia dual (1580-1640) a zona de conflito criada pela linha de Tordesilhas converte-se num espaço de convergência. O rompimento da monarquia dual em 1640 pôs término à convergência pacífica e abriu um período de conflitos que se estenderá por dois séculos e meio, primeiro entre as Coroas de Portugal e Espanha e, após a independência, entre o Império do Brasil e as Repúblicas herdeiras do Vice-Reinado do Rio da Prata (...) diferenças jurisdicionais e limítrofes entre a Espanha e Portugal, nessa região atlântica da América do Sul, estarão presentes em todas as mesas de negociação da política europeia (...) É nesse cenário que crescerão as figuras do Visconde do Rio Branco, primeiramente, e, depois, do Barão do Rio Branco”.

Observa o Professor Larriqueta que o adversário histórico da Argentina no oeste é o Chile, que em plena Guerra do Paraguai reclamara para si extensas regiões da Patagônia.

Observa também que “a perícia de Rio Branco e a insuficiência da documentação argentina levaram o Presidente Cleveland a dar o laudo a favor do Brasil. Mas o signo de paz e prosperidade sob o qual esse episódio ocorreu e a altura intelectual e moral dos estadistas litigantes consolidaram a validade do laudo e sua pacífica aceitação pelas duas partes. Tudo isso está sintetizado na frase com que o Barão do Rio Branco agradece as merecidas felicitações: ‘nossos aliados de Caseros e do Paraguai’. Mas na exposição de motivos que Rio Branco apresenta ao Presidente dos Estados Unidos para justificar a pretensão brasileira há uma espécie de argumento a respeito de ‘fronteiras razoáveis’, que terá tido peso significativo na decisão (...) Diz o Plenipotenciário brasileiro: ‘funda ademais seu direito na posição especial desse território que é indispensável para a sua segurança e defesa e para a manutenção das comunicações entre o Rio Grande do Sul e os outros estados da União brasileira”.

Nessa parte de sua contribuição, o Professor Larriqueta traça um perfil de Estanislao Zeballos surpreendente para os brasileiros, habituados a uma pejorativa apreciação do Chanceler argentino, sobretudo em consequência de seu comportamento no famoso episódio do telegrama nº 9 (ao qual o Professor não se refere). É preciso, segundo ele, entender as razões profundas dos desencontros entre

Rio Branco e Zeballos, que foi três vezes Ministro das Relações Exteriores (1889-1890, 1891-1892, 1906-1908). Prossegue o autor: “Sendo Zeballos um homem de viva inteligência e vasta cultura, que chegou à Chancelaria na idade de 35 anos, teve um lugar destacadíssimo na vida argentina até o momento de sua morte, em 1923 (...) não se pode entender a plenitude de sua personalidade sem ter em conta que na vida interna da Argentina foi um infatigável propulsor do progresso, de preferência através do desenvolvimento jurídico, científico e educativo. Zeballos tinha uma visão da grandeza da Argentina e do lugar que devia ocupar no mundo, comparável à visão de Rio Branco sobre a grandeza do Brasil (...) Era um período de relações ríspidas com o Chile, quando estava em discussão a soberania sobre extensas regiões austrais e o cumprimento estrito do princípio ‘Argentina no Atlântico, Chile no Pacífico’ (...) Ele (Zeballos) assumiu, com toda a vivacidade do seu caráter, a necessidade de evitar que um rearmamento do Brasil na frente oriental debilitasse a posição da Argentina com relação aos conflitos das questões limítrofes com o Chile”.

Termina o autor por assinalar que “o Brasil de Rio Branco e a Argentina de Sáenz Peña entram numa época rica de acontecimentos internos, mudanças sociais e políticas, construção da sociedade moderna. Estão seguros de suas fronteiras e têm, como diria Rio Branco, ‘território de sobra’. Também os dois sabem que gozam do privilégio de encabeçar a modernidade sul-americana, assentada sobre o grande eixo do Atlântico, que é, sem dúvida, um legado maior do pensamento e da obra de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco”.

Apresentando sua contribuição como a visão do Uruguai, o ex-Presidente Julio M. Sanguinetti desenha inicialmente, em largas pinceladas, um quadro das guerras que envolveram o Rio da Prata entre 1839 e 1851: os argentinos opositores de Rosas, liberais e intelectuais independentes, refugiaram-se em Montevidéu. Por seu lado o Partido Nacional uruguaio apoiava Rosas e sitiava Montevidéu, com o General Oribe à frente. O Governo da Defesa de Montevidéu desenvolveu um amplo *front* diplomático, liderado por Manuel Herrera

y Obes e o Embaixador no Brasil, Andrés Lamas, com o objetivo de obter uma aliança entre o caudilho entrerriano Urquiza, o Império do Brasil e o Governo da Defesa, que veio a causar a queda de Rosas na chamada Batalha de Caseros. Para lograr que o Brasil ingressasse nessa aliança o Governo da Defesa assinou cinco tratados, entre os quais o de limites que implicava a renúncia pelo Uruguai de antigas reivindicações. Esses entendimentos constituíram a peça-chave do grande acordo no qual Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, visualizou a significação de promover a derrubada de Rosas, cujas ambições sobre o território uruguaio e o controle do Rio da Prata eram notórias.

Esses antecedentes históricos referidos pelo Presidente Sanguinetti constituem o pano de fundo para ressaltar o papel de Rio Branco no Uruguai, sob o tema “política brasileira no Prata”.

Recorda o ex-Presidente que desde então os governos uruguaio “tentaram reiteradamente modificar os tratados de 1851, em aspectos especificamente lesivos como eram o da navegação das águas do Jaguarão e da Lagoa Mirim”, esforços esses que ao longo de todo o século XIX falharam, especialmente no que se referia à navegação, o que o Uruguai considerava uma ferida profunda na soberania nacional.

Relata Sanguinetti que a Chancelaria e as Forças Armadas argentinas passaram a aplicar uma teoria que ignorava todo o direito uruguaio sobre o rio e sua navegação. Desse modo, o Uruguai passaria a ter praticamente uma *costa seca* sobre o Rio da Prata, em conseqüência da extravagante teoria do Chanceler Zeballos. Nessas circunstâncias a diplomacia brasileira, sob a chefia do Barão do Rio Branco, aproximou-se do Uruguai, cujo ambiente lhe era favorável. Após várias negociações o Barão do Rio Branco anunciou que “o governo brasileiro está disposto a fazer uma declaração espontânea em favor do condomínio das águas fronteiriças, mas somente uma vez que terminar a construção dos grandes navios de guerra que havia encomendado na Europa”.

Lembra então o autor que o Presidente Afonso Pena, sendo Rio Branco Chanceler, declarou na abertura do Parlamento, em 1908: “Desde 1801 somos donos da navegação exclusiva do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Os tratados solenes estabeleceram como limites entre ambos os países a margem direita do Rio Jaguarão e a ocidental

da Lagoa Mirim na confluência do Jaguarão. Espontaneamente e sem solicitações, fazemos o que se esperava de nós e sem desejo de compensação”. Assim, observa, “ao renunciar o Brasil ao direito de navegação exclusiva, desmontava a pretensão argentina e o fazia esclarecendo que isso não era resultante de uma reclamação, mas sim de um reconhecimento livre e espontâneo. Nesse clima, o Barão do Rio Branco negocia com o Ministro uruguaio Rufino Dominguez um novo tratado, que reconhece a navegação comum e, mais importante ainda, compartilha a jurisdição”.

Ressalta o Presidente Sanguinetti que a mensagem ao Parlamento uruguaio solicitando a aprovação do tratado pertinente diz que “o Barão do Rio Branco encarou e resolveu nossas aspirações de todos os tempos com um critério que supera, por amplitude e elevação, esses legítimos anhelos (...) a Chancelaria brasileira (...) concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia demandou em todas as épocas e aceitou muito menos do que essa mesma diplomacia ofereceu, como compensação, em suas constantes gestões”.

Ele finaliza suas considerações com este conceito: “o tratado com o Brasil, além de sua intrínseca significação, produziu uma pacificação nos assuntos do Rio da Prata. A partir de então, não mais se reivindicava a tese da ‘fronteira seca’”. E traça o seguinte retrato de Rio Branco: “Seu pragmatismo político lhe indicava os horizontes; seu principismo o movia a buscar por meios válidos seus objetivos; sua notável perspicácia política, herdada de seu pai, o levava a tomar caminhos que realçaram a grandeza de seu país e construíram um prestígio baseado em valores mais sólidos do que a força e a imposição econômica”. Diz também: “Ele respeitava profundamente o passado (...) mas havia entendido a mudança dos tempos e as exigências de uma renovação profunda”.

Encerrando o seminário apresentaram suas considerações o Professor Vicente Marotta Rangel e o Embaixador Alvaro da Costa Franco.

O Professor Marotta Rangel intitulou seu trabalho “A atualidade do Barão do Rio Branco”. Após uma dissertação sobre o ciclo histórico em cujo âmbito se desdobrou o itinerário da vida de Rio Branco – o do sistema do concerto europeu – que teve início depois da desagregação da Santa Aliança, instituída pelo Tratado de 1815”, o

autor traça o perfil biográfico do Barão, fazendo notar “que nem sempre têm sido ressaltados adequadamente os conhecimentos (por ele) adquiridos na área jurídica, durante os cursos em São Paulo e no Recife, e praticados e desenvolvidos na promotoria pública, na representação popular, na assessoria a seu pai em atividades governamentais e especificamente diplomáticas”. E acrescenta: “ungidos na mesma cadeira, direito das gentes e diplomacia não poderiam deixar de manter-se, pela vida afora, no centro dos interesses e atividades de Rio Branco”. O autor conclui o perfil do Barão com a seguinte observação: “Lição atual está ele a nos ministrar: a da necessária preparação para possíveis funções mais relevantes, em face de circunstâncias eventuais, ainda que essas funções ou circunstâncias jamais venham a ocorrer”.

Lembra o Professor Marotta Rangel os êxitos de Rio Branco nas Questões de Palmas e do Amapá, e, a respeito da primeira, diz: “Qualifico de modelar a exposição, redigida por Rio Branco, entregue ao árbitro em 1894”, em que finca sua argumentação no princípio do *uti possidetis, ita possideatis*, ou seja, “como possuis, continuai possuindo”. Sobre a vitória na Questão do Amapá, seu comentário final é uma citação de Araújo Jorge: “a sentença arbitral (do Conselho Federal suíço) não só nos restituíra íntegro o território contestado entre os rios Oiapoque e Araguari, como trancara à França o ambicionado acesso ao Amazonas, impedindo-a de estender-se por esse rio adentro, paralelamente à sua margem esquerda, até ao Rio Branco”.

Da gestão de Rio Branco no Ministério da Relações Exteriores, destaca Marotta Rangel as negociações com cada um de nossos vizinhos sobre o traçado de nossas fronteiras: “Nunca é demais louvar essa obra que permitiu, sem conflito armado, sem disparo de um só tiro, definir o retrato geográfico de nosso país. Não apenas geográfico, senão também, sob diversos prismas, político, jurídico e igualmente cultural. A maneira pela qual os entendimentos foram orientados e levados a bom termo constituiu, por si só, testemunho de progresso e civilização”. Como a negociação mais difícil, ele aponta a Questão do Acre.

Marotta Rangel comenta também a Conferência Pan-Americana, na qual “havia harmonia ampla entre teses do Brasil e dos Estados

Unidos, cujo conagraamento crescente constituía, aliás, um dos pontos basilares da política exterior de Rio Branco” e a Conferência da Haia, “em que a Delegação do Brasil, conduzida por Rui Barbosa, certamente com apoio de Rio Branco, acabou discrepando daquele país, em relação ao Tribunal de Presas, à Corte Internacional de Justiça e ao arbitramento compulsório”.

Ele termina sua dissertação com uma pergunta: “Teria ainda Rio Branco atualidade?” Responde que sim e afirma: “Rio Branco está presente na melhoria da carreira diplomática (...) e na continuidade e no aperfeiçoamento constantes da política exterior de seu país. Orientou essa política não apenas no nível interestatal, mas também em relação a organismos internacionais que, em contexto universal e regional, emergiam em sua época. Diretrizes a respeito subsistem até hoje. Espelham valores permanentes nos quais se assentam”. Esses valores, como os de paz e de justiça, estavam entranhados na alma do Barão. A conclusão do Professor é a de que a vida, o pensamento e a obra de Rio Branco permanecem atuais e como tal devem permanecer.

O Embaixador Alvaro da Costa Franco pronunciou as palavras de encerramento do seminário, das quais extraímos, em resumo, os seguintes conceitos:

– Rio Branco procurou “desenhar um novo perfil para o que hoje se chama a inserção internacional do Brasil, baseado numa visão compreensiva do país e numa intuição penetrante das tendências evolutivas do contexto internacional e das novas forças que se delineavam no cenário global”.

– Ele era um especialista, especialista em Brasil, um espírito pragmático pouco inclinado ao exame de teorias ou doutrinas.

– Viveu muitos anos no exterior, em Liverpool e Paris, mas “levava uma vida reclusa, de estudioso (...) Se assimilou gostos, padrões de vida e, possivelmente, uma disciplina de trabalho europeus, manteve pelos seus interesses intelectuais os mais estreitos laços com o Brasil”.

– Rio Branco foi homem do século XIX, no sentido mais conservador: “Não se registra nenhum interesse ou mesmo simples curiosidade pelas novas idéias políticas ou sociais, tendências artísticas ou literárias”.

– “Como já foi notado, seu estilo simples, despojado, sem efeitos retóricos, tão do gosto da época, bem reflete a objetividade e o sentido prático que orientam sua atividade intelectual e profissional.”

– “O que realmente caracteriza Rio Branco é sua capacidade de concentração no que terá sido sua única paixão: o Brasil. Pesquisador profundo de um campo de conhecimento, pôs sua experiência a serviço de uma causa, à qual dedicou integralmente seu tempo. Era capaz de concentrar sua ação no que lhe parecia essencial, buscando, na cuidadosa e minuciosa execução das tarefas assumidas, esgotar o assunto, considerá-lo sob todos os ângulos, explorar todas as linhas de argumentação.”

– “Não perdia tempo com o que não lhe parecia relevante. Quem for buscar, na correspondência de sua missão em Berlim, análises sobre o Império alemão e sua política européia sairá profundamente decepcionado. Rio Branco parece partir do princípio de que as inflexões e matizes da política do *Kaiser* em nada alterariam a natureza das relações com o Brasil, sendo, portanto, irrelevantes para nós.”

Termina o Embaixador Alvaro da Costa Franco com uma fina observação: “Estamos, na realidade, comemorando o centenário do Itamaraty. Não do Ministério dos Negócios Estrangeiros, criado com a Independência e rebatizado pela República como Ministério das Relações Exteriores, mas do Itamaraty, instrumento de ação diplomática moldado por Rio Branco, tendo presentes as tradições da diplomacia do Império, tão bem representadas pela imagem paterna, mas atualizado para um Brasil novo que se formava e para o Brasil com que o Barão sonhava. Rio Branco, que pregava a inteligência e o conhecimento, procurou, tanto quanto possível, adotar critérios de seleção de pessoal que, embora talvez arbitrários, respondiam às necessidades de nossa diplomacia; organizou a memória de nossa Chancelaria (...) Criou uma tradição de apreço e respeito pela inteligência e pelas qualidades intelectuais que ainda fazem deste Ministério um celeiro de servidores do Estado”.

SESSÃO I
O BARÃO DO RIO BRANCO:
A VISÃO DO BRASIL E DE MUNDO

MODERADOR
Governador do Estado do Acre, Jorge Viana

RIO BRANCO, DEFINIDOR DE VALORES NACIONAIS

RUBENS RICUPERO

Uma celebração como esta, diferentemente das anteriores, não se destina a comemorar o centenário (1945) ou os 150 anos do nascimento (1995) do Barão do Rio Branco, não devendo, portanto, ser tão focalizada nos aspectos pessoais. Ela tem como objeto a gestão de Paranhos no Ministério das Relações Exteriores, isto é, mais uma obra do que um homem. Nessa obra, a reinvenção do Itamaraty e da política externa brasileira é, sem dúvida, a parte mais importante. Faz, assim, sentido ligar os dois aspectos: a vida e a obra, sobretudo, dentro desta última, a recriação da instituição e a política de que foi ela instrumento.

A certa altura de *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre lança frase vaga, mas de enorme potencial sugestivo. Sob a direção de Rio Branco, o Itamaraty teria deixado de ser instituição puramente diplomática para transformar-se em sistema “de organização e definição de valores superiormente nacionais”.¹ Quando a li pela primeira vez, fiquei intrigado, mas o sentido pareceu-me um tanto enigmático. Continuei a ler para ver se a explicação se tornava mais clara e não encontrei nada de plenamente satisfatório. Como é característico do gênio de Freyre, é uma dessas intuições fulgurantes que ele esbanja aqui e ali, no meio do caminho principal, trilhas que prometem levar a descobertas excitantes, mas que o desbravador não tem tempo de explorar.

A partir dessa frase, gostaria de falar sobre três aspectos: primeiro, em que sentido se pode afirmar que o Barão teve um papel de modernizador; em segundo lugar, dizer alguma coisa sobre sua contribuição fundamental para completar o processo de definição da identidade brasileira, fornecendo-lhe a dimensão externa que faltava ou substituindo a preexistente. Finalmente, concluirei com algumas considerações sobre como Rio Branco foi talvez o primeiro estadista a articular um paradigma geral e abrangente de política externa brasileira, incluindo não só os problemas tradicionais de vizinhança e convivência, herdados do passado, mas também os do presente e,

em esboço, os do futuro. Neste último sentido, como se mostrou capaz de lidar com duas questões que voltam hoje a nos desafiar: uma transformação súbita e profunda no sistema mundial de poder, e o surgimento do fenômeno da globalização, em sua primeira encarnação, a da Era Vitoriana, e os deslocamentos que ela produziu, até na América do Sul.

Voltando à frase de Gilberto Freyre, como muitas de suas coisas, é uma dessas percepções agudas, penetrantes, que desaparecem velozmente na impetuosidade da enxurrada sem deixar traços. São pinceladas impressionistas a que ele não tenta imprimir, de forma lógica e metódica, caráter de sistema.

Como diz no prefácio, “Ninguém espere do ensaio que se segue que seja história convencional (...) De modo algum é este o seu propósito; e sim o de tentativa de interpretação (...) para a compreensão do que seja o *éthos* brasileiro”.² O período que abrange da vida brasileira é, no essencial, o mesmo da gestão de Rio Branco, o coincidente com o do subtítulo de *Ordem e Progresso*: o “Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república”.

Tem isso muito a ver com a inspiração maior deste seminário: o que julgamos ter sido a modernização do Brasil naquele momento, e que Gilberto Freyre prefere descrever como seus “aspectos, dinâmicos, ou, no sentido apenas sociológico da palavra, progressivos”. E adverte: “Relativamente progressivos. Sem que se atribua a tais aspectos a realização ou sequer a manifestação de um processo (...) de desenvolvimento nacional”.³

Não deixa de ser contraditório, até paradoxal, que se considere o Barão modernizador. Afinal, ele foi, em muitos aspectos, um estadista típico do século XIX, o último grande estadista da segunda metade e do fim do século XIX brasileiro, uma vez que sua morte coincide praticamente com o desaparecimento daquele século, na véspera da Primeira Guerra Mundial.

Pessoalmente, era homem de valores já superados na própria época. Monarquista convicto até o fim da vida, em algumas

características chegava a ser quase um saquarema, na tradição do Partido Conservador da fase do regresso, da reação à Regência, da centralização do poder. É o que se vê, por exemplo, de sua rejeição à federação “à americana”, com governadores eleitos, e quando afirma que aquilo de que precisávamos, “depois de tantas reformas precipitadas e inconsideradas”, era “fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional”.⁴

Em contraste com Joaquim Nabuco, quase não se percebe nele uma preocupação maior com o que era para seu amigo o caráter orgânico da escravidão, permeando toda a sociedade e as instituições. Embora tenha sido contra a escravidão e considerado a Lei do Ventre Livre, obra de seu pai, “a mais importante reforma que se tem realizado no Império”,⁵ após a independência, questões como a herança da escravatura, a miséria predominante, a escandalosa desigualdade social e racial estavam em grande parte ausentes de seu espírito.

Não é à toa que Lima Barreto, agudamente consciente do preconceito – recorde-se do final de *Clara dos Anjos*, quando a jovem mulata, seduzida e abandonada, diz “Mãe, nós não somos nada neste mundo” –, foi crítico acerbo do Barão. Não só o anedotário da época, mas o próprio Gilberto Freyre lembra como o Chanceler se cercava de “homens não só inteligentes, cultos e polidos como altos, belos e eugênicos (...) animais de bela estampa (...) homens que, completados por esposas formosas, elegantes e bem-vestidas, dessem ao estrangeiro a idéia de ser o Brasil – pelo menos sua elite – país de gente sã e bem-conformada”.⁶ Euclides da Cunha, seu auxiliar direto, não lhe conseguiu passar a descoberta que fizera em Canudos a respeito da força do sertanejo, produto da mestiçagem. Provavelmente jamais tentou fazê-lo, dado o temor reverencial que lhe inspirava o grande homem. Freyre observa, aliás, que essa preocupação pela figura e apresentação dos homens explicaria “o fato de nunca ter aproveitado Euclides da Cunha – em certa época tão desejoso de ir à Europa, que pensou ingenuamente em ser professor em Paris (...) – senão em missões sul-americanas”.⁷ Indo um pouco mais longe e fazendo concessão maior à franqueza, prossegue o mestre de Apicucos: “Sua aversão aos cacogênicos estendia-se, *de algum modo*, [grifado por mim]

a brasileiros de cor. Só quando de valor excepcional – o caso do cacogênico Santos Dumont – pareciam-lhe os indivíduos feios, pálidos, franzinos, utilizáveis ou toleráveis (...).⁸ Note-se a complicada acrobacia vocabular (“cacogênico” nem aparece no Aurélio) para tentar escamotear o óbvio: todos os adjetivos, embora possam significar coisas diversas, constituem parte da linguagem brasileira codificada para significar o que todos entendemos – a referência a pessoas “de cor”. Como o requisito de “boa aparência” de nossos anúncios de emprego. É claro que admiti-lo em toda a crueza abalaria consideravelmente a tese da “democracia racial”, tão cara ao admirável pernambucano (...) Outro monarquista, Carlos de Laet, observou bem que a Revolta da Chibata, do marujo negro João Cândido, “foi, para Rio Branco, um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte e (...) circunvagando os olhos pela baía ameaçada (...) teria talvez compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal (...)”.

Esses textos, alguns bem posteriores, como os de Gilberto, são interessantes por mostrar como para o Barão e a maioria de seus contemporâneos, assim como para muitos dos que vieram depois, até hoje, as ausências, os silêncios, as omissões são mais eloqüentes do que as referências explícitas. Há todo um imenso Brasil, o das maiorias, que fica de fora, o Brasil dos cacogênicos, dos desdentados, dos “homens de cor” sem valor excepcional, escondidos ou, melhor, revelados pelas elipses e acrobacias verbais de escritores elegantes. O que estraga tudo é que, de vez em quando, homens não cultos nem polidos, mas certamente de bela estampa, como o negro João Cândido, têm o mau gosto de invadir a festa para a qual não foram convidados. A não ser, como aconteceria muitos anos mais tarde no samba de Cartola, “para se exhibir para a Duquesa de Kent no Itamaraty”.

Se assim é – e não vejo como negar – só se poderia falar de Rio Branco como modernizador em termos da “modernização conservadora”, conceito habitualmente utilizado de forma restrita, aplicado às revoluções burguesas tardias na Prússia e na Itália. Com certa latitude, a idéia tem servido para descrever, no Brasil, tanto a Revolução de 30 como a Primeira República, isto é, mudanças aparentemente profundas na estrutura do Poder, mas sem tocar ou

alterar fundamentalmente a organização econômico-social, com freqüente cooptação de pelo menos parcela da classe dominante anterior.

Não há dúvida de que, dessa perspectiva particular, Rio Branco, é uma perfeita manifestação da modernização conservadora, já que participa de dois governos que representam possivelmente os exemplos mais acabados de modernização conservadora na história do Brasil, os Governos Rodrigues Alves e Afonso Pena, a “Era de Ouro” da Primeira República.

Ambos os Presidentes tinham sido Conselheiros do Império, e Rodrigues Alves, como lembrava Rio Branco, havia figurado “no mesmo partido conservador em que tive praça”, conforme argumenta para tentar esquivar-se do convite para a pasta das Relações Exteriores, alegando que poderiam “os *vieilles barbes* do Brasil republicano entender que os antigos monarquistas lhes estão a tomar os principais lugares e o governo da nau do Estado”.

Numa das cartas que escreve a Rodrigues Alves, alude ao problema representado pelo Visconde de Cabo Frio e sua provável resistência a uma necessária e radical reforma interna, para a qual não se sentia qualificado. Indica Joaquim Nabuco, “pela coragem de reformador” e, como escreve ao Presidente eleito, por possuir não só “todas as habilidades para o cargo, mas também qualidades brilhantes que não possuo (...)”.

É significativo, portanto, que o próprio Barão tivesse consciência de suas limitações para servir de agente da modernização. Não obstante essa percepção realista, a verdade é que ele acabará sendo um grande modernizador. A começar pelo Itamaraty, que transforma por completo, convertendo uma anacrônica e diminuta repartição com 27 empregados – tinham sido 38 em 1859! – em uma Chancelaria contemporânea de nível comparável às equivalentes européias, dotando-a de instituições “modernas” como mapoteca, arquivos, biblioteca, consultor jurídico (Clóvis Beviláqua), diretores de seção, um serviço geográfico na direção do Arquivo. Recria o Gabinete do Ministro, permitindo que ele seja formado por funcionários do serviço diplomático ou consular e não só pelos que serviam no Rio de Janeiro (na época, as carreiras eram separadas).

Além de grande modernizador do instrumento, ele será igualmente um modernizador notável do conteúdo da política externa. Paranhos foi, ao mesmo tempo, modernizador em outro sentido mencionado por Gilberto Freyre, ao falar a respeito da “idealização do Itamaraty dirigido pelo Barão do Rio Branco, como órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral”, de um “Itamaraty que foi também, no Brasil dos dias do Barão uma espécie de Ministério, como o da Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e Ministério também de Informação ou Propaganda, de certo modo responsável”⁹ pelo que hoje chamaríamos de boa imagem do Brasil. Em complementação ao trabalho na área das relações exteriores, sua contribuição estendeu-se à modernização da Armada e também do Exército. Até a coisas miúdas chegou sua energia. Sempre de acordo com Freyre, o Barão teria tido influência na instalação de colégios elegantes para moças, sob a direção de religiosas francesas e belgas. Deles saíam, falando fluentemente francês, verdadeiras auxiliares do Itamaraty, “senhorinhas capazes de se tornarem esposas e colaboradoras de homens públicos: sobretudo de diplomatas”.¹⁰

Toda essa multiforme atuação teve caráter eminentemente prático e administrativo, ação voltada a forjar os instrumentos da política externa. Já em relação à política interna propriamente dita, Paranhos nunca retrocedeu da renúncia definitiva a que cedo fora levado após suas duas experiências frustrantes no Império, como Deputado pela província de Mato Grosso. As explicações que forneceu para isso foram variadas e provavelmente continham todas uma parcela da verdade inteira.

Ora alegava não ter fortuna pessoal, ora sentia que lhe faltavam dotes de orador ou as qualidades indispensáveis aos “combatentes dos partidos políticos”.¹¹ A razão mais completa e satisfatória foi a que deu a Ramón Carcano, a fim de justificar por que não quis ser candidato a Presidente, disputando a indicação com o Marechal Hermes: “Candidato ou Presidente (...) seria discutido, atacado, diminuído, desautorizado (...) e não teria como Presidente a força que hoje tenho como Ministro para dirigir as Relações Exteriores

(...)”¹² Como afirma em outro texto, queria habilitar-se “a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos”, o que só seria possível ocupando-se com “assuntos ou causas incontestavelmente nacionais”.¹³

Poderíamos, assim, dizer que ele escolheu a melhor parte, a que não lhe seria tirada, já que essa virtual unanimidade o acompanhou até o fim, conforme assinalou o diplomata argentino José Maria Cantilo: “Rio Branco (...) *tenia una popularidad extraordinária. Era el Brasil mismo*”.¹⁴ Sua obra de modernizador deve ser vista através desse prisma da ação concreta, administrativa, tal como as de alguns outros de seus contemporâneos e companheiros de governo, o Prefeito Pereira Passos e o sanitarista Oswaldo Cruz, por exemplo, todo um conjunto de esforços de modernização de métodos, técnicas e iniciativas práticas, que tanto caracterizaram aquele início de século no Brasil.

Sob alguns aspectos, a obra modernizadora foi o substrato, a fundação da contribuição mais duradoura que Rio Branco daria a esse processo gradual e progressivo, por natureza jamais inteiramente terminado, de formação e afirmação da identidade brasileira, de definição daquilo que faz do Brasil uma realidade diferente no mundo das nações e explica por que os brasileiros não são portugueses nem europeus.

Essa tarefa definidora havia sido iniciada pela geração romântica, depois da independência, a partir de Gonçalves de Magalhães e, mais ainda, de José de Alencar e Gonçalves Dias, entre 1837 e 1870 mais ou menos. O desenho de uma identidade brasileira própria e inconfundível se havia esboçado em torno de algumas idéias mestras: a diferença da natureza, a especificidade dos trópicos, a presença do índio como o conhecedor dos segredos da terra, a crença numa espécie de predestinação para a unidade nacional, étnica e cultural. Mais importante do que tudo, a idéia, que aparece muito cedo, de que a originalidade brasileira vem das três raças em presença e em mistura. Sem muita ênfase no início, aos poucos a mestiçagem ganha importância e ocupa crescente espaço na configuração identitária. Euclides da Cunha encarna talvez o momento decisivo, a partir do qual a mestiçagem deixa de ser sinônimo de degenerescência. Gilberto

Freyre dará um passo adiante, convertendo a mestiçagem quase em ideologia nacional. A linha de interpretação iniciada pelos românticos culmina em Mario de Andrade, que vai inverter os termos da equação: o próprio povo brasileiro, gerador da cultura popular, é que passa a ser o ator principal, que legitima essa identidade nacional. Na visão de Alencar e seus colegas, havia certa condescendência em interessar-se pelo índio, pelos elementos populares. Com Mario de Andrade, é o povo brasileiro que vai ocupar o centro do palco e legitimar os intelectuais.

Todo esse processo de definição da identidade brasileira é, nesse momento, quase confinado ao que poderíamos chamar de elementos internos, orgânicos, constitutivos do conceito, a partir de dentro, do que seria, talvez em linguagem filosófica, a identidade em si ou para si.

Mas a identidade tem também outra dimensão. É sabido que as tribos ou os povos se definem não só em si mesmos, mas em relação aos vizinhos, aos adversários, aos limítrofes, aos outros. Quase sempre, num primeiro momento, essa definição se faz mediante o choque, o atrito, o conflito, até mesmo porque tudo começa, como no comportamento animal, pela delimitação do espaço, pela fixação dos marcos que mostram onde termina o território de um e começa o do outro. Na política externa, essa fase corresponde à da definição do espaço territorial, da delimitação das fronteiras.

Rio Branco recebeu, naturalmente, essa herança de conflito entre luso-brasileiros e hispano-americanos desde a era colonial, antagonismo correspondente a outros pólos, como o da França e Alemanha, Portugal e Castela, Índia e Paquistão. Tinha consciência clara da herança e eventualmente cedia aos preconceitos herdados, ao escrever, por exemplo: “(...) contra o Brasil há na América espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador, no México e na América Central”;¹⁵ nenhum dos citados, aliás, é limítrofe nosso. Apesar disso, caberá a ele superar tal legado e não só no domínio dos fatos, por meio da consolidação definitiva das fronteiras, o que obtém, de início, pela negociação de tratados, pelas arbitragens, enfim, pela aceitação por todos de um *status quo* territorial

estabilizado. Além desses resultados concretos, Paranhos criará ou sistematizará todo um instrumental teórico para dar fundamento e justificativa conceituais a essa obra, ferramentas intelectuais para possibilitar que a relação com o outro não se faça mais pela via de conflito, mas sim pela de cooperação.

Trata-se de obra que se assenta em alguns elementos fundamentais. O primeiro é a ideologia básica que ele compartilhava com todos os homens de Estado do Segundo Reinado, a ideologia do liberalismo jurídico, assimilada no curso de Direito. Em sua dimensão internacional, tal ideologia se expressa no culto ao Direito como o valor organizador e definidor da diplomacia e da política externa.

Seu contraponto era a rejeição ao uso indiscriminado e desinibido do poder, da força militar, fora do contexto da legitimidade. Nos tempos correntes, em que se assiste à quase-banalização da guerra, é útil lembrar uma das frases de Rio Branco: “O recurso à guerra é sempre desgraçado”.¹⁶ É invariável, assim, a preferência que manifesta pelas soluções negociadas de transação, muito mais até do que o recurso à arbitragem, que, não obstante seu êxito pessoal, estava longe de lhe despertar entusiasmo e que abandonou definitivamente após o relativo insucesso da questão com a Guiana Inglesa.

Ao contrário de uma idéia vulgar e errônea, que lhe deforma o caráter, apresentando-o como truculento (talvez, inconscientemente devido à corpulência), sempre foi homem de comedimento, de medida, continuamente disposto a ceder, quando necessário. Tanto assim, que na solução do problema do Acre, de que vamos festejar o centenário em 2003, foi criticado por ter sido supostamente fraco, por ter feito concessões excessivas à Bolívia, indo além do pagamento do correspondente hoje em dia a 200 milhões de dólares, com a transferência da soberania de pequena parte de Mato Grosso, o que lhe valeu no Congresso a oposição da bancada mato-grossense. Quase todos os adversários do Tratado de Petrópolis, neles incluído o liberal Rui Barbosa, que se havia demitido da Delegação negociadora, criticam-no pelo que consideram sua maior debilidade: o exagero de concessões desnecessárias. A exceção mais notável é a dos positivistas, que o censuram pela razão oposta, por haver atentado contra a fraternidade

das pátrias. A essência de sua convicção está sintetizada nestas palavras. “É mais prudente transigir do que ir à guerra (...) Foi transigindo com os nossos vizinhos que conseguimos pôr termo a todas as nossas questões de limites.”¹⁷

De fato, não se pode negar que existe coerência entre conceitos como esses e sua aplicação concreta nas grandes negociações de fronteira: em nenhuma delas houve uso ilegítimo ou abusivo do poder. Nos casos pouco freqüentes, como os da Bolívia e do Peru, em que houve recurso a forças militares, isso se fez, em geral, para contra-restar iniciativas dos vizinhos (a decisão do General Pando de marchar contra os acreanos, a ocupação peruana de zonas contestadas) e sempre de forma limitada, seguida pela reafirmação da disposição de negociar.

Essa construção conceitual de Rio Branco corresponde, no fundo, a uma realidade que ele foi capaz de captar e interpretar. Não é que, em termos de valores morais, o Brasil fosse melhor ou pior do que os demais. Sucede simplesmente que o país estava satisfeito com seu *status* territorial, porque, no fundamental, seu período de expansão territorial já havia terminado. Era algo que tinha ocorrido no passado, tratando-se então, meramente, de fazer aceitar, em definitivo, em matéria de direito, uma situação que já existia no terreno, na prática. A não ser no caso mais controverso, o do Acre, e, mesmo assim, apenas parcialmente, em todos os outros era uma expansão que se havia já convertido em fato.

A tarefa de legitimar a expansão territorial do passado vai-se cumprir com os instrumentos mais vantajosos para país nessa situação, isto é, que detinha a posse efetiva, mas não os títulos da terra. É daí que parte toda essa construção teórica que vinha do Império sobre o *uti-possidetis de facto*, sobre o caráter provisório do Tratado de Santo Ildelfonso, evidentemente construções que não deixam de apresentar aspectos ideológicos no sentido de Karl Mannheim, de sistema de conceitos que justificam interesses.

Essas posições correspondiam ao interesse real do país e, por outro lado, eram também adequadas a outro aspecto da realidade, a de uma nação que, obviamente, não tinha muito poder em geral e se havia tornado mais frágil em matéria militar com relação a vizinhos, como a Argentina. No mais aceso da disputa do Acre com o Peru,

por exemplo, o Ministro da Guerra criou enormes problemas para deslocar seis mil homens para a Amazônia, o que levou o Chanceler a queixar-se ao Presidente, manifestando surpresa de que, “gastando com o Exército muito mais do que o Chile e a Argentina, não possamos dispor de uns seis mil homens em momento crítico e decisivo”¹⁸ (os peruanos haviam ocupado o Alto Juruá e o Alto Purus).

A evidência se impunha: o Brasil era país fraco, economicamente atrasado, cultural e educacionalmente muito pouco desenvolvido (em 1890, o censo indicava 84% de analfabetos).

O Barão tinha perfeita consciência das fragilidades brasileiras e assim o demonstra explicitamente nas cartas de Liverpool, quando comenta, por exemplo, com o Barão Homem de Melo que o Brasil, ao contrário da Argentina, não tinha esquadões, nem torpedos, nem Exército moderno. Essa carta é de 1882, 12 anos após o fim da Guerra do Paraguai, vivida pela geração de Paranhos Júnior como os franceses viveram a Primeira Guerra Mundial: uma vitória que deixou o vencedor exausto, uma vitória custosa, da qual a França jamais se recuperou. A Guerra do Paraguai foi verdadeiramente uma “maldita guerra”, título de magnífico livro recente de meu amigo, o Professor Francisco Doratioto, da UnB, o qual se inspirou na frase do Barão de Cotegipe: “Maldita guerra, atrasa-nos meio século!”.¹⁹ Com efeito, ela marca não só o começo do declínio da monarquia, mas também o da supremacia do Brasil. Paradoxalmente, o governo brasileiro atingiu todos os seus objetivos, mas, depois da guerra, ele vai declinar, em termos relativos, em relação à Argentina. Rio Branco compreendia bem o que a classe dirigente russa ignorou fatalmente antes da Primeira Guerra Mundial: que, para um país frágil, socialmente desequilibrado, meter-se numa guerra difícil é aventura arriscada, que pode facilmente levar à desintegração e à revolução social.

Vem daí talvez a parte subconsciente da postura de amor à paz, que reflete, além de valores éticos e jurídicos, situação objetiva, factual: a paz é sempre melhor para os fracos e vulneráveis, o que é verdade até os nossos dias. Observem, nesse sentido, que dos cinco países-monstros da classificação de George Kennan – Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Brasil – o único que não é potência nuclear e, provavelmente, nem potência militar regional é o Brasil. O caso é

inédito e curioso, merecendo até, em alguma outra ocasião, análise mais acurada das razões objetivas da “cultura de paz”, tão característica do Brasil.

Fato é que, além de refletir tudo isso, além de sistematizar e articular esses princípios de não-ingerência, de recurso constante à negociação, à solução pacífica dos conflitos, ao esforçar-se metódica, incansavelmente para promover essas idéias pela imprensa e pelos outros limitados meios de divulgação da época, o Barão irá transformar o que era uma filosofia num lugar-comum, conforme diria Antonio Gramsci.

Esses conceitos se incorporaram de tal maneira ao discurso diplomático brasileiro, que todo mundo acha que não houve nessa evolução novidade alguma, que sempre foi assim, o que não é bem verdade, pois basta atentar no pacifismo, na não-ingerência, para constatar que, na época do Visconde de Uruguai, por exemplo, quando se pratica a política das intervenções ativas no Prata, a situação era bastante diversa.

Como se sabe, a tradição é feita não só de lembranças, mas de esquecimentos. E Paranhos, quando necessário, praticou uma tradição seletiva, deixando de fora o que não lhe convinha recordar. É isso um pouco o que ele quer dizer, ao comentar que há vitórias que não se devem comemorar.

Ao agir desse modo, ele vai ao encontro da aspiração da identidade externa que os brasileiros gostariam que se aplicasse a si próprios. Assim como gostamos de pensar que somos fundamentalmente um povo mestiço, étnica e culturalmente, a ponto de alguns até se terem iludido com a tese da democracia racial, também nos agrada, em relação aos outros povos, pensar que somos generosos, desinteressados, pacíficos, não agressivos, moderados, impulsionados por valores de afetividade. É dessa inclinação de espírito que procede a deturpação popular do conceito de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, que, no original, tem sentido distinto, mas popularmente se confunde com a noção de que o brasileiro é simpático, gostável, amigo de todos.

Sem negar que existem elementos de verdade nessa construção, é preciso, em relação a ela, tomar certa distância, lembrando que é,

em parte, algo de recente, de costurado, “*una cosa mentale*”, conforme afirma Leonardo a respeito da pintura. Mas é costura que serviu como uma luva, aquilo que o povo desejava. Estou convencido de que, em boa medida, a persistência da popularidade do Barão, até hoje, o que os contemporâneos descreveram como a identificação da coletividade com ele e sua perfeita identificação com a pátria, vem precisamente da extraordinária intuição com que soube perceber as aspirações mais profundas da nacionalidade. A meu ver, a mais perfeita expressão dessa percepção foi o discurso em que explica que, ao retificar, em proveito do Uruguai, a fronteira na Lagoa Mirim e no Jaguarão, não o fez para conquistar a gratidão dos uruguaios, mas “principalmente porque este testemunho de nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro”²⁰ (grifado por mim).

A ele se deve essencialmente o mérito de haver complementado os componentes internos da “idéia de Brasil”, da identidade nacional, com a dimensão externa essencial que lhe faltava ou substituindo a incipiente dimensão do antagonismo herdado da Colônia por conteúdo construtivo de colaboração, não de conflito. Ademais, é essa a única área em que o Brasil teve êxito histórico continuado e ininterrupto. Será acaso exagero contrastar os fracassos em matéria de política interna, as freqüentes recaídas em ditaduras, as terríveis violações de direitos humanos; a paralisia do desenvolvimento há mais de 20 anos; a persistente incapacidade de lidar com a desigualdade e a miséria, e os renovados êxitos no domínio da diplomacia, possivelmente a única “área de excelência” de desempenho brasileiro unanimemente reconhecida no exterior?

A verdade é que foi Rio Branco quem legitimou a república, com suas vitórias nas arbitragens de Palmas ou Missões (1895) e do Amapá (1900), pois, até então, o novo regime só conhecera desastres: o Encilhamento, os golpes militares, as lutas da época de Floriano, os degolamentos e fuzilamentos sumários no Sul, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, a Rebelião de Canudos e o massacre inglório com que terminou. Depois do quase meio século de estabilidade e paz civil do Império, os primeiros êxitos legitimadores da República vieram pela mão de um monarquista.

Parcela importante, mas não total, desses êxitos iniciais (o caso do Amapá é exceção) teve a ver com o domínio das relações de

vizinhança, o eixo das relações de relativa igualdade ou simetria com a Argentina e, em geral, com os vizinhos. Era preciso, contudo, demonstrar que a mágica funcionaria igualmente no relacionamento com os países dos quais nos separava um grande diferencial de poder, o eixo das relações de assimetria, de desigualdade ou, se se quiser, o problema do relacionamento com as grandes potências.

É nesse campo que o Barão terá de enfrentar dois desafios inéditos, que hoje de novo nos interpelam com extraordinária agudeza. É possível que seja essa a primeira vez, em 100 anos, em que o Brasil volta a viver um momento tão desafiador e perigoso como foi aquele do começo do século XX. Efetivamente, dois fenômenos raros e determinantes ocorriam coincidentemente naqueles anos.

De um lado, o sistema internacional de poder sofria uma dessas transformações profundas que só sucedem às vezes em um século, com a emergência dos Estados Unidos ao nível de potência de alcance global. Datam dos primeiros anos da gestão de Rio Branco os dois acontecimentos que os historiadores diplomáticos americanos costumam considerar os *turning points*, os momentos decisivos em que os Estados Unidos passam, pela primeira vez, a participar de modo crucial em problemas que não são puramente hemisféricos. Trata-se da mediação do Presidente Theodore Roosevelt, para pôr fim à Guerra Russo-Japonesa, em 1905, e, no ano seguinte, da participação norte-americana na Conferência de Algeciras, devida ao incidente de Agadir, no Marrocos, entre a Alemanha e a França.

Percebendo melhor do que muitos contemporâneos a emergência dos Estados Unidos, Paranhos dirá, em 1905, num despacho a Washington: “A verdade é que só havia grandes potências na Europa, e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar (...)”.²¹ Não eram só as potências européias que tinham de contar com fenômeno novo. No passado, as grandes potências que formavam o concerto europeu estavam distantes de nosso universo imediato. Para elas, o Brasil não passava de país periférico com o qual poderiam ter um ou outro envolvimento, mas de forma esporádica e secundária. Com os Estados Unidos, as coisas mudam de figura: estávamos situados à sombra avassaladora da nova potência, no interior de sua esfera de

imediate influência. Se decidíssemos ignorá-la, outros tentariam certamente utilizar o poderio norte-americano em possível prejuízo nosso. Conforme escreveu o Chanceler, sob pseudônimo (J.Penn), no *Jornal do Commercio*: “Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião”.²²

Não se pode esquecer de que os anos que precedem a Primeira Guerra Mundial são anos de exacerbado nacionalismo, a época por excelência do imperialismo europeu, que havia retalhado a África no Congresso de Berlim, promovido intervenções armadas na China, a fim de arrancar concessões, acelerado o desmantelamento do Império otomano, instalado o colonialismo na Indochina. É a fase da diplomacia das “canhoneiras”, das demonstrações de força, dos bombardeios navais para cobrar dívidas, da Guerra dos Boers, do uso do poder com desfaçatez e total desinibição.

Nosso país não havia escapado incólume da Era do Imperialismo, embora tivesse pago preço relativamente baixo: tivemos, por algum tempo, a Ilha da Trindade ocupada pelos ingleses, registramos incidente armado com mortes contra os franceses, durante a corrida do ouro de Calçoene, no Amapá, e sofremos atentado a nossa soberania, perpetrado pelo encouraçado *Panther*, da Alemanha. Havia, portanto, boas razões para que não nos sentíssemos tranquilos, já que tínhamos fronteiras com três potências européias.

Confrontado simultaneamente com estes dois problemas – a ascensão dos Estados Unidos e a ameaça latente do imperialismo europeu –, o Barão vai utilizar o primeiro fenômeno para neutralizar o segundo: a “aliança não escrita” com os americanos, a “opção preferencial” pelos EUA, o apoio à Doutrina Monroe, ao pan-americanismo, como meio de reforçar sua posição em relação tanto aos europeus quanto aos latino-americanos, com os quais tínhamos problemas potenciais ou atuais de fronteira ou de outra natureza.

É interessante notar, no entanto, que, mesmo ao apoiar a política interamericana dos Estados Unidos, Rio Branco procurava, de modo indireto, submeter o incontestável poder americano a certos limites jurídicos. Nem sempre se percebeu que, por trás do que poderia

parecer uma adesão incondicional às posições de Washington, escondia-se o intuito de multilateralizar o que, de outra forma, consistiria num poder puramente unilateral. Por exemplo, na IV Conferência Pan-Americana, em Buenos Aires, em 1909, a diplomacia brasileira não logrou persuadir alguns outros países latino-americanos de que se deveria incorporar a Doutrina Monroe ao patrimônio do Direito Internacional das Américas, promovendo-se assim sua multilateralização. Essa posição vinha do Império, quando o Brasil tinha apoiado a Doutrina Monroe, mas, diferentemente dos americanos, que a encaravam como uma política unilateral, a diplomacia imperial a considerava uma política de defesa do continente de índole multilateral. Dessa maneira, ganhava-se ao menos alguma possibilidade de participar de seu desenvolvimento e de influir em sua aplicação.

Partia-se, não há dúvida, de uma posição de fraqueza, mas tentava-se domesticar, normatizar um poder de outro modo incontrolável, tema que não deixa de apresentar alguma atualidade nos dias que correm.

Além da mudança na configuração do poder mundial, o Barão teve de lidar com as conseqüências do que muitos historiadores denominam a primeira fase da globalização. Entendida essa como uma excepcional intensificação do comércio, dos fluxos de investimento e de financiamento, a Era Vitoriana rivaliza em muitos aspectos com a atual. Nessa primeira globalização, o país que na América do Sul sai mais favorecido pela nova divisão internacional do trabalho é a Argentina. Completamente secundários no período colonial (séculos XVI a XVIII), em que o Brasil, ao contrário, teve muita presença, pela exportação de açúcar, de outros produtos tropicais, de ouro, a Argentina e o Uruguai, sobretudo a primeira, passam a viver anos de fastígio que os argentinos chamam de “A Era das Vacas e do Trigo”. Graças à invenção dos navios frigoríficos, vão tornar-se os grandes fornecedores de carnes, mas também de trigo e cereais, de lã, a uma Europa em que a urbanização rápida e a Revolução Industrial tinham criado demanda desses produtos que a agricultura européia deixara de ser capaz de satisfazer. A complementação era perfeita: de um lado, países com abundante oferta de terras férteis e alimentos

baratos, mas carentes de capital e trabalho; do outro, mercados ávidos, fartura de capitais ingleses, imigrantes sobrando.

O Brasil ganhou algo nessa expansão, mas apenas de modo marginal, não tendo sido grande beneficiário dessa divisão internacional do trabalho, dada a composição de suas exportações. O café começa a sofrer então o problema da superprodução (é quando se inicia a política de valorização com o Convênio de Taubaté). A borracha, favorecida pela demanda industrial, irá logo enfrentar a concorrência asiática. Essa é a razão fundamental da inversão de posições entre o Brasil e a Argentina, embora tenham pesado também outros fatores. A prosperidade do comércio, o afluxo dos capitais ingleses (a Argentina da época é uma “invenção” da Inglaterra) possibilitam o período dos grandes governos liberal-conservadores, como o de Roque Sáenz Peña, criando condições para o fortalecimento do Exército e da Marinha.

Rio Branco tem consciência dessa inversão de posições e buscará inserir-se no movimento de globalização por intermédio dos Estados Unidos, de preferência à opção britânica, feita pela Argentina. Dá-se o processo não só no terreno diplomático, com a decisão de criar nos EUA a primeira Embaixada brasileira (1905), medida de grande significado político naquele tempo (ele dizia haver deslocado de Londres para Washington o eixo de nossa diplomacia), mas igualmente no domínio econômico-comercial. Essa escolha encontrava apoio na realidade, porque o mercado americano representava então 36% das exportações brasileiras contra cerca de 25% hoje. Desde o fim da Guerra de Secessão, esse mercado absorvia mais da metade do café exportado pelo Brasil, sendo também nosso principal importador do cacau e borracha. Havia, portanto, perfeita correspondência entre o programa diplomático e a realidade econômica, mesmo no setor dos investimentos, em que os capitais estadunidenses se concentravam cada vez mais na indústria manufatureira, na venda e distribuição de automóveis, no novo, em lugar de nos serviços públicos e nas ferrovias, dominadas pelos ingleses.

Esses dois mesmos problemas voltam, hoje em dia, a nos desafiar. Assistimos de novo, no plano do poder, a uma profunda transformação, com o fim do bipolarismo, a dificuldade do surgimento de um autêntico multilateralismo renovado, a tendência à afirmação solitária do poder

norte-americano, ao menos no domínio estratégico-militar. Novamente nos defrontamos com o problema de encontrar mecanismos para multilateralizar o extraordinário poder concentrado nos Estados Unidos e fazer com que ele seja, de alguma maneira, posto a serviço do conceito de segurança coletiva da Carta das Nações Unidas. Ou encontramos solução satisfatória nessa direção, ou vai acontecer algo que o Barão do Rio Branco não veria, creio, com bons olhos: o uso crescentemente unilateral do poder.

Ao lado dessa complicada tarefa, teremos, ao mesmo tempo, que abordar nos anos próximos o problema igualmente árduo da inserção do Brasil num mundo globalizado. Desta vez, a proposta favorecida pelos EUA, a da criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) terá de ser harmonizada e compatibilizada com as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de consolidar um sistema multilateral de comércio em que as vantagens comparativas brasileiras possam beneficiar-se de maior acesso a mercados não só hemisféricos, mas também europeus, asiáticos, etc. Nossas posições mudaram hoje em relação às que tínhamos naquele começo de século XX, no sentido de que agora os interesses brasileiros são muito mais diversificados e multilaterais. Uma inserção de tipo puramente regional, com fortes preferências para os EUA, como é o NAFTA, tenderia a favorecer mais o México e a marginalizar a Argentina, deixando-nos em situação intermediária e desconfortável.

É tempo de concluir, pois meu espaço acabou e seria abusivo estender demais estes comentários que já extrapolam muito o tema. Gostaria de terminar lendo algo que escrevi num pequeno livro sobre Rio Branco e sua “idéia de Brasil”, no qual lembrava que “Sua lucidez na defesa da soberania, na firme recusa da ingerência dos poderosos, é outra pista valiosa para imaginar como ele se portaria diante dos desafios do nosso tempo. Estes se resumem, no presente, como no passado, na adequada inserção do Brasil no mundo, como condição que determina a realização do próprio potencial do seu povo. Inserção num sistema onde o problema não é, como se diz, o desaparecimento de todas as soberanias, mas a desmesurada afirmação de algumas poucas soberanias poderosas, em possível detrimento das demais. Rio Branco havia sido o herdeiro de um país que, durante 350 anos,

tinha estado perfeitamente integrado no sistema mundial de comércio e finanças, posto que exportava a quase-totalidade de sua produção de café e açúcar, tinha praticamente toda a sua infra-estrutura de ferrovias e portos em mãos de investidores privados estrangeiros e estava sujeito, desde a Independência, à permanente rolagem da dívida. Todo esse sistema de dependência havia sido construído sobre uma estrutura interna sustentada pelo latifúndio e a escravidão. Por conseguinte, as mesmas forças que nos integravam ao mundo de fora nos desintegravam em relação ao mundo de dentro, já que nada pode ser mais desintegrador do que um sistema que divide os homens em mestres e escravos, com ou sem terra. O que bem mostra que pode existir excessiva integração do gênero errado. Pois o que conta não é a quantidade, mas a qualidade da integração, não a celeridade, mas a sustentabilidade, não a intensidade, mas a seqüência apropriada”.²³

NOTAS

1 Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959, 1º tema: CLI.

2 Gilberto Freyre, *op.cit.*: XXII.

3 Gilberto Freyre, *op.cit.*: XXIV.

4 Rio Branco, carta a Joaquim Nabuco, arq. J. Nabuco.

5 Rio Branco, editorial para *A Nação*, jornal ligado ao Partido Conservador.

6 Gilberto Freyre, *op.cit.*: CL.

7 Gilberto Freyre, *op.cit.*: CL.

8 Gilberto Freyre, *op.cit.*: CL-CLI

9 Gilberto Freyre, *op.cit.*: CXLVI.

10 Gilberto Freyre, *op.cit.*: XCLIX-CL

11 Rio Branco, discurso de agradecimento por ocasião do sexagésimo quarto aniversário.

12 Ramón Carcano, *Mis primeros ochenta años*, B. Aires, 1943.

13 Rio Branco, discurso de agradecimento por ocasião do sexagésimo quarto aniversário

14 José Maria Cantilo, Conferencista (años 1932-1933). *Recuerdos de mi vida diplomática*, Buenos Aires, 1935.

15 Rio Branco, despacho à Embaixada do Brasil em Washington.

16 Rio Branco, despacho à Missão em Santiago do Chile.

- 17 Rio Branco, despacho à Missão em Santiago do Chile.
- 18 Diário de Rio Branco, 27 de maio de 1903.
- 19 Francisco Doratioto, *Maldita Guerra*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- 20 Rio Branco, discurso no Instituto Histórico, 1909.
- 21 Rio Branco, despacho à Embaixada do Brasil em Washington, 1905.
- 22 Rio Branco, sob o pseudônimo de J. Penn, art. “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, *Jornal do Commercio*.
- 23 Rubens Ricupero, *Rio Branco: O Brasil no mundo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000: 66-67.

VISÃO DE RIO BRANCO

O HOMEM DE ESTADO E OS FUNDAMENTOS DE SUA POLÍTICA

ARNO WEHLING

A relação do homem de Estado com as forças profundas da sociedade tem sido objeto de largas indagações, da filosofia à psicologia,¹ passando pela análise concreta de sua atuação, propiciada pela historiografia.

Na cultura clássica a relação foi em geral considerada levando em conta valores e atitudes de ordem moral ou religiosa, como encontramos em Tito Lívio ou Plutarco: o heroísmo, a coragem, a astúcia, o favor dos deuses; ou mesmo filosófica, quando Tucídides e Políbio procuram relacionar atitudes e comportamentos a regularidades ontológicas que se desvelariam aos olhos do historiador por uma correta anamnese.

No Renascimento, Maquiavel, inaugurando a via moderna de análise, que nos marca ainda hoje, decretou a autonomia do “político” e, no caso que nos interessa, criou os conceitos de *virtù* e *fortuna* para objetivar a interpretação das ações do homem de Estado, liberando-o das amarras metafísicas de qualquer natureza.

Na esteira dessa ruptura maquiavélica encontramos, na prática da grande política desde o século XVI, a razão de Estado, cuja doutrina Meinecke estudou em sua obra fundamental.² Quanto ao papel do homem de Estado, nesse contexto, ele foi percebido num largo espectro, que vai do individualismo romântico de Carlyle – o herói conduz a história – ao mais radical determinismo sociológico, a ponto de alguns historiadores marxistas simplesmente negarem qualquer valor intelectual à biografia.

No entanto, quer na perspectiva da metafísica clássica, quer na perspectiva empirista moderna, o problema colocado é o mesmo: qual a relação entre o homem de Estado e as forças profundas?

Entre as várias respostas possíveis, a pesquisa histórica tem demonstrado, no estudo da atuação de homens como Cromwell, Napoleão ou Bismarck, que o sucesso do homem de Estado está na correta percepção das forças profundas, externas e internas a sua

sociedade, e em sua capacidade de nelas intervir. O diagnóstico pode ser mais intuitivo ou mais racional, não importa, mas os objetivos definidos e os procedimentos traçados para atingi-los precisam dessa adequação social.

A falta de sintonia entre o homem de Estado e essas forças produz duas opções que o anulam enquanto tal. A oposição a elas torna-o anacrônico, como se fora o representante de um “antigo regime”. Ele simplesmente exerce um poder enfraquecido, contestado, freqüentemente efêmero. Talvez fosse o papel de Rio Branco se tivesse continuado na vida parlamentar – e sua sobranceira distância da política interna durante o consulado no Itamaraty parece ser indício plausível do acerto dessa hipótese.

Por outro lado, a simples adesão às forças profundas o transforma em mero gestor das possibilidades que ensejam, sem sobre elas atuar de modo decisivo. Será um “sociático menor”, mas nunca um Rio Branco.

Assim, apesar de ter tido sua obra diplomática – em geral e, particularmente, no Ministério, entre 1902 e 1912 – bem estudada, restam algumas questões que poderiam ser consideradas sob o ângulo da relação homem de Estado/forças profundas.

Os historiadores que trataram da biografia do Barão do Rio Branco ou das questões diplomáticas em que atuou encontraram alguns grandes temas, de modo quase consensual. Sem desejar realizar uma incursão historiográfica, é importante mencioná-los para, a partir da identificação de objetivos e procedimentos do Barão do Rio Branco, procurar fixar os fundamentos de sua política.

A delimitação de fronteiras, com ou sem a incorporação de territórios cuja soberania se encontrava incerta, é o aspecto mais relevante da atuação de Paranhos Júnior, quer no período “técnico-diplomático” que precedeu a participação no governo, quer no período de seu exercício no Ministério.

Caracterizaram esse aspecto da atuação de Rio Branco, conforme lê-se nos especialistas, o exímio uso de conhecimentos jurídicos, geográficos e históricos para a defesa dos interesses brasileiros, o recurso exaustivo à negociação e, mesmo, quando considerado necessário, o emprego da força militar, como ocorreu no Acre.³

A aproximação com os Estados Unidos constituiu-se outro ponto relevante, devidamente assinalado pela historiografia. A “aliança não escrita”, como a chamou o brazilianista Bradford Burns,⁴ teve, apesar disso, inúmeros textos escritos e gestos simbólicos a explicitá-la. Esse foi o caso da denominação do pavilhão brasileiro na exposição de São Luís como Palácio Monroe, gesto repetido quando da edificação de seu homólogo no Rio de Janeiro, em 1906, para sediar a III Conferência Internacional Pan-Americana.⁵ Constituía-se, assim, um daqueles “lugares de memória” estudados pelos especialistas em memória social.⁶

O cultivo de boas relações bilaterais com os estados hispano-americanos e mesmo a tentativa de acordo mais amplo, como ocorreu com o ABC, concomitantes à preocupação com o fortalecimento militar do país, foram outros aspectos já bem conhecidos, embora de interpretação mais controvertida, pois esta última política já foi vista por um biógrafo do Barão como “a reconquista da antiga hegemonia política e militar do Brasil”, na América do Sul,⁷ enquanto outros não vêem contradição entre as manifestações de boa vizinhança e o fortalecimento militar como fiador da soberania.

Quais seriam, assim, os fundamentos da política de Rio Branco, considerados os diferentes momentos de sua atuação no Ministério?

Uma “certa idéia do Brasil”. Como o General De Gaulle abre seu livro de memórias falando de “uma certa idéia da França” que sempre o perseguiu, também o Barão do Rio Branco manifestava uma “certa idéia do Brasil”. Ele a externou em diversas ocasiões, bem como no discurso pronunciado no Clube Naval, em 1º de dezembro de 1902, dia de sua chegada ao Rio de Janeiro para assumir o Ministério, quando afirmou que “chegava para servir ao país, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado”.⁸

A clara concepção da razão de Estado. Desde os estudos de Ranke sobre os Estados renascentistas e as origens da política internacional européia e, depois dele, a análise clássica de Friedrich Meinecke sobre a evolução da razão de Estado na história moderna, esse conceito passou a constituir chave fundamental para a compreensão das ações estatais no plano externo. Tanto no plano da organização institucional dos Estados como no de sua política exterior, a idéia de uma “razão

de Estado” implementadora da soberania tornou-se largamente difundida, numa época em que o pluralismo das instituições e das formas políticas ainda apresentava resistências ao pleno desenvolvimento das forças centrípedas dos Estados.

Presente na formulação dos líderes políticos do Império, tanto em seus esforços de integração nacional, como em sua política externa, a razão de Estado neste último plano teve plena aplicação na gestão de Rio Branco no Itamaraty. Identificar os objetivos e interesses do Estado brasileiro, que expressava as superiores finalidades nacionais sobre os aspectos circunstanciais e eventuais de governos, grupos partidários e homens públicos, era seu norte político, claramente expresso em diferentes momentos de sua presença no Itamaraty.

Essa nítida percepção da razão de Estado chegou a levá-lo, em certas circunstâncias bem determinadas e avaliadas, a seu passo mais radical, a *Realpolitik*.

A admissão da Realpolitik. Rio Branco era intelectual que possuía vasto conhecimento, sobretudo de história e geografia. Mas não era um teórico, no sentido de que sua perspectiva não era baseada numa percepção doutrinária do real, mas nas condições objetivas de cada situação.

Nesse ponto não há como deixar de associar sua posição à de Bismarck, que via “a política como uma ciência das possibilidades a considerar”.⁹ O senso de oportunidade de Rio Branco foi, assim, marca de uma concepção da *Realpolitik*, que, entretanto, ao contrário de outros exemplos europeus, se pautou por alguns critérios éticos e jurídicos muito explícitos.

Quando promoveu a intervenção militar no Acre, por exemplo, a despeito da doutrina pacifista e arbitrista que defendia para a resolução dos problemas internacionais, à medida que avaliou os riscos de uma negociação circunscrita aos meios diplomáticos.

Quando optou pela aproximação com os Estados Unidos, numa conjuntura de clara preponderância européia, particularmente britânica, na América do Sul. Essa preponderância, que no caso brasileiro significou a continuação da implementação do *funding-loan* de Campos Sales/Joaquim Murinho, traduziu-se no caso da Venezuela, no próprio mês da posse de Rio Branco no Ministério,

na intervenção militar da Inglaterra, Alemanha e Itália, com o bloqueio do litoral daquele país.¹⁰ A ação dos Estados Unidos, mediante os Protocolos de Washington, de fevereiro do ano seguinte, conseguiu suspender o bloqueio e transferir para o Tribunal da Haia a decisão sobre os direitos creditícios especiais dos três países interventores.

O interesse dos Estados Unidos em passar de ator coadjuvante a principal na América do Sul não passou despercebido à *Realpolitik* de Rio Branco, que, nela, viu excelente oportunidade para diminuir a dependência inglesa. O assunto, aliás, já foi tratado na historiografia brasileira como a adesão, sem caráter caudatário, ao subsistema norte-americano de poder.¹¹ Nesse mesmo sentido Rio Branco também foi apontado como o autor de um novo paradigma em face da posição assimétrica do Brasil no quadro das relações internacionais, que teve a abertura para os Estados Unidos como lance mais significativo.¹²

Tendo como ação mais importante o estabelecimento em Washington da primeira Embaixada brasileira, a aproximação com os Estados Unidos foi defendida na imprensa pelo próprio Chanceler. Como sabemos, sob o pseudônimo de J. Penn, Rio Branco publicou em 12 de maio de 1906 o artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo”, no qual, defendendo-se dos críticos internos, como Eduardo Prado, procurava assinalar a força da tradição das relações brasileiro-norte-americanas desde a independência.¹³

Não deixou de citar, aí, a posição de Tavares Bastos na década de 1860 a esse respeito nem de lembrar os riscos representados pela pressão de países sul-americanos em Washington desde 1824 até 1904, com o intuito de afastar os dois países.¹⁴

Sem desejar melindrar as chancelarias européias e visando aos argumentos de seus adversários internos, justificou a aproximação com tais dados históricos, até certo ponto esvaziando, diplomática ou maquiavelicamente, seu caráter inovador. Chegou a considerar, no discurso de recepção a William Bryan, em 1910, “natural” a política de aproximação, especialmente depois da república, quando o país, diria, “organizou-se com uma Constituição quase inteiramente copiada das vossas leis constitucionais”.¹⁵

Uma política de poder e de prestígio. Poder e prestígio eram categorias intimamente associadas desde que a diplomacia européia,

matriz desses conceitos em matéria de relações internacionais, se constituiu como um dos braços da burocracia estatal. Historiador e diplomata, Rio Branco, profundo conhecedor de evolução dos Estados europeus após o Renascimento, não as poderia ignorar quando de sua ascensão ao Ministério das Relações Exteriores.

À competente negociação diplomática os Estados bem-sucedidos deveriam agregar políticos de poder e prestígio. Essa lição, que vinha da diplomacia do Antigo Regime e que se cristalizou na “política de poder” do século XIX, Rio Branco a aplicou à necessidade de fortalecimento do país. Sua decisiva ação no sentido de consolidar Exército e Marinha correspondeu, na primeira década do século XX, à efetiva entrada do Brasil no exclusivo rol de países que se pautavam por uma política de poder e prestígio que ultrapassava a mera retórica nacionalista.

Contra esses, afirmava Rio Branco:

“A paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados (...) Depende também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam (...). Para que algum ou alguns de nossos vizinhos se não anime a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos, é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários à defesa nacional não só com o material, mas com uma força perfeitamente instruída e exercitada, contando com reservas numerosas que possam de pronto acudir às fileiras reforçando os efetivos de paz e acudindo rapidamente (...) aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral”.¹⁶

Inscrita no âmbito da política de poder e prestígio, com fortes reflexos na opinião pública, encontra-se, também, a criação do primeiro cardinalato sul-americano, fruto de gestões diplomáticas bem encaminhadas junto à Santa Sé.¹⁷

A consciência do limite das ambições políticas do país. Rio Branco muito conscientemente definiu os limites das ambições políticas do Brasil em matéria de relações externas. Embora o que denominamos “política de poder e prestígio” do Barão já tenha sido visto como a mencionada “reconquista da antiga hegemonia política e militar do

Brasil”,¹⁸ parece-nos que, antes de uma hegemonia, a política do Chanceler visou – e conseguiu – a uma preeminência proporcional às dimensões geográficas, demográficas, políticas e econômicas do país à época.

O homem de Estado bem-sucedido costuma reconhecer seus limites. Por isso – e vale uma vez mais o paralelo – Bismarck recusou aos nacionalistas extremados qualquer esforço pangermanista do *Anschluss* da Áustria e manteve a contragosto a Alsácia e a Lorena, cedendo às pressões do Estado Maior.¹⁹ Acertou, no primeiro caso, pois respeitou o equilíbrio europeu e evitou as reações da Inglaterra, Rússia, França e Itália. Errou, *malgré lui*, no segundo caso, e provocou o espírito, que temia, da *revanche pour Sedan*.

Na prática de Rio Branco, a consciência desses limites e a necessidade de divulgá-la aos principais interessados – os países limítrofes, notadamente, por suas características e pelos conflitos anteriores entre os dois estados, a Argentina – fizeram com que repetisse as intenções de paz, de respeito ao Direito Internacional e sublinhasse a identidade de interesses. Na visita de Roque Sáenz Peña, então Presidente eleito da Argentina, em 1910, reiterou:

“Na ordem política, também não podemos razoavelmente entrar em conflito, porque os nossos ideais são os mesmos, e é idêntico o programa internacional de concórdia e paz por que ambos os governos procuram com empenho regular-se (...) Sem ambição alguma de preponderância política, que alguns adversários nossos injustamente nos têm por vezes atribuído, só anelamos ver correspondidos fraternos e desinteressados sentimentos que nos animam para com todos esses povos (...)”.²⁰

O desgosto pelo fanatismo nacionalista. Se Rio Branco era um homem da *Realpolitik*, fazendo uso de seus atributos intelectuais para atingir objetivos políticos claramente identificados, tinha também um perfil psicológico clássico, distante de arroubos emocionais. Ambos os aspectos, aos quais se acrescia a concepção da política externa como representativa desta nação como um todo, faziam com que buscasse identificar objetivos, meios e limites da ação nacional e estatal.

Embora preocupado com a afirmação brasileira, estava distante, assim, de qualquer nacionalismo radical e de seus arroubos retóricos.

Numa época de acendrado nacionalismo na Europa, cujos reflexos se faziam sentir na América do Sul ademais dos fatores locais, soube manter-se numa linha de estrita observância dos interesses nacionais, sem que isso representasse hostilidade ou arrogância em relação aos países limítrofes, especialmente os platinos. E seu discurso sempre procurou deixar claro que a decidida defesa de interesses nacionais não implicava menosprezo do interesse dos demais estados.

A juridicidade da atuação internacional. O respeito pelo Direito Internacional e a resolução pacífica de conflitos, preferentemente tendo por instrumento a arbitragem, que, aliás, era norma acolhida pela Constituição de 1891, caracterizaram a ação de Rio Branco na esfera da juridicidade. Expressa em sua ação pan-americanista, nas questões de limites antes e durante seu Ministério ou na Conferência da Haia, a tese da juridicidade não era apenas a defesa abstrata de um ponto de vista valorativo, mas uma estratégia pragmática para Estados menores que conviviam na selva da grande política internacional de poder. Num mundo retalhado colonialmente pelas potências européias, do qual emergiam os Estados Unidos e a Rússia como novos atores principais e fortemente influenciado pelas grandes corporações da Segunda Revolução Industrial, a margem de atuação de Estados como o Brasil foi limitada, e certamente um de seus instrumentos era fazer admitir, pelas grandes potências, um mínimo de regras jurídicas.

A compreensão desse condicionamento e o uso hábil das oportunidades que para isso se abriam, como a exposição em encontros internacionais, explicam a atuação do Barão nessa esfera. A defesa da igualdade jurídica entre Estados, neste mundo dominado por um darwinismo diplomático tão autofágico como o biológico ou o social, é certamente ponto positivo do consulado de Rio Branco no Itamaraty.

A autonomia da política externa. Rio Branco, afastado da política partidária desde 1876,²¹ concebia, como a maioria dos homens de Estado do século XIX, a política externa autônoma e certamente superior à política interna. Entendia-a como representante dos interesses maiores de nação e Estado,²² e eventualmente comandando a política interna, na medida em que este lhe deveria atender às demandas, como no caso do fortalecimento militar do país.

Nessa perspectiva, os provincianismos e as questiúnculas de aldeia deveriam ceder o passo ao esforço solicitado pela “grande política externa”. Era o *Primat der Aussenpolitik*, de que falava Ranke, ao defender a “necessidade de dispor todas as suas circunstâncias internas em função de sua afirmação frente ao exterior”.²³

Essa concepção encontrava-se no ar desde o final do século XIX e parece refletir a primazia que os problemas do “equilíbrio europeu” ou da “balança de poder” adquiriram, em diferentes países, sobre os da política interna. Ela se confirmava, aparentemente, nos lances decisivos das guerras da Revolução Francesa e, ao longo do século XIX, na política napoleônica, no *Rule Britannia* e na política bismarckiana de alianças. Seu primeiro diagnóstico intelectual apareceu em Dilthey, ao identificar, na obra historiográfica de Ranke a propósito dos Estados da Idade Moderna, a percepção inicial de que era sob o comando da “grande política externa” que se moviam as peças da política doméstica.

No Brasil da “política dos estados” e do coronelismo municipal – leiam-se os textos de Sílvio Romero sobre a política nacional dessa década –, a “grande política externa” de Rio Branco efetivamente contrastava com o cotidiano da pequena política regional.

E aqui o homem de Estado conseguiu forçar até o limite do suportável as “forças profundas”, fazendo adotar uma política de defesa e segurança que se contrapunha, entre outros, ao fortemente difundido pacifismo positivista, que via nos exércitos uma sobrevivência de estágios históricos superados e que fora dos principais responsáveis pelo desapareço voltado às Forças Armadas desde o final do Império.

A suma dessa doutrina, que não era apenas de Rio Branco, mas de várias gerações de diplomatas oitocentistas, encontra-se no discurso do Clube Naval, quando disse: “não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil”.²⁴

Pelo pressuposto que embasava a atuação de Rio Branco no Itamaraty, parece claro que o Chanceler, nas relações com as “forças profundas” que o condicionavam, soube diagnosticar com objetividade as potencialidades e os limites de sua ação. Não foi um caudatário dos condicionamentos nem um voluntarista visionário que a eles se

opôs; conseguiu identificar com invulgar precisão sua margem de atuação, com o fim de atender àquela finalidade que se propôs no discurso de chegada: servir o Brasil, otimizando suas possibilidades no plano internacional.

NOTAS

1 Jean Baptiste Duroselle, *A Europa de 1815 aos nossos dias*, São Paulo Pioneira, 1989: 145ss. Jean Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin, *Introdução à história das relações internacionais*, São Paulo, Difel, 1982: 382ss.

2 Friedrich Meinecke, *Die idee des Staatsrason in die neurer Geschichte*, Munique, Oldenburg, 1955: 5ss.

3 Os temas foram estudados pelos biógrafos de Rio Branco, como Alfredo de Carvalho, Aluizio Napoleão, Álvaro Luiz, A. G.de Araújo Jorge e Luiz Viana Filho.

4 E. Bradford Burns, *The unwritten alliance: Rio Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966: xiv.

5 Barão do Rio Branco, *Obras Completas – Discursos*, Rio de Janeiro, MRE, 1945, vol.IX: 143.

6 Arno Wehling e Maria José Wehling, Memórias e história: convergências e divergências, in Arno Wehling e Maria José Wehling, *Memória social e documento*, Rio de Janeiro, UNI-RIO, 1997: 5ss.

7 A.G.de Araújo Jorge, Introdução às Obras do Barão do Rio Branco, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, MRE, 1945: 210.

8 Barão do Rio Branco, *Discursos*, *op.cit.*: 52. Esse aspecto foi também lembrado em Rubens Ricupero, *Rio Branco. O Brasil no mundo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000: 10ss.

9 Friedemann Bedürftig, *Taschenlexikon Bismarck*, Munique, Piper, 1998: 177.

10 Alejandro Contreras Rodriguez, Relaciones exteriores de Venezuela, in Manuel Rodriguez Campos (ed.) *Diccionario de Historia de Venezuela*, Caracas, Polar, 1997, vol.III: 869.

11 Clodoaldo Bueno, *Política exterior de Rio Branco: o Brasil e o subsistema norte-americano de poder (1902-1912)*, São Paulo, Ática, 1977: 113.

12 Rubens Ricupero, *op.cit.*: 15ss.

13 Barão do Rio Branco, O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo, in *Obras Completas – Estudos Históricos*, vol. VIII: 129ss.

14 Idem: 151.

15 Barão do Rio Branco, *Discursos*, *op.cit.*: 233.

16 Idem: 222.

17 Francisco Vinhosa, O Barão e o Cardinalato in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1996, nº 391: 301.

- 18 A.G.Araújo Jorge, *op cit.*: 210.
- 19 Allan Palmer, *Bismarck*, Brasília, UnB, 1982: 143ss.
- 20 Barão do Rio Branco, *Discursos, op.cit.*: 251-252.
- 21 Idem: 52.
- 22 Conceção já comentada por Gilberto Freyre; Freyre, Gilberto, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1958, vol.1: 182.
- 23 Leopold von Ranke, *Politisches Grespräch*, Hamburgo, Hoffmann Campe, 1949: 97.
- 24 *Ibidem*.

FRONTEIRAS: O ESTILO NEGOCIADOR DO BARÃO DO RIO BRANCO COMO PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

SYNESIO SAMPAIO GOES FILHO

1. A VIDA PÚBLICA

Desde 1876 desprendi-me de nossa política interna com o propósito de não voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal.

Discurso de Rio Branco no Clube Naval, no dia em que chegou no Brasil para assumir o Itamaraty

Na vida de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, há três datas-chave. Com 31 anos (em maio de 1876), depois de muito esforço – a fama de boêmio do Juca Paranhos não o recomendava a D. Pedro II – é nomeado Cônsul-Geral em Liverpool. O emprego assegurava certo nível de vida, mas parecia um destino medíocre para o primogênito bem-dotado – professor do Pedro II aos 23 anos, deputado aos 24 – do mais bem-sucedido Primeiro-Ministro do Império.

Mais de três lustros se passaram de atividade rotineira no Consulado e sérios estudos em Paris, onde instalou sua família. Nesse período, tornou-se para os brasileiros cultos uma referência em história do Brasil. Por seus trabalhos recebeu o título de Conselheiro, mas os assinava como Paranhos Júnior.

Com 47 anos (em março de 1893) é chamado para substituir na última hora o advogado do Brasil na Questão de Palmas. Missão delicada: se o Brasil perdesse, o Rio Grande do Sul ficaria ligado ao restante do território nacional por uma estreita faixa de 200km de largura. Chegou, fez tudo sozinho e venceu. Tornou-se conhecido e admirado. A seguinte defesa do Brasil, na Questão do Amapá, não poderia deixar de lhe ser atribuída. Parecia-lhe “muito mais embrulhada

que a outra”,¹ mas o resultado acabou confirmando sua fama de vitorioso. Havia sido feito Barão do Rio Branco em 1888, mas, com a república, passou a assinar só Rio Branco.

Aos 57 anos (em dezembro de 1902), já se julgando um velho, com crônicas dificuldades financeiras, foi forçado a aceitar o Itamaraty no começo da renovadora gestão do Presidente Rodrigues Alves. Havia um problema de fronteira seríssimo, o Acre, mais do que diplomático, político, o qual Rio Branco resolveu de forma notável em menos de um ano. Passou seu teste de estadista e virou o popular Barão, sem adjetivos, que as pessoas vinham ver passar a pé pela Rua Larga.

Aí vieram os anos em que negociou e assinou acordos de fronteiras com quase todos os países vizinhos, completando a linha de limites do Brasil. Em outubro e novembro de 1909 firma seus últimos e, de certa forma, emblemáticos acordos: com o Peru, resolvendo de uma vez por todas os antigos e extensos problemas de fronteira da Amazônia; e com o Uruguai, terminando, de forma generosa, nossas menores, é verdade, mas bem mais sensíveis questões platinas.

Vencedor sempre e em tudo – seu adversário argentino Estanislao Zeballos que o diga – ainda lhe sobrou tempo para pensar nas boas relações com a Argentina, propor o ABC e valorizar as relações com a potência americana que despontava. E, até, para cuidar da inserção do Brasil no mundo, o que já vinha fazendo há anos, como ilustrado no famoso episódio da “Águia de Haia”, em 1907.

Depois dessa visão de conjunto, retomemos, com mais pormenores, aspectos dos três períodos da vida pública de nosso personagem: os estudos de Paranhos Júnior, as defesas de Rio Branco, a gestão ministerial do Barão.

Já não era o alegre Juca Paranhos quando chegou em Liverpool, em 1876. Foi Cônsul ali durante 24 anos e, depois, nos dois últimos antes de voltar ao Brasil, Ministro em Berlim (Embaixador, diríamos hoje). Em verdade viveu a maior parte de seus anos de exterior em Paris. Cumpria com seus deveres consulares, mas quase todas as horas livres eram dedicadas ao estudo do Brasil. A vocação, aliás, começara cedo, pois aos 20 anos já era autor de estudos sobre personagens e passagens das guerras do Prata.

Estudou nossa história, nossa geografia, os homens e as circunstâncias que marcaram a vida nacional não só nos melhores

livros de então — no século XIX, que já foi chamado o século da história, publicaram-se sobre o Brasil os livros importantes do inglês Southey e do alemão Handelman, e a obra fundamental de Varnhagen —, mas também em obras raras, em todos os manuscritos e mapas que encontrasse nas bibliotecas européias, principalmente nas de Paris e Londres. Escrevia para sucessivos jornais do Rio as “Efemérides Brasileiras”, reunidas pela primeira vez em volume, em 1892. Eram pequenos artigos sobre fatos históricos ocorridos no dia da publicação, em anos anteriores. E, já antes de deixar o Brasil, anotava com grande conhecimento de causa a *História da Guerra da Tríplice Aliança*, do alemão Schneider.

Em 1889, ano da Proclamação da República, houve um grande evento internacional: a Exposição Universal de Paris. O Brasil tinha participação importante e queria aproveitar a exposição para divulgar sua especificidade na América Latina. Nesse ano, o Barão saiu do relativo anonimato com a publicação de artigos de Rui Barbosa sobre o papel protagônico que teve na redação do verbete “Brésil”, da *Grande Encyclopédie*, então publicada sob a direção de Emile Levasseur. Coordenado pelo jornalista Santana Nery, outro brasileiro que há muito vivia na Europa, foi lançado igualmente em Paris o livro *Le Brésil en 1889*, do qual a parte histórica — que acabou em separata se transformando na *Esquisse de l’Histoire du Brésil* (a tradução tem o título *Esboço da História do Brasil*) — coube a Rio Branco. As duas últimas frases do livro já demonstram a preocupação de Rio Branco com revoltas regionais — aqui as da Regência — e sua admiração pelo Segundo Reinado: “Os resultados obtidos, depois de encerrado o período revolucionário, são já consideráveis. Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida”.²

Dizem que escreveu esse pequeno livro de pouco mais de 100 páginas em 15 dias. É possível; há décadas estudava intensamente o assunto. Era seu método de trabalho: acumular informações, anotar pormenores em qualquer papel que tivesse à mão e deixar a redação final para os últimos momentos, quando trabalhava sem limite, dia e noite. A *Esquisse* foi bem recebida: a seriedade do trabalho — que já tinha a simplicidade e a clareza que seriam a marca do estilo do

Barão – contrastava com a superficialidade dos resumos então existentes em língua estrangeira. Era, na verdade, mais do que um esboço, pois trazia muitos fatos inéditos, corrigia datas, dava explicações novas.

Esses e seus outros trabalhos históricos, como a biografia de seu pai e a de D. Pedro II (publicada por Benjamin Mossé, mas escrita quase totalmente por Rio Branco), são livros que chamaríamos, hoje, de história factual, pelo número elevado de nomes, datas e eventos citados. O que é perfeitamente compreensível, pois o século XIX é o século do amor entranhado aos documentos, o século de Ranke, que dizia ser a missão do historiador apenas a de mostrar os fatos “tal como efetivamente ocorreram”. Gostaríamos, em nossos dias, que houvesse mais comentários interpretativos, sobretudo por conhecermos sua amplitude e a segurança, demonstradas nas memórias sobre fronteiras que escreveu depois.

Não era um historiador puro, só interessado na verdade dos fatos; era um diplomata e achava que sua obrigação primeira era defender os interesses nacionais em tudo que escrevia: em Rio Branco, o homem de pensamento nunca submergiu o servidor público. Duas ilustrações: no artigo sobre o Brasil na *Grande Enciclopédia* apresenta a Questão do Amapá de modo favorável às posições brasileiras; nos comentários a Schneider, o que procura é divulgar na Europa uma visão simpática à participação do Império na Guerra do Paraguai (pretendia, aliás, escrever um livro sobre o episódio).

Foi Rio Branco um grande historiador? Na verdade foi um conhecedor profundo da história do Brasil, que não escreveu a obra que poderia ter escrito, comparável, para mencionar livros de diplomatas contemporâneos, a *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, ou a *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima. Não há em seus trabalhos históricos nem aqueles panorâmicos quadros dos períodos estudados, nem os bem-delineados perfis que tanto valorizam esses dois livros. O Barão compartilha com Varnhagen a visão “política” (por oposição à “social”) da história e a mística da preservação da unidade nacional feita em torno da monarquia legítima e centralizadora.

Quando estava pronto a fazer seu livro (pensava escrever uma história militar do Brasil), foi feito o advogado do Brasil, em 1893,

no pleito com a Argentina e, em 1895, com a França. Redigiu, ademais, em 1896, um importante estudo sobre nossos limites com a Guiana Inglesa, muito elogiado por Joaquim Nabuco, o advogado brasileiro no arbitramento da Questão do Pirara.

Em 1902, foi convidado por Rodrigues Alves para ser Ministro das Relações Exteriores. Vencedor absoluto nos dois arbitramentos e já alçado à categoria de herói nacional, teve uma chegada triunfal: transportado do navio ao Cais Pharoux na velha galeota de D. João VI, desfilou pelas ruas do Rio, em carruagem aberta, sob aplauso da multidão. Permaneceu no cargo durante quase 10 anos, servindo a mais três Presidentes: Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Aí, sim, completou sua grande obra: o fechamento definitivo, mediante acordos solenes e indiscutíveis, das fronteiras do Brasil. Fora um inigualável advogado do Brasil nos conflitos com a Argentina, decidido em 1895, e a França, decidido em 1900; agora, Chanceler, assina tratados de limites com a Bolívia (1903), o Equador (1904), a Holanda (Guiana Holandesa, 1906), a Colômbia (1907), o Peru (1909) e o Uruguai (1909). Em 1904, aceitara sem delongas a decisão sobre a fronteira com a Guiana Inglesa, apesar de criticada por várias juristas.

O Acre estava em fase explosiva quando assumiu o Ministério. Atuou, então, em múltiplos planos: mudou a interpretação brasileira do tratado de 1867; criou fatos novos ao denunciar o arrendamento da região a um sindicato anglo-americano; mobilizou tropas para a região; e conseguiu, finalmente, com grande habilidade negociadora, chegar a acordo satisfatório em crise que parecia a muitos sem saída pacífica. O Barão julga ser esse seu trabalho mais valioso.

Além da importância em si da política de fronteiras de Rio Branco, é preciso lembrar que, do ponto de vista da psicologia das nações, liberou as energias brasileiras para campos mais férteis. Divergências sobre limites até hoje são uma pesada carga na vida política internacional de várias nações do continente; não do Brasil, que se limita com todos os países da América do Sul, à exceção do Chile e do Equador, e não tem problemas de fronteira com nenhum de seus 10 vizinhos.

Rio Branco era um típico homem da elite política do Segundo Reinado, que achava que uma de suas tarefas básicas era estabelecer fronteiras seguras e reconhecidas. A contragosto aceitou a república, sempre homenageou o Imperador deposto e incorporou a seu nome o Rio Branco do título monárquico. Mas, curiosamente, foi a república que lhe deu as melhores oportunidades, primeiro fazendo-o advogado do Brasil nos arbitramentos de Palmas e do Amapá, e, depois, Chanceler. Nesse período começou a ser chamado “ilegalmente” de Barão, sem qualificativos. Até em outras línguas: “*el Barón*” dizem os memorialistas hispano-americanos de sua época, alguns com mágoa, todos com admiração; “*le Baron*” escreve Georges Clemenceau em *Notes de voyage en Amérique du Sud*.

2. VISÕES DA OBRA

(...) *Si el Brasil consolida la obra territorial del Barón de Rio Branco, le deberá el título de su primer servidor y del mas grande de los benefactores de su amor proprio nacional y de su mapa.*

Artigo de Estanislao Zeballos, “Rio Branco”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XLII, publicado logo após a morte do Barão.

A obra de Rio Branco tem sido muito estudada. Suas defesas do Brasil contra pretensões territoriais da Argentina e da França foram objeto de vários trabalhos importantes. Seus quase 10 anos como Ministro das Relações Exteriores são os mais divulgados de nossa história diplomática, exatamente pelo notável sucesso de sua gestão.

Apesar dos bons estudos que existem sobre Rio Branco, que tratam principalmente da chamada política de fronteiras, os grandes textos a esse respeito são seus próprios escritos, as defesas nos arbitramentos e as exposições de motivos dos tratados de limites que negociou, todos documentos pessoais, pensados e redigidos exclusivamente por ele, sem o concurso de assessores. São textos nítidos e desataviados, com argumentação irretorquível. Esgotando seu argumento e se defendendo de possíveis posições contrárias, não deixam muita margem para comentários. Clássicos da literatura

diplomática brasileira, são sempre copiados e recopiados em livros de história.

A morte do Barão do Rio Branco comoveu o país: Rodrigues Alves diz que nunca houve no Brasil nada parecido. Chegara como herói e assim morreria quase 10 anos depois, em 10 de fevereiro de 1912, o que é muito mais difícil. Rio Branco contrariou a percepção geral, tão bem sintetizada numa conhecida frase do General De Gaulle: “*Triste fin des héros qui ne périssent pas dans le moment fugitif de leur gloire*”.

Hoje, passados 100 anos de sua posse como Ministro, seria difícil encontrar-se outro personagem da história do Brasil que desfrute de maior prestígio. E tudo indica que continuará, no futuro, pela solidez de sua obra, a ser das poucas unanimidades nacionais. Em vida mesmo, foi tido como uma espécie de potência protetora, o “maior dos brasileiros”, na expressão do então Deputado Dunshee de Abranches, o “*Deus terminus*”, na de Rui.

Companheiros da geração a que pertenceu, que produziu alguns dos homens mais eminentes da vida política e intelectual do país, não o viam, entretanto, nem como o mais culto, nem como o mais brilhante. Talvez a Rui Barbosa e a Joaquim Nabuco, respectivamente, se aplicassem melhor esses qualificativos. Três opiniões de seus contemporâneos dão, quem sabe, as chaves para decifrar a personalidade de Rio Branco. José Carlos Rodrigues, Diretor do *Jornal do Commercio*: “Tem sorte! Grande exemplo do que pode uma persistência indomável mesmo sem a aliança de grande talento”.³ Oliveira Lima: “O seu fundo de conhecimentos especiais (...) foi a maior superioridade de Rio Branco numa terra de instrução restrita”.⁴ Euclides da Cunha: “É lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista”.⁵ Comentemos as qualidades atribuídas a Rio Branco por um amigo, um desafeto e um colaborador, respectivamente.

Em primeiro lugar, a sorte ou, como se dizia em sua época, a estrela do Barão. Diga-se de início que não se refere à felicidade pessoal, mas sim à vida pública. Ganhando todas as vezes o que disputava a serviço do Brasil ficou com fama de ser um protegido dos fados. Mas em seu caso a sorte não era gratuita; recompensava

uma excepcional capacidade de trabalho, noites e noites maldormidas ou, nos momentos decisivos de sua carreira, não dormidas de todo. Era o “burro de carga”, como se chamou mais de uma vez.

Dizer que não tinha grande talento é, entretanto, incorreto, porque o tinha sim, pelo menos nas atividades a que se dedicou a serviço do Brasil. O que parece é que não possuía os pendores artísticos ou literários que distinguem vários homens intelectualmente superiores. Numa pintura, interessava-lhe mais o valor documental do que o estético, não se entusiasmava pelas letras nem pelas teorias filosóficas ou sociais.

O que conhecia era a história do Brasil, mas a conhecia profundamente, em seus fundamentos, nos relatórios oficiais, nos mapas, nos papéis privados de seus personagens. Os grandes do Segundo Reinado, conhecera na sala de visitas de sua casa. Era um erudito nesse campo, e isso num continente em que a superficialidade e o diletantismo imperavam. Valorizando seus conhecimentos especiais, tinha a capacidade incomum de se concentrar sobre o trabalho do momento, o que o fazia imbatível em seus domínios.

Sorte, trabalho, conhecimento, isso se sabia de Rio Branco antes de ficar Ministro. Os resultados que obteve nesse cargo, no momento difícil em que foi chamado a ocupá-lo, se confirmaram essas qualidades, revelam, ademais, sua estatura de estadista.

Durante a vida teve alguns críticos, como Oliveira Lima, seu rival na carreira diplomática, sempre preterido em nomeações, mas maior como historiador; Salvador de Mendonça, republicano histórico, Ministro em Washington e precursor da aproximação com os Estados Unidos da América; e Barbosa Lima, orador empolgado e deputado oposicionista. Mas sempre, em qualquer momento, a opinião pública lhe foi francamente favorável.

Homem de traços físicos e morais aristocráticos, tinha entretanto facetas que o faziam popular: o tamanho das peixadas que comia no “Minho” ou na “Brahma”, o gosto de passear a pé pela “Rua Larga” (como se chamava a atual Av. Marechal Floriano, onde está o Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro), respondendo aos cumprimentos dos desconhecidos, a desarrumação antológica de seu gabinete de trabalho... O caos de seus livros e papéis era impressão dos outros; para ele, era a ordem que convinha: “chegou a ter 14 mesas, redondas ou quadradas,

às vezes mesmo de cozinha. Sobre cada uma das mesas ele trabalhava e remexia papéis relativos a questões determinadas, de modo a ter na mão, imediatamente, tudo o que a cada uma se referia”.⁶ Escrevia em qualquer espaço que encontrasse, sim, mas servido por uma excelente memória; sempre tinha idéia de onde e o quê.

Absorvente e centralizador, concentrava-se no essencial, o estudo profundo dos assuntos de que se ocupava, e praticamente redigiu sozinho todos os documentos de seu período à frente do Itamaraty; mas não se descurava de pormenores ou formalidades que favorecessem a causa defendida. No auge da redação de sua memória sobre o Amapá, não esquecia de enviar flores à filha do Presidente do Conselho Federal suíço, que iria arbitrar a questão. Sempre, por mais ocupado que estivesse, cuidava pessoalmente das recepções que dava no Itamaraty, escolhendo a dedo os convidados e até fazendo planos de mesa. Gostava de se mostrar aos estrangeiros cercado de intelectuais, de gente bonita e elegante, porque achava que seu prestígio refletia o do país. Algumas vezes saía de uma festa no Itamaraty para a redação do *Jornal do Commercio*, onde, em mangas regaçadas, a descrevia aos leitores de dali a pouco. Sobre a utilização que fazia da imprensa, é preciso que se diga que não se limitava a escrever crônicas sociais; deixou importantes artigos – sempre com pseudônimo – de defesa de sua política externa em periódicos da época. Era ator e crítico...

Seu sucesso como Ministro não poderia deixar de criar uma corte a sua volta, que irritava até admiradores, como Euclides da Cunha. Realmente, ao ler uma ou outra carta de seus colaboradores, vê-se que o tratavam como um semideus. Após uma recepção ao então famoso pensador político italiano Guglielmo Ferrero, Rio Branco recebeu um bilhete de Graça Aranha em que era comparado a Péricles, sua filha a Minerva, Machado de Assis a Platão...

3. REALISTA OU IDEALISTA?

(...) a política internacional não se faz propriamente de sentimentalismo, mas sobretudo se inspira nos interesses nacionais
(...)

Rio Branco, discurso ao Ministro argentino Quirno Costa, em
28/05/1911

(...) todos meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático (...) protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído.

Rio Branco, discurso no Clube Militar, em 15/10/1911

Rio Branco não foi bem servido pelas lembranças biográficas, excessivamente laudatórias, nas primeiras décadas após sua morte. Ficou, assim, em pedestal de flores, muitas murchas, até 1945, centenário de seu nascimento, quando apareceu uma biografia de valor, a de Álvaro Lins, na qual, pela primeira vez, é seriamente estudada sua vida pública, a partir de intensas consultas em fontes primárias, principalmente os arquivos do Itamaraty. Nesse mesmo ano, o Itamaraty começa a publicar sua obra completa, precedida de um excelente volume de introdução, do Embaixador Araújo Jorge.

Em 1959, Luiz Viana Filho escreve a segunda biografia importante, tratando igualmente da vida privada do grande Ministro, pesquisada em cartas de arquivos particulares. Procura decifrar a personalidade complexa e contraditória daquele a quem o amigo Joaquim Nabuco chama de “a esfinge” – Rio Branco era muito reservado quanto aos assuntos pessoais e não deixou notas autobiográficas – e mostra como, com o passar do tempo, foi-se esmaecendo o indivíduo enquanto se afirmava o Ministro; no final da vida, ao se procurar o homem, só se encontrava o grande servidor do Estado.

Apesar de sua formação intelectual predominantemente francesa, há quem compare Rio Branco, pelo realismo na atuação política, com o Chanceler alemão Bismarck, como, por exemplo, José Maria Bello, que o conheceu pessoalmente e lhe traça o seguinte retrato sem retoques: “Patriota e nacionalista sincero, Rio Branco era, como os homens da família de Bismarck, robusto de alma e de corpo, oportunista sagaz, desdenhoso dos idealismos declamatórios, tão espontâneos sempre no solo tropical da América Latina, atento aos fatos, absorvente e autoritário sob aparências polidas, sabendo servir-se dos homens, de suas virtudes como de suas fraquezas e seus defeitos, e certo de que na diplomacia, mais do que alhures, as formas jurídicas apenas importam quando servidas pelo dinheiro ou pela força”.⁷

Não é muito diferente a idéia que Rubens Ricupero tem da mentalidade de Rio Branco, influenciada pelo meio europeu, onde viveu a maior parte de sua vida adulta: “Certas frases atribuídas ao futuro Barão, como, por exemplo, território é poder, poderiam ter sido facilmente ditas por qualquer dos estadistas europeus contemporâneos seus, como Bismarck, Disraeli ou os expansionistas franceses, russos, austríacos. Os valores e convicções que formavam seu universo moral não se distinguem também dos desses mesmos contemporâneos. A política internacional não passa de uma luta de poder definido em termos de interesses nacionais. Embora se deva respeitar o patrimônio comum de valores éticos e jurídicos do Ocidente cristão, ninguém deve iludir-se: o que conta, em última análise, é a correlação de forças”.⁸

Contrariando essa visão realista predominante sobre Rio Branco, há autores que destacam o lado idealista, resolvendo questões de fronteira pacificamente e esforçando-se por manter boas relações com os vizinhos. Quase sempre dão o exemplo de sua iniciativa de, revertendo dispositivos do tratado de 1851, propor ao Uruguai em 1909 o estabelecimento de um condomínio na Lagoa Mirim, até então totalmente dentro da soberania brasileira. Os historiadores uruguaios, para citar um mais antigo, Virgilio Sampagnaro, reconhecem “*la acción de noble justicia que tuvo el valor de realizar Rio Branco*”,⁹ mas esclarecem, adicionalmente, que o Chanceler Zeballos defendia a tese da “costa seca” para justificar, tal como na Lagoa Mirim, a posse integral do Rio da Prata pela Argentina, sucessora do Vice-Reinado, o que era péssimo para o Uruguai e não convinha ao Brasil. Generoso, sim, desde que não contrariasse o interesse nacional.

Esse fato é tão pouco conhecido no Brasil, que vale a pena citar outra fonte, desta vez um historiador argentino de nossos dias, Luís Santiago Sanz: “*En el año de 1909 se reactualizó la vieja polémica [a propósito do estuário do Prata] al sustentar el gobierno argentino, durante la gestión ministerial del Doctor Estanislao S. Zeballos, que la jurisdicción de la República se extiende sobre todo el rio de acuerdo al principio de uti possidetis de 1810*”.¹⁰

Rio Branco sempre venceu com argumentos baseados na história e no direito; mas é obvio que era um homem que sabia o que era o

poder nas relações internacionais. Queria um Brasil forte, mas não para conquistar território alheio. Almejava a paz com os vizinhos, como demonstram suas ações no Itamaraty. A Bolívia foi um caso especial; ele encontrou já o problema muito intrincado e o que fez foi resolvê-lo da melhor forma possível e sem guerra.

Uma ou outra vez, na imprensa latino-americana da época de Rio Branco, encontra-se para qualificá-lo a expressão “conquistador pacifista”. É contraditória, mas não deixa de captar a essência de sua obra: sem tropas, aumentou o território brasileiro. Entre o “realismo imperialista” de Theodore Roosevelt, Presidente norte-americano de 1901 a 1908, isto é, durante a maior parte da gestão de Rio Branco, e o “idealismo jurídico” de Woodrow Wilson, que o seria depois, de 1912 a 1920, ficaria a meio-termo: era homem pragmático, de um patriotismo quase religioso, que almejava a boa vizinhança. Se é para escolher uma frase definidora, prefiro a do internacionalista norte-americano John Basset Moore: “A mais notável combinação de erudito e estadista que já conheci”.¹¹

4.A INEVITÁVEL FRONTEIRA

Mais feliz do que os outros homens de Estado, Rio Branco lega a sua pátria uma obra duradoura que o ocupou toda vida e que foi a fixação dos limites do imenso país que é o Brasil.

Oliveira Lima, em artigo que publicou na Bélgica, dias após a morte de Rio Branco

É sempre difícil saber com precisão quanto tempo de uma vida foi dedicado à execução de uma tarefa específica. Não se estaria, entretanto, muito longe da verdade se se dissesse que 95% das atividades do Barão, no período mais produtivo de sua vida, isto é, os últimos 20 anos, foram consagradas aos problemas de fronteira. Suas obras completas, publicadas em nove volumes entre 1945 e 1948, quase só tratam das fronteiras ou da história de sua formação: quatro volumes sobre “questão de limites”; um com as “exposições de motivos” dos tratados de limites; três volumes com os estudos históricos, as biografias e as efemérides; só no volume final, de discursos,

é que podem ser encontrados esparsamente outros temas. É verdade que, se se incluíssem os telegramas que expediu como Ministro, a percentagem desses temas aumentaria. Quando, no fim da vida, foi solicitado a assinalar pontos culminantes de sua carreira, escreveu: “Missões-5 fev. 1895; Amapá-7 dez.1900; Acre-17 nov.1903; Peru-8 set.1909; Lagoa Mirim-30 out.1909”.¹¹ Só fronteiras... Não é fácil, pois, evitar as fronteiras ao falar a seu respeito.

Rio Branco não se dedicou às fronteiras como uma escolha intelectual, entre outras que poderia fazer. Dedicou-se a elas porque configuravam então o tema fundamental da diplomacia brasileira. Hoje, quem sabe, se especializaria nas negociações econômicas multilaterais... Tinha interesse pelas pesquisas históricas, e elas deram sentido a sua vida. Acabou se tornando um oráculo de nossa história. Capistrano de Abreu, para ficar num só nome, além de ter uma correspondência respeitosa com Rio Branco – trata-o às vezes de “mestre”, coisa rara da parte desse cearense autodidata, independente e até irreverente –, dizia, por exemplo, que não escrevia sobre o Sul do Brasil porque aguardava a obra que só Rio Branco poderia escrever. Mas o Barão estudava nossa história, pensando na utilidade de divulgá-la ou em encontrar argumentos para defender posições nacionais. Seu interesse básico era servir o país. Fazia da história do Brasil, em particular de sua formação territorial, um instrumento de trabalho.

Não há necessidade mais imperiosa para um Estado do que ter fronteiras certas e reconhecidas, e foi a essa tarefa que Rio Branco deu o melhor de sua vida, retomando em vários casos os trabalhos de grandes próceres do Império; no Prata voltava aos trabalhos de seu pai, por quem tinha admiração extraordinária. No caso do Acre criou uma nova fronteira, na maior incorporação territorial de nossa vida de país independente, nos outros manteve as divisas que achávamos ser as nossas. Fez mais, mas o que fica para a história são os tratados de limites. Não é exagero dizer que uma obra dessa magnitude e valorizada moralmente por ter sido feita sem guerras é sem par nos anais da diplomacia universal. Por isso Rio Branco tem prestígio que nenhum outro diplomata tem, em nenhum outro país.

Num livro recente, com o bonito título de *O Corpo da Pátria*, o geógrafo Demétrio Magnoli diz que, diferente do que geralmente

se afirma, apenas 17% de nossas fronteiras vêm dos tempos coloniais (o Rio Guaporé, por exemplo), a maior parte, 51%, foi estabelecida no período imperial (como a divisa no Pantanal), e 32% devem-se exclusivamente a Rio Branco (os limites do Acre) para falar nos três trechos da fronteira boliviana. Preferimos ficar com a opinião tradicional, que julga ter sido o grande feito da Colônia o estabelecimento das fronteiras do Brasil. Como diz o historiador de nossos dias Francisco Iglésias: “o mapa da América do Sul, quanto ao Brasil, foi fixado no principal ainda no período português. Só acertos mínimos se fizeram depois”.¹²

Na verdade o que há são camadas que se sobrepõem, de precisão cada vez mais nítida. Madri e Santo Ildefonso são a grande mancha colonial; afinal, o primeiro mapa que apresenta o Brasil, como um triângulo, ocupando metade do triângulo da América do Sul, é o Mapa das Cortes, de 1750. No Império tentou-se fixar bilateralmente todo o contorno terrestre do Brasil e muito se conseguiu; mas ainda sobraram para a República trechos em aberto, e seu fechamento, vimos, é a grande obra do Barão. Podemos até aceitar os números de Magnoli, admitindo como definitivos os acordos por ele escolhidos; mas lembrando que sempre houve acordos prévios. Desde Tordesilhas...

Rio Branco assinou tratados de limites com nove dos 11 vizinhos do Brasil (hoje são 10, o Equador tinha então a aspiração a chegar ao Amazonas). Com a Venezuela, tínhamos já o acordo de 1859 e, com o Paraguai, as fronteiras haviam sido estabelecidas, aliás, pelo Visconde de Rio Branco, em 1871. O Paraguai é exceção curiosa, porque era uma das especialidades de Rio Branco: as clássicas páginas que Nabuco dedica à Guerra do Paraguai em seu *Um Estadista da República* (que se constituíram em livro isolado, em espanhol) muito incorporam das opiniões do Barão.

Como exemplo de variação de acordos, lembremos que a linha de limites do Brasil de certa forma se interrompeu quando o Peru cedeu, em 1922, a soberania sobre o trecho Tabatinga – Apapóris à Colômbia (o chamado Trapézio de Letícia). Só em 1928, na gestão profícua de Octávio Mangabeira no Itamaraty, a Colômbia voltou a aceitar a linha de 1909, que era a mesma do tratado de 1851, com

o Peru. Muito importante, aliás, por ser o primeiro do Império e por estabelecer a doutrina do *uti possidetis*, que, sob certas condições, vigorou até Rio Branco.

Então, pode-se dizer que Rio Branco acabou com os problemas de fronteiras do Brasil? De certa forma, sim; depois dele, o que pode haver são problemas “na” fronteira, mas não problemas “de” fronteira,¹³ estes já resolvidos definitivamente por acordos bilaterais. Uma ilha que muda de lugar em relação ao talvegue do rio, um marco mal colocado, um trecho não bem caracterizado no tratado de limites, até, como vimos, a mudança de soberania sobre um trecho lindeiro; tudo isso pode acontecer. Será preciso, então, resolver esses problemas práticos, mas sem mexer na teoria, incorporada aos acordos. Guimarães Rosa, durante muitos anos Chefe da Divisão de Fronteiras do Itamaraty, nos momentos de trabalho mais intenso, dizia com humor: “Só aceitei esse lugar porque me garantiram que o Barão já havia demarcado todas as fronteiras do Brasil...”.¹⁴

5. ALÉM DA FRONTEIRA

(...) desassombrados das complicações e perigos [das] questões de fronteiras, podemos (...) prosseguir no nosso constante e firme propósito de estreitar, cada vez mais, relações de amizade e boa vizinhança com as numerosas nações que nos cercam.

Rio Branco, discurso no septuagésimo primeiro aniversário do IHGB, em 21/10/1909

Outros aspectos de sua ação como Ministro, mesmo os mais importantes, como a prioridade que atribuiu às relações com os Estados Unidos, o binômio atração/rivalidade com relação à Argentina ou a idéia precursora de se criar um bloco com esse país e o Chile, o ABC, não passam, pois, de pequenos artigos ao lado de um volumoso livro sobre fronteiras; assim também, nada mais do que poucas páginas para a idéia de que chegara o momento de o Brasil procurar projeção fora da América do Sul.

O Barão fechou de forma incontroversa a linha de limites do Brasil, encerrando um período – o básico, o inicial – de nossa política exterior. Resta aqui comentar e admirar o que foi feito, e, assim

mesmo, há o fato frustrante, para quem pretende escrever novidade, de que ele mesmo é o grande expositor de sua obra, em especial em suas claríssimas “exposições de motivos”. A crítica mais contundente à estrutura da memória sobre Palmas é... do próprio Barão. Fronteira é, pois, quase um assunto esgotado; são os outros temas de sua obra, a que dedicou muito menos tempo, os que têm mais repercussão no presente.

Compreende-se, pois, o esforço atual para valorizar o Rio Branco “extrafronteiras”, tratado em vários artigos e teses, para exemplificar com uma dessas, a de Guilherme Frazão Conduru, sobre o ABC. Já na década de 1960 Bradford Burns havia escrito *The Unwritten Alliance*, talvez o mais importante livro sobre um Rio Branco centrado não mais nas fronteiras, mas, aqui, nas relações com os Estados Unidos. Celso Lafer e Rubens Ricupero, dos mais importantes pensadores de política externa de nosso tempo, têm mais recentemente tentado valorizar a posição construtiva de Rio Branco no continente e desenvolver suas idéias sobre a inserção do Brasil no mundo; inspirados em sua obra, pretendem captar um Rio Branco mais abstrato, “além-fronteiras”, mais do que lembrar a pátria (“*ubique patriae memor*”), pensar a pátria.

Lafer o vê como o grande Chanceler que completou o ciclo das fronteiras e aprumou a diplomacia brasileira para uma leitura “grociana” das relações internacionais.¹⁵ Afinal, Rio Branco liquidou todos os contestados na paz, assinou dezenas de tratados de arbitramentos, defendeu os pequenos contra os grandes; sabia a vantagem de ser forte, mas sempre jogou com argumentos, isto é, com o direito e a diplomacia, no xadrez do sistema internacional.

Ricupero em seu último livro sobre Rio Branco vai mais longe, deixa de lado a política de fronteiras, já muito batida e rebatida, e dá especial relevo a aspectos ainda mais abstratos da obra de Rio Branco, atribuindo-lhe “uma certa idéia do Brasil”.¹⁶ Era um país que estava em paz consigo, resolvia seus problemas internacionais sem guerras e queria conviver bem e lealmente com os outros. Chegava a agir com generosidade por impulso ético derivado da nacionalidade: “Fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro”,¹⁷ diz Rio Branco em discurso no qual justifica a cessão ao Uruguai de parte da Lagoa Mirim.

Não discordo dessas teses, mais válidas elaborações intelectuais de seus autores do que receituários elaborados pelo próprio Barão. Dos documentos que deixou, sai um homem de poucas teorias em privado e poucas palavras em público. Seus discursos, que interessavam muito, pois é onde mais revela seu pensamento, são sempre curtos, de uma ou duas páginas, o mais longo mal passando de quatro. O mais conhecido – Rodrigo Octávio escreveu sobre sua feitura, e existe até uma gravação em que se escuta a pronúncia lusitana de Rio Branco, certamente a das elites brasileiras de então – o da abertura da III Conferência Pan-Americana, do Rio, tem pouco mais de três páginas, uns seis minutos de leitura. São sempre simples e factuais, nenhuma palavra difícil, nenhum autor citado. Mais para o Lincoln do “Gettysburg Address”, do que para o Rui da “Oração aos Moços”, para citar dois discursos antológicos.

Vitorioso sempre, decidindo com bom senso e de autoridade incontestável, adquiriu enorme prestígio. “*El Itamaraty no improvisa*”, dizem com respeito tantos próceres do continente; mas a fama é universal. Nada parecido existe em qualquer outro país em desenvolvimento. Rio Branco julga-se um continuador da tradição imperial, mas, mais do que isso, é a origem do prestígio do Itamaraty republicano. Até fisicamente está ligado ao Itamaraty: foi o primeiro Chanceler que já assumiu no Palácio, que reformou e adaptou para as novas funções (seu antecessor Olinto de Magalhães mudara a Secretaria em 1899) e o único que aí viveu e aí morreu.

No princípio era a fronteira... sobre os marcos de pedra que vão do Oiapoque à Lagoa Mirim, construiu sua reputação. Depois, começou a cuidar do ABC, do Estados Unidos, do mundo; deve ter tido mesmo “uma certa idéia do Brasil”!

6. CARACTERÍSTICAS PARADIGMÁTICAS

no he visto ejemplo de prestigio semejante, tan sin sombra de sospechas, ni distingos, ni reservas, ni celos.

O escritor argentino Manuel Bernárdez, sobre Rio Branco, em seu livro *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*. Buenos Aires, 1908: 192

Até aqui temos visto a vida pública de Rio Branco, que domina totalmente a vida privada, e sua grande obra, as fronteiras. Aí é que se podem ver seu “estilo negociador” e o que dele fica “como paradigma da política exterior do Brasil”, para citar o título do trabalho que me foi atribuído. Vamos agora isolar dos assuntos já versados em itens anteriores algumas características da maneira de atuar de Rio Branco, que continuam presentes para os diplomatas de hoje, como que integrando um manual tácito de procedimentos ideais.

6.1. O CONHECIMENTO DO ASSUNTO

A força do Barão era o profundo conhecimento dos assuntos de que tratava. Boa parte de sua vida passou trancado em um gabinete, e é aí que encontramos o Rio Branco de águas profundas. É emocionante imaginar o número de horas, meses, anos que empregou para anotar páginas e páginas de tantos livros, para preencher, às vezes com comentários e correções que ocupam todo o espaço livre, um número tão grande de mapas. O outro Rio Branco, o dos banquetes do Itamaraty, cercado de gente inteligente e bonita, era o do palco. Descansava de seus trabalhos ou, melhor dizendo, trabalhava de outra forma.

Mais de um colaborador o encontrou, alta manhã, dormindo no chão em meio a livros, papéis. “Estava vendo uns mapas, adormeci...”, dizia, acordando. Uma imagem forte de Rio Branco no trabalho é dada por seu amigo Graziano A. de Azambuja, que o visitou na pensão, em Nova York, em que terminava a memória sobre Palmas: “Aí estava cercado de mapas, documentos e livros velhos. Aí lhe traziam almoço e jantar. Parecia-me febril e a contensão do seu espírito sobre o objeto que o ocupava era mesmo de produzir febre”.¹⁸

6.2 O USO DE TODAS AS ARMAS

O Barão concentrava-se num assunto, estudava tudo e redigia sozinho. Informa com graça Luís Gurgel do Amaral: “O trabalho com o Barão era fácil, pois, diga-se francamente, tudo se resumia a copiar”.¹⁹ A concentração não o impedia, entretanto, de trilhar todos

os outros caminhos que favorecessem o atingimento de seu objetivo. Exemplos: na Questão do Acre, faz grande esforço para que se deslocasse um importante contingente de tropas para a região; não queria a guerra, mas era fundamental, pensava, mostrar-se forte. No auge da elaboração da primeira memória sobre o Amapá, dedicava muito tempo a gestões para se chegar a um acordo com o Reino Unido sobre o Pirara, o que poderia fazer com que Londres passasse a compartilhar interesses na boca do Amazonas. Negociando com o Peru, pressionava Nabuco a estreitar logo nossos laços de amizade com os Estados Unidos.

Já vimos o quanto o Barão se preocupava com detalhes, como enviar flores, fazer pequenas gentilezas. Impressionam as normas de comportamento discreto sugeridas em carta ao botânico suíço Emílio Goeldi, que o auxiliava na missão em Berna, sem que os outros cientistas locais disso soubessem. Vetava os candidatos a diplomata que achava... muito feios para a função de representar o Brasil, como aconteceu no caso do poeta Da Costa e Silva, contado, entre outros, por Pedro Nava.

Para defender suas posições ou divulgar idéias, servia-se com freqüência da imprensa, escrevendo sob pseudônimos ou ajudando jornalistas amigos. Com os mesmos propósitos fornecia o material a parlamentares de suas relações. Não é de hoje, pois, a agora chamada diplomacia pública...

6.3 BONS ARGUMENTOS NUMA FORMA SIMPLES E AGRADÁVEL

Comentando um trabalho de juventude de Rio Branco, Álvaro Lins, respeitado crítico literário, dá o tom de muitas observações posteriores sobre sua maneira de escrever: “O estilo já contém a sobriedade e a firmeza do instrumento verbal do historiador”. Estava próximo, continua o crítico, “ao total despojamento, à completa simplicidade de sua ascética maneira [posterior] de expressão”.²⁰

Gonçalo Mourão, há dois anos, no centenário da vitória no arbitramento de Berna, fez observações muito pertinentes sobre as memórias então apresentadas por Rio Branco, as quais podem ser generalizadas para a obra escrita de sua maturidade. Adotemos suas

palavras: “As duas memórias constituem, cada uma dentro de seu espírito [a primeira expositiva, a segunda da resposta às alegações francesas], textos primorosos de exposição, argumentação e estilo que as situam entre as peças magistrais de nossa diplomacia (...)”.²¹

Repara Mourão em aspectos curiosamente personalizados da segunda memória, “de retórica mais agressiva”, por exemplo, quando o Barão alega que alguma confusão de doutrinas da memória francesa talvez fosse devida ao fato de ter sido redigida por vários especialistas (o principal foi o geógrafo Vidal de la Blache), o que não esconde seu orgulho de ter trabalhado só. Como a lembrar-se da Questão de Palmas, quando, cumprimentado oficialmente pelo Ministro por ter sido o “principal redator” de nossa memória, esclareceu que havia sido seu “único e exclusivo autor”.

Guimarães Rosa era um excelente diplomata e um grande escritor. Como diplomata tinha estilo simples e claro, como se vê em seus ofícios e memorandos; como escritor servia-se de linguagem especial, opulenta, elaborada, inimitável. Rio Branco só tinha a linguagem do servidor público, mas a usava bem, valorizando o acúmulo de provas avassaladoras que apresentava, com exposição sempre leve e agradável. Se quisermos outra comparação literária, lembremos que o estilo do Barão tinha mais afinidades com o de Graciliano Ramos, já um homem de nossos tempos, do que com o de Coelho Neto, Rui Barbosa e mesmo seu amigo Euclides da Cunha, para mencionar três contemporâneos seus.

6.4. A BASE HISTÓRICA

No Brasil, diplomacia e história sempre estiveram ligadas. Afinal, Varnhagen foi diplomata a vida inteira. Mas com Rio Branco a situação é diferente: é mais um diplomata que usa a história do que um historiador aproveitado para funções diplomáticas. De qualquer forma, Rio Branco marcou o Itamaraty com a importância do conhecimento da história nacional, e é por isso que tantos diplomatas se interessam pelo assunto, fato que não é comum em outras Chancelarias. O Barão deixou, mais ainda, a herança de uma história que deu certo. Nada de queixas ou recriminações sobre o passado: ele tinha respeito pelas realizações de Portugal (várias vezes fala em “nossa gente

portuguesa e brasileira”), admirava intensamente a política exterior do Império, da qual se achava um continuador, e, ao unir todos os segmentos bilaterais de nossa linha de limites, uniu história com vitória.

6.5. A TRADIÇÃO PACIFISTA

Não é sem razão que Celso Lafer, ao se propor, em estudo recente, a interpretar o Brasil pela ótica da política externa, frisa que a paz e o progresso na América do Sul são objetivos que fazem parte da herança cultural do Barão: “O programa de trabalho de Rio Branco passou a ser, no curso do século XX, uma linha de força da política externa brasileira (...) um clima de paz no continente é condição importante para favorecer o desenvolvimento nacional (...)”.²² O Império ainda conserva traços de intervencionismo, mas, numa opinião bastante defensável, Rio Branco afirma que, depois de 1828, com a independência da Província Cisplatina, as três únicas intervenções, a da Argentina, em 1851, a do Uruguai, em 1864, e a do Paraguai, em 1865, não tinham a conquista como objetivo.

Em Rio Branco, a ideologia pacifista e não intervencionista está perfeitamente consolidada. Se aspira a um país forte e bem-armado é porque acredita no brocardo latino: *Si vis pacem, para bellum*. É sincero quando diz frases como as que citaremos, que se repetem de forma parecida em vários de seus discursos: “Resolvemos sempre por transações amigáveis as nossas questões de limites (...)”; “vivemos à larga dentro das fronteiras que fecham os territórios em que se fala a nossa língua, descobertos e povoados pela nossa gente”; “o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo na força do direito e do bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos, em cuja vida interna se absterá sempre de intervir”.

6.6. TRANSPARÊNCIA

Não é essa seguramente uma característica que se espera encontrar nem em Rio Branco, nem no Itamaraty. O primeiro é

envolto em uma construção mitológica que tem até faces mais ocultas: teria subornado jornalistas, financiaria políticos brasileiros e estrangeiros, papéis delicados haveria em seus arquivos secretos, dizem... Quanto ao Itamaraty, já foi acusado por mais de um pesquisador de ser o túmulo dos documentos.

Álvaro Lins conta que, ao começar a escrever sua biografia de Rio Branco, escutava histórias, algumas até simpáticas, sobre aspectos popularescos do caráter do Barão, às vezes atracando-se com uma vasta feijoada, em algum restaurante mais simples. Não pôde confirmar essas histórias e, com o maior conhecimento do assunto, passou a achar que do exagero se passara à invenção. O mesmo acontece com os arquivos do Barão no Itamaraty: quem pensava que muitas reputações sairiam deles destruídas enganou-se; tanto como Zeballos, que atribuía cobras e lagartos ao famoso telegrama nº 9, na verdade, bem normalzinho, com os comentários usuais.

Há alguns temas de interpretação controversa na obra de Rio Branco que podem dar margem a acusações de não transparência. Vejamos dois deles. Um é o caso do famoso “mapa da linha verde”: o Barão o teria ocultado durante as negociações com os bolivianos e o teria produzido, muito oportunamente, depois de essas concluídas, quando era acusado no Congresso de ter cedido demais. A verdade completa não se sabe. Rio Branco, em cartas anteriores a sua nomeação para o Itamaraty, revela não conhecer o mapa e, já depois de assinado o Tratado de Petrópolis, quando o envia ao Deputado Gastão da Cunha, dá o nome, a data e as circunstâncias de seu achamento por um velho funcionário bem identificado. Se isso não correspondesse aos fatos, não seria difícil verificar.

O outro caso é o da Lagoa Mirim. Foi por generosidade que o governo procedeu à cessão de soberania, como diz o próprio Barão, ou foi para defender os interesses do Brasil e do Uruguai, ameaçados com a tese da costa seca que vigia na Lagoa e que a Argentina pretendia que vigorasse no grande estuário platense? Rio Branco aqui também dá explicações convincentes: o desejo de se fazer justiça era antigo e havia sido levantado por antecessores seus muito antes de a tese argentina ser ventilada. Houve, pois, a coincidência do interesse com a virtude.

Não há provas, pois, de que o Barão escondesse informações ou desse falsas versões da motivação de seus atos. Era homem confiável nas ações e sincero nas afirmações, e daí provém muito de sua respeitabilidade nacional e internacional. Sem dúvida era pessoa discreta, que não falava de assuntos pessoais e se horrorizava com a “loquacidade incontida de certos interlocutores”.²³ Afinal, era um contemporâneo da Rainha Vitória (falecida em 1901), bem diferente de nós, dos tempos de *Lady Di*... No que concerne às coisas públicas, era, pois, para os padrões da época, um Ministro transparente.

Agora, o Itamaraty. Desde a primeira gestão do Ministro Celso Lafer, em 1992, está estabelecida a base legal para, dentro de certos parâmetros, abrir todos os arquivos a qualquer pesquisador. Antes já havia o acesso, mas de maneira mais selecionada; hoje a transparência do Ministério não é menor do que a das Chancelarias mais abertas do mundo desenvolvido. Essa foi, pois, uma “característica do estilo do Barão” que demorou, mas acabou também sendo “paradigmática”.

Em conclusão, são fortes as marcas de Rio Branco na diplomacia brasileira: a tradição de negociar lealmente e de querer a paz e o progresso no continente talvez seja delas a mais profunda. A herança mais abstrata é o prestígio que emprestou ao Itamaraty e a seus servidores. Como fez muito e foi vitorioso em quase tudo, seus sucessores procuram, com mais ou menos razão, atribuir-lhe suas iniciativas mais importantes. Alguns exemplos: Oswaldo Aranha, ao pleitear que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos, sempre alegava o precedente de Rio Branco; Mario Gibson Barboza defendia o decreto das 200 milhas de costa brasileira também como extensão da obra de fechamento das fronteiras de Rio Branco; Celso Lafer vê em Rio Branco o precursor dos Ministros que, como ele, dão grande prioridade à política de estreitar relações com a Argentina; o Mercosul, sem dúvida, é um projeto de Rio Branco... Como nunca o Barão deu um passo em falso, há sempre a tendência de se achar que, seguindo-o, não se erra e de se atribuir os erros do passado a não se ter feito como ele faria: será que Rio Branco não haveria evitado a saída controvertida do Brasil da Liga das Nações, em 1926? Será que, se tivesse sido o advogado do Brasil na Questão do Pirara, nossa meia vitória não teria sido total? São perguntas que ficarão sempre no ar. O que se sabe é que seu “estilo

negociador” venceu profundamente a política exterior do Brasil no século XX e não parece que a influenciará menos no novo século.

NOTAS

- 1 *Apud* Luís Viana Filho, *Três Estadistas*: 961.
- 2 Barão do Rio Branco, *Esboço da História do Brasil*: 233.
- 3 Luís Viana Filho, *op. cit.*: 1087.
- 4 Oliveira Lima, *Obra seleta*: 301.
- 5 *Apud* Sílvio Rabelo, *Euclides da Cunha*: 319.
- 6 Raul do Rio Branco, *Reminiscências do Barão do Rio Branco*: 193.
- 7 José Maria Bello, *História da República*: 228.
- 8 Rubens Ricupero e J. H. Pereira de Araújo, *O Barão do Rio Branco – uma biografia fotográfica*: 41.
- 9 *Apud* Edison González Lepeyre, *Los límites de la República Oriental del Uruguay*: 340.
- 10 Luís Santiago Sanz, *La Historia Diplomática, 1867-1930*: 41.
- 11 Afonso de Carvalho, *Barão do Rio Branco*: 233.
- 12 Francisco Iglésias, *Trajetória Política do Brasil*: 71.
- 13 Raphael Valentino Sobrinho gostava de mencionar essa diferença entre “na” e “de” fronteiras em suas aulas no Instituto Rio Branco.
- 14 Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia o traço todo da vida*: 27.
- 15 Celso Lafer, discurso na Universidade de Buenos Aires em 14/8/2001.
- 16 Rubens Ricupero, *O Barão do Rio Branco e a inserção do Brasil no mundo*: 2.
- 17 Rio Branco, *Obras completas*: vol. IX: 197.
- 18 *Apud* Luís Viana Filho, *op. cit.*: 942.
- 19 Luís Gurgel do Amaral, *Meu Velho Itamaraty*: 64.
- 20 Álvaro Lins, *Rio Branco*: 49.
- 21 Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, folheto “A Vertiginosa espiral da racionalidade”.
- 22 Celso Lafer, capítulo “O Brasil e o mundo”, in *Brasil, um século de transformações*: 165.
- 23 Pandiá Calógeras, *Estudos históricos e políticos*: 22.

O BARÃO DO RIO BRANCO E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

JOÃO HERMES PEREIRA DE ARAÚJO

Falar sobre Rio Branco e o Instituto Histórico é recordar uma fidelidade de 45 anos: eleito sócio correspondente em 1867, aos 22 anos, permaneceu Paranhos Júnior sempre ligado ao Instituto até seu falecimento, em 1912, aos 67 anos.

Tendo nascido no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1845, muito cedo mostraria suas inclinações pelos estudos históricos. Já em 1861, com 16 anos, quando cursava os preparatórios no Colégio Pedro II, escreveu pequeno artigo de oito páginas sobre Luís Barroso Pereira, Comandante da fragata *Imperatriz*, que se destacara na guerra do Prata, tendo sido morto em combate. Esse artigo foi publicado na *Revista Popular*, um ano depois, quando o autor já cursava a Faculdade de Direito de São Paulo.¹ Primeiro texto de um rapaz de 16 anos, ressentia-se, naturalmente, da precisão, da preocupação crítica e do estilo enxuto que marcariam os trabalhos históricos do autor poucos anos depois. Representava, porém, muito expressivamente, o interesse do jovem estudante pelas questões do Prata às quais seu pai já estava intimamente ligado e ele, no futuro, procuraria dar caráter eminentemente positivo.

Já na faculdade, publicou, assinando-se simplesmente “X”, no órgão estudantil *Revista Mensal do Instituto Científico*, uma série de artigos intitulada “Episódios da Guerra do Prata (1825-1828) – Apontamentos Históricos”, não concluída.² A propósito, é significativo transcrever o seguinte comentário, que consta da introdução desses “Episódios”:

“O nosso empenho é mostrar à luz da evidência – servindo-nos de documentos inéditos que, à custa de muitos esforços, conseguimos reunir – que houve no decurso dessa guerra muito feito glorioso, digno de figurar em lugar distinto nos fastos militares de nossa terra”.

Notam-se, nesses artigos, evidentes progressos do historiador, sendo de ressaltar, como essa citação evidencia, sua preocupação com a busca de documentos inéditos, isto é, com a pesquisa de fontes primárias.

Compreende-se a preocupação de Paranhos Júnior com temas relacionados à campanha do Prata, que tivera lugar ainda no reinado de D. Pedro I, uma vez que os problemas naquela região, primeiro entre espanhóis e portugueses, e, depois da independência, entre hispano-americanos e brasileiros, eram, ainda naquela época, os mais graves de nossa política internacional. Iniciados, a rigor, com a fundação da Colônia do Sacramento em 1580, prolongaram-se, ao longo de diversas vicissitudes, durante o período colonial, quando Ceballos, em 1777, tomou a Ilha de Santa Catarina e destruiu a Colônia do Sacramento, culminando, na época de D. João VI, com a anexação da que se chamou Província Cisplatina e, já no Primeiro Reinado, em 1828, com a criação da República Oriental do Uruguai. As dificuldades não pararam aí, e, em meados do século XIX, os problemas se multiplicavam. Lembremo-nos de que essas questões estavam na ordem do dia e de que, em 1865, se iniciava a Guerra do Paraguai.

Além dos aspectos, por assim dizer, nacionais, as questões do Prata se revestiam, para Paranhos Júnior, de um cunho pessoal familiar de grande importância: seu pai, mais tarde Visconde, estava intimamente envolvido nesses problemas desde que, em 1851, acompanhara, como Secretário, a missão do futuro Marquês de Paraná ao Prata, sendo, após, Ministro residente em Montevideu. Em fins de 1864, voltou ao Uruguai em missão especial, até ser inexplicavelmente destituído e chamado de volta ao Rio de Janeiro, após ter celebrado a Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865, benéfica, sob todos os aspectos, ao Brasil. O futuro Visconde teve ocasião de se defender, brilhantemente, na tribuna do Senado, em memorável discurso de oito horas, iniciado pela frase que ficou famosa “Não a vaidade, Senhor Presidente (...)”.

Tais episódios fascinavam o espírito jovem de Paranhos Júnior, justificando sua fixação nos problemas de nossa região meridional.

Por todos esses motivos, compreende-se que, em 1865, aos 20 anos, tenha escolhido, como tema e título de seu trabalho mais

importante até então, o “Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo”,³ que sobremaneira se distinguira nos episódios da campanha de 1825.

Nesse ensaio sobressaíam não só a segurança e a minúcia nas descrições de batalhas, mas, principalmente, o espírito crítico que se manifesta ao assinalar equívocos e omissões em autores de nomeada na época, como Varnhagen e Pereira da Silva. O mais interessante, entretanto, é recordar as críticas que faz não só ao Marquês de Barbacena, quando da Batalha de Ituzaingó, mas, principalmente, à própria política do Primeiro Reinado pela “fatal resolução” de 1823 de manter unida ao Império a Província Cisplatina.

“Quanto não teria ganho o Brasil se, pondo de parte veleidades pueris, tivesse erigido, desde logo, a Banda Oriental em estado livre e soberano, garantindo a sua independência contra infundadas pretensões do governo de Buenos Aires.”⁴

Foi justamente esse esboço biográfico que serviu a Paranhos Júnior como “título para sua admissão” no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Celebrava essa instituição sua décima quinta sessão, em 22 de novembro de 1866, “honrada com a augusta presença de Sua Majestade o Imperador” e presidida pelo então Visconde de Sapucaí. Em sua “Ordem do dia”, os consócios Doutor Joaquim Manuel de Macedo e Manuel Ferreira Lagos propuseram, para membro correspondente, o Doutor José Maria da Silva Paranhos Júnior, proposta essa “na forma dos estatutos (...) remetida à comissão de admissão de sócios”.⁵

Os dois proponentes eram figuras de destaque no Instituto. Joaquim Manuel de Macedo exercia, na ocasião, as funções de Vice-Presidente e orador oficial. Aplaudido romancista, suas obras, em especial *A Moreninha*, *O Moço Louro* e *Os Dois Amores*, despertavam, então, a admiração geral. Manuel Ferreira Lagos ocupara o cargo de Secretário perpétuo do Instituto e, com a reforma dos estatutos que aboliu a perpetuidade dos cargos, fora eleito Terceiro Vice-Presidente. Foi primeiro oficial e, na época, era Diretor interino da Primeira Seção da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Funcionário categorizado da referida Secretaria de Estado era naturalmente ligado ao Visconde do Rio Branco que, em 1866, já, por três vezes, ocupara

aquela pasta. É de supor, assim, que tenha sido ele a primeira ligação de Paranhos Júnior com o sodalício a que pretendia associar-se. É verdade, também, que o “Esboço Biográfico do Barão do Serro Largo” fora oferecido ao Instituto, na mesma sessão, por Joaquim Manuel de Macedo, o que poderia indicar prévio conhecimento, senão amizade, entre o renomado romancista e o jovem historiador, que provavelmente fora seu aluno no Colégio Pedro II.

A proposta de admissão foi examinada pela comissão competente que, em sua sessão de 24 de outubro de 1867,⁶ manifestou ser de parecer que o Senhor Doutor José Maria da Silva Paranhos Júnior está no caso de ser admitido ao grêmio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como sócio correspondente.

Tal decisão baseou-se no parecer ou “notícia” da mesma data do relator, Agostinho Marques de Perdigão Malheiro, que, após rápidas referências biográficas, recordou os textos históricos do proposto e fez expressivos comentários à biografia do Barão do Serro Largo.

“O trabalho ora oferecido (inérito) (...) ao Instituto, e que é digno de ser impresso na *Revista*, é uma prova brilhante, apesar de sua modesta indicação, das habilitações intelectuais e literárias do nosso jovem compatriota; aí não se lê apenas uma biografia e menos um esboço, e sim, a longos traços, episódios interessantíssimos de nossas guerras no Rio da Prata (...) nem é uma simples narração, nem a reprodução irrefletida do que a tal respeito se acha publicado; a investigação histórica e a crítica presidiram a esse trabalho onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados.”⁷

Parecer, nesses termos, de uma personalidade como Perdigão Malheiro, grande advogado e jurisconsulto, altamente conceituado, também no Instituto, deve ter sensibilizado a vaidade, sempre discreta, do proposto. Tal pronunciamento causou impressão favorável tanto na Comissão de Estatutos e Redação da revista, que mandou publicar, no número 31,⁸ a biografia do Barão do Serro Largo, quanto entre os sócios, os quais, na sessão de 7 de novembro,⁹ votaram, por unanimidade, a favor do parecer de Perdigão Malheiro e proclamaram, com dois outros propostos, sócio correspondente do Instituto o Doutor José Maria da Silva Paranhos Júnior.

Poderia parecer estranho que um residente na Corte, fosse eleito sócio correspondente, uma vez que, pelos estatutos atuais, a característica do sócio correspondente é não residir no Rio de Janeiro ou no Grande Rio. Naquela época, porém, só havia três categorias de sócios: efetivos, em número de 50, correspondentes e honorários, em número ilimitado. Tanto para os sócios efetivos como para os correspondentes, exigia o Estatuto a apresentação de trabalho próprio, impresso ou inédito, sobre tema de interesse do Instituto. Para ser eleito sócio honorário era mister ter “idade provectora, consumado saber e distinta representação”.¹⁰

Tavares de Lyra¹¹ explica o assunto.

“Ele contava, então, 22 anos, não preenchendo, portanto, o primeiro desses requisitos para sócio honorário. E, como não havia vaga de efetivo, o recurso foi admiti-lo como correspondente, de acordo com uma disposição estatutária assim redigida: ‘estando completo o número de sócios efetivos, será o candidato admitido na qualidade de sócio correspondente’.”

O Cônego Fernandes Pinheiro, Primeiro Secretário do Instituto, em seu Relatório anual, refere-se ao novo sócio como “esperançoso e mui festejado talento que, ainda nos bancos colegiais, revelava-se pelo seu amor aos estudos históricos e por mui auspiciosas estréias”.¹²

Informa Tavares de Lyra:¹³

“(...) Paranhos só tomou posse em 19 de junho do ano seguinte, 1868. Fê-lo sem nenhuma solenidade: compareceu à Secretaria, prestou o juramento de praxe, assinou com o Presidente e o Primeiro Secretário o termo lavrado no livro próprio, e, depois, foi ocupar sua cadeira no recinto, pedindo a palavra e procedendo à leitura de um capítulo da biografia que escrevera do Barão do Serro Largo”.

A sintética ata dessa sessão restringe-se, como era de hábito, a já fazer constar, entre os sócios presente, Paranhos Júnior.¹⁴

Era costume, na época, a leitura de trechos de trabalhos próprios ou alheios. Já na sessão de 22 de maio, o Primeiro Secretário, Cônego Fernandes Pinheiro, iniciara a leitura da referida obra de Paranhos, que, pelo próprio, seria continuada nas sessões de 11 e 25 de setembro.¹⁵

Desde então, o futuro Barão do Rio Branco, até sua nomeação para o Consulado-Geral em Liverpool, em 1876, participou ativamente

da vida do Instituto, tanto comparecendo às sessões como oferecendo à biblioteca e ao arquivo textos de interesse. Assim, em 14 de maio de 1869, doou importantes volumes, dentre os quais se destacam *El Sentinela – periódico sério-jocoso*, impresso em Assunção em 1867, e *Protector Nominal de los pueblos libres d. José Artigas, classificado por el amigo de l'orden*, Buenos Aires, 1818. Em julho do mesmo ano, ofereceu, curioso manuscrito referente ao aldeamento dos índios Unicuru e Guaná.¹⁶

Nas eleições de 21 de dezembro de 1868 era ele eleito para a Comissão Subsidiária de Trabalhos Históricos, sendo reeleito em 1873 e passando, em 1874 e 1876, a integrar a Comissão de Trabalhos Históricos.

Vieira Fazenda, no estudo publicado na *Revista do Instituto* no ano do falecimento do Barão do Rio Branco, informa que, em 5 de maio de 1875, fora ele elevado a sócio honorário.¹⁷ Tavares de Lyra, ao transcrever longamente Vieira Fazenda, assinala¹⁸ tratar-se, nesse ponto, de um equívoco, uma vez que, na época, Rio Branco, aos 30 anos, não preenchia o requisito de “idade provecta” então exigido pelos Estatutos para a admissão como sócio honorário. A respeito, comenta:

“E, nesse ponto, um esclarecimento necessário: Rio Branco fora admitido como sócio correspondente pela inexistência, na ocasião, de vaga na classe dos efetivos; passara mais tarde a esta classe por ter exercido cargos nas comissões permanentes; e voltara novamente à de correspondente por ter fixado residência no estrangeiro. O que ignoro é a data exata em que foi sócio efetivo. Talvez em 1875, o que explicaria o engano de Vieira Fazenda”.

Procurando elucidar a questão, examinei detidamente a revista correspondente àquele ano e verifiquei a inexistência de qualquer referência à ascensão de Paranhos Júnior quer a sócio efetivo, quer a sócio honorário. Em sua ficha de sócio tampouco há qualquer menção a sócio efetivo. O que ocorre é o registro de sua ascensão a sócio honorário em sessão realizada em 5 de maio, mas não de 1875 e sim de 1895. Daí a acreditar-se que o equívoco apontado por Tavares de Lyra se referisse ao ano e não à categoria de sócio a que fora ascendido. Assim, parece certo que, ao contrário do que supõe Tavares

de Lyra, Rio Branco não foi nunca sócio efetivo. De correspondente, passou a honorário, como indica Vieira Fazenda não, porém, em 5 de maio de 1875, mas em 5 de maio de 1895.¹⁹

Em 1876, foi Paranhos Júnior nomeado Cônsul-Geral em Liverpool, permanecendo com residência fora do Brasil até 1902. Manteve sempre com o Instituto erudita correspondência em que ou solicitava informações e dados sobre acontecimentos históricos e documentos dos arquivos da instituição, ou lhe participava resultados de suas pesquisas. Não foram poucos os livros e documentos iconográficos então por ele oferecidos ao Instituto.

São exemplos dessa correspondência expedida de Liverpool:

– a carta de 11 de setembro de 1885 ao Visconde do Bom Retiro em que solicita mapas (ou suas cópias) que deviam acompanhar a publicação da *Revista do Instituto*: “Relação do piloto Correia Lisboa sobre as operações da esquadra portuguesa no Rio Grande do Sul e combates de 19 de fevereiro e 1º de abril”. Solicita também outros documentos necessários à elaboração de sua projetada obra *Anais da Marinha Brasileira*;

– a carta de 3 de fevereiro com que oferece um exemplar da tiragem especial do artigo *Le Brésil* da Grande Enciclopédia de Levasseur;

– a carta de 27 de março de 1890 com que envia ao Instituto vários livros entre os quais a edição ilustrada de *Le Brésil* e seis volumes do atlas de von Keulen.²⁰

O Instituto, por sua vez, não se olvidava do sócio distante, prestando-lhe homenagens especiais por ocasião das vitórias arbitrais decorrentes dos laudos do Presidente Cleveland e do Conselho Federal suíço.

Em 1895, ao ter notícia do resultado do arbitramento da Questão de Palmas ou Missões, um grupo expressivo de sócios propôs conceder a Rio Branco o título de sócio honorário. Na sessão ordinária de 17 de março daquele ano, tal proposta foi apresentada e encaminhada, para exame, à comissão de admissão de sócios²¹ que deu seu parecer em 6 de abril, aprovado na sessão de 5 de maio.²²

Eis o trecho central dessa proposta:

“(...) o alto testemunho da capacidade que, com glória e vantagem para nossa pátria, deu aquele ilustrado consócio, na

melindrosa missão que lhe foi confiada junto ao Presidente dos Estados Unidos da América, árbitro no antigo litígio das Missões entre o Brasil e a Argentina, para cuja feliz solução muito contribuiu a excepcional competência do nosso abalizado representante, bastaria para a completa justificação da proposta, quando em favor dela não atuassem outros relevantes motivos, sabida como é a dedicação constante com que o Barão do Rio Branco louvavelmente se ocupa com o estudo da história da pátria”.

Foi relator desse parecer Manoel Francisco Correia, e com ele concordaram os dois outros membros da comissão, Barão de Alencar e Afonso Celso. Outra oportunidade de o Instituto prestar a Rio Branco mais uma manifestação de seu especial e entusiástico apreço, apresentou-se quando, em 1º de dezembro de 1900, chegou a notícia de que o Conselho Federal suíço dera ganho de causa ao Brasil na questão que, há tanto, mantínhamos com a França, a propósito da exata situação do Rio Oiapoque, nossa divisa com a Guiana Francesa.

Na sessão de sete do mesmo mês²³ foi aprovada, por aclamação, a seguinte moção assinada pelos sócios presentes e justificada por Manuel Francisco Correia:

“A primeira manifestação do Instituto Histórico na sessão de hoje não pode deixar de ser a de acompanhar o regozijo geral pelo justo laudo arbitral (...) tanto mais quanto (...) concorreu, muito modestamente embora, para que fosse proclamado o direito do Brasil (...) O Instituto rendeu sempre homenagem à retidão do árbitro (...)

Propomos pois:

Que se lance na ata um voto de agradecimento aos árbitros (...);

Que se felicite o nosso ilustre consócio honorário o Senhor Barão do Rio Branco por seus patrióticos e eficazes esforços no empenho de tornar patente o direito que assiste ao Brasil, o qual foi unanimemente reconhecido pelos membros do Tribunal Arbitral; e

Que se coloque na sala do Instituto seu retrato, escrevendo-se na placa, depois do seu nome, *Missões-Oiapoque*, em recordação dos louros que lhe engrinaldam a frente”.

Na sessão magna de encerramento dos trabalhos daquele ano, o Presidente recordou alguns consócios falecidos que também haviam

concorrido para o resultado do arbitramento, Joaquim Caetano da Silva, principalmente, com seu livro *L'Oyapoc et l'Amazonie*, reiterando as homenagens a Rio Branco:

“(...) acreditamos bem que a melhor recompensa reservada aos seus inestimáveis serviços terá ele encontrado na íntima satisfação da consciência pelo exato cumprimento do dever e na respeitosa estima e profunda gratidão do povo brasileiro que, com entusiasmo, proclama o seu merecimento”.²⁴

Antes de tomar posse da Presidência da República, em 1902, Rodrigues Alves convidara, por intermédio de seu predecessor, Campos Sales, o Barão do Rio Branco para ocupar a pasta das Relações Exteriores, convite que só foi aceito depois de muita relutância.

Retornando ao Brasil, o Barão foi recebido com entusiásticas manifestações, incluindo a de uma Comissão do Instituto, cujo Presidente, Souza Pitanga, fez-lhe vibrante saudação, que o deve ter sobremaneira sensibilizado por se ver, no primeiro dia de seu retorno ao país, homenageado pela instituição a que pertencia desde a juventude.²⁵

Havia sido marcada para o dia 15 do mesmo mês a inauguração do retrato de autoria de Teixeira da Rocha, que o Instituto, na sessão de 7 de abril de 1900, resolvera colocar em uma de suas salas. Rio Branco, então em Petrópolis, levemente adoentado, não pôde comparecer à cerimônia, desculpando-se e agradecendo, em cordialíssimo telegrama encaminhado ao Primeiro Secretário. Retornando ao Rio, foi o Barão, pessoalmente, ao Instituto agradecer a “excessiva honraria”, ocasião em que conversou cordialmente com vários consócios, entre eles, Vieira Fazenda, com o qual recordou cenas passadas há 42 anos, quando ambos cursavam o Colégio Pedro II.²⁶

Na sessão de 21 de novembro de 1906, o Primeiro Secretário Max Fleiuss pede a palavra e apresenta a proposta para que, de acordo com o art. 12 dos Estatutos aprovados pela assembléia geral de 9 e 16 de abril daquele ano, sejam elevados a beneméritos alguns sócios honorários que há muito haviam ingressado no Instituto, entre eles o Barão do Rio Branco.²⁷

Estatuía o referido art. 12: “só poderão ser elevados à classe de sócios beneméritos os honorários que tenham, no mínimo, 20

anos de notáveis serviços ao Instituto e os hajam prestado em grau notável”.

Tendo falecido o Visconde de Cabo Frio, que, por tantos anos, fora Diretor-Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e, após a república, das Relações Exteriores, o Instituto resolveu prestar-lhe uma homenagem na sessão comemorativa de 21 de outubro de 1907, à qual compareceram o Presidente Afonso Pena e Rio Branco, tendo feito o elogio histórico do Visconde o Conde de Afonso Celso.²⁸

Nessa mesma sessão, ao venerando Presidente Marquês de Paranaguá faltaram forças para terminar seu discurso. O Secretário do Instituto Max Fleiuss assim relata, com espontaneidade e graça, os acontecimentos que se seguiram:

“(…) verificamos que ele não aceitaria a reeleição, e logo cogitamos de quem o deveria substituir. O nome unanimemente lembrado, e com a maior justiça, foi o do Visconde de Ouro Preto, então Primeiro Vice-Presidente. Fui portador do desejo de todos os sócios, mas o Visconde, inabalavelmente, recusou a investidura.

Sugeriram-se outros nomes sob todos os aspectos respeitáveis; mas prevaleceu o do Barão do Rio Branco. Quem o consultaria?

Ainda uma vez prontifiquei-me a desempenhar a comissão, pois em se tratando do Instituto não receio tornar-me impertinente.

(…) Dirigi-me, portanto, ao Barão do Rio Branco, sócio do Instituto desde 1867.

Nesse dia, o Barão estava ocupadíssimo e, não obstante, recebeu-me no seu gabinete do Itamaraty, palestrando muito amavelmente.

Quando lhe disse o fim de minha visita, levantou-se e num ímpeto proferiu estas palavras: ‘o senhor está doido, senhor Fleiuss? Pois eu tenho tempo para dirigir o Instituto? A posição ocupada por tantos brasileiros eminentes sobrelevando-os o Imperador! Qual, o senhor enlouqueceu ou não é meu amigo!’

Deixei passar a trovoada e insisti no assunto, mostrando que só ele poderia assumir o cargo.

Recusou de novo.

Queimei então meu último navio.

Senhor Barão, observei, venho do escritório do Visconde de Ouro Preto, que aplaude calorosamente o nome de V. Excia.,

acrescentando: ‘Diga a Paranhos que só com ele na Presidência, permanecerei como Vice-Presidente.

O Barão emudeceu por alguns momentos e depois disse-me:
O Ouro Preto teve essas palavras a meu respeito?

Facílima a verificação, respondi; o Visconde continua no escritório. V. Excia. pode telefonar...

Não, não é preciso, obedeço. O juízo de Ouro Preto é, para mim, uma ordem. Mas V., senhor Fleiuss, fica responsável se eu for derrotado.

Sorri-me. E na assembléia geral de 21 de novembro de 1907 foi eleito, por unanimidade, o Barão, o herói, o magno sabedor das coisas pátrias, o servidor incomparável do Brasil”.²⁹

Em 30 de janeiro do ano seguinte, realizava-se a “sessão de posse da diretoria e das comissões permanentes” eleitas em novembro do ano anterior. Presidindo-a inicialmente, o Marquês de Paranaguá, ao convidar os novos diretores a tomarem posse, tem, em relação a seu substituto, as mais simpáticas expressões:³⁰

“No vigor da idade e do talento, com o prestígio de um nome ilustre, aureolado pelos grandes serviços prestados em prol da integridade da pátria, ninguém pode melhor servir ao Instituto Histórico”.

Rio Branco, no estilo sóbrio que lhe é próprio, faz uma pequena, mas substancial oração em que, depois de recordar sua permanência de mais de 40 anos no Instituto, agradece a honra que lhe é conferida e se refere, muito objetivamente, à execução do programa primitivo da instituição, “que consiste principalmente em coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que devam servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil”. Assinala o que já se tem feito, “como atestam os já numerosos números da revista”, mas reconhece que “no que diz respeito aos três primeiros séculos (...) sobre que possuímos, além de outros elementos preciosos, as bem elaboradas obras de Southey e de Varnhagem e os eruditos trabalhos de Capistrano de Abreu, há grandes lacunas e muito a pesquisar ainda (...)”. Refere-se, em seguida, à atividade e à criação de “instituições similares” nos estados. Agradece finalmente as palavras de seu “venerando predecessor” e a todos os

colegas a distinção que lhe conferiram, pedindo a Deus que lhe dê forças “para corresponder à vossa confiança”.

Chocante e sumamente penoso para Rio Branco deve ter sido o discurso do orador oficial, Conde de Afonso Celso. Após recordar que, em seus 70 anos de existência, o Instituto tivera apenas seis presidentes, deles fez sintéticos, mas simpáticos elogios. Os referentes ao Barão do Rio Branco, entretanto, precedeu-os dos seguintes e infelizes parágrafos:

“Notório é que insuperáveis barreiras de hombridade e convicção me arredam do sistema político a que o Barão do Rio Branco emprestou o sólido sustentáculo do seu nome e da sua competência.

Mas não estou falando em caráter individual: represento uma coletividade alheia à política.

Falasse, entretanto, individualmente e nada importava!

Prezo-me de ser, acima de tudo, bom brasileiro, isto é, patriota; e nenhum bom brasileiro, nenhum patriota deixará de reconhecer a seguinte verdade, banal de tão repetida, quero dizer, de tão incrustada na consciência pública: o Barão do Rio Branco é um dos padrões de justo orgulho nacional.

E, se alguém o calasse, chamá-lo-iam as pedras de milhares de quilômetros por ele adicionadas ao Brasil.

Vilania fora apregoá-lo só porque S. Excia. é o poder; vilania maior negá-lo ou omiti-lo sob pretexto de oposição a este Poder, do qual coisa alguma pretendo, e que nada me poderá conceder, pois repito, lhe sou adversário leal, mas radical e irreduzível”.

Essas palavras, surpreendentes em um discurso que se supunha de elogio e que chegaram, por incrível que pareça, à referência à “hombridade”, devem ter chocado profundamente o homenageado, fazendo-o recordar horas angustiosas por que passara quando da Proclamação da República. Ligado, até mesmo por tradição paterna, ao sistema imperial e dedicado profundamente ao monarca, ficara, naquele momento, sem saber o que fazer, só se aquietando ao receber o recado generoso e animador de D. Pedro II, transmitido pelo Conde de Nioaque: “Sei tudo, quero-lhe muito; diga que fique, peço que fique; é seu dever, sirva seu país”.

Outro trecho do discurso, aliás, conhecida a veneração que dedicava à memória paterna, não deve ter agradado a Rio Branco,

pois, comparando-o a seu pai e referindo-se à Lei do Ventre Livre, afirmou o orador: “É muito! Pois Rio Branco II ultrapassou-o, engrandecendo a grandeza do Brasil!”.

Ninguém melhor do que o Secretário do Instituto, Max Fleiuss, poderia avaliar a atuação de Rio Branco em suas novas funções:

“E o que foi a presidência Rio Branco di-lo a nossa *Revista* e proclamam-na a representação do Instituto nos congressos estrangeiros, a exposição comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, na qual figuraram 15 mil jornais, a do intercâmbio com as associações similares não só de nossa pátria, mas também da América e da Europa. Além disso, as providências tomadas pelo ínclito Presidente que inquiria de tudo, imprimindo uma orientação coroada de aplausos.

Uma presidência, em suma, reveladora de útil atividade e imenso brilho.

Calógeras, tratando do período de estagnação por que passou o IHGB durante poucos anos somente, disse: ‘Não podia perdurar a modorra; a dois homens do cenáculo, principalmente, devemos a revivescência do trabalho que lhe é próprio: Max Fleiuss e Rio Branco’.

Citamo-lo nessa ordem, pois a esforços do primeiro foi o imortal Chanceler presidir a associação. E logo surgiram as conseqüências: avultou novamente o velho grêmio entre as nossas forças intelectuais, no evolver social, renasceu a velha tradição de labor e de prestígio!”.³¹

Quanto aos discursos feitos por Rio Branco ao abrir e encerrar as sessões do Instituto, atesta Vieira Fazenda:

“Todos queriam ver e ouvir falar o Barão de fama mundial. Seus discursos, impecáveis pela forma e de uma concisão admirável, não têm uma frase, uma palavra que não seja fonte de profícuos ensinamentos”.³²

O mais importante, o que mais repercussão teve, foi o pronunciado a 11 de junho de 1908.³³ Antes de dar a palavra ao Visconde de Ouro Preto que ia dissertar sobre a Batalha do Riachuelo, o Barão do Rio Branco, sempre Ministro das Relações Exteriores, aproveitou a oportunidade para deixar clara a política exterior pacifista do Brasil num momento em que chegara ao paroxismo a campanha de Estanislao Zeballos, Ministro das Relações Exteriores da Argentina,

contra o Brasil, baseada na questão da chamada “equivalência naval”, na qual o Ministro argentino timbrava em atribuir tendências expansionistas e imperialistas ao governo brasileiro.

As palavras do Barão foram de uma clareza cristalina afirmando solenemente a ausência de “planos de agressão ou de indébita influência sobre os destinos de outros povos”.³⁴

Após recordar que o General Roca, um dos maiores estadistas da Argentina, se referira, há pouco, ao Brasil como “nossos pacíficos vizinhos do norte”, afirmou enfaticamente Rio Branco:

“Somos, na verdade, um povo que tem dado inequívocas provas de seu amor à paz e da sua longanimidade para com os mais fracos. Desde que nos constituímos em nação independente, esforçamo-nos sempre para viver na melhor harmonia com os demais países, particularmente com os que nos são limítrofes. Desejamos, muito sinceramente, que todos prosperem, se engrandçam e nos estimulem, pelos bons exemplos que nos possam dar, a prosseguir, com firmeza e serenidade, no caminho de todos os progressos morais e materiais. Anelamos merecer o afeto, não a desconfiança ou temor dos nossos vizinhos. Se hoje procuramos (...) melhorar as condições em que alguns anos de agitações políticas e conseqüentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentemos planos de agressão, de ambiciosa e indébita influência sobre os destinos de outros povos. É unicamente, porque sentimos a necessidade (...) de estar preparados para a pronta defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra contra possíveis provocações e afrontas. Tivéssemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataques contra países vizinhos, e as encomendas que ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto mar ou ao longo do nosso litoral”.

Sobre a intervenção de Rio Branco, Álvaro Lins³⁵ tece expressivos comentários:

“O momento histórico, a naturalidade das declarações, a medida das palavras – tudo contribuiu para que esse discurso obtivesse, em Buenos Aires, uma extraordinária repercussão. Ele impressionou os próprios adversários, serviu de esclarecimento aos indecisos, restituiu a cabeça aos exaltados de boa fé, tornou mais vigorosos e firmes os políticos amigos do Brasil”.

Ao inaugurar-se, na Secretaria do Instituto, o retrato de Rio Branco, de autoria de Rodolfo Chambelland, foi incumbido da saudação ao homenageado o Deputado Alexandre José Barbosa Lima,³⁶ que proferiu empolgante oração.

O Chanceler, como de hábito, foi conciso e muito preciso em seus agradecimentos. Com relação a sua atuação no Itamaraty, achou oportuno assinalar:

“Alguns me receberam com desconfiança, acreditando-me um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas nos pleitos internacionais com os mais fracós.

O meu passado, já então, protestava contra tais suposições.

Creio poder afirmar, hoje, que estes quase sete anos passados como membro do governo (...) puseram bem a claro os verdadeiros sentimentos pacifistas que sempre me animaram e folgo de ver que todos me fazem hoje justiça nesse particular”.

Tendo em vista que Barbosa Lima, Deputado federal, era favorável à aprovação, pelo Congresso Nacional, do Tratado com o Uruguai, em que lhe concedemos condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, Rio Branco aproveitou a ocasião para explicar o profundo sentido histórico, jurídico e político do instrumento celebrado com a República Oriental e sua esperança de que o Congresso o viesse a aprovar, como se deu.

O prestígio do Chanceler no Instituto crescia dia a dia. Na assembléia geral de 27 de novembro de 1909³⁷ foi-lhe conferida a perpetuidade no cargo de Presidente, a exemplo do que já fora praticado com o Visconde de São Leopoldo. A referida resolução comenta:

“O Senhor Barão do Rio Branco que, na frase justíssima de Martim Francisco ‘é o Presidente aclamado da alma nacional’ e a quem Afonso Celso, insuspeitamente, denominou ‘o mais admirável Ministro das Relações Exteriores do mundo atual’, ‘o maior diplomata vivo’, impõe-se por seus gloriosos feitos que o erigem em uma das mais fulgurantes figuras da história do Brasil, a esta consagração por parte de seus companheiros na associação de que S. Excia. é, indubitavelmente, *primus inter pares*, e a que tem trazido, com seu imenso prestígio, os maiores títulos de consideração, não só em nossa pátria como no estrangeiro”.

Não foi possível ao Barão, tanto pelo seu estado de saúde como pela sua atividade cada vez mais absorvente, comparecer às sessões do Instituto durante o ano de 1911, ausência que Max Fleiuss, em seu Relatório anual, na sessão magna de 21 de outubro,³⁸ explica, ponderando:

“Nem por isso, todavia, deixou de orientar-nos com as suas preclaras luzes, sendo sempre ouvido sobre todos os fatos ocorridos e concedendo-nos plena aprovação às providências tomadas. Por determinação expressa de S. Excia., mandamos proceder à pesquisa e cópia, nos arquivos da Torre do Tombo e do Conselho Ultramarino, em Portugal, das *Memórias diárias* sobre a guerra holandesa (...) bem como da narrativa da marcha de Luiz Barbalho do Rio Grande até Sergipe para bater o invasor flamengo (...)”.

Em 10 de fevereiro de 1912, faleceu o Barão do Rio Branco, deixando profundamente abalado o povo brasileiro. O fato teve também enorme repercussão internacional. Junto ao túmulo, discursou, em nome do Instituto, o Doutor Benjamim Franklin Ramiz Galvão,³⁹ que, ao lado de outros comentários elogiosos, referiu-se a “(...) esse brasileiro que amou mais a sua pátria do que todos os bens da terra, consagrando-lhe quase meio século de lucubrações ininterruptas e, no fim da vida, quando o corpo já desfalecia, quase um decênio de serviços inestimáveis; esse exemplar acabado e perfeito da diplomacia moderna, que possuía todas as seduções da bondade e todos os fulgores do talento de estadista; esse brasileiro, honra de sua pátria e da América do Sul, é – em toda a acepção da palavra – um imortal”.

Alguns anos após a morte de Rio Branco, o Itamaraty ofereceu ao Instituto os originais de *Efemérides Brasileiras*. O então Presidente, Conde de Afonso Celso, designou uma comissão para examinar os manuscritos recebidos. Foi relator Basílio de Magalhães, o qual, após assinalar a superioridade do texto de Rio Branco em relação aos demais trabalhos similares, sugeriu a publicação das *Efemérides* do Barão, o que foi feito em 1918.⁴⁰

Demonstrando o apreço pelas *Efemérides*, o Instituto resolveu, em assembléia geral de 11 de outubro de 1919, que, em todas as suas sessões, fosse lida a parte das efemérides referente aos sucessos do dia.⁴¹ É, assim, Rio Branco o único sócio lembrado em cada sessão nesta Instituição.

A lealdade de Rio Branco ao Instituto vem sendo correspondida ao longo dos anos. Quando, em 1945, foi comemorado o centenário do nascimento do grande Ministro das Relações Exteriores, o Instituto delas participou significativamente. Foi nomeada uma comissão, presidida pelo Ministro Augusto Tavares de Lyra, para projetar as comemorações, cujas recomendações, aceitas pela assembléia geral, foram extremamente expressivas. Além de uma sessão solene, foi cunhada medalha comemorativa, convidados todos os institutos históricos do país e associações consagradas aos estudos históricos e geográficos a se associarem às homenagens e tomada a resolução de publicar “em volume ou volumes todas as contribuições sobre a vida e os feitos desse eminente brasileiro”.⁴²

Foram assim publicados na *Revista* de 1945, volumes 187, 188 e 189, importantes trabalhos originais de Hildebrando Accioly, L. Feijó Bittencourt, Alcino Sodré, Armando Ortega Fontes, Hélio Lobo e Roberto Assunção, tendo sido feitas transcrições de conferências e artigos de José Carlos de Macedo Soares, Afonso de Taunay, Virgílio Correia Filho, Hélio Lobo, João Severiano da Fonseca Hermes, Oswaldo Correia, Maurício de Medeiros, Alvaro Teixeira Soares, Nelson Hungria, R. Mendes Gonçalves, Levi Carneiro e Elmano Cardim.⁴³

Em 1995, por ocasião do sesquicentenário do Barão, foi designada, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma comissão presidida pelo então Vice-Presidente, Professor Arno Wehling, que propôs à presidência a realização de um curso e de uma exposição, ambos sobre o tema “Rio Branco – seu significado histórico”. O curso teve início no dia 19 de maio e, no dia seguinte, realizou-se sessão solene com a presença do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros. Nesse contexto foram pronunciadas quatro conferências: “O Barão e o cardinalato”, pelo Professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa; “O pan-americanismo de Rio Branco e seus opositores”, pelo Professor José Luiz Werneck da Silva; “A gaveta do Barão”, pela Professora Nanci Leonzo, e “O Barão do Rio Branco e o IHGB”, pelo autor destas linhas. A exposição teve lugar nos salões do Instituto.⁴⁴

Devo deixar constância de que, para as pesquisas necessárias à elaboração deste texto, foram-me de fundamental importância os

artigos sobre o mesmo tema publicados na *RIHGB* de 1912 pelo grande conhecedor da história desta cidade e então bibliotecário do Instituto, José Vieira Fazenda e, em 1945, pelo então Ministro do Tribunal de Contas da União e Primeiro Vice-Presidente do Instituto, Augusto Tavares de Lyra, que, como Ministro da Justiça, teve a oportunidade de, entre 1906 e 1909, “sentar-se ao lado de Rio Branco nos altos Conselhos do Governo da República”, na presidência de Afonso Pena.

NOTAS

1 *Revista Popular*. São Paulo, t.13, jan.mar.1862: 206-212 e Rio Branco, Barão do. *Biografias*. Rio de Janeiro: MRE, 1947 (Obras Completas; v.7.:1-12)

2 *Revista Mensal do Instituto Científico*, órgão da Faculdade de Direito de São Paulo, 2ª série, a2, n.5, jun.1864; 3ª série, a 3, n.1, ago.,1864, e Rio Branco, Barão do. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: MRE, 1948.(Obras Completas; v.8:1-20).

3 *RIHGB*, t.31, pt.2, 1868: 62-135.

4 *Id.* p.97

5 *RIHGB*, t.29, pt.2, 1866: 364-365.

6 *RIHGB*, t.20, pt.2, 1867: 484-485.

7 *Id., ib.*

8 *RIHGB*, t.31, pt.2, 1868: 62-135.

9 *RIHGB*, t.14, pt.2, 1867: 470.

10 *RIHGB, id.:* 502.

11 Lyra, Tavares de. Rio Branco e o IHGB, *RIHGB*, v. 186, jan.mar. 1945: 5.

12 *RIHGB*, t.33, pt.2, 1867: 502.

13 Lyra, Augusto Tavares de, art. cit.: 4

14 *RIHGB*, t.31, pt.2, 1868: 329-330.

15 *id.:* 325, 330, 345-350.

16 Fazenda, José Vieira. Rio Branco e o IHGB, *RIHGB*, t.75, pt.1, 1912: 127.

17 *Id., ib.*

18 Lyra, Tavares de, art. cit: 5.

19 Devo à gentileza de Dona Maura Corrêa e Castro, bibliotecária do Instituto, a informação referente à ficha do Barão do Rio Branco; foi ela, aliás, quem me chamou atenção para a coincidência do dia e do mês apontados por Vieira Fazenda, como os da ascensão de Paranhos a sócio honorário em 1875 e sua efetiva ascensão 20 anos depois.

20 Fleiuss, Maria Carolina Max. Os sócios do Instituto: José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. *RIHGB*, v. 186, jan. mar. 1945: 200.

21 *RIHGB*, t.58, 1895: 301.

22 *RIHGB*, t. 58, 1895: 313.

- 23 *RIHGB*, t.63, 1900: 522-530.
- 24 *RIHGB*, t.63, 1900: 544.
- 25 *RIHGB*, t.65, 1902: 1-12.
- 26 *RIHGB*, t, 65, 1902: 557.
- 27 *RIHGB*, t.69, 1906: 500.
- 28 *RIHGB*, t.70, 1907: 812-813.
- 29 Fleiuss, Max. Recordando. Rio de Janeiro: *IHGB*, 1914-1943: v.1: 49-51.
- 30 *RIHGB*, t.71, 190: 421-432.
- 31 Fleiuss Max. *Id.*: 51-52.
- 32 Fazenda, José Vieira, art. cit.: 129.
- 33 *RIHGB*, t.71, 1908: 425-432.
- 34 *RIHGB*, t.71, 1908: 425-432.
- 35 Lins, Álvaro. *Rio Branco*, 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1965: 403.
- 36 *RIHGB*, t.72, pt.2, 1909: 334-340.
- 37 *RIHGB*, t.72, 1909: 423.
- 38 *RIHGB*, t.74, 1911: 695.
- 39 *RIHGB*, t.75, pt.1, 1912: 140-142.
- 40 Rio Branco, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: *IHGB*, 1918.
- 41 *RIHGB*, t.85, 1919: 572.
- 42 *RIHGB*, v.185, 1944: 272.
- 43 *RIHGB*, v.187, 1945: 61-104; v.188 a 945: 3-13; v.189, 1945: 113-143.
- 44 *RIHGB*, v.391, 1996: 301-359.

SESSÃO II
O BARÃO DO RIO BRANCO E SEUS
CONTEMPORÂNEOS

MODERADOR
Ministro João Almino

O BARÃO DO RIO BRANCO E JOAQUIM NABUCO

FRANCISCO LUIZ TEIXEIRA VINHOSA

Uma das mais brilhantes ações da política do Barão do Rio Branco à frente da pasta do Ministério das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, foi a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Nesse sentido, ele recebeu ajuda decisiva daquele que foi o primeiro brasileiro a exercer o cargo de Embaixador em Washington: Joaquim Nabuco. Um traço comum entre os dois é o fato de serem filhos de consagrados estadistas do Império, símbolos das melhores tradições de serviços prestados ao país. Apesar disso, ambos só ingressaram no serviço público durante a segunda Regência da Princesa Isabel (26/03/1876 a 26/09/1877), uma vez que a fama de mundanos de ambos os levava a sofrerem restrições devido à rigidez moral com que D. Pedro II dirigia os assuntos públicos. Joaquim Nabuco foi nomeado Adido da Legação em Washington em 26 de abril de 1876. José Maria da Silva Paranhos foi designado Cônsul em Liverpool, em 27 de maio de 1876.¹ A Princesa Regente não tinha idéia de que se tornava responsável pelo início de duas carreiras diplomáticas das mais eficientes e mais célebres do país.

Em outubro de 1877, Joaquim Nabuco deixa os Estados Unidos depois de designado para a Legação brasileira em Londres, onde servirá sob as ordens do Ministro Barão de Penedo, o qual terá sobre ele influência não só profissional, mas também paterna, familiar: “no estrangeiro – escreve ele sobre a residência dos Penedo – eles são para mim a família e a pátria, é um canto do Brasil”.²

Com a morte do pai, Conselheiro Nabuco de Araújo, em 19 de março de 1878, decide deixar o cargo em Londres para dedicar-se à política. Ainda nesse mesmo ano elege-se deputado por Pernambuco. Era o começo da carreira parlamentar, à qual se dedicou intensamente até o final da monarquia.³ Nesse período, destaca-se por sua apaixonada atuação como abolicionista, seja na tribuna da Câmara, nas manifestações de rua, nas conferências em teatros e clubes, em discursos e no jornalismo. Gilberto Freyre define-o em sua ação como um “político ativo ou praticante e até militante

reformador social”.⁴ Entretanto, Nabuco via na abolição um grande passo para a modernização do país. Maria Alice Rezende ressalta que Nabuco, ainda que também se preocupasse com questões referentes à integração futura dos libertos à vida nacional, entendia a campanha abolicionista “como a grande causa nacional, como um movimento ascendente de afirmação do país e de integração do Brasil no concerto das nações modernas”.⁵

Com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, mas com a conseqüente Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, por um golpe civil-militar, conservador, Nabuco decepciona-se. Seu sonho de ver o Brasil integrado “no concerto das nações modernas” esvai-se. Afasta-se da vida pública. Durante uma década, como monarquista convicto, recusa-se a colaborar com o novo regime. Mantém-se como jornalista. Durante esse ostracismo voluntário, escreve obra respeitável, com destaque para duas obras-primas: *Um estadista do Império*, biografia do pai em três volumes, publicada entre 1897 e 1899, e *Minha formação*, uma precoce autobiografia, de 1900.⁶

O que o fará retornar à vida pública será um tema tão caro ao amigo Rio Branco: problemas de limites.⁷ O Barão, também monarquista convicto, com a proclamação da república não se afastara do exercício da diplomacia – fora convidado em março de 1893 para substituir o Barão Aguiar de Andrade, que falecera, como Plenipotenciário e Primeiro Delegado da Missão Especial, junto ao Presidente dos Estados Unidos, em Washington, para defender a causa brasileira na questão do território de Palmas, erroneamente também denominada “Questão das Missões”,⁸ em litígio com a Argentina, que de há muito se arrastava sem solução. Os dois países decidiram apelar para o arbitramento, concordando que o árbitro fosse o Presidente norte-americano Cleveland. Este, após análise da documentação apresentada pelas partes, reconheceu o direito brasileiro sobre o território disputado. Essa vitória exaltou o Barão, dando-lhe grande popularidade. Repetiu-se o sucesso no caso da Guiana Francesa, relativo ao Amapá. Em 1895 opta-se pelo arbitramento, confiado ao Conselho Federal suíço. Rio Branco, novamente advogado brasileiro, obteve novo sucesso com o laudo dado pelo Presidente Walter Hauser, em 1º de dezembro de 1900.⁹

Extremamente mais complexa, contudo, era a questão com a Guiana Inglesa, cuja disputa por território fronteiriço também se arrastava. A esse respeito o Barão escrevera uma memória, em 1897. Mas, para defender a reivindicação brasileira, foi nomeado, em 1899, Joaquim Nabuco, que, depois de sistematicamente ter recusado qualquer participação política na República, aceitou retornar à vida pública.

O Barão dedicava-se à causa da Guiana Francesa. Tratava-se de uma questão nacional, a convocação não podia ser recusada. Iniciava-se aí uma nova fase da vida de Nabuco. Seu gênio dará um brilho todo especial à diplomacia que exercerá e que terá dois momentos distintos: a Missão Especial, como advogado do Brasil em defesa do território reivindicado também pela Grã-Bretanha em sua Guiana, o que leva o governo a dar-lhe a chefia da Legação em Londres, como Ministro, até 1905; daí em diante a Embaixada em Washington, onde desempenhará papel decisivo na política pan-americana.¹⁰

Ao decidir servir à República, Nabuco sofrerá muitas críticas de velhos companheiros monarquistas. Alguns, como Rui Barbosa e Rio Branco, este sempre monarquista, e ainda outros, como, por exemplo, Eduardo Prado, Rodolfo Dantas, o Barão de Penedo, o apoiaram. A Princesa Isabel também manifestou sua aprovação. Outros companheiros do monarquismo, contudo, o censuravam violentamente, acusando-o de renegado, trãnsfuga, apóstata ou ambicioso.

Para executar sua primeira tarefa, Nabuco partiu para a Europa em maio de 1899. Durante cinco anos dedicou-se ao trabalho, estudando minuciosamente o problema, lendo tudo o que se havia escrito sobre a área. Escreveu três memórias, no total de 18 volumes. O árbitro, Victor Emmanuel III, Rei da Itália, ante as dificuldades, preferiu não desagradar ninguém, propondo, em 14 de julho de 1904, a divisão da área em litígio em duas partes. A sentença deixou-o profundamente abatido. Mas, ainda em Roma, antes de retornar a Londres, foi surpreendido com o convite do Barão do Rio Branco para assumir, como Ministro, a Legação nos Estados Unidos. Quando se confirma a nomeação para o cargo em Washington, deixa Londres, seguindo para Nova York, em maio de 1905, Mas, já agora, como Embaixador. Em 10 de janeiro daquele ano, a Legação fora elevada

a Embaixada, a primeira do Brasil, coroando um grande momento da presença do Barão do Rio Branco à frente da pasta das Relações Exteriores.¹¹

Muitos estudiosos tendem a datar de 1902, quando Rio Branco tomou posse como Ministro das Relações Exteriores, no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), o início das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Mas, na verdade, essas vêm desde os tempos de D. João VI, reafirmadas com D. Pedro I, e tiveram em D. Pedro II um grande mentor, atingindo seu ápice quando o Imperador, ao lado do Presidente Grant, inaugurou a Feira Internacional de Filadélfia, em 1876, comemorativa do centenário da independência dos Estados Unidos.¹²

O Barão do Rio Branco deu maior animação a essa política, o que significou um afastamento da órbita européia tradicional, isto é, buscou uma desvinculação relativa do Brasil dos velhos aliados europeus, representando, em resumo, o redirecionamento do pêndulo da diplomacia do país, sua americanização. Entendendo-se por americanização, no caso, um processo de reorientação, na direção hemisférica, da política externa brasileira, levado a efeito, sob ritmos e fundamentações variados, desde os primeiros tempos republicanos até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e agindo no sentido de uma aproximação, em variados setores, dos Estados Unidos e uma redefinição das relações com as nações latino-americanas.¹³

A partir de 1902, na questão com a Bolívia, em relação ao território do Acre, solucionada pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, em que estavam envolvidas grandes empresas norte-americanas por intermédio do Bolivian Syndicate, os dois governos trataram abertamente entre si. Afirmando que não interviria nas disputas fronteiriças, a não ser que as partes envolvidas solicitassem sua mediação, o governo norte-americano agradeceu a Rio Branco, que orientou o Ministro brasileiro em Washington, Assis Brasil, a ouvir cuidadosamente qualquer conselho que aquele governo pudesse dar sobre a disputa do Acre. Quando a síndrome dos ianques, presente nos primeiros meses de Rio Branco no Itamaraty, passou, e com ela as suspeitas das intenções norte-americanas na Amazônia, as relações diplomáticas entre as duas nações melhoraram de maneira sensível, tendo Rio Branco trabalhado ativamente para que tal fato ocorresse.¹⁴

Uma boa oportunidade de o Brasil agir em consonância com os Estados Unidos apresentou-se em 1903, quando o Panamá rebelou-se contra a Colômbia e se proclamou independente. A atenção mundial voltou-se para o istmo. A participação dos Estados Unidos no evento era bem conhecida. A América Latina opôs-se a reconhecer o novo país. A reação brasileira, no entanto, foi favorável. Mas o reconhecimento formal só ocorreu no dia 2 de março seguinte, após o do Chile e o do México, no dia primeiro. No dia três foi a vez da Argentina.¹⁵

Mas, indubitavelmente, um dos momentos de maior significado nas relações entre os dois países, na gestão do Barão do Rio Branco no Itamaraty, ocorreu, em 10 de janeiro de 1905, quando da elevação da Legação brasileira em Washington à condição de Embaixada. Convencido das vantagens decorrentes para os dois países caso trocassem Embaixadores, Rio Branco trabalhou ingentemente nesse sentido e viu coroados seus esforços ao inaugurar, na capital norte-americana, a primeira Embaixada brasileira. Convidou para assumir o alto posto de Embaixador, como vimos acima, aquele que a seu lado destacar-se-ia na aproximação diplomática entre os dois países: Joaquim Nabuco.

A elevação de Legação ao nível de Embaixada coroava a política americanista de Rio Branco. Sua atuação foi decisiva para a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, país com o qual procurou sempre manter relações diplomáticas com autonomia, com “nobre emulação”. Tinha por princípio marchar sempre de acordo com eles, se possível.¹⁶

Joaquim Nabuco, por sua vez, era agora um entusiasta da nação americana, suas impressões sobre ela eram completamente diversas daquelas observações negativas que fizera ali em 1876-1877 e que emitira em *Minha formação*, em 1900. Se, de início, tergiversou em assumir o cargo, se a ele a criação da Embaixada, à primeira vista, pareceu prematura, logo a seguir reconhecia a importância da medida, tendo escrito a Rio Branco, em 20 de janeiro de 1905, que “dos seus atos nenhum terá a repercussão desse que atravessou as fronteiras do nosso país. Estão se construindo sobre ele todas as hipóteses.”¹⁷

Em carta a Graça Aranha, ressaltou a importância de sua missão, reconhecendo (...) que o título de Embaixador por si só é um manifesto, e um manifesto que tem grande vantagem de dizer tudo sem nada

precisar. Reconheço que é uma iniciativa. Estamos visivelmente no começo de uma nova era...

A doutrina de Monroe impõe aos Estados Unidos uma política externa que se começa a desenhar, e, portanto, a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos e a maior das marinhas”. E enfatiza: “para mim a Doutrina Monroe (...) significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou monroísta”.¹⁸

Nabuco, no ano seguinte, 1906, presidiria a III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, que contou com a presença de Elihu Root, o primeiro Secretário de Estado a deixar oficialmente os Estados Unidos. Para os organizadores, a presença de Root enfatizaria a liderança do Brasil entre os países sul-americanos. Nabuco mostrava-se extremamente cioso na manutenção da política de cordialidade com os Estados Unidos. A política de Rio Branco, por sua vez, mais realista, era no sentido das vantagens que daí poderiam advir ao Brasil. Uma árdua tarefa de Nabuco, como Embaixador, era no sentido de superar dois importantes obstáculos para um melhor entendimento entre as duas nações: a desconfiança dos brasileiros e a indiferença dos norte-americanos. Carolina Nabuco ressalta:

“Mesmo Rio Branco – e o fato prova a necessidade da política americana, tanto quanto honra seu descortino de estadista –, plantando ousadamente os alicerces e apoiando todas as iniciativas de Nabuco no posto, fazia-o contra as suas simpatias pessoais, que eram o mais possível européias e aristocráticas”.¹⁹

A Conferência fora um sucesso. Nabuco saiu-se dela muito feliz, apesar de “terrivelmente cansado”. Apesar de tudo, realiza viagens pelo país. Vai a Belo Horizonte, como hóspede do Presidente eleito, Afonso Pena. Fala-se em seu nome para substituir Rio Branco no Itamaraty. Mas recusa-se a sair de Washington e defende a manutenção do Barão como Ministro.²⁰

No ano seguinte, 1907, quando da Segunda Conferência da Paz, na Haia, fora convidado pelo Barão, antes de Rui Barbosa, para chefiar a Delegação brasileira e aceitara a missão, mas surgiu na imprensa, principalmente no *Correio da Manhã*, dirigido pelo então

poderoso Edmundo Bittencourt, uma campanha pela indicação do nome de Rui Barbosa. O Barão recuou e acatou o nome daquele que retornaria ao país com o honroso epíteto de Águia de Haia. Nabuco recusou convite para seguir com Rui Barbosa para Haia. Uma de suas razões era a de que alguma atitude da Delegação brasileira pudesse desagradar aos norte-americanos, o que prejudicaria as boas relações com Washington. Em Haia seriam discutidos importantes e delicados assuntos, como: Doutrina Drago, Corte Internacional de Justiça, Tribunal Internacional de Presas, arbitramento compulsório.

De fato, ao final da conferência, devido a desacordos de Rui Barbosa em relação a certas posições norte-americanas, as boas relações entre os dois países haviam sofrido arranhões, se bem que insuficientes para acarretarem conseqüências maiores. Para Nabuco, aliás, um sucesso obtido em derrotar qualquer posição defendida pelos norte-americanos seria insignificante, pois, para ele, “derrotar os Estados Unidos é uma vitória estúpida para qualquer nação”.²¹

Em 1908, após o pequeno mal-estar causado pela atuação de Rui Barbosa na conferência da Haia, a esquadra norte-americana, que se deslocava do Atlântico para o Pacífico, ao fundear no Porto do Rio de Janeiro, desempenhou importante papel no bom relacionamento entre os dois países. O banquete de gala oferecido à oficialidade da esquadra, na noite de 20 de janeiro, foi o clímax do sucesso da visita. Apesar da insistência de Rio Branco e de Nabuco, Rui Barbosa recusou-se a fazer a saudação aos oficiais norte-americanos. Não convencido do valor da política do Barão em relação aos Estados Unidos desde a Conferência da Haia, protestando contra tal demonstração de poder militar, Rui alegou problemas de saúde, sendo substituído na saudação pelo próprio Rio Branco.²²

Podemos citar também como um bom exemplo de cooperação diplomática desenvolvida pelo Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, em relação aos Estados Unidos, a ocorrida em 1909, quando da chamada Questão Alsop. Essa se resumiu no ultimato dado pelo governo do Estado Unidos, em 17 de novembro, ao Chile, ocasionado por uma antiga reclamação da firma norte-americana Companhia Alsop. Concessões mineiras que lhe foram outorgadas pela Bolívia não foram reconhecidas pelo Chile após este ter conquistado o território

em que se localizavam as concessões, durante a guerra do Pacífico (1879-1884). A Casa Branca deu ao governo chileno 10 dias para decidir: ou pagar as indenizações reclamadas, ou as relações entre os dois países seriam rompidas.

A reação brasileira, de imediato, foi contrária ao ultimato; Rio Branco e Joaquim Nabuco agiram resolutamente, no Rio de Janeiro e em Washington, respectivamente, para a solução de tão grave questão. O Barão trabalhando junto ao Embaixador norte-americano Dudley; Nabuco, por sua vez, agindo junto ao Secretário de Estado, Philander C. Knox, e junto ao antecessor deste, Elihu Root, então Senador. Root desempenharia importante papel junto ao Departamento de Estado, atendendo aos instantes pedidos de Nabuco. A ação dos dois insignes brasileiros renderia bons frutos. No dia 25 de novembro os Estados Unidos aceitaram formalmente a proposta chilena de arbitramento da questão, sendo nomeado o Rei da Inglaterra, Edward VII, como árbitro.²³

As concepções de Joaquim Nabuco sobre a política externa dos Estados americanos baseavam-se no afastamento das Américas dos negócios políticos da Europa, sob a direção não dos Estados Unidos mas, também, das mais importantes nações latino-americanas. Ele compreendera que o pan-americanismo não se devia apoiar em “soberanias desenfreadas e na razão de Estado”, mas em outra “concepção completamente diferente e nova, das relações internacionais, colocando antes de tudo os interesses da comunidade e baseada essencialmente na solidariedade e na livre colaboração”. Em entrevista ao *Chicago Tribune*, em 10 de julho de 1905, ressaltou:

“Nós podemos imaginar na política internacional uma outra espécie de ação comum às nações deste continente, cuja iniciativa e mesmo sugestão devem pertencer aos Estados Unidos (...) nosso comum ideal americano. Que é Ideal Americano? Há palavras realmente cheias de todas as bênçãos humanas, como a caixa de Pandora, mas nunca se deve abri-las para mostrar o conteúdo. Um ideal é sempre alguma coisa de longínquo que não se pode definir”.²⁴

Em discurso pronunciado na Universidade de Chicago, em agosto de 1908, Joaquim Nabuco considerava que não acabaria jamais se houvera de enumerar todos os benefícios que derivariam para a

América Latina do estreito intercâmbio com os Estados Unidos. Mas salientava também as vantagens que adviriam para estes:

“Digo-vos francamente que a primeira seria apenas a vantagem que vem do fazer amigos; mas a meu ver não há benefício mais substancial que esse para a nação que tem a supremacia no continente”.²⁵

Suas concepções eram, muitas das vezes, consideradas idealistas. Era esse idealismo que, para o também consagrado jornalista, escritor, historiador e diplomata Oliveira Lima, o impedia de ser um estadista da envergadura do pai. E acrescenta: “o que lhe sobrava em bom gosto literário, lhe faltava em senso das realidades, aquilo que comumente se chama o senso prático no tocante às questões públicas”.²⁶ Mas sua missão como Embaixador não era nada fácil. Receava que suas manifestações, em Washington, da simpatia do Brasil para os Estados Unidos e seu desejo de bom entendimento entre as duas nações não estivessem encontrando eco no Itamaraty, que poderia estar procurando seguir caminhos diversos aos seus. Chega a ponto de procurar influenciar Afonso Pena, Presidente eleito para o quadriênio 1906-1910, por meio de carta em que não deixa qualquer dúvida sobre seu ponto de vista:

“Você me encontrará neste posto, e eu não sei se lhe devo pedir que me deixe nele. Isto dependerá da sua política. Se esta for francamente americana, no sentido de uma *inteligência perfeita* com este país eu terei grande prazer em ser seu colaborador nele. Se você, porém, não se resolver por esta escolha, talvez fosse melhor não ter aqui monroísta tão pronunciado como eu, porque não convém iludir os americanos. Então você poderia mandar-me para algum posto onde eu não trabalhasse em vão”.²⁷

Como ressalta Francisco Iglésias, Nabuco adotou a política de Rio Branco, orientada mais para os Estados Unidos, com excessivo entusiasmo; tornou-se um defensor apaixonado daquele país. Não percebeu o que a política exterior dos Estados Unidos tem de dominadora e até de perversa. Amigo pessoal do Secretário de Estado, Elihu Root, e do Presidente Theodor Roosevelt, este o agente mais agressivo do imperialismo norte-americano, expoente da teoria do destino manifesto e da política do *big stick*, que se arrogava a tutela do mundo americano. Como sucessor de Roosevelt, temos o Presidente

Taft e sua célebre diplomacia do dólar, realizando intervenções armadas na América Central e no Caribe.²⁸

Joaquim Nabuco ignorava essa agressividade da política externa norte-americana. Adepto do monroísmo, só tem vistas para a integração do continente. Oliveira Lima, numa posição completamente antagônica, denunciava veementemente o que chamava de pan-americanismo do norte. E opunha-se ao “rooseveltismo” de Nabuco. Rio Branco, espécie de árbitro, não endossava o exagerado pan-americanismo do Embaixador, mas também não concordava com a proposta de Oliveira Lima, de maior aproximação do Brasil com a Argentina e demais países latino-americanos.²⁹

Com sua própria concepção de pan-americanismo, Oliveira Lima, um dos críticos mais contundentes do Barão do Rio Branco, foi impiedoso na crítica às atividades diplomáticas de Joaquim Nabuco. As divergências sobre as questões americanas chegaram a tal ponto, que levaram ao rompimento de um longa amizade, existente desde o tempo de jornalistas em Recife. O Embaixador irritara-se com uma carta que Oliveira Lima enviara ao *Jornal do Recife* sobre um editorial que destacava as idéias divergentes de ambos sobre o pan-americanismo, chegando ao extremo de solicitar ao Barão sua disponibilidade.³⁰

O autor de *D. João VI no Brasil* assim relata suas diferenças com Joaquim Nabuco:

“Quando Nabuco entrou a exagerar o seu americanismo, eu da Venezuela lhe escrevia para Washington, externando minha discordância desse sentimento tão acentuado e que não me parecia partilhado pela opinião comum no Brasil. Sei bem que há casos análogos na história das relações diplomáticas em que o enviado se torna mais papista do que o Papa. O Presidente ,Wilson que de duas coisas que dizia, acertava numa e desacertava na outra, qualificou um dia o Embaixador americano em Londres, Page, de *too English* (...) Nabuco seria incapaz de uma deslealdade como a de Page, mas ficara *too American*, como em Londres fora *too British*, na Itália *too Roman* e na França seria *too French* (...) Essa *entente ultra-cordiale* seria seu triunfo pessoal em sua ação diplomática. Ela porém já existia como o resultado de uma longa tradição, apenas sem aquele *ultra* que, num caso de panela de ferro e de panela de barro, sempre

significaria, pela fragilidade da última, uma situação não direi de dependência, mas também não de equivalência”.³¹

Joaquim Nabuco, além de sua genialidade em várias atividades, entre outras como historiador, escritor literário, internacionalista, e, como internacionalista, jurista e pensador político,³² era também célebre por sua beleza física, por sua figura apolínea. Possuía em alto grau o culto da própria pessoa, a obsessão pela elegância. Tudo nele era cuidado para o homem de bela aparência, publicamente ainda reconhecida nos anos de maturidade como na juventude, quando era conhecido como Quincas, o Belo.³³

Indubitavelmente, esses dotes explicam um certo ciúme, uma certa rivalidade do Barão do Rio Branco em relação a Joaquim Nabuco, de que nos fala Oliveira Lima. Em suas *Mémórias*, escreve que testemunhara a satisfação íntima de Rio Branco quando da derrota de Nabuco na questão da Guiana Inglesa.³⁴ Posteriormente, de seu posto em Washington, o Embaixador reclamava constantemente a Oliveira Lima da falta de instruções do ilustre Chanceler. “O Rio Branco, esse não me escreve, nem diz nada, de modo que não posso conjecturar coisa alguma quanto aos planos e pensamentos dele.” E seguia reclamando da falta de telegramas do Chanceler.³⁵

Sobre a viagem do Secretário de Estado, Elihu Root, ao Brasil, em 1906, para a III Conferência Pan-Americana, Nabuco escrevia, afirmando que não sabia de nada do que se passava no Rio, que estava apenas em “meia correspondência” com o Chanceler; queria dizer que não recebia respostas de seus ofícios ou telegramas. E enfatizava: “entre mim e ele não há emulação”.³⁶

Devemos levar em conta, no entanto, que havia divergências entre eles na condução da política externa brasileira em relação aos Estados Unidos. Como salienta Álvaro Lins, a comparação entre o americanismo de Rio Branco e o de Nabuco

“(...) só pode ser colocada num plano accidental. Pois as diferenças estavam nas nuances, nos pormenores, talvez nas palavras, tudo se explicando, aliás, pelo que havia de diverso nas personalidades do Ministro e do Embaixador. A exuberância e o entusiasmo do pan-americanismo de Nabuco vinham do seu temperamento idealista, da sua capacidade de entregar-se todo a uma causa e a ela dedicar-se até as últimas conseqüências. A sobriedade do pan-americanismo

de Rio Branco, por outro lado, representava uma expressão do seu temperamento realista, da sua tendência a não fixar os problemas como valores absolutos, do seu processo interior de dar uma medida às coisas para dominá-las com mais segurança”.³⁷

O biógrafo de Rio Branco ressalta que para Nabuco o pan-americanismo era a idéia principal, exclusiva, de sua obra de Embaixador, e não apenas política, mas também sentimental e cultural, enquanto para Rio Branco, como Ministro, era apenas uma idéia a mais.³⁸ Sua condição de Chanceler exigia que se fixasse no conjunto da política externa, ocupando-se da variedade e complexidade dos problemas e situações. Daí não é de estranhar que Joaquim Nabuco nem sempre encontrasse “no seu amigo Rio Branco, muitas vezes ocupado com outras coisas, entusiasmo igual ao seu pelo pan-americanismo”.³⁹

De fato, como salienta Rubens Ricupero, Rio Branco adotar essa política pró-americana não era apenas por “questão de convergência ideológica”, havia aí também um forte elemento pragmático. Ele concorda com Bradford Burns, “o primeiro a realçar que o Chanceler não era obsequioso ou laçao da política norte-americana”, a qual coincidia, quase sempre, com os interesses brasileiros, na opinião de Burns, que ressalta:

“Ele foi bastante hábil para usar a política e a diplomacia norte-americanas para seus próprios fins e objetivos. Raramente concordou cem por cento com a diplomacia americana, que contestou ou da qual discordou quando sentiu não a poder apoiar”.⁴⁰

Mas não se pode deixar de ver certa reciprocidade da diplomacia norte-americana em relação à política pan-americanista do Barão e de Nabuco. O próprio Embaixador norte-americano, Lloyd Griscom, grande admirador do Brasil, deixando o país no início do governo de Afonso Pena, como ressalta Aluísio Napoleão, não fosse sua curta permanência na Embaixada do Rio de Janeiro, apenas sete meses, “estava destinado a representar, em relação ao Brasil, o mesmo papel que Nabuco representara em relação aos Estados Unidos”.⁴¹

Em correspondência ao Secretário de Estado Elihu Root, o Embaixador Griscom realçara que tanto Rio Branco quanto Joaquim Nabuco eram os verdadeiros instigadores da política de aproximação com seu país. Em julho de 1905, escrevia ao Secretário de Estado:

“Ambos têm lugares especiais no coração dos brasileiros e gozam de um prestígio considerável. Nabuco, estando fora, só pode agir por intermédio de seus amigos, mas Rio Branco tem sido um ativo propagandista durante os últimos meses. Se as aparências não enganarem, a opinião pública, que já nos era inteiramente favorável, foi estimulada por meios artificiais. Ele tem sob suas ordens um ou dois jovens escritores hábeis, que fornecem artigos à imprensa e nos exaltam por muitos outros meios”.⁴²

Muito expressivas são também as palavras de Dunshee de Abranches sobre a tão importante política levada avante, cada um a seu modo, por Rio Branco e Joaquim Nabuco em busca de uma aproximação com os Estados Unidos:

“E essa amizade, o próprio Rio Branco, mais do que todos, soube desenvolver sobre bases mais sólidas, através do espírito incomparável de Joaquim Nabuco, que, incontestavelmente, a consolidou em uma série de feitos diplomáticos que, mais do que à gratidão nacional, o recomendam ao reconhecimento eterno de todos os povos sul-americanos, de cuja liberdade se tornou o apóstolo e o invencível defensor nos mais graves, como nos mais belos torneios internacionais”.⁴³

Em relação a nossos vizinhos, contudo, ao contrário das palavras de Dunshee de Abranches, a política de Rio Branco e de Joaquim Nabuco não levou ao “reconhecimento eterno”, mas causava muita apreensão nos países sul-americanos, principalmente no tocante às relações com a Argentina, com a qual o Brasil desde o século XIX tivera enfrentamentos conseqüentes da pretensão, tanto de um quanto de outro, de ampliar suas influências na região do Rio da Prata. Esses países temiam que se efetivasse uma certa troca de favores: o Brasil apoiava os planos norte-americanos e Washington, em compensação, respaldaria certas veleidades expansionistas brasileiras. Isso fez com que crescesse na Argentina, por exemplo, um forte antagonismo em relação ao Brasil.⁴⁴

Um momento internacional em que essa tensão aumentou foi quando, em determinado momento, na Conferência da Haia, em 1907, o Brasil apoiou os Estados Unidos contra a Doutrina Drago, defendida pelos argentinos, que se opunha ao uso de intervenção militar nos Estados latino-americanos para a cobrança de débitos

públicos. Essa doutrina viera à luz, em 1902, na forma de um comunicado enviado pelo Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Luís Maria Drago, ao Ministro argentino em Washington, em consequência do bloqueio naval imposto, em 1902, à Venezuela pela Inglaterra, Alemanha e Itália.⁴⁵

A Argentina, contudo, havia intensificado sua já existente hostilidade ao Brasil desde a nomeação de Estanislao Zeballos para o Ministério das Relações Exteriores, em novembro de 1906, que nesse cargo permaneceu até junho de 1908, período em que criou incidentes com o Brasil e também com o Chile e com o Uruguai, quando praticamente isolou a Argentina. Após sua demissão as relações entre os dois países voltaram a um clima bastante cordial.⁴⁶

Em 17 de janeiro de 1910, não haviam transcorrido dois meses ainda da Questão Alsop, morreu Joaquim Nabuco. Seu funeral foi um tributo no qual tomou parte o Presidente Taft, o Secretário de Estado Knox, membros da Suprema Corte, membros do Congresso e senadores, altas patentes militares e o corpo diplomático. Num gesto sem precedente, o Presidente Taft ordenou que um navio de guerra americano trasladasse o corpo para o Brasil. Ofereceu ainda seu iate pessoal para a viagem de retorno da viúva, que agradeceu e declinou.⁴⁷

Quanto ao Barão, desde o início do governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1910, já bastante debilitado pela doença, juntaram-se os desgostos políticos de um governo que se tornara desde o início, por seus desmandos, verdadeira “desgraça nacional”.⁴⁸ O primeiro golpe que sofreu foi o da revolta dos marinheiros, também conhecida como Revolta da Chibata, em 22 de novembro de 1910, liderada pelo marinheiro negro João Cândido, desafiando a República oligárquica.⁴⁹ Ela foi para o Barão, segundo Carlos de Laet, “um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte”, unido, capaz de dominar o Sul do continente. A revolta o fez compreender “quão longe nos achávamos do seu ideal”.⁵⁰

À revolta seguiu-se um verdadeiro ato de barbaria: o bombardeio da Bahia, em 10 de janeiro de 1912, quando o poder público promoveu a destruição de uma das primeiras cidades brasileiras, Salvador, berço de seu pai, Visconde do Rio Branco. Na ocasião, o Barão confessou a um antigo companheiro que sofrera muito com o bombardeio,

que não tinha cara para receber os representantes das nações estrangeiras. No dia 19, apresentou seu pedido de demissão ao Presidente Hermes da Fonseca, que não o aceitou, ameaçando renunciar também. O Barão retrocedeu. Estava próximo do fim. De fato, em meio a palavras de delírio sobre o bombardeio, no dia 10 de fevereiro, às nove e 10 da manhã, morreu na sala em que sempre trabalhara à frente do Itamaraty.⁵¹

Aluizio Napoleão destaca o grande legado da política externa brasileira tão fervorosamente levada a cabo pela ação dos dois grandes estadistas e diplomatas: “a compreensão, amizade e visão de estadista destes dois homens, Rio Branco e Nabuco, fundaram definitivamente as sólidas bases das nossas relações com os Estados Unidos”.⁵²

E Graça Aranha assim define, resumidamente, o legado da essência da política americanista desses dois insignes diplomatas:

“Se há uma tradição em nossa diplomacia, tradição firmada pelo Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, é a de que a nossa simpatia pelos Estados Unidos nasce dos fatos, decorre da natureza das coisas, é uma lei”.⁵³

NOTAS

1 Ver, Lins, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. 2ª ed.: 82-6.

2 Nabuco, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958. 4ª ed.: 52.

3 Joaquim Nabuco reelegeu-se deputado em 1885, 87 e 89. Fora derrotado nas eleições de 1881, 84 e 86.

4 Freyre, Gilberto. Menos especialista que generalista. In: *Gilberto Freyre na UnB*. Brasília: Editora UnB, 1981: 140.

5 Rezende, Maria Alice. *O quinto século*. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998: 128.

6 Veja-se Francisco Iglésias. Prólogo. In: Nabuco, Joaquim. *Um Estadista del Imperio y otros textos*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991: XLIII-LXI.

7 Sobre o assunto ver, por exemplo, Carvalho, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959: 189-241; Rodrigues, Lêda Boechat (org.). *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995: 229-67; Silva, Geraldo Eulálio Nascimento e. O Barão do Rio Branco e as questões de limites. In: *Revista do IHGB*. a 154, 378, (jan.-mar.) e 379 (abr.-jun.), 1993: 200-14.

8 Ver, Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 197 e nota 316: 194.

9 *Ibidem*: 215-39.

10 Francisco Iglésias. In Nabuco, Joaquim. *Op. cit.*: LXVII.

11 Nabuco, Carolina. *Op. cit.*: 405.

12 Guimarães, Argeu. *D. Pedro II nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1961.

13 Silveira, Helder Gordim da. A questão negra e a imigração europeia nos Estados Unidos como modelos para o branqueamento brasileiro – uma ideologia da *americanização*, in Nabuco e Oliveira Lima. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVIII, n. 1, junho/2002: 111-125. Sobre a política externa no início da república, ver: Bandeira, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978. Segunda parte – Brasil República: 133-215; Bueno, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo, UNESP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995; Bueno, Clodoaldo & Cervo, Amado. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002: 151-197; Smith, Joseph. *Unequal giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh, Pa., University of Pittsburgh Press, 1991: 35-76; Rodrigues; José Honório. *Intersse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966: 54-7; Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial* (a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: IHGB, 1990; Idem, As relações Brasil-Estados Unidos durante a Primeira República. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a 154, 378 (jan.-mar.) e 379 (abr.-jun.) 1993: 280-94.

14 Burns, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. Rio Branco and Brazilian-American relations. New York/London, Columbia University Press, 1966: 84.

15 *Ibidem*: 89-90.

16 Veja-se, Rodrigues, José Honório. *Op. cit.*: 55.

17 *Apud* Nabuco, Carolina. *Op. cit.*: 402.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*: 417.

20 *Ibidem*: 429-30.

21 Veja-se, Burns, Bradford. *Op. cit.*: 130.

22 *Ibidem*: 132-3.

23 *Ibidem*: 135-9.

24 *Apud* João Frank da Costa. *Op. cit.*: 112.

25 Nabuco, Joaquim. A aproximação das duas américas. In: *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Benjamin Aguilá, [1911]: 145.

26 Lima, Oliveira. *Memórias* (estas minhas reminiscências...). Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937: 176.

27 *Apud* Costa, João Frank. *Op. cit.*: 114-5.

28 Francisco Iglésias. Prólogo. In: Nabuco, Joaquim. *Un Estadista del Imperio y otros textos*: LXX. Sobre as intervenções norte-americanas na América Central e no Caribe, veja-se, por exemplo: Lafeber, Walter. *Inevitable Revolutions*. The United States

in Central America. New York/London, W.E.Norton & Company, 1984; Langley, Lester D. *The Banana Wars*. United States intervention in the Caribbean, 1894-1934. Chicago, The Dorsey Press, 1985; Bermann, Karl. *Under the Big Stick*. Nicaragua and the United States since 1848. Boston, South End Press, 1986.

29 Veja-se, Lima, Oliveira. *Pan-Americanismo*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, FCRB, 1980.

30 Lima, Oliveira. *Memórias*: 213-4.

31 *Ibidem*: 212.

32 Veja-se, Freyre, Gilberto. Menos especialista que generalista. *Op. cit.*:140.

33 Veja-se, Iglésias, Francisco. Joaquim Nabuco. Belo Horizonte, Kriterion, 2, 1949: 443.

34 Lima, Oliveira. *Op. cit.*: 188.

35 Costa, João Frank da. *Op. cit.*: 129-30.

36 *Ibidem*.

37 Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 337-8; Burns, E. Bradford. *Op. cit.*: 178.

38 *Ibidem*: 338.

39 Nabuco, Carolina. *Op. cit.*: 444.

40 *Apud* Ricupero, Rubens. *Rio Branco*. O Brasil no mundo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995: 39.

41 Napoleão, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947: 189.

42 *Ibidem*: 182. Ver também, Costa, João Frank da. *Op. cit.*: 139.

43 *Apud* Costa, João Frank da. *Op. cit.*: 139.

44 Veja-se, Cervo, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*: 193-6.

45 Sobre a Doutrina Drago ver: Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 376; Burns, Bradford. *Op. cit.*: 120-1.

46 Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 403.

47 Nabuco, Carolina. *Op. cit.*: 468.

48 Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 467.

49 Sobre essa revolta, ver: Morel, Edmar. *A revolta da chibata*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; Martins, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Serviço Documentação Geral da Marinha, 1988.

50 Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 468; Ricupero, Rubens. *Rio Branco*. O Brasil no mundo. Rio de Janeiro, Contraponto, Petrobras, 2000: 67.

51 Lins, Álvaro. *Op. cit.*: 467-71.

52 Napoleão, Aluizio. *Op. cit.*: 184.

53 *Apud* Carvalho, Affonso de. *Rio Branco: sua vida sua obra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995: 214.

O BARÃO DO RIO BRANCO E RUI BARBOSA

CARLOS HENRIQUE CARDIM

O homem livre não é invejoso.
Aceita de boa vontade aquilo que é grande,
e regozija-se de que tal possa existir.
Hegel

1. A MAIOR VIRTUDE DE RIO BRANCO

Rio Branco foi um grande negociador; um notável estudioso da história e da geografia do Brasil; um diplomata inovador. Todos esses títulos lhe cabem com justiça. Além disso, Rio Branco é, merecidamente, o símbolo maior da diplomacia brasileira. No entanto, há uma virtude pouco sublinhada em seu perfil e que supera as demais.

Foi, acima de tudo, um grande líder político agregador, no mais alto sentido do termo, não só por suas visões antecipadoras do bem comum, mas, principalmente, por cultivar uma rara qualidade no homem público, qual seja a de saber convocar as melhores capacidades do país para o serviço das causas nacionais.

Levi Carneiro¹ assinala, a propósito, que “Das letras, do foro, do Congresso, da imprensa – com ele serviram todos os homens mais eminentes daqueles dias. Como que precisava da cooperação de todos. Nunca receou que a colaboração de qualquer deles amesquinhasse a parte que lhe caberia (...) Todos os brasileiros ilustres sabiam que poderiam ser, que seriam provavelmente, convocados para o desempenho de algum encargo relevante. Seu propósito seria, precisamente, criar esse espírito, difundindo a preocupação pela coisa pública entre os que melhor poderiam servi-la. Aí se acusa o seu temperamento de verdadeiro homem de governo democrático”.

Ressalte-se, ainda, que nas duas primeiras décadas do novo regime, viveu a República uma curiosa e paradoxal situação de enormes dificuldades econômicas, políticas e sociais, ao lado de uma espetacular germinação de talentos e de idéias. Como destacou San Tiago Dantas:²

“Nos mesmos anos, entretanto, por um desses descompassos que fazem a maravilha do espectador, eleva-se a um nível, até então inatingido, a vida intelectual do país. Dir-se-ia que toda uma geração, captando os problemas agitados pela cultura européia do seu tempo, lançava, entre nós, no espaço de um decênio, as bases de um grande movimento de idéias, sem diretriz comum definida, mas aberto à realidade histórica e atual do país, tanto quanto às questões universais. De 1895 a 1905 concentram-se os episódios e as obras mais representativas desse singular momento histórico”.

A título de exemplos, vale lembrar que, em 1901, são editados dois livros que marcam o começo da reflexão sobre nossa formação cultural: *Estudos de Literatura*, de José Veríssimo e *Ensaio de Sociologia e Literatura*, de Sílvio Romero. Em 1899, Machado de Assis publica *D. Casmurro*. Joaquim Nabuco inicia a publicação, em 1897, de *Um Estadista do Império*, no dizer de Afonso Arinos, “livro que é básico em toda a bibliografia histórico-política brasileira”. Em 1900, surge *Minha Formação*, em que Nabuco narra sua trajetória humana e intelectual. Em 1901, Edmundo Bittencourt funda o *Correio da Manhã*. Em 1902, é lançado *Canãa*, de Graça Aranha. No mesmo ano aparece *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, obra que desvendaria um Brasil desconhecido das elites do Rio de Janeiro e de São Paulo, e que plasmaria um dos quatro estilos básicos existentes no Brasil, segundo Gilberto Amado: 1) Rui Barbosa, influenciado por Vieira; 2) Machado de Assis, que se vincula a Garrett; 3) Joaquim Nabuco, que se liga a Chateaubriand; e 4) Euclides da Cunha.

Nesse contexto de autêntico florescimento cultural, de recém-equacionada grave crise econômica e de frustração e renovadas expectativas quanto à República, Rio Branco, assume, em 1902, o Ministério das Relações Exteriores e em sua gestão, que irá até 1912, colocará em prática sua virtude maior de mobilizador de talentos, de germinador de capacidades, muitas vezes insuficientemente exploradas por seus detentores.

Para completar o desenho do estilo de Rio Branco, é útil evocar o seguinte depoimento de Levi Carneiro:³ “Mergulhado no estudo dos velhos documentos, continua a ser, porém, um homem de trato primoroso, de apurado bom gosto, um conversador que atrairia sempre

os homens eminentes e cultos – e as mulheres de espírito. Alia à doçura, aos primores da sensibilidade que por vezes o faziam parecer um tímido, uma energia decidida e destemerosa, que, por vezes, lhe dava um aspecto autoritário. Há um traço da sua psicologia no episódio narrado pelo Senhor Raul do Rio Branco: perguntou-lhe alguém quais eram “os atributos mais nobres do ente humano”, acrescentando que eram a ordem e o amor ao trabalho; ele, que se fizera pelo trabalho estrênuo, respondeu simplesmente: ‘é a paciência que também se chama resignação’”.

2.0 INTELLECTUAL E O PODER

A virtude cultivada por Rio Branco de convocar as melhores cabeças do país para o serviço público a seu lado merece ser realçada, por se tratar de dois temas recorrentes da Ciência Política: o tema das relações entre o poder e a cultura, e o da necessidade do conselho político.

Desde a antigüidade grega, quando Platão formulou sua tese do “rei-filósofo”, na qual defendeu a necessidade da legitimação do poder pelo conhecimento especializado, diferentes pensadores, como Maquiavel e Kant, têm trabalhado sobre esse assunto, e alguns deles até viveram experiências de suas próprias teorias a respeito.

Kant, no famoso ensaio “A Paz Perpétua – um Projeto Filosófico”, dedica um dos tópicos ao necessário diálogo entre o poder e o intelectual em uma democracia, denominada por ele república. Propõe que haja canais abertos entre os pensadores e as altas autoridades governamentais. Sugere, em “Artigo Secreto da Paz Perpétua”, que “os ensinamentos dos filósofos a respeito das condições sob as quais a paz pública é possível serão consultados pelos Estados que estão armados para a guerra”. Esclarece, no entanto, que cada qual deva manter sua personalidade específica: “não é esperado que os reis filosofem, ou que os filósofos tornem-se reis”.

O reconhecimento da necessidade do conselho político não resolve a questão. É um bom ponto de partida, mas precisa ser trabalhado, pois os caminhos para sua realização estão repletos de dificuldades.

A posição de conselheiro do governante sempre se mostrou extremamente incômoda para seus ocupantes. A história está repleta de exemplos, como o caso de Platão, de como os governantes, mesmo os que chamaram os conselheiros, acabaram, em regra, por se tomar de inveja e de ciúme de seus assessores, e deixá-los à mercê das intrigas palacianas que terminam por expulsá-los dos centros do poder, com prejuízos para o bom desempenho do governo.

Os governantes, em sua maioria, procuram cercar-se de colaboradores inferiores, que confirmem suas visões, que não tragam opiniões dissonantes e que expressem concordância e elogios a suas posições. Muita vezes, em caso de aceitarem e solicitarem conselhos de nomes de valor, e os receberem com certa encenação, por final os desprezam e arquivam.

A propósito de zonas de irracionalidade que cercam o poder, cabe lembrar que na Cidade Proibida, em Pequim, na alameda que conduz ao trono do Imperador, primeiro aparecem estátuas dos sábios da China, como Confúcio e outros, após seguem figuras dos chefes guerreiros, e, circundando o trono, sede física e símbolo do poder, estão estátuas de animais fantásticos. Essa alameda é uma verdadeira aula de Ciência Política. O poder necessita da cultura, mas com relativa distância; mais próximo está o monopólio da força, mas, no convívio mais íntimo, o que predomina é o imponderável, o absurdo, o irracional.

No processo histórico concreto, trava-se, no coração dos sistemas políticos, uma verdadeira luta para se obter maior racionalidade nas decisões governamentais, no ambiente do núcleo duro do poder, onde tendem a predominar elementos aleatórios e grande dose de irracionalidade.

Um dos sintomas de subdesenvolvimento político é a alta taxa de irracionalidade nas decisões. O Brasil, tanto de hoje como dos tempos de Rio Branco, luta, ainda, para passar do governo dos homens para o governo das leis e do conhecimento. É a passagem-chave, considerada por Norberto Bobbio, para um verdadeiro regime democrático.

A Política com P maiúsculo, como defendia Joaquim Nabuco, é, também, uma obra de cultura. É uma obra pedagógica no mais pleno sentido.

O núcleo da atividade política é o processo de tomada de decisões. Em uma perspectiva democrática, esse caminho para as decisões deve seguir uma ampla, plural e qualificada discussão dos diferentes argumentos pela cidadania. Como explicava Péricles na oração fúnebre da Guerra do Peloponeso, verdadeira certidão de batismo da democracia, “não acreditamos que o discurso entrave a ação, pelo contrário, esclarece-a; debatemos, amplamente, as questões antes das decisões”.

Há evidente convergência e recíproca necessidade entre o processo democrático de tomada de decisões e o processo de vivência e desenvolvimento cultural. Conforme assinala Bobbio,⁴ “Cultura significa medida, ponderação circunspeção; avaliar todos os argumentos antes de pronunciar-se, estar consciente de todas as variáveis antes de decidir-se, e não se pronunciar e não decidir nunca em forma de oráculo, que faz dele depender a escolha de modo irrevogável, peremptório e definitivo”.

A maior vantagem de um regime democrático reside, justamente, no debate prévio e esclarecido dos temas, e na possibilidade de correção sem o sacrifício de vidas, mas, sim, pelo debate aberto das questões, tendo como instrumento não a espada, mas a razão, que é a arma do homem de cultura e do democrata.

A respeito dos perigos do poder, conta Bertrand Russell⁵ interessante história: “ao passar próximo ao Monte Tai, Confúcio encontrou uma mulher que chorava amargamente junto a um túmulo. O Mestre apressou o passo em direção a ela e mandou Tzeu-lu falar com ela. “O teu pranto”, disse ele, “é de quem sofreu amargura após amargura.” Ela respondeu: “É verdade. Certa vez o pai do meu marido foi morto aqui por um tigre. Depois meu marido, e agora foi meu filho quem morreu do mesmo modo”. O Mestre, então, perguntou-lhe: “Por que não abandona este lugar?”. E ela respondeu: “É que não há governo opressor aqui”. Disse, então, o Mestre: “Lembrem-se disso, meus filhos, um governo opressor é mais terrível do que tigres”.

O poder tende a ser expansivo e violento. Pode ser pior do que um tigre enfurecido. Como domesticá-lo, humanizá-lo? Essa é uma questão antiga, é um problema recorrente da vida social e política.

A resposta mais consistente indica que “a democracia, embora não seja uma solução perfeita, é parte essencial da solução”, como o próprio Russell indica nessa obra.

O exercício do regime democrático, com a participação da cultura, domestica e civiliza o poder. No caso do Brasil, a história do poder evidencia a necessidade de homens, como Rio Branco, que abram os gabinetes governamentais para a inteligência nacional.

Rio Branco, ele mesmo um intelectual, um estudioso da história do Brasil, um homem de cultura, sabia como lidar, em prol das grandes causas internacionais do país, com talentos como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, despertando neles o gosto pela política exterior. Dotado de enorme paciência, não se importava em ficar em segundo plano para que Nabuco e Rui brilhassem em marcantes conclave, como a III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro (1906) e a Segunda Conferência Internacional da Paz da Haia (1907).

Rio Branco administrava muito bem os caprichos e vaidades dos intelectuais, que, por exemplo, tanto Nabuco como Rui possuíam. Construía, pacientemente, uma fina arquitetura para acomodar os egos angulosos de vários de seus conselheiros e colaboradores.

Uma faceta notável de Rio Branco era a maneira socrática de fazer brotarem do interlocutor, pelo diálogo e pelo convívio estimulantes, as capacidades que estavam como que adormecidas em seu espírito ou se manifestavam de forma confusa, ou inconstante. Era a maiêutica socrática em ação na diplomacia brasileira.

Revela-se, nessa dimensão de Rio Branco, o grande homem público, formador e líder de equipes de trabalho.

3. RUI BARBOSA, “ESTRANHA PESSOA”

Antes de focar os vários momentos e dimensões do relacionamento entre Rio Branco e Rui Barbosa, cabe sublinhar alguns aspectos da complexa, rica e difícil personalidade do grande intelectual e notável homem público baiano.

Gilberto Amado, em *Presença na Política*,⁶ argutamente observa a respeito do enigma Rui Barbosa: “Sempre me interessou indagar como Rui Barbosa, mais do que tudo um artista, apesar de fingir

que não queria ser, pôde isolar-se tão completamente, sem sentir necessidade de comunicar-se com outros artistas.

Política, que é a arte de conquistar o poder reunindo gente, implica, para isto, convivência entre indivíduos tendidos ao mesmo objetivo. Também aí, espanta-me a singularidade de Rui. Queria o poder e não se associava com os políticos. Estranha pessoa”.

Rui Barbosa tinha, igualmente, um processo de tomada de decisões, muitas vezes, tortuoso. No caso do convite de Rio Branco, feito em nome do Presidente Afonso Pena para chefiar a Delegação Brasileira na Haia, Rui levou 42 dias para dar sua aceitação.

Ele próprio narra esse episódio: “Abraçada a idéia pelo Presidente e pelo Barão do Rio Branco, seu Ministro, foi este em pessoa à minha casa, no Largo D. Afonso, Petrópolis, convidar-me em nome do Chefe do Estado, para essa alta comissão”. Após uma primeira recusa, justificando-se pela complexidade da matéria da Conferência, o que motivou a insistência de Rio Branco, Rui solicitou tempo para pensar sobre o assunto. Desta maneira narra Rui o longo processo de aceitação: “O nosso preclaro Chanceler teve que tornar à minha casa mais de uma vez, instando por uma decisão favorável, a que não cheguei senão com 42 dias de repugnâncias e receios. Isto presenciou, continuamente entre muitos outros, o Senhor Antônio Azeredo, cuja Exma. Senhora foi quem, escrita a carta de resposta, ma obteve, e tomou das mãos, quando eu, ainda então vacilava em ceder. Lembrome que era um domingo, e que, ao entregar eu o documento do meu compromisso, no mesmo ponto, como apostada, uma banda, que tocava ali perto, no pavilhão do largo, encetou a música dolorosa da Tosca, na ocasião em que se aproxima o desenlace trágico da partitura, e que essa coincidência, notada por mim aos circunstantes, despertou no meu espírito, assustado com a hipótese de um desastre na empreitada cuja responsabilidade acabava de assumir, impressões supersticiosas”.

Outro traço marcante da personalidade de Rui era sua aversão ao convívio social exigido tanto pela vida política como pelo mundo diplomático. Encarava esse tipo de compromissos como perda de tempo, que poderia estar dedicando à leitura e ao estudo.

Dois membros da Delegação brasileira à Conferência da Haia de 1907, Rodrigo Octávio e Baptista Pereira, dão testemunho do

estilo peculiar do chefe da missão. Rodrigo Octávio,⁷ em livro de memórias assim se expressa: “que seu temperamento e feitio eram radicalmente diversos dos que ornavam a bela figura dominadora de Nabuco. Rui era sumido, modesto, calado. Dava a impressão de um homem cuja timidez o fazia retraído e apagado, e, assim, de todo inadequado para aquela função cujo êxito dependia, principalmente, do *aplomb*, da vivacidade, da ousadia, mesmo”. Testemunho semelhante foi feito por outro integrante da Delegação, Baptitsta Pereira, que mais tarde se tornou seu genro: “Lamentávamos a ausência de Rio Branco. Este sim, pensávamos, com a sua fascinação, o seu prestígio, o seu dom de proselitismo, não deixaria o Brasil em desaire. Censurávamos a Rui o viver isolado, o não angariar simpatias, o não fazer alianças, o não sacrificar, sistematicamente, suas horas de estudo à tirania dos hábitos sociais. Esta é a verdade”.

Para ajudar a entender a personalidade de Rui vale lembrar o depoimento de Afonso Celso, no valioso volume *Oito Anos de Parlamento*,⁸ em que destaca seu estilo maciço e colossal, e “fora das normas gerais”. Esta expressão “fora das normas gerais” bem retrata o temperamento de Rui, muitas vezes heterodoxo, personalíssimo, *sensible*, obsessivo, que contrariava todas as regras de qualquer manual clássico de diplomacia, mas cujo talento foi fecundado para a política exterior pela amizade, admiração e paciência de Rio Branco.

Assim se exprime Afonso Celso: “Esse [Rui] assombrava como um fenômeno. Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insuscetível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava, duas, três, quatro horas, sem repousar, sem soluções de continuidade, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente.

Olhos semicerrados, por causa da extrema miopia, gestos escassos e vagos, quase imóvel da tribuna, à guisa de um sonâmbulo, fisionomia impassível, de sua boca escorria ininterrupta, sempre cheia e volumosa, a caudal de palavras cristalinas. Prodigiosa máquina de falar admiravelmente!

Nos pedaços mais agressivos, a mesma uniformidade, idêntica atitude. A voz, pouco rica de timbres, apenas aqui e ali, no cair dos dilatados e suntuosos períodos, tremulava adrede.

E que discursos! Verdadeiros tratados sobre o assunto, obras exaustivas, edifícios maciços e colossais! Encaravam a matéria sob quaisquer aspectos imagináveis, analisavam-na até a última minúcia, repletos de estupenda erudição, transbordantes de fatos, datas, leis, nomes, comentários, tudo, enfim.

A forma, mais que correta, burilada, com luxos de classicismo e termos raros, sempre literária e nobre, dir-se-ia esmeradamente trabalhada. Afirmava-se, por isso, que Rui escrevia suas arengas, e, confiando-as à portentosa memória, reproduzia-as, sem mudança de uma sílaba. Não creio. Muita vez ele atendia às interrupções, não dando à resposta o jeito de diálogo, mas inserindo-a no corpo da oração que inalterável e infindável prosseguia.

Maravilhoso sempre o efeito dessas orações, como de um fato fora das normas gerais. Mas fatigavam pela monotonia da perfeição. Raro conseguiam os ouvintes prestar-lhe atenção continuada. Alternavam-se. Saíam da sala acabrunhados, para respirar. Regressavam meia hora, uma hora mais tarde. Rui lá estava imoto, emitindo da mesma maneira as mesmas coisas formosas, eruditas, preciosas, lembrando um mar sem ondas, sem ventos, imenso, misterioso, infinito. Durante o discurso, todo igual, marmóreo e inexcedível, poucos aplausos surdiam. No final, sim, o auditório, pasmado, achegava-se do orador – para o contemplar de perto, num misto de curiosidade, enlevo e sagrado terror.

À eloquência de Rui, sem altos e baixos, nem lampejos, ou, antes, um lampejo permanente, à sua facúndia incomparável, aplicasse a reflexão de um viajante atônito ante a exuberância e a magnificência da selva tropical: a profusão de árvores não deixa apreciar a floresta”.

4. RIO BRANCO E RUI BARBOSA

4.1 O ARTIGO DE RUI SOBRE A OBRA *LE BRÉSIL*

A relação de amizade entre os dois colegas da Faculdade de Direito de São Paulo começou mais tarde, após o curso, a partir de artigo escrito por Rui para o *Diário de Notícias* (“Estudo sobre o Brasil na Grande Enciclopédia”, 14/10/1889) a respeito de texto

de autoria de Rio Branco sobre a história do Brasil na *Grande Encyclopédie*, que, juntamente com os demais trabalhos sobre o país, cujos autores eram, além de Levasseur, o Barão de Ourém, Eduardo Prado, H. Gorceix, P. Maury e E. Trouessart, foi publicado em livro organizado por Emile Levasseur, intitulado *Le Brésil*.

Rui chama atenção para a importância da publicação e da colaboração de Rio Branco, “nosso laborioso compatriota, na lucubração geral da monografia, onde o seu espírito presidiu constantemente à tarefa aquinhoadada aos escritores estrangeiros, cuja ciência cooperou nesta brilhante homenagem ao Brasil”. O artigo de Rui sublinha a síntese histórica preparada por Rio Branco, considerando-a “a seção mais importante desta monografia”, e destaca também: “a bibliografia, por onde se encerra o volume, contém preciosíssimas indicações, que não nos consta fossem jamais reunidas noutra parte”.

Como assinala Américo Jacobina Lacombe,⁹ “Este artigo produziu, na alma de Rio Branco, um movimento de gratidão tão profundo que nunca perdeu ele uma oportunidade de proclamá-lo. Em cartas e em discursos, repetirá ele muitas vezes que a espontaneidade da manifestação de Rui Barbosa conquistara o seu reconhecimento para sempre”. Rio Branco chega mesmo a editar *plaquette*, com tiragem de 100 exemplares, em Paris, com as críticas ao livro *Le Brésil*, de Levasseur, intitulado *Opinião de Alguns Jornais do Rio de Janeiro sobre a primeira edição avulsa do Brésil na Grande Encyclopédie* (Paris, Tip. de A. de Lahure – 9 rue de Fleurs – 1889). No artigo de Rui, Rio Branco põe nota de pé de página, informando que “este notável estudo, modelo de crítica benévola e ilustrada é da pena do brilhante jornalista e orador Conselheiro Rui Barbosa, redator-chefe do *Diário de Notícias*”.

Em carta a Rui Barbosa, de Liverpool, datada de 28 de dezembro de 1889, Rio Branco exprime sua gratidão e assinala que “o ‘Estudo’ de V. Excia., escrito com tão superior competência, com tão ilustrado patriotismo e tão generosa benevolência, é a maior honra e a maior animação que pela imprensa tenho recebido até hoje”. Rio Branco sublinha o valor da crítica de Rui, tendo em vista “a maior indiferença por quase todos os nossos jornais”, e afirma “quanta razão tenho de me sentir orgulhoso com os louvores de um Rui Barbosa”.

4.2 O EXÍLIO DE RUI BARBOSA (1893)

As posições tomadas por Rui Barbosa na Revolta da Armada e a conseqüente oposição a Floriano Peixoto, levaram-no ao exílio na Europa. Rui vive, então, um ambiente marcado pelo abandono e pela ingratidão, até de amigos da véspera, em que figuras como o Barão do Rosário, a quem ele ajudara no Ministério da Fazenda, “ao avistar Rui Barbosa, deu uma tal carreira fugindo a comprometer-se, que fez rir aos circunstantes”. O Ministro do Brasil em Londres, que Rui Barbosa sustentara no Governo Provisório, declarava não o poder visitar, para “guardar, nestas coisas, ao menos, *uma aparência de seriedade*”.

Nesse contexto, Rio Branco, mesmo ciente das possíveis restrições que poderiam lhe advir, ainda mais por ter sido um servidor do regime derrubado, visita o exilado, que guarda o gesto do amigo, que nunca se esquecerá “das suas finezas durante a época da minha expatriação na Europa”(telegrama de parabéns a Rio Branco em 20/04/1909). Em discurso na Liga de Defesa Nacional, em 20 de dezembro de 1920, Rui, ao se referir a Eduardo Prado, afirma que “Em 1894, foi ele, com o Barão do Rio Branco, um dos raríssimos brasileiros que ousaram visitar-me na Europa”.

4.3 A QUESTÃO DE LIMITES COM A ARGENTINA

Rio Branco enviou a Rui Barbosa um exemplar da memória preparada pelo Delegado brasileiro na Questão das Missões, cujo original havia sido entregue ao Presidente Cleveland, árbitro da disputa, em 10 de fevereiro de 1894. Rui felicita, efusivamente, o amigo pelo trabalho realizado, atitude que sensibiliza Rio Branco, que a reconhece como “uma das mais honrosas animações que tenho recebido”(carta de 7/07/1895).

4.4 A QUESTÃO DO AMAPÁ

Quando da vitória de Rio Branco na Questão do Amapá, em 1900, Rui atuava, principalmente, como jornalista em *A Imprensa*, em que publica dois editoriais destacando o feito e censurando a

indiferença com que o governo tratou do assunto. É mais uma vez a voz do amigo, convocando a cidadania a conhecer e a reconhecer o imenso benefício que Rio Branco está fazendo pelo país.

No editorial de 2 de dezembro de 1900, intitulado “Rio Branco e a Suíça”, assinala Rui o valor da obra que Rio Branco está empreendendo e chama-o de pacificador e de “reintegrador do território nacional”. Sublinha, igualmente, que “vitórias como essa (...) põem silêncio a questões seculares, e envergonham os loiros sinistros da guerra”. O texto destaca, ainda, que são raras na história da humanidade atuações como a de Rio Branco, e lembra, a propósito, que “o que constela a imortalidade dos guerreiros famosos são as miríades e miríades de almas por ela roubadas à terra. Mas a destes pacificadores é, como as noites divinas do nosso firmamento, estrelada pelos milhões e milhões de vidas, que eles restituem à tranqüilidade, ao amor e à esperança”.

No editorial de 4 de dezembro de 1900, intitulado “Gratidão”, Rui se revolta com o modo “frio, parco e mesquinho” com que o governo se dirigiu a Rio Branco no telegrama que “não foi além destas palavras”: “Congratulações pela gloriosa vitória, para a qual tanto concorreram vossos inteligentes esforços”. O editorialista reclama de que “Na frase oficial não se encontra uma nota onde pulse o coração, e vibre a justiça. Gloriosa se reconhece que foi a vitória. Mas os esforços daquele, a quem ela pertence, não merecem mais que a qualificação vulgar de inteligentes. Acaso isso traduziria ao menos uma exígua quota na verdade? a ciência, a tenacidade, a penetração, a dialética, a lucidez, tão admiravelmente desenvolvidas nessas duas memórias, nesses nove tomos de trabalhos originais e documentos, nesses dois soberbos fólhos de atlas, nesse álbum, em toda essa prodigiosa seleção de provas, em todo esse irresistível exército de investigações, análises e argumentos? A espantosa erudição do sábio? A tenacidade indefesa do beneditino? O apaixonado zelo do patriota? O gênio das grandes sondagens na história, das verificações decisivas na crítica, das razões irrefutáveis na demonstração? Registra-se um triunfo, para o qual “tanto concorreu” o Barão do Rio Branco (...) Se o eleito não fosse o Barão do Rio Branco, se o Barão do Rio Branco não fosse essa superioridade, que é, o nosso direito não se

imporia à religião do tribunal com a majestade da evidência irresistível. A vitória, portanto, é sua. Foi ele quem a arrebatou sozinho à consciência do julgador. Na sua glória não há compartes, nem o seu serviço se pode capitular abaixo de heróico”.

Rui lembra que o reconhecimento expresso na nomeação de Rio Branco para a Legação em Berlim é, na verdade, “um presente de grego do Estado”. Comenta nesse sentido que: “Em cortes suntuosas como a da Alemanha, onde a pragmática luxuosa obriga a diplomacia a terríveis despesas de representação, os meios oferecidos aos nossos Ministros não os habilitam a exercer com dignidade os deveres mais ordinários do seu cargo. Se não possuem da sua algibeira particular com que acudir a essa escassez, terão que endividar-se”.

O dois editoriais de Rui, sem dúvida, devem ter calado fundo na alma de Rio Branco, que neles deve ter sentido o gosto antecipado da gratidão nacional, apesar de que a ele se possa aplicar as palavras de De Gaulle em diálogo com André Malraux:¹⁰ “O caráter consiste em esquecer os ultrajes ou o abandono dos nossos”.

4.5 A QUESTÃO DO ACRE

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, Rio Branco priorizou a solução da questão acreana, para qual só via um caminho: tornar nacional, por aquisição, o território já habitado pelos brasileiros, considerando a situação de fato e a impossibilidade de lograr laudo favorável em arbitragem, tendo em vista o tratado de 1867, cuja interpretação dada pelo Brasil tinha sido benéfica para a Bolívia.

Conforme narra A. G. de Araújo Jorge, no importante ensaio introdutório às *Obras Completas* de Rio Branco:¹¹ “Em 17 de outubro de 1903, isto é, um mês antes da assinatura do tratado, o Senador Rui Barbosa, que, desde julho desse ano, vinha colaborando com o prestígio e a autoridade de seu nome nas negociações como um dos Plenipotenciários brasileiros, conjuntamente, com Rio Branco e Assis Brasil, julgou dever solicitar dispensa dessa comissão. Repugnava-lhe compartilhar a responsabilidade de conclusão de um acordo em que as concessões do Brasil à Bolívia se lhe afiguravam extremamente

onerosas e, ao mesmo tempo, não desejava, por escrúpulos não compartilhados pelos companheiros de missão, ser obstáculo à coroação pacífica de um litígio que ameaçava eternizar-se com perigo iminente da ordem interna e, quiçá, da paz americana. E, honradamente, preferiu exonerar-se da alta função a que emprestara o brilho incomparável de seu talento”.

Araújo Jorge transcreve, na obra citada, duas cartas trocadas entre Rio Branco e Rui Barbosa sobre a questão acreana, que bem explicam esse episódio, como também revelam o grau da amizade e recíproca admiração que unia os dois homens públicos. As referidas cartas estão reproduzidas em Anexos deste texto. São documentos importantes não só pela pendência Brasil/Bolívia sobre o Acre, mas também por revelar dois estilos distintos, mas não antagônicos, de tratar um tema internacional. O de Rio Branco, marcado pela paciência e certo grau de otimismo, o de Rui, pelo tom dramático e carregado de hipóteses pessimistas; ambos, porém, com um ponto em comum: o patriotismo e a sinceridade na defesa do interesse público.

O desenlace da questão acreana demonstrou o acerto da estratégica de Rio Branco e a não realização das hipóteses pessimistas de Rui Barbosa. Essa estratégia tinha como meta evitar a eclosão de um conflito armado na América do Sul, com o envolvimento direto do Brasil, fato que teria conseqüências gravíssimas para o presente e o futuro das possibilidades de operação diplomática do país junto a seus vizinhos. Agregue-se, também, a óbvia defesa da ocupação histórica e pacífica dos brasileiros na região em disputa. Rui aferra-se a uma visão de política exterior muito condicionada por uma conjuntura interna presente e por uma percepção do território como valor sagrado. Rio Branco manifesta nessa difícil negociação seu estilo de fazer a outra parte também parte da solução da pendência, a idéia de ver na outra parte não um inimigo ou adversário, mas entendê-la como cúmplice da solução alcançada. Rui comporta-se dentro de rígido paradigma realista e chega mesmo a afirmar, em carta a Rio Branco, de 14 de setembro de 1903, que, “se a insistência da Bolívia fosse irreduzível, abríamos mão das negociações, deixando-a entregue à sua fraqueza contra os insurgentes do Acre, mais capazes de resolver a questão do que o governo brasileiro”.

Registre-se ainda, novamente, a paciência de Rio Branco em manter, com serenidade e firmeza, sua linha de negociação com a Bolívia em meio a ataques públicos, como o de Miguel Lemos, para quem se assistia, no episódio, à “Rocha Tarpéia do Acre, depois do Capitólio da Guiana e das Missões”.

4.6. O III CONGRESSO PAN-AMERICANO (1906)

A realização no Rio de Janeiro em 1906 do III Congresso Pan-Americano é um dos pontos altos da gestão Rio Branco no Itamaraty. É o primeiro grande evento internacional que o Brasil sediou em sua história diplomática, uma conferência de âmbito regional das Américas, que trouxe por primeira vez ao país um Secretário de Estado norte-americano, no caso E. Root.

Rio Branco muito se empenhou para dar a adequada hierarquia à reunião, que teve a marcante atuação de Joaquim Nabuco, mas queria também a ela associar o nome de Rui Barbosa. Assim sendo, gestionou convite, em nome do Presidente da República, para que Rui integrasse a representação do Brasil ao conclave. Nessa primeira tentativa, Rui alegou razões de saúde e de excessos de trabalho para não assumir novos encargos, principalmente dessa envergadura. Rio Branco não se dá por vencido e faz novo convite, dessa vez para que Rui participasse do jantar em homenagem ao Secretário de Estado Root, nele incluindo a tarefa de saudar o visitante estadunidense. Como não tivesse recebido resposta até a véspera do banquete, Rio Branco, como informa Américo Jacobina Lacombe, “insistiu e recorreu afinal a um meio que sabia seguro, tratando-se de um temperamento essencialmente cortês como o de Rui: colocou-o no banquete, entre duas convidadas incumbidas de vencer as suas últimas resistências”.

No começo de seu discurso em inglês, no qual compara a formação política do Brasil com a dos Estados Unidos, Rui assim se expressa sobre essa manobra de Rio Branco:

“I do not know to resist the wishes of our amiable amphitryon, our eminent Secretary of Foreign Affairs, as well as those of the gracious neighbours who surround me here. This is quite an unexpected surprise

for me. But it comes from so high, and in so imperious a way, that I cannot but submit, hoping you will be indulgent”.

Registre-se nesse episódio, a atitude sempre presente de Rio Branco de trazer a cultura para as mesas da diplomacia, nesse caso a social. Rui já era à época o símbolo por excelência da cultura jurídica nacional. Agregue-se a ele o pequeno, mas importante detalhe, de que o francês era a língua dominante no ambiente culto do período, sendo que Rui, no Brasil de então, era um dos poucos intelectuais a ter fluência escrita e oral no inglês, além de o melhor conhecedor, no país, das instituições políticas dos Estados Unidos, sobre as quais havia lido no original os livros fundamentais. Rio Branco sabia disso; daí seu esforço para tê-lo nessa homenagem ao chefe da diplomacia norte-americana, em seu primeiro contato direto com a sociedade brasileira.

4.7 A CONFERÊNCIA DA HAIA (1907) + LEVI CARNEIRO

A partir da aceitação, inicia-se intenso labor conjunto de Rui com Rio Branco, coadjuvado pela colaboração de Joaquim Nabuco. O Chanceler, como destaca Américo Jacobina Lacombe na obra citada, “prepara o material para a Delegação brasileira: textos das resoluções da Primeira Conferência, cópias dos despachos diplomáticos relativos aos seus pontos principais em debate, legislação concernentes aos temas do programa, recortes de imprensa estrangeira com o pensamento de algumas personalidades acerca de questões constantes do temário da conferência, tudo minuciosamente arrolado e anotado com a própria letra do Chanceler”. Por seu turno, Nabuco viaja à Europa a fim de “preparar o ambiente para a chegada e atuação de Rui Barbosa; explica aos seus amigos europeus e americanos o valor, a significação da personalidade do Delegado brasileiro; interessa-se pela missão do companheiro como se fora sua”.

Interessante, também, é a fala do próprio Rui Barbosa, na homenagem que lhe prestou a colônia brasileira, em Paris, concluída a Conferência, no dia 31 de outubro de 1907. Em determinado trecho desse discurso, Rui diz de sua percepção, no cenário impressionante da Segunda Conferência da Haia, e da linha de conduta

que deveria seguir: “Com a consciência que nunca me abandonou da minha inferioridade, eu me achava assoberbado pela tarefa, que se impunha à representação do Brasil, compreendida como eu a compreendia. Entre os que imperavam na majestade da sua grandeza e os que se encolhiam no receio da sua pequenez, cabia, inegavelmente, à grande república da América do Sul um lugar intermediário, tão distante da soberania de uns como da humildade dos outros. Era essa posição de meio termo que nos cumpria manter, com discrição, com delicadeza e com dignidade”.

Precisava ainda Rui o perfil brasileiro, nos seguintes termos: “Abaixo das oito grandes potências que entre si repartem o domínio da força, nenhum Estado se adianta ao Brasil no conjunto dos elementos, cuja reunião assinala superioridade entre as nações. Considerados eles no seu todo, nenhuma, dentre as potências de segunda ordem, se nos avanta. Creio mesmo que nenhuma nos iguala. Nossas tradições diplomáticas nos colocaram, a certos respeito, numa grande altura, lado a lado com os governos que haviam exercido a magistratura arbitral em grandes litígios entre as maiores potências do globo. Nossa fraqueza militar nos punha a uma distância mui longa dessas potestades armadas”.

“Esta situação, na sua extrema delicadeza”, prossegue Rui, devia ter uma linguagem sua, moderada e circunspecta, mas firme e altiva, quando necessário. Tratava-se de achá-la e de a falar, naturalmente, com segurança, com calma, com desassombro, com tenacidade. Não era fácil; mas não seria impossível. “Um sentimento instintivo desse dever se apoderara de mim, desde que transpus os severos umbrais do Ridderzall. Aos primeiros passos ele me encheu de terror. Nos dias da estréia, quando entrei, da minha cadeira, a encarar o círculo de grandezas que me cercava, não vos sei exprimir o desalento, a sensação de impotência, de pavor, de abandono total de mim mesmo, que me entrou no ânimo, e o aniquilou. Mal se me ofereceu, porém, a ocasião de acudir pela honra do nosso posto, as forças, a coragem, a resolução me vieram não sei donde, vi-me de pé com a palavra nos lábio, e desde então me tracei a mim mesmo a linha mediana e reta da nossa atitude, observada até ao fim, mercê de Deus, com invariável perseverança.”

O ambiente diplomático da Conferência de 1907 da Haia, no qual deveria se mover Rui Barbosa, estava, igualmente, contaminado pela rigidez das posições das grandes potências que, no entender de Pierre Renouvin, tornavam “impossível se obter um acordo para a questão do desarmamento: as delegações, ao constatar que os ‘casos particulares’ são muito diferentes para poder ser regulados por uma fórmula geral. Impossível a adesão dos governos à idéia de uma arbitragem obrigatória, que se exerceria mesmo nas questões onde estão implicadas a honra e os ‘interesses vitais’. O governo alemão tem, uma vez mais, uma larga parte da responsabilidade nesse fracasso; mas os outros governos não fazem nada para evitar. Assim sendo a Conferência se limita a fazer um esforço para ‘humanizar a guerra’; ela estabelece um conjunto de regras destinadas a proteger os direitos dos neutros, dos não-combatentes e dos prisioneiros. Esses, por certo, não são resultados desprezíveis; mas do ponto de vista da organização da paz, a carência é quase que completa”.

Registre-se que, sem o saber, Rui Barbosa tinha a seu favor, nesse majestoso e rígido ambiente da Conferência da Haia de 1907, sua ampla experiência de mais de duas décadas nas tribunas da Câmara e do Senado.

Como bem observou Levi Carneiro, em conferência pronunciada no Museu Imperial em 4 de março de 1944:

“Talvez pela primeira vez, Rui Barbosa, teria tido um colaborador. Rio Branco soube sê-lo. Aí reponta uma diferença marcante na psicologia desses dois homens excepcionais. Repito-me, dizendo-vos que Rio Branco tinha como que a faceirice de valer-se da colaboração de todos os homens ilustres de seu tempo. A propósito da Conferência da Haia, Rodrigo Octávio referiu que Rio Branco lhe contara que quase todos os dias, ia à Gávea ouvir os ensinamentos e conselhos preciosos do sábio Lafayette. (...) Seu propósito seria, precisamente, criar esse estado de espírito, difundindo a preocupação pela coisa pública entre os que melhor poderiam servi-la.

No entanto, Rui Barbosa, o grande liberal, não a teria. Ele me parece incapaz de colaboração. Contou sempre, e só, consigo mesmo. Foi Clemenceau quem disse: *‘c’est une grande force que de ne compter qu’avec soi même’*. Rui Barbosa tinha essa grande força, em

maior grau talvez que qualquer dos nossos homens públicos mais destacados. Ele não desejava a colaboração: não precisava disso, não se sabia valer de colaboradores. O caso de Rio Branco, na Conferência da Haia, parece-me, por isso mesmo, excepcionalíssimo e mostra como ele sabia colaborar a ponto de vencer o terrível retraimento do nosso Embaixador. Na mesma ocasião o companheiro de Delegação de Rui Barbosa na Conferência da Haia, o Ministro Rostaing Lisboa, não tinha ensejo de proferir uma só palavra. Conta o nosso inesquecível morto destes dias, Rodrigo Octávio, que Rui Barbosa decidira acompanhar pessoalmente todos os trabalhos das quatro comissões da Conferência e só deixava aos Secretários o encargo de decifrar os telegramas. Chegou a ponto de recusar a assistência de um jovem Secretário francês, que Rio Branco se empenhara em proporcionar-lhe – e que viria a ser o hoje reputado internacionalista Georges Scelle.

Por essa falta de espírito de colaboração é que Rui Barbosa era pouco advogado, ao contrário do que geralmente se supõe (...) O advogado precisa de colaborar com o cliente, com o juiz, até com o patrono adverso. Rui Barbosa era antes o jurista-político, o doutrinador incomparável, o educador cívico por excelência (...) Interessado mais pelo caso jurídico, pelo direito em causa – que pelo titular desse direito.

Ainda há pouco vos recordava as palavras com que, a propósito do Tratado do Acre, se confessava preso ao caso jurídico – alheio e indiferente a qualquer propósito de conciliação, ou de transação.

Foi, toda a sua vida, o trabalhador solitário. No Congresso, nunca articulou seus esforços com os demais membros das comissões de que fazia parte; haja vista o exemplo da revisão do Código Civil; o que fazia era obra sua, exclusiva, personalíssima. Na imprensa, nos jornais que dirigia, só fazia o seu artigo, indiferente ao resto do jornal. E, por isso mesmo, os partidos políticos que tentou fundar, e para que traçou alguns programas admiráveis, nunca puderam vingar. Rio Branco teve o privilégio de saber ser o colaborador que ele prezou, de que aproveitou largamente, de que sentiria a falta”.

Hildebrando Accioly sublinha, ao comentar a dedicação de Rio Branco à preparação e ao acompanhamento da missão brasileira

à Segunda Conferência da Haia, que o chefe da diplomacia nacional cuidava das instruções como dos mínimos detalhes, “porque compreendia a importância do certame que ia se realizar, e queria que tudo estivesse disposto para o bom êxito e o brilho da nossa Delegação”. Lembra que “para orientar a Delegação e facilitar-lhe a ação, Rio Branco entregou a Rui, antes de partir, ou lhe enviou pelo correio todos os elementos de informação ao seu alcance, acompanhando-os de instruções que se iriam ampliando à medida do avanço dos trabalhos da Conferência. É interessante assinalar que tudo isso era minutado pela própria mão do Barão (...) Essa colaboração patriótica, essa assistência incansável iria manifestar-se, ainda, com mais assiduidade durante a Conferência, nos numerosos telegramas (mais de 170), todos redigidos, integralmente, pelo Barão, e, não raro, por ele próprio cifrados, mandados daqui, diariamente, até aos domingos e muita vez em avançadas horas da noite. Quase sempre, era o próprio Barão que registrava as minutas no livro de expedição da Secretaria de Estado, aponto nas mesmas o carimbo e o número competente. Às vezes, quando não encontrava à mão o carimbo, o Barão desenhava a respectiva marca, na minuta (...) Todos os dias, estava Rio Branco a comunicar-se, telegraficamente, com Rui e este já se habituara àquilo de tal forma que, certa ocasião, quando passou dois dias sem receber telegramas do grande chefe da nossa Chancelaria, telegrafou ao Senador Azeredo nestes termos: “Receio Barão adoecesse, porque desde anteontem não telegrafa”.

4.8 A DIFÍCIL PERSONALIDADE DE RUI BARBOSA E SEU TRATO POR RIO BRANCO

A relação entre o Delegado brasileiro e o Chanceler não estava isenta de momentos de tensão e mesmo de discordância, compreensíveis em face da natureza da temática em discussão, do volume do trabalho para a preparação das posições e da própria distância. Exemplo dessa tensão foi o caso das instruções de Rio Branco sobre a questão da composição do Tribunal de Presas, no qual o Ministro das Relações Exteriores estabeleceu firme orientação de rechaço ao projeto das grandes potências, que estabelecia classes de países segundo a tonelagem da Marinha mercante e critérios de

proteção a nações que mesmo com tonelagem inferior à brasileira eram classificadas acima. Rio Branco insistia com Rui expressando que “esperamos que Vocência se esforçará para que no Tribunal de Presas, o Brasil fique na classe que lhe compete”. Como assinala Hildebrando Accioly, “Rui mostrava-lhe, entretanto, as dificuldades da situação e, ante a insistência do Barão, se impacientou, chegando a manifestar-lhe o desejo de abandonar a missão que lhe fora confiada. “Tenho dito Vocência – alegava – o bastante para habilitá-lo a julgar a realidade de nossa posição aqui, quase isolados entre os Estados americanos e impotentes contra o predomínio absoluto de três ou quatro potências, na Conferência. Mas vejo que, apesar de tudo, Vocência continua no erro de supor que dispomos de força e influência nesta assembléia, quando a verdade é só valer nela o arbítrio das nações preponderantes.” Adiante, declarava-se “exausto com o trabalho extenuante, com as responsabilidades e com as censuras” (que não eram, decerto, do Barão), e solicitava a exoneração, porque, a seu ver, a última fase da missão o colocaria em invencíveis dificuldades para satisfazer a imaginação de nossos compatriotas. “Felizmente – dizia – os documentos da minha atividade estão nas atas da Conferência, onde passo, geralmente, por um dos mais laboriosos de seus membros. Nossa consideração pessoal, consegui elevá-la quanto me era possível, mas a consideração política não depende das forças do representante. A ilusão da distância leva Vocência a supor alcançável a alteração de cousas aqui passadas em julgado”. Concluía, no entanto, assegurando que, de acordo com o ponto de vista do Barão, combateria o projeto, no dia seguinte à tarde.

Accioly acrescenta que Rio Branco não demorou um instante em responder a Rui. Disse conhecer, perfeitamente, “as dificuldades de nossa situação aí, e que em assembléias internacionais, bem como em negociações diplomáticas, nenhum agente, por mais hábil e competente que fosse, ainda quando representasse um país forte, pode estar certo de conseguir tudo quanto deseja ou seu país deseja”. Explicou, então, que pedira ao chefe da nossa Delegação procurasse obter a colocação do Brasil em classe superior a em que fora colocado no projeto sobre o Tribunal de Presas, sem imaginar que isso fosse fácil ou provável. Acrescentava: “Para a gente sensata e imparcial, a

grande e merecida nomeada do representante do Brasil na Haia nada perderá, se não conseguir tudo quanto desejamos”.

Fazia, em seguida, grandes elogios a Rui: “O governo e a nação fazem plena justiça aos esforços de Vocência. Há mesmo, em todo país, movimento geral de satisfação e entusiasmo pelo brilho Vocência tem dado a nossa terra nessa Conferência. Todos seus amigos, e nesse número, Vocência sabe que me deve contar estão orgulhosos disso. Preparam festas para a chegada de Vocência. Mas Vocência, como todos homens de valor, tem desafetos e inimigos, e tanto quanto possível devemos afastar pretextos para críticas. A do ineditorial de ontem já foi rebatida, brilhantemente, na *Tribuna*, hoje. Vocência pode estar certo da confiança do governo e da nação. Esperamos que complete os seus trabalhos aí, e estamos seguros de que os há de completar com vantagem para o país, e aumento do seu prestígio. Se pedimos procurasse obter suplente foi por nos parecer que a Organização do Tribunal de Presas fora aceita em primeira leitura, mas ainda não em votação final. Estamos inteiramente identificados com Vocência, e desejamos tenha em nós a mesma confiança que temos em Vocência”.

Rio Branco logrou levantar o ânimo de Rui, que agradeceu os elogios contidos no telegrama e abandonou a intenção de renunciar a seu posto como representante do Brasil na Haia. Nesse, e em muitos episódios de sua vida como parlamentar, jornalista e candidato presidencial, Rui revela alguns fortes traços de uma personalidade que se poderia denominar em termos técnicos de maníaco-depressiva.

Na relação de amizade e recíproca admiração entre Rio Branco e Rui Barbosa há que se referir à Questão do Acre, em que se registrou divergência entre os dois homens públicos, superada no próprio episódio com troca de cartas, como bem documentou e comentou Araújo Jorge.⁴²

4.9. BARÃO MAIS PRINCIPISTA, RUI MAIS FLEXÍVEL

O caso da posição brasileira no debate da composição do proposto Tribunal de Presas revela que Rio Branco tinha postura principista nesse assunto, enquanto Rui se mostrava mais flexível.

Conforme assinala Hildebrando Accioly, “apesar de tudo, nada conseguíamos, nesse assunto”. Daqui, o Barão telegrafava a Rui que, entre nós, se “levaria muito a mal” assinássemos a convenção que estava sendo elaborada. Rui, embora não deixasse de defender sempre, com perfeita lealdade, os pontos de vista sustentados pela nossa Chancelaria, não era decerto tão intransigente nessa matéria como o Barão, mas, em face das instruções positivas que este lhe mandara, não pôde hesitar. Em sessão de 10 de setembro, da Primeira Comissão, antes de se pôr a votos o conjunto do projeto referente ao Tribunal de Presas, expôs com clareza os motivos pelos quais o Brasil não lhe podia dar o seu voto.

Na votação, houve 26 países, contra dois, que foram o Brasil e a Turquia; 15 se abstiveram. Comentando esse resultado, dizia Rui: “Ficamos com a má companhia otomana”. Ao que o Barão retrucava: “Ainda que tivéssemos ficado, inteiramente, isolados, teríamos ficado bem porque a opinião aqui não admitiria que o Brasil de embaraçar a obra de concórdia que a Conferência procura fazer. Não fomos a Haia para subscrever o que a maioria quiser, e, discordando do que ela resolver, o Brasil não impede que os demais países estabeleçam como entendam o seu Tribunal de Apelação de Presas”.

Verifica-se pelo trecho de Rio Branco acima citado o peso da opinião pública com relação às deliberações da diplomacia brasileira. Pode-se afirmar que tanto Rui Barbosa como o Barão possuem uma fina percepção de aspirações básicas da sociedade nacional, intuindo, mesmo sem as pesquisas de opinião, à época inexistentes, o desejo de auto-afirmação e a necessidade de se mostrar a si mesma e ao mundo como um país respeitável.

4.10. UM BALANÇO DA SEGUNDA CONFERÊNCIA DA HAIA

Na avaliação que fez da Segunda Conferência da Haia, quando da homenagem que lhe prestou a colônia brasileira em Paris, terminado o conclave internacional, em 31 de outubro de 1907, Rui sublinhou que “a primeira assembléia universal dos Estados soberanos (...) satisfizes em largas proporções ao objeto do seu programa (...) O que estava no programa era a mitigação das leis e costumes da guerra. Ela o

fez. Era a codificação do direito da neutralidade. Ela a realizou em grande parte. Era a reforma da corte atual de arbitramento, suas garantias, seu processo. Ela os deixou, notavelmente, melhorados. Era a estipulação do arbitramento obrigatório. E ela, se não conseguiu definir, assentar, convencionar os casos, adotou-lhe, firmou-lhe, proclamou-lhe, solenemente, o princípio; passo quase gigantesco, se refletirmos na trajetória das suas conseqüências futuras, nas dificuldades pouco menos que invencíveis opostas à sua declaração, na exígua minoria obstante à sua consignação num tratado universal. Se não criou a Corte de Justiça Internacional, ninguém a poderá culpar, razoavelmente, de não ter consentido em exorbitar do seu programa num ponto fundamental, para improvisar, arrastada por uma corrente repentina, uma instituição concebida na véspera, submetida ao seu voto sem estudo nenhum, indecisa em forma e caráter no próprio espírito dos seus adeptos, supérflua às necessidades reais do arbitramento e exposta a se converter, sob o ascendente de algumas potências, num meio de amoldar aos seus interesses o direito geral das nações”.

Conclui Rui sua avaliação afirmando que “Se os resultados visíveis da Segunda Conferência ficam, entretanto, aquém das esperanças dos entusiastas da paz, os seus resultados invisíveis, quero dizer a sua obra de insinuação, de penetração, de ação moral, foram muito mais longe (...) Neste sentido me parece que o alcance da Segunda Conferência leva ao da primeira uma vantagem incomensurável. Ela mostrou aos fortes o papel necessário dos fracos na elaboração do direito das gentes. Ela adiantou as bases da pacificação internacional, evidenciando que, numa assembléia convocada para organizar a paz, não se podem classificar só votos segundo a preparação dos Estados para a guerra. Ela revelou, politicamente, ao mundo antigo o novo mundo, mal conhecido a si próprio, com a sua fisionomia, a sua independência, a sua vocação no direito das gentes”.

Dedica o último parágrafo da sua alocução a render de público uma homenagem ao Presidente da República Afonso Pena e ao Chanceler Rio Branco, nos seguintes termos: “(...) saibamos ser justos e agradecidos, não esquecendo, na manifestação com que me honrais, os dois apoios essenciais da minha missão: o gênio do Ministro cuja

colaboração assídua, incessante, luminosa, nunca cessou de me acompanhar, e o tino, a resolução, a firmeza do Presidente da República, a quem nunca esmoreceu nos momentos graves, o sentimento de valor da nossa nacionalidade e da dignidade da nossa posição. Ter compreendido, como eles o compreenderam, e auxiliado, como eles auxiliaram a nossa tarefa na Segunda Conferência da Paz é o maior serviço que nunca se prestou aos interesses nacionais do Brasil. Envolvei, pois, nas vossas homenagens, senhores, esses dois grandes patriotas. Eu me considero feliz de ter podido servir à nossa Pátria ao lado de dois espíritos tão nobres”.

4.11. RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS: CONVITE DA UNIVERSIDADE DE YALE E VISITA DA ESQUADRA AMERICANA (1908)

Rio Branco e Joaquim Nabuco, preocupados com as discussões de Rui com a Delegação norte-americana na Haia, gestionaram convite da Universidade de Yale para Rui Barbosa proferir palestra nesse importante centro educacional e que serviria para o representante brasileiro na Segunda Conferência da Paz estreitar vínculos com os universos acadêmico e político estadunidenses. No entanto, Rui recusou o convite, alegando motivos de saúde.

A visita da esquadra norte-americana ao Rio de Janeiro, em 1908, apresenta-se como oportunidade para Rio Branco fazer convite no sentido de Rui Barbosa ser o orador do banquete que seria oferecido em homenagem aos marinheiros visitantes. Rui, em carta a Rio Branco volta a se referir a seu “estado atual de profunda fadiga”, e aduz razões de ordem política, pois “eu me sentiria deslocado numa incumbência, que, a meu ver, não poderia ser desempenhada senão por membros do governo. E, por último, justamente, à vista dos incidentes da Haia, que tantas agressões me custaram, e tão mal interpretadas foram, mui constrangido me acharia eu como órgão da manifestação projetada, a que aliás aplaudo vivamente”. Rio Branco responde a carta de Rui e lamenta a recusa.

4.12 O CIVILISMO. RUI LANÇA A CANDIDATURA DE RIO BRANCO PARA PRESIDENTE

Na sucessão de Afonso Pena, ocorrida em 1910, Rui prevê o surgimento de graves problemas se o quadro político não gerar uma solução de unidade nacional e se opõe tanto ao nome de David Campista, apoiado pelo primeiro mandatário, como ao de Hermes da Fonseca, indicado por Pinheiro Machado, e propõe a candidatura de Rio Branco.

Rui, em carta aos Senadores Glicério e Azeredo, de 19 de maio de 1909, defende a indicação de Rio Branco por enxergar nele “a solução nacional” por seu “hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar”.

Rio Branco em resposta à sugestão de Rui escreve-lhe carta em que afirma que “as minhas modestas aptidões que muito mais insuficientes seriam se eu tivesse sido ou pudesse ser obrigado a exercê-las fora da esfera de ação em que me tenho encerrado”, razão pela qual “em caso algum eu poderia aceitar o elevado e difícil posto”. Aduz, a propósito, que “Meu pai completou a carreira neste mundo com 61 anos de idade. Eu já tenho mais de 64, estou velho e cansado para entrar agora nas lides da política interna, saindo da vida de retraimento que há tantos anos vou levando”. Rio Branco, no entanto, na mesma carta, ao focar o convite sob o prisma político, abre uma possibilidade da seguinte forma: “Se o plano ideado por V. Excia. pudesse ter surtido efeito na primeira quinzena deste mês, dando-se no nosso mundo político uma unanimidade de sentimento, que era e há de ser sempre impossível, em torno de qualquer sugestão nesse gênero, certo é que eu teria sido forçado ao grande sacrifício que me pedisse”.

A verdade é que, como salienta Álvaro Lins, “aos chefes políticos não agradava a possibilidade de um Governo Rio Branco ou de um Governo Rui Barbosa”.

4.13 O BOMBARDEIO E A DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR DA BAHIA

A deposição do Governador da Bahia, Araújo Pinho, com o bombardeio, afetou, profundamente, Rio Branco que, mesmo com a saúde abalada e recolhido em Petrópolis, foi ao Rio de Janeiro para uma audiência com o Presidente Hermes da Fonseca, na qual chegou a apresentar seu pedido de demissão. Trava-se, então, entre os dois o seguinte diálogo, conforme depoimento de José Marcelino, que ouviu do próprio Rio Branco a narração (contido no livro de João Mangabeira *A Vida de Rui Barbosa*): “O Marechal ficara comovido e alarmado. E dissera: “Se o senhor sair, também renuncio”. E Rio Branco lhe replicou: “O Senhor não pode sair. Será a anarquia. Eu é que não posso ficar. E por dois motivos: como Ministro não devo continuar no governo, diante do bombardeio da Bahia (e delicadamente expliquei-lhe o que isso significava de desprestígio para o Brasil no estrangeiro); como homem não posso apoiar um governo que persegue iníqua e ilegalmente o genro do Barão de Cotegipe, a quem devo o início de minha carreira, arcando, como Ministro, com a má vontade do Imperador”. À vista disto o Marechal tinha os olhos rasos d’água. E propôs-me, quase suplicante: “E se eu repuser tudo no que estava, o senhor não abandonará o governo? Porque sou seu amigo e prefiro tudo, menos que o senhor deixe o serviço da Pátria”. Respondi-lhe, incontinenti, que, assim sendo, estava a minha exoneração retirada”.

Ao mesmo tempo da reação de Rio Branco, Rui Barbosa impetra *habeas corpus* e censura o ataque à Bahia, “hoje ultrajada pela maior das violências”. Após a atuação de Rio Branco no episódio, o governo envia à Bahia o General Vespasiano de Albuquerque para restabelecer a ordem e a legalidade. Realiza-se assim a previsão de Rui sobre o Marechal, segundo a qual “Um bom Ministro o salvaria”.

Esse foi o último lance da amizade ente Rio Branco e Rui Barbosa, uma vez que poucos dias depois, em 10 de fevereiro de 1912, o Chanceler brasileiro veio a falecer.

4.14 *REVISTA AMERICANA*, NÚMERO EM HOMENAGEM A RIO BRANCO, ARTIGO DE RUI (1913)

No número de 1913 da *Revista Americana*, dedicado a Rio Branco, o organizador do volume, Sílvio Romero Filho, solicitou a Rui Barbosa que participasse com um texto que abriria a publicação. Rui envia trecho de discurso que pronunciou, em 1909, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Merece ser reproduzido esse testemunho, que sintetiza sua visão do amigo e colaborador Rio Branco:

“De Rio Branco, o papel político é todo internacional. Foi o último benfeitor das nossas fronteiras.

Não direi, como se tem dito, que nos dilatou o território. Não. Os grandes méritos de outras coisas não precisam que da verdade. Só ela, no tribunal da posteridade, resiste ao juízo final.

Thiers, obtendo a desocupação do solo de França, pelos alemães, não aumentou o território francês: restabeleceu-o. Foi seu libertador. Rio Branco, alcançando o reconhecimento do nosso direito à região que o estrangeiro nos disputou, não alargou as nossas divisas: restaurou-as.

A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor.

O território brasileiro não se poderia acrescentar senão pelo dinheiro ou pela força.

Pelo dinheiro era compra, e não glória.

Pela força, não seria glória, mas crime.

Para sermos bons irmãos, entre os nossos vizinhos, cumpre assentar, em causa julgada, que o Brasil nunca teve cobiças, nem perpetuou expansões territoriais.

Invejável destino o desse nosso conterrâneo em sua realidade, projetando o seu vulto sobre os extremos do país, espécie de nume tutelar, como deus termeiro da nossa integridade nacional!!”.

5. O APERFEIÇOAMENTO DAS VISÕES DE POLÍTICA EXTERIOR DE RUI COM RIO BRANCO

O convívio entre Rio Branco e Rui Barbosa do ponto de vista intelectual e político mostra uma interessante interação no trato das questões internacionais, desde a do Acre, em que se apresentou uma divergência entre os dois homens públicos. Naquela oportunidade, Rui defendeu uma posição territorialista de forma absoluta e com forte inspiração realista de solução pelo uso da força da pendência: “se a insistência da Bolívia fosse irreduzível, abríamos mão das negociações, deixando-a entregue à sua fraqueza contra os insurgentes do Acre”. Rio Branco queria evitar um conflito armado a todo custo.

Rui reconheceu na carta acima citada, no tópico sobre a Questão do Acre, a possibilidade de estar equivocado: “se vejo mal, me esclareça melhor, permitindo que, de outra vez, consiga servir mais acertadamente ao país e a Vossa Excelência”. Rio Branco tinha consciência do grande valor intelectual de Rui e de seu potencial para a atuação em política exterior, principalmente por sua experiência parlamentar.

Assim sendo, houve “outra vez”, como previa Rui, na Haia, onde se identificou com o paradigma idealista de Rio Branco, que ele sempre defendeu na política nacional. Merece ser comparada a posição de Rui, acima exposta, na Questão do Acre, com sua posição, em 1916, na conferência de Buenos Aires, em que propôs uma revisão no conceito tradicional de neutralidade e atacou, fortemente, a perspectiva realista e militarista de política exterior esposada pela Alemanha. Naquela importante palestra, Rui, conclamava por um regime entre as nações que “substitua lei da guerra pela justiça”, acrescentando que “Não se evita a guerra, preparando a guerra. Não se obtém a paz, senão aparelhando a paz. *Si vis pacem, para pacem*”.

Por fim, cabe registrar que Rui, apesar da altura de suas teses, foi sempre um perdedor na política interna. Ele mesmo reconheceu, em certa oportunidade, que onde colheu os melhores frutos de sua vida pública foi na política exterior. Nessa colheita, sem dúvida, Rio Branco tem uma parcela de contribuição com o amigo.

6. CARISMA DE RIO BRANCO: O CONSTRUTOR DE ENCONTROS

Romano Guardini,¹² ao comentar os relacionamentos humanos e a dificuldade de verdadeira comunicação e autêntico diálogo entre as pessoas, destacava a importância dos indivíduos que logram estabelecer em torno de si áreas de real encontro com o outro. Assim se expressava: “Nem todas as personalidades facilitam na mesma medida o que se pode chamar de “encontro”, pois esse supõe um caráter especial. Um homem pode possuir qualidades admiráveis, mas tão peculiares, que estabeleçam uma barreira entre ele e quem se lhe aproxime. Outros logram influir mais intensamente, mas somente através de suas criações, enquanto eles mesmos, pessoalmente, se retiram de todo. Por outro lado, estão aqueles que cativam, humanamente, mas que, além disso, nada significam”. Para Guardini homem que possibilita o “encontro” é um tipo raro e não abundante na história, e se caracteriza por “essa força do tocante e do comovedor na mais intensa medida”.

A força que animava Rio Branco e que possibilitou que ele promovesse “encontros” com nomes como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha tinha que ver, certamente, com aquilo que De Gaulle sentia pela França, e que Malraux¹³ tão bem exprimiu: “De Gaulle é tentado pela França, do mesmo modo que Lenin o foi pelo proletariado, como Mao pela China, como talvez o tenha sido Nehru pela Índia (...) Foi com a França que ele se casou, antes de casar com Yvonne”. É a mesma tentação de Churchill pela Inglaterra, de Lincoln pelos Estados Unidos, de Péricles pela democracia ateniense, etc.

Rio Branco tinha no enorme conhecimento da história do Brasil, na invulgar capacidade de trabalho, e na concepção da negociação diplomática como processo de lograr soluções junto com a outra parte, tida como cúmplice e não inimiga, os fundamentos de sua autoridade. Autoridade que se acrescia de inegável carisma pessoal. Carisma construtivo e agregador de pessoas em prol de uma causa nacional. Rui Barbosa sublinhou de forma expressiva essa força promotora de encontros de Rio Branco, ao destacar que “Muito de si fiará quem se tenha por assaz forte para se acastelar contra a persuasão insinuativa do Barão do Rio Branco”.

ANEXO

Na primeira correspondência, Rio Branco assim se expressa:
“Petrópolis, 20 de outubro de 1903

Exmo. Amigo e Sr. Senador Rui Barbosa.

Pelo telégrafo já pedi desculpas a V. Exa. da demora em responder a sua carta de 17. Eu a recebi na Secretaria, às 11 horas da manhã desse dia, quando esperava a honra e o prazer de sua visita, não só para que juntos examinássemos na Carta Geral da nossa fronteira com a Bolívia as pequenas retificações que o Sr. Assis Brasil e eu estaríamos dispostos a conceder, mas também para me abrir inteiramente com V. Exa., como o faria se estivesse tratando com o nosso saudoso amigo Rodolfo Dantas. Eu queria repetir nessa ocasião a V. Exa. o que já lhe havia dito rapidamente há dias na presença do Sr. Assis Brasil, isto é, que se V. Exa. tivesse alguma hesitação, não se devia constranger por motivo de delicadeza pessoal e tomar perante o país a responsabilidade de uma solução que lhe não pareça a melhor ou que, segundo previsões próprias e de amigos seus, possa irritar uma parte da opinião. V. Exa. sabe quanto o prezo e quanto prezava mesmo antes de ter tido a honra de o conhecer pessoalmente. Deve, também, compreender quanto penhoraram a minha gratidão as provas de benevolência que me tem dado em escritos seus desde outubro de 1889, e particularmente nos seus belíssimos artigos de 2 e 4 dezembro de 1900. O que valho hoje no conceito dos nossos concidadãos devo-o principalmente a V. Exa. que, com o grande prestígio do seu nome, tanto encareceu os meus serviços no estrangeiro. Não foi para diminuir as minhas responsabilidades que pedi a V. Exa. a sua valiosa colaboração no arranjo das dificuldades do Acre: foi com o único pensamento de lhe dar um pequeno testemunho de minha gratidão. Convencido, como estava, de que uma solução que pusesse termo às complicações exteriores em que andamos envolvidos desde 1899 e, ao mesmo tempo, dilatasse as fronteiras do Brasil, não poderia deixar de merecer a aprovação do país inteiro, desejei que V. Exa. contribuísse para esses resultados e acreditei que lhe pudesse ser agradável concorrer para uma importante aquisição territorial, a primeira que fazemos após a Independência. V. Exa.

não concorda em tudo conosco: considera muito pesados os sacrifícios que o acordo direto nos imporá e acredita que, no estado atual do espírito público, com as influências desorganizadoras que atuam sobre a opinião, haveria perigo na solução que nos parece de mais vantagem para o Brasil. Não seria, pois, razoável pedir-lhe eu que tomasse parte nas responsabilidades que o acordo direto acarreta. V. Exa. é estadista acatado por toda a nação e eu teria grande sentimento se, involuntariamente, querendo dar-lhe uma prova de apreço e de reconhecimento, abalasse de qualquer modo a sua situação política, que desejo ver cada vez mais firme e fortalecida. Inclino-me, portanto, diante da resolução que me anuncia em sua carta, lamentando verme privado da grande honra de o ter por companheiro nesta missão. Peço, entretanto, licença para submeter ao exame de V. Exa. a minuta do tratado, logo que estiverem bem assentadas as suas cláusulas. É possível que obtenhamos ainda algumas modificações que satisfaçam a V. Exa.. Sei bem que os sacrifícios pecuniários que a nação terá que fazer, se o tratado for aprovado pelo Congresso, serão grandes, mas também são muito grandes as dificuldades que vamos remover e urge removê-las para que possamos, quanto antes, conter as invasões peruanas na zona em litígio. Se comprássemos dois grandes encouraçados gastaríamos improdutivamente tanto quanto queremos gastar com esta aquisição de um vastíssimo e rico território, já povoado por milhares de brasileiros que assim libertaremos do domínio estrangeiro. Pelo arbitramento no terreno do tratado de 1867, começaríamos abandonando e sacrificando os brasileiros que de boa fé se estabeleceram ao sul do paralelo 10° 20', por onde corre a principal parte do rio Acre, e é minha convicção que mesmo os que vivem entre esse paralelo e a linha oblíqua Javari-Beni ficariam sacrificados. Não creio que um árbitro nos pudesse dar ganho de causa depois de 36 anos de inteligência contrária à que só começou a ser dada pelo governo do Brasil em princípios deste ano. O nosso amigo Senador Azeredo lembrou há dias ao Presidente da República que os Estados Unidos da América pagaram à Espanha quatro milhões de libras pelas Filipinas, cuja superfície e população são muito mais consideráveis que as do Acre. É certo, mas deve-se ter em conta que esse preço foi imposto ao vencido pelo vencedor, o qual, para poder

ditar a sua vontade, despendeu antes, com a guerra, somas avultadíssimas. É porque entendo que o arbitramento seria a derrota que eu prefiro o acordo direto, embora oneroso. Este resolve as dificuldades presentes, o outro deixa-as de pé e provavelmente daria lugar a que os territórios ocupados por brasileiros ao sul da linha oblíqua fossem repartidos entre a Bolívia e o Peru. Estou convencido de que os seus habitantes não poderiam lutar com vantagem contra a Bolívia e menos ainda contra esta e o Peru aliados. Por outro lado, estou muito certo de que os agitadores e os adversários do Governo, também, atacariam o recurso do arbitramento. É este o expediente que desejavam, e desejam ainda hoje, os plenipotenciários bolivianos. Não posso prever o acolhimento que encontrará nos dois Congressos o tratado. Pelo esforço que aqui fazemos para defender pequenos trechos do território, alagadiços e inaproveitáveis, podemos conjeturar da oposição que na Bolívia vai encontrar a perda de 160 ou 170 mil quilômetros quadrados. Se o nosso Congresso rejeitar o acordo direto, nas condições em que o tivermos podido realizar, a responsabilidade ficará sendo sua. Eu assumirei inteira a do acordo, e penso que a posição do Presidente não ficará comprometida por isso. Até aqui, como V.Exa. sabe, só temos tido com os plenipotenciários bolivianos conversações para achar o terreno em que nos poderíamos entender. Agora é que vamos ter conferências formais para precisar as cláusulas do Tratado e dar-lhes forma. Era sobretudo nessas conferências que esperávamos o valioso concurso das luzes de V.Exa., se tivéssemos eu e o Assis Brasil, a fortuna de estar de acordo com V. Exa.. Antes, era impossível pedir-lhe que se desse ao incômodo de vir a Petrópolis, deixando a sua cadeira de Senador e a sua banca de advogado, para tomar parte nas numerosas palestras de exploração do terreno que temos tido desde julho, mas informamos sempre V. Exa. do que se ia passando e seguimos sempre os seus conselhos. Agradeço muito a V.Exa. as expressões tão benévolas do final da sua carta e subscrevo-me, com a mais alta e afetuosa estima, de V. Exa. admirador e amigo muito e muito grato.

Rio Branco”.

A carta reposta de Rui Barbosa foi a seguinte:

“Rio, 22 de outubro de 1903.

Exmo. Amigo e Sr. Barão do Rio Branco.

Releve-me V. Exa. se só hoje venho responder à sua carta de anteontem que me chegou às mãos ontem pelas 11 da manhã. Fez-me V. Exa. o favor, pelo qual lhe sou muito grato, de aceitar a minha exoneração, que na missiva anterior deixara ao seu arbítrio, para que V. Exa. dela dispusesse como mais conveniente fosse; o que não me inibe de continuar, de acordo com o desejo que V.Exa. exprime, à suas ordens, para o que for de seu agrado e serviço. Muito reconhecido fico, outrossim, a V. Exa. pelas expressões de sincera amizade, em que abunda para comigo. Eu retribuo, com a mesma lhaneza e a mesma fidelidade, esse sentimento, de que me honro. Pode V. Exa. estar certo que o deixo com íntimo pesar, e que, em qualquer parte, qualquer tempo, em quaisquer circunstâncias, o nome do Barão do Rio Branco não terá testemunha mais leal da sua nobreza, da sua capacidade e do seu patriotismo. De longe mesmo, antes de o conhecer em pessoa, tive para V. Exa. sempre a atração de uma simpatia, que só lamento não se me deparasse ocasião de estreitar com alguma coisa dessa intimidade, em que teve a fortuna de lograr as suas relações esse nosso comum amigo, tão delicadamente lembrado por V. Exa. nas primeiras linhas de sua carta. Entre as finezas de que a encheu, aprouve-lhe falar em serviços, que figura dever-me. Mas não há tal. Não constituem dívidas as homenagens impostas pela justiça. Rendendo-lhas. apenas me desempenhei de minhas obrigações de cidadão e jornalista. Deu-me Deus, talvez em grau não comum, a faculdade de admirar; e o prazer de exercê-la, celebrando o merecimento, é um dos mais gratos que o meu coração conhece. Já vê que não podia deixar de calar-me nele como uma grande satisfação e uma grande honra a ver-me, por iniciativa de V. Exa., a seu lado no empenho de resolver uma complicada questão internacional. Não me esquecia, pois, esse aspecto da minha situação, quando, obrigado a responder aos que me encareciam a missão do Acre como um posto vantajoso, falei nos seus ônus e na sua responsabilidade. Esta,

consideradas as minhas antecedências no assunto, devia ser especialmente sensível a mim, desde que me submetia a tratar no terreno de uma transação, um litígio, em que eu fora o advogado mais caloroso da indisputabilidade absoluta do nosso direito. Não hesitei, porém, ante as conseqüências dessa atitude, enquanto me parecesse defensável e vantajosa ao país. Foi neste que tive sempre os olhos, nos seus sentimentos e nos seus interesses, sem me importar jamais que, com os benefícios a ele granjeados, se “abalasse de qualquer modo a minha situação política”. Esta nunca se achou firme, nem forte. Nenhum homem público, no Brasil, a tem mais precária, mais combalida, mais abalada. E isso justamente porque das suas conveniências nunca fiz caso, porque nunca alimentei pretensões políticas. Repugna-me ao meu temperamento cortejar a popularidade, e, na República, tenho vivido a contrariar-lhe as correntes dominantes. Graças a essa independência, cheguei a ser apontado como o maior inimigo do regimen, e, ainda hoje, entre as forças que dispõem da sua sorte, não estou em cheiro de santidade. Ora, não haveria caso, em que eu mais devesse ter os olhos nas considerações superiores do dever, e fugir às de utilidade pessoal. Assim o compreendi e assim o pratiquei. As questões de território, como as de honra, são as que mais exaltam o melindre nacional. É de acordo com o sentimento nacional, portanto, que os homens de Estado têm de resolvê-las, se as quiserem deixar com efeito resolvidas, e medirem o mal das agitações alimentadas por uma impressão popular de ofensa à integridade do país. Por isso me opus em absoluto à cessão da margem direita do Madeira, que felizmente não vingou. Por isso, ainda, entendia que, neste gênero de concessões, deveríamos caminhar sempre como através de outros tantos perigos. Ao princípio alguma coisa, bem que mui parcamente, era razoável se fizesse nesse sentido; visto que a Bolívia parecia julgar-se ferida e intransigente ao contato do nosso dinheiro, alegando que o território, como a honra, não tem preço, e não era justo que com o milhão esterlino, insinuado entre as nossas ofertas, a houvéssomos por compensada inteiramente da extensão territorial que nos cedia. Mas, desde que os negociadores bolivianos puseram de parte esses escrúpulos e entraram francamente no terreno dos ajustes pecuniários, pedindo se elevasse aquela quantia ao dobro,

por que não ultimarmos nessa espécie de compensações o nosso ajuste de contas? Acrescentando a essa vantagem a construção da estrada, creio que lhe não teríamos medido escassamente o valor do Acre. Juntar-lhe ainda a cessão de um porto já seria, talvez, muito. Contudo, até aí se poderia ir, suponho eu. Mas, somar a todas essas verbas 5.973 quilômetros de território brasileiro é o que me parece uma generosidade, cuja largueza excede, a meu ver, o limite dos nossos poderes. Não quero dizer que o Brasil perdesse na troca. Isso não. Mas dava mais do que vale, para a Bolívia, o que ela nos cede. E essa consideração não se havia de perder jamais de vista numa operação desta natureza. Em nossas mãos o Acre pesa bastante. Nas da nossa vizinha, o Acre não era nada. O valor desse território era, portanto, uma quantidade relativa, que praticamente só adquiria realidade com a nossa aquisição dele, com a sua transferência ao nosso senhorio. A estimação desse valor relativo devia manter-se, pois, entre os dois extremos, num meio termo razoável. Ora esse estava preenchido com a via férrea, antiga aspiração daquele país, e os dois milhões esterlinos, que para eles representam quase quatro anos de sua receita. Não estaria ele por isso? Então era aceitarmos-lhe a outra alternativa, por ele posta: o arbitramento. Entende V. Exa. que é o que os bolivianos queriam. Eu entendo o contrário. E peço licença a V. Exa. para lhe recordar que esta é também a opinião, insuspeita, do Dr. Assis Brasil. Ainda na última conferência nossa ele se manifestou assim, confirmando o assento, que neste sentido, eu acabava de fazer. Os bolivianos não querem o arbitramento, nunca o quiseram, a não ser que ele tivesse por objeto a troca de territórios, inovação combatida por mim na minha penúltima carta. Nem o podiam querer; visto que o juízo dos árbitros, já porque se teria de circunscrever ao Acre litigioso, já porque, em relação a esse mesmo, seria rejeitado pelos acrianos, se nos fosse contrário, não resolvia a pendência armada entre aquela população e o governo de La Paz. O receio de intervenção do Peru nessa pendência não passa de uma hipótese, cuja verificabilidade nada até agora autoriza. Ora, entregue a si a Bolívia naquelas paragens, não conta ela com o triunfo. Ainda, financeiramente, grande vantagem lhe levaria a população acriana. Note V. Exa. que, no memorandum recentemente endereçado aos

Plenipotenciários brasileiros pelos bolivianos, se eleva a dez mil e novecentos contos de réis o rendimento anual dos impostos de importação e exportação no Acre. Ora essa é, mais ou menos, anualmente, a receita total da Bolívia, como V. Exa. me informou, em seis milhões de bolivianos. E com isso tem ela de acudir a todas as necessidades nacionais, ao passo que o governo do Acre, reduzido exclusivamente às de sua defesa, com ela poderia gastar, sem desvio, todos esses recursos. Já experimentados nas dificuldades da luta, o interesse e o pensamento dos bolivianos era evitá-la. Ora, a ela teriam de voltar, se vencessem no arbitramento. Logo, não era possível que o desejassem. Como, porém, pressentissem que nós, contra o que era de cuidar, também o temíamos, manobraram habilmente, simulando ambicioná-lo para, à sombra dos nossos injustificados receios, exigirem o que exigem, quando é minha convicção que, se encarássemos desassombrados o espantinho, eles é que recuariam, submetendo-se às nossas condições. Este, ao menos, o meu juízo. Pode ser, aliás, que esteja em erro. Onde, porém, tenho a certeza de que não estará, é na afirmativa de que a opinião pública receberá muito mal as cessões territoriais propostas, e de que, ousando-as, o governo cometerá uma temeridade. Não são essas somente as “previsões minhas e de amigos meus”. Parece-me esse é o sentimento geral, até onde tenho podido sondar. Dado isso, bem compreende V. Exa. o grande perigo das “influências desorganizadoras”: e que contra elas fiquem desarmadas as influências benfazejas e ordeiras. Mas Deus inspire a V. Exa., aos seus colegas, e a mim, se vejo mal, me esclareça melhor, permitindo que, de outra vez, consiga servir mais acertadamente ao país e a V. Exa.. O admirador e amigo obrigadíssimo

Rui Barbosa”.

NOTAS

1 Carneiro, Levi. Rio Branco e A Sempre Tão Limpa e Generosa Política Internacional do Brasil, in *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1944.

2 Dantas, San Tiago. *Rui Barbosa e o Código Civil*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

3 Carneiro, Levi. *Op. cit.*

4 Bobbio, Norberto. *Política e Cultura*. Roma: Giulio Einaudi Editore, 1980.

5 Russell, Bertrand. *O Poder uma nova análise social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

6 Amado, Gilberto. *Presença na Política*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

7 Octávio, Rodrigo. *Minhas Memórias dos Outros – Nova Série*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

8 Celso, Afonso. *Oito Anos de Parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998.

9 Lacombe, Américo Jacobina. *Rio Branco e Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1948.

10 Malraux, André. *Quando os Robles se Abatem*. Lisboa: Bertrand, 1978.

11 Araújo Jorge, A.G. *Rio Branco e as Fronteiras do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1999.

12 Guardini, Romano. *La Muerte de Sócrates*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1997.

13 Malraux, André. *Op. cit.*

O BARÃO DO RIO BRANCO E EUCLIDES DA CUNHA

ALBERTO VENANCIO FILHO

Agradeço à Embaixadora Thereza M. Quintella e ao Ministro João Almino de Souza Filho o convite para participar do seminário “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”, tratando do tema “O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha”.

Em 1945, a Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco promoveu a publicação das *Obras Completas* do Barão e, por iniciativa do membro da Comissão, o hoje Embaixador Roberto Assumpção, encomendou uma série de monografias, convidando em primeiro lugar seu grande amigo e mestre Francisco Venancio Filho, cuja monografia *Rio Branco e Euclides da Cunha* foi a primeira a ser publicada. Seguiram-se *Rio Branco e Rui Barbosa*, a cargo do ilustre historiador Américo Jacobina Lacombe, *Rio Branco e os Estados Unidos*, pelo hoje Embaixador Aluísio Napoleão, e o trabalho que se converteu mais tarde no livro *Rio Branco e Gastão da Cunha*, de autoria de Rodrigo M. F. de Andrade.

A monografia *Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha* publicou pela primeira vez a correspondência do Barão com Euclides. Mas, como as publicações oficiais são pouco divulgadas, o Governo do Estado do Amazonas editou em 1966 o livro *O Paraíso Perdido*, e o prefaciador, Governador Artur César Ferreira Reis, historiador renomado, declarou que se divulgava pela primeira vez essa correspondência, sem conhecimento da publicação de 20 anos antes.

A exposição que farei é basicamente centrada naquela monografia, o que faço sempre com acendrada admiração filial, adicionando subsídios obtidos posteriormente.

A primeira indagação que ocorre é como Rio Branco e Euclides da Cunha, pessoas de posições sociais tão diversas, de formações escolares inteiramente diferentes, e de hábitos de vida e de costumes também divergentes, puderam ao longo de cinco anos participar como colaborador e colaborado, e, com temperamentos tão diferentes, e em tom cerimonioso, se aproximar, se respeitar e se tornar amigos?

Enquanto o Barão era filho de um estadista do Império e desde cedo convivera com as grandes figuras do país, formara-se no Colégio Pedro II, que era na época quase uma faculdade, seguira a trilha, como os jovens da época, ingressando na Academia de Direito de São Paulo e concluindo o curso na Academia de Recife, Euclides era filho de um modesto guarda-livros de fazenda de café; a mãe falecera prematuramente, e ele completara o curso secundário em diferentes colégios na Bahia e no Rio de Janeiro, ingressando na Escola Politécnica e deixando-a, por falta de recursos, para ingressar na Escola Militar, da qual foi excluído por ato de rebeldia contra o Ministro da Guerra. Exerceu então uma engenharia obscura, atuou como jornalista também obscuro, correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo* no episódio de Canudos, e voltou à engenharia, para afinal, em 1902, publicar seu grande livro.

Penso esclarecer o tema o fato de ambos terem as mesmas convicções pelo interesse público e pela noção do serviço à pátria, bem como a postura do Barão de sempre procurar se servir dos melhores talentos. Álvaro Lins comenta que o Barão “aumentava o brilho e a espiritualidade da Corte do Itamaraty com a presença de intelectuais, jornalistas, escritores e artistas. Rio Branco vivia no meio deles, preferia-lhes à companhia dos próprios políticos”. Tendo como consultor jurídico por ele escolhido o grande jurista Clóvis Beviláqua, constante demandava à chácara da Gávea ou enviava um auxiliar para ouvir o parecer do Conselheiro Lafayette Pereira, que viera do Império e era a grande sumidade jurídica da época.

Com a publicação de *Os Sertões* inicia-se a convergência de encontros; o livro, escrito na barraca de zinco de São José do Rio Pardo enquanto o engenheiro reconstruía a ponte, teve publicação atribulada; um amigo encontrou nas provas vários erros, e à ponta de canivete o autor fez correções em vários exemplares. Pronto, o livro deveria ser divulgado em dezembro de 1902, mas Euclides escreve ao editor, preocupado com a possibilidade de que a chegada do Barão do Rio Branco ao Brasil pudesse ofuscar a repercussão do livro.

Os Sertões recebeu logo aplauso estrondoso da crítica, destacando a importância do livro. Euclides o envia a Rio Branco no dia 11 de

dezembro com a seguinte dedicatória: “Exmo. Sr. Barão do Rio Branco, como um pálido testemunho do mais alto conceito e da admiração mais profunda”.

Por força dessa repercussão é eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e se candidata à vaga na Academia Brasileira de Letras que tem como patrono Castro Alves e como fundador Valentim Magalhães.

Com temperamento inquieto e nervoso a campanha foi para ele difícil, escrevendo ao pai em 12 de junho de 1903:

“Infelizmente obrigaram-me a ser candidato à Academia Brasileira de Letras, com a infelicidade de ter outros protagonistas como Quintino Bocaiúva que me derrotará na certa, porque leva para a ação a própria influência política e levantou-lhe a candidatura o *primus inter pares* de nossa gente, o Barão do Rio Branco.”

As suspeitas não se confirmaram, e, dirigindo-se ao Barão em 9 de julho, recebe carta – não encontrada nos arquivos – que logo agradece:

“Lorena 17-7-903.

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco.

Apresso-me em responder à carta em que V. Excia. tão generosamente me oferece o honrosíssimo amparo de seu sufrágio à minha candidatura à Academia Brasileira de Letras. E com a mais completa franqueza declaro a V. Excia. que se por acaso eu desejasse qualquer recompensa pelos serviços que tentei prestar à nossa terra, escrevendo *Os Sertões*, não poderia tê-la maior, mais valiosa e mais digna do que aquela carta, que hei de sempre guardar como um verdadeiro prêmio.

Creia o meu venerando compatriota na elevada consideração e decidido apreço de seu

Crº Atº Obrº e muito admirador

Euclides da Cunha”

Eleito em 21 de setembro, dirige-se ao pai jubiloso:

“Apresso-me em comunicar-lhe que fui eleito ontem para a Academia de Letras – para a cadeira do seu grande patrício Castro Alves. Assim, o desvio que abri nesta minha engenharia obscura alongou-se mais do que eu julgava. É ao menos um consolo nestes

tempos de filhotismo absoluto, verdadeira idade de ouro dos medíocres. Tive eleitores como Rio Branco e Machado de Assis. Mas não tenho vaidades: tudo isto me revela a boa linha reta que o senhor me ensinou desde pequeno”.

Na época Euclides era engenheiro da Superintendência de Obras do Estado de São Paulo, exercendo função que ia “do estilo aleijado dos ofícios à alma tortuosa dos empreiteiros”.

Com a crise do café, o governo do estado reduziu os vencimentos do funcionalismo, e Euclides toma outro rumo, como engenheiro da Comissão de Saneamento de Santos. Nomeado em janeiro de 1903, demite-se em abril por incompatibilidade com o chefe, engenheiro José Rebouças.

Fica ao desamparo, desempregado, e Coelho Neto sugere que procure o colega da Escola Militar Lauro Müller, então Ministro da Viação. A visita revela a pletora de engenheiros desempregados, constituindo em sua expressão um encilhamento da miséria, mas da visita a Lauro Müller só traz promessas.

Com o grande amigo Francisco Escobar examina as possibilidades de ocupar lugar na Comissão Limites em seqüência do Tratado de Petrópolis.

Escreve então a Oliveira Lima, de quem se aproximara logo após a publicação de *Os Sertões* e que por motivos pessoais transferiu o pedido a José Veríssimo.

Oliveira Lima dirige-se em carta a Euclides:

“Estou pessoalmente inibido, por motivo que seria muito longo e em parte indiscreto narrar, a fazer qualquer pedido ao Barão do Rio Branco. Verdade é que no seu caso não se trata de um pedido, antes de um oferecimento, que o Barão, estou certo, acolherá com a maior satisfação e ele e os colegas aceitarão com as mãos ambas, pois conheço o elevado conceito que ele faz de sua pessoa e méritos. Li, porém, sua carta ao nosso confrade e amigo José Veríssimo, pedindo-lhe para encarregar-se de transmitir ao Barão o seu desejo, o que ele fará assim que o Barão desça de Petrópolis, procurando-o especialmente para esse fim. O José Veríssimo, como eu, aplaude sua deliberação por causa do interesse literário e científico que a ela se prende, e, como eu, entende que o Barão, ou por outra, o governo, estimará

sobremaneira deparar com esse oferecimento de seus serviços. Como vê, não é pouca vontade de o servir que me leva a não falar ao próprio Barão, nem tampouco é falta dele para comigo, pois tratou-me sempre com muita cortesia. É apenas um escrúpulo que julgo justificado e ditado pelas circunstâncias.

Feito, aliás, o pedido pelo José Veríssimo, na primeira vez em que estiver com o Barão, hei de referir a sua carta e encarecer como de razão o seu generoso oferecimento, pois assim o devo qualificar, nas condições sobretudo em que o senhor o faz”.

Domício da Gama, a pedido de José Veríssimo, apresenta Euclides a Rio Branco, pleiteando um lugar de auxiliar da Comissão de Reconhecimento do Purus. O depoimento de Domício da Gama é extremamente expressivo:

“Acompanhei Euclides uma noite, depois do jantar, à casa do Barão, em Petrópolis. Deixei-o conversando às nove horas, o Barão sentado à mesa, entre as duas janelas do quartinho que lhe servia de escritório, dando sobre a estrada sossegada da Westphalia e o Piabanha rumoroso embaixo, Euclides pousado incomodamente sobre uma cadeira pequena, respeitoso, comovido e tímido, como um estudante em hora de exame. Não é que o Barão o examinasse. O Barão conversava, contente de encontrar quem o entendesse e partilhasse o seu interesse pelos assuntos que lhe eram caros, de fronteiras, de relações internacionais e da história diplomática do Brasil, em que aquele engenheiro militar parecia bacharel, senão doutor. Às 10 horas, voltando com um papel, encontrei-os na mesma posição, discretamente; o Barão sempre despretenso e lhano, despreocupado de efeitos, sem veemência nem gestos, apenas uma pena tomada distraidamente e logo deixada cair sobre as rumas de papéis que lhe atulhavam a mesa, ou o cuidadoso acender do cigarro de palha, que se lhe apagava freqüentemente; Euclides parecendo cada vez mais intimidado e mal à vontade, como se o oprimisse o respeito que lhe inspirava desde o primeiro momento aquele grande homem público, tão bondoso e simples, mas tão pouco familiar. Às 11 horas vim lembrar-lhes que a porta da casa de seu primo Urbano Gouveia, onde devia dormir, fechava-se às 10 horas, e ofereci-lhe um quarto para passar a noite na minha casinha ao pé da do Barão”.

Algumas semanas mais tarde foram publicadas as nomeações do pessoal da Comissão de Reconhecimento. Em vez de auxiliar, Euclides foi escolhido para chefe da Comissão de Reconhecimento do Purus. O Barão o aprovava com distinção. É sabido como bem desempenhou a missão árdua e penosa.

Regressando a Santos, Euclides aguarda a nomeação. As providências burocráticas não se ajustam a sua impaciência, mas, afinal, em 9 de agosto Oliveira Lima telegrafa para Guarujá nos seguintes termos:

“Acabo de falar, diretamente. Satisfeito desejo. Será assinada até o dia 12. Guarda inteira a reserva”.

Os preparativos são lentos e em 3 de outubro escreve Euclides ao Senhor Percegueiro do Amaral, auxiliar do Barão, indicando seus auxiliares, um fotógrafo neles incluído. Argumentou o Visconde de Cabo Frio o exagero da indicação, pois as expedições coloniais que fizeram grandes trabalhos dispensavam esses profissionais.

Parte para Amazônia em 3 de dezembro e é recebido em todos os estados na costa marítima com a maior consideração. Em Recife, está com Oliveira Lima e com ele visita Olinda, em lembranças do período colonial.

Escreveu ao pai:

“Em todos os portos, onde saltei, fui gentilmente recebido graças à influência de seu grande neto *Os Sertões*.”

Disse Francisco Venancio Filho:

“Vêm da Amazônia as cartas mais expressivas de Euclides da Cunha a Rio Branco, revelando a admiração respeitosa pelo Chefe e ao mesmo tempo os cuidados, os escrúpulos, a exatidão em cumprilas sem medir esforços, a missão que lhe fora confiada. Por elas perpassam angústias, as dificuldades, os perigos a vencer, mas também, a nítida confiança no êxito da empresa, que se ultimaria, como de fato se deu, sob o peso de quaisquer sacrifícios”.

A estada em Manaus foi demorada, devido a inúmeros empecilhos e dificuldades de toda ordem incluindo o desaparecimento da missão peruana e a demora no recebimento das instruções. Escreveria a Domício da Gama:

“Mal tenho tempo de escrever-te, em Manaus, onde eu julgava ficar tão poucos dias e onde estacamos de improviso na aquisição de

meios de transporte, é hoje para mim uma Capua abrasadora, trabalhosa que me devora energias, menos pelo excesso de felicidade que pela sobrecarga de preocupações”.

E a Reynaldo Porchat:

“Eu, firme na minha envergadura esmirrada e seca, faço nesse clima canicular prodígios de salamandra. Vou bem. Nem o mais leve abalo para com o sol do Equador e adapto admiravelmente na atmosfera úmida e quente, feito para as fibras das palmeiras e os nervos dos poetas”.

Ali ficaria hospedado na Vila Glicima, casa de Alberto Rangel, colega da Escola Militar que se tornou um dos seus maiores amigos, prefaciador do livro *Inferno Verde* e, após sua morte, maior cultor de sua memória.

Em carta de 10 de março ao Barão, informa:

“Noto, felizmente, da parte dos companheiros, boa vontade e ânimo capazes de compensar as desvantagens e conservo, por isto a antiga segurança do êxito que sempre tive.

Infelizmente, porém, seguimos já muito tardiamente em plena vazante de sorte que, atendendo à circunstância imperiosíssima do tempo que temos de reaver, e tendo de harmonizá-las com as instruções recém-chegadas — não poderão efetuar os trabalhos de reconhecimento com a continuidade indispensável”.

Em Novo Lugar (acampamento provisório da Comissão Administrativa do Alto Purus), Euclides chega em 5 de julho, depois de ter partido da Boca do Chandless em 30 de maio. E novamente uma longa carta, um relatório das atividades até então efetuadas, enviando uma cópia do croqui do levantamento do trecho entre as duas comissões.

Expõe Euclides: “A comissão brasileira – felizmente – é o reverso da peruana, tem ordem e uma direção firme. Foi para nós, verdadeira felicidade encontrá-la – pelos auxílios que espontaneamente nos ofereceram, prestou o Comandante Borges Leitão”. E acrescentou: “Estou convencido de que a maneira única de se trabalhar eficazmente em tais expedições – é a velha maneira de Chandless: um engenheiro (dois no máximo) e alguns remadores robustos; fora disto cai-se num ciclo vicioso deplorável, muita gente para o transporte de gêneros,

muitos gêneros para o sustento das pessoas”. E finalizava: “Tenho escolhido alguns dados interessantes acerca dos sucessos que aqui se desenrolavam entre brasileiros e peruanos. Mas falta-me o tempo para continuar”, era o esboço dos capítulos magníficos que escreveu no livro *À Margem da História*.

Há nessa carta nota de aprovação do próprio punho de Rio Branco sobre o processo de exploração adotado por Chandless, “revelando seu cuidado e zelo com as minúcias essenciais”.

Em 24 de outubro telegrafava para Manaus Rio Branco a Euclides:

“Deu-me grande prazer o seu telegrama de ontem. Envio-lhe os mais calorosos parabéns e agradecimentos pelo zelo e coragem com que levou a feliz termo, em quadra tão desvantajosa a exploração que lhe foi confiada. Queira transmitir os meus maiores agradecimentos e parabéns a seus companheiros de trabalho”.

No mesmo dia pedia esclarecimentos sobre a localização geográfica de algumas localidades, concluía com “afetuosas saudações e um bravo pela sua atividade e coragem”.

Em 22 de novembro escreveria a Euclides pedindo o retrato de José Ferreira de Araújo, que, em setembro de 1903, expulsara os invasores de Chandless de Santa Rosa, e também de José Cardoso Barbosa, falecido no ano anterior.

Em 30 de novembro de 1905, já em Manaus, Euclides informaria ao Barão:

“Os nossos trabalhos estão terminados, faltando apenas ultimar o Relatório que está sendo feito por mim, e apenas traduzido e em poucos textos modificado pelo comissário peruano. Felizmente, não houve nas nossas coordenadas divergências capazes de nos separarem numa desarmonia prejudicial. Os levantamentos topográficos das duas comissões, em vários trechos, são até de uma concordância surpreendente. Continuamos a manter, aquele meu colega e eu, a mais completa correção nas relações pessoais e oficiais; e devo declarar a V.Excia. que a circunstância de estar na minha terra me tem feito requintar das atenções que lhe dispenso”.

Chegando no Rio, Euclides recebe telegrama de Rio Branco: “Afetuosas saudações e parabéns pela feliz chegada. Se puder dar um passeio até aqui domingo, ou antes, conversaremos sobre as coisas do Peru e a comissão que desempenhou com tanto brilho”.

O volume do relatório de 76 páginas está dividido em sete partes:

- 1) Organização.
- 2) Instruções.
- 3) A viagem.
- 4) Aspecto geral do Purus e seus afluentes. Levantamento hidrográfico. Determinação das coordenadas dos pontos principais.
- 5) Clima.
- 6) Considerações gerais sobre os caracteres físicos de região e sobre os seus povoadores.
- 7) Anexos.

O relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus contém em esboço tudo quanto Euclides escreveu posteriormente sobre a Amazônia.

A parte principal do relatório, escrito sob responsabilidade exclusiva de Euclides da Cunha, intitula-se “Notas Complementares” e consta de três partes:

- 1) Observações sobre a história da geografia do Purus.
 - § 1º - Da foz às cabeceiras.
 - § 2º - Nas cabeceiras.
 - § 3º - O varadouro.
- 2) O povoamento.
 - § 1º - Da foz às cabeceiras.
 - § 2º - Nas cabeceiras.
- 3) Navegabilidade do Purus. – Trechos que devem ser melhorados. – Urgência de uma navegação regular até as cabeceiras.

Além de três cartas topográficas, uma do Rio Purus, outra das nascentes do Purus, e de seções de vários afluentes, nas proximidades das embocaduras, encontra-se parte da correspondência oficial, trocada entre os dois comissários, relativa aos assuntos mais importantes.

Nas entrelinhas dessas páginas deparam-se, mais do que em outros documentos, todas as dificuldades e sacrifícios que tiveram de vencer.

Disse Afrânio Peixoto:

“O seu brio defendeu-nos sempre até o sacrifício, a nossa vergonha. Essa expedição se fora contada, daria a *Os Sertões* uma parêntese, na intensidade da descritiva, na intrepidez da acusação. Guardo ainda os acentos épicos do que lhe ouvi... Testemunhos singelos confirmaram-me que aquela epopéia obscura e destinada ao esquecimento não era ficção de mente encandecida”. Desse relatório sairia “O Paraíso Perdido”, que se malogrou, apenas fixado nas páginas de *Terra sem história*.

Roquette-Pinto falaria sobre a importância da expedição:

“A divagação hodierna do Purus, documentada pela comparação das cartas de Chandless e de Euclides-Buenaño, representa um dos mais importantes fatos adquiridos pela ciência brasileira. Levantadas a 40 anos de distância, uma da outra, as cartas do curso do Purus, executadas pelo honesto geógrafo inglês e pelos delegados da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de 1904-1905, não coincidem em muitos pontos porque o rio, parte de um mundo em formação, de 1864 a 1904, variou de leito; e onde Chandless passou em canoa, Euclides achou florestas de embaúbas. Euclides navegou em trechos do rio onde Chandless contemplou belos recantos de floresta”.

Firmo Dutra, seu companheiro de Manaus, diria da missão:

“Dava ao Brasil, naquele setor, limites certos, posse definida e definitiva de seu território, concorrente assim para uma nova era de amizade e confiança, de paz e de tranqüilidade no continente”.

Firmo Dutra examinando, nos arquivos do Itamaraty, os originais dos mapas traçados pelas mãos de Euclides, encontra no último deles esta afirmação tocante:

“A diferença de longitude do traçado Juruá desta planta para a do General Belarmino é de aproximadamente 16 graus, cerca de 30 quilômetros, o erro deve ser meu”.

Terminando o relatório em 1905, Euclides pensa em tomar outro rumo, mas o Barão não dispensa seus serviços, e o designa auxiliar técnico do Gabinete, dando-lhe importantes tarefas, mas sem lhe dar uma situação legal definitiva, o que lhe traz preocupações,

que seus escrúpulos agravam. Recusa no Tesouro os vencimentos do cargo em comissão e só os recebe depois de descontada a gratificação a que não se julgava com direito.

Sentia-se deslocado e um estranho no Itamaraty, com as etiquetas do protocolo diplomático. Refugiava-se na biblioteca, e assim o encontrou Mario de Vasconcelos – “De pé, meio encostado às estantes da Biblioteca, onde se abrigavam as publicações oficiais, num recanto do salão, por baixo da galeria, ali passava ele, quase escondido horas a fio.” – que relata o episódio de um diplomata recém-chegado de Londres, de pequena estatura, usando sapatos de sola grossa, fazendo muito barulho, ao que replicava Euclides: “Por que não vem logo de tamancos, fica mais alto”.

E em carta a Domício da Gama:

“O próprio Barão com sua estranha e majestosa gentileza, recorda-me uma idade de ouro muito antiga ou acabada. Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos; discutimos; e ele franquia-me a máxima intimidade – e não há meio de poder eu considerá-lo sem as proporções anormais de homem superior à sua época. De fato, é o caso virgem de um grande brasileiro, justamente apreciado pelos contemporâneos. A sua influência moral, hoje, irradia triunfalmente pelo Brasil inteiro”.

E sete dias antes da morte escrevera a Gastão da Cunha comentando as divergências políticas de então: “O nosso Barão continua triunfante e açambarcado das simpatias nacionais. A sua habilidade tem feito prodígios entre as duas facções que o disputam como duas sultanas históricas que disputam o lenço do sultão. Ele tem realizado o milagre de não desagradar a ambas. O que assim seja até o fim”.

Euclides da Cunha em 1907 publica no *Jornal do Commercio* alguns artigos sob o título “Peru *versus* Bolívia” examinando o conflito entre os dois países. A colaboração foi destinada ao jornal, mas é impossível que não tenha tido a influência do Barão do Rio Branco para que seu auxiliar se manifestasse apenas em caráter pessoal sobre essa questão. O exemplar do livro tem a dedicatória ao Barão do Rio Branco: “Ao Excelentíssimo Senhor Barão do Rio Branco, respeitosa homenagem do último de seus discípulos, Euclides da Cunha”.

O livro é uma análise exaustiva da questão, seja do ponto de vista histórico, examinando-a desde a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, seja do ponto de vista diplomático, com as várias negociações e tratados assinados, e tem a visão completa do cartógrafo e geógrafo competente, para concluir:

“Não combatemos as pretensões peruanas.

Denunciamos um erro.

Não defendemos os direitos da Bolívia.

Defendemos o Direito”.

Em carta a Domício da Gama, diz:

“Chegaram aí uns artigos “Peru *versus* Bolívia” que publiquei no *Jornal do Commercio*? É uma das minhas quixotadas. Constituí-me, para satisfazer a índole romântica, um cavaleiro andante da Bolívia contra o Peru. Por quê? Talvez porque a Bolívia é mulher”.

O livro é modelo no gênero em que o tema não se torna árido dadas a harmonia de estilo e a lógica das demonstrações.

Pouco tempo depois o estadista da Bolívia Eliodoro Vilazón, que representava a Bolívia perante o árbitro, escrevia a Euclides da Cunha, elogiando o trabalho e propondo traduzi-lo para o espanhol.

Em 1943 quando da vinda ao Brasil do Presidente da Bolívia, Enrique Peñaranda visitava a Academia Brasileira de Letras e entregava uma placa de bronze com os seguintes dizeres:

*“A Euclides da Cunha
defensor de sus derechos
La Bolivia”.*

É envolvido no célebre caso do telegrama nº 9, quando Estanislao Zeballos faz referências a que teria documentos fornecidos por ilustre escritor brasileiro. Com indignação Euclides responde :

“Dr. Estanislao Zeballos. Buenos Aires. Surpreendi-me vendo ontem as nossas relações exclusivamente intelectuais envolvidas na campanha solitária que V. Excia. está travando com imaginários antagonistas, em flagrante contraste com a harmonia nacional brasileira e argentina. Referindo-se V. Excia. à correspondência particular que hoje confessa haver propositadamente provocado para documentar-se, apresso-me em declarar que não receio tais documentos. Desejando vê-los explícitos, autorizo o *Jornal do Commercio* a publicar as cartas

que me mandou. Completo assim a ação iniciada por V. Excia., que assim ficará inteiramente desembaraçado de quaisquer escrúpulos na publicação integral que desejo e peço das cartas que aí existem com a minha assinatura. Euclides da Cunha”.

Ao cunhado Otaviano Vieira, em 5 de novembro de 1908, demonstrando por que não podia visitar seu pai no interior de São Paulo, diria: “Deves ter lido no jornal o terrível embrulho argentino, enredado pela alma danada do Zeballos que tentou enviar-me nas suas traficâncias ou transformar-me em Capitão Dreyfus do Ministério no Exterior? (...) Dei-lhe, como viste, a pancada bem no alto da cuia, e o bruto (por um telegrama que mandou lamentoso), gemeu deveras. Além disso, de um momento para o outro, o Barão pode precisar de alguma informação urgente que o meu afastamento o perturbaria”.

Diria Araújo Jorge: “Conheci Euclides da Cunha na plenitude de sua glória literária em casa do Barão do Rio Branco. Encontrava-o sempre entre os poucos amigos que Rio Branco, nas semanas de vadiação, reunia no gabinete da Westphalia em Petrópolis, espectador mudo daqueles cavacos formidáveis que o grande Chanceler presidia com o seu bom humor boêmio, seu cigarro e sua vela e a que não faltavam a graça mordaz e demolidora de Gastão da Cunha, a pilhéria caipira de um tom tão acentuado de sabor matuto de Leopoldo Bulhões, a palestra evocativa e saudosa de Afonso Arinos, a ironia comedida e suave de Domício da Gama e até, quem o diria, a colaboração do bom Ernesto Senna, chistoso almanaque de brejeirices que a ilustre companhia folheava com prazer sempre renovado”.

Em dezembro, Euclides escreveria a Domício da Gama, declarando que: “Já recebi a comunicação verbal do Frederico sobre o término de minha comissão no fim deste mês. Mas não estive com o Barão, com o qual preciso falar a fim de prestar alguns esclarecimentos antes de entregar à Secretaria a planta e os originais dos relatórios. Como sabes, a reunião é difícil. Sempre que peço a intervenção de Frederico, ele segue para o gabinete, demora-se, volta-se misteriosamente com o indicador muito esticado, furando o ar, e diz num grande abafamento de voz, – só um minuto! E como preciso de 10 para mostrar ao Barão os papéis cuja importância preciso destacar,

apelo ainda nesse caso para a sua intervenção, manda-me dizer quando será possível”.

Em abril de 1908, o grande amigo Francisco Escobar sugere a candidatura à deputado federal pelo distrito que com seu prestígio o elegeria. Consultado, Rio Branco aplaudiu a idéia desde que incluída na chapa oficial, mas as demandas não surtiram efeito.

Euclides prestou grande colaboração na preparação do Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. O diplomata uruguaio Manoel Bernardez descreveu esse fato: “Chegando ao Brasil, fui ao Itamaraty e encontrei descuidadamente envolto em uma ampla bata, trabalhava e fumava o Barão, sabe Deus desde quantas horas antes. Em frente a ele, homem pequeno, delgado, de testa febril e profunda, não o conhecia. Era o grande escritor filósofo Euclides da Cunha, talvez o mais forte cérebro do pensador e o mais rutilante e terso estilo de publicista, que hoje escreve a língua lusitana. Da Cunha, que é engenheiro e geógrafo, lia uma espécie de memória que o Barão escutava atentamente, anotando em pequeno livro algumas cifras e dados que ia lhe dando o leitor. Embaixo do braço esquerdo do Barão, assentado sobre a mesa, distingui um plano ou carta geográfica, que a reconheci e cativou meus olhos. Era a zona limite do Jaguarão e da Mirim, tão familiar a todos nós, porque sua contemplação tinha suscitado tantas vezes nossas melancolias patrióticas. Porém, desde o primeiro momento uma linha forte traçada com clareza geométrica para o centro dessas linhas me infundiu sentimento único de expectativa e ansiedade. Por fim, o Barão se levantou e com sua afabilidade de gentil homem me disse: “Fiz entrá-lo para lhe mostrar uma primícia. Você é o primeiro que verá este traçado de nossas fronteiras com o seu país, tal como desejamos que sejam estabelecidas. Há vários dias que venho trabalhando com isto e agora acabo a determinar a Da Cunha a linha definitiva, que, como vê, correrá ao largo do talvegue equidistante das duas margens. Agora estava tomando algumas notas para o estudo e projeto do tratado que devo submeter ao Presidente”.

No tratado com que Rio Branco encerrou a questão de fronteiras com o Peru em 8 de setembro de 1909, entre os Estados Unidos do Brasil e a República peruana, depois da morte de Euclides, encontram-

se não só na exposição de motivos como nos anexos referências expressivas a Euclides da Cunha, além do mapa de sua pena “Esboço da região litigiosa Peru-Boliviana”. Algumas são acompanhadas de citação do relatório, e, em um dos anexos, há também citações de “Peru *versus* Bolívia”, a que se refere com a expressão “notável monografia” do “escritor e brilhante estilista”.

Com referência às comissões, do Juruá e do Purus, é citado “Quanto às duas comissões técnicas de exploração do Alto Juruá e do Alto Purus, chefiadas respectivamente pelo Dr. Euclides da Cunha e pelo General Belarmino de Mendonça, depois de árduos e dificultosos trabalhos em comum acordo com as peruanas, concluíram sua missão, exposta em importantes relatórios apresentados ao Ministério das Relações Exteriores”.

Da exposição de motivos do Tratado de Limites com a República Oriental do Uruguai assinada em outubro de 1909, Euclides já desaparecido, consta mapa que é de sua autoria.

Vê-se assim, que na obra de Rio Branco foi valiosa e prestimosa a colaboração de Euclides da Cunha; nas providências decorrentes do Tratado de Petrópolis, reconhecendo o Alto Purus, para fixação das fronteiras com o Peru e a Bolívia, foi parte relevante a obra admirável de confraternização continental da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Este rápido resumo revela o papel fundamental de Euclides da Cunha na política do Barão do Rio Branco de congraçamento com os países vizinhos, pondo em relevo conhecimentos do cartógrafo e do geógrafo, mas também sólidas noções de história e economia.

Na conferência de Euclides da Cunha “Castro Alves e Seu Tempo”, realizada em 1907 no Centro XI de Agosto, na Faculdade de Direito de São Paulo, há referência ao Barão do Rio Branco. “Temos mudado muito. Partiu-se nos últimos tempos o seqüestro secular que nos tornava apenas espectadores da civilização. A nossa política exterior conjugou-se com a internacional. O descortino dilatado de um estadista, depois de engrandecer-nos no espaço, engrandeceu-nos no tempo”.

Quando do retorno de Rui Barbosa ao Brasil, após o sucesso da Conferência da Haia, foi Euclides incumbido de saudá-lo em nome do Itamaraty.

O desejo de obter uma situação permanente o impediria em virtude de relações com o Barão. Em carta ao cunhado Otaviano Ribeiro, ele diria: “Ainda não saí por duas razões únicas, 1º porque o Barão continua a tratar-me com a mesma simpatia e falta-me ânimo (pela quarta vez!), para observar-lhe a inconveniência desta posição, 2º, porque, se eu tomar uma resolução decisiva e deixar a Secretaria, não faltará quem reprove mais esse atestado de inconstância ou falta de persistência.

Dize-me com franqueza, deverei continuar numa posição não prevista ainda em lei (embora o Ministro até hoje me retivesse despertando-me a esperança do cargo que se criaria?), ou deverei, inflexivelmente, vencendo todas as solicitações, deixá-lo? – Otaviano, responde-me logo com a mais completa franqueza. Não confio em mim só para resolver esse problema; posso estar iludido ou posso estar exagerando inconvenientes que não existem”.

Procura encontrar outro caminho, pensa na Comissão de Limites com a Venezuela ou na Comissão da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Fala-se também em missão especial no Paraguai. Mas tudo fracassa, para suas angústias, e aceita a ponte de reversão do magistério, tendo duas vezes pensado em ingressar no Ginásio de Campinas, na Escola Politécnica.

Vaga a cadeira de lógica do então Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, com a morte de Vicente de Souza, por instâncias de amigos, Coelho Neto entre eles, decide fazer o concurso. Foi um concurso tumultuado, com a presença de 11 candidatos, incluindo Farias Britto, que já se destacara como filósofo.

Em carta a Oliveira Lima, registra:

“Imagine um modesto estudante de filosofia natural, enleado durante cinco meses nas formas embrulhadas do que se diz simplesmente filosofia (...) – A verdade é que o concurso, como se anunciou era de lógica – e que esta, consoante a direção extremamente lúcida que lhe traçou Stuart Mill está a todo cavaleiro, das divagações diversas na metafísica. Sucedeu, porém, que o único discípulo do incomparável lógico fui eu.

Escreveria ainda a Oliveira Lima: “Não preciso dizer-lhe que continuo na angustiosa posição de comissário *in partibus* à espera de

uma reforma ou de uma comissão. Num país em que toda gente acomoda sua vidinha num cantinho de Secretaria, ou numa aposentadoria, eu estou, depois de ter trabalhado tanto galhardamente sem função definida! Reivindico, assim, o belo título de “O último dos românticos” não só do Brasil apenas, mas do mundo todo, nestes tempos utilitários! Em todo caso, se no decorrer deste ano não me abrir de novo a trilha do deserto terei de dar outro rumo à vida, para que os filhos que vão crescendo não paguem os juros de tanta imprevidência”.

A banca constituída pelos Professores Raja Gabaglia, Paulo de Frontin e Paulo Lopes colocou Farias Britto em primeiro lugar e Euclides da Cunha em segundo. Entretanto, a legislação vigente permitia que o governo escolhesse entre os dois primeiros colocados. As intrigas ferviam, tudo chega aos ouvidos dos candidatos, e Euclides se dirige a seu velho amigo João Luiz Alves, então Senador e seu companheiro de campanha:

“Chegou-se a afirmar, com leviandade e até inescrúpulo, a intervenção inicial de Rio Branco, desmentida agora por carta dos arquivos do Itamaraty, escrita ao seu velho amigo Francisco Veiga, pai do Dr. Edmundo Veiga, genro do Presidente Afonso Pena”.

Cumprir destacar que a morte de Afonso Pena se deu poucos dias depois da carta, e só o Presidente Nilo Peçanha faria a nomeação para a qual teria influído um pedido de Coelho Neto.

“Estou ainda adoentado e cheio de trabalhos, preso aqui, o que não deixa de ter a vantagem de me pôr afastado da agitação que reina no Rio. Espero ir ao Rio terça-feira, com o único fim de ter notícias diretas do Presidente por cujo pronto restabelecimento faço votos.

Decide-se agora a escolha do lente de Lógica para o Ginásio Nacional.

Não dei até aqui um passo em favor do Euclides da Cunha, por entender que ele não precisava disso. Agora, porém, que sei ter havido uma escandalosa cabala contra ele no seio da Congregação e que outros candidatos recorreram a padrinhos, – ou “pistolões”, como diz o povo – sinto-me obrigado, sem pedido algum dele, – a queimar

o único cartucho em favor deste moço digno e puro, que é uma inteligência de primor.

A tal cabala fez com que o classificassem em segundo lugar, mas para a escolha deve-se ter em vista a qualidade dos que votaram a favor e contra, a prova escrita dos dois classificados e os livros que têm publicado. Peço-lhe que faça pelo Euclides tudo quanto puder junto ao Presidente e ao Dr. Lira. E não há tempo a perder. Talvez hoje mesmo se trate do assunto”.

Iria ocupar por poucas semanas a cadeira, até ser assassinado em 15 de novembro na Estrada Real da Piedade.

A tragédia de Piedade de 15 de agosto abalaria o Barão. Por certo, Rio Branco refletia no que representava o companheiro e auxiliar precioso que perdia, exprimindo nestes termos ao pai:

“Atordoado pela nossa grande desgraça do dia 15, não pude dirigir-lhe antes palavras de amizade, de simpatia e de conforto; o terrível golpe, que feriu seu coração de pai, feriu igualmente o meu coração de amigo e sincero admirador dos grandes dotes intelectuais e morais do seu nobilíssimo filho; sei quanto perdi de sincero afeto com o desaparecimento desse bom amigo e companheiro de trabalhos; sei quanto de esperanças fundadas perdeu o Brasil”.

E para Domício da Gama, então Ministro em Buenos Aires, enviou o seguinte telegrama:

“Euclides da Cunha alucinado denuncia caluniosa de uma histórica contra mulher atacou ontem em Piedade tiros revólver aspirante a oficial do Exército Dilermano de Assis seu amigo na residência deste depois arrombar porta quarto em que ele dormia. Acudiu aluno escola naval irmão do agredido. Dilermano recebeu quatro balas irmão duas ambos estão perigo vida Euclides quatro faleceu pouco depois presença sua mulher filho maior e menor que haviam chegado pelo seguinte trem para prevenir rapazes. Morreu dizendo fora vítima calúnia”.

Repetiria a mesma expressão de mágoa e de saudade, no discurso da sessão magna do Instituto Histórico, em 1909:

“Dentre os de que a morte privou a nossa companhia, contaram-se quatro sócios nacionais: o emérito parlamentar Gomes de Castro, uma das mais belas glórias da tribuna política neste país; o laborioso

botânico e explorador de rios da Guiana Brasileira – Barbosa Rodrigues; o nosso Presidente honorário Afonso Pena, a quem, em outra ocasião, neste mesmo recinto, pude prestar a mui sincera homenagem do meu reconhecimento e admiração de brasileiro; e, por fim, o festejado escritor, intrépido explorador do Alto Purus – Euclides da Cunha, que tanto prometia enriquecer ainda a nossa literatura, vitimado no vigor da idade, numa terrível tragédia, como homem de delicado pundonor que sempre foi, e cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de o ter por companheiro de estudos, de trabalhos e de esperanças patrióticas”.

Para perpetuar a figura de Euclides da Cunha na tradição augusta do Itamaraty, fez Rio Branco em 1910 inaugurar na Sala dos Demarcadores, a efígie do explorador do Alto Purus, de autoria do pintor Belmiro.

O BARÃO DO RIO BRANCO E OLIVEIRA LIMA – VIDAS PARALELAS,
ITINERÁRIOS DIVERGENTES

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

*Rio Branco was the greatest combination
of scholar and statesman I ever knew.*

John Basset Moore

*Les délégués [syndicaux] abordent la question du programme
économique et social:*

*“Mon général, comme nous l’avons déjà dit à l’un de vos
prédécesseurs...”*

Le secrétaire général des syndicats chrétiens ne va pas plus loin.

De Gaulle: “Le général De Gaulle n’a pas de prédécesseur.”

Temps d’arrêt dans la conversation.

De Gaulle: “Mais continuez, messieurs, je vous en prie...”

*Jean-Raymond Tournoux: *Secrets d’Etat* (Paris: Plon 1960: 351)*

O Barão do Rio Branco, antecipando-se historicamente ao General De Gaulle, tampouco teve predecessores. De resto, sua figura histórica paira sobre seus sucessores, quase como uma entidade mítica e, portanto, inatingível.¹ Ele foi, em todo caso, único no panteão de nossas (raras) unanimidades nacionais, possuindo todas as condições de ombrear-se historicamente com Tiradentes, com...?

Bem, deixemos esse terreno comparativo com alguns dos “mitos fundadores” de nossa identidade nacional e vejamos um outro personagem, em carne e osso, que, *toutes proportions gardées*, poderia ter sido um êmulo intelectual e diplomático do Barão, não fosse por seu espírito provocador, suas imprudências e precipitações, sua “incontinência da pena”, justamente acusada por contemporâneos, sua vaidade (de certa forma legítima, em vista da importante obra realizada, desde muito jovem), seus repentes de sinceridade *déroutante*,

quando não chocante, seu caráter, por fim, de “diplomata dissidente”, entre algumas das características multifacéticas desse Dom Quixote Gordo que foi Manuel de Oliveira Lima, no dizer de Gilberto Freyre.²

Este ensaio – até pelo fato de ter sido preparado a distância dos arquivos do Barão, no Rio de Janeiro, e, inversamente, nas proximidades dos livros e papéis de Oliveira Lima, depositados na biblioteca que leva o seu nome, junto à Universidade Católica de Washington – deveria em verdade ter o título invertido, “Oliveira Lima e o Barão do Rio Branco”, e de certa forma é disso que se trata quando queremos não comparar, mas “confrontar”, no bom sentido, um gigante como Rio Branco e qualquer outro personagem de nossa história política e diplomática do final do Império e do início do século XX. Vamos, portanto, descrever e analisar como essas duas vidas – essas duas inteligências – se cruzam e interagem, e como, do ponto de vista de Oliveira Lima, os resultados traduzem o mais notório sentimento de frustração, de fato uma sensação de trajetória interrompida, que perpassa e transcende as mais diferentes avaliações da vida e da obra do historiador pernambucano, de tão fugidia memória até um período ainda bem recente de nossa *République des lettres*.³

1. UNINDO OS PONTOS: RETAS HISTÓRICAS CONVERGENTES, CURVAS DIPLOMÁTICAS DIVERGENTES

Do ponto de vista histórico, o conceito de “vidas paralelas” remete obviamente aos trabalhos de Plutarco, às comparações que ele fazia dos destinos dos “grandes homens” da Grécia clássica e da Roma imperial,⁴ método que pode ter sua validade ainda hoje e que foi efetivamente empregado na avaliação das trajetórias de dois gigantes das práticas genocídrias do século XX, Hitler e Stalin.⁵ Nada a ver, evidentemente, com nossos dois personagens, Juca Paranhos e o Dom Quixote Gordo, mas a visão comparada é um interessante recurso metodológico, mesmo quando se trata de reconstituir um itinerário individual ou de evidenciar as *differentia specifica* entre personalidades dotadas de uma certa complexidade intrínseca, como no caso, justamente, do Barão do Rio Branco, de um lado, e de

Manuel de Oliveira Lima, de outro, ambos excepcionais, cada um a sua maneira.

Do ponto de vista matemático, o conceito de vidas paralelas remete à imagem de duas retas que se “encontram” no infinito, com similitudes espelhando-se ao longo do percurso e uma perfeita equivalência de funções no longo prazo. Aplicada ao terreno histórico, a noção denotaria uma certa simetria de itinerários ou uma determinada correlação nos objetivos de vida. Há, sem dúvida, um certo paralelismo nas carreiras de Paranhos e Oliveira Lima, sobretudo no que se refere à orientação acadêmico-jornalística e o gosto compartilhado pela pesquisa e os estudos históricos. Mas, a partir de um determinado ponto, que nos cabe justamente precisar, as retas são divergentes e não voltam mais ao curso de paralelas que pareciam ostentar numa fase inicial de suas carreiras, passando a apontar para horizontes diversos, quando não opostos. Abandonemos, portanto, a imagem das retas e vejamos como seguir os contatos entre ambos por meio do desenho de duas curvas se superpondo em sentido contrário.

A figura matemática da parábola expressa, provavelmente, a trajetória mais fiel ao percurso social dessas duas figuras de alto relevo da história do país, o primeiro cultuado até hoje, dentro e fora da carreira,⁶ o segundo bastante esquecido até a “febre” de reedições dos últimos 10 anos, mas nunca reverenciado como o Barão o foi desde a defesa de seu primeiro caso de limites. O Barão do Rio Branco constitui provavelmente um caso único na história diplomática não apenas do Brasil, mas provavelmente do mundo, e nisso mais pelo que fez do que pelo que escreveu, ainda que sua obra “manuscrita”, acadêmica e funcional, seja também impressionante.⁷

2. VIDAS PARALELAS? CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NOS ITINERÁRIOS PESSOAIS

Os itinerários “paralelos” do Barão do Rio Branco e de Oliveira Lima poderiam ser representados por duas parábolas invertidas, numa quase exata contraposição das respectivas curvas de ascensão e de declínio, ainda que ligeiramente deslocadas em seus pontos precisos

de deslanche e de desaceleração. Afinal de contas, Juca Paranhos nasceu em 1945, 22 anos antes de Oliveira, e este morreu em 1928, sobrevivendo por 16 anos ao desaparecimento do Barão (por esgotamento físico, pode-se dizer), em 1912. Segundo Ricupero, “a trajetória do Barão, após um começo obscuro e vacilante, seguiu, sem contratempos nem recuos, uma linha ascendente límpida e invariável”,⁸ ao passo que a de Oliveira Lima poderia ser descrita como uma ascensão fulgurante, ainda relativamente jovem, para mergulhar, na idade madura, numa série de contratempos, tropeços e equívocos que podaram uma hipotética carreira diplomática tão memorável e digna de encômios quanto foi, de fato, seu desempenho como historiador diplomático.

Os pontos de *atração*, num primeiro momento, e de *rejeição*, uma década depois, entre nossos dois “heróis”, cruzam-se no tempo lento das mensagens transportadas em pacotes, quase sem convivência física entre ambos, praticamente por correspondência postal ou telegráfica. Seguindo a imagem das parábolas, o cruzamento das duas curvas “para dentro”, no que se refere ao primeiro fenômeno, dá-se nos anos finais do Império e no início da República, e, “para fora”, no que toca ao segundo momento, quando o Barão dava partida a sua carreira excepcionalmente bem-sucedida de Chanceler da República. A partir de 1903, praticamente, o diálogo torna-se difícil, senão impossível, em virtude de projetos diplomáticos e de escolhas pessoais contraditórias entre os dois.

A diferença de quase uma geração entre ambos não impediu que os dois – quando o Barão já era Barão e Oliveira Lima ainda um aspirante à carreira – se manifestassem admiração mútua, a partir do final da penúltima década do século XIX, aproximação provavelmente facilitada por gostos comuns, quais sejam: o estilo de reflexão e de linguagem fortemente embasado no método histórico, a busca incessante de manuscritos, de velhos mapas, a freqüentação de alguns arquivos e também, claro, os contatos feitos por amigos comuns. Essa amizade foi logo tisonada pelo assunto da eleição na Academia, depois agravada pelo *affair* da designação para Lima (provável ponto de inflexão nas curvas respectivas) e irremediavelmente comprometida pelo comportamento do Dom Quixote Gordo desde

então, em especial em função de seu provocador discurso de posse na Academia, em 1903, e das várias tomadas de posição públicas antes, durante e depois da realização da III Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, em 1906. A partir daí, as trajetórias de cada uma das parábolas já se tinham cruzado para o exterior e não mais se encontrariam até a interrupção ascendente da primeira e o longo declínio da segunda.

Quais eram, em primeiro lugar, as convergências formais e substantivas de ambos, pontos de atração que os fariam estabelecer contato e manter uma cordial relação nos primeiros 10 anos da jovem República brasileira? Os dois tinham feito estudos universitários, Paranhos em São Paulo e Recife, na área do direito, Oliveira Lima em Lisboa, em história, e é na mesma devoção à pesquisa histórica que podemos identificar um primeiro terreno comum de *entente*. Paranhos Júnior carregava o peso do nome paterno, figura maior do Império, a quem tinha acompanhado em duas missões no Prata, e devia todo o seu sucesso político e profissional ao regime monárquico, que lhe deu a prebenda consular que o manteria em situação de relativa tranqüilidade financeira durante 20 anos de sua vida adulta. Oliveira Lima vinha de uma família mais modesta, filho de um comerciante português retornado ao torrão natal, gozando de reduzida exposição pública, o que não o impediu de se distinguir desde cedo como jornalista literário e político de orientação vagamente republicana. Ambos tinham no jornalismo um canal de expressão para peças de alto valor histórico, e Paranhos já era, aliás, conhecido como fino analista de nossa história militar quando Lima se lançou como *self-made journalist* com seu *Correio do Brasil*, editado por meios próprios em Lisboa (e que trouxe, num de seus primeiros números, um trabalho sobre o Visconde de Rio Branco).

A história era o terreno comum de diálogo, num momento em que a carreira de Cônsul do monarquista Paranhos parecia apontar para um relativo *effacement*, ao passo que a carreira de diplomata do republicano Lima tinha início em condições relativamente satisfatórias de projeção na *République des lettres*. A colaboração regular em jornais, o pertencimento comum ao Instituto Histórico e uma trajetória natural em direção à Academia Brasileira de Letras parecem constituir os

mais fortes pontos de atração desses dois membros distinguidos, um sênior, outro júnior, da *République des lettres* brasileira.

Mas seria justamente o itinerário diferenciado de cada um em direção à academia literária que provavelmente constituiu um primeiro motivo de irritação nas relações entre ambos. No início da década de 1890, quando Oliveira Lima se encontrava preparando seu primeiro livro de história, sobre o desenvolvimento social de Pernambuco, ele ainda se aconselhava com Paranhos, por carta, em relação a determinadas fontes do período de lutas contra a dominação holandesa e seus líderes brasileiros. Foi basicamente essa obra e outra análise da literatura colonial brasileira, dois volumes de mais de 300 páginas cada um, ambos publicados em Leipzig em 1894 e 1896, que sustentaram no ano seguinte sua fulgurante – apenas 29 anos – ascensão à Academia, apoiado em 11 votos e tornando-se fundador da cadeira 39 (cujo patrono ele escolheu na figura de Varnhagen), quando Paranhos logrou obter apenas sete votos, ficando sua entrada postergada a ocasião ulterior, o que só ocorreu na sucessão de João Manoel Pereira da Silva, em 1898. O fato provavelmente teve repercussões indiretas mais tarde, como veremos adiante.

Paranhos, por outro lado, tinha grande experiência de vida, primeiro como político – foi deputado quando Oliveira Lima ainda estava na primeira infância –, depois como professor e jornalista – foi diretor de *A Nação* – e igualmente como “aprendiz de diplomata” – enquanto secretário particular de seu pai, nas missões do Prata–, trajetória múltipla que Oliveira Lima nunca pôde igualar, em sua totalidade, sendo mais caracteristicamente um acadêmico e homem de letras do que um espírito prático, o que, aliás, pesaria em seus julgamentos e atitudes quando se desempenhou mais tarde como funcionário diplomático. A longa carreira de Paranhos como Cônsul em Liverpool – um dos principais centros mercantis da Grã-Bretanha imperial, o que, aliás, lhe convinha financeiramente, na medida em que, até a República, os cônsules tinham participação nos emolumentos – habilitou-o a ver o lado prático da vida, ao passo que Oliveira Lima, finalmente, nunca deixou os cenáculos “lítero-acadêmicos” nos quais se comprazia, sofrendo ademais do que foi chamado de “incontinência da pena”, a que o tinha habituado uma longa carreira de “jornalista”, ainda mais intensa do que a de historiador

3. TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS: ROTAS DIVERGENTES NA VIDA ACADÊMICA

Os primeiros contatos entre Oliveira Lima e Rio Branco dão-se no contexto das pesquisas e investigações históricas empreendidas por Paranhos. Oliveira Lima ainda não tinha conhecido o recém-promovido Barão quando de suas primeiras viagens a Londres e Paris. Como relatado por Fernando da Cruz Gouvêa, coube a seu cunhado, o diplomata Araújo Beltrão, lotado em Lisboa, fazer as apresentações. Em resposta a uma indagação do Cônsul em Liverpool sobre quem, na capital portuguesa, poderia realizar algumas pesquisas e lhe conseguir publicações, informava ele em carta de 10 de setembro de 1888: “Meu cunhado chama-se Manoel de Oliveira Lima e reside em Lisboa, rua da Glória nº 23, à Avenida da Liberdade”. A primeira carta de Oliveira Lima ao Barão guardada nos arquivos do Itamaraty, tratando dessas pesquisas, está datada de 11 de setembro de 1889, e pouco depois Lima acusava recebimento da brochura *Le Brésil en 1889*, que o Barão tinha preparado para a Exposição de Paris. O jovem historiador mostrava-se devotadamente prestativo: “A despesa feita com os retratos que lhe remeti [Paranhos havia pedido uma foto de Aluísio Azevedo, entre outras] foi nenhuma e peço-lhe encarecidamente que me utilize sempre que queira. Estou absolutamente ao seu dispor e creia terei grande prazer em satisfazer qualquer encomenda sua”.⁹

Proclamada a República, o que deixou vários monarquistas apreensivos (entre eles Nabuco e Paranhos), o “republicano” Oliveira Lima vem ao Rio decidido a ingressar na carreira diplomática (o que obtém com a nomeação a “Adido de primeira classe” à Legação em Lisboa e com a promoção a “Secretário de segunda classe” menos de um mês depois, ainda antes de sua partida para o posto). Ele conhece nessa época Rui Barbosa, o venerando Cabo Frio e o próprio Vice-Presidente Floriano Peixoto, que o recebeu “em chinelos” em sua residência de São Cristóvão, confirmando, portanto, a imagem que dele nos ficou a partir do *Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (que também figurava nas relações de Oliveira Lima). De Lisboa em 1891 e, no ano seguinte, a partir de Berlim, Oliveira Lima continuou a manter correspondência com Rio Branco – assinatura que o Barão adotou a partir de então, mesmo com a oposição do jacobinismo

republicano, que determinava a oposição de um “Saúde e Fraternidade” no fechamento das correspondências oficiais, contra as saudações monárquico-religiosas do *ancien régime*. Pouco depois, Paranhos/Rio Branco iniciaria, em Washington, sua ascensão fulgurante ao “estrelato” diplomático e nacional, a partir da defesa bem-sucedida do caso das Missões.

Ambos já se tinham feito “colaboradores íntimos”, poder-se-ia dizer, como se depreende desta carta de novembro de 1891, do Barão ao então Segundo Secretário, envolvido na preparação de seu primeiro livro e perguntando onde poderia obter imagens dos heróis da luta anti-holandesa: “O de Fernandes Vieira está no *Castríoto Lusitano* (...) O uniforme de Vidal não é do tempo em que ele viveu. Em S. Paulo de Loanda há um retrato de Vidal. Seria fácil a V.Sa. obter uma cópia fotográfica e, se conseguir isso, peço-lhe que me mande um exemplar”.¹⁰ A pista foi seguida, e, em dezembro de 1892, Oliveira Lima escrevia de Berlim “(...) mandei fazer em Angola o retrato de André Vidal de Negreiros, e espero brevemente mandar-lhe um exemplar (...) Se a obra for ilustrada, como é possível, dá-me licença de reproduzir as gravuras que no ano passado teve a bondade de mandar-me? (...) Quanto [aos mapas do domínio holandês], o que me aconselha fazer? O [mapa] de Netscher é tão deficiente, os de Barléus são detalhados e complexos! Agradecer-lhe-ei penhoradíssimo quaisquer informações e conselhos”.¹¹

Belos exemplos, portanto, de cooperação entre colegas pesquisadores. O mais importante, como esforço original de reflexão neste ensaio de “contrastes e confrontos” entre as duas figuras, constitui, entretanto, a identificação das fontes e a reconstituição dos processos pelos quais se deu o afastamento e logo depois a oposição entre os dois homens. A “finitude das paralelas” tem, num primeiro momento, causas precisas, ainda que relativamente obscuras e talvez desimportantes do ponto de vista do trabalho diplomático: elas se prendem ao universo acadêmico da *République des lettres* em que ambos se movimentavam – o IHGB e a Academia Brasileira de Letras.

As divergências se afirmam, num segundo momento, em função de projetos distintos do ponto de vista da carreira, Rio Branco, *et pour cause*, passando a dar prioridade aos problemas práticos de

diplomacia, Oliveira Lima pretendendo ainda ganhar uma “prebenda” para continuar sua obra acadêmica. Em alguma etapa desses conflitos, ele argumentou que pretendia fazer o que o próprio Paranhos tinha feito: usar as facilidades da vida diplomática, de preferência em algum posto europeu, para continuar pesquisando e escrevendo. Elas se prolongam, por fim, em concepções diversas do americanismo, mais pragmático para o Barão, mais principista aos olhos de Oliveira Lima, o que constituirá motivo para o divórcio político definitivo.

Na conjuntura política da formação da Academia Brasileira de Letras, Oliveira Lima já contava em seu currículo com um inovador estudo de caráter histórico-sociológico, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (1895),¹² uma síntese dos *Aspectos da literatura colonial brasileira* (1896) e uma pequena brochura em defesa dos *Sept Ans de République au Brésil* (1896), ademais de suas colaborações ao *Jornal do Recife* (desde 1885), ao *Jornal do Brasil* (a partir de 1891) e à *Revista Brasileira*, uma das fontes da própria Academia, ostentando ele, ainda, a condição de sócio correspondente do IHGB. Entre Berlim e Washington, de 1895 a 1896, num de seus caracteristicamente longos “prazos de trânsito”, Oliveira Lima passa pelo Rio de Janeiro e aproxima-se de Machado de Assis, com quem inicia correspondência mantida até 1908, pouco tempo antes da morte do escritor.¹³

Oliveira Lima tinha um certo sentido do relacionamento político, da sociedade de corte, da política dos elogios e do conúbio acadêmico, o que explica que, com a ajuda de influentes amigos pernambucanos, tenha ingressado – como já tinha feito na diplomacia – com grande sucesso na Academia (em 1897), antes mesmo de outros importantes personagens da *République des lettres*, como o próprio Rio Branco. Oliveira Lima fundou a cadeira 39, tendo escolhido para patrono outro historiador diplomata, Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. A preterição de Rio Branco – ele se encontrava ausente do Brasil há mais de 10 anos e só seria eleito em outubro de 1898, para a cadeira 34, na sucessão de João Manuel Pereira da Silva – pode ter pesado na conformação de certa animosidade psicológica, talvez incipiente no começo, mas certamente reforçada por outros exemplos posteriores de competição indireta pelo prestígio nos cenáculos em que ambos se movimentavam.

Essa deriva “geológica” para o afastamento “continental”, após uma fase inicial de admiração mútua, pode ter sido agravada por outra obra de Oliveira Lima, seu primeiro trabalho de história diplomática do Brasil: *O reconhecimento do Império* (Paris-Rio de Janeiro: Garnier, 1901), na qual ele criticava a “compra” da independência por dois milhões de libras, segundo ele um “estigma de que a monarquia, justa ou injustamente, nunca pode livrar-se no Brasil e cuja recordação pairou sobre o trono até os seus últimos dias”.¹⁴ Segundo Barbosa Lima Sobrinho, “O Barão do Rio Branco não se conformava com essa crítica ao tratado com a Inglaterra [Barbosa Lima queria dizer, obviamente, o tratado de reconhecimento da independência por Portugal, intermediado pela Inglaterra]. Em nota a Oliveira Lima (...) [Rio Branco] observava que ‘não houve compra da independência. Quando se separa um território, o que se separa toma o encargo de parte da dívida pública’”, argumento em relação ao qual Calógeras demonstrou reservas.¹⁵ “A anotação do Barão do Rio Branco”, continuava Lima Sobrinho, “poderia deixar a impressão de que era realmente justa, numa primeira leitura. Mas quem se detivesse nela teria de admitir uma série de questões preliminares, sobretudo quando se tratasse de dívidas nacionais, sem qualquer participação ou assentimento das colônias, ou feitas em proveito exclusivo das metrópoles. Para demonstrar e aceitar a explicação do Barão do Rio Branco seria necessário comprovar que assim se fizera em todos os tratados de emancipação das colônias até então libertadas”.¹⁶

4. EM MAL TRAÇADAS LINHAS: OLIVEIRA LIMA SACA AS ARMAS NA ACADEMIA

O embate maior no plano das vaidades literárias, contudo, se daria na posse oficial de Oliveira Lima como membro da Academia Brasileira de Letras, seis anos depois de eleito, cerimônia à qual Rio Branco ostensivamente não compareceu. O choque já se deu em meio à disputa em torno da remoção do então Ministro no Japão para a Legação em Lima, onde ele deveria servir como enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário, sobre a qual falaremos adiante. Mesmo trabalhando contra essa designação, Oliveira Lima

parecia algo resignado, como revelado em carta escrita a Nabuco logo após encontrar-se, em 6 de julho de 1903, com o Chanceler Rio Branco no gabinete ministerial do velho Itamaraty: “O Rio Branco recebeu-me muito bem. Diziam-me aqui mesmo, antes de falar com ele, que estava algo sobranceiro, mas encontrei-o o mesmo homem, simples e afável. Conversamos *de omni re scibili* menos do Peru, o que não quer dizer que não vá lá, porque é assunto delicado a tratar, mas conto que a demora não será muito grande no Pacífico”.¹⁷

O episódio revela certa ingenuidade ou má avaliação de Oliveira Lima, pois, a essa altura, Rio Branco, totalmente envolvido nas negociações com a Bolívia e o Peru, já se desinteressara por enviá-lo ao “Pacífico”, mas tampouco pretendia premiá-lo com um posto na Europa. Oliveira Lima, em todo caso, estava muito ocupado com seu círculo de amizades literárias para deter-se na questão. Na mesma carta a Nabuco ele continua a informar: “O Instituto Histórico recebeu-me com os braços abertos. No mesmo dia em que apresentei minha Relação dos Manuscritos do Museu Britânico [que ele tinha composto durante sua permanência na Legação em Londres, em 1900-1901], mandou imprimi-la, para ser inserta na *Revista* e feita uma tiragem em separado... O que estou pedindo a Deus é que o Rio Branco me deixe demorar um pouco aqui para rever as provas”.¹⁸ Ele não só teve tempo de rever as provas, como de pesquisar amplamente para seu *D. João VI no Brasil*, como adiante veremos.

Sobre sua esperada posse na Academia, escrevia ele que “serei recebido no dia 18 [de julho], respondendo ao meu discurso o Salvador [de Mendonça]”. Estava armando-se, assim, um espetáculo mais de natureza política do que propriamente literária, já que Salvador de Mendonça, o primeiro chefe de Oliveira Lima em Washington, também acumulava contra o Ministério, e contra a República, alguns *griefs* ou, talvez, mesmo um verdadeiro *cahier de doléances*, uma vez que tinha sido colocado no “limbo” diplomático desde o início de sua designação para a Legação em Lisboa, em 1898, recusada pelo Senado, ficando ele sem direitos e sem vencimentos durante muitos anos.¹⁹

A fogueira de vaidades – que já tinha tido conseqüências *fâcheuses* no caso de seu segundo chefe em Washington, Assis Brasil, também

preterido em 1897 com apenas seis votos, quando Oliveira Lima recolhia 11 sufrágios e Rio Branco e Fontoura Xavier, outro futuro inimigo, sete – voltaria a ser alimentada nessa conjuntura, com as inevitáveis acusações de inveja de parte e outra. Em bases estritamente acadêmicas, a escolha de um jovem de menos de 30 anos – mas autor de dois livros e muitos outros ensaios – contra valores mais “maduros”, fazia sentido: a produção “literária” de Assis Brasil limitava-se a alguns livros de doutrinação política e a uma modesta iniciação poética; o Barão do Rio Branco tinha muitos comentários de história militar, mas, no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, “estava ainda limitado à cooperação para *La Grande Encyclopédie* e aos artigos das *Efemérides* divulgadas, aliás, sem maior destaque, na fase inicial do *Jornal do Brasil*”; Fontoura Xavier, o de maiores credenciais literárias, era um poeta destacado na corrente dos parnasianos. Em outros termos, nada de muito inédito na vida dos salões literários, mas em se tratando de Oliveira Lima a promessa de *frissons* políticos adicionais era certa, pois que ele se permitia meter a sua colher torta – ou, melhor, sua pluma afiada – nos mais diferentes caldeirões de assuntos picantes.

Barbosa Lima Sobrinho, cobrindo um período histórico mais amplo, fez o seguinte registro sobre essas relações: “Curioso (...) é que esses três nomes surgiram na vida de Oliveira Lima como obstáculos à sua carreira diplomática. O primeiro seria Assis Brasil, que se esforçaria pela remoção de Oliveira Lima da Legação brasileira em Washington, que ele então chefiava. Depois foi a vez do Barão do Rio Branco, Ministro do Exterior, que não chegou a conceder a Oliveira Lima os postos de realce a que ele, na verdade, se impunha. Por fim, viria a vez de Fontoura Xavier, concorrendo para que fosse negada a Oliveira Lima, no período da guerra européia, a permanência ou a residência em Londres. Não diremos que tudo foi consequência direta do pleito acadêmico, mas de qualquer modo custou caro a Oliveira Lima a preferência dos acadêmicos que o elegeram”.²⁰

Sua posse deu-se, na verdade, na noite de 17 de julho de 1903, uma sexta-feira, como preferia Machado de Assis, em acontecimento noticiado com grande destaque em toda a imprensa carioca. “Foi ainda com a recordação da leitura das extraordinárias

manifestações feitas a Rostand, na Academia Francesa, que assistimos ontem à recepção do Sr. Manoel de Oliveira Lima”, começava o *Correio da Manhã*, confirmando, segundo Gouvêa, a mania dos literatos brasileiros de se ligarem ao que faziam e pensavam os escritores franceses.²¹ A cerimônia foi realizada no Gabinete Português de Leitura – pois a Academia nesse tempo era pobre e não tinha locais próprios – e a ela compareceram o Presidente da República, Rodrigues Alves, o Chefe da Casa Militar, o Conselheiro Camelo Lampreia, Ministro de Portugal, além de vários Barões, Viscondes, conselheiros, desembargadores, diplomatas e cônsules estrangeiros, mas não, sintomaticamente, o Chanceler brasileiro, talvez desgostoso com os muitos artigos que Oliveira Lima vinha publicando na imprensa sobre as “cousas diplomáticas”, nas quais o pouco disciplinado – e, de certa forma, já “dissidente” – diplomata se permitia criticar um certo estilo e uma determinada orientação de fazer diplomacia sem se importar em que, com isso, estivesse batendo de frente nas posições oficiais, nas velhas crenças e nos rituais tradicionais.

A leitura de elogio a seu patrono na Academia, Francisco Adolfo de Varnhagen, não constituiu simplesmente uma peça literária ou de reflexão sobre o trabalho histórico, como se deveria esperar, mas igualmente um acerto de contas dentro da diplomacia, como, aliás, também faria, pouco depois, Salvador de Mendonça, outro injustiçado da carreira.²² Nessa homenagem ao patrono, que sem dúvida repassa em detalhe a obra de pesquisa e sistematização das fontes feita pelo autor da *História Geral do Brasil*, Oliveira Lima aproveita para inserir todas as suas críticas diretas e indiretas à situação da carreira, à orientação dada ao relacionamento diplomático, ao próprio estilo de trabalho em vigor na Secretaria de Estado, no que foi interpretado, com razão, como censura ao próprio Barão do Rio Branco. Algumas das referências são marcadas pela sutilidade, só as percebendo quem conhecia o embate subterrâneo que estava por trás daquelas palavras.

Ele começa por caracterizar Varnhagen como duplo “modelo”, de diplomata e de homem de letras, acrescentando logo em seguida: “é mais prezando esta qualidade do que aquela (...) porque, ao passo que a literatura se torna cada vez mais árdua pela soma de conhecimentos que requer, a diplomacia torna-se cada vez mais fácil

pela soma de predicados que dispensa”. E a crítica à diplomacia corrente – então vivendo a idade de ouro do telégrafo, uma espécie de internet vitoriana – desdobra-se em censura direta à centralização do poder, que Rio Branco supostamente encarnaria: “Não é maldizer a diplomacia lembrar que, mercê da maravilhosa facilidade de comunicações, do devassamento da vida política pelos jornais, da virtual cessação de todo sigilo de Estado, da colocação dos cargos públicos ao alcance de todos os cidadãos, não mais permanecendo privilégio de uma casta, de outras circunstâncias ainda, ela deixou de ser uma arte para tornar-se uma profissão. Os diplomatas dependem agora tão de perto e descansam tanto sobre o chefe da sua corporação, gozam assim de tão pouca iniciativa e autonomia, que já foram irreverentemente tratados de meros tocadores de certo instrumento antimusical, que Rossini tinha em horror, e que a gravidade acadêmica me dissuade de mencionar. Pelo contrário, o historiador moderno carece de ser, além de um erudito, um artista; de descobrir, ele próprio, as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota, quando ainda livre das impurezas, e arrecadá-las em vasos do mais puro cristal por ele mesmo facetado”.²³

Depois de discorrer sobre o trabalho de Varnhagen como historiador, ele toca um ponto que lhe interessava diretamente aproveitando para dar duas alfinetadas em Rio Branco: “A carreira diplomática, da qual [Varnhagen] percorreu todos os graus, ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. Da Torre do Tombo, em Lisboa, extraiu documentos sem número e sem par. Dos de Simancas está cheia a primeira edição de sua história do Brasil [publicada em Madri, em 1854-57], servindo-lhes aqueles de que não se aproveitou para, quando na América do Sul, preparar o ensaio sobre a ocupação holandesa do norte do Brasil e escrever a famosa defesa de Vespúcio. Em Viena delineou a história da Independência, ainda inédita e atualmente em mãos do nosso consócio Senhor Barão do Rio Branco, em grande parte sobre as informações diplomáticas do Ministro austríaco no Rio de Janeiro... Ninguém contestará que este rol de serviços seja superior ao que podem apresentar muitos diplomatas, mesmo saídos de fresco do torvelinho de negociações espinhosas”. E aqui a alfinetada se fazia

mais lancinante: “Mais vale em todo caso escrever história com autoridade do que ajudar a fazê-la sem capacidade”.²⁴ Bem relidas essas frases, trata-se em verdade de uma pequena alfinetada – o ato de guardar originais de Varnhagen – e de uma tremenda bordoadada – a alegação quanto a sair “fresco de negociações espinhosas” – dirigidas a um Chanceler que tinha estado trabalhando intensamente, durante todos esses meses, nas difíceis negociações em torno da Questão do Acre. Mais grave ainda, se insinuava, numa simples frase, de que todo esse trabalho não tinha a menor importância: melhor escrever história com conhecimento de causa do que praticá-la sem capacidade!

Não sobraram críticas, aliás, ao próprio Varnhagen, que mais pareciam refletir, *contrario senso*, as qualidades de escritor e os dons de polemista e de fino cultor de letras do próprio Oliveira Lima, como se depreende destas frases: “Não havia competidor que lhe inspirasse receio, nem sumidade que o fizesse recuar. O seu talento de polemista era, contudo, fraco sob o ponto de vista literário (...) Em Varnhagen superabundava em erudição o que escasseava... em espírito propriamente filosófico (...) Se não era um homem de ciência como Humboldt, tampouco era Varnhagen um estilista como Renan. Escrevia com gravidade, com correção, por vezes com fluência, mas sem elegância nem brilho”.²⁵ Abordando, mais adiante, a combinação do homem de letras com o diplomata, Oliveira Lima fazia a apologia das escapadas em arquivo: “Ninguém, penso, se queixará de que durante esse período [adido à Legação em Lisboa em 1842, depois na da Espanha em 1847, onde foi Encarregado de Negócios, de 1851 a 1858] Varnhagen ocupasse o seu tempo mais nos cartórios que na Chancelaria, ou por outra, que combinasse e mesmo preferisse os estudos históricos à fofice diplomática, e os ensaios literários à ociosidade burocrática”.²⁶ Tratava-se, obviamente, de um recado atualíssimo a quem de direito, uma proposta de remoção funcional *pro domo sua*, de preferência para alguns daqueles postos europeus nos quais já tinha servido seu patrono: Lisboa, Madri, Viena.

Os efeitos do discurso crítico, com pontadas de ironia, devem ter sido sentidos no Gabinete do Ministro, pois que João Ribeiro, historiador reconhecidamente ligado a Rio Branco, tomou a si o encargo de responder a algumas das ilações de Oliveira Lima. Na

edição de 19 de agosto de 1903 do *Correio da Manhã*, com uma peça de bem medida sutildade, que pretendia reverter contra Oliveira Lima os exercícios comparativos entre Varnhagen e renomados historiadores europeus, ele diminuía a importância do novo acadêmico. Depois de aprovar, rapidamente, o elogio de Oliveira Lima a Varnhagen – “vale por uma biografia, a que pouco faltará para ser completa” – João Ribeiro fazia a defesa do Chanceler: “A história, na Academia, só tem hoje dois cultores: Rio Branco, que aliás estaria dispensado de escrever, porque mais do que a escreveu, fê-la viva, aumentando o nosso império para além das fronteiras, com aquela energia, saber e aquela capacidade de trabalho que nele é única; Joaquim Nabuco, que é o mais eloqüente brasileiro, e bem poderia ser o nosso Macaulay, o Michelet, ou o Thierry nosso...”, nomes que, aliás, estavam citados no discurso de Oliveira Lima, mas em comparação relativamente depreciativa para Varnhagen. Em tom concessivo, acrescentava João Ribeiro logo em seguida: “A estes agora vem juntar-se o Oliveira Lima, com seus dotes próprios de investigador consciencioso e diligente, sem grandes méritos literários e artísticos, é verdade, mas com grande solidez, fundamento e segurança de crítica”, fazendo então a comparação com o próprio Varnhagen, “que também carecia de primores de forma”.²⁷

João Ribeiro acrescentava ao duelo verbal sua própria apreciação dos dotes de historiador de Oliveira Lima, ao entrever nele “inegável progresso de forma e de expressão, quando se cotejam as suas primeiras produções e as últimas. São aquelas quase destituídas de graça, falhas que as fariam de leitura difícil, se não fossem tais defeitos amplamente resgatados pelo empenho e importância dos assuntos. Estou convencido, pois, de que, em Oliveira Lima, as qualidades de escritor cada vez mais se esmeram e se apuram e esse progresso é essencial porque a história, ainda hoje tão incerta como no tempo de Tucídides, não se pode desobrigar da eloqüência e da poesia que a devem animar. E não tardará, talvez, que o novo acadêmico se nos apresente com o seu livro definitivo a desafiar os louvores e a admiração dos que, como eu, acreditam na sua vocação de historiador”.²⁸

A esse desafio, Oliveira Lima pretendeu responder com seu *D. João VI no Brasil*, tarefa que lhe foi indiretamente facilitada pelo

próprio Rio Branco, que já não o mandava mais ao Peru, mas tampouco redigia as instruções para sua partida para a Venezuela, seu próximo posto designado. Ele aproveitou os tempos de relativa inatividade no Rio de Janeiro para avançar em suas pesquisas sobre o período joanino, deixando as ante-salas da Secretaria de Estado para instalar-se na sala de leitura da Biblioteca Nacional. Como escreveu outro historiador pernambucano a propósito de *D. João VI*: “Não fosse a perseguição que lhe moveu o Barão do Rio Branco, todo-poderoso Ministro das Relações Exteriores da época, relegando-o aos corredores da Secretaria de Estado, e Oliveira Lima não teria disposto dos vagares para trabalhar no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no próprio arquivo do Itamaraty e da Legação dos Estados Unidos no Rio. Sem saber, o Barão prestava uma grande contribuição à historiografia brasileira. Caso tivesse previsto o efeito perverso da sua decisão administrativa, o provável é que tivesse revisto sua recusa de dar ao historiador o posto condigno a que tinha direito.”²⁹

Essas quizilas literárias, por mais sabor que elas possam ter do ponto de vista dos hábitos clânicos dos freqüentadores de cafés literários, das redações de jornais ou das livrarias eruditas, ou por excitantes que elas possam ter sido para os membros dos salões acarpetados das academias, constituem, todavia, apenas parte de uma história surda de desentendimentos políticos, de enfrentamentos funcionais e de franca oposição pessoal entre os dois homens, que se desenvolveu, também e sobretudo, no plano da diplomacia brasileira, como agora se verá.

5. A MAIS LONGA DAS REMOÇÕES DIPLOMÁTICAS: OLIVEIRA LIMA NOS ANTÍPODAS

Vaidades acadêmicas e competições de prestígio à parte, o núcleo dos conflitos entre nossos dois personagens situou-se mais no terreno da diplomacia prática. É muito provável que, se Rio Branco não tivesse ascendido às funções ministeriais e daí passasse a comandar a política internacional do Brasil, se ele tivesse continuado como um membro a mais da *République des lettres*, que contava com vários

integrantes da elite da diplomacia brasileira, tudo indica que ele e Oliveira Lima teriam permanecido os grandes amigos e colaboradores de pesquisas de arquivo como aparentemente o foram desde 1888 até o primeiro semestre de 1902, pelo menos. Depois disso, o desvio de objetivos tornou-se explícito, e as rotas diplomáticas de cada um já se encaminhavam para a colisão.

O embate desenvolveu-se no tempo longo da política e da diplomacia brasileira do começo do século XX, quando os despachos acompanhavam o ritmo lento dos navios. A reversão de expectativas, contudo, deu-se de maneira relativamente rápida, quase fulminante, como veremos a seguir.

Rodrigues Alves foi eleito em 1º de março de 1902 e começou muito lentamente a formar seu Ministério, mas para a Chancelaria sua escolha se fixa muito rapidamente em Rio Branco, em virtude da deterioração da situação no Acre. O Presidente, como relata Álvaro Lins, “não vai pedir a Rio Branco uma gentileza de amigo, e sim que venha prestar ao seu país um serviço de homem de Estado”.³⁰ Rio Branco, por sua vez, hesitou muito em aceitar, como se sabe, estando mesmo disposto a recusar o cargo. Suas razões foram claramente expostas a amigos e aos próprios mandatários, Campos Salles e Rodrigues Alves: saúde, família, dinheiro, falta de gosto pela atividade política, enfim, seu desejo de continuar no exterior para reunir seus materiais e escrever “alguns trabalhos históricos”. Chegou a confessar em carta ao próprio Rodrigues Alves: “Depois de tão longa vida de retraimento, fechado com os meus livros, mapas e papéis velhos, receio mostrar-me desajeitado na vida inteiramente diversa que deveria ter na posição de Ministro de Estado”.³¹ Pensou até em oferecer-se para resolver unicamente o caso do Acre, indicando Joaquim Nabuco para a função de Ministro, que lhe retruca em telegrama: “Você já escreveu, vá agora fazer história”.³²

O Presidente só tomou posse em 15 de novembro, e Rio Branco só veio a assumir o Ministério no começo de dezembro, tendo sido recepcionado triunfalmente pelos que o aguardavam no cais do porto. Mas desde abril desse ano, aparentemente não por sugestão do Barão, cogitava-se do nome de Oliveira Lima para a Legação no Peru, o que deixou o então Encarregado de Negócios no Japão visivelmente

preocupado. Em carta de junho desse ano a seu amigo José Carlos Rodrigues ele indicava já estar em conhecimento dessas intenções desde abril passado, mediante o que ainda serve de boletim oficioso das remoções dos diplomatas: as colunas de *potins* dos jornais da capital, nesse caso, *O País*. Manifestando de imediato sua contrariedade, ele se permite acidez e brincadeiras com o país designado:

“Não me acusa a consciência de haver feito tanto mal que deva de justiça ser escolhido para correr todas as Legações distantes e exóticas [o que era um manifesto exagero seu, uma vez que tinha sido contemplado, até então, com Legações importantes e de prestígio, como Lisboa, Berlim, Washington e Londres]. Para o Japão vim com prazer, e no Japão estou com grande prazer [querendo talvez sinalizar que preferia ficar ali do que seguir para o outro lado do “Pacífico”]. É um país encantador como natureza, um centro importante da política do mundo, um teatro de experiências interessantes. O Peru é, porém, um país morto, um meio por assim dizer nocivo à atividade intelectual. Deve pesar sobre nós com o peso do seu passado, não só colonial como incásico”. E ele terminava lembrando um frase de alguns anos do venerando Diretor-Geral: “O Cabo Frio disse-me em 1895, quando fui promovido a Primeiro Secretário para Washington, que ‘Peru só na mesa, assado, e para quem gosta’. E eu não gosto”.³³

Tem início, então, um longo terçar de armas, de demandas a empistolados amigos (como o próprio Nabuco), de mensagens indiretas e recados mais ou menos diretos, enfim um balé diplomático que se prolongaria por praticamente dois anos. Oliveira Lima, portanto, muito antes da escola dos *Annales* e de qualquer método histórico braudeliano, era um campeão da *longue durée*, utilizando-se de todos os recursos possíveis para efetuar trajetos longuíssimos nos itinerários de remoção e recorrendo à legislação para o gozo de licenças. Ao concluir seu período de três anos na Alemanha, por exemplo, ele esteve em licença de abril de 1895 até o final de fevereiro do ano seguinte, quando assumiu em Washington. O ato de sua remoção para servir como enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Peru tem a data de 14 de novembro de 1902, ou seja, um dia antes de assumir o novo Governo Rodrigues Alves.³⁴

Em 17 de janeiro seguinte, o próprio Rio Branco dirige um telegrama a Oliveira Lima afirmando que no interesse do Brasil convinha que viesse com a máxima urgência assumir seu novo cargo no Peru. O relutante diplomata parte do Japão apenas em 6 de março, embarcando no *Hamburg*, no Porto de Kobe, no dia seguinte. Tem início, então, o que poderíamos descrever como a mais longa duração de um deslocamento em trânsito entre dois postos conhecido na diplomacia brasileira ou, quiçá, na diplomacia mundial. *The longest diplomatic transfer, ever*. Com efeito, desde os tempos bíblicos, pelo menos, não se tinha notícia de um prazo tão longo de remoção. Em meados de abril de 1903, ele teve a grata surpresa de encontrar-se em Gênova com Joaquim Nabuco, que se tinha deslocado de Roma especialmente para vê-lo, após o que seu conterrâneo pernambucano resolve escrever ao Barão:

“Vem [Oliveira Lima] muito cansado da travessia, tem que fazer nova para ir receber suas ordens, e está com grande medo de ser forçado depois do Japão a ir para o Peru. Eu prometi-lhe que escreveria a V. para telegrafar-lhe uma palavra para Madri [para onde pretendia apesar de tudo deslocar-se Oliveira Lima] sobre suas verdadeiras intenções quanto a ele. Suponho, com efeito, que V. só o fará empreender essa nova viagem aos antípodas se precisar absolutamente dele em Lima por causa das complicações do Acre. Como sei o conceito que V. faz dele, penso que V. não mandará para tão longe senão por motivo de força maior um dos mais hábeis auxiliares de que V. pode dispor em nosso Corpo Diplomático”.³⁵

Rio Branco pretendia efetivamente usar do conhecimento e habilidade de Oliveira Lima na Legação em Lima, uma vez que o Peru representava um fator adicional de complicação na resolução da difícil Questão do Acre, exigindo participação plena nas negociações com a Bolívia e depois querendo submeter a arbitragem o eventual resultado de um acordo tripartite. Oliveira Lima por sua vez, em carta a Nabuco datada de 20 de abril, ainda a bordo do *Hamburg*, não escondia que desejava uma missão em terras européias, se possível nos moldes da que tinha então o encarregado da defesa do Brasil na questão arbitral com a Grã-Bretanha em torno do território em disputa na Guiana: “Bem quisera ter, para acompanhar-me, um trabalho

análogo! Espero que algum dia também me será dado escrever história com um fim prático”.³⁶

Oliveira Lima continuava mais adiante: “Muito e muito lhe agradeço o seu amabilíssimo oferecimento de escrever ao Rio Branco. Realmente, se já não há pressa agora, gostaria de demorar-me um pouco mais em Madri [onde estavam seu cunhado e irmã] e sobretudo em Pernambuco, após sete e meio anos de ausência! Conto que a minha ida ao Peru não terá lugar, agora que a Questão da Bolívia parece quase resolvida [na verdade, o Tratado de Petrópolis só seria assinado em novembro desse ano, e os acertos com o Peru demorariam um pouco mais] e que serei antes empregado no arbitramento, se o houver [no que ele estava mal informado acerca das intenções do Barão]. Para exílio, basta o do Japão, durante dois anos! Se agora de novo me puser fora da civilização, perderei, creio, o hábito dela. Quando verei e trabalharei com meus livros? Minha ambição seria uma Legação em Viena, Petersburgo, Berna ou queijandas em que pudesse instalar minha biblioteca e escrever a história diplomática que o Rio Branco e o Senhor estão fazendo depois de outros! Enfim, será o que Deus quiser, mas que pelo menos, a andar de Herodes para Pilatos, seja por terras cultas e não pelos confins da terra”.³⁷

Como informa Gouvêa, Oliveira Lima desconhecia que “Rio Branco decidira tratar da questão boliviana isoladamente, e que por isso esperava-o com instruções para a fase inicial das negociações que a ele caberia promover junto ao Governo peruano (...) Tampouco ocorreu a Oliveira Lima a possibilidade de que o Itamaraty, sob nova chefia, poderia considerar excessiva sua demora em se apresentar ao Ministro de Estado... Sem que se lhe possa atribuir uma secreta disposição de apostar uma corrida com o tempo, o fato é que Oliveira Lima estava esperançoso de que Rio Branco reveria sua designação para o Peru, e foi nesse estado de espírito que ele resolveu desembarcar em Gibraltar, e que a 1º de maio, já em Madri... escrevia um tanto despreocupado a Joaquim Nabuco, narrando as impressões do sul da Espanha, de Algeciras, de Sevilha, de Granada...”.³⁸

Supondo que ele estivesse em Lisboa cuidando dos assuntos de família, Rio Branco escreve, em 8 de maio, ao chefe da Legação para indagar do paradeiro de Oliveira Lima, mensagem retransmitida

a Madri, o que o obriga a telegraficamente comunicar-se com seu superior hierárquico: “Cheguei doente. Espero partir princípio junho”. Em carta do dia seguinte ele tenta justificar-se por razões de saúde, atraso no pagamento da ajuda de custo, negócios de família em dois continentes, pedidos de licença não atendidos e, sobretudo, em confiando que o pedido de Nabuco tivesse sido bem recebido. Rio Branco, que não tinha muita paciência para assuntos administrativos e de pessoal, deve ter concluído, “sob a provável influência de seus áulicos já ativos, que não poderia contar muito com Oliveira Lima. A seus olhos, o diplomata pernambucano, na melhor hipótese, era um homem de movimentação lenta [lentíssima, poderíamos acrescentar], com muitos problemas particulares, conceito que deveria prevalecer no espírito do Barão, àquela altura cada vez menos interessado em estimular as preocupações historiográficas e literárias de um servidor que, no Itamaraty, representava a tradição e a escola de Varnhagen”.³⁹ Em telegrama despachado a Madri em 13 de maio, Rio Branco transmitia sua insatisfação e sua impaciência com o que lhe pareceu legitimamente um excesso do subordinado:

“São passados quatro meses [desde o telegrama a Tóquio de 17 de janeiro pedindo que Oliveira Lima viesse com urgência receber as instruções da questão Peru-Bolívia] e não sei ainda quando Vossa Excelência poderá estar no posto que lhe foi assinalado ou se poderá chegar a tempo de intervir nas graves questões pendentes cuja negociação vai brevemente começar com a chegada dos enviados do Peru e Bolívia. Rogo-lhe portanto que me declare pelo telégrafo se o seu estado de saúde ou outras razões não lhe permitem acudir ao apelo do Governo, para que este possa providenciar com urgência expedindo já daqui outro Ministro e devo prevenir a Vossa Excelência que a não ser essa não terá o Governo tão cedo outra Legação em que possa utilizar seus serviços. Rio Branco”.⁴⁰

O telegrama de Rio Branco provocou em Oliveira Lima, incapaz por temperamento de aceitar a disciplina e as contrariedades do serviço público, um impacto que ele jamais conseguiria superar. “Sem exagero, pode-se dizer que seus sentimentos alteraram-se a partir da interpelação de Rio Branco: um Oliveira Lima indignado, prevenido para com o Barão, um homem propenso às críticas ásperas, negativas,

começou desde então a tomar o lugar do intelectual independente, mas otimista, cheio de naturais ambições e confiança nos superiores e colegas. Oliveira Lima julgou-se atingido no seu amor próprio, e o seu despreparo para receber ordens, de fazer parte de uma corporação em que os assuntos pessoais devem forçosamente ceder aos imperativos do serviço, exacerbou seus arroubos de independência, tornando-o desde então um homem de certo modo difícil.”⁴¹ Em carta de 20 de maio a Nabuco, ele exclamava: “Repare como é impertinente o final do telegrama do Chanceler!” e concluía: “O Rio Branco tem tido o talento e a fortuna de contentar toda a gente: para mim somente reserva suas iras (...) Ele não será eterno e tem 22 ou 24 anos mais do que eu. É meu consolo”.⁴²

Pior ainda para Oliveira Lima, seu detestado ex-chefe em Washington, com quem ele quase teve de haver-se em duelo, Assis Brasil, tinha sido incorporado por Rio Branco às negociações de limites com a Bolívia e o Peru, com base nas conversações em que ele tinha tomado parte na capital americana, e certamente aproveitaria o contato com o Barão para falar mal de seu antigo subordinado. O ciclo descendente da parábola Oliveira Lima parecia ter começado então, mas ele conheceria episódios ainda bastante movimentados nos meses e anos seguintes.

Quando Oliveira Lima finalmente se apresenta ao Barão do Rio Branco, no início de julho de 1903, tinham-se passado quase seis meses depois do telegrama deste último solicitando o rápido deslocamento do primeiro para o novo posto e quatro meses desde o embarque de Oliveira Lima em Kobe. Nesse encontro no Itamaraty, tratou-se de tudo, como referido, menos do Peru, pois já então posto e diplomata não mais combinavam de acordo com os planos do Barão. Segundo os registros funcionais de Oliveira Lima, ele permaneceu “aguardando ordens”, de 7 de março de 1903 a 20 de novembro de 1904, provavelmente um recorde no gênero nos assentamentos administrativos do Itamaraty. No intervalo, mais exatamente em 11 de agosto de 1904, foi removido como enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Venezuela, permanecendo, contudo, afastado do posto por vários meses mais, uma vez que só assumiu em 12 de março de 1905, após um igualmente longo trânsito pela

Europa. Tinham-se passado dois anos, portanto, desde sua partida relutante de Kobe e seu mais do que relutante trânsito pela Europa e no Brasil, à espera de algum posto europeu que o contentasse em seus propósitos de pesquisa.

6. CÍRCULOS EXCÊNTRICOS: REFORMANDO AS CARREIRAS DO SERVIÇO EXTERIOR

Oliveira Lima não ficou, contudo, inativo nesse período de “férias forçadas”, pois que retomou com redobrado vigor sua atividade jornalística, que bem poderia ser caracterizada, mais exatamente, como de “livre-atirador da pluma”. Logo ao desembarcar no Rio de Janeiro aceitou um convite para “escrever no *Correio da Manhã* um série de artigos sobre a reformulação da carreira diplomática, tema então muito em voga nos círculos federais, pois naqueles dias corria que estava nos cálculos do Barão proceder uma reorganização no Itamaraty”.⁴³ Ora, o *Correio da Manhã* era, nas palavras de seu biógrafo Gouvêa, “uma folha implacavelmente oposicionista”, com o que Oliveira Lima terminaria de confirmar na Casa sua condição de dissidente.

Em seus artigos, transparentemente intitulados “Reforma Diplomática”, Oliveira Lima começava por afirmar que “as idéias do Senhor Barão do Rio Branco sobre o assunto não se tornaram até agora conhecidas, o que aliás me permite a apresentação destas ligeiras considerações [certamente um eufemismo, pois que suas considerações eram profundas, detalhadas, e tudo, menos discretas] sobre a matéria, sem que tomem elas ares de crítica e constituam ato de indisciplina”.⁴⁴ Depois de lembrar que a República já tinha feito duas reformas, em 1890, por Quintino Bocaiúva, e em 1895, por Carlos de Carvalho – “uma e outra tratando muito mais de classificação de legações e tabelas de vencimentos do que propriamente de serviços” –, Oliveira Lima vai direto ao assunto, em proposta relativamente revolucionária para a época (e certamente para os padrões ainda afetados de uma classe diplomática talvez saudosa dos tempos aristocráticos do Império): a unificação das carreiras do serviços exterior.

“A carreira diplomática”, escrevia ele, “encontra-se... minada por um mal de que piorou com a mudança de regime e que é mister

livrá-la: é uma carreira privilegiada, como tal suscitando invejas e antipatias [de certa forma ainda suscita hoje em dia, sem ser mais privilegiada]. Aos seus lados vejam duas desprotegidas, a carreira consular e a hierarquia da Secretaria [de Estado], a primeira sem miragens de grandeza, a segunda sem a realidade sequer da fortuna (...). Enquanto as três carreiras se não fundirem, enquanto subsistir a atual separação, provocadora de ciúmes e destruidora da eficiência do serviço, teremos uma situação falsa e daninha”.⁴⁵

Oliveira Lima, que não provinha de berço de ouro, sendo ao contrário filho de um honesto comerciante português, e que tinha em alta conta sua própria dedicação às coisas brasileiras, mesmo após um largo período passado em Portugal, permitia-se atacar uma prosaica realidade dessa época: “Dá-se (...) o caso (...) de um rebento de diplomatas, que em certos casos ignora sua língua, seus compatriotas e os próprios costumes e idéias de sua terra, gastar a vida pelas capitais do Velho Mundo – pois que as do Novo Mundo não merecem esses figurinos do cosmopolitismo – sem nunca aprender a respirar no seu ambiente moral, ao passo que um funcionário da Secretaria fica toda a vida com as cãs presas ao ponto, à implacável disciplina burocrática, aos calores do estio, aos vencimentos parcos, sem uma distração, um prazer da inteligência, um desvendar de novos horizontes, só porque nasceu pagão e nunca achou padrinho”.⁴⁶

Ele descrevia o diplomata ideal, a seu ver: “O Ministro [naquela época o Brasil não tinha Embaixadores, é o caso de lembrar] realmente preparado para o seu cargo seria aquele que, tendo começado por ser amanuense da Secretaria, transitasse como Chanceler por um Consulado e como Secretário por uma Legação, para depois ocupar um posto consular de responsabilidade, estacionar como chefe de seção no Ministério e finalmente subir a chefe de missão diplomática”. E mais adiante, a denotar seu senso de fazer diplomacia: “O diplomata ideal dos nossos dias... é o que souber redigir uma nota num francês sem asneiras, formular uma informação, concisa e luminosa, à consulta urgente de um Ministro de Estado e explorar o mercado mais promissor e mais vantajoso para os nossos gêneros de exportação. Não se aprendem, porém, línguas estrangeiras com a simples leitura de passaportes, nem se disseminam borracha, açúcar, algodão e café,

enfiando meias de seda para ir a concertos de Buckingham Palace ou envergando uma casaca irrepreensível nos *cotillons* de New-port”, completando sua opinião ao afirmar que, assim como o Cônsul carecia de “mover-se na alta sociedade”, também o diplomata deveria “aprender o caminho das bolsas de comércio.”⁴⁷

Oliveira Lima fazia essas propostas quase em tom de cobrança, o que não deveria cair bem ao titular do serviço, como revelado neste início do segundo artigo da série, publicado em 28 de agosto: “São tão intuitivas as vantagens a derivar da fusão das carreiras diplomática e consular com o serviço da Secretaria, que custa compreender que não tenham até aqui ocorrido mais freqüentemente aos numerosos devaneadores, e felizmente menos numerosos executores de reformas diplomáticas”.⁴⁸ Ao pronunciar-se enfaticamente pela orientação econômica na diplomacia, ele não deixava, *maladroit* como era, de fazer uma crítica indireta a Rio Branco, que então se empenhava em resolver o problema do Acre por sua incorporação ao território nacional: “Um país como o Brasil, que não deve ter ambições territoriais, porque o território que abrange é enorme para a sua população e para as perspectivas próximas da sua imigração, nem pode aspirar a representar agora um grande papel no cenário do mundo, porque para isto lhe escasseiam por enquanto riqueza, força e outras condições, tendo pois que se contentar com defender a sua linha de fronteiras das agressões dos vizinhos e com sustentar a dignidade da sua posição no continente e perante o estrangeiro, não precisa tanto de uma diplomacia política como de uma diplomacia econômica”.⁴⁹ Como se vê, todo um programa de Chanceler ou de planejamento estratégico de uma orientação diplomática, sem faltar até mesmo uma crítica a quem se aplicava, naquele momento, em ampliar o corpo da pátria, como solução de compromisso a um complicado problema de fronteiras trazido por uma ocupação humana desordenada nos confins da Amazônia.

Após descrever a formação territorial do Brasil, Oliveira Lima justificava sua política de cautela em nome do interesse econômico: “Conservar... já é melhorar, e o fundamento das boas relações internacionais é hoje mais que tudo mercantil... Já vai distante o tempo em que muitas das guerras tinham por causas rivalidades

dinásticas. O imperialismo contemporâneo assenta sobre o negócio”. Ele concluía seu segundo artigo sobre a “reforma diplomática” com um conselho aos dirigentes: “O dever primordial dos nosso governantes é tratar de colocar e tornar assim remuneradora a produção nacional, pois que sem fortuna não há vigor e sem vigor não se pode infundir respeito”.⁵⁰

Ao abordar, no terceiro artigo da série, a estrutura da carreira, Oliveira Lima tece considerações que só poderiam chocar seu antigo colega de pesquisas históricas e atual chefe hierárquico, como se depreende deste trecho: “Os consulados eram [no Império] cargos, não de trabalho, mas de repouso. Distribuíam-se por homens políticos ou de letras [estava ele pensando no jovem Paranhos, deputado e professor?], doentes, cansados, ou simplesmente ansiosos por viverem noutros meios. [Certamente o caso de Paranhos, que no entanto não é citado na continuidade do artigo] Porto Alegre, Felix Peixoto de Brito, Paes de Andrade foram assim galardoados. Pertencendo, como pertenciam, o total dos emolumentos aos titulares dos postos, alguns Consulados, os de Liverpool e Lisboa, por exemplo, constituíam pingues prebendas”. E, após discorrer sobre os membros da carreira diplomática, ele completava o raciocínio: “O nosso Cônsul, por seu lado, era um funcionário cuja atividade se cifrava em rubricar manifestos [de embarque] e repatriar brasileiros desvalidos [Paranhos, mais de uma vez em Liverpool,⁵¹ teve de repatriar marinheiros brasileiros abandonados por capitães inescrupulosos], afora pilotar pelos museus e lojas os compatriotas amigos e conhecidos que o procuravam. Os nossos artigos davam muito dinheiro: o café era uma riqueza, o açúcar vendia-se a altos preços, o algodão, a borracha, o fumo, tudo rendia”.⁵²

Não obstante essas afirmações muito pouco “diplomáticas”, considerando-se sua própria situação, Oliveira Lima formulava em seu artigo recomendações absolutamente indispensáveis do ponto de vista do aperfeiçoamento do serviço exterior: “A função dos nossos diplomatas e cônsules, com o ser prática, passou a essencial, competindo-lhes esforçarem-se para remover embaraços aduaneiros, alcançar reduções de taxas de importação e ao mesmo tempo abrir novos mercados e granjear nos antigos mais larga aceitação, para isto proclamando a procedência e fazendo valer a superioridade do

gênero” [tarefa que certamente repugnava a mais de um diplomata, educado na vertente britânica da diplomacia como *high politics*]. Desejando que o diplomata não tivesse “vivido sempre nas regiões olímpicas, que haja presenciado como Cônsul as pequenas misérias terrenas e vegetado como empregado de Secretaria no limbo burocrático”, concluía assim Oliveira Lima a sua série: “Nem devem envergonhar-se os diplomatas por descerem de cortesãos a caixeiros-viajantes dos seus países, quando os monarcas mesmo não repugnam tratar de igual para igual com os ditadores de *trusts*. Queiram ou não, a época é do mercantilismo. A sobranceria diplomática não pode mais franzir o sobrecenho se lhe enfiar o braço a bonomia consular. As duas têm de ajudarem-se para empurrar o carroção do comércio pátrio”.⁵³

Revisando os artigos, no momento de compilá-los no livro que vai aqui referido – dedicado, apropriadamente, ao então Presidente Afonso Pena⁵⁴ –, Oliveira Lima constatava que “não se deu propriamente reforma diplomática nos últimos anos; apenas foram votadas nas duas casas do Congresso algumas disposições sem seguimento ou ligação...”, ademais da elevação dos vencimentos dos salários dos secretários, quase equiparando-os aos dos ministros residentes.⁵⁵ A fusão das três carreiras não tinha ocorrido como ele pretendia, mas, em compensação, “O gabinete mesmo do Ministro tem servido de campo de transição ou pelo menos de evolução: o Senhor Domício da Gama aí entrou Segundo Secretário para sair Ministro Plenipotenciário” e “Até as ‘machinas de escrever’ fizeram a sua aparição na velha Secretaria renovada... O que resta é cuidar do problema econômico, o nosso problema vital, a solução do qual cabe em boa parte à diplomacia, transformando-se o mais possível as relações exteriores em relações comerciais”.⁵⁶ Belo programa, que demoraria pelo menos mais meio século para ser verdadeiramente implementado.

Relidos hoje, quase 100 anos depois de escritos, esses artigos de Oliveira Lima causam certo assombro pela ousadia do subordinado, ao proclamar abertamente pela imprensa suas idéias pessoais para a reforma da carreira, com frases ferinas, ironias mal disfarçadas, críticas indiretas e propostas diretas, muitas delas em contradição, quando não em total oposição, ao próprio pensamento do Ministro seu chefe,

notoriamente voltado para uma diplomacia essencialmente política, destinada, se não em ampliar (“pecado” de que o “acusava” Oliveira Lima), pelo menos em garantir a amplitude do território pátrio. Louve-se, em todo caso, o espírito de abertura e a tolerância democrática do Barão, ele mesmo voltado para as lides jornalísticas, não hesitando por vezes em assinar artigos em defesa de sua própria ação ou em fazê-lo sob cobertura de pseudônimos (Nemo, foi um dos utilizados).

Esse tipo de debate público, por vezes entre subordinados e superiores – como no caso de militares, a exemplo de Euclides da Cunha – e em algumas situações mediante pseudônimos, não era raro na imprensa brasileira do final do Império e do começo da República, e o próprio Itamaraty estivera envolvido por diversas vezes nesse tipo de situação, aliás, até uma fase ainda recente do regime republicano. Rio Branco, por certo, respeitava o direito de Oliveira Lima manter suas opiniões pessoais sobre o que quer que fosse, mas tinha opinião formada sobre as diferenças entre situação pessoal e condição funcional do diplomata: “o cidadão pode opinar como entender, o diplomata só tem uma opinião, que é a do governo”.⁵⁷ A despeito disso, a gestão do Barão foi marcada por clima de relativa tolerância em relação a dissidências como a de Oliveira Lima.

Com as matérias de imprensa, Oliveira Lima pretendia por certo reverter sua situação de “desajuste” na carreira, fazendo apelo às influências externas ou às mais altas autoridades, no caso os supremos mandatários. Seu jeito inabilidoso, porém, conseguiu tão-somente agravar seu caso, transformando-o num dos pólos da oposição ao Barão do Rio Branco. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, aos artigos, “Não haveria como tomá-los como de oposição a Rio Branco, mas tão-somente como demonstração da liberdade de pensamento de um homem, que desejava que a sua experiência pessoal pudesse servir ao seu país. Mas, davam realmente um grande pasto à intriga e aos maldizentes, explorando, decerto, o autoritarismo do Barão do Rio Branco, que não poderia gostar que um de seus subordinados tivesse tal atrevimento, num assunto em que a ele, e só a ele, deveriam caber as iniciativas e as propostas de reforma”.⁵⁸

Durante um certo momento, após esse terçar de armas indireto, Oliveira Lima ainda acreditou que pudesse ou tivesse de ir para Lima, mas tal não era mais a intenção de Rio Branco. “A Legação no

Peru atribuiria maior significação à ação do nosso diplomata. O castigo não estaria em mandá-lo para o Peru, mas exatamente em desistir de uma designação, que envolvia uma demonstração maior de confiança. Era, sem dúvida, no início da Questão do Acre, um posto de relevo. E o pior de tudo é que se estabeleceu entre o Barão do Rio Branco e Oliveira Lima uma situação de mal-estar e de prevenção, que nunca mais se desfaria”.⁵⁹ Ele ficou, portanto, largos meses à espera de instruções para o Peru, aproveitando ao menos essas “férias forçadas” para avançar nas pesquisas para o seu livro sobre D. João VI. Em cartas aos amigos e em conversas com confrades acadêmicos, membros do Congresso ou colegas de jornalismo ele continuava a queixar-se do Barão, esperando que a situação pudesse mudar a seu favor em alguma nova conjuntura política.⁶⁰

Não bastassem esses artigos, por meio de conferências e palestras, Oliveira Lima continuou a desferir pequenos dardos contra seu chefe e antigo companheiro de pesquisas históricas. Como escreveu ainda Barbosa Lima Sobrinho, “não haveria mais o que evitar, nem de um lado, nem do outro. O Barão do Rio Branco não era dos que usam de sua autoridade para sanar agravos de dependentes ou de subordinados. Nem Oliveira Lima se intimidaria diante de quem quer que fosse. O desentendimento e os agravos aumentariam daí por diante, também para os dois lados. Uma situação de guerra fria, como se diria hoje. Até que a morte os separasse”.⁶¹ Nem tudo o que ele dizia, por certo, se destinava a atingir seu chefe, mas ele insistia em certos traços da atividade diplomática que sabia não condizerem com a política do momento. Falando, por exemplo, no Instituto Arqueológico do Recife, em dezembro de 1904, voltava a insistir no caráter sobretudo econômico da diplomacia, acrescentando figurar como obra grandiosa o “incorporar definitivamente no todo nacional, à força de argumentos históricos e geográficos, extensos trechos de território, grandes províncias, secularmente objetos de litígio, como entre nós foram” – citando então expressamente – “as Questões das Missões e do Amapá”, mas excluindo, talvez também voluntariamente, a Questão do Acre.⁶²

Ele não se exime tampouco, nessa conferência, de criticar colegas seus e reafirmar com forte ênfase e ironia, sua própria concepção da diplomacia: “Funcionários diplomáticos há – para que negá-lo, se

todos o sabem e eles mesmos o não escondem – sinceramente convencidos de que ir a um baile de corte num belo fardão dourado, exhibir-se numa representação de gala, cortejar damas num sarau com espírito de sal ático ou de sal comum, dançar primorosamente o minuete ou o *pas de quatre*, são as suas maiores obrigações, que, cumpridas elas, está bem ganho o seu ordenado e bem servido o seu governo. Insinuar a um desses bem-aventurados que existem, a par e passo com essas ocupações amáveis, preocupações de outra espécie, aventar que um governo melhor se pode muitas vezes servir em diligências mercantis do que em reuniões mundanas, seria dizer-lhe coisas absurdas. Arregalaria os olhos e encolheria os ombros de desprezo”.⁶³

Como a confirmar a opinião de que Oliveira Lima arriscava-se a perder amigos, mas não perdia a ocasião de fazer um *bon mot* – o que freqüentemente significava disparar uma farpa contra alguém⁶⁴ –, ele ainda agregava nessa conferência: “Em todo caso, as facilidades de vida que restam ao diplomata são numerosas e a sua sorte nada tem de lamentável. Jantares muitos, distrações as melhores ou mais procuradas, trabalho moderado, estipêndio razoável, consideração a que individualmente merecem. Da classe alguns gozam de prestígio, uns poucos impõem-se, muitos passam despercebidos, vários são insuportáveis”.⁶⁵

7. TRAJETÓRIAS OPOSTAS NA DIPLOMACIA: ROTAS CONFLITANTES EM POLÍTICA INTERNACIONAL

Outras desavenças diplomáticas entre os dois homens surgiriam a partir daí, não tanto pelo fato de Oliveira Lima passar a mandar artigos de seu novo posto na Venezuela ao jornal *O Estado de São Paulo*, do qual ele se tinha feito colaborador regular, mas mais exatamente a propósito do teor desses artigos, alguns tocando – desde então – os conflitos entre Washington e Caracas e muitos outros voltados para as questões mais gerais das relações interamericanas. O Presidente da Venezuela, a quem Oliveira Lima apresentou suas credenciais em 25 de maio de 1905, era, já então, um militar, o General Cipriano Castro, a quem o irônico diplomata brasileiro chamou de *montagnard* andino.⁶⁶

Essas dificuldades no relacionamento com o chefe do Itamaraty – Oliveira Lima contava que Rio Branco se afastaria depois do primeiro quadriênio – certamente não foram de muita ajuda no desempenho de sua missão em Caracas. O Ministro queixava-se continuamente de que a Secretaria o deixava sem instruções para tratar de um acordo de limites, o que não o impediu de engajar conversações a esse respeito com o Ministério do Exterior venezuelano. Tendo obtido um acordo *malgré tout*, Dona Flora Oliveira Lima não deixou de escrever a uma parente sua, em evidente alusão aos “prêmios” ao Barão pelos antigos casos de arbitramento e ao preço pago pela “compra” do Acre, que a negociação conduzida por seu marido “foi a única que não custou rios de dinheiro ao Tesouro, e isto já não é pouco. Não custou um ceutil mais do que os 16 contos de ordenado mínimo de enviado extraordinário”.⁶⁷

O principal ponto de contenção entre Rio Branco e Oliveira Lima, assim como, a partir desse momento, entre este e Joaquim Nabuco, seria representando pela atitude a adotar em relação à política dos Estados Unidos para a América Latina e que tipo de orientação caberia imprimir à política externa brasileira na sua relação com o gigante do Norte. Os EUA, sobretudo a partir da guerra hispano-americana, já tinham despertado para a política mundial como a grande potência imperialista que passaram a ser daí em diante, imperialismo por certo diferente do europeu, sem os aspectos brutais que marcaram o colonialismo das grandes potências européias na África e na Ásia, mas imperialismo de qualquer modo. A Doutrina Monroe recebeu, no início do século XX, um corolário, pelas mãos do mesmo homem que tinha comandado forças de voluntários contra os soldados espanhóis em Cuba, Theodore Roosevelt – Presidente a partir de 1901, com o assassinato de McKinley –, cujo Secretário da Guerra, Elihu Root, passaria para o Departamento de Estado em 1905. O objetivo principal do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe era o de justificar o papel de polícia que os EUA pretendiam impor, eventualmente mediante intervenções armadas, a seu entorno geográfico imediato.

A República brasileira tinha introduzido alguns novos princípios de política externa, como o pan-americanismo, mas também procurava

manter o equilíbrio exibido no Império entre o hemisfério e a Europa. Nos episódios iniciais de afirmação da República, o relacionamento com os EUA começa sob bons auspícios: por ocasião das intervenções estrangeiras durante a Revolta da Armada (1893-1894), os EUA vêm em auxílio do novo regime, contra as inclinações monarquistas de algumas potências européias.⁶⁸ Na vertente comercial, cuja balança pendia favoravelmente ao Brasil, um primeiro sucesso tinha sido registrado com a assinatura do acordo comercial de 1891, obra de Salvador de Mendonça (anteriormente Cônsul em Nova York e chefe da Delegação brasileira à I Conferência Americana, por ocasião da mudança de regime), e que visava sobretudo garantir o acesso do café e do açúcar em condições favorecidas no mercado norte-americano, com a contrapartida da redução das tarifas brasileiras aplicadas a manufaturas e farinhas dos EUA.⁶⁹ Esse acordo não vigorou por muito tempo, uma vez que, em 1895, a tarifa McKinley, introduzida sob a pressão de *lobbies* setoriais, tornou insubsistentes os regimes preferenciais negociados anteriormente, reforçando o impulso em favor do protecionismo.

Os desníveis de desenvolvimento entre os dois países já eram evidentes entre o final do século XIX — quando se assistiu a uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica patrocinada pelos EUA — e o início do século XX. A partir de 1902, o Barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (competição com a Argentina pela hegemonia regional), opera uma política de aproximação com os EUA. O reconhecimento da nova “República” do Panamá, no início de 1904, deu-se de modo mais ou menos rápido, o que não deixou de suscitar a desaprovação de Oliveira Lima, já então animado de alguns sentimentos “antiimperialistas”, passadas suas primeiras impressões relativamente favoráveis ao novo império, registradas num livro de crônicas publicado em 1899, *Nos Estados Unidos*. Nesse mesmo ano, Rio Branco obtém a aprovação pelo Congresso de um decreto presidencial concedendo redução de 20% sobre os direitos de importação para alguns artigos de interesse dos EUA. Rio Branco também se preocupava em desarmar iniciativas dos vizinhos hispânicos eventualmente motivadas por sentimentos antiamericanos.

Compreendendo que o eixo da política mundial passava a se deslocar cada vez mais para este lado do Atlântico, Rio Branco tratou de intensificar as relações do Brasil com os EUA, mediante, entre outras ações, a elevação da Legação brasileira à categoria de Embaixada, o que é obtido de maneira recíproca. Nessa ocasião, Oliveira Lima ainda tenta dissuadir Joaquim Nabuco de aceitar o honroso encargo que lhe pretendia atribuir Rio Branco. Nabuco, como se sabe, abraçou a causa americana com entusiasmo fora do comum, ao passo que Rio Branco, ligado à Europa por longa identidade cultural, era mais comedido, ainda que em escritos públicos – ou anônimos, como foi o caso do artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo” (publicado sob pseudônimo no *Jornal do Commercio*, muito embora o *nom de plume* J. Penn se tornasse logo conhecido) – demonstrasse grande simpatia pelo estreitamento das relações entre os dois grandes países do norte e do sul do hemisfério.⁷⁰

Oliveira Lima, preventivamente afastado – *et pour cause* – da Delegação brasileira à III Conferência Pan-Americana, a realizar-se no Rio de Janeiro em meados de 1906, torna-se mais e mais amargo em relação à pessoa de Rio Branco – ainda que aprovando, sinceramente, sua política americana – e chega a se desentender com Nabuco, em grande medida devido a essas diferenças de opiniões sobre as relações bilaterais e sobre o papel dos Estados Unidos na América Latina. Aceitando o monroísmo apenas enquanto ele fosse respeitoso das soberanias americanas e visceralmente desconfiado da política de Roosevelt, Oliveira Lima não deixava de externar suas opiniões nos artigos para *O Estado de São Paulo*, ainda que isso pudesse franzir certos sobrolhos no Rio de Janeiro. Às velhas divergências funcionais com o Barão agregam-se, portanto, novos conflitos político-diplomáticos entre ambos, num dissenso muito pouco construtivo, como demonstrado por muitos desses artigos expedidos de Caracas pelo “diplomata-jornalista”.

O livro *Pan-Americanismo* condensa a maior parte desses escritos momentâneos (de 1903 a 1907), quase que de *histoire immédiate*, sobre sua interpretação da Doutrina Monroe, sua visão realista das relações assimétricas entre as duas partes das Américas, sua desconfiança visceral da política dos Estados Unidos em direção do resto do

continente.⁷¹ Como escreveu Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Lima “combate Theodore Roosevelt e a famosa doutrina do *big-stick*, ao ponto de ser considerado, no Brasil, inimigo de Roosevelt e de averbarem de inconvenientes os seus artigos de *O Estado de São Paulo*, pela voz do então Senador Francisco Glicério, com algum aquiescência do próprio Presidente Rodrigues Alves. É nessa oportunidade que ele espousa a Doutrina Drago [se estava então no contexto da Segunda Conferência da Haia, quando o Brasil diverge dos EUA em mais de um ponto, mas sem chegar Rio Branco a apoiar totalmente o jurista argentino], cuja importância sentira na Venezuela e sabia como podia ser significativa na defesa da soberania de nações financeiramente dependentes”.⁷²

É também o momento de seu afastamento de Nabuco, a quem passa a acusar de “exagerar o seu americanismo”. Para este, com efeito, “a doutrina de Monroe (...) significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou monroísta”.⁷³ Oliveira Lima tirava certa satisfação do fato de que suas posições em relação ao monroísmo e ao pan-americanismo tinham mais acolhimento junto ao Barão do que o “adesismo” – a expressão não é dele – de Nabuco e de que suas idéias sustentavam, de certa forma, a própria postura do chefe do Itamaraty em prol de um relacionamento mais equitativo com os Estados Unidos, se tal fosse possível.

Com efeito, nessa conjuntura, Oliveira Lima passa a aprovar a política do Barão e a condenar a atitude de Nabuco, como revela em carta de Karlsbad, publicada no *Jornal do Recife* em 26 de agosto de 1906 (durante a conferência do Rio de Janeiro, portanto): “O que (...) não desejaria era ver imolar ao Governo de Washington as nossas tradições européias de interesses comerciais e econômicos e de laços morais formados pela descendência e pela cultura; nem sobretudo ver o Brasil reduzido à condição passiva de satélite, imposta por uma dura necessidade política ou pela fatalidade geográfica (...). Para o Sr. Barão do Rio Branco (tenho razões para supô-lo...), a amizade americana não deve significar a subalternação brasileira, isto é, a abdicação da nossa personalidade internacional mediante a supressão, em homenagem aos Estados Unidos, dos nossos juízos e

preferências. Não desejo eu próprio coisa diversa e o que tenho escrito sobre o pan-americanismo somente pode ser levando à conta do receio de que alguns consigam arrastar demasiado longe, por fantasias oratórias e diplomacia imaginativa, uma *entente* que tem base sólida e prática sobre que assentar, mas que é em extremo desigual para lograr ser absoluta em todas as suas faces”.⁷⁴

Posição de sensível realismo, portanto, não apenas sobre o americanismo então reinante no Brasil, mas que também revelava o tino diplomático e a independência de Oliveira Lima, mesmo quando isso lhe custasse uma velha amizade, como a de Nabuco. Como evidenciado por Barbosa Lima Sobrinho, “nunca Oliveira Lima renunciou a reivindicar para o Brasil o direito de ter uma orientação própria na defesa dos seus interesses... Depois de sua passagem pela Legação da Venezuela, Oliveira Lima alcançara uma visão continental dos problemas comuns às duas Américas, o que vale dizer uma visão das três Américas, com o que pudesse haver nelas de característico e de essencial”.⁷⁵

Pelo resto do período aqui examinado, Oliveira Lima e Rio Branco mantiveram relacionamento distante, feito de frieza e de aparente respeito mútuo, mas sem as erupções vulcânicas dos anos 1903 a 1906, o primeiro esperando que o segundo se afastasse da direção do Itamaraty, na próxima mudança de governo, o segundo esperando que o primeiro incomodasse o menos possível com artigos na imprensa a partir do momento em que obteve sua tão pretendida “sinecura” européia. O posto de primeira linha nunca surgiu em vida do Barão, tendo Oliveira Lima assistido à consagração do jovem – talvez oportunista a seus olhos – Domício da Gama, primeiro enviado a Buenos Aires, depois Embaixador em Washington, na sucessão do falecido Nabuco. Mas o Barão lhe concedeu, em junho de 1906, uma licença para tratamento de saúde com vencimentos em ouro, até que abrisse alguma vaga na Europa, o que só veio a ocorrer quase um ano e meio depois.

De fato, Oliveira Lima, feito Ministro em Bruxelas, com acreditação também para a Suécia, voltou-se bem mais, nessa fase, para as pesquisas, os livros e para as palestras sobre a história e a cultura do Brasil, publicando seu monumental *D. João VI no Brasil*,

representando oficialmente o Brasil em eventos científicos – como o congresso de americanistas – e passando a visitar universidades européias e até mesmo americanas. Ele continuava ativo na correspondência com seus colegas da *République des lettres* – mesmo que viesse depois a brigar com os acadêmicos por uma simples questão de *jetons* pagos pela assistência às reuniões –, cultivava seus companheiros de jornalismo e sobretudo outras personalidades da República dos bacharéis, como o próprio Rui Barbosa, a quem apóia nas tumultuadas eleições de 1910 contra Hermes da Fonseca.⁷⁶

Reagindo a uma intriga suplementar na imprensa, que tentava colocá-lo contra Rio Branco (e talvez proveniente do próprio *entourage* do Barão), respondia Oliveira Lima a um jornalista, em setembro de 1910, com sutis alusões ao próprio chefe: “Costumo escrever desassombadamente sobre assuntos de política nacional e internacional abstraindo quanto possível de personalidades, porque a qualidade de diplomata não deve apagar o discernimento nem reduzir o cidadão a um eunuco da inteligência, quando a possui. Até agora o não estranhou o Ministério de que sou funcionário e cujo critério é o único que reconheço. Não seria natural que procedesse diversamente o preclaro Sr. Barão do Rio Branco, que nos deu o exemplo de independência, protestando oficialmente, quando enviado extraordinário em Washington, contra a ordem de emprego da fórmula ‘saúde e fraternidade’, como sendo expressiva de uma crença sectária (...). De nenhuma demonstração me orgulho tanto como do voto com que na Academia Brasileira corroborou o ilustre Sr. Barão do Rio Branco a moção de louvor proposta... pela minha propaganda do Brasil intelectual na Europa”.⁷⁷

Esse tipo de intriga conduzida por jornalistas a serviço de uma ou outra corrente não era certamente inédita nos anais do Itamaraty e sobreviveu mesmo ao afastamento físico da Secretaria de Estado de seu ambiente natural junto da *République des lettres*. Oliveira Lima sempre esperou que, uma vez afastado o Barão do Itamaraty, sua situação voltasse ao patamar de alta consideração que ele se julgava no direito de receber em virtude de seus muitos serviços à diplomacia e sobretudo à cultura brasileira.⁷⁸ O problema é que a tão esperada substituição de Chanceler não ocorria, tendo Rio Branco

sido Ministro de quatro Presidentes sucessivos, até literalmente se consumir no trabalho, no início de 1912.

A nota necrológica preparada por Oliveira Lima nessa ocasião, e publicada nas colunas da *Indépendance Belge*, traz apreciação positiva da obra do Barão, revela o seu julgamento circunspecto sobre o homem e a obra, feita mais pelo historiador-diplomata – que recordava talvez os primeiros anos de colaboração em prol da história do Brasil – do que pelo diplomata-historiador, que teve sua carreira e oportunidades de pesquisa dificultadas pelo Chanceler escrupuloso de sua autoridade. Em texto mais extenso divulgado no Brasil, datado de Bruxelas, em fevereiro de 1912 (e publicado em *O Estado de São Paulo* em 14 de março seguinte), Oliveira Lima se permite avaliação mais crítica, não tão severa quanto seria de esperar, mas certamente não encomiástica como a maioria dos textos em louvor do Barão publicados na ocasião.

Ele reconhece, abertamente, a “falta de cordialidade que entre nós existia”, mas a atribuía a “mútua desconfiança que entre nós fora semeada”, agregando porém que isso nunca o “impediu de reconhecer os extraordinários serviços que o eminente brasileiro teve ensejo de prestar ao seu país...” Reconhecia sua competência e patriotismo, mas não deixava de sublinhar suas dissimulações – “sua alma tinha refolhos” – e registrava que as “preocupações propriamente literárias ou artísticas eram de fato estranhas, senão avessas ao seu temperamento”.⁷⁹

Nas “reminiscências”, escritas em meados dos anos 20, Oliveira Lima confirma esse julgamento negativo da personalidade do Barão, ao destacar em várias passagens desse livro de memórias apreciações pouco lisonjeiras dos dois antigos amigos dos quais ele se afastou desgostoso: “O maior defeito de Nabuco era a vaidade, do seu físico e do seu espírito. Ela o fazia egoísta e o levava à ingratidão. Rio Branco não era menos egoísta, e tinha muito menos coração do que Nabuco, sendo mesmo desapiedado. Da sua alma não jorrava o leite da natureza humana. Era porém mais agradecido e mais serviçal do que Nabuco, por interesse, para provocar favores que ele sabia recompensar à custa do Tesouro”.⁸⁰

Empossado um novo Ministro das Relações Exteriores, na pessoa do Lauro Müller, e após reivindicar sua aposentadoria por motivo

de saúde (aos 45 anos), Oliveira Lima solicita, poucos meses depois, uma licença para ir dar uma série de conferências nos Estados Unidos. Nesse período, cogitou-se de mandá-lo chefiar a Legação em Londres, o que foi obstado por uma inoportuna declaração sua a respeito dos regimes monárquicos, numa perspectiva comparada com o sistema republicano, suscitando cerrada oposição por parte do todo-poderoso “caudilho” Pinheiro Machado, no Senado. Ele praticamente já não mais voltaria à carreira diplomática, a não ser para se aposentar e continuar sua vida de nômade até o estabelecimento definitivo nos Estados Unidos, onde ficaram todos os seus livros e onde seu corpo repousa sob uma lápide simples, com uma inscrição anônima: “Aqui jaz um amigo dos livros”.

NOTAS

1 Ver Fernando P. de Mello Barreto Filho, *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964*, São Paulo, Paz e Terra, 2001.

2 “Vaidoso, ranzinza, teimoso, ao ponto de cabeçudo”, disse dele Gilberto Freyre, acrescentando porém: “Foi homem de personalidade inconfundível: corajoso nas idéias, bravo nas atitudes, insuperável na independência do seu pensar e do seu sentir. Quixotesco a seu modo”. Cf. Gilberto Freyre, *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. 2ª ed. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970: 22.

3 O trabalho mais conhecido sobre a vida do Dom Quixote Gordo é, obviamente, a obra até aqui solitária de Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima: uma biografia*, Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976, 3 vols, uma vez que a biografia do próprio, *Memórias, estas minhas reminiscências*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937, prefácio de Gilberto Freyre, é parcial e incompleta. Ver também, para avaliação mais serena da obra, bem como para compilação de seus mais importantes escritos, Manuel de Oliveira Lima, *Obra Seleta*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho, que assina a excelente introdução, “Sua Vida e Sua Obra”. Para avaliação mais moderna, isenta e crítica, de sua obra e sobre seu papel central na interação entre história e diplomacia, é indispensável citar os trabalhos da professora Teresa Malatian, sobretudo seu livro *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, Bauru, Edusc-Fapesp, 2001.

4 Ademais de suas muitas biografias singulares de varões ilustres, Plutarco colocou em perspectiva a vida de gregos e romanos, como Demóstenes e Cícero, Péricles e Fábio Máximo, Alcibíades e Coriolano e quase uma dezenas de outras “vidas paralelas”; cf. o *website* bastante completo dos “clássicos” do Massachusetts Institute of Technology: <http://classics.mit.edu/Browse/browse-Plutarch.html>.

5 Ver, de Alan Bullock, *Hitler and Stalin: parallel lives*, New York, Knopf, 1992.

6 O culto, na verdade, foi imediato, instalou-se na seqüência de suas grandes vitórias “territoriais”, precedeu seu falecimento e converteu-se em verdadeira unanimidade desde então, sendo o Barão a figura diplomática mais próxima de ser canonizada na vida civil brasileira. Como escreveu por ocasião de sua morte o jornal *A República* (10 de fevereiro de 1912), “Nenhum brasileiro atingiu mais alto o culto da veneração popular. O Barão do Rio Branco era verdadeiramente um patrimônio nacional. A nação que o amou em vida há de idolatrar-lhe reverentemente a sua venerada memória”.

7 A questão da designação do Barão presta-se por vezes a confusão. Por fidelidade à cronologia histórica, ele deveria ser chamado por seu nome próprio até 16 de maio de 1888, quando, por decreto da Princesa Regente, o então Conselheiro José Maria da Silva Paranhos passa a se chamar Barão do Rio Branco. A República, como se sabe, extinguiu, também por decreto, todos os títulos nobiliárquicos, após o que ele passa a assinar apenas Rio Branco, sob protesto de alguns jacobinos mais estritos. A partir de suas vitórias memoráveis, ele volta a ser identificado como “Barão” e é assim que se consagra à cabeça do Itamaraty em plena vigência das instituições republicanas: ele é praticamente o único Barão na memória coletiva brasileira.

8 Cf. Rubens Ricupero, “Um personagem da República” in João Hermes Pereira de Araújo (org.), *José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília, FUNAG, 1995: 27.

9 Cf. Gouvêa, *Oliveira Lima: uma biografia, op. cit.*, vol. 1: 149-150.

10 Carta datada de Paris, 14.11.1891, Arquivo do Barão do Rio Branco, AHD, in Gouvêa, 1, *op. cit.*: 227.

11 Carta de Oliveira Lima, datada de Berlim, 6.12.1892, Arquivo do Barão do Rio Branco, AHD, in Gouvêa, *op. cit.*: 228-9.

12 Como relata Barbosa Lima Sobrinho, esse livro sobre Pernambuco “teve a data de 1895, mas seu prefácio era de 29 de junho de 1893, o que dava a idéia de distribuição retardada. O parecer do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, propondo o nome de Oliveira Lima para sócio correspondente, e citando a obra a respeito de Pernambuco, era de 18 de setembro de 1894. Aparentemente, exaltava-se um livro que, pela data da capa, ainda não tinha aparecido”; cf. *Obra Seleta, op. cit.*: 24.

13 Cf. Teresa Malatian, “Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999: 377-392. Oliveira Lima, nessa época, esteve em gozo de licença de abril de 1895 a fevereiro de 1896, quando assumiu seu novo posto nos Estados Unidos.

14 Citado por Barbosa Lima Sobrinho, in Oliveira Lima, *Obra Seleta*. 42, a partir do livro *Reconhecimento do Império*: 255.

15 Cf. Lima Sobrinho, *op. cit.*: 43; a obra referida de Calógeras é *A Política Exterior do Império*, publicada inicialmente na *Revista do IHGB*. Calógeras argumentava contra Rio Branco na aplicação desse preceito, “incontestavelmente justo em si, [mas que] fora infeliz a negociação em dois detalhes, que apresentavam mero expediente

financeiro, fácil de evitar: como primeiro elemento da quantia a ser paga, a escolha do empréstimo de 1823, feito por Lisboa para combater a Independência; a compensação pessoal a D. João VI de suas propriedades particulares, quando no regime absolutista lusitano, se confundiam os bens d'El Rei com os da Nação"; cf. *PEI*, citado em *Obra Seleta*: 43.

16 *Idem, loc. cit.*

17 Carta datada do Rio de Janeiro, 6 de julho de 1903, citada por Gouvêa, 2: 544. Ver também Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*:98.

18 *Idem*: 544-45.

19 A situação de Salvador de Mendonça era, de certa forma, pior do que a atual situação atual dos lotados no chamado DEC, ou Departamento das Escadas e Corredores, pois que não fazia jus a qualquer tipo de vantagem remunerada, tendo sido simplesmente exonerado do cargo de Ministro em Lisboa, e nunca colocado em disponibilidade, como seria o normal. Cf. Carlos Sussekind de Mendonça, *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960 e José Afonso Mendonça de Azevedo, *Vida e Obra de Salvador de Mendonça* s.l.: Ministério das Relações Exteriores, 1971.

20 Cf. Gouvêa, 2: 548-49.

21 *Idem*: 549.

22 Salvador de Mendonça tinha redigido, em 1898, quando de sua transferência de Washington e ulterior afastamento de Lisboa, uma série de 15 artigos publicados no *Jornal do Commercio*, que, complementada por textos de 1901 e 1903, seria publicada em formato de livro de 270 páginas, em janeiro de 1904, sob o título de *Ajuste de Contas*; antes disso, porém, o Barão do Rio Branco concedeu-lhe o tão esperado decreto de reintegração na carreira, o que ocorreu em setembro de 1903. Cf. Sussekind de Mendonça, *op. cit.*: 248 e 245.

23 Cf. Oliveira Lima, "Elogio a Varnhagen" in Barbosa Lima Sobrinho, *Obra Seleta*: 531-32. Ver também o Capítulo 6, "Consagração de um dissidente", da obra da Professora Teresa Malatian, *Oliveira Lima, op. cit.*: especialmente, 175-181, que coloca esse embate no contexto do "tiroteio entre as *coteries*". Ela menciona, por exemplo, que o discurso de Oliveira Lima não foi publicado pela *Revista do IHGB*, "instituição em que Rio Branco desfrutava de enorme prestígio" e informa que "Diante desse obstáculo, o discurso só foi editado em 1910 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (do qual Oliveira Lima se tornara sócio correspondente em 1901) após ter circulado durante anos como folheto publicado pelo autor". *Idem*: 181.

24 Cf. Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*: 534-35.

25 *Idem*: 536, 537 e 540.

26 *Idem*: 545.

27 Citado por Gouvêa, 2: 555-56.

28 *Idem*: 556.

29 Cf. Evaldo Cabral de Mello, artigo na *Folha de S. Paulo* (13.9.96), transcrito na segunda orelha do livro *D. João VI no Brasil* 3ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

30 Cf. Álvaro Lins, *Rio Branco, Biografia pessoal e História política* 3ª ed., São Paulo, Alfa Omega, 1996: 243.

31 Carta de julho de 1902, AHD, citada por Álvaro Lins, *op. cit.*: 245.

32 Telegrama de Joaquim Nabuco, de Londres, sem data; citado em Lins, *op. cit.*: 246.

33 Barbosa Lima Sobrinho cita carta na “Seção de Manuscritos” da Biblioteca Nacional, publicada por Hélio Viana em *Cultura*, setembro de 1967: 14 e 16; cf. *Obra Seleta*, *op. cit.*: 97 e 130.

34 Apenas como registro imediato, esclareça-se que, removido para Lima em 14 de novembro de 1902, Oliveira Lima só viria a assumir seu novo posto em Caracas em 12 de março de 1905, passando todo o período de sua remoção para o Peru no Rio de Janeiro, no dizer de colegas.

35 Carta datada de Gênova, 21 de abril de 1903, Arquivo do Barão do Rio Branco, AHD, citada por Gouvêa, 2: 524.

36 Carta datada de 20 de abril de 1903, Arquivo de Joaquim Nabuco, citada por Gouvêa, 2: 525.

37 Idem: 526.

38 Cf. Gouvêa: 527.

39 Cf. Gouvêa: 529-30.

40 A partir de minuta existente no Arquivo Rio Branco, AHD, citado por Gouvêa: 530.

41 Cf. Gouvêa: 531.

42 Carta datada de Madri, 20.5.1903, Arquivo Joaquim Nabuco, *in* Gouvêa, 2: 533. Em resposta, Nabuco mostrava-se conciliador e compreensivo em relação às preocupações de Rio Branco com a “diplomacia ativa e imediata”, não vendo a descortesia que o outro apontava: “há outro modo de ler o telegrama. O seu não me parece correto”; idem: 535.

43 Cf. Gouvêa, 2: 561.

44 Cf. Oliveira Lima, artigo “Reforma Diplomática, I”, datado de 25 agosto de 1903, *Correio da Manhã*, republicado *in Cousas Diplomáticas*, Lisboa: A Editora, 1908: 9-16, cf. 10.

45 Idem, *loc. cit.*

46 Idem: 10-11.

47 Cf. *Cousas Diplomáticas*: 14-15.

48 Idem: 16.

49 Idem: 21.

50 Idem: 24. Joaquim Nabuco, após ler esse segundo artigo, escrevia a sua esposa que era “um manifesto contra a política de Rio Branco e em muitos pontos deve ter desagradado a este, que não esquecerá”; cf. Luís Viana, *A Vida do Barão do Rio Branco*, citado por Barbosa Lima Sobrinho *op. cit.*: 98.

51 Ver o excelente trabalho de Flávio Mendes de Oliveira Castro, *Rio Branco em Liverpool, 1876-1896 s.l.*: Ministério das Relações Exteriores, Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, 1970.

52 Cf. Oliveira Lima, artigo de 1º de setembro de 1903, *in Cousas Diplomáticas, op. cit.*: 30.

53 Idem: 31-32.

54 A dedicatória de Oliveira Lima vai assinada com data de 15 de março de 1907, sendo o local Engenho Cachoeirinha, em Pernambuco, num momento em que o então Ministro em Caracas gozava de mais uma licença, de 16 de junho de 1906 a 15 de junho de 1907, um ano, pois, de afastamento efetivo do posto, ao qual tinha chegado em março do ano anterior (na verdade a licença seria imediatamente complementada por “comissão”, de 16 de junho de 1907 a 14 de janeiro de 1908, quando ele assume seu novo posto em Bruxelas). Nessa dedicatória, Oliveira Lima, ao reafirmar que a diplomacia do século XX é muito mais comercial do que política, pela simples razão de que “a política da atualidade é o comércio”, externava sua confiança em que o “espírito esclarecido e prático” do Presidente Afonso Pena pudesse “imprimir essa direção necessária à política externa do Brasil”, numa crítica indireta, portanto, ao Chanceler confirmado do novo governo, que sequer é mencionado no Prefácio. Ao contrário, a crítica indireta vinha também aí: “Não basta a um país querer ser grande – grande em recursos e prestígio, não só em território e imaginação – é mister poder sê-lo”, daí competindo à diplomacia estimular o consumo de nossos produtos nos mercados estrangeiros: “Sem isso equivale a mais brilhante tarefa política a construir sem cuidar dos alicerces, ornar de frescos caros paredes que ameaçam ruir”, terminando então por convidar o presidente a assumir “a execução desta *reforma diplomática*”. Cf. 5-6.

55 Idem: 32.

56 Idem: 33-35. Comentando mais tarde – já em Caracas, em março de 1906 – um projeto de reforma da carreira então em discussão na Câmara, Oliveira Lima mencionava alguns artigos “inofensivos”, como o que criava o título de Conselheiro de Embaixada (“o que apenas servirá para tornar mais empoados e, portanto, menos suportáveis, alguns dos secretários...”) e outros, mais “perigosos na sua aparente ingenuidade, como o que afeta ao Ministro a distribuição a seu bel-prazer pelas diferentes missões dos 16 primeiros secretários e 28 segundos secretários” que então compunham o quadro diplomático; cf. artigo “Mais uma reforma diplomática” *in Cousas Diplomáticas*: 281.

57 A frase do Barão, não necessariamente literal, figura em carta (Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1904) do Ministro em Petersburgo, José Augusto Ferreira da Costa, a Joaquim Nabuco; citada em Gouvêa, 2: 613. Oliveira Lima, por sua vez, em seu livro autobiográfico (publicado postumamente) afirmou que “As minhas críticas a atos de Rio Branco, por mais cortesias que tivessem sido, granjearam-me em todo o Brasil fama de indisciplinado. Em certas épocas e em certos regimes a independência

confunde-se com a indisciplina.” Cf. *Memórias, estas minhas reminiscências* 2ª ed., Recife: Fundarpe, 1986: 127.

58 Cf. Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*: 98-99, que completa: “Mas Joaquim Nabuco tinha razão: Rio Branco não esquecerá. E não esqueceu realmente. Resolveu atender a Oliveira Lima, libertando-o da Legação [n]o Peru, mas dando-lhe, em troca, um posto inferior como significação diplomática, como fosse a Legação [n]a Venezuela”: 99. A Caracas, portanto, Oliveira Lima foi, depois de ensaiar uma recusa, mas ali não chegou sem outro largo périplo, no qual constou Paris (onde pesquisou para seu *D. João VI*) e Londres, para rever seu amigo Nabuco.

59 *Idem*: 99.

60 Em meados de 1904, o Barão cogitou de mandá-lo de volta ao Japão, o que Oliveira Lima recusou; cf. Gouvêa, 2: 603.

61 *Idem, loc. cit.*

62 Cf. Oliveira Lima, *Vida Diplomática* Recife: Typographia do *Jornal do Recife*, 1904, 7, texto reproduzido em *Cousas Diplomáticas, op. cit.*: 39-68, 41.

63 *Idem*: 45.

64 A avaliação encontra-se expressa em trabalho de Carlos Guilherme Mota, para quem Oliveira Lima “era do tipo que perdia um amigo, mas não perdia a oportunidade para dar vazão a seus julgamentos por vezes rudes, porém quase sempre certos”, o que certamente se aplica ao caso de Joaquim Nabuco. Ver “Oliveira Lima e a nossa formação” in Alberto da Costa e Silva (org.), *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, Brasília, Instituto Rio Branco, 2001: 180-195, cf: 183.

65 *Idem*: 57-58.

66 Em sua linguagem colorida, Oliveira Lima não se eximia de expressar sua opinião sobre o General Castro em cartas aos amigos: “É violento como todo ditador elevado ao poder pelos meios revolucionários... As liberdades públicas não o preocupam muito e se é honesto será a exceção, porque a regra aqui é que os Presidentes enriqueçam. (...) Em roda dele grasnam abutres dos dinheiros públicos, como é natural: há uma claque que se aproveita de seu valimento para acumular reservas... [E]le não é sangüinário (apenas prende e acorrenta, mas não fuzila) é patriota e dá ordem e sossego, o que nesta terra clássica de perturbações sabe bem de quando em vez, com a condição do sossego não ser perene, quando não isso os aborreceria. A revolução está na massa do sangue e há de custar a extirpar o vício. O mal é de origem: todos os caudilhos são descendentes legítimos de Bolívar”. Cf. carta de Oliveira Lima a Barbosa Lima, de 16 de junho de 1905, Arquivo de Barbosa Lima Sobrinho, citado em *Obra Seleta, op. cit.*: 100.

67 Carta de Flora Oliveira Lima a Maria Ana Soares Brandão, datada de Caracas, 29 de novembro de 1905, in *Obra Seleta*: 674-75. Concluída essa missão em Caracas, o Barão do Rio Branco ofereceu a Oliveira Lima a Legação no México, com acreditação também em Cuba, na América Central e no Panamá, o que volta a desagradar a este último.

68 Sobre o tema das relações Brasil/Estados Unidos nessa conjuntura, ver o estudo de Steven Topik, *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire* Stanford, Stanford University Press, 1996, bem como o trabalho “Brazil-United States Relations during the Rio Branco Years”, preparado para o seminário “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”. Brasília, IRBr, 28-29 agosto 2002.

69 Para as circunstâncias do acordo e suas implicações diplomáticas e econômicas, ver o trabalho de Clodoaldo Bueno, *A República e sua Política Exterior: 1889 a 1902*. São Paulo, Universidade Estadual Paulista; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. O mesmo autor assina, com Amado Luiz Cervo, um texto de história diplomática, *História da Política Exterior do Brasil* 1a. ed., São Paulo, Ática, 1992; 2a. ed., Brasília: UnB, 2001, que complementa a útil, mas algo antiquada *História Diplomática do Brasil* de Carlos Delgado de Carvalho 1a. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959; 2a. ed. fac-similar, Brasília, Senado Federal, 1958; com introdução de Paulo Roberto de Almeida e apresentação de Rubens Ricupero.

70 Um bom relato sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos nessa época e sobre o papel de Rio Branco está em E. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*, New York, Columbia University Press, 1966; uma visão pouco crítica pode ser encontrada em Aluizio Napoleão, *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947.

71 Curiosamente, esse livro – talvez por pretender sustentar uma boa remoção para a Europa, quando na verdade o Chanceler só lhe tinha indicado, a princípio, o caminho do México – é dedicado ao Barão do Rio Branco, que “no seu discurso de abertura da Conferência Pan-Americana indicou a essa reunião continental a verdadeira orientação que lhe cumpria seguir e serenamente obstou à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano; a um tempo prestando à Europa o tributo filial que lhe devem os herdeiros e continuadores de sua cultura, e reafirmando, para com os Estados Unidos a estima cordial que ao Brasil merecem todas as outras nações do Novo Mundo...”; cf. *Pan-Americanismo: Monroe-Bolívar-Roosevelt*, Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1907.

72 Cf. *Obra Seleta*: 113.

73 De acordo com a biografia de Nabuco por sua irmã, Carolina, citada por Álvaro Lins, *Rio Branco, op. cit.*: 323.

74 Citado por Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*: 115.

75 Idem: 116.

76 Por uma dessas ironias do destino, o Presidente eleito Hermes da Fonseca passou por Bruxelas em junho de 1910, não tendo sido porém recebido por Oliveira Lima na estação, alegando este que não tinha sido comunicado oficialmente da viagem. Em carta ao próprio, entregue no hotel, dizia o Ministro na Bélgica, com sua peculiar independência política: “Sabedor, como V.Excia. é, das minhas preferências no recente

pleito presidencial – preferências que livremente manifestei como cidadão brasileiro... – poderá ter interpretado como um ato menos cortês a minha ausência na estação... [S]e ali não compareci, foi porque... semelhante comunicação só podia ser feita ao Ministro, oficialmente pelo Ministro das Relações Exteriores... De outra forma minha presença seria uma intromissão descabida...”. Em carta particular, porém, Oliveira Lima tinha afirmado pouco antes que “...eu próprio não serei agente diplomático de uma ditadura disfarçada...”, revendo entretanto sua posição mais adiante; cf. Gouvêa: 869 e 876.

77 Cf. Gouvêa, *op. cit.*: 883-84.

78 Como escreve Gouvêa, “Passada a campanha, o diplomata-historiador mergulhou fundo nas pesquisas, no preparo das conferências e cursos programados para Bruxelas e Paris, sendo ocioso repetir que o Brasil constituía o tema exclusivo dessas produções intelectuais. Para Oliveira Lima, divulgar culturalmente a pátria, representava a melhor e a mais elevada forma de servir ao Brasil no exterior”. *Op. cit.*: 860.

79 Cf. “O Barão do Rio Branco” *in Obra Seleta*: 299.

80 Cf. Oliveira Lima, *Memórias*, *op. cit.*: 190. Mais adiante, ele confessa: “O meu grande mal era não saber ou antes não querer adular”; cf.: 207. Essa tendência a um julgamento severo em relação à figura histórica e ao papel do Barão na diplomacia brasileira está provavelmente na origem de um certo “esquecimento” de Oliveira Lima nos anais da diplomacia brasileira. Como, de resto, explicar o fato de sua importância enquanto historiador – menos certamente como diplomata – ter sido tanto tempo descurada na memória historiográfica nacional e no próprio inconsciente coletivo da *République des lettres*, o que se refletiu, também, durante muitos anos, no fraco movimento editorial de reedições de seus livros? Qual seria a razão historiográfica que justifique o fato pelo menos curioso de Oliveira Lima ter sido praticamente ignorado nas comemorações do centenário do Barão em 1945? Um importante texto recapitulativo da produção sobre o Barão, publicado em número especial desse ano da *Revista do IHGB*, menciona, por exemplo, quase todos os personagens com os quais ele interagiu, e mesmo seus cronistas e biógrafos – estão ali missivistas como Rui Barbosa e Capistrano, o Nabuco de *Minha Formação*, biógrafos, historiadores e cronistas como Calógeras, Dunschee de Abranches, Araújo Jorge, Aluizio Napoleão, Renato Mendonça e Álvaro Lins, que tinham recentemente publicado seus livros de história da política exterior e biográfico, e até mesmo o filho do Barão, Raul do Rio Branco –, mas não, sintomaticamente, Oliveira Lima; cf. Feijó Bittencourt, “Quem escreveu e como escreveu acerca do

SESSÃO III
O BARÃO DO RIO BRANCO E
A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

MODERADORA
Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Em carta a um amigo, o Visconde de Ourém, em 13 de outubro de 1870, o futuro Visconde do Rio Branco qualificava o Brasil de moroso. Trinta e dois anos mais tarde, seu filho, ao descer do navio no Rio de Janeiro, encontrava um país que começara a andar rápido e, em alguns momentos, a correr. Tudo se passava como se o Brasil, superados os traumas e os conflitos que se seguiram à Proclamação da República, tivesse finalmente tirado do dorso o peso do regime escravista, que não lhe permitia apressar-se. E era forçoso acelerar o ritmo dos passos, se queríamos acompanhar a Europa e os Estados Unidos, onde, nas duas décadas que antecederam 1900 e nos 20 anos que se seguiram, novas invenções, novas idéias e novos comportamentos surgiam ou se difundiam, um após outro, quase sem tomar fôlego. O navio a vapor com hélice e casco de ferro vencera o *clipper*. O telégrafo, com o cabo submarino, o telefone e o rádio permitiam a comunicação imediata ou quase imediata. Onde quer que chegassem, a lâmpada elétrica, a aspirina, o raio-x, a máquina de escrever, o gramofone, o motor de combustão interna, o pneu com câmara de ar, o cinematógrafo, a sociologia, a psicanálise – cito ao acaso – estavam a mudar a vida humana.

Quando desceu no Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco foi levado por uma carruagem puxada por cavalos até a Rua do Ouvidor. Cinco anos mais tarde, Euclides da Cunha escreveria a Domício da Gama haver na cidade “um delírio de automóveis”. Talvez Euclides exagerasse um pouco, pois, em 1909, os automóveis ainda eram objeto de curiosidade popular. Mas o Barão costumava usá-los. E tanto, que num deles, de capota baixa, Lima Barreto o faz passar pelas páginas de seu romance *Vida e morte de J. M. Gonzaga de Sá*. Como quer que fosse, o automóvel chegou ao Brasil, com José do Patrocínio a espantar e divertir os transeuntes, quase no dia seguinte àquele em que venceu as desconfianças com que era visto na Europa. E contaria, para o desenvolvimento do motor a gasolina, com as

inovações de um brasileiro que, em Paris, não cessava de inventar aparelhos voadores.

Santos Dumont podia ser tomado como símbolo da excitação criadora daqueles anos, e não só na Europa, mas também no Brasil, que, naquelas décadas da chamada *Belle Epoque*, avançou rapidamente no conhecimento de si próprio. Em 1890, Barbosa Rodrigues estampara na *Poranduba amazonense* os contos indígenas que recolhera nas viagens pelo interior do Brasil. *Broquéis*, de Cruz e Sousa, é de 1893. De 1896 data o *Atlas Celeste, contendo o aspecto do céu para cada mês de latitude do Rio de Janeiro*, de Luís Cruls. E de 1899, o *Projeto do Código Civil Brasileiro*, de Clóvis Beviláqua. Dois anos mais tarde, Osvaldo Cruz fundava o que viria a ser o Instituto de Manguinhos, e saíam dos prelos *O tupi na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio, e *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. E, no mesmo ano do desembarque de Rio Branco, Euclides da Cunha publicava *Os sertões*, livro que causou impacto sem precedentes sobre a inteligência brasileira, impacto que só se repetiria, três décadas mais tarde, com *Casa grande & senzala*. Ainda em 1902, saíam *Kiriale*, de Alphonsus de Guimaraens, e *Rosa, rosa de amor*, de Vicente Carvalho. Embora sua grande obra, *Os africanos no Brasil*, só viesse a ser editada vários anos após sua morte, por essa época Nina Rodrigues a estava concluindo na Bahia, enquanto, no Rio de Janeiro, Ernesto Nazareth compunha seus “tangos brasileiros”.

Essa efervescência mental marcaria todo o período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores e se prolongaria nos anos após sua morte. Em 1904, Alberto Nepomuceno terminava a abertura de *O Garatuja*. No ano seguinte, Farias Brito publicaria *A verdade como regra das ações*, e Manoel Bomfim, *A América Latina*, e surgiria a primeira revista infantil ilustrada, *O tico-tico*. Em 1906 sairia *As religiões do Rio*, de João do Rio, que estava a revolucionar as reportagens jornalísticas. De 1907 é *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu. Embora desde 1889, Cândido Rondon já estivesse a estender linhas telefônicas sertão adentro, data também de 1907 o início dos trabalhos da Comissão que tomou seu nome e que, durante 10 anos, devassaria e estudaria zelosamente o Noroeste do Brasil. E foi em 1907 que Eliseu Visconti trouxe de

Paris o pano de boca, o painel circular para o teto da platéia e o friso sobre o procênio, que pintara para o novo Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Em 1908, apareceram *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, e *Folclore pernambucano*, de Pereira da Costa. No ano seguinte, Carlos Chagas revelaria sua grande descoberta, a maior feita no Brasil, no campo médico, a do *Tripanosoma cruzi* e da moléstia por ele causada. O mais original dos livros escritos por um poeta brasileiro, *Eu*, de Augusto dos Anjos, seria impresso em 1912, o mesmo ano de *Rimas e redondilhas*, de José Albano. De 1914 datam *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*, de Alberto Torres, *A filosofia da arte*, de Vicente Licínio Cardoso, assim como a primeira versão do que viria a ser o *Dicionário dos animais do Brasil*, de Rodolfo von Ihering. *Urupês*, de Monteiro Lobato, sairia em 1918. E *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, e *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, dois anos mais tarde.

Várias gerações, com suas distintas visões do Brasil e do mundo confluíam para aquele início de século. Não esqueçamos que *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, data de 1900, que são de 1904, 1906 e 1908, três grandes obras de Machado de Assis, *Esau e Jacó*, *Relíquias de Casa Velha* e *Memorial de Aires*, respectivamente, que *Últimos sonetos* de Cruz Souza, o mais alto livro de poesia escrito no Brasil, foi publicado, postumamente, em 1905, e que *Tarde*, o grande adeus de Olavo Bilac, saiu em 1912.

A simples enumeração desses nomes e do que fizeram mostra a riqueza e a fecundidade do período. Tinha-se a convicção de que o Brasil começava a inventar, a descobrir e a investigar com renovado rigor sua própria realidade e a discuti-la. Viviam-se anos de euforia, de certeza de que a felicidade era possível, no presente e, sobretudo, no futuro, euforia que tomava forma poética, em 1908, em *Apoteoses*, de Hermes Fontes. Penso que, no Brasil, não houve um *fin de siècle*, com seu sentimento de decadência. Nem o nosso século XX encurtou-se da Primeira Grande Guerra à derrubada do Muro de Berlim: começou uma década antes de 1900, e suspeito que ainda não se extinguiu. Àqueles que dirão que exagero, proponho data alternativa para seu início: 1902, a da chegada de Rio Branco ao Rio de Janeiro.

Não precisamos recordar a apoteótica recepção que teve nem percorrer os jornais da época para reconhecer em Rio Branco o

personagem de seu tempo que mais contribuiu para o sentimento de que o Brasil tinha um destino certo, bom e forte. Sua atuação no caso das Missões e das fronteiras com a Guiana Francesa, bem como na incorporação do Acre ao território brasileiro e no acerto dos limites com o Peru e o Uruguai, como que entregava um novo país ao país. Um novo país com fronteiras ampliadas e definidas a um país que ainda se perguntava como lhe seria possível alcançar o mesmo nível da Europa, quando nos condenavam ao atraso, quando não à barbárie, as teorias então tidas por científicas, de que se encharcara o século XIX, sobre raça e mestiçagem, bem como sobre a ação degenerescente dos trópicos sobre o ser humano.

O Rio de Janeiro colonial, com suas ruas estreitas e prédios esguios, começava a ir-se embora, levado pelo “bota-abaixo” com que Pereira Passos, que assumira a prefeitura da cidade no mesmo ano do retorno de Rio Branco, dela queria fazer uma urbe moderna, a seguir as lições do Barão Haussman. Paralelamente, Oswaldo Cruz a libertava da febre amarela. Outras cidades acompanharam o Rio, no renovar urbanístico e na adoção de políticas sanitárias: Belém do Pará, por exemplo, e São Paulo, onde a Avenida Paulista se fazia símbolo da riqueza do café. E outra, alguns anos antes, em 1897, já sugira moderna: Belo Horizonte. Nem tudo era, porém, positivo, e fora das urbes persistiam todas as mazelas, parecendo acentuar-se a cada dia a distância entre a cidade e o campo, ou, melhor, entre a cidade e o sertão. Com o livro de Euclides da Cunha passara-se, no entanto, a ter consciência de que nossos pioneiros, os que haviam ocupado os enormes espaços cujos limites o Barão do Rio Branco definitivamente definira, tinham sido, mal se esgotaram o ouro e as pedras preciosas e se perderam os mercados distantes para os grandes rebanhos, abandonados e esquecidos.

Não era preciso ir ao sertão para ver o encardido da pobreza. Ela estava ali mesmo, na capital federal, e bem descrita nos romances de Lima Barreto. Pois a *Belle Epoque* brasileira não foi distinta da francesa. Atrás de seu biombo dourado, escondiam-se as condições miseráveis da vida da maior parte da população, a marginalização econômica dos antigos escravos, os cortiços insalubres, a ausência de socorro médico, a violência nos bairros populares. No caso do

Rio de Janeiro, o “bota-abaixo” expulsara boa parte dos pobres do Centro da cidade e os recolocara em arrabaldes distantes e nas fraldas dos morros.

Os contrastes e dissonâncias no processo de pôr o Brasil em dia com seu modelo europeu não paravam aí. Ao contrário do que sucedia com os endinheirados norte-americanos e russos que chegavam a Paris e ali compravam quadros impressionistas, pós-impressionistas, nabis e até fauvistas, os brasileiros ricos acompanhavam a alta burguesia francesa e saíam atrás das obras de pintores acadêmicos premiados nos salões. Das novas correntes estéticas, uma delas, o *art nouveau*, não demorou, no entanto, em afirmar-se no Brasil, sobretudo nas artes decorativas e nas artes gráficas. Havia um motivo para a boa recepção do *art nouveau*: traduzia em geral felicidade e otimismo. Por outro lado, parecia não haver lugar no espírito prevalecente no Brasil da época – Augusto dos Anjos era exceção aberrante – para a estética do desencontro, da solidão e da angústia que, paralelamente e em contraposição à atmosfera da *Belle Époque*, prenunciava na Europa a grande crise de valores que se tornaria clara durante a Grande Guerra, ao revelar tragicamente quão frágeis eram as idéias do progresso interrompido e da racionalidade das ações humanas.

Não tenho dúvida de que Rio Branco, se tivesse vivido mais alguns anos, se teria encantado com os livros requintados que, a partir de 1914, saíam dos prelos da Editora Apolo, do caricaturista Vieira da Cunha e do grande artista gráfico que foi Correia Dias. Custa-me acreditar, no entanto, que o Barão pendurasse em sua sala um quadro de Cézanne, Gauguin ou Derain. Para a pintura tinha olhos antigos, como a maioria de seus contemporâneos cultos, na Europa ou no Brasil. E sua sensibilidade estética continuava a ser, possivelmente, a de seus primeiros dias europeus. Como também muitas das suas percepções sociais e políticas. Assim, continuou monarquista, e é provável que não pusesse maior atenção nos reclamos pelo voto feminino e pelo voto secreto e universal. Se tivesse podido ler os versos de Gilka Machado, cujo primeiro livro, *Cristais partidos*, só sairia em 1915, talvez não escondesse uma palavra de escândalo. Como quase todos nós, dividia-se por muitos tempos e guardava gestos, modos de ser e valores da infância, da adolescência, da

juventude, da maturidade e do crepúsculo. Metade de sua alma, a mais íntima, ficara no passado. A outra era intensamente moderna e modernizadora.

Disso dão prova as memórias sobre as fronteiras brasileiras com a Argentina e as guianas francesa e inglesa. Datam de 1894, 1899 e 1897, respectivamente, mas, se escritas hoje, ainda as teríamos como modelos de monografias modernas, pela limpidez do texto e pelo rigor, precisão e riqueza de fontes. E a quem quiser aprender a conquistar a atenção do leitor culto de jornais, recomendo que se debruce sobre as *Efemérides Brasileiras*, publicadas originalmente nas páginas do *Jornal do Brasil*, ao longo de 1891.

O Barão era, aliás, excelente jornalista, a antecipar, na clareza e concisão do estilo, a linguagem que só se imporia décadas depois. E sabia como poucos lidar com a imprensa e utilizá-la como arma política. Tanto para acuar adversários externos quanto para reduzir oposições e resistências internas e imobilizar desafetos. Diziam as más línguas que não só solicitava, veladamente, a este e aquele jornal que lhe opusesse reparos, como chegava até mesmo a redigir e publicar sob pseudônimo ou como editoriais matérias contra posições que adotara ou iniciativas que tomara, a fim de, na réplica, mais bem as explicar e, se necessário, arregimentar a opinião pública em seu favor.

Rio Branco iniciara sua experiência no estrangeiro no corpo consular do Império. Formara-se num serviço exterior que, embora pequeno, era avançado para os padrões da época e estava muito à frente do país escravocrata que representava. Durante a guerra contra o Paraguai, esse grupo de rebentos cultos e refinados da classe senhorial, escolhidos para diplomatas e cônsules por recomendação ou empenho familiares, havia atuado com grande competência. E provava que exercitavam uma diplomacia habilidosa e eficiente a forma que tomou a solução dos problemas de limites com o Brasil das possessões britânicas e francesas no continente sul-americano, numa época em que a França e o Reino Unido ditavam sua vontade ao Mediterrâneo, à África e à Ásia. Rio Branco não ignorava, contudo, que o número desses servidores era insuficiente e que tanto a sede no Rio de Janeiro quanto as missões diplomáticas e os consulados estavam mal aparelhados para os novos desafios de uma política externa

cujo leque de preocupações não mais se restringiria às questões do Prata e ao tráfico negroiro.

Na preparação de suas memórias sobre as questões de limites, Rio Branco pouco contara com a Secretaria de Estado. O ritmo desta era, por assim dizer, marcado pelo pulsar das horas de trabalho do zeloso e competentíssimo Visconde de Cabo Frio, tão centralizador, que papel algum entrava na Secretaria de Estado ou dela saía sem passar por suas mãos. O nó a ser desatado estava no centro do serviço exterior, em sua matriz, que não estava em condições – cito o próprio Barão – “de dar conta satisfatoriamente de todos os negócios que por ela corriam”.

Já em 1903, Rio Branco propôs o aumento dos quadros e dos vencimentos dos funcionários da Secretaria de Estado, mas se passariam três anos até o projeto ser aprovado, com fortes cortes, pelo Congresso Nacional. Por isso, só em 1906 seria promulgado o chamado Regulamento Rio Branco, que reorganizou a Secretaria de Estado, fortalecendo o Gabinete do Ministro e criando, entre as seções que a formavam – a do Protocolo, a dos Negócios Políticos, a dos Negócios Comerciais e Consulares, a da Contabilidade e Assuntos Administrativos –, uma quinta, a do Arquivo, que, para ele, devia ser a espinha dorsal da Casa, pois sabia por experiência própria a força dos precedentes e não precisava de que o convencessem de ser a história a grande arma da diplomacia.

Ao conceber sua reforma, Rio Branco tomou por modelos o Quay d’Orsay e o Foreign Office. Era por esses padrões que desejava medir a eficiência do serviço diplomático que viera chefiar. Cercouse de funcionários e de técnicos de confiança – Domício da Gama, Gastão da Cunha, Araújo Jorge, Euclides da Cunha – e procurou recrutar novos diplomatas, cônsules e servidores da Secretaria de Estado entre jovens de talento que ele próprio entrevistava, muitas vezes em almoços a dois. Queria um serviço exterior que se movesse como um atleta jovem, mas pronto viu-se a repetir o centralizador Visconde de Cabo Frio, a fiscalizar, de um gabinete que se tornara a sua casa, todas as tarefas importantes do Ministério, a preparar ele próprio despachos, a rever e a reescrever ofícios, a reclamar da má qualidade dos textos que lhe chegavam das seções da Secretaria de

Estado e da revisão precária dos originais que lhe traziam para assinar, e a devolvê-los, para ser refeitos. Media tudo por sua régua. Feita por ele e para ele.

Um dos diplomatas a quem mais favoreceu disse dele que não era um bom administrador. Não se descarte que tivesse razão. Mas não fazia falta que o fosse. Bastava-lhe ser um grande Ministro do Exterior, com faro único do momento, das perspectivas e das possibilidades de ação e reação. Não mudou métodos burocráticos de trabalho, nem creio que se preocupasse com isso. O que ele mudou foi o comportamento da diplomacia brasileira, o tom de sua voz, o modo de apresentar seus argumentos. Deu-lhe confiança. Alterou a posição do país no hemisfério e no mundo. E a imagem que de sua pátria tinham os brasileiros.

O povo dele falava como o maior de todos, num momento cujos grandes nomes cobririam mais de um terço das páginas de um dicionário biográfico brasileiro. No entanto, sobre aqueles 10 anos que antecederam o fim do século XIX e nos 20 que se lhe seguiram, lançaram os jovens que promoveriam a Semana de Arte Moderna, no que foram acompanhados pelos que vieram depois, a pecha de um período repetitivo, infecundo, frívolo, alienado da realidade brasileira. Moroso – para usar o adjetivo que o Visconde do Rio Branco aplicara ao Brasil de seu tempo. Foi, no entanto, todo o contrário. De consolidação de um sentir brasileiro tornado explícito pelos românticos. De investigação séria de nossa realidade como geografia e como povo. De crítica rigorosa e severa de nossas contradições e de nosso atraso. Ainda que ficássemos apenas no plano da literatura, bastaria mencionar Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos e Lima Barreto – criadores inventivos, originais, poderosos e entranhados de Brasil – para mostrar o erro do julgamento.

O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DA AGENDA
BRASILEIRA
AMADO LUIZ CERVO

Qual a maneira de conceber a função pública? Qual o perfil do administrador bem-sucedido? Quais as interfaces entre a esfera da ação gerencial própria com a de outros, em uma equipe dirigente? Enfim, qual o papel do Estado em cujos desígnios se insere essa ação? Tais preocupações, de ordem tanto conceptual quanto operacional, orientam nossa análise acerca da contribuição do Barão do Rio Branco à modernização da agenda brasileira. São perguntas que a ele formulamos e serão respostas extraídas de seu modo de pensar e de agir.

Sendo, no Brasil, a obra do Barão muito conhecida de poucos e pouco conhecida de muitos, foi possível colher naturalmente três opiniões em uma fase inicial desse modesto estudo. Para o observador comum, Rio Branco foi um homem de visão propenso a influir sobre o desempenho das administrações de presidentes aos quais serviu, particularmente sobre decisões políticas destinadas a remediar aspectos frágeis da vida nacional. Para o observador especialista na área de relações internacionais, porém não em Rio Branco, existiu nele a preocupação constante com a modernização do país, evidenciada, por exemplo, no empenho que manifestou no sentido do reaparelhamento das combatidas Forças Armadas. Para o especialista na vida e obra do patrono da diplomacia brasileira, esse homem de Estado foi antes de tudo um realista, cujo modo de agir era calcado no senso comum, sinônimo de bom senso, que não admitia passivamente os discursos da moda, que manipulava meios, fins e riscos do cálculo estratégico com que o estadista domina o destino e projeta o futuro de sua nação.

Rio Branco foi um homem de seu tempo, muito de seu tempo, talvez enclausurado em seu tempo. Esse condicionamento de sua personalidade convivia com os atributos acima mencionados. O conjunto nos conduz à descrição de seu perfil de gerente bem-sucedido, vencedor de todas as causas em que se envolvia, cujo alcance como exemplo para a posteridade deve ser avaliado com objetividade.

A seu respeito – registrou Rubens Ricupero recentemente – produziram-se lugares-comuns, atitudes apologéticas e triunfalistas, bem como impulsos iconoclastas.¹ Nada disso faz sentido, se situarmos o Barão na perspectiva do tempo, ou seja, no momento a que ele próprio subordinou o desempenho da função de homem público.

1. A NOVA FACE DA REPÚBLICA EM QUE SE INSERE A GESTÃO DE RIO BRANCO

Quando alçado à função de dirigente máximo dos assuntos externos em 1902, Rio Branco emerge, do clima político, o espírito de reforma e modernização do país, preparado pela presidência de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902). Após alguma hesitação, certamente aceitou as agruras da função de Ministro das Relações Exteriores em razão desse ambiente propício a seu modo de ver a administração pública que se criara. Com efeito, Campos Sales foi o primeiro de uma série de presidentes da jovem República a formular um programa concreto de governo, “organizador das instituições republicanas”, como ele próprio afirmou quando em campanha eleitoral, programa que implementou com racionalidade e coerência durante seu mandato de quatro anos.

Na avaliação de Alcindo Guanabara, seu programa destinou-se a realizar necessidades imperiosas da situação, aguçadas pelos primeiros anos de instabilidade que se seguiram ao advento da República.² Envolveria decisões em quatro domínios de ação: a vida política, a economia, as finanças e as relações internacionais.

Campos Sales dispunha-se a conferir ao Presidente da República o papel de estadista. Embora eleito por um partido, não haveria de ser o Presidente de um partido, e sim desta nação. Serviria a idéias e princípios, colocando-se acima das paixões e interesses de segmentos sociais. A relação entre o Presidente e o partido, como também entre a União e os estados, no conceito de Campos Sales, seria determinada pela destinação que o chefe de Estado daria ao exercício do poder que os interesses nacionais requerem. Os federalistas gaúchos de inclinação parlamentarista não eram contemplados por seu modelo político, tampouco a corrente de pensamento do Estado unitário.

Nesse sentido, não promoveu nenhuma reforma política, porquanto esses dispositivos do presidencialismo figuravam na lei magna que fundou a República, mas adaptou o governo a tais dispositivos, o que ainda não se fizera.

Resolvida a questão política mediante a aplicação de tais princípios e o arranjo prático da chamada “política dos governadores” – o Presidente apóia os estados que elegem deputados para apoiá-lo – Campos Sales realiza um “governo de administração”. Alça, portanto, a *eficiência* da gestão pública acima da *política* sem propostas concretas. O primeiro desafio consistia em remediar o descalabro das finanças que herdara de seus predecessores, em razão da influência que esse pesado fardo exercia sobre a vida nacional e as relações exteriores. Resgatou o papel-moeda, fiscalizou a arrecadação, controlou gastos públicos, eliminou o déficit e a tudo deu solução mediante o empréstimo de 1898, o *funding loan*, um contrato que afundou o país na dependência diante do capitalismo financeiro. Por muito tempo essa contradição da época do Barão marcou o desempenho dos governos brasileiros: modernizar o país pelos mecanismos da dependência estrutural ao exterior.

Na área externa, Campos Sales mescla do mesmo modo o arcaico ao moderno. Embora assinale funções econômicas à diplomacia, como a promoção do comércio exterior e a importação de braços para a lavoura, inspira a gestão de Rio Branco, que ele mesmo convidou para a pasta dos Negócios Estrangeiros em nome de Rodrigues Alves, seu sucessor: “Intransigência absoluta, ativa e digna, em tudo quanto possa afetar a soberania nacional ou a integridade territorial”, são palavras de Campos Sales, que bem poderiam definir a filosofia política do Barão.

Com efeito, o modernizador da República conferia à diplomacia da época a segunda de três funções históricas a serem naturalmente cumpridas em três lances temporais sucessivos, na interpretação de apologistas da ação de Rio Branco: consolidar a independência e a soberania, obra da diplomacia imperial, configurar o território, obra do Barão, e desenvolvê-lo, obra de Getúlio Dorneles Vargas e seus sucessores. A história de dois séculos das políticas exteriores dos Estados desenvolvidos revela claramente que essas três funções foram

exercidas com o mesmo cuidado pelo tempo todo e desde a gênese desta nação. Os Estados Unidos fornecem o exemplo mais próximo. Mas Campos Sales não tinha essa visão econômica prospectiva capaz de converter a política exterior em instrumento de desenvolvimento, como havia cogitado, entre outros, Bernardo Pereira de Vasconcelos, na década de 1840. Para Campos Sales, a leitura do interesse nacional circunscrevia-se nos objetivos de exercitar a soberania e consolidar o território. Quanto à dimensão econômica da política exterior, restringia-se a satisfazer interesses do grupo socialmente hegemônico que se apropriara do Estado, o grupo “café-com-leite”, como foi chamado. Por isso fez passar a lei aduaneira de 1900, que permitia ao Executivo elevar e baixar as tarifas com base no único critério das dificuldades ou facilidades criadas pelos outros países ao consumo do café. Essa lei será a arma de negociação externa da diplomacia da agroexportação, na expressão de Clodoaldo Bueno.³

De todo modo, Campos Sales saneou as finanças e a administração públicas, preparando o campo para a reorganização nacional e obras de grande envergadura, que seriam empreendidas por seu sucessor, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906).

Na Chancelaria, o Barão comprazia-se em observar essa modernidade posta em marcha por Rodrigues Alves: o novo desenho urbanístico da capital, o reaparelhamento do porto do Rio, a expansão das comunicações, os grandes programas na área da saúde pública, a reorganização do Exército, a aquisição de encouraçados para a Marinha, os primeiros vôos de Santos Dumont. Essas realizações deslizavam do talento de uma equipe dinâmica e competente escolhida pelo Presidente para o comando da administração pública, em meio à qual Rio Branco trabalhava: Osvaldo Cruz, Pereira Passos, Lauro Müller, Paulo de Frontin. Estavam todos imbuídos de patriotismo, agiam como profissionais, porém obstinados em alçar os valores brasileiros, espirituais e materiais. E operar em condições de bom desempenho. Por isso uma das primeiras providências do Barão foi a de modernizar o serviço da Chancelaria. A expansão dos negócios do café e da borracha entre 1890 e 1912 sustentava as grandes realizações nacionais. Até a queda do preço do café devida à crise do capitalismo de 1893 teve solução criativa no Acordo de Taubaté, de 1906, destinado a sua valorização.

Afonso Augusto Moreira Pena e, após sua morte, em 1909, seu vice, Nilo Procópio Peçanha, exerceram o mandato presidencial entre 1906 e 1910. Colheram frutos da reabilitação econômica de Campos Sales e tomaram o embalo das grandes realizações do sucessor, Rodrigues Alves. O desenvolvimento naval e a modernização da administração pública concentraram o melhor de seus esforços. As eleições para o mandato seguinte levaram ao público a campanha civilista de Rui Barbosa, que perdeu, contudo, para o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914). O ciclo das grandes realizações declinava: a política das salvação promovera violentas intervenções nos estados, os jagunços do Padre Cícero se revoltavam no Ceará, outros no Contestado de Santa Catarina; caiu a receita da exportação, e o endividamento externo cresceu, como também o déficit do orçamento; aumentou a emissão do papel-moeda, e apareceu a nota inconvertível. O declínio carregou consigo o entusiasmo de Rio Branco pela coisa pública.⁴

Descrito o ambiente histórico em que se inseriu a gestão de Rio Branco na Chancelaria, avançamos nossa análise com o intuito de traçar o perfil do dirigente bem-sucedido, com base no pensamento e na ação desse homem de Estado.

2. PERFIL DO DIRIGENTE: A TEORIA DE RIO BRANCO

Obras do Barão do Rio Branco reúne em nove volumes seus escritos. A análise desses textos, particularmente de “Discursos”, permite identificar elementos conceituais da administração pública. Por outro lado, a prática gerencial fornece elementos comprobatórios para os conceitos formulados. Em outros termos, pretendemos mostrar que houve coerência entre o modo como Rio Branco concebeu a função pública e o modo como implementou sua *teoria* administrativa.

Experiência e conhecimento representam duas condições prévias ao exercício da função pública. Fundamentam o traçado de uma estratégia de ação com base em possibilidades efetivas, estabelecem o vínculo entre desígnios e meios, engendram o cálculo de risco. Experiência e conhecimento permitem a visão realista do jogo de fatores ou forças em meio aos quais se move o dirigente. Experiência

e conhecimento Rio Branco adquiriu com sua breve vida política, sua longa vida diplomática, seu aprendizado doméstico em companhia de seu pai, o maior de todos os diplomatas da época da monarquia, mas sobretudo com seus estudos, jamais interrompidos, mesmo em meio aos constrangimentos profissionais. Admitido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando ainda jovem estudante de direito em São Paulo, nele permaneceu até a morte, agregando sua obra à grande linhagem de estudiosos do Brasil: Southey, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Ouro Preto, São Leopoldo, Porto Seguro, Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano da Silva, Japurá, Cotegipe, Lopes Neto, Nascentes de Azambuja, Cândido Mendes de Almeida, Homem de Melo, Cabo Frio, Pedro II.

No entender de Rio Branco, o dirigente bem-sucedido recheia sua estratégia de ação com seis ingredientes de suporte: três operacionais, quais sejam, rodear-se de auxiliares competentes, executar a rotina da função com eficiência e recorrer ao pragmatismo de método; a autoconfiança como elemento psicológico; o patriotismo ou, como se dirá em nossos dias, o senso de cidadania, como elemento moral; e, enfim, a segurança do respaldo que a tudo isso presta a opinião pública.

3. AUXILIARES COMPETENTES

O dirigente escolhe a dedo auxiliares da maior estirpe para as tarefas de primeira linha de sua administração. Não teme sua sombra, ao contrário, neles vê potencial adicional ao impulso criador esperado de si mesmo. Assim, o Barão despachou para Washington Joaquim Nabuco com a finalidade de tecer a rede de relações densas com os Estados Unidos e a nova orientação da política exterior do Brasil. Despachou para a Haia Rui Barbosa, a fim de difundir os conceitos brasileiros de poder e de ordem internacional. Trouxe para dentro do Itamaraty Euclides da Cunha com a finalidade de organizar os serviços técnicos para os quais o velho Visconde de Cabo Frio não mais se prestava.

4. ROTINA EFICIENTE

O dirigente é um excelente executor de tarefas. É capaz de colocar seu pensamento de férias e mergulhar na rotina da função sem pressupostos teóricos ou políticos. Consegue ser homem do dia, nem de ontem, nem de amanhã. Não interfere na responsabilidade de outros no seio da equipe dirigente. Isola sua tarefa de modo conceptual e operacional.

Durante os 24 anos em que foi Cônsul em Liverpool, nada Rio Branco deixava para trás no cumprimento de obrigações: ocupava-se com o comércio, a navegação, a vistoria dos produtos, a situação sanitária dos portos ingleses, a imigração para o Brasil, os brasileiros desvalidos. Redigia relatórios ilustrados com minuciosas estatísticas sobre o comércio bilateral. Mantinha contatos com as grandes companhias de navegação, apontava as reivindicações dos ingleses nos portos brasileiros, as reclamações sobre adulteração de produtos que chegavam à Inglaterra, informava sobre encomendas de navios feitas por países vizinhos aos estaleiros ingleses.⁵ As memórias com que instruiu a defesa da causa brasileira junto aos árbitros, o Presidente dos Estados Unidos e o da Confederação Helvética, evidenciam o empenho e a competência com que exerceu a função de advogado. Seu escritório no Itamaraty, onde trabalhava incansavelmente em meio a pilhas de papéis, revela que se ocupava pessoalmente de todo detalhe de gestão.

5. MÉTODO PRAGMÁTICO

O dirigente sabe executar uma tarefa com a finalidade que lhe é diretamente consignada, alcançando resultados patentes, e também sabe executá-la para atingir outros fins. O efeito diagonal da administração está presente na arte do estrategista, de modo como que imperceptível. Rio Branco tornou-se um mestre da arte política que posteriormente se denominou pragmatismo, porém esse método de ação que nele é observado revelava feições de uma criatividade própria. O pragmatismo de Rio Branco inventou o efeito diagonal.

Rio Branco consolidou uma relação especial com os Estados Unidos, obviamente porque dela proviriam, em seu conceito, ganhos

para o Brasil. Considerava, contudo, esse entendimento um pressuposto para afastar ameaças do imperialismo europeu, fechar as desavenças com os países vizinhos e concluir a demarcação do território nacional. Empenhou-se em resolver todas as pendências de fronteira com os limítrofes, porque essa era uma necessidade vital para a nação, mas considerava essa tarefa prévia e condicionante de outro ideal que acariciava, a construção da zona de paz da América do Sul, concebida como uma unidade política e estratégica, garantia e promotora do bem-estar material dos povos da região.

Sua concepção de defesa também está repleta de segundas intenções. O estado de fraqueza militar do Brasil haveria de remediar-se com medidas concretas, que cobrava do Presidente da República enquanto dissuadia eventuais veleidades junto às Forças Armadas. Para Rio Branco, a harmonia e a paz interna conduzem a ganhos na imagem externa, como também a melhoramentos morais e materiais internos. Mas o amor à paz interna e externa não deve levar ao estado de fraqueza militar. A guerra não depende apenas da vontade nacional. Às vezes só a força dá garantia aos direitos. Por isso, disse ao comando do Exército nacional: “precisamos de reconquistar para a nossa Marinha a posição que antigamente ocupava”, a maior da América do Sul, e “reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos”. A modernização da defesa, por meio de medidas políticas que Rio Branco cobrava do governo, pressupunha uma doutrina de segurança, cujos componentes difundia junto às Forças Armadas, nela inserindo todas as variáveis de sua estratégia externa: a) o pacifismo da política exterior brasileira; b) boas relações políticas com os vizinhos; c) entendimento de alto nível com os Estados Unidos; d) meios adequados de dissuasão e defesa; e) pressuposição de que a guerra não depende só da vontade nacional.⁶ “Se hoje procuramos, com mais método e atividade” – afirmou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – “melhorar as condições em que alguns anos de agitações políticas e conseqüentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentamos planos de agressão ou de ambiciosa e indébita influência sobre os destinos de outros povos. É unicamente porque sentimos a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para a pronta defesa de

seu território, dos seus direitos e da sua honra, contra possíveis provocações e afrontas.”⁷

6. AUTOCONFIANÇA

O dirigente confia em si mesmo, com base em três fontes de inspiração: o talento de que dispõe para gerir um determinado ramo da administração pública, a qualidade dos auxiliares com que se rodeia e a adequação de sua agenda às necessidades coletivas. O sucesso de outros desperta seu entusiasmo, não o ciúme. Ele não teme a competência e o êxito alheios como se o encobrissem com sua sombra. A autoconfiança permite, ademais, traçar objetivos de ação expostos à crítica dos adversários, mas convenientes à administração.

A campanha em prol da modernização das Forças Armadas do Brasil mantida por Rio Branco durante toda sua gestão ilustra bem esta última nuance. Reações hostis advinham de segmentos da opinião nacional e estrangeira. A tal ponto, que o acusavam de ser mão-forte dos Estados Unidos, expansionista, imperialista, de alimentar propósitos hegemônicos. Nada disso feria a convicção que tinha quanto ao acerto do propósito acerca da defesa nacional: “Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos... Querer a educação cívica e militar de um povo... não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas”.⁸

7. SENSO DE CIDADANIA

O dirigente tem por fim engrandecer a nação com seus feitos e não engrandecer-se a si mesmo. Cultiva, por isso, noções de bem comum, de grandeza nacional, de bem-estar do povo, de interesse

nacional. Não é destrutor do passado, ao contrário, enaltece a ação de predecessores homens de Estado e insere-se na continuidade da história. Não se considera um gênio da mudança, muito menos o salvador da pátria. Age por sobre sucessões de governos em razão de objetivos estrategicamente estabelecidos, para serem alcançados em etapas, com base no lastro das realizações anteriores. Racionalidade e continuidade correspondem a requisitos de eficiência. O dirigente elogia e admira a conduta dos que se guiaram por tais parâmetros éticos.

Durante a homenagem que prestou ao recém-falecido Presidente Afonso Pena no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio Branco não se referiu às qualidades da pessoa de seu chefe, mas à qualidade de seu programa de governo: deu continuidade às obras de seu predecessor, desenvolveu as estradas de ferro de norte a sul, expandiu o comércio interno, restaurou os meios de defesa em terra e no mar, concebeu um bom plano de ação externa.⁹

“Mui provavelmente” – afirmou Rio Branco em outubro de 1909 – “antes do fim do corrente ano, ficarão determinadas todas as fronteiras do Brasil.” Está equivocado, contudo, quem entender que essa grandiosa obra do Barão se esgotava em si mesma, encerrando seus propósitos de homem público. Ele concebia a consolidação do espaço como uma etapa para dois outros empreendimentos posteriores em benefício dos brasileiros e de reforço da cidadania: o povoamento do interior e o cultivo de relações cooperativas com os povos vizinhos.¹⁰

8. RESPALDO DA OPINIÃO

O dirigente cuida de suas relações sociais como componente do exercício profissional. Estabelece relações amplas com jornalistas, intelectuais e escritores. Relaciona-se com grandes personalidades, nacionais e estrangeiras, conforme requeira a função. Cria assim um ambiente de trabalho propício à produção de resultados e afasta obstáculos de percurso.

Assim Rio Branco recebia no Itamaraty Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Alberto Torres, Georges Clemenceau, Anatole France, Guglielmo Ferrero, Julio Roca. Recebia estudantes, com os

quais muito se comprazia, senhoras da sociedade, jogadores argentinos de futebol. Rio Branco era conservador, realista e pragmático. Seu círculo social alimentava os atributos desse gênero de administrador. Pessoas de todos os níveis sociais difundiam junto à opinião popular e das elites a fama de vencedor de todas as causas em que se envolvia.

Aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo afirmou que seu ativo profissional teve o apoio “da opinião brasileira, de todos os partidos políticos e de todas as classes sociais”.¹¹ Aos estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro, que lhe prestavam homenagem pela assinatura em 1909 do tratado com o Uruguai sobre o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, Rio Branco deu a entender que não se faz diplomacia nas ruas, mas que as ruas podem ir ao diplomata. Se foi um homem enclausurado em seu tempo, não se pode, contudo, dele afirmar que também o foi em sua Casa.¹²

Em almoço oferecido a jogadores de futebol argentinos, em 1908, toca seu orgulho com palavras de grande elogio: “São esses moços vigorosos, calmos, ágeis e bem adestrados os heróis do dia, os que festejamos todos, argentinos e brasileiros, desejando que os do Brasil, pelo exercício metódico e persistente, os possam igualar um dia”. Mas indica qual o troco da generosidade: quando de regresso à Argentina, espera o Chanceler brasileiro que refutem opiniões de jornalistas e afirmem que o Brasil é um país pacífico e amigo dos povos vizinhos. Não seriam as intrigas de Estanislao Zeballos o alvo?¹³ Tão ampla se configurara a adesão da opinião, que uma forte pressão oriunda dessa fama e popularidade exerceu-se em 1909 para que aceitasse a candidatura à presidência.¹⁴ Mas Rio Branco não alimentava ambições políticas: seu círculo de relacionamento não ultrapassava a condição instrumental de variável promotora de desempenho funcional.

9. APLICAÇÃO À ÁREA INTERNACIONAL

O dirigente não é competente para todo fim. Alimenta a convicção de que está preparado para determinadas tarefas de gestão, como se fosse um especialista. Desde seu discurso no Clube Naval do Rio de Janeiro, a 1º de dezembro de 1902, ao regressar da Europa

para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros, até sua morte, Rio Branco não se cansava de repetir que se havia desvinculado da política interna para dedicar-se exclusivamente à externa: “Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela”.¹⁵ Uma certa dose de humildade convive muito bem com o mais talentoso administrador: “A consciência de minha falta de aptidões para as lutas da política interna fez-me abandonar, há mais de 30 anos, a carreira tão nobre para os espíritos superiores, em que, desde os Andradas, se ilustraram entre nós várias gerações de homens eminentes, fatores poderosos do progresso e do engrandecimento da pátria. Nunca me senti da estofa dos que podem ser guias dos povos. Preferi assim outra ordem de trabalho...”.¹⁶

Seu conceito de política exterior inscreve-se na tradição da diplomacia imperial: situa-se acima das lutas partidárias nacionais porque movida por causas superiores. O diplomata atua em outro plano de confronto de causas e interesses, as relações internacionais, em que cada nação representa um agente individualizado. O consenso e a conciliação nacional reforçam o desempenho de uma diplomacia, e neles refugia-se o profissional da área: “Há 34 anos” – afirmou em 1909, ao receber a homenagem de sessentão – “separei-me das lides da política interna, sem dúvida das mais belas e nobres quando só inspiradas pelo ideal da felicidade e grandeza da pátria. E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. Entreguei-me desde então ao serviço do país nas suas relações exteriores, porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete, com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos. Não me arrependo da resolução que tomei na mocidade...”.¹⁷

Rio Branco formulou, portanto, uma idéia própria acerca do exercício da função pública. A administração é pessoal, cada qual é responsável por uma tarefa, não convém assumir responsabilidade coletiva, muito menos envolver-se com setores de responsabilidade alheia: “(...) tenho observado sempre o meu antigo propósito de me

não envolver de modo algum em assuntos de política invadindo incompetentemente alheias esferas de ação”, reiterou poucos meses antes de morrer.¹⁸

Os atributos que entendeu deveriam informar a gestão do homem de Estado espalhavam-se pelo modo como tratava das questões pertinentes a sua responsabilidade.

Ao procurar uma solução para o caso do Acre, por exemplo, rompeu com o encaminhamento que vinha sendo dado à questão pelos governos anteriores, afastou o arbitramento e também a conquista do território pela força. Em vez disso, estabeleceu o tratamento individualizado dos agentes envolvidos com a questão, ou seja, a negociação um a um: Bolívia, Peru, Bolivian Syndicate, governos que o apoiavam, opinião pública, jornalistas. Essa estratégia foi eleita porque julgada adequada à realização do interesse superior da população brasileira que habitava o território. No caso das fronteiras com o Uruguai, cedeu mais do que esperavam os vizinhos. Em ambos os casos, seu pragmatismo de meios conjugava-se com outros atributos do gerente moderno bem-sucedido: segurança nas atitudes, benefício para o povo, promoção da paz e da cooperação entre os povos.¹⁹

A relação especial com os Estados Unidos assentava-se em visão oportunista com realização compartilhada de interesses; portanto, uma relação que nada tinha de passiva. Os Estados Unidos, como potência emergente mundial, haveriam de manter o continente longe das guerras e consolidar um sistema político distinto do sistema imperialista dos europeus. Seu mercado aberto aos produtos da agroexportação satisfazia às elites brasileiras que se haviam assenhoreado da República. O entendimento político de alto nível entre Brasil e Estados Unidos estabelecia um equilíbrio para o correspondente eixo entre Argentina e Inglaterra. Criaria, ademais, facilidades para o Brasil chegar à solução de seus problemas de fronteira, mormente a explosiva situação acreana. Enfim, uma relação de entendimento entre Brasil e Estados Unidos abria possibilidades para a operação de *empurre* para fora da América do Sul de eventuais intervenções norte-americanas.²⁰

Como o dirigente enfrenta contrariedades a seu projeto de gestão? Em três ocasiões, entre outras, Rio Branco ensina o

administrador a comportar-se diante de surpresas desagradáveis que o exercício da função por vezes comporta:

1. Estanislao Zeballos: a falta de ética administrativa teve tratamento mediante aplicação de uma boa técnica administrativa, que desmascarou a trama do famoso telegrama sem comprometer a área política das relações com a Argentina, postas acima de uma desavença pessoal.

2. Durante a Segunda Conferência da Haia, de 1907, a Delegação dos Estados Unidos pôs em risco o paradigma da aliança não escrita com o Brasil, orientando-se pelo jogo do poder nas relações internacionais, marchando com a Europa, até mesmo com suas pequenas potências, e relegando a segundo plano o pan-americanismo, a América Latina e o Brasil:²¹ a resposta foi política. Rio Branco percebeu que o paradigma operava do lado norte-americano com os limites que impunham os interesses norte-americanos, sobrepostos à colaboração com a América Latina. Por isso, promoveu a reorganização naval do Brasil, cujo projeto fora aprovado em 1904 e modificado em 1906, e buscou o reforço estratégico da América do Sul na Aliança ABC, revendo sua primeira acepção coletiva de alcance continental inerente à Doutrina Monroe. Ela seria temperada pela unidade estratégica da América do Sul, visto que seu projeto de aliança regional compreendia o entendimento de alto nível entre os três países, com impactos positivos sobre os vizinhos.

3. O início do governo de Hermes da Fonseca parecia reproduzir os primeiros tempos sombrios da República: revolta dos marinheiros, intervenção em Pernambuco, bombardeio da Bahia, política de intervenções violentas que conduziram à suspensão de garantias individuais: Rio Branco responde com o pedido de renúncia, recusando-se a trabalhar com um chefe de Estado em desacordo com os cânones da ilustração liberal e da cidadania. Não sendo aceita sua renúncia, morreu amargurado, desaparecendo do mundo dos vivos para entrar na história como um homem de sucesso, inconformado em ter que conviver com alguém disposto a desrespeitar os atributos que a seu ver definiam o perfil do gerente.

10. A FUNÇÃO DO ESTADO: O ARCAICO E O MODERNO NO BARÃO

Conservador, realista e pragmático, Rio Branco desempenhou as funções de Chanceler aplicando seu conceito de gestão dos negócios externos com coerência e abrangência de escopo, sob os aspectos operacional, moral, psicológico e de segurança.

Rio Branco não lidava com o conceito de Estado desenvolvimentista que Vargas, Kubitschek e Geisel, entre outros estadistas do século XX, converteram em paradigma de gerência pública. Como se observou no início deste texto, o Barão era fruto de seu tempo e nele moveu-se sem visão prospectiva das necessidades do desenvolvimento nacional. Integrado ao grupo de políticos da monarquia que remediaram os males da jovem República, conferindo-lhe estabilidade por meio de sadia administração, carregava as mesmas convicções liberais que forneciam base ideológica à ação da equipe de governo. Diferente, porém, das elites liberais que passaram a comandar os destinos do país desde 1990, Rio Branco não era partidário do “Estado anêmico”, na expressão de Belmiro Castor, que substituiu o Estado desenvolvimentista ao termo do século XX.²²

O Barão implementou, portanto, uma política exterior de alcance restrito. Sua contribuição à modernização da agenda nacional situa-se do lado do método de ação, de forma plena, e da substância, de forma restrita. Ou seja, elevou a arte de fazer política exterior ao nível da perfeição pragmática, mas aplicou-a a algumas grandes causas, como a solução das questões de fronteira, a relação útil com os Estados Unidos, a paz e o entendimento político com os vizinhos, a prevalência do direito sobre a força e a apropriação de meios adequados de defesa e segurança para o país.

O limite da contribuição de Rio Branco à modernização da agenda brasileira consistiu na ausência de relação entre a política exterior que gerenciava com as necessidades do desenvolvimento nacional. Em outros termos, não foi capaz de agregar à política exterior a função de preencher requisitos de desenvolvimento. Essa fraqueza manifestava-se no modo como concebia e implementava medidas do lado do comércio exterior e no descaso que tributava ao pensamento industrialista promovido por contemporâneos seus. Ele esteve,

portanto, enclausurado em seu tempo, sem perceber os sinais de outros tempos.

Com efeito, não figuravam no círculo social eminentemente conservador que rodeava o dia-a-dia do Palácio Itamaraty, a Casa de Rio Branco, pensadores de outra modernidade para o Brasil, concebida à base de mudança das estruturas econômicas, à base de evolução da infância econômica primária para a economia capitalista adulta, a economia industrial. Além de seus amigos liberais conservadores, conformistas diante das estruturas de dominação internacional, da dependência estrutural, das estruturas de dominação interna em favor de plantadores e exportadores de café, bem teria feito o patrono da diplomacia brasileira em rodear-se também de homens com outra inspiração acerca da função do Estado como promotor da indústria: Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Américo Werneck, Jorge Street, Roberto Simonsen, Felício dos Santos. Esses pensadores lançaram o desafio de passar da “ação industrial empírica para a necessidade de uma organização técnica e racional”, mas a visão conservadora de Rio Branco não os alcançou.²³ Longe estava desses ideais, como também dos esforços de associações comerciais e industriais criadas durante o Império, e perto das elites agrárias com as quais convivia. Essas prescindiam de associações porque eram donas do Estado, mas reagiram ao pensamento industrialista com o Acordo de Taubaté e a criação de algumas associações aristocráticas, como a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura, com sede em Paris e Rio Branco no conselho diretor.

Os limites de suas concepções acerca da função do Estado foram transpostos igualmente ao trabalho de historiador, a que Rio Branco devotava especial cuidado. A história era para ele a teoria em que se inspirava. Tirava dela os argumentos com que orientava suas decisões. Dava muito valor às grandezas do Segundo Reinado.²⁴ Mas suas convicções liberais conservadoras não lhe permitiam ver toda a história. Em *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, publicado em Paris por ocasião da Exposição Universal de 1889, não faz referência aos tratados desiguais da época da Independência, à enérgica reação dos meios políticos durante a Regência diante de concessões comerciais prejudiciais aos interesses brasileiros e, tampouco, ao projeto de

emancipação econômica via industrialização concebido apelos estadistas brasileiros da década de 1840. Quando Cônsul em Liverpool, não percebeu quanto o comércio exterior inglês contribuiu para consolidar o sistema industrial da nação-mãe do capitalismo. As rotinas de sua função passaram ao largo das lições da história, cuja matéria ele manipulava: as estruturas do comércio internacional, as relações assimétricas, a divisão internacional do trabalho. Tampouco dirigiu sua observação de historiador para a constante e crescente política protecionista dos Estados Unidos, eleita pelos estadistas daquele país como mecanismo de promoção da modernidade industrial.²⁵

Esteve, pois, ausente em Rio Branco a relação entre política exterior e impulso econômico. Não porque essa fosse então uma preocupação anacrônica, mas por simples falha técnica nas concepções da função do Estado a que servia.

NOTAS

1 Brasil, Ministério das Relações Exteriores, FUNAG. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília, FUNAG 1995 (texto de Rubens Ricupero).

2 Guanabara, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*. Brasília: Ed. UnB, 1983.

3 Bueno, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo/Brasília, Ed. UNESP/FUNAG, 1995.

4 Avelar, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fename, 1976. Carone, Edgard. *A República Velha. I Instituições e classes sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Difel, s.d.

5 Castro, Flávio Mendes de Oliveira. *Rio Branco em Liverpool, (1876-1896)*. Brasília, MRE, 1970.

6 Brasil, Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco. IX. Discursos*. Rio de Janeiro, MRE, 1948: 101.

7 *Ibidem*: 169.

8 *Ibidem*: 277.

9 *Ibidem*: 211.

10 *Ibidem*: 227.

11 *Ibidem*: 121.

12 *Ibidem*: 205.

13 *Ibidem*: 175.

14 Lins, Álvaro. *Rio Branco*, São Paulo: Alfa Ômega, 1996: 410-416.

15 *Discursos, op. cit.*: 51.

16 *Ibidem*: 121. Discurso aos estudantes de Faculdade de Direito de São Paulo.

17 *Ibidem*: 189.

18 *Ibidem*. 269.

19 Ricúpero, *op. cit.*: *passim*.

20 Bueno, Clodoaldo. Rio Branco: prestígio, soberania e definição do território (1902-1912). In: Cervo, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002: 177-198.

21 Ricupero, *op. cit.*: 104.

22 Castor, Belmiro Valverde Jobim. Os contornos do Estado e da burocracia no Brasil. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, ano 2, n. 3, 2001: 9-28.

23 Carone, *op. cit.*: 72-95, 161.

24 Lins, *op. cit.*: 408.

25 Paranhos, J. M. da Silva. *Esquisse de l'Histoire du Brésil*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1958.

O BARÃO DO RIO BRANCO E A MODERNIZAÇÃO DA DEFESA

MAX JUSTO GUEDES

1. INTRODUÇÃO

Em 20 de março de 1908, endereçou o Barão do Rio Branco ao Almirante Alexandrino de Alencar, seu colega de Ministério, no exercício da pasta da Marinha, ofício no qual o interrogou a respeito das construções navais que se faziam para a Armada brasileira em Newcastle-on-Tine e Barrow-in-Furness.

“Quando teremos aqui uns 16 *destroyers*? Dentro de dois meses? E uma esquadilha de 16 canhoneiras protegidas em Mato Grosso e dois bons encouraçados de rio? Dentro de quatro meses? E no Amazonas, uma boa flotilha de canhoneiras protegidas? Antes do fim do ano? E dois bons navios de combate comprados para esperar os três grandes? *Si vis pacem...*”¹

Ao historiador menos avisado, deparando-se com esse confidencial no Arquivo Rio Branco, poderá parecer estranhíssimo que fosse ele da lavra do grande vitorioso, menos de 10 anos antes do famoso arbitramento da questão de limites com a França, decidida em favor do Brasil pelo governo da Confederação suíça (1º de dezembro de 1900), decisão que incorporava definitivamente ao Brasil nada menos do que 255 mil quilômetros quadrados entre o Oiapoque e o Amazonas. Teria mudado o Barão, ele que sempre abominara o militarismo político? Lembremo-nos do que escrevera a Sousa Correia, em janeiro de 1896: “O Prudente de Moraes [primeiro Presidente civil da República] tem as melhores intenções. É um homem puro (...) já tem reparado muitas injustiças do tempo da ditadura militar, procedendo com prudência [não fora o nome] e firmeza. Mas é preciso atender a que ele está cercado de perigos com a influência que ainda têm os jacobinos e com esse elemento perturbador do militarismo político”.²

A resposta àquela pergunta é, obviamente, negativa; naquele começo de século XX, o que havia mudado eram os dirigentes dos países com os quais ainda tínhamos pendências fronteiriças!

Em 15 de novembro, iniciou-se o período presidencial de Rodrigues Alves, em plena efervescência da questão acreana, que não fora solucionada por Campos Sales; quem melhor para assumir as Relações Exteriores e resolvê-la do que o vitorioso em Palmas e no Amapá? No dia 6 de julho de 1902, o próprio Presidente Campos Sales telegrafou ao Barão: “Rodrigues Alves deseja confiar-lhe pasta Exterior e encarregou-me consultá-lo esperando de seu patriotismo não recusar. São esses também os meus votos”.

Com todas as suas forças e argumentos procurou Rio Branco declinar do convite; não o conseguindo, resignou-se à nova e ciclópica missão, chegando ao Rio de Janeiro em 1º de dezembro daquele mesmo ano. Desembarcou do *Atlantique*, no qual cruzara o Atlântico, para a famosa galeota *D. João VI*, hoje uma das relíquias do Espaço Cultural da Marinha; do Cais Pharoux ao Clube Naval, onde pronunciou histórico discurso, foi apoteótica a recepção. Seu pronunciamento deixou antever, mesmo referindo-se ao passado, o que faria nos pouco mais de nove anos em que permaneceria na pasta que naquele dia assumiu: “Toda a minha força, toda a atividade que pude desenvolver nas minhas últimas missões resultaram não só da minha convicção do nosso bom direito, mas principalmente da circunstância de que eu me sentia apoiado por todo o povo brasileiro, inteiramente identificado com ele”.³

2. A SITUAÇÃO DA DEFESA NACIONAL EM 1903

As múltiplas atribulações dos primeiros anos da República, principalmente a Revolta Federalista (concluída em 1895) e a Revolta da Armada (setembro de 1893 / abril de 1894), haviam prejudicado fortemente os meios e o moral⁴ do Exército e da Marinha, notadamente desta última, que vira cessar inteiramente a construção naval no país e encomendara navios inadequados no exterior, na tentativa governamental de restaurá-la. Sucederam-se os Ministros da Marinha (quatro, no período de seis anos), o que impediu a elaboração de um programa naval ao menos razoável.

Assumindo o poder, Rodrigues Alves convidou para a pasta da Marinha o Almirante Júlio César de Noronha, que a assumiu em

15 de novembro de 1902. Ao apresentar “nos termos do art. 51 da Constituição da República” o relatório relativo a 1903, o novo Ministro foi contundente em relação a nosso material flutuante: “está [ele] tão empobrecido que nem sequer conta com uma verdadeira unidade de combate, na moderna acepção do termo.

Efetivamente, exceção feita dos guarda-costas *Deodoro* e *Floriano*, do cruzador protegido *Barroso* e dos cruzadores-torpedeiros *Tymbira*, *Tupi* e *Tamoyo*, que, no seu genero, são eficientes [eram as aquisições posteriores à conclusão da Revolta da Armada] e bem assim do *Riachuelo*, *Aquidabã*, *Benjamin Constant* e *República*, que podem ser utilizados como força de reserva, nenhum outro navio tem o menor valor militar”.⁵

Não se furtou Noronha a uma comparação com o Chile, que, entre 1891 e 1900, cuidara seriamente da renovação de sua Marinha de guerra. Os resultados do esforço vira-os Júlio de Noronha quando os novos navios fizeram escala no Rio de Janeiro, em agosto de 1902. Aqui aportaram o cruzador *Chacabuco* (capitânia), de 112 metros de comprimento e 11 de boca, velocidade de 24 nós, dois canhões de 203mm e 10 de 120mm; possuía, além de armamento menor, cinco tubos lança-torpedos. Completavam a esquadilha três *destroyers* (*Thompson*, *Merino Jarpa*, *O'Brien*), todos construídos na Inglaterra, e dois transportes (*Rancagua* e *Maipo*), adquiridos também naquele país.

Havia sido gasta a média de 24.576 contos anuais para a construção de navios que totalizavam 43.430 toneladas e dado substancial impulso ao Porto Militar de Talcahuano, do qual só o dique custara 489.300 libras esterlinas; além disso, em diferentes pontos da vasta costa daquele país haviam sido construídos depósitos de carvão capazes “de abastecer a esquadra por espaço de três anos”.⁶

E, em severa crítica a seus antecessores, acrescentou: “O Brasil, durante o mesmo decurso de tempo, despendendo, em termo médio, 28.657 [contos anuais] limitou-se a aumentar seu poder naval com a aquisição de navios cujo deslocamento não excedeu de 27.179 toneladas”.⁷

3. A MARINHA E AS QUESTÕES COM A BOLÍVIA E O PERU

Com essa Marinha e com o Exército que não lhe era muito superior, viu-se o Barão do Rio Branco às voltas com a Questão do Acre; a partir de janeiro de 1903, a revolução liderada por Plácido de Castro estava vitoriosa, enquanto o General Pando, Presidente boliviano, deslocou-se com suas tropas para bater os brasileiros; simultaneamente, nosso governo determinou que se aprestassem forças de terra e mar, ante a perspectiva de uma guerra, pela qual manifestações populares, insufladas pela imprensa, se pronunciavam.

Com a pronta reação que o caracterizava em momentos de crise, convenceu o Barão ao Presidente Rodrigues Alves ser necessária a ocupação militar do Acre por tropas do Exército, enquanto a Marinha constituiu a Divisão Norte, comandada pelo Contra-Almirante Alexandrino de Alencar e integrada por *Floriano* (capitânia), *Tupi* e o caça-torpedeiro *Gustavo Sampaio*, que torpedeara o encouraçado *Aquidabã*, por ocasião da Revolta da Armada.

Foge ao meu propósito historiar a questão Brasil/Bolívia até o Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903); basta lembrar que Rio Branco mostrou-se sempre contrário à arbitragem ou à conquista (disfarçada ou pela força) do território em disputa. A arbitragem, segundo o Chanceler, era “recurso bastante demorado e para ser empregado depois, se for indispensável”;⁸ a questão com a Inglaterra sobre a Guiana Inglesa não tardaria a dar-lhe razão. A conquista diminuiria a força moral do governo, que era um de seus trunfos. É evidente que o Barão temia a primeira, pois não acreditava nos direitos brasileiros ao território e, certamente, carecia de argumentos histórico-geográficos para defendê-los; daí a preferência pelo tratado e os gastos dele decorrentes.

Ficou prontamente positivado a Rio Branco o precário estado das Forças Armadas brasileiras, notadamente da Marinha, o que, a partir de então, procurou constantemente minorar, pela rápida aquisição de navios já construídos. Por isso, já antes do final da questão (31 de agosto) aventou ao Ministro Almirante Noronha a possibilidade da compra dos navios de guerra que a República Argentina mandara construir nos estaleiros italianos (um cruzador

couraçado, tipo *Amalfi*, 9.800 toneladas, velocidade de 22.5 nós, quatro canhões de 10 polegadas e restante do armamento compatível com a artilharia principal e seis torpedeiros *destroyers* de 450 toneladas e 30 nós de velocidade). O cruzador era mais poderoso do que os nossos *Deodoro* e *Floriano* juntos e estava sendo oferecido por um milhão de libras esterlinas. Seria, evidentemente, solução paliativa, enquanto Noronha não concluísse e desse início a seu ambicioso programa naval.⁹

Vendo que a Marinha, querendo armar-se com os melhores meios, não sanava sua reconhecida fraqueza, o Barão voltou à carga em 11 de março de 1904, lembrando ao Ministro Noronha que a Casa Flint & Cia, de Nova York, insistia ser credora do couraçado *Prat* e do cruzador *Chacabuco*, pelos quais poderia o Brasil oferecer 700 mil libras esterlinas, caso fossem bons vasos de guerra. Precaviase o grande Ministro, pois, desde julho de 1903, o Peru queria também discutir com o Brasil seus limites, reclamando para si até mesmo boa parte do Amazonas, e já invadira (outubro de 1902) o Alto Juruá e, em junho do ano seguinte, o Alto Purus.

No dia imediato veio a resposta do Almirante Júlio de Noronha: queria ele, “com urgência, adquirir navios novos e couraçados capazes de colocarem a nossa força naval em situação de não recear dos nossos vizinhos ou de bem defender a integridade da pátria”;¹⁰ no entanto, aceitava as razões do Barão de que, no intuito de “evitar conflito ou guerra com o Peru”, seria possível a aquisição do cruzador *Chacabuco*, “que é de recente construção (1901 a 1902) por £ 383.000... ou mesmo £ 400.000”, buscando-se saber primeiro as condições em que se achava. Rejeitava, no entanto, a compra do *Prat*, construído em 1893 e deixando “muito a desejar como navio couraçado”.¹¹ Opinava o técnico e, diga-se, com inteira razão.

Mas Rio Branco, com seu dinamismo e sua tenacidade incomparáveis, não desistiu; em 2 de maio voltou ele à carga junto ao Ministro da Marinha: “Ontem conversei com o Presidente [Rodrigues Alves] sobre a necessidade de encomendarmos já e já dois bons encouraçados, porque o Peru pode romper conosco logo que haja feito as suas encomendas – se é que já as não fez – e nesse caso ficaremos impossibilitados de fazer as nossas, pois nenhum estaleiro as poderá aceitar.

O Presidente disse-me que pedirá ao Congresso o necessário crédito... com urgência. Quem sabe, porém, se, prevenido pelo telégrafo, o Peru se adiantará em romper?

Creio, pois, que nos devemos considerar – como de fato estamos – em circunstâncias extraordinárias e que é mais seguro fazer já e já as encomendas em segredo, sem esperar pela aprovação do crédito. Poderíamos também procurar comprar já o *Chacabuco* aos chilenos. Há patriotismo nesta terra, e o Congresso e a nação sem dúvida aprovarão todos os atos de providência praticados com o fim de evitar a guerra ou de a aceitar com a superioridade de forças que podemos e devemos ter”.¹²

Ainda em maio e, posteriormente, em setembro, o Barão apresentou ao Almirante Júlio de Noronha pessoas interessadas em oferecer navios ou indicar estaleiros para construção daqueles que fariam parte do Programa Naval que Júlio de Noronha preparava.

4. O PROGRAMA NAVAL DO MINISTRO JÚLIO DE NORONHA

Enquanto o Barão do Rio Branco fazia ingentes esforços para minorar nossa crítica situação, Noronha e a Marinha seguiam a doutrina criada e difundida pelo Almirante Alfred Mahan (da Marinha americana), que preconizava a necessidade de forças navais de um país terem esquadra capaz de, atuando reunida, disputar ao inimigo, em batalha decisiva, o domínio do mar; a vitória nesta definiria o fim da campanha.

O Programa Naval então elaborado (Quadro1) foi sábia e ardorosamente defendido no Congresso, em julho de 1904, pelo Deputado Laurindo Pitta; o Decreto 1296, de 14 de dezembro de 1904, autorizou os recursos solicitados.

QUADRO 1 – PROGRAMA DE 1904

- 3 encouraçados de 14.000 toneladas
- 12 canhões de 254mm/50cal
- 16 canhões de 76mm
- 3 tubos torpédicos
- Velocidade: 19 nós

- 3 cruzadores-encouraçados de 9.500 toneladas
- 8 canhões de 254mm/50cal
- 14 canhões de 76mm
- 3 tubos torpédicos
- Velocidade: 23 nós
- 6 caça-torpedeiros de 400 toneladas
- 4 canhões de 76mm
- 2 tubos torpédicos
- Velocidade: 31 nós
- 6 torpedeiras de 130 toneladas
- 2 canhões de 47mm
- 2 tubos torpédicos
- Velocidade: 26 nós
- 6 torpedeiras de 50 toneladas
- 1 canhão de 47mm
- 1 tubo torpédico
- Velocidade: 20 nós
- 3 submarinos (Características indefinidas)
- 1 navio-carvoeiro de 9.500 toneladas
- capacidade de transporte: 6.000 toneladas de carvão
- equipado para abastecimento no mar
- Velocidade: 14 nós

O relatório ministerial relativo a 1904 (publicado em abril de 1905) explicou detalhadamente o programa proposto, detendo-se especialmente no relativo ao armamento que guarneceria os navios e à espessura das couraças. Nortearam a escolha os recentes ensinamentos da Guerra Russo-Japonesa, nomeadamente as batalhas de Port Arthur e Tsushima, e as características dos encouraçados *Mikasa* e *Czarévitch*, bem como as dos *Kashima* e *Katori*, japoneses, que estavam sendo construídos.

A execução do programa seria parcelada, sendo iniciada pela proposta para a construção dos três encouraçados. Só em janeiro de 1906 foi selecionada a Armstrong Whitworth & Co Limited, que apresentou o menor preço e também se obrigou a construir o novo arsenal, pelo que o Ministro presumia que “dentro em pouco” teria início o “Programa Naval de 14 de dezembro de 1904”.¹³

Apesar dos esforços do Barão do Rio Branco para acelerar a modernização de nossa Marinha durante todo o ano anterior (1905), ainda em função da questão com o Peru, que se armava, construindo navios na Itália, adquirindo canhões e armamento portátil na Alemanha e Áustria, deslocando navios para o Departamento de Loreto e canhões para Iquitos, e enviando certo Almirante Carvajal para fiscalizar navio em construção nos “estaleiros de Wickers”,¹⁴ os alertas do Chanceler foram seguramente vãos (continuamente abastecia ele o nosso Júlio de Noronha com importantes artigos publicados no exterior, especialmente no Chile), pois a Marinha continuava a “estudar” o Programa de 1904, e não demorariam as discussões em torno do mesmo, decorrentes das lições da Guerra Russo-Japonesa e da visão do Almirante John Fisher, Primeiro Lorde do Almirantado britânico.

Baseando-se nas concepções do engenheiro naval italiano Cuniberti, que concebeu planos para um navio capital destinado às linhas de batalha, Fisher decidiu adotá-las para modernizar a Royal Navy e mandou construir o *Dreadnought*; tão revolucionário foi ele, que seu nome se transformou em substantivo para designar os navios capitais das novas esquadras.

Foi o *Dreadnought* estopim para os debates em torno do chamado Programa de 1904, a partir de julho de 1906, tanto no Congresso quanto na imprensa; paladinos da modificação do programa foram o Deputado José Carlos de Carvalho e o Almirante Alexandrino de Alencar, então Senador e depois Ministro da Marinha de Afonso Pena.

5. O CASO DO CRUZADOR ALEMÃO *PANTHER*

Ainda naquele ano de 1905, enquanto Rio Branco estava às voltas com a questão peruana, houve o caso do cruzador *Panther* que, após visitar diversos portos brasileiros, incluindo o do Rio de Janeiro (setembro/outubro de 1905), provocou um caso no sul.

O cruzador alemão parecia fadado a criar crises internacionais,¹⁴ e não foi diferente em sua passagem pelo Brasil; aqui visitaria múltiplos portos, desde a Paraíba, no início de agosto de 1905, até o Rio Grande, em dezembro do mesmo ano.

Admirador da Alemanha, Rio Branco procurou logo facilitar junto à Marinha a visita do cruzador, até obtendo permissão para que, na Baía da Ilha Grande, efetuasse exercícios de artilharia;¹⁵ no entanto, a 27 de setembro, Júlio de Noronha participou a Rio Branco que, logo na Paraíba, houvera descortesia do Comandante do *Panther* com o Capitão do porto daquele estado.¹⁶

Imediatamente, o Chanceler determinou a nossa Legação em Berlim que levasse o fato ao conhecimento do governo alemão.¹⁷

Mas não pararia aí o problema do *Panther*; na passagem por Itajaí, um marujo do navio desertara, e chegou ao Rio de Janeiro a notícia de que oficiais e marinheiros alemães haviam desembarcado no porto catarinense para capturar o criminoso (a deserção, desde tempos remotos, sempre foi considerada crime). Explodiram no Rio de Janeiro manifestações exaltadas e exigiram-se represálias, enquanto alguns jornais criticavam a lentidão e apatia do Itamaraty.

Às voltas com o problema peruano, de muito maior relevância, nem por isso deixou Rio Branco de tomar as providências que o caso exigia, atuando de forma dura com o Ministro alemão von Treutler; Álvaro Lins relata minuciosamente a posição do Barão em relação ao Ministro e registra este diálogo, ocorrido em Petrópolis (na Westphalia) na manhã de 9 de dezembro:

“ Von Treutler: Devo declarar que [no caso de o *Panther* ser capturado pela divisão naval brasileira que seguira para o Sul] seria muito grave uma provocação dessa espécie ao Império alemão.

Rio Branco: Mais grave ainda é violar a soberania territorial brasileira.

Von Treutler: Mas, Excelência, isto poderia ser motivo para uma guerra.

Rio Branco (incisivo): Pois que seja uma guerra, Excelência, se isto desgraçadamente vier acontecer”.

Em 2 de janeiro de 1906, explicado corretamente o caso, a Legação alemã, em nome do *Kaiser*, apresentou ao governo brasileiro “os mais vivos protestos de amizade e consideração ao Brasil”.¹⁸

6. CONTINUA O PROBLEMA COM O PERU

Mas a real preocupação do Barão continuava a ser a questão peruana. Em 2 de outubro de 1905 participou ele ao Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, e aos Ministros da Marinha e da Guerra que o Senado peruano aprovara o projeto (oriundo da Câmara dos Deputados) que autorizava o governo a levantar novo empréstimo de £ 600.000 para aquisição de navios e armamento, dando como garantia o imposto sobre o sal.¹⁹

Em 24 de março de 1906 Rio Branco participou a Júlio de Noronha a viagem da lancha peruana *América* a Iquitos; ²⁰ mais preocupante foi o lançamento ao mar, em Barrow, do cruzador *Almirante Grau*, em construção no estaleiro da Vickers; era já o resultado do tal empréstimo de £ 600.000 e do produto de subscrição pública. Mais uma vez teve razão o Barão quando pediu ação para depois conseguir os meios, exatamente como acabara de fazer o Peru.²¹

Estava no final a gestão de Júlio de Noronha na pasta da Marinha, mas o Barão, incansável, ainda lhe comunicou, em 1º de novembro, que a Vickers, com todo segredo, estaria construindo para o Peru, além dos três cruzadores, um submarino.²²

7. RIO BRANCO, ALEXANDRINO E A MODIFICAÇÃO DO PROGRAMA NAVAL DE 1904

Em 15 de novembro de 1906 assumiram a presidência o Conselheiro Afonso Pena e, com ele, o novo Ministério; Rio Branco continuou na pasta das Relações Exteriores, a da Marinha foi ocupada pelo Almirante Alexandrino de Alencar, e a da Guerra pelo General Hermes da Fonseca.

Não demorou Alexandrino a obter do Congresso, em 23 de novembro, a anulação do Decreto 1.296, que estabelecera o crédito para o programa de Júlio de Noronha; o novo decreto recebeu o número 1.567 e aprovou outro programa, mostrado no Quadro 2.

QUADRO 2 – PROGRAMA DE 1906

- 3 encouraçados de 19.280 toneladas
comprimento 165 metros
boca: 25,30 metros
pontal: 7,65 metros
- 12 canhões de 305mm/45cal
- 22 canhões de 120mm
- 8 canhões de 47mm
Velocidade: 21 nós
- 3 *scouts* de 3.100 toneladas
comprimento 120 metros
boca: 12 metros
calado: 4,5 metros
- 10 canhões de 120mm
- 6 canhões de 47mm
- 2 tubos torpédicos propulsão de turbinas
Velocidade: 27 nós
- 15 *destroyers* de 650 toneladas
comprimento 75 metros
boca: 7,18 metros
calado: 2,31 metros
- 2 canhões de 101mm
- 4 canhões de 47mm
- 2 tubos torpédicos
Velocidade: 27 nós
- 3 submarinos (Características indefinidas)
- 1 navio-hidrográfo de 1.200 toneladas
- 1 navio-mineiro de 1.500 toneladas

Alexandrino e aqueles que, como ele, pensavam e auxiliavam na aceitação do Programa de 1906 assim o justificaram: a Guerra Russo-Japonesa trouxera lições inexistentes em 1904, quando da elaboração do programa de Júlio de Noronha; os recursos disponíveis deveriam ser empregados na aquisição do que melhor e mais moderno havia na construção naval, não sendo cabível que fossem os novos navios inferiores aos que, porventura, enfrentassem; tendo a distância

dos combates passado de três quilômetros para oito e 10, a artilharia deveria ter seu calibre aumentado para ser efetiva, o que exigia navios de maior tonelagem para suportá-la; com os combates sendo travados em distâncias muito maiores, os tubos torpédicos tornavam-se desnecessários nos navios capitais; a artilharia secundária, para enfrentar as forças ligeiras adversárias, também de maior porte, deveria ter seu calibre ampliado; a blindagem dos navios capitais deveria ser aumentada, de molde a proteger as máquinas, a torre de comando e a estação radiotelegráfica; o navio capital ideal para as novas linhas de batalha deveria ter como modelo o inglês *Dreadnought*; os cruzadores-couraçados deveriam ser substituídos por cruzadores leves esclarecedores (*scouts*), mais rápidos e mais baratos, armados com canhões de médio calibre; os *destroyers* substituiriam os caça-torpedeiros e deveriam ser em número bem maior do que os do Programa de 1904, pois cinco deles, mais um *scout*, acompanhariam cada encouraçado; um navio-mineiro seria indispensável, pois as minas submarinas haviam demonstrado sua eficácia na Guerra Russo-Japonesa, que era, conforme se afirmava, o novo paradigma.²³

Findara-se, assim, o ano de 1906 sem que houvesse qualquer modificação para melhor na esquadra brasileira, cujo estado, afirmara Júlio de Noronha ao assumir a pasta, quatro anos antes, estava tão empobrecido, que nem sequer contava com uma verdadeira unidade de combate, na moderna acepção do termo. Fora vã a insistência quase desesperada de Rio Branco para rapidamente dotá-la de melhores meios, conforme já mostrei.

Tal descuido, ou a busca do ideal, enervava o Barão, que necessitava de respaldo militar imediato para solucionar nossos problemas de fronteiras com os vários vizinhos.

No final de 1906, continuando ele na pasta, novos problemas surgiram, dessa vez na outra margem do Rio da Prata, tranqüila desde a apoteótica visita de Roca ao Rio de Janeiro e a retribuição de Campos Sales, na famosa Divisão Branca (*Riachuelo, Barroso e Tamoio*) que foi a Buenos Aires em 1900.²⁴

Logo no início daquele ano faleceu Bartolomeu Mitre, sincero amigo do Brasil; pouco depois, desapareceu o Presidente Manuel Quintana, e igual destino teve Carlos Pellegrini. Ao assumir a presidência

o Vice-Presidente Alcorta, o país parecia assustado com a perspectiva do aumento do poderio da esquadra brasileira; Estanislao Zeballos, o Plenipotenciário que perdera para Rio Branco a Questão de Palmas, era então o que mais pugnava pela ampliação do poderio militar argentino, para “conter pela força os arremessos conquistadores do Brasil”.²⁵ Exatamente ele seria o Ministro das Relações Exteriores de Alcorta e poria abaixo, como castelo de cartas, toda a aproximação conseguida por Roca e Campos Sales, que evitara a corrida armamentista entre os dois países.

Em abril de 1906, já Rio Branco dera notícia a Júlio de Noronha da criação de uma comissão naval argentina, presidida pelo Contra-Almirante Manuel Garcia para, na Europa, estudar a construção de navios de guerra para a Armada portenha.²⁶

Alarmava-se desnecessariamente o país platino, pois com ele inexistiam, por parte do Brasil, quaisquer pendências; nossos problemas concentravam-se no Peru, já prestes a receber seus dois cruzadores *Almirante Grau* e *Bolognesi* (fevereiro de 1907). No entanto, sob a influência de Zeballos e por ele insuflada, a imprensa de Buenos Aires quase diariamente cuidava do *aumento de la escuadra brasileña*, e Rio Branco disso mantinha informado seu colega Alexandrino;²⁷ o mesmo fazia Alexandrino, repassando ao Barão as informações que, de Londres, lhe enviava o Capitão-Tenente Armando Burlamaqui; a Argentina já iniciara suas encomendas, tendo a seu serviço o construtor naval *Sir William White*. Para o Barão, entretanto, o problema era ainda o peruano, pelo que insistia com Alexandrino para que colocasse canhoneiras no Amazonas (Rio Solimões) e Mato Grosso (Rio Paraguai); escreveu ele a Alexandrino que “desde 1903 tenho pedido que cuidemos rapidamente de ter no Amazonas uma flotilha numerosa e eficaz, em caso de necessidade de conter os nossos vizinhos peruanos, os quais muito metodicamente e com todas as possíveis reservas se vão armando”; no entanto, aproximando-se o período de negociações decisivas sobre a nossa questão de limites, “estamos na Amazônia em condições de inferioridade que hão de tornar mais intransigentes os nossos contendores”.²⁸

Embora na Inglaterra fosse bom o andamento dos navios do Programa de 1906 e de seu possante armamento, a Rio Branco o que interessava de imediato eram os navios fluviais a que me referi

no início deste trabalho e haviam sido objeto da correspondência dele com Alexandrino, no início de 1908. Havia que solucionar a pendência com o Peru, o que só viria a ser conseguido em 8 de setembro de 1909! Até aquela data, passou Rio Branco a bater-se em duas frentes, pois Zeballos não descansava de seus propósitos e buscava, a todo custo armar a Argentina e insistia em criticar severamente o Programa Naval de 1906.

Isso levou Armando Burlamaqui de Londres à Itália para visitar a firma Orlando, de Livorno, da qual a Argentina tentava adquirir os cruzadores *Pisa* e *Amalfi*, que estavam em construção pela Orlando para a Marinha italiana; havia ainda um terceiro cruzador na carreira, que provavelmente seria lançado ao mar em dois meses; estava ele à venda, e Burlamaqui achou que, como não tinha ainda pavilhão “bem pode cair sob o argentino se quaisquer circunstâncias de sua política obrigarem-no a tomar precauções de defesa imediata”.²⁹

O gênio de Rio Branco imediatamente atinara com as dores de cabeça que Zeballos certamente lhe traria, pelo que deslocou Domício da Gama, de sua inteira confiança, de Lima para Buenos Aires, e outro dos seus, Gastão da Cunha, para Assunção.

Enquanto isso ocorria, preparava-se a Armada brasileira para receber seus novos e poderosos navios; no início de 1908 o Vice-Almirante João Justino de Proença solicitou a nossa Legação em Londres que obtivesse, via Foreign Office, “os regulamentos [da Royal Navy] que regem as experiências a que são submetidos os *destroyers* antes de aceitos pelas autoridades navais”. Antes de atender ao pedido, o Almirantado britânico desejava saber qual o número de navios em construção, se o armamento principal era de 12” ou 13”, a velocidade nas experiências e o tipo das máquinas.³⁰

Logo em 7 de maio veio a resposta de Alexandrino: os couraçados seriam três, dois já em construção, e o terceiro a ser iniciado em 1909; os canhões seriam de 12”, a velocidade 21 nós, as máquinas dos dois primeiros seriam reciprocativas, e a do terceiro turbina.³¹

Começaram, na ocasião, a correr boatos de que o governo brasileiro venderia os encouraçados então em construção em Barrow-in-Furness pela Vickers e em Newcastle-on-Tyne pela W. C. Armstrong Whitworth, boatos que foram logo desmentidos por nossa Legação

em Londres, em nota ao conceituado *Times*. Rio Branco, mantido a par do que ia ocorrendo a respeito das construções em andamento, sempre transferia as informações a Alexandrino; o mesmo ocorria com relação a boatos e intrigas que se faziam na América do Norte sobre o mesmo assunto; no Arquivo do Itamaraty encontram-se cópias dos múltiplos ofícios sobre o tema, incluindo recortes de jornais que publicavam aqueles boatos e intrigas.

Tantas fez Zeballos para azedar as relações argentino-brasileiras, que Alcorta acabou por dispensá-lo do cargo, nomeando em seu lugar Vitorino La Plaza. Quando Domício da Gama apresentou credenciais, Zeballos já deixara o Ministério, mas não esmorecera sua fúria panfletária; por isso, Domício aconselhou o Barão a manter o silêncio como a melhor maneira de neutralizá-lo.³²

Mal recebera essa carta, estourou como uma bomba o caso célebre do telegrama nº 9, bastante conhecido para ser aqui tratado. A ação pronta, honesta e inteligentíssima de Rio Branco definitivamente arrasou Zeballos.

Embora desfeita a falsificação, ficaram cicatrizes, pelo que Domício da Gama, sempre atento, apressou-se em participar a Rio Branco que a esquadra argentina cruzaria as costas do Brasil e pediu-lhe que não considerasse as manobras como provocação.

Disso deu ciência o Barão ao Almirante Alexandrino, em ofício que concluiu com sensatos e oportunos conselhos, depois de afirmar que “nossas relações com aquele governo estão em bom pé depois da retirada do Sr. Zeballos e ontem foi aprovado unanimemente na Câmara dos Deputados o tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a Argentina. Entretanto, apesar de não haver, em minha opinião, motivo algum para recear manifestações inconvenientes e desagradáveis, é talvez prudente que, mui discretamente, sem que os repórteres de jornais sejam informados, aproveitemos o ensejo para exercícios militares de defesa, tendo bem preparadas as fortalezas do Porto do Rio de Janeiro, as torpedeiras e os elementos de que dispomos, mas sem nenhuma ostentação e sem informação aos jornais.

Dessas medidas poderíamos tratar hoje no despacho com o Presidente”.³³

Avizinhava-se o ano de 1909, quando seria solucionado nosso último problema de fronteiras, os créditos para o rearmamento

argentino seriam aprovados, tranquilizando algo a opinião pública portenha, Roque Sáens Peña seria eleito Presidente e faria apoteótica visita ao Brasil (“tudo nos une, nada nos separa”), começariam a chegar os primeiros navios do Programa Naval de 1910 (alguns contratorpedeiros, dos 10 construídos, da classe *Pará*).

Rio Branco, após insana luta, que lhe levara a saúde pelo bem da pátria, escreveu longa carta a seu bom amigo Domício da Gama, que tanto o tinha auxiliado, notadamente em Lima e Buenos Aires, na solução de dificílimos problemas diplomáticos, para os quais necessitava forte respaldo militar, mas não o obtivera tempestivamente; apesar do apoio que, com seu gigantesco renome e conceito dera aos Ministros militares, mesmo assim, não fora consultado nas duas investidas da Marinha para renovar sua força naval.

A carta que aqui transcrevo na íntegra é a mais cabal prova do interesse do Barão do Rio Branco – o maior brasileiro do século XX, não temo afirmar – por nossa defesa e de sua incomparável visão de como deveriam ser estruturadas aquelas forças militares.

Não demoraria, com a Primeira Guerra Mundial, ficar provado que o Programa Naval de 1906 não era o melhor para o país, pois logo se tornou superado, e os gigantescos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* jamais seriam utilizados como vasos de guerra nos conflitos externos em que o Brasil se envolveu. Eis o desabafo do Barão e atentem os leitores para sua corretíssima visão.

“Ao Sr. Domício da Gama

Rio, 15 de Dezembro de 1908.

Caro amigo e Sr. Gama,

Tenho apreciado muito as suas cartas e espero a que me anuncia no seu telegramma 71 e deve chegar amanhã pelo *Avon*.

Estamos de acordo em tudo, mas eu não tenho, neste nosso meio e na situação em que nos achamos, a liberdade de proceder que o Senhor parece supor.

Quanto ao nº 9:

O Paiz, *A Notícia* e *A Gazeta*, sem prévia consulta, deram logo artigos dizendo que bastava a publicação feita no *Diário Oficial* para que ficássemos desafrentados, não havendo motivo para que esperássemos ou pedíssemos explicações. No mesmo sentido me falou

David Campista, o provável futuro Presidente. O atual falou-me muito amigavelmente no incidente seu com La Plaza do Jockey Club, achando que o Senhor se exaltara e que particularmente eu lhe fizesse notar a conveniência de mostrar-se sempre calmo, embora ferino. Penso também que o *fortiter in re suaviter in modo* é a regra que devemos observar.

Ontem, também muito amavelmente, o Presidente achou fortes demais as duas últimas “Várias” de *O Jornal*, a de ontem, contra a equivalência, e a anterior, contra La Plaza, creio que no dia 11, sobre a publicação da *interview* Regis.

Quanto ao nosso estado de defesa:

É o mais lastimável possível.

Há dias verificou-se que a nossa fraquíssima esquadra está quase sem munições para combate. Telegrafou-se pedindo à Inglaterra com urgência esse elemento indispensável para alguma honrosa ainda que inútil resistência. Prevendo que no período das novas construções poderia o tresloucado Governo Alcorta pensar em alguma agressão ao Brasil – idéia essa discutida em Buenos Aires há dois anos –, pedi ao Presidente Rodrigues Alves, com o então Ministro da Marinha Noronha, a compra de uns navios de guerra ingleses, compra que nos daria logo esquadra superior à argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto. Nada consegui. Há meses, regulando-me por indicações de um bem-informado oficial da Marinha, propus a compra imediata de dois navios da Armada inglesa. O Presidente Afonso Pena estava inclinado a essa proposta, mas o meu colega Alexandrino de Alencar mostrou-se decididamente contrário a ela, receando que viesse prejudicar a inteira execução do seu programa de navios mais modernos e perfeitos.

Por terra, não estamos em menos deploráveis condições. Linhas telegráficas em construção, estradas de rodagem, caminhos de ferro, miseráveis picadas, tudo é estratégico. As brigadas, na nova organização do Exército, também são chamadas agora estratégicas. E, com tudo isso, nada temos. Em artilharia, porque insisti muito em 1904 quando o Peru encomendou seis baterias de seis canhões de tiro rápido, fizemos igual encomenda. Temos, portanto, apenas 36 canhões modernos de campanha e encomendamos agora 48, ou 12 baterias

de quatro. Ficaremos com 84 canhões. Os argentinos já têm, foi dito na discussão, 500, e o projeto mais moderado, que é do Senado argentino, mandava encomendar mais 40 baterias de seis, isto é, mais 240 canhões.

Por mais que eu peça aos Ministérios militares que guardem reserva sobre os melhoramentos empreendidos, tudo é logo dado a público pelos repórteres que passam o dia nessas Repartições. É o sistema do bombo, com que alarmamos os vizinhos produzindo a impressão de que nos armamos até os dentes, quando a verdade é que muito pouco fazemos e com grande lentidão e enorme despesa. Nas vizinhanças de Iquitos os peruanos têm 20 canhões de tiro rápido que podem facilmente seguir, pelo Ucayale, para os varadouros do Juruá e do Purus. Nós não temos um só no Amazonas.

Em tais condições, compreende o Senhor o aborrecimento que sinto e as preocupações que tenho. Só nos amparam ainda a força moral e o antigo prestígio que nos restam dos tempos já remotos em que havia providência nesta terra.

Tenho estado em correspondência com Joaquim Nabuco, que só nestes últimos dias ficou compreendendo a gravidade da situação e conversou com Root. Preparei-me para o pior, para o caso de termos de retirar a nossa Legação daí, manifestando-nos queixosos das manifestações inamistosas que temos recebido.

A resposta foi esta (12 de Dezembro):

“I beg you say Baron Rio Branco Government U. S. sincerely hopes there will be no occasion for withdrawal of Brazilian representation from Argentina, but if deplorable event should occur U. S. would consider an honor perform office friendship in directing its representative to take charge of brazilian archives and brazilian interests in Argentina”.

Convém estreitar relações com o Ministro americano e ganhar a sua confiança para que ele não se deixe influenciar pela atmosfera de ódio e prevenções contra o Brasil em que vive. Devo informá-lo de que dias antes Root se oferecera a Nabuco para tratar da equivalência naval...

Não se exalte nunca aí. Afete a maior calma. Isso não fica mal a ninguém.

Agora mesmo sai daqui um oficial da Marinha que me trouxe desagradável notícia, ignorada por Alexandrino de Alencar e por mim. O Campista disse-lhe que trabalha para que se venda à Inglaterra o segundo *Dreadnought*... O terceiro ainda não está começado, apesar de o estaleiro se oferecer para começá-lo desde já, sem desembolso para o governo antes da data primitivamente indicada para o começo do trabalho.

Se cedemos à Inglaterra o segundo encouraçado, ficaremos desmoralizados. Todo o mundo dirá, e a Argentina espalhará que cedemos à pressão do governo de Buenos Aires.

Hoje irei falar nisso ao Presidente.

Sabe como as coisas se passam aqui. No despacho coletivo cada Ministro trata com o Presidente. Os outros conversam. Por isso só chego no fim do despacho. Os assuntos mais importantes são tratados com o Presidente fora do despacho.

Não fui ouvido sobre o primeiro plano naval nem tampouco sobre o segundo. Pelo primeiro teríamos seis encouraçados; pelo segundo deveríamos ter três muito maiores. Com isso e o barulho que se fez na imprensa, assustamos a Argentina. Com seis encouraçados menores estaríamos melhor. Poderiam operar no Rio da Prata. Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos dois, ficaremos apenas com um.

Não concorri para a adoção desses planos. Mas, adotado um, e depois de todo o ruído feito do nosso lado e das ameaças dos órgãos do atual governo argentino, entendo que recusar, modificando o plano, é um vergonhoso desastre e um golpe mortal no nosso prestígio.

Vou ver se posso conjurar esse perigo, mas não tenho grande esperança de ser bem-sucedido. A preocupação do Presidente e do Campista é a situação financeira. Gastaram-se milhares de contos com a desnecessária Exposição Nacional e outras coisas. A renda aduaneira decresceu. Só se pensa hoje em economias e em aumentar os já horrorosos impostos, sem refletir que a renda aumentaria se reduzíssemos os direitos aduaneiros sobre muitos produtos que o povo não pode comprar agora e compraria amanhã se esses direitos fossem reduzidos.

Não há tempo para mais hoje.

Os telegramas cifrados de mais importância e franqueza é melhor que os mande para que o Cunha os transmita de Montevideú. Um estrangeiro que aqui esteve ontem mostrou-me a facilidade com que os pode decifrar.

Vou pensar em alguma combinação que dificulte a decifração.

Recebi carta de Larreta em que agradece o que obtive para o caso do Banco Español e fala no Senhor com muito elogio.

Sempre seu

Rio Branco”³⁴

5. CONCLUSÕES

Quando o Barão do Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, no início de dezembro de 1902, antevia o Governo Rodrigues Alves sérios problemas de fronteiras com duas Repúblicas que confinavam com o Brasil: a Bolívia e o Peru.

O Barão, que, com tanto brilho e saber, defendera o país nas arbitragens de Palmas (Argentina) e Guiana Francesa (França), não desejava, nas novas negociações, recorrer ao arbitramento, preferindo a negociação direta com as duas Repúblicas, talvez na suposição de que a arbitragem seria demorada e os argumentos histórico-geográficos não fossem bastante seguros para levar o Brasil, sem dificuldades, a soluções insofismavelmente a nosso favor.

Descartada a arbitragem e havendo, tanto a Bolívia quanto o Peru, pretendido recorrer às armas, a Bolívia, para expulsar Plácido de Castro e seus companheiros dos territórios acreanos que haviam ocupado, igualmente, pela força das armas; o Peru, não aceitando o Tratado de Petrópolis, afirmava que nele haviam sido negociadas terras que, por direito, lhe pertenciam.

Necessitava assim Rio Branco, desde o início de sua gestão no Ministério, do respaldo das nossas Forças Armadas, Marinha e Exército, portanto.

Infelizmente, a Armada, pela voz de seu próprio Ministro, Almirante Júlio César de Noronha, estava, após as turbulências da Revolta da Armada, em precaríssimo estado, quer em seu material

flutuante, quer no adestramento e moral de sua oficialidade. As poucas aquisições de navios que se haviam feito não tinham obedecido a um plano adequado, estando longe de restabelecer o prestígio que a Marinha imperial sempre gozara.

Não muito diferente era a situação de nosso Exército.

Com sua larga visão e a experiência adquirida nos longos anos em que servira na Inglaterra, percebeu Rio Branco que qualquer plano naval, por melhor que fosse, levaria anos para ser elaborado, e ainda outros para que fossem construídos os navios dele decorrentes. Em face disso, iniciou o Barão verdadeira catequese junto a Noronha e à oficialidade naval para que o Brasil logo adquirisse os melhores navios então no mercado, indicando-os seguidamente ao Ministro da Marinha. Infelizmente, Rio Branco não conseguiu convencer Noronha, e, quando este, quatro anos depois, transferiu o Ministério ao Almirante Alexandrino Faria de Alencar, nenhuma encomenda fora feita e já se discutiam a validade do Programa de 1904 e a necessidade de modificá-lo, em face, dizia-se, dos ensinamentos colhidos na Guerra Russo-Japonesa (1905).

Novos estudos (obviamente com as correspondentes delongas) conduziram a Marinha ao ambicioso Programa de 1906 (ou Programa Alexandrino); com isso, dos três navios capitais, tipo *dreadnought* de que deveria constar o programa, dois levaram quatro anos até aportarem ao Rio de Janeiro, e o terceiro deles foi vendido quando ainda estava na Inglaterra.

No meio tempo, o Barão do Rio Branco esteve às voltas com a questão peruana e a agressividade do argentino Estanislao Zeballos, sem que dispusesse de Forças Armadas adequadas para respaldar sua ação, embora constantemente reclamasse junto aos Ministros militares a respeito de nossas enormes deficiências e os perigos que corriam as gestões que efetuava; simultaneamente, continuou a apontar navios disponíveis para aquisições e a maneira mais rápida e eficiente para fazê-las, aventando mesmo a hipótese de aquisição antes da aprovação do crédito pelo Congresso, pois estava seguro de que a obteria, tão fortes eram seus argumentos.

Felizmente para o Brasil, graças aos gigantescos dotes diplomáticos do Barão do Rio Branco, tanto os limites com o Peru

quanto a agressividade de Zeballos foram resolvidos, mesmo com os precários meios militares que possuíamos, sem que houvesse o recurso às armas.

O Programa de 1906 – diga-se que a perspectiva do tempo nos mostra que o de 1904 era bem mais compatível com nossas necessidades da época – foi tão ambicioso, que, durante algum tempo, tivemos os maiores encouraçados do mundo (*Minas Gerais* e *São Paulo*). Dele restou a lição que, felizmente, tem norteado a Marinha do nosso tempo: seus meios flutuantes devem ser sempre compatíveis com as missões previsíveis, e seus navios dimensionados de forma a manterem-se constantemente operativos, e suas tripulações altamente adestradas com os recursos disponíveis em seu orçamento. Por tal razão, tem papel fundamental o prestígio do Ministério das Relações Exteriores, ao trabalhar sempre em comum acordo com o Ministério da Defesa, pois tudo o que concerne à Marinha também deve ser estendido ao Exército, à Força Aérea e a nossa política exterior.

Para que isso possa acontecer, a opinião pública e seus representantes legítimos, os congressistas, devem ser continuamente informados sobre aquelas missões e postos a par das forças necessárias a bem desempenhá-las. Concluo, assim, este trabalho voltando a lembrar o aforismo usado pelo Barão do Rio Branco escrevendo a seu colega Almirante Alexandrino (1908): *Si vis pacem...*

NOTAS

1 Ofício confidencial (minuta), Petrópolis, 20 de março de 1908, do Gabinete do Ministro. Ministério Relações Exteriores. 1ª Seção. (Arquivo do Itamaraty, 3522).

2 Rio Branco a Sousa Correia, 3 de janeiro de 1896. *In*: Lins, Álvaro. *Rio Branco* 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965. v. 325: 227. (Arquivo do Itamaraty).

3 Rio Branco. José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco*. Discursos. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948: 9.

Trata-se do último volume das *Obras*, preparadas pelo hoje Embaixador Roberto Assumpção de Araújo.

4 Nelas perderia a vida o mais brilhante oficial da Marinha de sua geração, o Almirante Luis Filipe de Saldanha da Gama, morto em Campos dos Osórios, nos extertores da Revolução Federalista (24 de junho de 1895).

- 5 *Relatório, 1903*, Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903: 5.
- 6 *Idem*: 3.
- 7 *Idem*: 4.
- 8 Rio Branco à Legação do Brasil em La Paz, em resposta à sugestão do Ministro do Exterior boliviano Eliodoro Villazón, que havia proposto arbitragem pelo Tribunal da Haia. (Arquivo do Itamaraty).
- 9 Ofício reservado n. 1, de 31 de agosto de 1903. Ministério Relações Exteriores. 1ª Seção. (Arquivo do Itamaraty).
- 10 Ofício confidencial de 12 de março de 1904, de Júlio de Noronha ao Barão do Rio Branco. Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. (Arquivo do Itamaraty).
- 11 *Idem, ibidem*.
- 12 Ofício de 2 de maio de 1904, do Barão do Rio Branco a Júlio de Noronha. Ministério das Relações Exteriores. (Arquivo do Itamaraty).
- 13 *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Júlio Cesar de Noronha*, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha em abril de 1906. Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906: 5-11.
- 14 Lins, Álvaro, *op. cit.* na nota 2: 343.
- 15 Ofício nº 1234, de 2 de setembro de 1905, do Ministro das Relações Exteriores. (Arquivo do Itamaraty).
- 16 Ofício nº 1270, de 27 de setembro de 1905, do Ministro de Estado dos Negócios da Marinha ao Ministro das Relações Exteriores. Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. (Arquivo do Itamaraty).
- 17 Ofício reservado do Barão do Rio Branco a Júlio de Noronha, de outubro de 1905. Ministério das Relações Exteriores. (Arquivo do Itamaraty).
- 18 Lins, Álvaro, *op. cit.* na nota (2): 346-347.
- 19 Ofício reservado nº 15, de 2 de outubro de 1905 do Barão do Rio Branco a Júlio de Noronha. Ministério das Relações Exteriores. (Arquivo do Itamaraty).
- 20 *Idem* 2ª seção. Ofício n. 5 (Arquivo do Itamaraty).
- 21 Ministério das Relações Exteriores. Ofício de 12 de maio de 1906, do Barão do Rio Branco a Júlio de Noronha. (Arquivo do Itamaraty).
- 22 *Idem* Ofício reservado de 1^o de novembro de 1906, do Barão do Rio Branco a Júlio de Noronha.
- 23 *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997. v. 5, t. 1B: 83-3.
- 24 Para a visita do General Roca ao Rio de Janeiro muito contribuiu sua estreita amizade com nosso Ministro da Marinha, Almirante Carlos Balthazar da Silveira. Ao partir, Roca ofereceu a Balthazar sua belíssima espada, cravejada de pedrarias, hoje uma das relíquias do Museu Naval.

25 Viana Filho, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967: 414-15.

26 Ofício nº 8, de 21 de abril de 1906, do Barão do Rio Branco a Júlio de Noronha. Ministério das Relações Exteriores. 2ª Seção.(Arquivo do Itamaraty).

27 Idem Ofício nº 6, de 11 de maio de 1907, do Barão do Rio Branco a Alexandrino de Alencar. (Arquivo do Itamaraty).

28 Idem Ofício reservado nº 9, de 16 de outubro de 1907, do Barão do Rio Branco a Alexandrino de Alencar. (Arquivo do Itamaraty).

29 Burlamaqui, Armando. Carta a Alexandrino de Alencar, de 21 de abril de 1908, Roma Cópia no Arquivo do Itamaraty.

30 _____ 1ª Seção. Ofício reservado nº 1, de 5 de maio de 1908, do Barão do Rio Branco a Alexandrino de Alencar. (Arquivo do Itamaraty).

31 Ofício nº 1999, de 7 de maio de 1908, de Alexandrino de Alencar. Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. (Arquivo do Itamaraty).

32 Gama, Domício da. Carta ao Barão do Rio Branco, de 7 de setembro de 1908. (Arquivo do Itamaraty).

33 Ofício confidencial, s.n., de 5 de novembro de 1908, do Barão do Rio Branco a Alexandrino de Alencar. Ministério Relações Exteriores. (Arquivo do Itamaraty).

34 Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. Carta a Domício da Gama, de 15 de dezembro de 1908.

Cópia no Arquivo do Itamaraty. Foi parcialmente publicada por Luiz Viana Filho, *op. cit.* na nota (25): 444-5.

RIO BRANCO E A EMERGÊNCIA DO AMBIENTE CIENTÍFICO NO BRASIL

RONALDO MOTA SARDENBERG

O tema que me foi distribuído pelos organizadores é sem dúvida novo e importante por seu valor histórico e político. Nesta contribuição não evocarei apenas o III Congresso Científico Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro, em 1905, sob a égide do Barão do Rio Branco. Referirei também certos interesses e qualidades pessoais suas, que ajudaram a formar gerações no Itamaraty e ainda têm implicações para a atualidade. Farei ainda breves comentários sobre a evolução científica e tecnológica no Brasil e acerca da experiência auferida pelo Itamaraty – no que tem sido chamado “espírito de Rio Branco” – quanto a aspectos internacionais de ciência e tecnologia.

O pano de fundo de minhas palavras será o da premência da aproximação da C&T com a diplomacia e a política externa. Essa premência decorre das insatisfatórias condições, que constroem a presente realidade internacional, em sentido lato, e da necessidade de bem respondermos às aspirações socioeconômicas de nosso povo. Estas palavras têm caráter preliminar, que o futuro aprofundamento do tema de hoje poderá vir a confirmar ou qualificar. Ensejam também reflexões quanto às perspectivas nacionais em C&T. Nesse contexto, quero dirigir-lhes um convite à pesquisa e ao debate. Não será esta, porém, a oportunidade para fazermos a resenha da evolução da C&T brasileiras, a qual certamente pode ser encontrada na literatura especializada.¹

Antes de mais nada, lhes passarei alguns dados sobre o Congresso Científico, que revelam inesperados aspectos de modernidade. Após ter sido informado pelo Embaixador Bernardo Pericás sobre este evento, solicitei ao Doutor Evandro Mirra de Paula e Silva, reconhecido cientista e intelectual, que preside nosso Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, que, com a colaboração da comunidade acadêmica, levantasse a memória do Congresso. A pesquisa iniciada sobre o tema logo revelou que a participação de Rio Branco foi sobretudo função da vontade dele próprio, e não de praxes e circunstâncias.

A primeira parte do levantamento consistiu na localização dos 12 volumes de Relatórios Finais do Congresso, que estavam dispersos. Vários deles se encontram em sofrível estado de conservação, dada a qualidade do papel de sua impressão. Na Biblioteca e no Arquivo Histórico do Itamaraty, foram localizados cinco volumes, e em outras e muito variadas instituições encontraram-se os demais. Refiro-me ao Museu Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Real Gabinete Português de Leitura, Academia Brasileira de Ciências, Ministério da Fazenda, Observatório Nacional e Biblioteca Nacional.

A segunda etapa resultou de uma parceria, para que pudessem ser microfilmadas as quase seis mil páginas de documentos e preservados os Relatórios, conforme padrões internacionais. Em paralelo, foram fotografados mapas, gráficos, tabelas, ilustrações e as páginas em cor, com vistas a editar uma versão fac-similar. Por exemplo, do último volume, constam fotografias do evento, bem como de seus protagonistas, da história da cidade e de instituições científicas no início do século XX. Trata-se, portanto, de excelente material, sob distintos pontos de vista.

A Sociedade Científica Argentina tomou a iniciativa de realizar, em Buenos Aires, no mês de abril de 1898, o I Congresso Científico Latino-Americano, do qual o Brasil não participou; no II Congresso, três anos mais tarde, em Montevideu, o país fez-se, porém, representar por intermédio de uma Delegação do IHGB, e, nessa ocasião, ficou acertado que o Congresso seguinte seria no Rio de Janeiro.²

Tão logo assumiu a Chancelaria, Rio Branco encampou essa idéia e designou uma comissão organizadora, sob a presidência do Marquês de Paranaguá, à qual emprestou completo apoio. Em dezembro de 1903, a comissão³ anunciava que “(...) o Brasil vai empenhar-se (...) em um certame altamente científico entre as nações latino-americanas, do qual somente lhe poderão provir vantagens e utilidades (...)”.

É Rio Branco quem abre o Congresso e, em seu discurso, afirma, bem ao estilo da época “(...) a nossa curiosidade de saber ainda não teve a imodéstia de se confundir em ciência nacional. As ciências, as letras, as artes, toda a cultura do espírito entre nós é desnacionalizada,

de sorte que nem mesmo nas chamadas “batalhas incruentas das idéias” entramos em tensão de conquista e avassalamento”.⁴ Desperta atenção seu aparente desejo de disseminar – até pelo caminho da negativa – uma atitude tranquilizadora com relação aos países vizinhos.

À raiz das comemorações do centenário da gestão Rio Branco, o MCT fará publicar um livro acerca do Congresso e editará um CD-Rom com a memória do evento. Quanto ao conteúdo dos debates, não houve tempo para que tivéssemos mais do que uma primeira impressão, mas essa é animadora.⁵ Essas edições, além de homenagearem o Barão e simbolizarem a aproximação entre a comunidade acadêmica e o Itamaraty, estimularão renovados esforços de investigação científica, além de uma possível releitura da história da ciência latino-americana e brasileira e também do clima cultural do Brasil de então e até de certas facetas da biografia de Rio Branco. Facilitarão, ainda, o reexame da gênese do interesse do Itamaraty quanto à temática internacional da C&T.

O III Congresso é realizado em um Brasil em processo de rápida institucionalização da ciência. Não que inexistisse uma tradição científica no país, vinda de séculos anteriores⁶ e, notadamente, no que respeita a aspectos institucionais do início do século XIX, com a fundação do Real Horto e do Museu Real (hoje, Jardim Botânico e Museu Nacional), entre outras instituições. Mas, como assinala Simon Schwartzman, na virada do século XX, o país vivia um período rico, em termos de ciência aplicada. De 1887 a 1902, criaram-se 15 instituições de pesquisa,⁷ que se dirigiram mormente a problemas prementes ou de ensino de ciências no país. Estávamos saindo – como tantas vezes acontece – de uma era de letargia. Ao menos no que diz respeito à ciência aplicada, tínhamos, em 1905, excelentes condições para hospedar o Congresso, e, nesse sentido, não nos devem surpreender o êxito e a modernidade de seus trabalhos.

Os 630 congressistas, dos quais 43 estrangeiros, em representação de 18 países tiveram a oportunidade de visitar as instituições brasileiras e realizar excursões. Para ilustrar o aspecto da modernidade, bastaria lembrar que o Congresso Científico, como indicam seus Relatório Finais, teve caráter quase enciclopédico. Suas preocupações se dirigiram à Matemática pura e aplicada e à Engenharia;

às Ciências Naturais; História Natural; Medicina e Cirurgia; Medicina Pública; Ciências Jurídicas e Sociais; Pedagogia; Antropologia; Agronomia e Zootecnia. Entre as 10 sessões realizadas e nas 120 contribuições publicadas, há bom número que se dirige a preocupações dos dias de hoje, por exemplo:

- O problema da infância abandonada;
- Unión de Los Afluentes Navegables del Amazonas y del Plata;
- A diminuição das águas no Brasil, em que se examinam as causas da diminuição das águas e seus efeitos, o histórico das derrubadas e das queimadas das florestas, com a resultante diminuição dos mananciais. Conclui-se com a indagação retórica: “morreremos todos de sede?;
- Imunidade e Imunização: ensaio crítico sobre as teorias modernas da imunidade, definições e estudos da imunidade, infecção e imunização, efeitos gerais das bactérias, imunidade natural e adquirida;
- Estudios meteorológicos en las altas capas atmosféricas;
- Geografía botânica paulista;
- A construção naval no Brasil e seus progressos (incluindo: madeiras de construção naval da Região Amazônica e do Estado da Bahia; construção naval indígena do Brasil);
- La irrigación;
- Medicina: les rapports de l’asthme et la tuberculose-asthme;
- Contribuição para o estudo das línguas indígenas (Tocana, Tatu Tapyia, Uanana Urubú Tapyia Dessana, Patzòka ou Iuruty Tapyia Uantyua ou Puçá Tapyia); e também um Vocabulário Zoológico Guarani;
- Cerâmica pré-histórica;
- História Natural dos lepidópteros do Brasil;

Em livro comemorativo, a ser publicado este ano, sob os auspícios do MCT, será apresentado um panorama abrangente do Congresso, com a recriação de seu cenário: o Rio de Janeiro em 1905 (reforma urbana, campanhas de vacinação, etc.); preparativos do evento (comissões organizadoras, atuação de Rio Branco, etc.); o

Congresso na imprensa; e seu significado para o desenvolvimento da ciência e das relações internacionais na região. Conterá fotografias dos participantes e da cidade, bem como reproduzirá imagens que complementam os trabalhos científicos.

Observada na perspectiva do presente século, a ação de Rio Branco vem a expressar um compromisso básico com o país e com a criação de uma plataforma territorial firme e definida, com impacto favorável no processo de modernização da sociedade brasileira e de sua visão do mundo. Em sua gestão, a diplomacia dirigiu-se diretamente à remoção do que poderia vir a ser um entrave fundamental para o avanço modernizador. Com espírito prático, Rio Branco concentrou-se no alto desafio geopolítico de imunizar o país com relação às controvérsias locais de ordem territorial e, subsidiariamente, também à cobiça característica da onda expansionista dos impérios coloniais, que chegava ao zênite ao final do século XIX e virada do seguinte. E a experiência ensina ser notória e, muitas vezes, irresistível a atração sentida pelas potências mais fortes para as situações de instabilidade territorial.

A extirpação de focos potenciais de tensão na América do Sul teve conseqüências duradouras. Nada que fizemos para celebrar nosso Chanceler e patrono será suficiente para render-lhe total justiça. Para ele, colocava-se nada menos do que a fixação – definitiva – dos limites territoriais brasileiros, os quais, nos primeiros anos da República estavam consolidados junto a apenas dois países vizinhos, o Paraguai e a Venezuela, tão severo era o grau de insegurança jurídica da base física do país.

Os resultados da ação de Rio Branco continuam a ser uma vantagem comparativa em favor de nossa diplomacia. Mais amplamente, também geraram benefícios para as nações vizinhas, ao contribuir para o fortalecimento da segurança regional. No Brasil, suas vitórias moldaram um clima de opinião que facilitou a transição da monarquia para a república e motivou uma mudança, a longo prazo, das mentalidades, por aumentar a confiança na solidez do país como sujeito do Direito Internacional. Essa confiança ainda perdura no quadro do presente sistema mundial, quando temos sofrido imensas pressões estratégicas, sustentadas por variados desequilíbrios

internacionais e por seguidas crises econômicas e financeiras, no âmbito da globalização.

A magnitude dessa tarefa e suas reverberações na história pátria podem ser medidas por uma simples cogitação. Bastaria que, à luz da experiência mundial e regional, imaginássemos tudo de contraproducente que nos poderia ter ocorrido no plano externo se tivéssemos sido compelidos a concentrar nossa ação diplomática, no decorrer do século passado, no tratamento de um enorme, variado e potencialmente incontrolável passivo territorial.

Não se pense ser essa uma visão impressionista. Recentemente, o Professor John A. Vasquez, especialista na métrica do conflito internacional, deu conta de suas pesquisas a propósito de 927 casos, entre 1816 e 1992, de envolvimento de dois Estados, em guerra ou confrontações militares resolvidas sem conflito. Desses casos, 344 levaram à guerra, e 583 à confrontação – e sabe-se, comento, quão ruínosa mesma essa pode ser, nos planos políticos, econômicos e sociais. As conclusões com base nessa significativa amostragem lhe permitem afirmar que, de todas as disputas entre Estados, as “questões territoriais são as que apresentam a maior probabilidade de levar à guerra (...) A guerra típica, no sistema, é aquela que se origina de um desacordo territorial entre vizinhos (...) Sendo o território [uma questão] tão saliente, é mais que provável que a ameaça ou uso da força [a guerra] não ocasione concessões expressivas”.⁸

Não terá sido também coincidência que, ao lado dessa temática, Rio Branco, consistente com o espírito de seu tempo, se houvesse interessado pelo fortalecimento da postura naval e militar brasileira, como elemento dissuasório, se for permitido o anacronismo, integrado à política propriamente diplomática.

A despeito de seu reconhecido tradicionalismo, Rio Branco foi portador de qualidades modernas. A primeira delas é a devoção ao conhecimento (pesquisa) como valor em si e, depois, como instrumento de política. Desde cedo, Rio Branco adota um enfoque de pesquisa histórica e geográfica centrado no Brasil, vai em busca de fontes primárias e nelas baseia seu labor intelectual; muito jovem, – suas primeiras publicações na área da história datam dos 19 e 20 anos de idade – começou esse trabalho de “pesquisa básica” no Brasil e o prosseguiu em mais de 25 anos de vida no exterior.

Como relata Álvaro Lins, nos estertores do século XIX, a história e a geografia revestem-se da moderna acepção de “elementos humanos e científicos para a compreensão e o governo dos povos, como matérias dos estadistas”. E Rio Branco, em seus estudos, “sem imaginar ao certo o destino que iria ter sua erudição”, adquire sólida formação de estadista e de intelectual, distanciando-se do diletantismo pelo “patriotismo, desejo de compreender e capacidade de amar o Brasil na sua terra e na sua gente”, que orientavam seus estudos. E, mais adiante, conclui: “(...) a história e a geografia – para ele que nunca fez literatura pura – constituem realmente a sua poesia, o seu instrumento de criação”.⁹

Nesse sentido, como pesquisador, não voltava seu trabalho para a obtenção de resultados práticos. Vivia em relativa obscuridade. Só mesmo quando convocado para a solução da Questão de Palmas, com a Argentina, e já embarcado na trajetória que o levaria à chefia da Chancelaria, é que atribuiu sentido político ao patrimônio de informação e conhecimento que acumulara e o aplicou à solução das maiores questões da política externa de seu tempo.¹⁰ Seu conhecimento histórico-geográfico e seu interesse específico pela cartografia tornaram-se ferramentas essenciais no desenvolvimento das posições diplomáticas requeridas pelos principais interesses do Brasil.

Sobre sua dedicação, Álvaro Lins recolhe precioso comentário de Eduardo Prado: “(...) o que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa (...) Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fez copiar, todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos, em formas de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e, com o mundo das suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento”. Ao contrário do que augurava Eduardo Prado, o coroamento da obra de Rio Branco não foi acadêmico, e, sim, diretamente político-diplomático.

É feliz e esclarecedora a comparação de Álvaro Lins entre Rio Branco e José Bonifácio – notável pioneiro da ciência brasileira e patrono da nossa Ordem Nacional do Mérito Científico –, ao apontar

para duas características básicas de suas trajetórias a formação no estrangeiro e a realização de uma obra profundamente brasileira:

“(...) Ambos, homens de ciência e de gabinete, envelhecidos na Europa, regressando à pátria para a ação política, quase aos 60 anos. Num e noutro, a distância servira para que mais intensamente se aproximassem da pátria e se identificassem com os seus problemas. Tudo o que aprenderam e observaram no exterior convergia para um sentimento da terra e da história do Brasil. José Bonifácio seria o líder da Independência, Rio Branco seria o construtor do mapa geográfico e da integridade territorial”.¹¹

A segunda grande qualidade que Rio Branco nos transmite é o enfoque totalizante de sua gestão, que – sem perder foco – tem por objeto não só o conjunto das fronteiras, mas também as relações com cada vizinho e com toda a região sul-americana, assim como as interações da Chancelaria com parceiros mais poderosos, quais sejam as principais potências européias e os Estados Unidos, além do interesse incipiente, mas significativo, na evolução da “confraternidade”¹² internacional.

A diplomacia do Chanceler é também a que faz com os coetâneos, a começar por seus chefes, os Presidentes a quem serviu, mas também com a opinião pública, interna e externa, e com outras personalidades brasileiras de grande mérito pessoal e forte capacidade de atuação, até mesmo quando suas relações com elas pudessem ser perturbadas por inevitáveis vaidades ou tismadas por divergências. Sua atuação foi enriquecida pela convivência, sob o teto da mesma diplomacia, com Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, e com o concurso de, entre outros, Clóvis e Euclides, assim como com a colaboração de Emílio Goeldi, quando da Questão do Amapá, ainda antes que assumisse a Chancelaria.¹³

Em especial, o labor de Nabuco acrescentou dimensões fundamentais à diplomacia brasileira, em particular no desenvolvimento – com altos e baixos – das sempre complexas relações com os Estados Unidos e, no plano regional, com a III Conferência Internacional Interamericana. Rui, cuja presença no campo externo precisa ser revalorizada, esteve presente e foi fundamental para a invenção da “diplomacia mundial brasileira”, na Haia, e para dar o passo pioneiro

na luta multilateral pela igualdade e equidade entre os Estados e, em última instância, pela paz e segurança internacionais. Mesmo diante dessas personalidades tão complexas – e por vezes difíceis – Rio Branco soube manter firme liderança na condução dos negócios diplomáticos.

Mas é essa toda a mensagem que a ação de Rio Branco transmite às presentes gerações? Como diz o Chanceler Celso Lafer, a atuação de Rio Branco é passível de uma latitude de leituras. A meu ver, Rio Branco não se deixa, pessoalmente, embarçar por dúvidas; pelo contrário, nos passa uma visão consistente, pragmática e apontada para resultados diplomáticos concretos. Explicita a afirmação nacional e a crença na grandeza do país. É inquebrantável sua confiança na capacidade de atuação do Brasil, na solução dos problemas externos, pelo caminho da competência diplomática. Deixa transparecer um otimismo político sobre o país, fundado no sólido conhecimento e pesquisas que permeiam toda a sua postura diplomática. Nítida autoconfiança o impele ao diálogo não apenas com os vizinhos, mas também com as grandes – e eventualmente agressivas – potências daquela época.

Na literatura, a Segunda Guerra Mundial figura como a divisória do século XX, em termos de ciência, no Brasil e talvez no mundo. Na primeira metade do século, foi limitado o esforço brasileiro de desenvolvimento científico. Nas décadas iniciais, a ênfase estará nas aplicações, com reduzida atenção dedicada à pesquisa. Os vetores de nossa interação com o resto do mundo são quase exclusivamente a formação e qualificação de recursos humanos no exterior; a atração de professores e, até certo ponto, pesquisadores estrangeiros; e a colaboração internacional direta entre os poucos cientistas brasileiros e seus colegas de países mais avançados, muitas vezes resultante da convivência ainda nos bancos universitários. A cooperação na saúde, um pouco mais estruturada do que nos demais campos, pode ter representado, ao longo das décadas, exceção parcial nesse quadro.

Como regra, a face brasileira dessa colaboração aparece pulverizada ou, no mínimo, se confina a instituições específicas, situação ultra-resistente que apresenta incômodas sobrevivências. Existia, pois, pouco espaço, se algum, para a política científica de

escopo nacional ou, mesmo, para a ação mais restrita de articulação internacional, que interessa de perto à diplomacia.

Nessa, contudo, outro movimento de longo prazo estava em curso desde 1905, quando Rio Branco, de forma presciente, iniciou o deslocamento do eixo da política externa brasileira da Europa para os Estados Unidos, com a criação e instalação, em Washington, da primeira Embaixada na história de nossa diplomacia. Esse movimento político e estratégico, que só vai florescer plenamente durante a Segunda Guerra, expressa-se no fortalecimento da vertente hemisférica da política brasileira, do qual faz parte, de certa forma, o III Congresso Científico, de âmbito latino-americano, e é saliente a III Conferência Interamericana, no Rio, em 1906.

Esse é o contexto do discurso de Rio Branco na abertura dessa Conferência. Em trecho de particular interesse, o Chanceler utiliza palavras reveladoras de sua aguda consciência da realidade. Diz ele: “Ela [a Europa] nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades de sua indústria, a lição mais proveitosa do progresso”. Não são tais comentários apenas parte de um retórico agradecimento à Europa, mas uma tomada de posição realista perante altos representantes deste hemisfério, os dos Estados Unidos incluídos. Recapitulam com precisão a visão da elite brasileira e da classe média então emergente quanto ao papel abrangente da Europa na vida nacional.

Entende-se deles que os europeus não apenas descobriram o Brasil, mas propiciaram os modelos de nossa vertebração como país e da organização do Estado nacional; estimularam-nos a trilhar os caminhos científicos e artísticos – caminhos culturais, enfim – e tornaram disponíveis os bens de que necessitávamos para o bem-estar e avanço econômico. Tenha-se presente que, na década do Barão à frente da Chancelaria, nossas exportações, compostas quase inteiramente de produtos primários, dividiam-se entre os Estados Unidos e a Europa, que as importações provenientes da Europa cresceram de 66,5% a 70,2% da pauta brasileira¹⁴ e que o primeiro empréstimo estritamente norte-americano ao Brasil foi concedido apenas nos anos 20.¹⁵

Prolongou-se, realmente, a preponderância européia na cultura e na economia brasileiras. E também na área científica. Desde meados da década de 1910, uma longa fieira de professores, na maior parte alemães e italianos, se dirigiu espontaneamente ao Brasil, em especial a São Paulo, ou foi objeto de contratos e, na década de 1920, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) promovia a visita ao Rio de pesquisadores franceses e de outras nacionalidades, um dos quais foi Albert Einstein. Só aos poucos a presença científica norte-americana se faz sentir – principalmente com as ações da Fundação Rockefeller, que concede bolsas desde 1915 e que, na década de 1920, lança campanhas de saneamento em muitos estados da federação, com um modelo mais institucionalizado de cooperação internacional, incluindo a participação governamental –, para vir a desabrochar, em plenitude, nos anos 40, antecipando a tendência que dominaria o segundo pós-guerra.

A constituição da Academia Brasileira de Ciências, entre 1916 e 1921, foi um primeiro sintoma de mudança no modo de fazer ciência no país, que veio a ser confirmado em definitivo com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934 – como instância ilustrativa do processo mais abrangente de urbanização –, e que, ao mesmo tempo, renovou tendências anteriores e abriu uma visada para o futuro.

O peso político e cultural, bem como a importância econômica de nossa herança rural – ilustrados pelo onipresente lema o “Brasil é um país essencialmente agrícola”, que na escola chegou a muitos de nós –, ainda toldava a percepção de que a industrialização começava a provocar transformações irreversíveis, desde a Primeira Guerra e mesmo um pouco antes.

Logo, a USP iria adquirir significação nacional em termos de ensino e pesquisa, apesar de haver nascido estadual e estar motivada, como se pensava à época, para recuperar, por meio da ciência, a “hegemonia” paulista perdida na federação, com os sucessos de 1932.¹⁶ Depoimentos indicam, contudo, que, durante muito tempo, a própria idéia de pesquisa continuou a encontrar resistências na esfera acadêmica, só mitigadas com a veloz expansão da pós-graduação no país, que se instaurou nos anos 60.¹⁷

Na década de 1940, o país viveu a convergência de variadas tendências transformadoras, de ordens diplomática, científica e militar, sem falar no campo cultural propriamente dito. Redobra-se, com a Segunda Guerra, a ênfase na ciência, por parte dos principais contendores. No plano interno, acelera-se o processo de industrialização, de que é símbolo a usina siderúrgica de Volta Redonda, ainda construída à base da importação de tecnologias. Esse padrão irá subsistir por décadas. Por outro lado, registra-se maior abertura brasileira às questões internacionais, que se aguça com nossa participação militar no conflito mundial e com a derrubada do Estado Novo. Quase simultaneamente, o Brasil torna-se “aliado” e “democrático”, e começa a cogitar, de modo estruturado, do futuro de sua ciência.

As principais potências beligerantes desenvolveram, de modo organizado e focado, equipamentos como sonares e radares, novos meios criptográficos, aeronaves de combate e de transporte militar mais eficientes e, sobretudo, artefatos nucleares, o que levou, em seu conjunto, a uma revolução na percepção do papel militar da ciência e de suas aplicações tecnológicas. Por extensão, também se reavaliaram as potencialidades civis da pesquisa e desenvolvimento. Logo ficou claro que controles muito estritos presidiriam a nova situação.

Em episódio relativamente pouco conhecido, a Marinha e o Exército mobilizaram o concurso de físicos brasileiros, sob a liderança dos Professores Marcelo Damy e Paulus Pompéia, para o desenvolvimento endógeno de equipamentos de uso bélico, que permitissem ouvir hélices de submarinos inimigos, e depois o sonar (dos quais chegaram a ser fabricadas 80 unidades), e medir a velocidade inicial de projetis de artilharia de terra. Tal mobilização teve em vista a dificuldade de acesso a segredos tecnológicos em mãos de países aliados, mesmo quando os necessitássemos para a defesa nacional. Trabalharam, para tanto, 22 indústrias, mas, terminado o conflito, cessou essa promissora cooperação e voltou-se à situação anterior.¹⁸ Foi curta essa experiência de cooperação civil-militar.

Na segunda metade do século, acentuou-se a evolução da C&T. Nas nações mais avançadas, o desenvolvimento institucional acelerou-se, fortemente. Os meios políticos e econômicos, os Ministérios

militares, as agências de informação e inteligência e – claro, não menos importante – as Chancelarias passaram a interessar-se vivamente pela política científica e tecnológica. No Brasil, numerosos temas de C&T ganharam, com o tempo, vivos contornos diplomáticos: o próprio esforço brasileiro de pesquisa e desenvolvimento; as políticas nuclear e espacial; o desarmamento e as tecnologias sensíveis, de uso duplo (civil e militar); a interação da tecnologia e do comércio internacional; o regime internacional da propriedade intelectual e da biossegurança; a proteção ao meio ambiente e utilização de energias renováveis; os temas amazônicos; as mudanças globais, em especial as referentes ao clima; as questões do mar e da Antártica; a própria política de cooperação internacional em C&T e muitas outras.

Não tratarei hoje de todas essas questões, tão diferenciadas, e outras que estão emergindo. Observe-se, no entanto, que essa pauta, ao menos inicialmente, era em boa parte induzida do exterior. O Itamaraty a ela responde com um perceptível esforço de reestruturação, mas o resto do governo só o faz de maneira dispersa.¹⁹ Essa situação tem evoluído, mas ainda aconselha a concentrar, nos próximos anos, atenção e esforços na proposição de uma agenda que responda com mais firmeza às prioridades, metas e diretrizes para o avanço científico e tecnológico do país.²⁰

Procurarei apenas ilustrar a trajetória percorrida pela C&T brasileira e a magnitude dos desafios. Gradativamente, a C&T toma a trajetória de uma grande questão nacional, e as necessidades da geração do conhecimento e do acesso aproximam-se do primeiro plano da cena política, ao lado do crescente interesse do Estado e das empresas no progresso científico e tecnológico. Esse processo reflete preocupações internacionais e foi inicialmente tematizado no debate, de conotações nucleares, que ao final das hostilidades se abriu nos EUA, sob inspiração do cientista Vannevar Bush. Levou, em última instância, ao estabelecimento da National Science Foundation, em 1951, seguindo, assim, o caminho que havia sido desbravado com a fundação na França, em 1939, do Centre National de la Recherche Scientifique.²¹

Desde aquela época, observa-se no Brasil um complexo jogo triangular, entre pesquisadores, diplomatas e militares brasileiros, a

título individual ou em representação de suas instituições, acerca de importantes questões de fundo científico e tecnológico. O envolvimento desses parceiros varia em intensidade de acordo com a época e a questão considerada e, sobretudo, por ostensivas ou veladas relações de poder entre eles. Esse jogo e seus matizes merecem, enquanto tais, a realização de estudos aprofundados.

Ao se preocupar com a expressão externa dos interesses nacionais, a diplomacia está atenta seja aos problemas militares, seja às progressivas repercussões das questões científicas, ora tão evidentemente internacionalizadas. Esses são os elementos centrais, as colunas mestras da moderna estratégia. Mesmo quando os temas científicos nem remotamente se colocavam da forma pela qual os entendemos, Rio Branco, como vimos, se interessava, e profundamente, pelo outro pilar histórico desse jogo, o da defesa naval e militar.

Como regra, entretanto, a Chancelaria, Ministérios militares e órgãos que se dirigem às questões científicas preferem manter *intra-muros*, salvo em ocasiões excepcionais ou de necessidade, a consideração das questões estratégicas, que afinal podem ser tão delicadas quanto a chamada “diplomacia militar”, e a pesquisa e desenvolvimento tecnológico para fins bélicos ou de segurança. E essa situação, note-se, não é apanágio do Brasil, mas se repete em diferentes nações. Nos últimos anos, mudanças tornam-se perceptíveis – o que deve ser estimulado – em função do fortalecimento das atividades e do perfil público da ciência e tecnologia, aqui como no exterior, e das influências democráticas que felizmente se consolidaram no país, as quais, sem dúvida, facilitam a agregação de esforços e a transparência.

Entre outras, são paradigmáticas duas figuras. Ambos, curiosamente, partem de famílias de pesquisadores conhecidos. O primeiro, Álvaro Alberto, oficial da Marinha, cientista e empresário, com ampla atuação diplomática²² e institucional, na organização e financiamento da pesquisa, nos anos 40 e 50. Décadas antes, Rio Branco percebera a questão territorial como central; dessa vez, em meados do século, Álvaro Alberto – à frente de um grupo de personalidades – inscreveu a pesquisa básica na agenda nacional, à luz, em particular, do entendimento das oportunidades econômicas e estratégicas que se abriam com a exploração civil e militar da energia nuclear no pós-guerra.

Como poucos, capta Álvaro Alberto o essencial dessa nova ordem e num quadro externo adverso – para um país retardatário em termos científicos e outros – buscou a defesa ativa dos interesses brasileiros, em novos espaços de interlocução diplomática. No plano institucional, são marcos em sua trajetória, entre outros, o estabelecimento, em 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBFP; do então Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em 1951; do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas – INPA, em 1952; em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; e, afinal, da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em 1956.

É de Álvaro Alberto, já em 1948 e na vívida linguagem daquele tempo, o alerta de que “nesta encruzilhada da evolução do mundo, não há [como] fugir ao dilema crucial: ou ser forte pela organização espiritual e pela Ciência e suas aplicações, ou ceder o lugar aos mais capazes”.²³

Em conjunto, sua notável atuação alcança, por assim dizer, um pacto duradouro do Brasil com a modernidade, com as mais visíveis tendências avançadas na área do conhecimento. Embora ainda com escassa ou nenhuma política de desenvolvimento científico, o Brasil, graças à perspicácia de Álvaro Alberto e outros cientistas de sua geração, soube descortinar as potencialidades do mundo que se abria e adiantou-se na institucionalização das pesquisas. Em consequência, diferentemente da maioria das nações, conta, há mais de 50 anos, com um sistema integrado de fomento e bolsas, componente, sem dúvida, essencial das realizações nacionais no âmbito do conhecimento e inovação.

O envolvimento do Itamaraty foi sensível à criação do CNPq e à temática nuclear. Sucessivos Chanceleres, assim como a representação junto às Nações Unidas, empenharam-se nesse processo. Partiu, em 1946, do Chanceler João Neves da Fontoura o primeiro projeto com vistas à criação de um “Conselho Nacional de Energia Atômica”, que, no entanto, não prosperou. Três chefes da Delegação

em Nova York manifestaram-se oportunamente pela fundação do CNPq – Leão Velloso em 1946, Oswaldo Aranha em 1947 e João Carlos Muniz em 1948.²⁴ O movimento em favor da organização e do financiamento da pesquisa brasileira ligava-se umbilicalmente à percepção de que a energia nuclear constituía uma revolução científica e tecnológica e necessariamente colocava em discussão o papel que o Brasil deveria conquistar na nova e polimorfa realidade.

A questão nuclear ascendeu prontamente a um *locus* privilegiado na agenda externa. Deu margem, por mais de uma década, a incontáveis controvérsias internas, assim como a acordos e desacordos com os EUA, a propósito das vendas ou fornecimentos de urânio, tório e “materiais estratégicos” brasileiros, “compensações específicas” por essas vendas, inspiradas por Álvaro Alberto e desejadas pela parte brasileira e, ainda, do veto norte-americano à exportação de centrífugas alemãs adquiridas pelo Brasil. Com a assinatura do acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, em 1975, voltou o tema a motivar uma polêmica exacerbada, no país, e dificuldades internacionais, nas quais tiveram papel protagônico o Chanceler Azeredo da Silveira e o Embaixador Paulo Nogueira Batista, entre outros diplomatas. Concomitantemente, com o II PND 1975-80, a presença militar tornou-se muito sentida no campo científico e tecnológico.

A interação dos parceiros no jogo triangular, antes referido, não se cinge, contudo, ao domínio nuclear. Às vezes nem são três os atores, como ocorre na área das mudanças climáticas, na qual a interação é, muitas vezes, mas não em todas, reduzida a cientistas e diplomatas. Em outras esferas, a presença de todos eles se faz permanentemente necessária; é o caso das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeronáutico e espacial, que abrangem desde o desenvolvimento de aeronaves até questões diretamente espaciais (veículos lançadores, centros de lançamento e satélites com a cooperação da China) e ainda um capítulo-chave que diz respeito à gestão das tecnologias sensíveis.²⁵

Dos temas mais recentes, o da mudança do clima²⁶ é talvez o melhor exemplo de desafios externos, cujo tratamento conjuga o conhecimento substantivo com o indispensável exercício da diplomacia. À medida que, bem ou mal, prosseguem os esforços de negociação

multilateral e mais experiência é adquirida, tornam-se claras dimensões que talvez possam aproximar, em importância, esse campo com a problemática à época de Rio Branco, no contexto da estabilização de nossas fronteiras.

A solução desse problema exige a aplicação do método científico. A compreensão das relações entre causa – as ações humanas com a emissão de gases de efeito estufa pelas quais os Estados estão sendo chamados a responsabilizar-se – e efeito – a mudança do clima e os seus impactos sobre as gerações futuras. O Protocolo de Quioto tem potencial revolucionário, pois o que está em curso, no plano global, é um *deslocamento das fronteiras cognitivas*, no tema do aquecimento da atmosfera, com incalculáveis repercussões para o futuro.

As implicações tecnológicas e econômicas dos esforços de mitigação global da mudança do clima poderão afetar a evolução econômica e social no mundo e no Brasil. As negociações internacionais sobre a atribuição de responsabilidade aos Estados e sobre a divisão do ônus do combate à mudança do clima incorporam a adoção de princípios inovadores. São essas tarefas diplomáticas de primeira grandeza – e em terreno ainda não trilhado. Será, portanto, necessário o trabalho conjunto dos estamentos diplomático, científico, tecnológico e, nesse caso, também, econômico e ambiental, em intensidade sem precedentes. Por si, nenhum desses setores será capaz de fazer face aos desafios colocados pela mudança do clima.

Ao lado da figura emblemática de Álvaro Alberto, no jogo triangular, relembre-se a atuação multiforme de Miguel Álvaro Ozório de Almeida. Hoje um pouco esquecido, foi ele um dos principais responsáveis pela construção de um Itamaraty, que, atualizado, gera conhecimentos sobre a realidade internacional e os aplica à diplomacia e que dirige sua ação ao conjunto da ordem mundial, e não apenas ao acompanhamento e presença neste ou naquele setor de atividades ou área geográfica. Procurava ele entender o mundo e, com sua personalidade dinâmica e desassombrada, levar o Brasil às fronteiras da negociação internacional.

Em razão de seu enfoque profissional e interesses intelectuais, Miguel Ozório – que apostava mais na racionalidade do que na intuição – contribuiu de forma brilhante para abrir numerosas e inovadoras frentes de trabalho para a Casa, entre as quais os estudos prospectivos

sobre temas candentes da política e economia internacionais; os esforços de planejamento político e estratégia diplomática; a agitação dos interesses dos países em desenvolvimento na questão da propriedade intelectual, a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, à qual prestou sensível contribuição, em seus primeiros anos de vida; a então emergente questão do meio ambiente.²⁷

Quando lotado na Secretaria de Estado e em Hong Kong,²⁸ Miguel Ozório realizou inovadores estudos prospectivos, o segundo dos quais –avidamente lido na Casa – foi importante no processo decisório que levou à normalização das relações Brasil/China. O hoje Embaixador Álvaro Alencar, a quem agradeço estas e outras informações, participou de sua elaboração.

Ressalte-se, ainda, sua incansável defesa, no início dos anos 70, da utilização intensa pelo Brasil de combustíveis renováveis. Seu projeto, no particular, envolvia não só a produção para o mercado interno, mas também a exportação em larga escala tanto dos combustíveis quanto de tecnologias brasileiras. Mas esses eram tempos difíceis no Brasil, e neles o debate não era visto com bons olhos.

Algumas de suas atuações mais incisivas levaram a situações inusitadas, como na discussão preparatória de uma de três conferências diplomáticas sucessivas a serem convocadas pela OMPI, em Viena, em 1975, cada qual voltada para aprovar um projeto de tratado. A primeira delas visava a conferir proteção intelectual a caracteres tipográficos. A discussão encerrou-se após discurso em que Miguel Ozório, como primeiro orador, demonstrou que o projeto obstaculizaria ou impediria qualquer país em desenvolvimento de imprimir mais um livro que fosse, mesmo sendo o autor nacional daquele país. Felizmente, havia ainda dois outros projetos de tratado a serem discutidos...

Sua mais polêmica contribuição está na área ambiental. Os tempos e os conceitos mudaram, e, hoje, a questão básica é da implementação da Agenda 21 e do princípio do desenvolvimento sustentável, originário da Comissão Brundtland, de 1968. Agora, que estamos em plena Conferência de Johannesburgo, em que as Nações Unidas, 10 anos depois, retomam a bandeira da Rio 92, deve-se recordar a participação de Miguel Ozório, cuja preocupação

era o vínculo entre meio ambiente e desenvolvimento, na etapa inicial do debate sobre essa temática.²⁹

No famoso Seminário de Founex, em 1971, apresentou, no nível internacional, a tese, depois consagrada, de correlação entre as formas de degradação do meio ambiente e o subdesenvolvimento econômico. Para tanto, estabeleceu a distinção clara entre poluição dos ricos (queima de combustíveis fósseis, liberação de resíduos industriais) e deterioração ambiental causada pelos pobres (falta de saneamento básico, lixões, atividades extrativas predatórias), evolução conceitual fundamental para que mais tarde se chegasse ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Ainda em 1971, as Nações Unidas foram palco de célebre polêmica, em várias sessões, entre Miguel Ozório e o representante dos Estados Unidos, Senador Patrick Moynihan, um áspero interlocutor. Credite-se à capacidade de persuasão (e à contundência) do diplomata brasileiro o fato de os termos de referência da Conferência de Estocolmo de 1972, a primeira sobre meio ambiente, refletirem de perto as posições que então adotávamos.

Nunca fugiu à controvérsia. Sua visão, com freqüência antecipatória, nem sempre foi de todo absorvida. Na época mais dura da política interna, Miguel Ozório dedicou-se a áreas particularmente difíceis. Seu êxito foi variável, mas manteve indene o compromisso com o Brasil. Sua enorme e contínua dedicação intelectual, assim como a capacidade de mobilizar o apoio dos diplomatas mais jovens, permanece como exemplo de virtudes próprias e da Casa. Seu tempo é o do despontar do interesse do Itamaraty, que perdura até hoje, por temas “especiais”.

Não seria cabível traçar paralelos, ou contrastes, entre Rio Branco, Álvaro Alberto e Miguel Ozório, personalidades muito distintas e de épocas diferentes, com impacto e raios de ação demasiadamente diferenciados. Cabe, todavia, recordar, neste evento, a clara dedicação de Rio Branco à defesa nacional e realçar seu envolvimento com a ciência de seu tempo, em três planos: o interesse pela pesquisa histórica e geográfica; sua aplicação à diplomacia; e o fato de haver presidido o Congresso Científico e lançado sementes no Itamaraty, como uma espécie de consequência de sua trajetória diplomática, que sempre

esteve embasada no conhecimento. Tais sementes vieram a germinar produtivamente apenas no imediato pós-Segunda Guerra, sob o estímulo da nova ordem mundial que se inaugurava e, seguramente, de uma melhor tomada de consciência coletiva sobre os rumos de nosso próprio país.

Em última análise, embora possa parecer truísmo, todos vivemos nosso próprio tempo e estamos sujeitos a embates de tendências, ostensivas ou obscuras. As três personalidades que mais citei procuraram resolver ou pelo menos encaminhar, com alta criatividade e energia, os temas imediatos de suas agendas. Mas, a rigor, os problemas dos últimos 50 anos – o poder internacional, a integridade das fronteiras, a questão nuclear, a resposta do Brasil aos grandes desafios científicos e tecnológicos, as questões ambientais – não se tornaram realmente obsoletos; mas sua conceituação e modalidades, claro, evoluíram no correr das décadas.

Agora novos temas científicos e tecnológicos, que logo mencionarei, estão forcejando a pauta diplomática, mas ainda não recebem o tratamento que requerem. São eles objeto da “nova diplomacia”, e com frequência sua negociação global permanece fragmentária, despolitizada e com parca institucionalização, viciada, portanto, pelas assimetrias internacionais que, em tese, procura corrigir. Por outro lado, é seguro que, neste momento, no qual somos compelidos a concentrar a atenção na dogmática do unilateralismo e nas ambigüidades da globalização, haverá tendências internacionais a ponto de emergir (e até de explodir), das quais ainda não nos demos inteira conta ou em que não prestamos suficiente atenção.

A presente etapa não só indica a ciência e, em particular, a tecnologia como variáveis-chave na definição dos rumos econômicos, por haverem estabelecido novos patamares de agregação de valor a produtos e serviços, mas também deixa claro o fortalecimento de seu impacto na evolução do sistema internacional, dada a mudança na balança tecnológica e, em conseqüência, estratégica entre as nações.

Aceitas essas premissas e as que embutem também o processo de internacionalização da C&T, passos fundamentais precisarão ser dados no Brasil, em termos da expansão de nossa cooperação internacional na defesa ou promoção de nossos interesses na C&T,

com implicações bilaterais e multilaterais, assim como na colaboração científica direta entre pesquisadores e entre instituições. Esse processo já está em implementação, bastando informar que, nos últimos 22 meses, concluímos 22 instrumentos, com vistas ao ordenamento, diversificação e expansão de nossa cooperação internacional.

Rio Branco, mas também Álvaro Alberto e Miguel Ozório, cada qual a sua maneira, ensinam que não nos podemos esquivar do que percebemos como desafios básicos à trajetória do país. De minha parte, penso que, nesta década, serão necessários, entre outros passos, rearticular e estreitar a relação entre ciência e diplomacia, entre política científica e política externa e, menos abstratamente, entre cientistas e diplomatas (sem esquecer, naturalmente, a revisão das interações das dimensões militar e científica).

Formas aperfeiçoadas de qualificação profissional, novas maneiras de pensar, intensificação dos estudos prospectivos, refinamento das visões estratégicas, mecanismos mais modernos de trabalho conjunto, modos mais ágeis de interação pessoal e institucional, mais sinergia, esse deve ser o nosso caminho. A argamassa a assegurar a integração de esforços encontra-se, numa primeira aproximação, na comunalidade de nossa preocupação estratégica, com a fixação de objetivos e meios para alcançá-los, e, em última análise, na necessária redefinição da posição do Brasil no mundo, numa época de incertezas e riscos, com o ressurgimento de formas retrógradas e inquietantes de convivência internacional, de severas dificuldades econômicas e de inaceitáveis discriminações comerciais.

Entre as questões centrais da atualidade, com implicações internacionais, figuram as perspectivas, cooperativas ou não, da ciência e tecnologia na cena da política e economia mundiais; o hiato tecnológico que separa os países avançados dos demais e as políticas necessárias para fechá-lo; os rumos mundiais e regionais da Sociedade da Informação; o interesse do Brasil na montagem de um Sistema Internacional de Inovação, em benefício de todos os povos; a organização de nosso esforço regional, também no Mercosul, etc.

Quanto ao futuro, está ainda em processo a determinação da política internacional brasileira com relação a ramos científicos e tecnológicos rapidamente emergentes, como tecnologias da informação

e comunicação, biotecnologia e genômica, materiais especiais e nanotecnologia, e nanociência, e a questões multilaterais, como acesso à biodiversidade e mudanças globais relativas ao clima, desertificação e pobreza. Mas, nas atuais condições, a nova e necessária reflexão só se poderá realizar, de forma eficaz como empreitada coletiva.

Deixo a proposta de que realizemos com mais freqüência encontros e seminários, como este, tão oportuno, num momento de rápida mudança internacional, e de que fomentemos pesquisas para documentar o que já está realizado, e que antes brevemente resenhei, mas também para olhar adiante. Mais trabalho pode ser realizado, no contexto do jogo triangular de que falei, de modo a esclarecê-lo e estimulá-lo, já que, a despeito de rivalidades ou divergências, o consenso vai no sentido de que, para o tratamento eficaz das questões estratégicas da política científica e tecnológica do país, é necessária a plena interação de seus parceiros.

Acrescento, finalmente, que Rio Branco, por suas qualidades pessoais e amor ao Brasil, dedicação à pesquisa e visão de estadista, nos inspira perfeitamente nessas tarefas. Álvaro Lins, embora pequeno, de maneira curiosa, por distinguir a ciência dos domínios da criação e da imaginação, avalia, de forma lapidar, o conjunto de virtudes de Rio Branco.

“O que fez a grandeza do Barão do Rio Branco foi (...) haver associado a ciência e a arte diplomática. Porque aquilo que se chama ciência da diplomacia constituía para ele um material de trabalho, mas estava longe de esgotar-lhe as possibilidades pessoais (...) Um simples objetivismo teria feito dele apenas um tratadista erudito. Um simples subjetivismo, por sua vez, faria dele somente um debatedor brilhante. O que o Barão apresentava, ao contrário, era uma obra em que a erudição fora tomada como ponto de partida para atingir a criação política. Pois, o verdadeiro diplomata há de ser um erudito e um criador, homem de ciência e uma personalidade de imaginação.”³⁰

ANEXO 1

Nota técnica sobre a probabilidade da guerra

O Professor Vasquez considera as disputas territoriais lado a lado com a luta pelo poder, a anarquia do sistema internacional e as

diferenças ou mudanças na capacidade (*capability*) de poder. As probabilidades por ele encontradas, na amostragem, são .371 de que os dois Estados vão à guerra em função de disputas territoriais. Se consideradas hipóteses adicionais relativas à recorrência das disputas territoriais, existência de alianças externas, rivalidade contumaz e ocorrência de quatro ou mais disputas territoriais, a probabilidade de guerra cresce para .630, .713, .891 e .903, respectivamente.

ANEXO 2

Atuação multissetorial nas áreas aeronáuticas e espaciais

Na área da tecnologia aeronáutica êxitos têm sido colecionados, desde Alberto Santos Dumont, na demonstração do vôo do mais pesado do que o ar; a fabricação dos aviões “paulistinhas” e o experimento da Fábrica do Galeão. A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica por Casimiro Montenegro Filho, com a cooperação do Massachusetts Institute of Technology – MIT e o traslado, de Bremen para São José dos Campos, do Grupo Focke foram decisivos nos primeiros tempos do que é hoje visto como uma história de realizações das políticas tecnológicas. Pode-se prever com segurança que, nesse campo, se expandirá a interação do setor militar com a diplomacia e a pesquisa, tendo em vista as asperezas do mercado internacional e a necessidade de remover as restrições à exportação de aeronaves brasileiras.

Já na área espacial, as iniciativas que vêm de 1961, com o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, no âmbito do CNPq, e a decisão da Aeronáutica de promover o desenvolvimento de mísseis, resultaram em forte interação entre os setores militar, científico e diplomático. Representantes desses setores interagem regularmente, desde a década de 1960, também na representação do Brasil perante o Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior. O estabelecimento, em 1971, da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais – COBAE foi um novo e importante passo no sentido da institucionalização e coordenação. O Itamaraty trabalhou ativamente na formulação das Políticas

Nacionais de Atividades Espaciais, de 1975 e 1985, bem como na conceituação da Missão Espacial Completa Brasileira, em 1980, que definiu com clareza os objetivos nacionais de autonomia no desenvolvimento de veículos lançadores e satélites e de instalação e operação de um centro de lançamento de satélites. Esse processo culmina com a instalação da Agência Espacial Brasileira – AEB em 1994 e, desde julho de 1999, vinculada ao MCT.

Nesses distintos segmentos, é diferenciada a participação de pesquisadores, militares e diplomatas. As negociações internacionais sobre salvaguardas com relação ao aproveitamento do Centro de Lançamento de Alcântara contam com uma equipe composta de representantes do Itamaraty, Aeronáutica e Ciência e Tecnologia. O estabelecimento de regimes internacionais de controle de tecnologias na década de 1980 passou a demandar o crescente envolvimento da diplomacia brasileira nos programas nuclear e espacial.

NOTAS

1 Além de Simon Schwartzman, em *Um Espaço para a Ciência – A Formação da Comunidade Científica do Brasil*, MCT, CNPq, CEE, 2001, *passim*, ver, por exemplo, Marcelo Baumann Burgos, *Ciência na Periferia: a luz síncrotron brasileira*, UFJE, 1999; 4-74. Ana Maria Fernandes, *A Construção da Ciência no Brasil*, UnB, 1984, *passim* e Regina Lúcia de Moraes Morel, *Ciência e Estado – A Política Científica no Brasil*, Queiroz Editor, 1979, *passim*.

2 Os convites aos governos das repúblicas latino-americanas foram redigidos pelo próprio Rio Branco, em cujo arquivo pessoal há pequeno relatório por ele elaborado sobre o evento.

3 Terceira Reunião do III Congresso Científico Latino-Americano, *Primeiro Boletim, Trabalhos preparatórios até 31 de dezembro de 1903*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904: 33.

4 Barão do Rio Branco, Discurso do Ministro das Relações Exteriores, 6 / 7 / 1905.

5 Vide Anexo 1.

6 Mereceria, aliás, mais estudo o tema do “esquecimento” das raízes nacionais de nossa ciência e do “olvido” genérico de eventos ligados ao mundo científico, como atesta a obscuridade, agora resgatada, a que ficou relegado o próprio III Congresso. Evandro Mirra, em seu texto “A ciência que sonha e o verso que investiga”, havia suscitado essa questão. Celso Lafer e Rubens Ricupero, ao abrirem este seminário, fizeram úteis comentários, o primeiro, sobre a distinção entre memória e história e o

segundo, a respeito da construção da tradição, à base de sucessivos esquecimentos. De minha parte, citaria apenas o poema *Oublieuse Mémoire*, que me chegou ao conhecimento, do uruguaio Jules Supervielle, e que em parte diz:

“*Mais avec tant d’oubli comment faire une rose,
Avec tant de départ comment faire un retour
Mille oiseaux qui s’enfuit n’em font un qui se pose
Et tant d’obscurité simule mal le jour.*”

7 Schwartzman, *op. cit.*: 98-100. O rol dessas instituições é impressionante. No período, foram fundados o Instituto Agrônomo de Campinas (1887); Instituto Vacinogênico (1892); Instituto Bacteriológico, Museu Paulista e Escola Politécnica de São Paulo (1893); Museu Paraense (1894); Escola de Engenharia Mackenzie e Escola de Engenharia de Porto Alegre (1898); Instituto de Manguinhos (1900); Escola Livre de Farmácia de São Paulo e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós de Piracicaba; Escolas de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo (1902).

8 John A. Vasquez, *The Probability of War, 1816-1992*, Presidential Address to the International Studies Association, March 25, 2002, Nova Orleans. Vide Anexo 4.

9 Álvaro Lins, *Rio Branco*, Brasiliana, 1965: 115-116, 120 e 201.

10 Lins, *op. cit.*: 119.

11 Lins, *op. cit.*: 262.

12 Discurso de abertura da III Conferência Internacional Interamericana, Rio de Janeiro, 1906 .

13 Luiz Viana Filho, *A Vida do Barão de Rio Branco*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959: 264.

14 IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, vol. I, p. 75, 78 e 89, *apud* Steven Topik, *Brazil-United States Relations during the Rio Branco Years*, contribuição a este Seminário.

15 V. Topik, *ibidem*.

16 V. Schwartzman, *op. cit.*: 151, 167 e 171-175

17 Burgos, *op. cit.*: 11. Na década de 1970, passou a pós-graduação de 125 cursos de mestrado e 32 de doutorado a 979 cursos de mestrado e 257 de doutorado.

18 V. Schwartzman, *op. cit.*: 205-206.

19 O Ministério da Ciência e Tecnologia só será estabelecido em 1985, sendo Renato Archer o primeiro de seus ministros.

20 V. Livro Branco de Ciência Tecnologia e Inovação, MCT, junho de 2002: *passim*.

21 V. Cinquentenário do CNPq – Notícias sobre a pesquisa no Brasil, CNPq, 2001: 145 e 154.

22 Significativamente, em termos do jogo triangular antes referido, Álvaro Alberto, enquanto representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, teve como assessores imediatos o Coronel Orlando Rangel, o Professor Alfredo Pessoa e o Secretário Ramiro Saraiva Guerreiro, depois nosso Chanceler.

23 Conferência na ABC, 21 de dezembro de 1948, Parcerias Estratégicas, MCT, nº 10, março 2001.

24 V. Morel, *op. cit.*: 45 e João Carlos Vitor Garcia, *Álvaro Alberto – A Ciência do Brasil*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2000

25 V. Maria Laura da Rocha. Diplomacia, Tecnologia e Defesa: o Itamaraty e a captação internacional de tecnologia sensível para o setor aeroespacial, apresentado ao XXXIX Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, janeiro de 2000.

26 O Dr. L. Gylvan Meira Filho, a quem agradeço, coligiu estas informações e as relativas às atividades aeronáuticas e espaciais constantes do Anexo 2.

27 Mencione-se, ainda, entre as realizações de Miguel Ozório, a crítica ao modelo econômico vigente na década de 1970 e a identificação de suas previsíveis conseqüências funestas. Esse trabalho de prospecção econômica teria inevitavelmente reverberações na política interna, se lhe tivesse sido permitido levá-lo a cabo. Sua crítica do modelo econômico da época procurava demonstrar que o crescimento de 10% do PIB ao ano, sem certas modificações estruturais, não era sustentável; levaria a uma espiral inflacionária e, dizia profeticamente, à redução da renda real da população, à favelização em torno das cidades e à explosão de violência.

28 O primeiro desses estudos era uma avaliação econométrica do desempenho da União Soviética, no conturbado início da década dos 1960, na qual concluía que sua economia suplantaria a norte-americana, em prazo relativamente curto. O segundo, entre 1967 e 1969, sobre a China, cobria aspectos econômicos, sociais, políticos e militares, com cerca de 250 páginas e mais 60 de gráficos e tabelas.

29 Com seu senso de humor, que beirava o sarcasmo, e sua tendência a reduzir os argumentos dos interlocutores ao absurdo, Miguel Ozório postulou, naquele seminário, ao colocar a questão da relatividade da adequação do meio ambiente, um meio ambiente, que denominou “paquidérmico”, como o preferido por elefantes, hipopótamos ou rinocerontes, e o extrapolou com a afirmação de que, já para uma sucuri, o ideal era um ambiente alagado, para um camelo, um desértico.

30 Lins, *op.cit.*: 314

SESSÃO IV
O BARÃO DO RIO BRANCO E A
POLÍTICA PARA AS AMÉRICAS

MODERADOR
Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos

O BARÃO DO RIO BRANCO E O PROJETO DA AMÉRICA DO SUL

CLODOALDO BUENO

1. A VISÃO DO ESTADISTA

Rio Branco considerava o Brasil o “diferente” da América Latina, a sua época, palco de intermináveis convulsões políticas. Por isso, às vésperas da República, temia que a introdução da presidência eletiva fizesse com que o país representasse “(...) o triste papel da Venezuela, do México, da Colômbia e todas essas ridículas Repúblicas hispano-americanas que quiseram macaquear os Estados Unidos da América, sem se lembrar que hispano-americanos ou português-americanos não são ingleses”.¹ As nações, para ele, distinguiam-se pelo grau de cultura, nível de “civilização” e honestidade de seus governos.

Admirador, embora com reserva, dos Estados Unidos, antes mesmo de lá ter estado por período de quase dois anos para defender o Brasil na Questão de Palmas (Missões),² o futuro Chanceler mantinha opinião semelhante à dos outros monarquistas brasileiros sobre as Repúblicas hispano-americanas, chegando mesmo a se referir às do Prata com desdém: “Presidentes de Repúblicas imaginárias (...) pretensa República do Paraguai.”³ O estado crônico de convulsão da ordem pública trazia a vergonha e a desconsideração para a América espanhola. O Chile era a única exceção, mas esse país não era república federativa. Os pronunciamentos e as guerras civis acarretavam descrédito para a América Latina, permitindo que na Europa e nos Estados Unidos se fizessem referência às “turbulentas repúblicas da América do Sul”.⁴ A monarquia fizera o Brasil “unido, grande, próspero e livre”, invejado pelos “súditos de Gusmões Blancos e Porfírios Dias”.⁵

Na concepção de Rio Branco, a melhor maneira de se proteger contra atentados à soberania era garantir a estabilidade política da região. É ilustrativa a troca de idéias, em 1904, com o Ministro Plenipotenciário argentino no Rio de Janeiro, Gorostiaga, “sobre a conveniência de um tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a

República Argentina, e sobre a utilidade de algum acordo entre as duas Repúblicas e a do Chile”, tendo em vista o fim das revoluções no Cone Sul. As agitações, segundo o Chanceler, desacreditavam os latino-americanos e punham em risco parte do continente. Assim, os signatários do eventual tratado deveriam, na hipótese de guerra civil, “concorrer, quanto possível, para o restabelecimento da ordem ou pacificação, sem desprestígio do governo legal, e impedir que do território das três Repúblicas sejam prestados auxílios aos revolucionários”. Os fundamentos que deu a sua proposta são a chave para a compreensão de atitudes assumidas ao longo da gestão:

“(…) É do interesse de todos nós concorrer para que se encerre a era das revoluções nesta parte da América do Sul. Tão freqüentes agitações e desordens desacreditam na Europa e nos Estados Unidos todos os latinos ou latinizados da América, retardam ou paralisam o progresso de países que, pelas obras da paz, poderiam em pouco tempo ser ricos e fortes, e constituem um verdadeiro perigo para grande parte do nosso continente em futuro não muito remoto. Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a ocupar e colonizar na África e na Australásia hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população, política imperialista e já ali se sustenta o direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos povos incompetentes. Ao mesmo tempo, devemos pensar que não é só nos países vizinhos que lavra o espírito revolucionário, mas também no Brasil, desde alguns anos, e na República Argentina até certo ponto. É, portanto, prudente que os dois governos, na previsão de possíveis insurreições no seu território, pensem em adotar resoluções que tornem impossíveis ou dificultem qualquer proteção ou apoio a revolucionários no território de outro(…)”.⁶

Ao passar essas impressões para o Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Rio Branco informa que, embora não tivesse ainda formulado uma convenção no sentido apontado, remetera a Gorostiaga o projeto do tratado de arbitramento.

Sempre que possível, Rio Branco procurava diferenciar o Brasil do grupo latino-americano de nações, em geral identificado com crises políticas e insolvência financeira. Diferenciá-lo, mas não isolá-lo. Assim, buscou a consolidação e ampliação da amizade brasileira com os países da América espanhola, até mesmo com aqueles que não tinham vínculos com o Brasil, como os da América Central. Em 1906, o governo acreditou o Ministro do Brasil no México também junto ao governo da Guatemala. Na oportunidade, foi criada uma Legação com Ministro acreditado junto aos governos de Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Panamá e Cuba, tendo sido nomeado Fontoura Xavier para o novo posto. Em razão da inexistência de interesses imediatos, a medida só pode ter sido ditada pelo desejo de acentuar a presença brasileira no espaço latino-americano.⁷

Rio Branco, ao praticar uma política de prestígio, encontrou sérios competidores na Argentina. O rearmamento da esquadra brasileira, os sucessos do Chanceler no remate de velhas questões lindeiras e a íntima aproximação com os Estados Unidos despertaram ciúme na República vizinha do Prata, manifestado na imprensa, sobretudo no *La Prensa*, em matérias inspiradas pelo rival de Rio Branco na Questão das Missões, Zeballos.⁸

É no âmbito da competição pelo prestígio que se deve situar a polêmica que o rearmamento naval brasileiro suscitou em Buenos Aires. Da mesma forma deve ser vista a elevação da Representação do Brasil em Washington à categoria de Embaixada, acompanhada de ato recíproco e simultâneo do governo norte-americano, em 13 de janeiro de 1905.

A concepção de um Brasil diferenciado no espaço latino-americano comportava o entendimento de que lhe cabia exercer um papel de liderança. Segundo Rio Branco, o Brasil deveria procurar imitar, no segmento sul do continente, os Estados Unidos. Para isso, era necessário o estreitamento da amizade com a Argentina e o Chile, pois “somente pelas vitórias fecundas da paz que poderemos um dia imitar a nossa poderosa irmã e aliada do Norte e alcançar um dia a seu lado a influência a que ela já tem sabido conquistar no mundo”.⁹

A intenção do Chanceler era alargar o horizonte internacional do Brasil e ingressá-lo na *grande politique*, pois possuía os elementos

que o habilitavam a reivindicar o *status* de potência. Escrevendo no *Jornal do Commercio*, sem assinar a matéria, afirmou que o Brasil, no tempo em que a América do Sul esteve entregue a si mesma, no período embrionário de sua formação convulsionada,

“(...) interveio no Prata (...) para dirimir pelas armas e pela diplomacia desavenças sangüinárias (...); foi o agente de paz e de liberdade, e, à sombra da aliança com o Brasil, realizou Mitre seu grande sonho político, que é a unidade nacional da República Argentina. Quando se acabou a sua missão histórica no Prata, o Brasil deixou ali nações organizadas e o nosso território não foi aumentado pela fácil incorporação de províncias desgovernadas (...). Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas (...). O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população”.¹⁰

Sabia Rio Branco que o Brasil encontrava resistências no espaço latino-americano:

“Por não sermos país de língua espanhola houve sempre na América espanhola grandes preconceitos e desconfianças, e que pela nossa parte procuramos ir modificando pela cordura e pela longanimidade com que suportamos alguns dos nossos vizinhos, fazendo tudo para conquistar o seu afeto e confiança. Com essa política tem aumentado a nossa influência, como com a política pan-americana de Roosevelt e Root aumentou a influência americana. Seria uma pena perder o fruto do trabalho de tantos anos. As ofensas ao amor-próprio nacional de um povo dificilmente podem ser esquecidas”.¹¹

Logo após assumir o Ministério, o Barão imprimiu um novo estilo à diplomacia republicana. Em Buenos Aires, a capital hispano-americana em que mais se observavam os atos da Chancelaria do Rio de Janeiro, sua ação, segundo Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi vista como um retorno à “orientação do Império, a de Cotegipe, que simboliza aqui o elemento brasileiro invasor e astuto”.¹²

O realismo e a concepção de que uma nação necessita de poder militar para impor respeito explicam o fato de Rio Branco ter insistido no aumento da esquadra brasileira. Não há consenso entre os estudiosos a respeito de uma eventual influência de leituras diretas de obras de geopolíticos da época, em especial de Ratzel, Mahan, Mackinder e Kjellén.¹³ O Chanceler brasileiro pensou e agiu como um geopolítico, mas nunca citou autores da moda ou tentou adaptar a realidade à teoria. Foi, antes de tudo, um pragmático¹⁴ e ateu, e agiu guiado pelo bom senso, instinto, faro político e por sua própria leitura do contexto internacional. Historiador e geógrafo, Rio Branco fazia suas análises a partir das fontes e apegava-se à concretude dos fatos e ao devir histórico. Não procurou traduzir para seus atos de política externa idéias então em circulação no Ocidente, como a defesa de um Destino Manifesto, a superioridade da raça ou a importância da guerra como elemento de coesão nacional. Nesse aspecto, o Chanceler diferia do argentino Estanislao Zeballos e de seus conterrâneos Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, homens de pensamento, ávidos leitores de autores da época.

Afinado com seu tempo, Rio Branco tinha idéias próprias de como manter a paz, defender e expandir o território nacional e preservar-lhe a soberania. Realista acima de tudo, entendia que a influência do Brasil no Cone Sul devesse ser compartilhada com a Argentina e o Chile. Apesar do seu prestígio e influência, não levou a efeito uma política externa agressiva e arrogante, escudada em ideais de projeção nacional.

2. ARGENTINA: LÓGICA COMERCIAL *VERSUS* LÓGICA POLÍTICA

A Argentina já era um dos principais países vendedores de gêneros alimentícios para o Brasil, sobretudo trigo em grão e farinha. As relações comerciais entre os dois seguiam um fluxo praticamente invariável, com saldos amplamente favoráveis ao país do sul. Se pouca coisa mudava naquelas relações, o mesmo não ocorria nas de natureza política, como que a contrariar a lógica econômica. Houve, no período em tela, momentos de aguda rivalidade, entremeados por aqueles de cordialidade.

No início da gestão Rio Branco, as relações do Brasil com a Argentina foram cordiais. O General Julio Roca, ao concluir sua segunda gestão presidencial, em outubro de 1904, deixou as relações da Argentina num elevado nível de concórdia com o vizinho do norte.¹⁵ A troca de visitas (1899-1900) entre ele e o Presidente Campos Sales legara um saldo de simpatia nas relações entre os dois países.

A rivalidade, todavia, permanecia latente e aflorou quando da discussão e aprovação do projeto brasileiro de rearmamento naval, em 1904, e da elevação das Legações dos Estados Unidos e do Brasil no Rio de Janeiro e Washington à categoria de Embaixada. Outro foco de rivalidade residia nas relações dos dois países com os demais da Bacia do Prata. As aproximações, os afastamentos e reaproximações do Paraguai e Uruguai em relação ao Brasil e à Argentina eram acompanhados nesses dois países sempre com uma preocupação de fundo: a eventual aspiração de hegemonia do rival.

O espírito de rivalidade recrudescceu na Argentina quando o Vice-Presidente Figueroa Alcorta assumiu a presidência, no início de 1906, em virtude do falecimento do titular, Manuel Quintana, e designou Estanislao Zeballos para, pela terceira vez, chefiar o Ministério das Relações Exteriores, onde ficaria até junho de 1908.¹⁶ A tensão chegaria a tal ponto, que a paz entre os dois países ficou ameaçada.

Com a queda de Zeballos, as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente. Roque Sáenz Peña, na condição de Presidente eleito, visitou o Brasil em 1910 (portanto, ainda durante a gestão Rio Branco); Lauro Müller, seu sucessor, foi a Buenos Aires em 1915 e negociou o pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile), na esteira da atuação conjunta desses três países na crise das relações mexicano-norte-americanas, materializando, assim, uma antiga aspiração tanto de Rio Branco quanto de Sáenz Peña.¹⁷

2.1. A QUESTÃO ALFANDEGÁRIA

O mercado brasileiro, desde longa data, desempenha papel expressivo no funcionamento da economia argentina. Segundo dizia-

se, o General Mitre afirmava que “*el Brasil es una nación que Dios ha puesto donde está, para enriquecer la Argentina*”.¹⁸ Mesmo assim, e apesar de os produtos procedentes da Argentina figurarem nas primeiras posições no rol das importações brasileiras no começo do século XX, os vizinhos do Prata sempre lutaram a favor do incremento das suas vendas no Brasil. Significativo foi o debate que se travou em 1906, na imprensa portenha, a respeito das relações comerciais, suscitado pela manutenção (em junho) da redução alfandegária brasileira, que beneficiava a farinha de trigo importada dos Estados Unidos. O tratado de reciprocidade comercial desejado pela imprensa e governo argentinos, defendido (até por razões de natureza política) por Assis Brasil, Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, não teve acolhida no governo brasileiro ou, mais precisamente, em Rio Branco.¹⁹

Depois de tantas manifestações na imprensa e mesmo sem clima político propício em razão da presença de Zeballos no primeiro escalão do governo, a Argentina sugeriu, em 1907, a assinatura de um tratado de comércio com o Brasil, como já o fizera em 1904, com a finalidade de obter a redução de 20% na taxa de importação de alguns produtos, invocando favores idênticos concedidos aos Estados Unidos e a disposição de isentar de direitos alfandegários a entrada de café.²⁰

Rio Branco não se deixava impressionar pela maré montante dos jornais portenhos. O arrazoado, que segundo todas as indicações foi publicado no *Jornal do Commercio* sem seu nome, repetia alguns dos argumentos expostos em despacho para Buenos Aires e era, assim, uma resposta às pretensões argentinas.

O Chanceler, além de revelar simetria de atitudes no que dizia respeito às relações comerciais de seu país com a Argentina e Estados Unidos, demonstrava que não havia por que ter um relacionamento preferencial com a Argentina que, em razão de seu limitado mercado consumidor, não tinha condições de atender às necessidades brasileiras decorrentes do contínuo crescimento da produção cafeeira.

Após qualificar como imaginação de repórteres o eventual acordo aduaneiro (noticiado por *A Tribuna*, do Rio Janeiro) que estaria sendo negociado por Assis Brasil e Zeballos, Rio Branco definiu essas notícias

como má política, pois a expectativa geraria frustrações que ensejariam mais uma campanha de ataques ao Brasil por parte de certa imprensa portenha, já habituada a fazê-los.²¹

Segundo o Barão, o pensamento do Ministério das Relações Exteriores fora torcido quando se noticiou que a redução de 20% nos direitos de importação a certos produtos norte-americanos²² se deveu à livre entrada do café brasileiro nos Estados Unidos. Ou, melhor, essa não teria sido a razão principal. Se assim fosse, o Brasil deveria estender iguais vantagens à Holanda e à Bélgica, países que também davam livre entrada ao produto brasileiro. O fundamento da redução decorria do fato de os Estados Unidos comprarem a metade da produção anual do país. Não bastava a qualquer país suprimir os direitos de importação que incidissem sobre o café para pleitear o mesmo tratamento preferencial; seria necessário que comprasse café em proporções que ao menos se aproximassem daquelas que eram adquiridas pelos Estados Unidos. Não era o caso da Argentina, que importava 120.000 sacas por ano contra 6.100.000 dos Estados Unidos, 2.000.000 da Alemanha, 748.000 da França, 400.000 da Holanda e 300.000 da Bélgica. Nenhum desses países, à exceção dos Estados Unidos, gozava da redução de 20% na taxa alfandegária de suas exportações para o Brasil. Como, pois, conceder isenção à Argentina, que importava do Brasil apenas “bastante mate, cuja introdução, entretanto, tem ultimamente procurado embaraçar, algum café e muitas bananas”?²³

O mercado argentino era muito limitado para os produtos brasileiros em razão da pouca população e da falta de uma indústria fabril que demandasse matéria-prima nos mesmos níveis daquela da Europa e dos Estados Unidos. Situação inversa representava o mercado brasileiro para a produção argentina:

“A Argentina, pelo contrário, tem no Brasil o principal ou antes o único mercado para as suas farinhas e (...) vai nele ganhando terreno todos os dias a ponto de haver suplantado completamente as farinhas americanas. Cabe, portanto, à Argentina que nos vende muito e compra pouco, fazer concessões aduaneiras ao Brasil sem nos pedir favores em troca”.²⁴

Rematando o argumento, aduziu que, no momento em que a Argentina suprimisse os direitos que então cobrava sobre o café, o mate, o açúcar e o cacau do Brasil, e o consumo desses produtos atingisse níveis comparáveis aos dos Estados Unidos e de alguns países europeus, poderiam os argentinos pleitear algum favor comercial. Tais acordos, dizia ainda o documento, “são sempre objeto de demorados e refletidos exames” e “nenhum país se deixa levar nestes assuntos pelo sentimentalismo ou por espírito de camaradagem. Todos procuram atender aos seus interesses”. O fato de o Brasil ser e desejar ser sempre bom amigo da Argentina não poderia ser levado em consideração. A amizade não entraria em conta em questões de intercâmbio comercial. Finalizou de maneira clara e enfática: “Não é o Brasil que tem de dar compensações ao fraco comprador que é para nós a República Argentina: é ela que deve dar compensações ao grande comprador de produtos argentinos que é o Brasil”.²⁵

2.2. A DISPUTA NAVAL

A rivalidade naval que existiu entre os dois maiores países da América do Sul mostra o quanto foi custosa a política de imitação, o querer acompanhar o ar da época e a transpor para o Cone Sul princípios e condutas vigentes em outras partes do mundo. Ambos os países já tinham definido entre si as fronteiras. Suas trocas comerciais eram expressivas em decorrência da complementaridade de suas economias. Além disso, a história dos dois países, apesar da rivalidade, era tendente para a união. O Brasil interveio na Argentina contra Rosas, mas fora seu aliado na desgastante Guerra da Tríplice Aliança. A única questão séria de limites entre os dois países fora solucionada por meio de arbitramento em 1895. No entanto, contrariando tudo isso, os dois países entregaram-se a uma corrida pelos armamentos, confirmando que as idéias do tempo, nascidas em territórios de potências imperialistas, tiveram sua versão sul-americana.

Enquanto Julio Roca ocupou a presidência não houve disputa naval entre Brasil e Argentina. Segundo Rio Branco, o próprio Presidente argentino, por intermédio do Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, chegou a indicar ao governo brasileiro “a

boa oportunidade” para a aquisição de “dois excelentes couraçados em construção”, que seriam vendidos pelo Chile para cumprir os Tratados de Mayo. O governo brasileiro agradeceu, mas preferiu aguardar o voto do Congresso sobre o plano naval que a Marinha tinha em estudo.²⁶

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, a Marinha de guerra do Brasil, presença marcante durante o século XIX na América do Sul, estava reduzida tanto em seus efetivos quanto no número de navios, em razão das convulsões políticas do início da República, sobretudo da Revolta da Armada (1893-4) contra Floriano Peixoto.²⁷ Entre os brasileiros era então generalizada a opinião segundo a qual o país estava necessitando de se rearmar no oceano, por razões de prestígio e por precaução contra eventuais agressões extracontinentais ou mesmo contra possíveis afrontas ao amor-próprio nacional, oriundas do contexto sul-americano.

Sete dias após a posse do Almirante Alexandrino Faria de Alencar como Ministro da Marinha, na inauguração da gestão Afonso Pena (15/nov/1906), o Programa Naval de 1904 foi substituído pelo constante do Decreto 1.567.²⁸ O Congresso Nacional autorizara o Presidente da República, em 16 de novembro de 1906, a modificar o contrato de construção de navios de guerra. Pelo novo programa, aumentava-se o deslocamento dos couraçados (de 14.000 para 19.280 toneladas) e caça-torpedeiros (*destroyers*); substituíam-se os cruzadores couraçados por exploradores rápidos, e o navio-carvoeiro e o navio-escola por um navio-mineiro e um pequeno navio para o serviço de hidrografia e de exploração da costa.²⁹ Os couraçados estariam entre os mais possantes e modernos do mundo.³⁰ O plano naval brasileiro deu origem à esquadra de 1910, que teve mais efeito demonstração do que poder real devido às carências de manutenção e de elemento humano adequado para guarnecer os modernos navios de guerra. Uma decorrência das deficiências em termos de pessoal foi a Revolta dos Marinheiros (22 a 25 de novembro de 1910), cujo núcleo estava exatamente nas três mais poderosas belonaves incorporadas à Marinha nacional naquele ano, os *dreadnoughts Minas Gerais* e *São Paulo* e o *scout Bahia*.³¹

Ao mesmo tempo em que se cuidava da Armada, tratou-se da reorganização do Exército. Tanto esta quanto o programa naval foram considerados abaixo das necessidades do país, tendo-se em conta o número de portos, a extensão do seu litoral e a vastidão do território. Além disso, os *dreadnoughts* estavam impossibilitados de atuar no Rio da Prata por causa de suas dimensões.³² De qualquer forma, no exterior formou-se a idéia de que as novas unidades estariam acima da posição do Brasil no concerto mundial. A Inglaterra, tradicional potência naval, só tinha, em 1910, encomendado um *dreadnought*.³³

O projeto naval brasileiro era um desafio para a Argentina, que se via como a primeira potência da região. Seu desejo de se rearmar atendia a razões defensivas em face dos armamentos brasileiros e obedecia a desígnios imperialistas de uma nação orgulhosa de si ao completar 100 anos de vida independente.³⁴ Em 1908, decidiu-se pela compra de dois *dreadnaughts*,³⁵ após intenso debate interno.

Nos anos de 1904 a 1908, parte da imprensa de Buenos Aires desenvolveu forte campanha a favor do rearmamento naval, tendo como contraponto o projeto brasileiro. O influente Estanislao Zeballos pediu a denúncia do pacto de equivalência naval firmado entre Argentina e Chile, e conseguiu do Congresso de seu país a decisão de encomendar-se a construção de dois *dreadnoughts*, além de barcos menores.³⁶

As manifestações de Rio Branco e do Senado sobre a natureza pacífica da reorganização da esquadra não foram suficientes para aplacar a reação de parte da imprensa portenha. Usava-se o projeto brasileiro como argumento para defender o projeto naval argentino. Para a imprensa alinhada a Zeballos, o governo brasileiro, ao pretender elevar a esquadra do seu país ao nível das maiores congêneres européias, obedecia a critérios imperialistas e à aspiração de adquirir a preponderância naval no continente.³⁷

As posições do *La Prensa* tiveram resposta do próprio Rio Branco, por meio de editorial de *O Paiz*, publicado também na seção “A pedido” do *Jornal do Commercio*, ambos do Rio de Janeiro. Merece realce o fato de o Chanceler ter desenvolvido a idéia de hegemonia compartilhada no Atlântico sul-americano:

“(…) No Pacífico ela pertence inquestionavelmente aos nossos amigos do Chile, cuja esquadra nunca se há de unir a outra para combater a do Brasil, como imaginou há dias certo jornal de Buenos Aires. *Na parte do Atlântico, teremos sempre prazer em dividir com a República Argentina, se assim se pode dizer, a parte de hegemonia que nos cabe*”³⁸ (grifo nosso).

No que se referia à posição do Brasil, Rio Branco arrolou dados geográficos, invocou a soberania brasileira e classificou a matéria do *La Prensa* de impertinente:

“(…) Não sabemos se a atitude do *La Prensa* corresponde a alguma corrente de opinião no seu país; mas (...) é preciso reconhecer de modo categórico que essa atitude é positivamente impertinente. Não agimos senão estritamente dentro das nossas faculdades de nação soberana; e qualquer que seja a preeminência que *La Prensa* reivindique para a República Argentina, forçoso lhe será reconhecer que ela ainda não chega ao extremo de nos ditar a lei dentro de nossa casa”.³⁹

O *La Prensa* era reiterativo na afirmação de que Rio Branco era imperialista, continuador da política exterior do Império, e que teria imposto soluções favoráveis nas questões de limites com a Bolívia e o Peru. A elevação da Legação brasileira em Washington à categoria de Embaixada juntamente com o plano de aquisição de navios faria parte de um projeto diplomático, cujo objetivo seria transformar o Brasil na primeira potência da América meridional.⁴⁰

Segundo Rio Branco, a amizade que o Brasil deveria cultivar com todas as nações do continente, em especial com a Argentina e o Chile, não excluía a necessidade de o país ter um mínimo de respaldo militar para, numa eventualidade, sustentar posições adotadas no plano internacional. Rio Branco não escapava de seu tempo e se identificava com o setor da opinião nacional que defendia o rearmamento, até mesmo por razões de prestígio.

Estudioso da história diplomática e militar brasileira, estava convicto da necessidade do reaparelhamento do Exército e, sobretudo, da Marinha, em razão do lugar que o país ocupa no continente. O equipamento das Forças Armadas juntamente com a educação cívica e militar do povo era necessário para a garantia da soberania e da paz nacionais, na medida em que evitava eventuais afrontas ao amor-

próprio nacional e campanhas desastrosas. O rearmamento – insistia – recolocaria a Marinha na posição de preeminência na América do Sul que ocupara no Império, perdida na República devido às discórdias civis e à agitação política interna. Embora a nação não tivesse qualquer intuito bélico e só alimentasse sentimentos de concórdia internacional, a paz dependia “também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam”. Assim, para evitar que esses se animassem “a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos” era preciso que estivéssemos “preparados para imediata e eficaz repulsa”, o que levava à necessidade de estarmos “aparelhados com todos os elementos necessários à defesa nacional”.⁴¹ De modo contundente, argumentava que o diplomata deveria ter o apoio do soldado, pois ambos são sócios, “colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência”.⁴² Para o Chanceler, a guerra era a continuação da diplomacia.⁴³

A altivez e a preocupação em não permitir o mínimo arranhão no prestígio nacional foram constantes em Rio Branco, durante a administração da pasta. Não seria diferente no relativo aos armamentos.

O que o Chanceler desejava, de qualquer forma, era o aumento rápido da Armada brasileira até atingir nível superior ao da Argentina para resguardar seu país de eventual e premeditado insulto. Rio Branco foi reiterativo na afirmação de que o anseio pela paz não implicava deixar o país desarmado, uma vez que os meios de defesa eram anteparo a afrontas e humilhações. Mesmo estados neutralizados, como a Suíça e a Bélgica, dizia, não descuidavam da defesa para fazer face a eventuais complicações internacionais. O Brasil, com seu extenso litoral, requeria uma esquadra reorganizada para cuidar da segurança e da dignidade nacionais.⁴⁴ Mas o discurso de Rio Branco, salvo poucas exceções, normalmente era a favor da diluição de receios e prevenções que o rearmamento despertava em países vizinhos, aos quais lembrava que a superioridade de forças do Brasil nunca lhes fora um perigo. O Brasil nunca fizera guerra de conquista e muito menos faria então, pois a Constituição da República a proibia

de maneira expressa. As questões de limites eram sempre resolvidas de modo amigável, sem que se levasse “tão longe quanto a nossa antiga mãe-pátria as pretensões do Brasil”.⁴⁵

Embora não tivesse concorrido para a formulação do plano naval em execução, Rio Branco era de parecer que uma vez adotado deveria ser seguido até o fim. Depois de “tanta barulheira” na imprensa brasileira e das ameaças argentinas, recuar ou modificar os planos em andamento significaria desastre irreparável para o prestígio brasileiro. Por essa razão, entender-se-ia com o Presidente a fim de conjurar o que se lhe afigurava verdadeiro perigo para a soberania brasileira.⁴⁶ Rio Branco jamais admitiu discutir qualquer sugestão relativa à equivalência naval.

2.3. SÁENZ PEÑA E A DISTENSÃO DAS RELAÇÕES

Segundo Lins (1965), na presidência de Sáenz Peña as relações entre o Brasil e a Argentina entraram em nova fase.⁴⁷ A posse do novo Presidente argentino foi aguardada ansiosamente tanto no seu país quanto no Uruguai e no Brasil.⁴⁸ Na condição de mandatário eleito, Sáenz Peña deteve-se no Rio de Janeiro em seu retorno da Europa para Buenos Aires, a fim de afrouxar a tensão que existiu entre os dois países no período Alcorta/Zeballos e assinalar a intenção de melhorar as relações. Isso ia ao encontro do desejo do governo brasileiro.⁴⁹ Roque Sáenz Peña chegou ao Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1910, ocasião em que o então futuro Presidente argentino usou a frase “Tudo nos une, nada nos separa” como mote do discurso pronunciado em seguida ao de Rio Branco, no banquete que este lhe ofereceu no Itamaraty, no dia 23, véspera de sua partida.⁵⁰ O Chanceler brasileiro teve razões para acreditar que seu país teria um amigo na presidência do país vizinho, conforme ele mesmo disse ao representante norte-americano no Brasil, Dudley.⁵¹

O Legislativo brasileiro fez sua parte. A Câmara dos Deputados incumbiu a Comissão de Diplomacia e Tratados de levar a saudação e os votos de boas-vindas ao Presidente eleito da Argentina. A proposta, feita pelo Deputado Seabra, líder da maioria, foi aprovada por unanimidade. Barbosa Lima, que era da minoria, além de apoiar,

observou que Rio Branco, naquele momento, tinha a unanimidade da Câmara.⁵²

A imprensa portenha deu ampla cobertura à visita. A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou por unanimidade projeto de resolução pela qual se autorizava seu Presidente a telegrafar ao Presidente da Câmara brasileira para agradecer as demonstrações amistosas tributadas pelo governo do Brasil ao Presidente eleito.⁵³ Na ocasião, o Deputado Mugica fez longo discurso, afirmando, já no primeiro parágrafo, que as demonstrações amistosas a Sáenz Peña tinham “excepcional magnitude e importância (...) porque contribuem numa forma honrosa e eficiente para dissipar por completo as desconfianças ou receios que em um e outro país despertou uma prédica pouco sensata, desprovida por fortuna de todo fundamento e de toda explicação racional (...)”.⁵⁴ O Senado argentino, por sua vez, na sessão de 23 de agosto de 1910, votou moção de agradecimento ao congênere brasileiro pela recepção a Sáenz Peña.⁵⁵

Para a posse de Sáenz Peña, Rio Branco encarregou, em 25 de setembro de 1910, Alberto Fialho, então Ministro do Brasil na Itália, mas que estava no Rio de Janeiro em gozo de licença, para, como Embaixador Especial, apresentar “as congratulações e os votos do governo e povo do Brasil”. Além do Embaixador Especial, o governo brasileiro enviou uma divisão de cruzadores (*Bahia*, *Tymbira* e *Tamoyo*), sob o comando do Capitão-de-mar-e-guerra Manoel Inácio Belfort Vieira.⁵⁶

Em novembro de 1910, o governo argentino retribuiu, enviando Montes de Oca, como Embaixador Especial, para prestigiar a posse do novo Presidente brasileiro. A Embaixada Especial chegou à bordo de uma divisão naval, composta pelos navios *Buenos Aires* e *Pátria*, e em 19 de novembro foi homenageada pelo governo brasileiro com um banquete no Palácio do Catete.⁵⁷

A gestão de Sáenz Peña teve início em 12 de outubro de 1910, ano em que o Brasil recebeu os dois *dreadnoughts* (*Minas Gerais* e *São Paulo*).⁵⁸ Quando o Brasil encomendou o terceiro *dreadnought*, o que iria romper de novo o equilíbrio naval no Atlântico Sul, a Argentina encomendou também um terceiro. Nesse contexto, Sáenz Peña, segundo Fraga (1994), procurou sustar a corrida armamentista

e assim, em 1911, promoveu, com êxito, uma iniciativa diplomática em duas frentes: uma oficial, a cargo de Montes de Oca, e outra particular, para a qual foi encarregado Ramón J. Cárcano, seu amigo.⁵⁹ Embora Rio Branco recusasse a proposta de equivalência naval, concordou em desistir do terceiro *dreadnought* (o *Rio de Janeiro*), caso a Argentina fizesse o mesmo.⁶⁰ A corrida armamentista foi suspensa por acordo de cavalheiros, a fim de que a desistência do terceiro encouraçado aparecesse como um ato independente e espontâneo de ambos os governos, não se ferindo a soberania dos países concorrentes.⁶¹ De qualquer forma, não se pode perder de vista a interpretação interna, segundo a qual o governo brasileiro desistira do *Rio de Janeiro*, vendendo-o à Turquia, por razões financeiras.⁶²

O término efetivo da corrida armamentista entre os dois países deu-se em 1914. Em 1915, a Argentina incorporou a sua frota o *Moreno* e o *Rivadavia*, encouraçados de 27.000 toneladas cada um, restabelecendo-se, assim, o equilíbrio naval no Atlântico Sul.⁶³

3. O TRIÂNGULO ABC E A NOÇÃO DE INFLUÊNCIA COMPARTILHADA

O aprofundamento da amizade entre Brasil e Estados Unidos não decorria somente das demandas do setor agroexportador. Rio Branco via, na potência mundial do hemisfério, um neutralizador contra eventuais intervenções e um reforço da posição do país nas negociações destinadas a solucionar os ainda pendentes problemas de fronteira.⁶⁴ Tanto é assim, que convidara Nabuco para ocupar o novo cargo de Embaixador em Washington porque, segundo observou em carta pessoal a Graça Aranha, “necessitava” dele no posto “por causa da questão do Peru (bons ofícios, mão forte ao Brasil)”.⁶⁵

A aproximação do maior país da América do Sul à potência hegemônica do Novo Mundo provocava inquietação. O diário argentino *La Nación* registrou que na imprensa da Europa se previa que a reorganização naval do Brasil e sua aproximação aos Estados Unidos dariam início a “uma diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre o Brasil e a Norte América, prestando-se o primeiro a ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental”.⁶⁶

Parte da imprensa do Prata via o Brasil como co-garante do monroísmo na América do Sul.⁶⁷ Para o *La Nación*, o rearmamento

naval brasileiro inseria-se num quadro por demais nítido: a aproximação brasileiro-norte-americana fazia-se em virtude de um pacto segundo o qual

“(...) o Brasil exerceria a hegemonia sul-americana por de Delegação norte-americana, assim como esta a exercia sobre todo o continente, a pedido e exortação das grandes potências em conflito com algumas republiquetas”.⁶⁸

Rio Branco tanto quanto o Secretário de Estado, Root, procuraram desfazer esse quadro a fim de afastar prevenções.⁶⁹ O Chanceler brasileiro, mais pelo que projetou do que efetivamente realizou, era favorável a um condomínio oligárquico a ser exercido pelas nações mais expressivas da América do Sul, com o respaldo dos Estados Unidos. Ao aproximar o Brasil das principais nações do segmento sul do continente, buscava também isolar forças e impedir que qualquer uma delas viesse a exercer liderança ou jogar sua influência a favor de outras repúblicas de fala espanhola que tinham pendências com o Brasil.

O Chanceler estava convencido de que contra o Brasil, do mesmo modo do que com respeito aos Estados Unidos, havia “na América espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar”.⁷⁰ Por isso mesmo, sempre que possível, procurava demonstrar que a política exterior do Brasil não incluía qualquer veleidade de hegemonia, como lhe era freqüentemente imputado pelas Chancelarias hispano-americanas.⁷¹ Foi o que fez, por exemplo, quando do encerramento da III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906.

Álvaro Lins (1965) define com poucas palavras a linha geral da política externa brasileira de Rio Branco em relação à Argentina e ao Prata: a busca do “equilíbrio da América do Sul contra quaisquer sonhos imperialistas ou projetos de hegemonia” e o desejo de manter com a Argentina e o Chile “uma política de cordial inteligência”.⁷² De fato, o que Rio Branco pretendia era o exercício de uma influência compartilhada. Em original de seu próprio punho (do ofício ao Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, datado de 22 de novembro de 1904), o Chanceler formulou claramente seu pensamento a respeito e sugeriu a criação, pelos três principais países

da América do Sul, de um instrumento legal que levasse a atitudes voltadas para a paz e a ordem na região.⁷³

A aproximação das três maiores repúblicas sul-americanas era aspiração antiga de Rio Branco, manifestada já nos primeiros anos de sua gestão. Em rascunho de correspondência a Joaquim Nabuco registrou, provavelmente em 1902: “(...) Faço votos para que seja eterna, e cada vez mais estreita, a amizade entre a Argentina, o Brasil e o Chile”.⁷⁴

Na Argentina, o Presidente Julio Roca foi também um defensor da atuação conjunta das três maiores repúblicas da América do Sul, o que se chamava na época de “triângulo ABC”. Em 1904, ele e seu Chanceler José A. Terry estabeleceram, como uma das condições para o reconhecimento do novo Estado do Panamá, que o ato fosse conjunto, realizando-se, assim, conforme afirmou Fraga (1994), a primeira ação concreta do ABC.⁷⁵

No ano seguinte, em carta a Manuel Gorostiaga, então Ministro da Argentina no Rio de Janeiro, o Chanceler brasileiro afirmou que estava “cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande vantagem para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora dos nossos países”. Essa maneira de ver as relações entre os três países seria uma posição já tradicional da diplomacia brasileira, pois afirmou, em seguida, que aqueles eram “também os sentimentos do nosso atual Presidente, como foram os dos seus predecessores e dos estadistas do Segundo Reinado”.⁷⁶

Ao propor uma influência compartilhada, Rio Branco agia sobretudo com pragmatismo. A amizade entre as três nações manteria o equilíbrio, impediria intervenções de uma delas em República de menor expressão, bem como deixava o Brasil mais à vontade no contexto sub-regional. Em despacho para Washington, afirmou: “(...) a estreita amizade entre o Brasil e o Chile tem servido para conter as suas [dos argentinos] veleidades de intervenção franca no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru”.⁷⁷ Com efeito, a aproximação das três nações adquiria um ar de *entente* do Sul e provocava receios, sobretudo nos peruanos, conforme informou, de Washington, Joaquim Nabuco.⁷⁸

Em 20 de outubro de 1907, em Santiago, Puga Borne (Ministro das Relações Exteriores do Chile) e Lorenzo Anadón (representante da Argentina naquela capital) redigiram um projeto de tratado para regular as relações entre os países do ABC. O esboço feito por Puga Borne e Anadón, embora contemplasse a regulamentação da imigração e a adesão de outros países, tinha caráter de aliança militar e até previa uma “discreta equivalência” nas forças navais dos três. O assunto não prosperou, sobretudo em razão da tensão então existente nas relações Brasil/Argentina.⁷⁹

A conjuntura das relações bilaterais com a Argentina era diferente daquela que se observara ao tempo de Roca. Rio Branco não via possibilidade de cordialidade entre Brasil, Chile e Argentina enquanto Zeballos, que teria “veleidades de hegemonia e intervenção em negócios alheios”, fosse Ministro. Nesses termos, informou a Nabuco em Washington, em janeiro de 1908:

“Sobre a falada tríplice aliança defensiva, nada há de concluído. Há trabalho de Zeballos nesse sentido mas com a intenção de nos levar a reduzir as encomendas navais, cousa que não admitiríamos. Se se chegar a concluir algum acordo, estaremos em maioria o Brasil e o Chile e isso só serviria para conter por conselho as continuadas imprudências argentinas e veleidades de hegemonia e intervenção em negócios alheios. Não há cordialidade possível entre o Brasil e o Chile, de um lado, e a Argentina, de outro, enquanto Zeballos for Ministro influente. Conhecemos sentimento dele para conosco e seus projetos, e temos até provas escritas (...)”.⁸⁰

Mesmo quando Zeballos estava prestes a cair do poder, Rio Branco prometia examinar, mais adiante, o assunto relativo à *entente*, “com tempo e calma” e de modo a não prejudicar “a nossa intimidade com o governo americano”, que era grande. Na oportunidade, reiterou o desejo de estreitar “cada vez mais, acima de tudo a nossa amizade com o Chile e os Estados Unidos”.⁸¹

Em 13 de fevereiro de 1909, Rio Branco recebeu a minuta de um projeto de pacto de cordial inteligência de Puga Borne, ex-Ministro das Relações Exteriores do Chile, quando de passagem pelo Brasil em direção à Europa, a fim de ocupar a Representação de seu país em Paris.⁸² Rio Branco formulou outro e o entregou, no dia 21 do

mesmo mês, ao referido diplomata, mas preferia que a proposta fosse apresentada à Argentina pelo Chile.⁸³ Segundo Conduru (1998), o projeto de Rio Branco preservou no artigo 1º a fórmula do projeto Puga Borne ao declarar que havia entre os três países “a mais perfeita harmonia” e que desejavam “mantê-la e robustecê-la, procurando proceder sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com os interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e estimular o progresso da América do Sul”.⁸⁴ Ricupero (1995) afirma que o “foco do acordo estava no seu artigo 1º”.⁸⁵ Pelo artigo 2º do projeto, as partes obrigavam-se a “submeter a arbitramento os desacordos de qualquer natureza que ocorrerem entre elas e que não tenham podido resolver-se por via diplomática, contanto que tais questões nada envolvam que entenda com os interesses vitais, a independência, a soberania ou a honra dos Estados contratantes”. O artigo 6º previa regras a serem observadas pelos contratantes na hipótese de desinteligência grave entre eles que não comportassem recurso a juízo arbitral. A preocupação de Rio Branco com a ordem e a estabilidade da região está refletida nos artigos transcritos a seguir, que dão forma a pensamento seu, exposto em correspondência de 1904:

“ARTIGO 9

Cada uma das três Altas Partes Contratantes obriga-se a impedir por todos os meios a seu alcance que no seu território se armem e reúnam imigrados políticos ou se organizem expedições para promover ou auxiliar desordens ou guerras civis no território de alguma das outras duas ou no de qualquer Estado não signatário do presente acordo.

ARTIGO 10

No caso de insurreição contra o Governo de uma das três Repúblicas Contratantes, as outras não consentirão nenhuma espécie de comércio com os insurgentes e, sem faltar aos deveres de humanidade e aos que lhes ditam tanto as suas instituições livres como a sua própria dignidade, tratarão de colocar os insurgentes que entrarem ou se asilarem no território de cada uma delas em posição inteiramente inofensiva, desarmando-os se estiverem armados e entregando as armas e quaisquer elementos de guerra ao Governo legal que eles estejam combatendo ou tenham combatido.

ARTIGO 11

Sempre que se dê qualquer perturbação da ordem pública, insurreição política ou levante militar em país que confine com alguma das três Repúblicas Contratantes, tratarão elas, imediatamente, de assentar entre si nas providências a tomar, de acordo com os princípios de Direito Internacional, combinando sobre as instruções que devam mandar às suas autoridades civis e militares na fronteira, assim como aos seus representantes diplomáticos, Cônsules e Comandantes de navios de guerra no país em que tais perturbações se produzirem, de modo a que se evitem atritos ou desinteligências entre os seus respectivos agentes no teatro dos acontecimentos”.⁸⁶

Na correspondência de Rio Branco a Domício da Gama, datada de 26 de fevereiro de 1909, portanto, dias após receber a minuta de Puga Borne, desvenda-se, de maneira cristalina, como o Chanceler via as relações do Brasil com os outros dois mais importantes países da América do Sul. Depois de recordar que “a idéia de uma possível e razoável inteligência política” entre os três países era por ele “afagada” há muitos anos, e que fato existira “sem convenção alguma escrita” quando era Presidente da Argentina o General Julio Roca, “que, longe de ter prevenções e desconfianças contra o Brasil, desejava vê-lo mais forte e em 1903 aconselhou-nos até a adquirir dois poderosos encouraçados, em construção, de que o Chile ia dispor”, Rio Branco expunha seu pensamento:

“Se pudéssemos contar, como naquele tempo, com a confiança e a sincera amizade do governo argentino, um acordo dessa natureza daria os melhores frutos, assegurando nesta parte do mundo uma política de verdadeira concórdia, sumamente vantajosa para as três Repúblicas. Infelizmente, a situação na Argentina, no que diz respeito ao Brasil, está muito modificada depois da ativa e violenta propaganda ali feita contra nós pelo mal-entendido patriotismo de alguns e pela *auri sacra fames* de outros, interessados nas grandes compras de armamentos.

Depois da falta de respeito com que na imprensa fomos tratados e impudentemente caluniados por vários defensores do Presidente Figueroa Alcorta, não nos fica bem dar passos para uma aproximação

a que parece infensa parte da opinião nesse país, fortemente abalada por esses agitadores de má fé. Mas esse mesmo Presidente, impressionável e volúvel, que se deixara seduzir pelo Sr. Zeballos em 1906, confiando-lhe, com espanto de todos os homens sensatos, a pasta das Relações Exteriores, acabou por conhecê-lo, sustentou contra ele o ex-Senador Anadón, Ministro no Chile, e desembarçou-se de tão perigoso auxiliar em junho do ano passado. Determinado quem em Santiago prosseguisse a negociação para uma aliança da Argentina com o Chile e o Brasil, como entendia o Sr. Anadón, e não somente da Argentina com o Chile, como queria o Sr. Zeballos, aquele Presidente mostrou claramente querer desviar-se do rumo para que o ia levando o seu Ministro. Estou informado de que ele dirigiu uma carta do seu punho ao Presidente Montt interessando-se pelo êxito da negociação de um acordo dessa natureza com o Chile e o Brasil.

É evidente que, estando ainda tão recente a escandalosa campanha do Sr. Zeballos, não contrariada de frente ou publicamente pelo atual governo argentino, devemos continuar a manter a atitude reservada e digna que temos guardado. Esse governo já terá percebido, pela firmeza com que procedemos no caso da pretendida equivalência naval, que não perdemos a calma nem nos intimidamos com as ameaças dos seus partidários e sustentadores na imprensa. Tal atitude, porém, não nos impede de acolher, sem precipitação, mas também sem esquecimento dos grandes interesses dos três países, os temperamentos ou soluções que nos sejam amigavelmente propostos e se conformam com um plano ou pensamento político que, todos sabem, é muito nosso, manifestado por escrito e publicamente desde 1905, muito antes da tempestade de insultos, mentiras e falsificações levantada em Buenos Aires por desafetos nossos e por uma chusma de vis ganhadores.

Pois bem, o que nos nossos amigos do Chile nos propõem neste momento não é o tratado que o Sr. Zeballos imaginara pensar arrancar-nos a chamada equivalência naval ou separar o Chile do Brasil. O que eles nos propõem e à Argentina é a *entente cordiale*, ou pacto de cordial inteligência que havíamos concebido e insinuado para assegurar a paz e as boas relações entre os três países, evitando

possíveis desinteligências e conflitos oriundos de interesses ou intrigas de outros vizinhos.

Se o atual governo argentino quiser aceitar o projeto brasileiro apresentando como proposta chilena, teremos todos a ganhar, e muito especialmente o Chile e o Brasil porque assim impedimos que, despeitada, a Argentina busque de novo a aliança do Peru, país com que o Brasil e o Chile têm de resolver proximamente questões da máxima importância.

É melhor que, mais ou menos ligada pelo projetado acordo, a Argentina se conserve neutra e não procure embarçar-nos na questão do Território do Acre nem ao Chile na de Tacna e Arica.

Suponhamos que o atual governo argentino não deseje o acordo ou que, aceitando-o o não execute lealmente. Nesse concerto das três potências estaremos sempre em maioria o Brasil e o Chile. Procedendo com tato, poderemos talvez, pelo conselho amigável, conter sempre ou quase sempre os desvios inamistosos que premedite o governo argentino. Na pior das hipóteses, com a negociação do tratado – promovida pelo Chile e não por nós – ou com a desleal execução do mesmo pela Argentina, teremos a vantagem relativa de ir ganhando tempo para reconstituir as nossas forças de terra e mar e colocar-nos em um pé respeitável da defesa.

O nosso amor-próprio nacional deve estar e sente-se ofendido com os insultos e provocações de tantos argentinos nestes últimos tempos; mas cumpre atender a que o governo argentino nos não dirigiu até aqui ofensa ou provocação alguma nas suas relações oficiais conosco ou em documentos seus públicos. Do próprio Ministro Zeballos não temos motivo de queixa no trato oficial que conosco manteve, pois, apesar das suas fanfarronadas póstumas na imprensa – se assim posso dizer – mostrou-se sempre muito acomodado, quando Ministro, sem fazer reclamação alguma e sem tirar partido de incidentes como o do vapor *San Lorenzo*, apesar de instigado a intervir por alguns jornais, inclusive o próprio *El Diario* que o acusou de indiferença e fraqueza.

Sempre houve na Argentina fortes correntes de opinião contrárias ao Brasil e à política brasileira, falsificada em escritos tendenciosos, mesmo no tempo em que éramos efetivamente aliados, protegendo

e defendendo o nosso exército e a nossa esquadra o seu território, então mal povoado e de mui escassos recursos. Nesse tempo, como agora, se ali tínhamos adversários rancorosos também contávamos amigos dedicados e defensores convencidos da aliança brasileiro-argentina. Não devemos confundir os nossos inimigos de hoje, nem mesmo o seu governo atual, com a nação argentina da qual fazem parte tantos homens esclarecidos e de boa vontade, que na imprensa e no Congresso espontaneamente se bateram, contra os nossos detratores, pela causa das boas relações entre os dois países. Tratemos de contribuir para que se apaguem pouco a pouco as malquerenças despertadas pelo recente esforço dos promotores de discórdias internacionais e, sem quebra da nossa dignidade, procuremos trabalhar serena e firmemente para que estes dois países possam sair da desagradável e perigosa situação em que se acham colocados.

Estou certo de que nesse sentido se dirigem também cordialmente os votos de V. Ex. a quem reitero os protestos da minha estima e distinta consideração”.⁸⁷

Convém reiterar que o projeto do ABC, na concepção de Rio Branco, não incluía equivalência naval, a qual veemente descartava, e que a aproximação Argentina/Brasil/Chile não se destinava a contrabalançar a influência norte-americana. Ricupero (1995) interpretou, com propriedade, que o ABC seria uma projeto complementar à aliança não escrita com os Estados Unidos.⁸⁸

O fato de o eventual tratado do ABC freqüentemente aparecer no contexto do rearmamento naval permite perceber que Rio Branco se utilizava da projetada *entente* como um argumento a mais para derrubar as objeções aos projetos brasileiros, partidas das nações concorrentes na sub-região, e, sobretudo, para ganhar tempo. Esse pragmatismo não contradiz o entendimento de que o ABC embutia a idéia de um condomínio oligárquico de nações, em benefício da paz na América do Sul. Já em julho de 1906, por ocasião da referida Conferência Internacional Americana, em rumorosa entrevista, opinara que, se houvesse um acordo entre Argentina, Chile e Brasil, estas, pelo fato de serem as nações “mais fortes e progressistas (...) exerceriam influência sobre as demais, evitando as guerras tão freqüentes em alguns países”. Além disso, era impossível um acordo entre as 21

Repúblicas: “Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil”. O Brasil, particularmente, só poderia exercer alguma influência sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, atuando de acordo com a Argentina e o Chile. Dos demais vizinhos, em razão da falta de comunicações, o Brasil estava distante.⁸⁹

A idéia de que o Brasil, a Argentina e o Chile devessem se apoiar reciprocamente aparece também em documento de Joaquim Nabuco.⁹⁰ Assis Brasil, da mesma forma, não emprestava caráter antinorte-americano à eventual *entente* que, além de aumentar o prestígio das três nações sul-americanas, contribuiria para afastar as tentativas imperialistas da Europa.⁹¹ A documentação é reiterativa na demonstração de que havia consenso de que o ABC não se faria por oposição aos Estados Unidos.

Rio Branco reafirmou a importância do ABC a Ramón Cárcano, enviado pelo Presidente Sáenz Peña em missão particular. Em face da resposta de que seria difícil ao governo argentino firmar um tratado, em razão, sobretudo, das eventuais desconfianças do Peru e da repercussão desfavorável nos Estados Unidos, Rio Branco respondeu:

“Peça ao meu eminente amigo Sáenz Peña que subscreva o ABC, e o Brasil garante que não haverá discórdia na América do Sul, nem protestos do Peru, e que o Presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, e seu Ministro *Mr.* Root convidarão especialmente os Presidentes do ABC para que os acompanhem com a sua presença na próxima inauguração do Canal do Panamá. A realidade do ABC apareceria assim, como um corpo vivo, apresentada pelo Presidente da grande República do Norte como a mais alta plataforma que naquele momento se lançará ao mundo”.⁹²

Mesmo não se concretizando, a possibilidade dessa eventual aliança já era motivo de preocupação para as nações menores que tinham qualquer pendência com algum dos integrantes do ABC.⁹³ Os peruanos, especialmente, temiam o peso da influência dessa eventual aliança, pois, conforme informou Nabuco, tinham a questão de Tacna e Arica com o Chile e a de limites com o Brasil.⁹⁴

O ABC, ao tempo de Rio Branco, não passou da fase preliminar de negociações. Mesmo assim, houve uma tentativa de atuação

concertada entre as três nações quando da IV Conferência Internacional Americana, que se realizou em 1910, em Buenos Aires. O Brasil tomou a iniciativa de estabelecer secretamente um entendimento prévio com os outros dois países em torno de uma fórmula de resolução em apoio à Doutrina Monroe, redigida por Joaquim Nabuco pouco antes de sua morte.

4. CONCLUSÃO

A política externa de Rio Branco não se esgota na aproximação dos Estados Unidos. Além dos esforços destinados à consolidação e ampliação das fronteiras nacionais, houve movimentos impostos pela defesa da soberania e a prática de uma política de prestígio, tendo o país assumido atitudes próprias de uma potência regional.

No que se refere especificamente às relações com a Argentina, a primeira observação a fazer é a de que a lógica política nem sempre seguia a lógica do comércio, quando não a contrariava. Brasil e Argentina, depois de terem resolvido de modo pacífico e sem ressentimentos sua antiga pendência de limites relativa à região de Palmas, não tinham nenhuma questão específica e suficientemente forte para, sequer, romper a cordialidade. Ambos os países são contíguos, mas territorialmente satisfeitos. As relações de Estado a Estado desde a inauguração da república no Brasil sempre foram cordiais e, nos momentos difíceis, corretas. As economias de ambos os países eram complementares, o que se traduzia no intenso fluxo comercial da Argentina para o Brasil. Apesar de tudo, ambos os países faziam pesadas e custosas aquisições navais, supondo-se, em ambos os lados, como inimigo provável justamente o cordial e amigo vizinho. O porquê dessa hoje aparente irracionalidade em boa parte é explicável pelo espírito de imitação dos defensores do armamentismo, que raciocinavam olhando o espetáculo proporcionado pelas grandes potências, as européias sobretudo.

O humor das relações Brasil/Argentina foi oscilante. As fases de aproximação eram sucedidas pelas de receio, em que voltavam à tona antigas rivalidades, facilitadas pelo contexto hobbesiano que caracterizou o período anterior à Primeira Guerra Mundial.

A título de síntese, pode-se afirmar que a política externa de Rio Branco para a América do Sul fundava-se em premissas, cujo encaixe teórico pertence à geopolítica, uma vez que a diplomacia brasileira se esforçou para evitar embaraços no contexto contíguo, fosse para manter a paz, fosse para evitar o surgimento de hegemonias, fosse para a consolidação do *statu quo* territorial. Cumpre, finalmente, observar que não se incluía a pretensão de hegemonia entre os objetivos brasileiros relacionados à vertente atlântico-platina, mas sim de influência compartilhada com a Argentina.

FONTES

MANUSCRITAS

Archive du Ministère des Affaires Étrangères – AMAE. Paris.
Correspondência diplomática: Assunção, Berlim, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago.
Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI. Rio de Janeiro.
Correspondência diplomática de Assunção, Buenos Aires, Montevideú, Washington, Santiago.
Arquivo particular do Barão do Rio Branco.
Maços referentes a I e III conferências internacionais americanas.
Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro
Fotogramas do National Archives and Records Administration (NARA) – Washington.

IMPRESSAS

Anais brasileiros
Senado Federal – ASF, 1905, 1906, 1912.
Câmara dos Deputados – ACD , 1902, 1906, 1910, 1914.
Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil, 1906, v.1.

JORNAIS

Buenos Aires: *El Diario*, *La Gaceta de Buenos Aires*, *La Nación*,
La Prensa, *Sarmiento*, *Tribuna*.
Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, *O Paiz*.

LIVROS (AUTORES DA ÉPOCA)

BARBOSA, R. *Cartas de Inglaterra*. 2.ed. São Paulo: Livraria acadêmica, 1929.

CALÓGERAS, Pandiá. *Estudos históricos e políticos (Res nostra...)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CALÓGERAS, Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Introdução, cronologia, nota bibliográfica e textos selecionados por Francisco Iglesias. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

MENDONÇA. Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro-Paris: Garnier, 1913.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948 (VIII - Estudos Históricos; IX - Discursos).

BIBLIOGRAFIA

Backeuser, E. Rio Branco, geógrafo e geopolítico. *Revista da Sociedade de Geografia*. 52, .5-25, 1945.

Bandeira, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.

Besouchet, Lidia. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1949.

Bueno, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: IPRI, 1995.

Burns, E. Bradford. *The unwritten alliance; Rio Branco and the Brazilian-American relations*. Nova York-Londres: Columbia University Press, 1966.

_____. “As relações internacionais do Brasil durante a primeira República”. *In: Fausto, Boris. (dir.) História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977, t.3, v.2: 375-400.

Carvalho, J.M. de. “As Forças Armadas na Primeira República : o poder desestabilizador”. *In : Fausto, B. História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel , 1977. v.2 tomo III.

Conduru, Guilherme Frazão. *A política externa de Rio Branco os tratados do ABC*. Brasília: Universidade de Brasília (dissertação-mestrado), 1998.

Costa, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

Etchepareoborda, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

Fausto, Bóris. “Expansão do café e política cafeeira”. *In: Fausto, Bóris (dir.) História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1: 193-248.

Ferrari, Gustavo. “La Argentina y sus vecinos”. In: Ferrari, G. & GALLO, E. (compiladores). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980: 671-694.

_____. *Esquema de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1981.

_____ & Gallo, Ezequiel (compiladores). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

Fraga, Rosendo. *Roca y el Brasil*. Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1994.

_____ & Corrêa, Luiz Felipe de Seixas. *Argentina Brasil. Centenário de duas visitas*. [Buenos Aires]: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1998.

Heinsfeld, Adelar. As ações geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000 (tese-doutorado).

Lafer, Celso & Peña, Felix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

Lins, Álvaro. *Rio-Branco*. Rio de Janeiro-São Paulo: José Olympio, 1945, 2 v.

_____. *Rio-Branco*. 2ªed. São Paulo, Nacional, 1965.

_____. *Rio-Branco e o arbitramento com a Argentina; a questão do Território de Palmas, também chamado das Missões*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

Magnoli, Demétrio. O corpo da Pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: USP, 1996 (tese-doutorado).

Martins, Hélio Leôncio. “A Revolta dos Marinheiros”. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1997, v.5, tomo I B: 101-227.

_____ & Cozza, Dino Willy. “Poderes combatentes”. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1997, v.5, tomo I B: 77-100.

Miyamoto, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.

Moitrel, Mônica Hartz Oliveira. “Comissões de destaque – sinistros marítimos”. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1997, v.5, tomo I B: 229-255.

Morel, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1959.

Onuki, Janina. “Mercosul: crise e futuro”, *Carta internacional*, nº 84 (fev/2000): 5.

Otero, Delia Del Pilar. “La política ABC: un fenómeno recurrente en los proyectos de concertación regional del cono sur latinoamericano”, *Res Gesta*, nº37, 1998-99:105-124.

Ricupero, Rubens. “Um personagem da República”. In: Ricupero, R. & Araújo, J.H.P. (com a colaboração de Joppert, R.). *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio*

Branco. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

_____. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

Romero, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Ruiz Moreno, Isidoro. *Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1961.

Smith, Joseph. *Unequal giants; diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. University of Pittsburgh Press, 1991.

Tulchin, Joseph S. *La Argentina y los Estados Unidos; historia de una desconfianza*. Buenos Aires: Planeta, 1990.

Viana Filho, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

NOTAS

1 AHI. Carta de Rio Branco ao Barão Homem de Mello, 13 set. (1887?)

2 Burns, 1976: 547; Lobo, 952: 163. Em 1896, na minuta de carta a Sousa Correia, Rio Branco afirmou: “Eu prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos”. (*Apud* e cf. Lins, 1945: 213-4, que ainda informa que a frase foi riscada).

3 Joaquim Nabuco, logo após o advento da República, desabafou: “(...) Estamos sob um governo verdadeiramente paraguaio (...) Nunca eu pensei ver o Brasil rebaixado a um Paraguai, Uruguai, Equador, Argentina ou o que quiserem”. (AHI. 34.6/I, maço 74, pasta 1. Nabuco a Rio Branco. Paquetá, 31 jul. 1890).

4 “Censuras platinas”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1905. Editorial que, por seus termos, identificamos como sendo da autoria de Rio Branco. Foi publicado, também, no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1905, “a pedido”. Veja-se, também, Conduru, 1998: 83.

5 AHI. Carta de Rio Branco ao Barão Homem de Mello, 13 set. (1887?).

6 AHI. Despacho para Buenos Aires, 22 nov. 1904.

7 AHI. Despacho para Washington, 19 dez. 1906.

8 “Mil millones de reis”. *Sarmiento*, Buenos Aires, 27 ago. 1907; “El Brasil en el Continente”. *La Prensa*, Buenos Aires, 15 jan. 1905.

9 AHI. Rascunho de carta de Rio Branco a Nabuco, 23 jul.(?) 1902.

10 *Apud* Viana Filho, 1959: 393.

11 AHI. Telegrama para Washington, 22 nov. 1909, *apud* Viana Filho, 1959: 421.

12 AHI. Carta de J. F. de Assis Brasil a Rio Branco. Buenos Aires, 24 jul. 1905. Na Argentina ainda existe a visão de que a gestão de Rio Branco foi um prolongamento do Império em plena República. Veja-se Ferrari, 1981: 65.

13 Heinsfeld afirma que “De fato, em momento algum Rio Branco, seja em seus escritos ou em pronunciamentos verbais, fez qualquer referência aos pensadores

geopolíticos. No entanto (...) dos quatro próceres do pensamento Geopolítico – Ratzel, Mahan, Mackinder e Kjellén – somente deste último não temos fortes indicativos de que Rio Branco tenha entrado em contato direto com seus escritos ou suas idéias”. (2000: 22. Veja-se, ainda, p. 16, 42-3, 52, 48-9, 81 e 195). Miyamoto sustenta que não se encontraram nos escritos de Rio Branco “referências explícitas sobre o papel da geopolítica. Outro motivo que pode corroborar essa afirmação é que, sendo a geopolítica ainda tão recente, o Barão do Rio Branco certamente mal tivera tempo de conhecê-la, concebida como tal, pois encerrou suas atividades no Ministério das Relações Exteriores em 1912. Além disso, Kjellén, Ratzel e Mackinder elaboravam ainda suas teorias”. (1995: 47). Segundo Backauser “O Barão do Rio Branco foi um dos maiores, senão o maior, dos geopolíticos brasileiros, pois que mais do [que] qualquer outro cidadão dilatou conscientemente o ‘espaço’ de sua pátria.” (1945: 28).

14 Magnoli (1996: 217) afirma que o pan-americanismo de Rio Branco “decorria de considerações pragmáticas”.

15 Fraga, 1994:45.

16 Fraga, 1994:49.

17 Burns, 1966:390-4.

18 Informação dada pelo *El Diario* (de Buenos Aires), que acrescentava: “Y luego agregaba [o general Mitre]: es claro, el Brasil necesita y consume todo quanto produce la Argentina, y la provee, a precios modicos, de lo que no puede producir. El fondo de verdad sana y real de tales conceptos, pertenece hoy al dominio publico (...)”. (“La buena política”, 5 ago. 1910). Recentemente (1997), o analista argentino das relações internacionais Carlos Escudé afirmou: “(...) el Brasil es nuestra gallina de los huevos de oro (...)”, (*Clarín*, 19 jul. 1997 *apud* Onuki, 2000: 5).

19 AHI. Ofícios de Buenos Aires, 6 e 27 dez. 1906.

20 Lins, 1965: 395-6.

21 AHI. 34.6, A-7, G-3, M-1. Veja-se, por exemplo, *El Diario*, Buenos Aires, 16 jan. 1907; *La Prensa*, Buenos Aires, 27 dez. 1906.

22 A redução de 1904 foi renovada em 30 de junho de 1906. Abrangeu: farinha de trigo, leite condensado, manufaturas de borracha, relógios, tintas (exceto as de escrever), vernizes, máquinas de escrever, caixas frigoríficas, pianos, balanças, moinhos de vento. (Decreto 6079 de 30 jun. 1906. *Coleção de Leis dos Estados Unidos Brasil*, 1906,v.1: 705).

23 AHI. 34.6, A-7, G-3, M-1.

24 AHI. 34.6, A-7, G-3, M-1.

25 Idem.

26 “Brasil-Chile-Argentina”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 out. 1909.

27 Carvalho, 1977: 225, afirma que a reorganização da marinha começou a ser pensada no Governo Rodrigues Alves, “certamente com a finalidade implícita de novamente usá-la como contrapeso ao Exército”.

28 Cf. Martins & Cozza, 1997: 80-3. O deputado Pandiá Calógeras afirmou, em 1911, que a modificação do plano naval fora feita pelo Presidente Pena e o ministro

Almirante Alexandrino de Alencar, sem participação de outros Ministros. Rio Branco, assim, não influíra na aquisição dos *dreadnoughts*, citados a seguir. (Calógeras, 1987: 384-5).

29 *Anais do Senado Federal*, sessões de 12, 13 e 16 nov. 1906. Informações mais detalhadas podem ser obtidas em Martins & Cozza, 1997: 83, 99, que oferecem um quadro comparativo dos programas navais de 1904 e 1906.

30 Tanto era assim, que na própria Inglaterra, onde se construíam as belonaves, houve quem se preocupasse não só por razões de interesse técnico, mas também pelo destino ulterior das mesmas. O representante francês em Londres que passava essas informações observou ainda que os “jingoês” insinuavam que o Brasil poderia servir de intermediário da Alemanha. Tal opinião não tinha fundamento e não era a das “pessoas do *métier*; mas [estimava-se] geralmente que o Brasil poderia talvez ceder seus couraçados em construção se recebesse ofertas vantajosas”. Do ponto de vista legal, o governo inglês tinha dispositivos que garantiam os interesses da defesa nacional. (AMAE. Paris. Cópia de ofício de Manneville ao MAE, Londres, 28 jul. 1908. (A tradução é nossa).

31 Martins & Cozza, 1997: 85-6.

32 Cf. Lins, 1965: 399-400.

33 Martins, 1997: 160.

34 Etchepareborda, 1978: 85.

35 Tulchin, 1990: 87.

36 Cf. Etchepareborda, 1978: 39.

37 “La prepotencia naval”. *La Nación*, Buenos Aires, 9 set. 1906; “Los armamentos navales”, Idem, 12 set. 1906; AHI. Ofício de Buenos Aires, 6 mar. 1907.

38 “Censuras platinas”, *O Paiz*, 18 jan. 1905; *Jornal do Commercio*, 19 jan. 1905.

39 Idem.

40 “El pensamiento del Brasil”, *La Prensa*, 2 fev. 1905.

41 Rio Branco, 1948: XVI-XVII, 243, 279.

42 Rio Branco, 1948:104.

43 *Apud* Calógeras, 1936: 233.

44 AHI. Carta de Rio Branco a Domício da Gama, 15 dez. 1908; Discurso proferido no Clube Militar em 15 out. 1911. *In*: Rio Branco, 1948: 279.

45 Rio Branco, 1948, (discursos): 103.

46 Idem.

47 Lins, 1965: 415.

48 AHI. Ofício de Buenos Aires, 7 abr. 1910 (Souza Dantas a Rio Branco).

49 Nara. Dudley ao Secretário de Estado, Petrópolis, 25 e 27 ago. 1910.

50 Frase parecida pronunciara Julio A. Roca na sua visita a São Paulo, em 1907: “Nada nos divide y todo nos aproxima”. (Ruiz Moreno, 1961, p.91; Fraga, 1994: 53).

51 Nara. Dudley ao Secretário de Estado, Petrópolis, 27 ago. 1910; Smith, 1991: 67.

- 52 Anais da Câmara dos Deputados. Sessões de 20 e 22 ago. 1906. (A Comissão de Diplomacia e Tratados desincumbiu-se da missão no dia 21).
- 53 República Argentina. *Diario de Sesiones* – Cámara de Diputados, 22 ago. 1910.
- 54 Idem. (A tradução é nossa).
- 55 AHI. Ofício de Buenos Aires, 10 set. 1910 (Souza Dantas a Rio Branco).
- 56 AHI. Ofício de Buenos Aires, 21 out. 1910 (Domício a Rio Branco); Moitrel, 1997: 236-7. (Antes de comparecer à posse, a divisão de cruzadores representara o país no centenário da independência do Chile).
- 57 “Com el doctor Montes de Oca”, *Tribuna*, Buenos Aires, 26 nov. 1910; “La transmisión del mando en el Brasil”, *La Gaceta de Buenos Aires*, 26 nov. 1910; AHI - cópia de nota de Mario R. de los Llanos, Subsecretario de Relaciones Exteriores a Souza Dantas, anexa ao ofício de Buenos Aires, 12 nov. 1910 (Souza Dantas a Rio Branco).
- 58 Fraga, 1994: 56.
- 59 Fraga, 1994: 57-8.
- 60 Cf. Etchepareborda, 1978: 41; Lins, 1965: 463.
- 61 Fraga, 1994: 60-1.
- 62 Martins & Cozza, 1997: 100.
- 63 Etchepareborda, 1978: 98; Ferrari, 1981: 68; Fraga, 1994: 67.
- 64 Veja-se, a propósito, Lins, 1945: 491-2.
- 65 Carta de Graça Aranha a Nabuco, *apud* Vianna Filho, 1959: 355.
- 66 “Proyectos navales brasileños”, *La Nación*, 19 jan. 1905.
- 67 “El Congreso Panamericano”, *La Prensa* Buenos Aires, 25 e 26 mar. 1906; “En Río de Janeiro”, *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. 1906.
- 68 “La diplomacia brasileña,” *La Nación*, Buenos Aires, 13 nov. 1906.
- 69 Sobre a missão de Root na América Latina, veja-se *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1905.
- 70 *Apud* Lins, 1965: 352.
- 71 AHI. Despacho para Washington, 14 out. 1907.
- 72 Lins, 1965: 415. (Este trecho encontra-se à p. 613 da edição de 1945).
- 73 AHI. Ofício de Buenos Aires, 22 nov. 1904.
- 74 AHI. 34.6-I, A-4, G-1, M-74. Veja-se, também, Conduru, 1998: 96.
- 75 Fraga, 1994: 44. Salvador de Mendonça criticou o ato de Rio Branco: “(...) Pois o sr. Rio Branco não reconheceu com aqodamento a independência da República do Panamá, que ele sabia tão bem como o Sr. Roosevelt, haver sido roubada à Colômbia?”. (Mendonça, 1913: 29).
- 76 *Apud* Lins, 1965: 391. Em Lins consta que a carta é de 1904. Trata-se, evidentemente, de um lapso, comum em obras desse porte. *El Diario*, de Buenos Aires (23 out. 1905), transcreveu a citada carta de Rio Branco a Gorostiaga, datada de Petrópolis em 3 set. 1905.

- 77 AHI. Despacho reservado para Washington, 31 mar. 1906. (Parte desse despacho foi transcrita por Costa, 1968: 249-50).
- 78 AHI. Despacho reservado para Washington, 29 dez. 1907 (transcrição do telegrama).
- 79 Cf. Conduru, 1998: 106-10.
- 80 *Apud* Conduru, 1998: 77-8.
- 81 Telegrama para a Legação do Brasil em Santiago, 19 jun.1908, *apud* Conduru, 1998: 78.
- 82 Para mais esclarecimentos sobre o projeto de Puga Borne, veja-se Conduru, 1998: 110-2.
- 83 Cf. Conduru, 1998: 75, 84; Bandeira, 1973: 179; Lins, 1945, v.2: 770-1.
- 84 Conduru, 1998: 112. O texto completo do projeto do Tratado do ABC encontra-se em Lins, 1965: 520-3.
- 85 Ricupero, 1995: 95.
- 86 Lins, 1965: 522-3.
- 87 AHI. Despacho reservado para Buenos Aires, 26 fev. 1909. (Rio Branco a Domício da Gama).
- 88 Ricúpero, 1995: 93. Veja-se, também, Conduru, 1998: 94.
- 89 *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. e 9 ago. 1906; AHI. Despacho para Washington, 10 mar. 1906, *apud* Lins, 1945: 757-61.
- 90 AHI. Carta de Joaquim Nabuco ao Dr. Cardoso. Roma, 20 mar. 1904.
- 91 AHI. Ofício de Buenos Aires, 19 abr. 1906. (Assis Brasil a Rio Branco).
- 92 *Apud* Lins, 1965: 461-2. Veja-se, também, Fraga, 1994: 59-60.
- 93 AHI. Ofício confidencial de Francisco Xavier da Cunha a Rio Branco. Montevidéu, 20 dez. 1907.
- 94 AHI. Despacho para Washington, 29 dez. 1907.

RIO BRANCO E O PANAMERICANISMO: ANOTAÇÕES SOBRE A III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA

GELSON FONSECA JUNIOR

Não seria exagero dizer que, como regra, a referência natural para a solução das questões diplomáticas é o *antecedente*, a tentativa de enquadrar o problema presente em alguma situação similar anterior. Frequentemente, não existe outro padrão para medir a sensibilidade de um parceiro a uma atitude diplomática salvo a de como terá reagido no passado diante de uma questão parecida. Cada movimento diplomático é único, mas será tanto mais seguro quanto mais claro e mais próximo for o historicamente similar. Exatamente por tais razões, um dos desafios mais complexos para a formulação da política externa é como lidar com processos de transformação, com o que é novo.

O sistema internacional, depois que se desencadeia a Revolução Industrial, oferece constantemente novidades ao formulador, ora ligadas às mutações nas constelações de poder e ao comportamento dos que estão em posições de hegemonia, ora ligadas aos mecanismos institucionais que regulam, com mais ou menos sucesso, a ordem internacional. No limiar do século XX, o sistema internacional oferece ao Brasil dois novos desafios. O primeiro é a ascensão dos Estados Unidos, como potência regional, que começa a ter presença mundial.¹ Do lado das instituições começa a se configurar uma nova modalidade de interação entre Estados, que é o que se poderia chamar de multilateralismo contemporâneo.²

Rio Branco percebe com clareza os dois movimentos e, com a defesa do pan-americanismo, consegue ligá-los com a preocupação de ampliar o espaço de manobra da diplomacia brasileira.

A relação do Brasil com os Estados Unidos está amplamente estudada, e a obra de Bradford Burns *The Unwritten Alliance* ainda é, creio, a interpretação mais acabada e completa do “modelo do Barão” para as relações, tanto bilaterais quanto multilaterais, entre

os dois países.³ Não sendo historiador, eu teria pouco a agregar a um dos capítulos fundamentais da trajetória do Barão à frente do Itamaraty. Assim, minha contribuição seria a de sublinhar, com vezo de quem serviu em uma organização multilateral, uns poucos aspectos de uma história conhecida.

O foco de análise será o Congresso Pan-Americano de 1906, e pretendo desenvolvê-lo em três etapas: o conceito de pan-americanismo, a dinâmica da conferência e a política do multilateralismo.

1. O CONCEITO DE PAN-AMERICANISMO

Rio Branco é um defensor de relações estreitas com os EUA, e o pan-americanismo, cujo cerne seria o monroísmo aceito pelas nações do continente, é, em primeiro plano, a face ideológica da aproximação dos dois países.⁴ Mas a idéia não tem apoio unânime, mesmo no Brasil, onde encontrou audiência muito mais receptiva do que em outros países da América do Sul.

É interessante retomar os termos em que o pan-americanismo é discutido porque nos dá elementos para compreender as opções de Rio Branco. O debate pode ser ilustrado por um trecho do livro de Oliveira Lima publicado justamente em 1907 e que se intitulava *Pan-americanismo: Monroe, Bolívar e Roosevelt*, com artigos escritos antes e depois da conferência.

Em um parágrafo, Oliveira Lima cita Artur Orlando, para quem o pan-americanismo é: “(...) a articulação das três Américas em uma vasta Federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento. Levar a expansão simultânea da economia e da Justiça ao coração do mundo inteiro”.⁵ Temos aí uma concepção exaltada do pan-americanismo que, é claro, não é a de Rio Branco, mas dá uma idéia das proposições quase utópicas – e do potencial de transformação – que a ideologia ensejava. É típico do multilateralismo, aliás, a produção de utopias.

No parágrafo que dá continuidade ao anterior, Oliveira Lima faz, então, observações críticas ao multilateralismo que, de um certa maneira, estão mais próximas à perspectiva de Rio Branco. Mas vejamos

o que diz sobre a visão Artur Orlando: “Bela e levantada concepção esta. Mas que só poderá aspirar a ser uma expressão dotada de realidade, e vir a perder toda a acepção ameaçadora e perigosa que atualmente ainda conserva, quando deixar de ter uma base egoísta, quando a famosa Doutrina de Monroe (?) passar, como é de direito, de apanágio de uma só nação para o domínio comum do continente que diz proteger. Quando, portanto, pertencer o monroísmo (?) ao patrimônio de todas as nações americanas e não mais for, na sua edição corrente, uma arma única de ascendência dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que uma fortaleza erigida contra a intervenção européia que, sob o pretexto de manter o equilíbrio de poderes no Novo Mundo, poderia querer limitar a marcha uivante da Grande República, cujo prestígio se estende sobre todo ele”.⁶

Essas duas concepções do pan-americanismo refletem uma tensão básica que freqüenta, praticamente, todo encontro multilateral.⁷ A igualdade formal dos que dela participam cria condições para a extensão das demandas, a começar pela própria consagração institucional da igualdade e, no extremo, das visões da utopia já que, nesse plano, não há limites para propor modelos novos de coexistência e cooperação dentro de marcos do que é aceitável como legítimo; de outro lado, as diferenças de poder no mundo “externo” ao foro multilateral se projetam nos processos negociadores de tal forma, que as constelações de poder e as hegemonias se refletem, com maior ou menor clareza, nos resultados das deliberações.⁸ Em tese, se prevalece o poder, o multilateralismo serve, portanto, como instrumento de hegemonia, que beneficia as potências que dele participam, ou, no outro extremo, se prevalecem as regras da igualdade, como mecanismo para conter ou atenuar as pretensões dos que têm poder. É claro que o que ocorre “normalmente” é uma combinação dos dois elementos e, ao desencadear o movimento pan-americano em fins do século XIX, os Estados Unidos estavam, consciente ou inconscientemente, aceitando “negociar” seu modelo de hegemonia ou, pelo menos, uma de suas dimensões.⁹

Vale a pena lembrar como Rio Branco percebe essa tensão. No discurso com que inaugura a III Conferência Internacional Americana, em 1906, no Rio de Janeiro, ele contrapõe, com precisão,

dois modelos de multilateralismo: o que serve à hegemonia e o que serve à igualdade. Para o primeiro, os exemplos são os congressos de paz: “(...) em que os vencedores ditavam a lei aos vencidos, em nome da futura amizade, baseada no respeito ao mais forte”. O modelo da igualdade é o dos congressos convocados “em plena paz e sem constrangimento algum, bem entendida a providência para regulamentar a atividade pacífica das nações. E neles se atende, por igual, ao direito do mais fraco como do mais poderoso”.

E Rio Branco agrega alguns elementos para caracterizar seu modelo preferido, que dá corpo e forma, e autoridade à lei internacional: “(...) cada vez mais acatadas nos nossos dias, o que constitui um grande passo da civilização”. Ao lado da constituição da norma, indica que a origem do modelo “(...) são os movimentos de opinião produzidos pela maior difusão cultural, pela importância progressiva dos interesses econômicos e pela propaganda assídua dos sentimentos humanitários e de concórdia”.¹⁰ Dificilmente se encontraria síntese tão bem acabada e tão clara do multilateralismo ideal que, afinal, combina igualdade na participação, objetivo de lançar fundamentos legais para a ordem internacional, gerando disciplinas que constriam a todos os Estados, e, finalmente, como base sociológica e axiológica, os interesses econômicos e os valores humanitários a definir o sentido e as circunstâncias das decisões.

A primeira conclusão é de que Rio Branco vê o pan-americanismo como uma possibilidade de lidar, com questões hemisféricas, em um plano de igualdade, atendendo ao direito do mais fraco ao do mais poderoso. Assim, de certa maneira, aproxima-se da posição de Oliveira Lima (tornar o monroísmo “domínio comum do continente”) e dar-lhe sentido prático, ir além dos temas de defesa do continente contra incursões estrangeiras, que estão na origem do monroísmo e continuar na trilha das “coisas práticas” que o pan-americanismo instalado com a conferência de Washington, de 1889, mais voltado para os temas comerciais, inaugura. No primeiro passo do argumento, Rio Branco é, portanto, francamente grotiano. O eixo de construção é a cooperação sobre “atividades pacíficas”, e a premissa é a da igualdade.¹¹

2. A DINÂMICA DA CONFERÊNCIA

Um exame rápido dos aspectos formais da conferência (agenda, decisões, comparecimento) pode ser significativo para chegarmos à compreensão que Rio Branco tem do multilateralismo. A agenda é centrada nos temas que regulam a “atividade pacífica” entre as nações: arbitramento, reclamações pecuniárias, condições de cidadãos naturalizados, marcas e patentes, dívidas públicas, política sanitária, harmonização para o critério de exercício de profissões liberais, construção de uma ferrovia pan-americana e, mesmo, uma resolução sobre a necessidade de que se troquem informações sobre política cambial dos países da América. A agenda é também moderna, com peso forte para os temas econômicos, vistos talvez mais de um ângulo jurídico do que propriamente material, já que as relações econômicas entre os países da América do Sul e os Estados Unidos apenas começavam a ganhar peso. Mas, talvez seja uma das possibilidades permanentes do multilateralismo a de regular o que ainda não existe ou regular para que uma determinada relação se desenvolva de maneira mais disciplinada.

A agenda reflete, implicitamente, uma “preferência norte-americana”. Devemos lembrar que a conferência é antecedida por movimentos imperiais dos EUA: o estabelecimento de protetorados em Cuba e no Panamá, a automeação para o exercício de poder de polícia no Caribe, o controle das rendas alfandegárias da República Dominicana, que levavam a que a maioria dos países latino-americanos tivesse razoável dose de desconfiança em relação aos Estados Unidos.¹² Por isso, os norte-americanos evitaram que a agenda incorporasse temas explicitamente políticos e tivesse os contornos mais econômicos que teve.¹³

Se olharmos para os resultados o fato é que, se os debates são acalorados, as decisões são modestas. Nada avança significativamente, como é natural nos processos multilaterais. É normal que não avancem, já que, de uma maneira geral o movimento lento revela indiretamente a projeção da igualdade.¹⁴ Em um tema, porém, que estava no entroncamento do econômico e do político, o da reclamação pecuniária, a conferência chega a um resultado que, para alguns,

serve a atenuar modestamente o espírito de desconfiança que reinava entre os hispano-americanos em relação aos EUA. Não é o caso, aqui, de recordar o problema da cobrança forçada de dívidas soberanas e da Doutrina Drago, e as origens do Corolário Roosevelt, que, de uma certa maneira, assumia, para os EUA, a correção dos problemas de – dir-se-ia hoje – quebra das condições de governabilidade em países do hemisfério.¹⁵ Ora, a resolução a que chega a conferência, embora não adote a posição de Drago, também não endossa o Corolário, mas pede que os governos levem o assunto à Segunda Conferência da Paz na Haia com vistas a que se examinem a cobrança compulsória das dívidas públicas e os meios tendentes a diminuir os conflitos de origem exclusivamente pecuniária entre as nações. A conquista é modesta, mas abre espaço para que, na Haia, se chegue a um primeiro compromisso, a chamada Doutrina Porter, que impede a cobrança compulsória desde que os países endividados aceitem o arbitramento. Enfim, o tema avançou e, de certa forma, demonstra de que maneira a própria aceitação da discussão de um tema controvertido em foro multilateral leva as potências a compromissos, modestos às vezes, mas que formam base para outros, subseqüentes, em regra, mais próximos aos interesses da maioria. Lembramos que o tema da intervenção, rejeitado em 1906, só veio a ser plenamente aceito nos anos 30 pelas conferências americanas.

A proposta de construir, paulatinamente, uma ferrovia pan-americana é dos momentos de utopia. Cria-se uma comissão permanente da ferrovia continental, pede-se que cada Estado convoque corpo de engenheiros para definir traçados e custos e que se definam “o quanto antes as concessões de terrenos, a isenção de impostos aduaneiros para o material de construção e exploração e quaisquer outros auxílios que estimem conveniente outorgar”. Talvez nada mais típico de reuniões multilaterais do que transformar sonhos generosos em comissões permanentes, mas, sem dúvida, aí está clara a consciência de que, sem infra-estrutura, não se avança em cooperação.¹⁶

Um segundo aspecto interessante, que comprova o que Rio Branco dizia sobre a sociologia do multilateralismo, é o interesse que a conferência desperta na opinião pública. As idéias, que depois ganham força com o Presidente Wilson, dos *open covenants openly*

arrived at, realizam-se com perfeição no multilateralismo, já que, pela própria natureza, a conferência se realiza em local conhecido, com hora marcada, com agenda pública. Assim, é curioso que se multipliquem manifestações, de grupos variados, e até moções de corpos legislativos, municipais e estaduais, ao Presidente da Conferência. A esse respeito, nos papéis que o Arquivo do Itamaraty guarda, há um documento curioso. É uma carta do Partido Operário Independente, a Nabuco, em tom extremamente respeitoso, que defende a aprovação de uma cláusula social pela conferência.

A carta começa por pedir à conferência que voltasse “(...)também a sua atenção para o tema dos trabalhadores e cogitasse da elaboração das leis sobre acidentes e sobre a reforma dos operários em geral, velhos e inválidos, segundo o que já existe na França, na Inglaterra e em outros países e firmasse a doutrina da arbitragem para a solução *pacífica*”.¹⁷ Assim, no princípio do século XX, um “partido” brasileiro percebe a conferência como um espaço aberto de proposição, mesmo para teses que até hoje são controversas.¹⁸ A carta está certamente na linha do pan-americanismo de Artur Orlando, em que a perspectiva é alcançar, no continente, o melhor da legislação social.

Há outros aspectos que chamam atenção, já que são problemas que se repetem até hoje, como o do tempo das intervenções dos Delegados. A cláusula do artigo 20 do regulamento é estrita: nenhuma Delegação poderá falar mais de duas vezes sobre o mesmo assunto, nem exceder de 30 minutos em cada intervenção.¹⁹ No artigo 22, já se previa uma nota à imprensa que resumiria os debates. Assim, em seus primeiros passos, o multilateralismo anuncia problemas formais de que até hoje desenham a dinâmica das reuniões e que, basicamente, derivam da igualdade de possibilidades de propor, intervir, argumentar, etc.

Em conclusão, o relativo controle da agenda pelos EUA e pelo Brasil (que também não é defensor da Doutrina Drago) não impede que alguns temas controversos sejam debatidos e se avance no sentido que interessa aos latino-americanos. A dinâmica da igualdade modela os discursos e os resultados, e talvez valesse terminar com um trecho conhecido do discurso de Root ao plenário da conferência: “*We wish no victories but those of peace; for no sovereignty except over*

*ourselves. We deem the independence and equal rights of the smallest and the weakest member of the family of nations entitled to as much respect as those of the greatest empire, and we deem the observance and guaranty of the weak against the oppression of the strong. We neither claim nor desire any rights, or privileges, or powers that we do not freely concede to every American Republic. We wish to increase our prosperity, to expand our trade, to grow in wealth, in wisdom, in spirit, but our conception of the true way to accomplish this, is not to pull down other and profit by their ruin, but to help all friends to a common prosperity and a common growth, that we may all become greater and stronger together”.*²⁰

Talvez o discurso tenha sido o inverso da prática. Mas, ao fazê-lo, leva a potência a uma atitude necessariamente defensiva quando viola seu próprio compromisso. É esse, afinal, o caminho para transformar padrões de legitimidade.

3. A DIMENSÃO POLÍTICA

Até aqui, lidamos com a dinâmica interna da conferência. A próxima questão é como entender politicamente seus movimentos. A igualdade formal combina-se, em cada tema, com as dinâmicas de poder, com percepções e interesses que nascem no “mundo das realidades” e é filtrada e retrabalhada pelo foro multilateral. Assim, do ângulo propriamente político, as preocupações de Rio Branco são várias e partem sempre do fato de que o pan-americanismo é um espaço de confluência entre as nossas relações de vizinhança e as nossas relações com os EUA. A visão pan-americana nasce da percepção dessa realidade, e os objetivos a obter e seus limites estão condicionados por essa mesma realidade. Para entender o que pensa Rio Branco, vamos nos concentrar no despacho que manda a Nabuco, ainda em março de 1906, e que seria o equivalente às instruções para a Delegação brasileira.²¹

No despacho, o tema central é o da arbitragem que tem, como pano de fundo, uma determinada maneira de entender os limites da norma internacional e as relações com os vizinhos. No primeiro caso, a preocupação de Rio Branco é evitar disciplinas que constriam

a margem de manobra brasileira. O arbitramento em tese pode ser positivo (afinal, ele tinha sido vitorioso em dois casos), porém nunca o “arbitramento incondicional”, pois, como escreve: “Queremos deixar aos governos futuros a inteira liberdade de ação e escolhas”. Talvez a resistência tenha nascido do episódio da Guiana Inglesa, mas, teoricamente, define uma atitude de quem está examinando uma segunda tensão permanente do multilateralismo, o que se ganha quando se aceita a norma, sobretudo quando tem feitiço obrigatório. Rio Branco sabe – e está em sua definição – que o direito se afirmaria progressivamente com as conferências multilaterais, cujo objetivo é, afinal, gerar disciplinas. O problema é saber quais as que interessam e quais as que não interessam. Para um país com tantos vizinhos e com vantagens diplomáticas (uma delas, sendo então construída, com as relações “especiais” com os EUA), as amarras das obrigações de arbitrar controvérsias eram inconvenientes.²²

A explicação da atitude completa-se quando Rio Branco reflete sobre as possibilidades de mecanismos de arbitramento que pudessem ter limites regionais que, para ele, seriam nitidamente prejudiciais ao Brasil. Dizia, no despacho a Nabuco: “Perante árbitros hispano-americanos, estaríamos sempre mal. O Brasil, o Chile e os Estados Unidos. Já que, como o Brasil tinha questões pendentes com os vizinhos, seria natural que julgassem com pouca independência qualquer pendência submetida”. É importante sublinhar, portanto, que a visão que tem Rio Branco das relações de vizinhança condiciona sua visão dos limites do multilateralismo.

Instituições e normas devem ou não ser avançadas na medida em que criem constrangimentos ou facilitem a realização de objetivos diplomáticos, incluídos – e, naquele momento, sobretudo – os de escopo bilateral. A visão de Rio Branco é, portanto, a de um multilateralismo *soft*, mais voltado para o espírito da cooperação do que para a definição de constrangimentos. Mostra que não se trata de optar por um realismo bilateral contra um multilateralismo grotiano, mas que o segredo seria combinar as duas vertentes de modo a servir aos objetivos nacionais. Coloca, assim, um primeiro ingrediente realista em sua visão grotiana. Não será o único. E, sabemos, o dilema da equação adequada bilateral/multilateral vai acompanhar a trajetória

da política externa até hoje, com modelos de solução que variam no tempo, mas em que as vantagens do multilateralismo, por razões múltiplas, se afirmam paulatinamente.

O segundo problema com que lida Rio Branco na carta a Nabuco diz respeito às relações com os Estados Unidos, com o monroísmo.

Nesse tema, a primeira observação a fazer é a de que, se existe igualdade formal, a atitude de Rio Branco é de transformá-la, com os EUA, em igualdade real. Não que negasse as diferenças evidentes do alcance do poder, mas, no plano pan-americano, eram países iguais, a se oferecer compromissos equilibrados. Creio que essa atitude nasce, inicialmente, de quem vê um país autoconfiante, fundamento para gerar um sentido de igualdade que vai além do formal, modelando a igualdade diplomática, e que permite, afinal, negociações com resultados que sirvam a todos.

Por essas razões, Rio Branco acredita que é possível, dir-se-ia, multilateralizar o monroísmo, um tanto na linha do que preconizava Oliveira Lima. Na verdade, a visão do Chanceler é um tanto ambígua. Vê a multilateralização em dois passos.

No primeiro, há uma multilateralização do monroísmo tradicional, que significa basicamente a disposição americana de defender os países do continente de incursões européias, de potências estrangeiras. O pan-americanismo representaria um modelo preliminar do que, hoje, seria um mecanismo de segurança coletiva, com a diferença de que haveria, pelas vantagens de poder, um garante privilegiado da defesa. É o mecanismo que se realiza, depois da Segunda Guerra Mundial, no TIAR.

Há, porém, uma segunda dimensão do monroísmo, que é a do Corolário Roosevelt. No argumento norte-americano, para evitar a possibilidade das intervenções estrangeiras, os Estados Unidos se arrogavam o direito de intervir em países “desestabilizados” e, com isso, evitar o pretexto de uma intervenção possível. Aqui, já não seria mais segurança coletiva de que se estaria falando, mas, para usar uma símile contemporânea, estaríamos próximos dos mecanismos para “salvar democracias” ou “intervenções humanitárias”. Rio Branco é dos poucos que aceita o corolário, ao deixar de criticar, por exemplo, a intervenção no Panamá.

A respeito, na mesma carta a Nabuco, há um parágrafo revelador. “Um acordo geral, de todas as nações americanas, é mais impossível ainda que entre as européias. O concerto europeu é formado apenas pelas chamadas grandes potências. Pensamos que um acordo, no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim, estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil. Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número, sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução”.

É difícil interpretar, de uma forma acabada, o que pretende Rio Branco, mas, se nos lembramos de outro trecho da mesma carta, em que diz que os Estados Unidos, com todo o seu poder, não poderiam exercer polícia amigável ou paternal em todo o continente, salvo talvez no Mar das Antilhas, a conclusão possível a tirar é a de que Rio Branco estaria imaginando um pan-americanismo em duas dimensões, o primeiro de ampla participação, que lidaria com os temas da cooperação e voltado para a defesa contra incursões estrangeiras e o segundo, que lidaria com as questões mais difíceis, que envolvessem intervenções na vida interna das nações, nos momentos de instabilidade e quebra da ordem, para o qual o modelo seria o concerto europeu ou, se preferirmos, uma espécie de conselho de segurança regional.

É sintomático que tenha, na IV Conferência, tentado explicitamente adotar uma resolução que colocaria formalmente sob a égide do sistema pan-americano a Doutrina Monroe. Não conseguiu, dada a resistência de vários vizinhos. Mas, era a direção natural de sua visão das relações com os EUA.

4. LIÇÕES

Existiriam lições a tirar da conduta de Rio Branco em relação ao pan-americanismo?

Em primeiro lugar, o Chanceler reconhece o novo como novo. No caso do multilateralismo, que se esboçava, o problema é como utilizá-lo. Talvez Rio Branco tivesse a dose equilibrada de cuidado com o multilateralismo: não aceitar disciplinas que fossem

constrangedoras a ponto de contrariar os interesses nacionais e, ao mesmo tempo, aceitar o que significasse cooperação e coordenação com os poderosos, na idéia de mutilateralizar a Doutrina Monroe. Não é uma visão ingênua do multilateralismo; nem cínica. Talvez realista.

Assim, o objetivo central do multilateralismo, para os que não têm hegemonia, é o de trazer a potência para os processos ampliados de negociação, em que a igualdade formal se dilui e o poder tende a se dispersar. O ponto de equilíbrio, em que se combinam os riscos de negociar com os que têm poder sem alienar os interesses, nem sempre é óbvio.

E, aí, a segunda lição. Para negociar é preciso autoconfiança, tranqüilidade em relação a trunfos. Talvez a melhor lição. Para um país das dimensões do Brasil, com a tradição diplomática justamente iniciada com Rio Branco, não devem existir “derrotas prévias” em qualquer processo negociador multilateral. A igualdade formal deve combinar-se com o sentimento diplomático da igualdade política, mesmo quando as forças são díspares. Assim, garantimos, se não o sucesso permanente, a certeza de que os resultados serão sempre os melhores possíveis.

O foro multilateral é, portanto, um espaço natural de projeção da política externa brasileira. Rio Branco deu as primeiras pistas de como fazê-lo.

NOTAS

1 Em despacho à Embaixada em Washington, que se encontra no Arquivo do Itamaraty, em 1905, Rio Branco escrevia: “A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter sua parte na política internacional do mundo inteiro. As afirmações da política externa norte-americana são feitas de ordinário, sem ambigüidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam aos mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas e cada vez se esmeram mais em dar públicas demonstrações de cordial amizade aos Estados Unidos e em lisonjear o seu bem fundado orgulho nacional”. *Apud* Álvaro Lins, *Rio Branco*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965: 332.

2 As organizações internacionais, que exprimem o multilateralismo, são hoje objeto de reflexões variadas sobre seu alcance e significado. Neste texto, não as vamos

elaborar e simplesmente ficar com o conceito mais tradicional, que é o de instrumentos institucionais e métodos sistemáticos para regular relações entre estados. V. Inis L. Claude Jr., *Swords into Plowshares*. Nova York, Random House, 1970: 21.

3 Bradford Burns, *The Unwritten Alliance*, Nova York Columbia University Press, 1966. Para uma visão mais recente, v. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*, São Paulo, Atica, 1992:168 e segs, e Rubens Ricupero, *Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*: 85 e segs.

4 A visão que Rio Branco tem do pan-americanismo, tanto como modo de aproximação com os EUA quanto como fator nas relações com os vizinhos, está extensamente tratada em Burns e Álvaro Lins e não seria o caso de retomá-la. Lembro apenas uma frase do Barão, sob o pseudônimo J. Penn, no artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, em que dirá “Washington foi sempre o principal centro de intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns de nossos vizinhos ou adversários de ocasião (...) mas todas essas manifestações encontraram uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil aos Estados Unidos”, *apud* Alvaro Lins, *op cit.*: 329.

5 Oliveira Lima, *Pan-americanismo: Bolívar, Monroe e Roosevelt*. Brasília, Senado Federal, 1980: 96. (Edição original, Rio, Garnier, 1907).

6 Oliveira Lima, *op cit.*: 96.

7 Álvaro Lins mostra a origem da tensão, ao explicar que a Doutrina Monroe admitia duas leituras já que “Aparecera no cenário mundial como idealista a idéia de uma nação forte em defesa de suas companheiras fracas do continente; ora aparecera como egoísta: a idéia exclusivista de uma grande nação que queria se fortificar e expandir econômica e politicamente”. V. Álvaro Lins, *op. cit.*: 333.

8 V. o exemplo clássico da Carta da ONU, que consagra a igualdade na Assembléia Geral (cada país, um voto) e o direito de veto dos membros permanentes no Conselho de Segurança.

9 É evidente que o estudo de projeções hegemônicas dos EUA tem várias outras dimensões. A multilateral é uma delas. É interessante comparar, por exemplo, as primeiras intervenções americanas na América Central no início do século XX com as mais recentes, ocorridas depois da criação da OEA, que, ainda que fossem projeções de poder, tiveram que prestar algum tributo às regras de legitimidade definidas pelo multilateralismo.

10 O discurso está reproduzido nas Atas da Conferência e foi pronunciado na sessão solene do dia 23 de julho de 1906. Quanto à substância, é interessante comparar essa visão com a perspectiva dos teóricos liberais do século XIX, como Bentham e James Mill, para os quais a opinião pública é um fator decisivo para a garantia da eficácia da norma internacional. V. F.H. Hinsley, *Power and the Pursuit of Peace*, Cambridge, Cambridge University Press, 1963: 86.

11 O tema da igualdade dos Estados será objeto de controvérsia com os EUA na Conferência da Haia, de 1907, quando se discutia a proposta do Tribunal de Arbitramento, em que haveria diferenciação dos Estados que dele participariam. Rio

Branco foi inflexível na defesa da composição baseada na soberania dos Estados, representados com igualdade. V. Álvaro Lins, *op. cit.*: 380.

12 Não é o caso do Brasil, como veremos, que é dos poucos países que aceita as conseqüências do Corolário Roosevelt. De uma certa maneira, ao convocar a Conferência e insistir na vinda do Secretário de Estado Elihu Root, que estende sua viagem, por sugestão de Rio Branco, à Argentina e ao Uruguai, o Chanceler estava “ajudando” os EUA e, dessa maneira, servindo a consolidar a aliança não escrita, que desenhava com os EUA.

13 V. J Lloyd Mehan, *The United States and Inter-American Security, 1889-1960*. Austin, University of Texas Press, 1961: 62 e segs.

14 Os temas em si mesmo podem ser lançados por interesses hegemônicos mas, do momento em que começam a ser discutidos, se abrem para posições até opostas, como no caso das reclamações pecuniárias, e se paralisam. O outro lado da moeda ocorre quando, diante do bloqueio que o multilateralismo oferece, as potências preferem os caminhos unilaterais ou usam, de uma maneira artificial, o foro multilateral.

15 O corolário, anunciado por Roosevelt em dezembro de 1904, dizia: “Chronic wrongdoing, or an impotence which results in a general loosening of the ties of civilized society, may, in America, as elsewhere, ultimately require intervention by some civilized nations, and in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of international police power ...”. *Apud* Mehan, *op. cit.*: 66. Rio Branco considerava que a tese não se aplicaria a países como o Brasil, Argentina ou Chile, que tinham estabilidade e não eram o objeto do corolário.

16 É curioso que o tema da infra-estrutura tenha sido um dos dominantes na primeira cúpula sul-americana, que se realizou em Brasília em 1998.

17 O documento encontra-se no material disperso relativo à conferência, que está depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty.

18 Não pude averiguar a importância do partido.

19 Hoje, nas cúpulas mundiais, os Chefes de Estado têm direito a intervenções de cinco minutos.

20 O discurso foi pronunciado na sessão solene do dia 31 de julho e está integralmente transcrito na Ata da sessão.

21 O despacho, datado de 10 de março de 1906, está transcrito em Álvaro Lins, *op. cit.*: 512.

22 Ricupero resume a visão que Rio Branco tinha do arbitramento em quatro pontos: 1) nunca aceitou o Tribunal Permanente da Haia como júzo arbitral exclusivo; 2) manteve o direito de livre escolha dos árbitros; 3) recusou a obrigação de submeter qualquer questão a árbitro permanente escolhido, e 4) excluía do arbitramento questões ligadas à honra, independência e integridade territorial que deveriam, em sua opinião, ser resolvidas diretamente pelas partes interessadas.

AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS NA ÉPOCA DE RIO BRANCO

STEVEN C. TOPIK

1. INTRODUÇÃO

A Era Imperial, aproximadamente entre 1871 e 1914, testemunhou um importante aumento na competição e na cooperação entre as nações. Enquanto na África e na Ásia territórios independentes se tornavam colônias das potências européias, os países latino-americanos, particularmente na América do Sul, consolidavam-se como Estados nacionais e confirmavam suas fronteiras. Um impulso sem precedentes no campo do comércio internacional e dos investimentos externos promovia rápido crescimento dos tratados e convenções bilaterais e multilaterais, à medida que se padronizavam as regras do intercâmbio diplomático e econômico.¹ Era o primeiro episódio do fenômeno da globalização, hoje tão comentado.

Nessa época momentosa, o Brasil destacou-se como uma antiga colônia que exigia maior reconhecimento e respeito na sociedade das nações. Especialmente durante os anos de Rio Branco como Chanceler, 1902-12, à proporção que as fronteiras do país se alargavam, sua preeminência fez-se sentir na economia mundial e no mundo diplomático, em particular entre os países da América do Sul. Os estudiosos desse período estão de acordo quanto ao fato de que, sob a orientação de Rio Branco, o Brasil desviou sua atenção da Europa para as Américas, ampliando a posição de liderança na América do Sul. De especial importância foi a chamada *unwritten alliance* (aliança não escrita) com os Estados Unidos da América.² No entanto, embora o Barão do Rio Branco tenha consolidado essa aliança, não foi ele que a inventou. Neste trabalho examinaremos os precedentes sobre os quais a instituiu, o contexto global que aproximou os dois países e a política interna por trás dessa aproximação. E, o que é igualmente importante, demonstraremos que, a despeito daquela aproximação,

Rio Branco continuou sensível ao nacionalismo brasileiro, mantendo a liberdade de ação do Brasil no cenário internacional.

O papel desempenhado pelos Estados Unidos no mundo é também fundamental para explicar a natureza e a oportunidade dessa *entente*. Na época, os Estados Unidos começavam a desviar-se da política tradicional de continentalismo (o comércio com as áreas adjacentes, e sua incorporação), rumo a um globalismo mais amplo, como esforço da ex-colônia para afirmar-se no palco internacional. A partir da década de 1890 os Estados Unidos ganharam mais de 160.000 quilômetros quadrados de territórios ultramarinos, buscando colônias ou protetorados em Cuba, Guam, Havaí, Panamá, Filipinas, Porto Rico, as Ilhas Virgens; e no princípio do século 20 passaram a ser o *Policeman of the Caribbean*. Os pesquisadores do expansionismo norte-americano costumam atribuir esse impulso para fora do país ao crescimento da economia, que depois das grandes depressões dos anos 70 e 90 buscava mercados e oportunidades de investimento no exterior. Embora até certo ponto essa interpretação seja correta no que se refere aos países vizinhos, no caso das relações entre o Brasil e os Estados Unidos a explicação econômica não é suficiente. Com efeito, o Brasil não precisou enfrentar nem o *Big Stick* ianque nem a *Gunboat Diplomacy*. Na verdade, na medida em que canhoneiras tiveram um papel nessas relações, elas ajudaram o governo de Floriano Peixoto na luta contra os marinheiros rebeldes apoiados pelo Reino Unido, firmando assim um precedente para a Doutrina Olney e o Corolário Roosevelt, e facilitando a vida do primeiro governo civil da República brasileira. De seu lado o Brasil vendeu canhoneiras aos Estados Unidos, que as usou na guerra contra a Espanha.³ No Brasil, os republicanos radicais consideravam os Estados Unidos a alternativa antiimperialista. Embora outros latino-americanos denunciassem os Estados Unidos, especialmente depois da guerra com a Espanha, os brasileiros tendiam a aceitar a Doutrina Monroe porque achavam que ela protegia o Brasil das potências coloniais e neocoloniais européias, assim como de seu rival no continente, a Argentina.⁴

Como os Estados Unidos, o Brasil também expandia seu território e fortalecia sua posição internacional. À medida que o governo de Washington se envolvia nas disputas territoriais brasileiras,

ele *ajudou* o Brasil a consolidar seu território na negociação das Missões, e aceitou a incorporação do Acre. Em sua tentativa de dominar a política pan-americana, o governo de Washington considerava o Brasil um aliado, fortalecendo tanto o papel do Brasil nas relações interamericanas, como ficou claro na Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, de 1906, como valorizando sua posição em foros internacionais – por exemplo, na conferência da Haia de 1907.⁵ Embora os dois países estivessem expandindo território e consolidando fronteiras, havia entre eles mais cooperação do que competição. Contudo, a aproximação diplomática ainda não sinalizava sua integração econômica. Em vez de ser vítima do “imperialismo ianque”, o Brasil na verdade se beneficiava da natureza unilateral de seu relacionamento. Embora possam ter sido ‘gigantes desiguais’ conforme Joseph Smith, com ‘relações de poder assimétricas’, nas palavras de Rubens Ricupero, o Brasil podia “jogar com a posição competitiva das grandes potências [o que] permitiu ao Barão do Rio Branco afirmar substancialmente a independência diplomática brasileira”.⁶

2. RETROSPECTIVA

Até D. João VI abrir os portos da colônia portuguesa para o comércio internacional, em 1808, era pequeno o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos. No entanto, alguns brasileiros haviam notado as semelhanças existentes entre os dois países. Da mesma forma que o Brasil, os Estados Unidos eram uma antiga colônia européia, uma grande colônia continental baseada na imigração européia e nos escravos africanos, em lugar de sua população indígena, marginalizada. O caráter dos dois países foi moldado em boa parte por suas “fronteiras”, que os dois alargaram continuamente à custa dos povos indígenas e das potências coloniais européias competidoras nesse processo. Isso levou a um grau considerável de controle local *de facto*. Só com a passagem do tempo os dois governos centrais puderam consolidar os respectivos territórios nacionais para começar a olhar para fora, concentrando-se na fixação dos limites territoriais e na expansão do comércio. E nos dois países o comércio exterior tinha grande importância para suas regiões dinâmicas.

No começo as relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos eram amigáveis e pouco freqüentes, depois do reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos, a primeira potência a tomar essa decisão. Em seguida, a declaração da Doutrina Monroe provocou no Brasil a esperança de que os Estados Unidos viessem a firmar um tratado de defesa mútua que protegesse o país da recolonização ameaçada por Portugal. No entanto, em Washington o Congresso recusou-se a assumir o compromisso de um empreendimento dessa magnitude. Navios norte-americanos puderam ajudar a escravocracia brasileira, participando do comércio em geral e do tráfico negreiro africano.⁷ Isso refletia a estrutura mais ampla de rivalidade anglo-americana desenvolvida na América do Sul no princípio do século XIX, e que voltaria a desempenhar papel fundamental na diplomacia até o princípio do século XX.⁸ As décadas de 1840 e 1850 marcaram o ponto mais baixo da amizade brasileiro-americana no século XIX, devido ao medo do expansionismo dos Estados Unidos, provocado pelas guerras do Texas e contra o México e pela ação de aventureiros como William Walker na Nicarágua. Os brasileiros acompanhavam esses acontecimentos com interesse mais do que passageiro, porque a motivação por trás dessas incursões era a expansão para o Sul da escravidão norte-americana. E o Brasil escravagista, bem adaptado às principais colheitas dos Estados Unidos, como algodão, arroz, tabaco e cana-de-açúcar, era particularmente cobiçado por alguns fazendeiros norte-americanos. Preocupação especial tinham os brasileiros com a região amazônica, potencialmente rica, porém subpovoada e desprotegida. Para protegê-la, o Brasil fechou-a ao comércio e às viagens internacionais, e alguns temiam que a Marinha norte-americana, que em 1854 forçara a abertura do Japão ao comércio internacional, tentasse uma operação semelhante na Amazônia, o que não aconteceu, nem naquele momento, nem quando Rio Branco recomendou novo fechamento do acesso ao grande rio, durante a disputa em torno do Acre.

As tensões entre os dois países finalmente se distenderam com o início da Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos. Os fazendeiros sulistas não poderiam mais transferir seus escravos para o Sul. Mais importante ainda, a destruição causada pelas hostilidades desviou a atenção dos americanos para a reconstrução

do país. Depois da guerra, três mil ex-confederados estabeleceram-se nos estados do Pará, Espírito Santo e São Paulo — não mais como a guarda avançada de uma civilização conquistadora, mas como a dispersão dos vencidos, representantes de um modo de vida que se esgotara. Nenhuma dessas colônias teve grande sucesso.⁹

Convencidos de que a ameaça dos Estados Unidos desaparecera, em 1867 os brasileiros reabriram o Rio Amazonas à navegação e ao comércio internacional. As relações entre os dois países voltaram a ser cordiais. Com efeito, cessou permanentemente o temor brasileiro de uma conquista territorial pelos Estados Unidos ou de incursões por aventureiros norte-americanos, embora durante os anos de Rio Branco como Chanceler a ação de algumas empresas causasse preocupação com o possível controle imperialista, particularmente na questão do Sindicato Boliviano, no Acre, e na ferrovia de Percival Farquhar, que levou à conquista do Acre e do Contestado.

As relações entre os dois gigantes concentraram-se no comércio. Entre 1822, o ano da Independência, e 1899 as exportações brasileiras de café cresceram 75 vezes, e o consumo mundial aumentou mais de 15 vezes no século XIX.¹⁰ Nenhuma colônia podia competir em preço com o Brasil ou atender à nova importante demanda das potências coloniais. Em 1850 o Brasil estava produzindo mais de metade da produção mundial; em 1906 produzia quase cinco vezes a produção do resto do mundo combinado. Com efeito, cerca de 80 por cento da expansão da produção mundial de café no século XIX deveu-se ao Brasil.¹¹ E não se tratava de um mercado marginal: no começo do século XX o valor das transações internacionais com o café só era superado pelo dos cereais e do açúcar.¹² Assim, a produção brasileira ajudou a redefinir a natureza do mercado de consumo, baixando os preços do produto suficientemente para que ele¹³ alcançasse um mercado de massa.

Depois que o produto ficou isento de direitos alfandegários, em 1861, os Estados Unidos passaram a ser o maior mercado para o café brasileiro (em contraste, a Grã-Bretanha tinha imposto tarifas proibitivas sobre a importação do produto), um fato importante, porque o mercado norte-americano era o maior do mundo. Em meados do século XIX, os americanos estavam consumindo mais de cinco libras de café por ano *per capita*, uma das taxas mais altas em todo o

mundo.¹³ Em 1880 o consumo *per capita* chegava a nove libras e no fim do século XIX alcançava 13 libras; os Estados Unidos participavam assim com mais de 40 por cento do total das importações mundiais (proporção que depois da Segunda Guerra Mundial excederia os 60 por cento).¹⁴ A explosão demográfica havida nos Estados Unidos no primeiro século depois da independência, quando a população se multiplicou por 15, fez com que as importações totais de café crescessem 2.400 por cento! No século XIX, metade do crescimento do consumo mundial foi devida àquele país. Graças aos pneumáticos inicialmente para bicicletas e depois para automóveis, os Estados Unidos tornaram-se também o maior importador mundial de borracha. Assim, as exportações totais do Brasil para os Estados Unidos, que tinham sido de apenas oito milhões de dólares em 1850, quase triplicaram em 1870, colocando o Brasil no segundo lugar entre os exportadores latino-americanos para o mercado americano, perdendo apenas para Cuba. Em 1990, as exportações brasileiras, especialmente de café e borracha, mais do que dobraram outra vez, chegando a 58 milhões de dólares.¹⁵ Durante o período de Rio Branco como Chanceler essa exportação cresceu de 79 milhões de dólares para 124 milhões. Tratava-se, porém, de uma relação assimétrica a favor do Brasil, que só importou dos Estados Unidos 12 milhões de dólares em 1900 e 35 milhões em 1912, ou seja, 90 milhões menos do que o valor de sua exportação.

O relacionamento diplomático, contudo, se desenvolvia de forma independente das relações econômicas. A amizade entre os dois países mais populosos do hemisfério ocidental foi cimentada com a viagem do Imperador D. Pedro II à Filadélfia, em 1876, para visitar a exposição do centenário da independência americana, uma das primeiras exposições internacionais em que o Brasil compareceu com um pavilhão.¹⁶ D. Pedro ficou muito impressionado com a cultura e o engenho dos ianques e, por outro lado, cativou os americanos com seu entusiasmo. Em algumas áreas os Estados Unidos começavam a ser reconhecidos no Brasil por sua sofisticação tecnológica. Além do telefone, o primeiro sistema de bondes no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, foi construído por uma empresa norte-americana, em 1869. E a locomotiva ferroviária mais procurada era a Baldwin, fabricada nos Estados Unidos.¹⁷ Nas últimas décadas do Império os

Estados Unidos fizeram também alguns avanços na esfera cultural: as danças de salão americanas estavam substituindo as francesas; e na literatura James Fenimore Cooper superava *Sir Walter Scott*. O pianista Louis Gottschalk causou também excelente impressão.¹⁸ Não obstante, o mercado brasileiro continuava a ser uma província dos comerciantes ingleses, portugueses e franceses.

A aproximação entre os dois países manifestou-se no campo diplomático em 1887, quando o Presidente Grover Cleveland propôs ao Brasil uma união aduaneira. Surpreendentemente, a despeito da importância do comércio bilateral, até então nenhum acordo de comércio tinha sido tentado. Quando o Secretário de Estado Frelinghusen negociou seis tratados com Estados e colônias da América Latina, no princípio da década de 1880, o Brasil não foi incluído.¹⁹ Quando em 1884 o Congresso enviou uma Delegação comercial à América Latina, ela esteve em todos os mais importantes países da costa pacífica, mas ignorou o Brasil, embora seu navio tivesse feito uma escala no Rio de Janeiro.²⁰ Originalmente a comissão deveria visitar o Brasil, mas quando, em Washington, Grover Cleveland substituiu Chester Arthur como Presidente, a administração democrática ordenou seu rápido retorno aos Estados Unidos, pois Cleveland estava ansioso por cortar despesas trazendo os comissários de volta às pressas. Os jornais do Rio de Janeiro não deixaram de criticar essa desfeita.

Em 1887, ao que parece, o interesse de Cleveland pelo Brasil tinha aumentado, e ele sugeriu que os dois países reduzissem seus direitos alfandegários, reunissem a receita com eles obtida e a dividissem por igual. D. Pedro aprovou o plano, mas seu Ministro da Fazenda se opôs. O Parlamento brasileiro há muito vinha relutando em assinar tratados, devido às estipulações onerosas do último desses instrumentos assinado pelo Brasil, em 1827. Com efeito, o tratado comercial com a Grã-Bretanha aplicava às importações daquele país um direito inferior até mesmo ao gozado por Portugal e ainda — o que era bem mais sério — garantia aos ingleses no Brasil direitos especiais de sucessão e extraterritorialidade. Depois que esse tratado perdeu sua vigência, em 1844, o Brasil não assinou nenhum outro acordo comercial até o fim do Império, a despeito dos esforços feitos

pelas potências européias. Assim, a inexistência de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, durante o Império, era parte de uma política geral destinada a proteger a soberania brasileira, e não manifestação de ianquefobia.²¹

Na verdade, D. Pedro estava ansioso por aquecer as relações com os Estados Unidos. No último ano do Império, enviou Delegação ao Congresso Pan-Americano de Washington em parte para negociar um tratado de comércio com os Estados Unidos.²² Embora alguns historiadores tenham sustentado que não havia relacionamento mais intenso entre os dois países, durante o Império, devido à incompatibilidade entre uma monarquia e uma república, na verdade essas diferenças políticas não impediram D. Pedro de procurar estabelecer relações bilaterais mais estreitas. A principal razão que o induziu a essa posição, buscando firmar um acordo comercial com o governo de Washington, era o programa geral de diversificação econômica e industrialização encetado no princípio dos anos 80. Promovido inicialmente pela iminência da abolição da escravidão e por uma baixa nos mercados internacionais de produtos básicos, acelerou-se no final da década, à medida que o mercado financeiro mundial se tornava mais ativo. O esforço de diversificação representava uma tentativa de acabar com a esmagadora superioridade exercida pelos ingleses. Em meados dos anos 80 os ingleses controlavam cerca de metade de todo o comércio com o Brasil, suprimindo provavelmente 80 por cento de todos os investimentos estrangeiros. Há três décadas todos os empréstimos externos vinham sendo feitos com a firma N. Rothschild, de Londres, e a maior parte da dívida interna estava em mãos de ingleses.²³ Os bancos, as estradas de ferro e as firmas comerciais mais importantes eram também inglesas.²⁴

A situação começou a mudar em 1888, quando capitais de países do continente europeu começaram a ser investidos no Brasil, em volumes sem precedentes. No final dessa década o capital era abundante no mundo, e a América Latina passou a ser um destino importante para o investimento externo.²⁵ Os capitalistas franceses, alemães, holandeses, austríacos e portugueses tornaram-se mais agressivos e mais interessados em inversões na América Latina. Em pequena escala investidores norte-americanos passaram a participar do mercado brasileiro, embora os Estados Unidos, como nação devedora,

se concentrasse no próprio desenvolvimento econômico e em países vizinhos, como o Canadá e o México.²⁶

Parte do esforço para forjar um desenvolvimento mais autônomo manifestava-se na diversificação dos empréstimos. Desde a independência o Brasil tinha sido virtualmente uma colônia financeira e comercial da Grã-Bretanha. No entanto, em outubro de 1889 o *Financial News* publicava:

“Fontes sobre o Brasil explicam que em Portugal a questão de um empréstimo para construir uma nova Bolsa no Rio de Janeiro é parte de política que procura tornar o Brasil independente dos capitalistas ingleses, com o estabelecimento de relações com os mercados de capital português, francês e alemão”.²⁷

No último ano do Império a política governamental procurou explorar o contexto internacional vantajoso, tornando o Brasil mais autoconfiante e orientando-se para os Estados Unidos. Enquanto em 1880 muitos teriam concordado com o banqueiro Francisco Mayrink a respeito de que “a agricultura é o fundamento quase exclusivo da economia do país”, em 1889 a visão que se tinha do desenvolvimento era mais ampla.²⁸ Foram esses financistas os principais planejadores e participantes do Encilhamento, e foram também os principais intermediários dos investidores da Europa continental; sua ascensão provocou uma mudança na política exterior brasileira. Ao contrário da elite de fazendeiros, que se contentava com o apoio do crédito comercial britânico, os financistas brasileiros procuravam investidores franceses, alemães, portugueses e até mesmo alguns norte-americanos, buscando maior autonomia e espaço para manobra.

Os estadistas do Império procuraram aproveitar a oportunidade para afrouxar o controle da economia brasileira exercido pela Grã-Bretanha. Os mercados da Europa continental forneciam cada vez mais capital aos empresários brasileiros, enquanto os Estados Unidos absorviam as exportações do país. A idéia do Imperador, de um tratado comercial com os Estados Unidos, era parte de uma estratégia mais ampla, visando a aumentar a soberania e a autonomia do país, que emergia em um momento de força. O Imperador brasileiro não estava forçado a entrar em negociações comerciais. O que estou tentando mostrar aqui é que ainda na monarquia, mais de uma década antes de o Barão do Rio Branco aceitar sua nomeação como Ministro das

Relações Exteriores, o Estado e a sociedade tinham boas razões para se afastar da esfera de influência britânica, o que significava, em parte, relações mais estreitas com os Estados Unidos. Não deve surpreender que monarquistas brasileiros tenham procurado manter um relacionamento mais estreito com os Estados Unidos republicanos, já que quando a república foi proclamada os dois principais arquitetos da *entente cordiale* entre os dois países eram monarquistas fervorosos.

3. A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A instituição da república, em 15 de novembro de 1889, estreitou os laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, iniciados pelo Imperador. Mais tarde o diplomata Manuel Oliveira Lima lembraria: “Quando a república foi proclamada os Estados Unidos gozavam da popularidade mais invejável.”²⁹

No Brasil, os republicanos interessavam-se pelos Estados Unidos porque, entre os países desenvolvidos, eram a única república, além da França. Para abolir sua monarquia os franceses tinham precisado sofrer os mais violentos distúrbios sociais, com uma revolução. Para os brasileiros, de tendência conservadora, era muito mais atraente o republicanismo burguês norte-americano, assim como o progresso econômico dos Estados Unidos, que tinham conseguido atrair mais investimentos estrangeiros do que qualquer outro país, utilizando esses recursos, ao lado de um florescente setor de exportação, para desenvolver uma base industrial sofisticada.

No entanto, as relações mais estreitas entre os dois gigantes do continente americano não eram um resultado teleológico do amadurecimento das condições materiais do país, como sugeriam os republicanos brasileiros. Salvador de Mendonça, o Cônsul do Império em Nova York, Ministro Plenipotenciário no Congresso Pan-Americano, ecoou a versão republicana do nascimento da República que tem sido endossada pela maior parte dos historiadores:

“A transformação do Império Brasileiro nos Estados Unidos do Brasil não é um mero acidente na vida dos partidos políticos, o resultado imprevisto de um pronunciamento: é o resultado lógico do progresso e da evolução histórica do meu país, no caminho ascendente da liberdade e da civilização”.³⁰

Essa prosa florida não resiste a uma análise. À luz do quadro econômico positivo em 1889 e das iniciativas ousadas tomadas pela monarquia, uma explicação econômica teleológica para o colapso do Império e o surgimento da República não é convincente. O Império foi derrubado por um golpe militar e a apatia dos antigos senhores de escravos; não pelas demandas do desenvolvimento econômico ou da “civilização”. Com efeito, o colapso do Império foi malvisto pela maior parte das nações “civilizadas” e no próprio país não foi particularmente bem recebido. Essa vulnerabilidade externa e interna, muito mais do que a semelhança das instituições políticas ou uma súbita iluminação, tornava a amizade dos Estados Unidos mais importante do que nunca para a nascente República brasileira. A aproximação com os Estados Unidos foi uma decisão política e diplomática; não uma necessidade econômica. A República tratou com os Estados Unidos a partir de uma posição de fraqueza. Uma evidência disso é o fato de que, uma vez esgotado o *boom* do Encilhamento, o Brasil voltou-se para os ingleses, que continuaram a dominar o mercado até que a economia mundial voltasse a prosperar, na passagem do século, e outros investidores europeus introduzissem uma cunha na hegemonia britânica, permitindo ao Rio Branco afirmar uma política exterior mais independente.

Os investidores estrangeiros reagiram no final da monarquia com hostilidade: os capitalistas europeus, monarquistas ou republicanos, consideravam o Império garante de seus investimentos. Para eles a centralização da autoridade, a paz social e uma moeda estável eram elementos tranquilizadores. A derrubada da monarquia provocou alarme e uma queda muito grande no valor do mil-réis e dos títulos brasileiros. Para esses investidores a ditadura militar que substituíra o governo imperial aparecia não como a “burguesia no palco”, para usar a expressão de Nelson Werneck Sodré, mas como um regime caudilhesco hispano-americano. Três dias depois do golpe o *Times* de Londres comentava:

“Uma revolução do tipo habitual hispano-americano, ou seja, híbrida de política radical e insubordinação militar, explodiu no Rio de Janeiro com completo sucesso, pelo menos momentaneamente (...) O resultado mais provável é a fragmentação do que foi até aqui a monarquia brasileira em um certo número de estados separados,

unidos por um vínculo federal ou simplesmente por tratados de aliança”.³¹

Outros investidores estrangeiros começaram também a se afastar do Brasil, para só retornar no começo do século XX, na época de Rio Branco.³²

Os Estados europeus refletiram o choque e a desconfiança de seus investidores, e nenhum deles se dispunha a reconhecer o Governo Provisório da República. Assustavam-nos especialmente as implicações que tinha para a Europa a derrubada de uma monarquia dirigida por uma família real europeia.

De outro lado, o Ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Robert Adams Jr., inicialmente ficou animado com a queda da monarquia, acreditando que a instituição de um regime republicano aproximaria os dois países, distanciando o Brasil das monarquias europeias. Propôs o reconhecimento imediato do Brasil, para que os Estados Unidos pudessem ser a primeira potência a fazê-lo. Na época havia ali forte sentimento antibritânico, já que tanto o Partido Democrático como o Republicano apelavam para o voto irlandês.³³

No entanto, nos Estados Unidos houve muita hesitação a respeito da nova República. D. Pedro era muito popular, sendo considerado um fator de unificação do Brasil. Temia-se que sem o Imperador o país fosse presa de guerra civil e despotismo.³⁴ Esses temores foram superados quando a família imperial se recusou a organizar a oposição à República, e quase todos os políticos influentes apoiaram sem tardar o novo regime.³⁵ O reconhecimento da nova situação foi explicado com eloqüência pelo ex-monarquista Barão do Rio Branco: não havia uma escolha “entre a monarquia e a república, mas entre a república e a anarquia”.³⁶ Esse mesmo sentimento pragmático que fez com que Rio Branco e outros membros da elite do Império aceitassem a República também os convenceu de que agora a amizade com os Estados Unidos representava um meio adequado para diversificar a dependência do país, afastando-o da Grã-Bretanha e adquirindo amigos do regime colocado agora na defensiva.

Afinal de contas, os republicanos eram claramente uma minoria, que tinha conquistado o poder graças ao Exército, não pela força e pelos votos do povo. Durante o Império, em Minas Gerais os republicanos representavam apenas 30 por cento do eleitorado; em

São Paulo, 25 por cento; no Rio Grande do Sul ainda eram só o segundo partido em importância.³⁷ Fora do Centro-Sul o republicanismo era uma força política ainda mais fraca, praticamente inexistente no Nordeste, que concentrava mais de 40 por cento da população brasileira.³⁸ Muitos observadores achavam que o país se dividiria, com o Nordeste optando pela monarquia e o Sudeste pela república.

As Forças Armadas responsáveis pela derrubada do Império, eram também por demais fracas e divididas para poder implantar um governo pretoriano sem a cooperação dos civis. O Exército só contava com cerca de 18 mil soldados em todo o Brasil.³⁹ Igualmente importante era o fato de que o corpo de oficiais estava dividido entre os mais jovens, politizados, e os mais antigos, opostos à mudança. A ameaça militar foi salientada pelas revoltas destinadas a restaurar a monarquia, em 18 de novembro de 1889 e 14 de janeiro de 1890.⁴⁰ Por outro lado, o ciúme profissional entre o Exército e a Marinha criou uma discórdia tão séria, que em 1893 provocaria uma revolta desta última. Revolta que, esquecida por boa parte da historiografia brasileira, demonstrou ao então Presidente Floriano Peixoto a importância que tinha a amizade dos Estados Unidos. Com efeito, foi primeiro a Marinha norte-americana, sob o comando do Almirante Benham, e depois a mercenária Flint's Fleet que puseram fim à revolta.⁴¹

A falta de apoio interno ao novo regime fazia com que se suspeitasse especialmente das intenções das potências européias. Temia-se que os portugueses ajudassem a restauração da monarquia, devido aos laços de sangue entre os membros da Casa de Bragança e também porque tantos comerciantes e capitalistas portugueses tinham prosperado sob a monarquia. Os boatos que circulavam na Europa de que o Imperador estava sendo ajudado, que pareciam fundados, contribuía para manter vivas as preocupações dos republicanos no Brasil. Afinal, além dos vários vínculos sangüíneos de D. Pedro II com casas reais européias, seu genro, o Conde d'Eu, era neto do ex-Rei Luís Filipe da França. Quanto à Grã-Bretanha, temerosa de que a república representasse uma abertura para seu rival, os Estados Unidos da América, tinha também boas razões diplomáticas e econômicas para a ela se opor.

Da Argentina o Brasil enfrentava outro tipo de pressão internacional. As duas nações há muito tinham uma disputa territorial, na região conhecida como Missões ou Misiones. Embora pouco habitada, a área abrangia cerca de 19.000km² de terras férteis – um terço da superfície de Portugal –, e para os brasileiros sua posse era uma questão de honra. A despeito de sua aliança mais recente na sangüinária Guerra do Paraguai (1865-70), muitas vezes Brasil e Argentina tinham sido inimigos, e as relações entre os dois países continuavam delicadas. Tentativas anteriores de resolver a Questão de Missões, em 1759, 1789 e 1857, haviam fracassado. Por fim, em 1885 os dois países concordaram em nomear uma equipe conjunta para resolvê-la. Em setembro de 1889, depois que a área foi cartografada, a Argentina e o Brasil assinaram um acordo pelo qual se deveria chegar a uma solução dentro de 90 dias ou, então, o caso seria submetido à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos. Antes de esgotado o período houve a revolução republicana, e, quando Salvador de Mendonça começou a campanha pelo reconhecimento pelo governo de Washington, acreditava firmemente que a amizade com os Estados Unidos poderia influenciar o desfecho da disputa sobre Missões. O assunto pareceu perder relevância, porém, quando o Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, ansioso por ter a República reconhecida por um país estrangeiro, e preocupado em reduzir as tensões fronteiriças, já que havia o temor de uma revolta no Rio Grande do Sul (o que na verdade aconteceu um ano depois), em 25 de janeiro de 1890 assinou em Montevideú um acordo com o Chanceler argentino. Em troca, a Argentina – rival tradicional do Brasil – tornou-se o primeiro país a reconhecer a República. A controvérsia sobre Missões não estava resolvida, porém, e ressurgiria mais tarde, quando o Brasil renunciou ao acordo de Montevideú, abrindo a Rio Branco a oportunidade para sua primeira grande vitória diplomática.⁴² O Brasil precisava de um amigo estrangeiro importante devido às disputas territoriais com a França, Inglaterra, Colômbia, Peru e Bolívia, que Rio Branco resolveria depois.

O final do século XIX foi o período em que se realizou o maior número de negociações de limites, envolvendo de maneira especial as potências coloniais européias e as terras recentemente colonizadas, como na competição pela África. O caso brasileiro, porém,

era diferente, dada a extensão continental do país, de fronteira com todos os países sul-americanos, exceção feita ao Chile, assim como por intermédio das Guianas, com a maioria das principais potências européias: Grã-Bretanha, França e Holanda. Por outro lado, o Brasil não estava próximo de qualquer território norte-americano ou das rotas marítimas que interessavam de perto os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, não surpreende que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, Quintino Bocaiúva, tivesse pressionado os representantes brasileiros nos Estados Unidos a obter o rápido reconhecimento da República, com a idéia de que os dois países assinassem um “tratado íntimo”, de caráter secreto. Quintino Bocaiúva estava empenhado em assinar pactos secretos com a Argentina, o Uruguai, o Peru e a Bolívia, oferecendo-se ainda para resolver a questão da fronteira setentrional do país com a França mediante arbitragem, para proteger o Brasil contra um ataque externo. Seus esforços com relação aos Estados Unidos foram coroados de êxito quando, em 30 de janeiro de 1890, Harrison aceitou as credenciais do Ministro do Brasil em Washington, J. G. Amaral Valente. O governo brasileiro e a imprensa americana interpretaram o recebimento do Ministro republicano como ato equivalente ao reconhecimento diplomático.

Nesse reconhecimento as preocupações diplomáticas e as considerações políticas internas tiveram provavelmente grande importância. De início, em 1889 a I Conferência Pan-Americana estava em pleno andamento, e o Secretário de Estado James G. Blaine, arquiteto do pan-americanismo, encontrava dificuldades em convencer os Delegados latino-americanos, especialmente os representantes da Argentina e do Chile, a aceitarem a união aduaneira que ele desejava criar. Juntamente com uma série de tratados comerciais, a união aduaneira era parte de uma estratégia política por ele sustentada de colocar o Partido Republicano como defensor do protecionismo, que há muito vinha sendo, mas também como campeão da expansão comercial. Como o endosso latino-americano a esse esquema comercial deveria ser um elemento central da campanha de publicidade desejada por Blaine para promover junto ao Congresso uma de suas políticas mais importantes, a reciprocidade comercial, a intransigência daqueles

representantes constituía uma ameaça à iniciativa do Secretário de Estado, e ele foi buscar apoio no Brasil.

Com efeito, o Brasil era o país mais receptivo à posição defendida por Blaine. Elemento de importância especial era o Delegado brasileiro, Salvador de Mendonça, futuro Cônsul-Geral, que tinha relações especialmente amigáveis com o Secretário norte-americano. Muitas vezes os dois conversavam durante caminhadas matinais, após o que, na conferência, o brasileiro apresentava as idéias de Blaine aos seus colegas latino-americanos.⁴³ Salvador de Mendonça, bem como o Brasil manteria na conferência a posição de aliado leal dos Estados Unidos e, depois, no tratamento dos assuntos pan-americanos, atuando como forte advogado da reciprocidade comercial, e o programa continuaria na gestão Rio Branco.

O apoio brasileiro à maioria das posições dos Estados Unidos na Conferência Pan-Americana, assim como o subsequente tratado comercial de 1891, estava relacionado com o reconhecimento diplomático da república. Há também alguma evidência de que os vivos rumores de conspirações monarquistas, correntes na Europa, aumentavam os temores de Blaine e do Presidente Harrison de que as potências européias intervissem no Brasil para restaurar a monarquia. Nos Estados Unidos, os republicanos estavam mais preocupados com as possíveis conseqüências políticas nos Estados Unidos de uma tal intervenção do que com o efeito das ações européias sobre o destino da jovem República brasileira. Como o Partido Democrático não tardara a assumir a causa da República brasileira, o retorno ao regime monárquico e a concomitante vitória da diplomacia britânica prejudicariam a posição do Partido Republicano nas eleições para o Congresso, que se aproximavam.

Essas várias pressões se combinaram para chegar a um acordo que era muito mais do que uma simples troca de Representantes diplomáticos. O acordo previa o rápido reconhecimento pelos Estados Unidos e uma definição ampla da amizade norte-americana com relação ao Brasil. Supostamente Blaine prometeu a Salvador de Mendonça, na hipótese de uma intervenção européia, o mesmo tipo de apoio que os Estados Unidos tinham dado ao México contra Maximiliano. Além disso, conforme o Ministro do México em Washington, Blaine enviara ao Marechal Deodoro dois milhões de

dólares para “conseguir o apoio de vários Comandantes militares, Presidentes de províncias e jornalistas”. Mais tarde, supostamente Blaine forneceu mais quatro milhões de dólares.⁴⁴ Blaine teria também insinuado que na disputa de Missões era a favor do Brasil. Em troca, o Secretário de Estado desejava o apoio do Brasil na Conferência Pan-Americana e um tratado comercial. Não surpreende, assim, que um ano depois o Brasil tenha sido o primeiro país a assinar um pacto comercial dentro das provisões de reciprocidade da Tarifa McKinley.⁴⁵

Logo depois de a guarda imperial render-se às tropas rebeldes do Marechal Deodoro da Fonseca, no Campo de Santana do Rio de Janeiro, no dia 15 de novembro de 1889, uma nova bandeira substituiu o pavilhão da monarquia. A primeira bandeira republicana tinha listras e estrelas verdes e amarelas: uma imitação consciente da “*star and stripes*” norte-americana. Embora a República nascente adotasse em seguida outra bandeira, continuou imitando a grande República do Norte. Assim, o nome do país foi mudado para Estados Unidos do Brasil, e a nova Constituição, promulgada em fevereiro de 1891, inspirava-se claramente na dos Estados Unidos. Na Assembléia Constituinte um Delegado perguntava, retoricamente, “Qual é o nosso dever aqui?” e respondia: “Não consiste simplesmente em voltar os olhos para as nações mais avançadas e transplantar os seus sistemas de governo para o nosso país sem remover os ‘ff’ e ‘rr’ expressos pelo sistema político dos Estados Unidos?”⁴⁶

Os historiadores brasileiros têm reconhecido a grande importância diplomática que teve a mudança de regime; mas juntar-se à irmandade de repúblicas apenas formalizou, no nível institucional, a reorientação brasileira para os Estados Unidos que já ocorria sob a monarquia. Primeiramente as possibilidades oferecidas para o desenvolvimento econômico e a diversificação sob o Império, que vivia uma fase de prosperidade e, depois, as ameaças políticas diplomáticas e internas enfrentadas subitamente pelo inseguro regime republicano convenceram os estadistas brasileiros da sabedoria de manter relações mais estreitas com os Estados Unidos.

Ironicamente, os brasileiros favoráveis ao tratado de comércio recíproco com os Estados Unidos não eram representantes da oligarquia rural, interessados em aumentar as exportações — como se tem suposto

de modo geral –; na verdade eram defensores da industrialização e da “modernização”, alguns deles desconfiados dos estrangeiros. Esperavam que os Estados Unidos os ajudassem a reduzir a influência inglesa no Brasil e estavam prontos a defender a república contra quaisquer tentativas de restauração da monarquia. Os Estados Unidos apareciam agora mais como um amigo ou um modelo a ser seguido, representando a alternativa antiimperialista. Para o Marechal Deodoro ofereciam a sustentação de seu regime impopular, que não tinha apoio nem dos monarquistas, nem dos republicanos. Além disso, o tratado não estava dirigido aos cafeicultores paulistas, mas aos produtores de açúcar do Nordeste.⁴⁷ A pouca duração de seu governo demonstrou os limites da influência dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil.

A tensão entre os objetivos do desenvolvimento brasileiro e a amizade com os Estados Unidos cristalizou-se durante a presidência de seu sucessor, Marechal Floriano Peixoto (1891-1894). De modo geral o “Marechal de Ferro” tem sido considerado um dos Presidentes brasileiros mais desenvolvimentistas e nacionalistas. Seria de esperar que isso prejudicasse as relações com os Estados Unidos, especialmente porque os cafeicultores são vistos como os principais arquitetos da aproximação com o governo de Washington. Ao mesmo tempo, Floriano Peixoto era hostil à maioria das potências européias, em particular a Grã-Bretanha e Portugal, que suspeitava de tramarem a restauração da monarquia. Surpreendentemente, ele e seus seguidores mais radicais, os jacobinos, eram favoráveis aos Estados Unidos, à Doutrina Monroe e ao pan-americanismo. Rio Branco e Joaquim Nabuco, que tinham sido inimigos decididos de Floriano, durante seu governo, e muito favoráveis à Grã-Bretanha, posicionando-se como inimigos dos jacobinos (Rio Branco foi Cônsul em Liverpool durante 15 anos, e Nabuco, que admitia a sua admiração pelos ingleses, tinha publicado um livro denunciando Floriano e a participação norte-americana na revolta naval de 1893-4), favoreciam também essa mudança de orientação em favor dos Estados Unidos, apoiando não só a Doutrina Monroe, mas a Doutrina Olney e o Corolário Roosevelt durante o período de Rio Branco como Chanceler.⁴⁸ Para eles, como para Mendonça, os Estados Unidos representavam a alternativa antiimperialista, embora depois da anexação do Havaí e

da guerra com a Espanha esse país se tivesse transformado em uma potência colonial.

A realização econômica mais notável foi o Acordo Blaine-Mendonça, resultado do esforço norte-americano de criar mecanismos para o imperialismo do livre comércio. Esse acordo comercial foi o primeiro assinado sob as condições da Tarifa McKinley de 1891, a primeira tarifa comercial recíproca dos Estados Unidos, e considerado o mais importante. Do lado brasileiro, o desejo de assinar esse tratado não era entusiástico nem claro. Nos últimos 65 anos, não tinham sido assinados tratados pelo Brasil, a não ser com os países vizinhos, a Turquia (1858) e a Bélgica (1863).⁴⁹ O último a ser contratado era o da Grã-Bretanha, de 1826, considerado de modo geral oneroso e prejudicial aos interesses brasileiros.

Mas a situação dos Estados Unidos era diferente e não representava ameaça ao Brasil. O balanço comercial entre ambos era esmagadoramente favorável ao Brasil; quase não havia investimentos ou imigrantes norte-americanos em território brasileiro, e inexistiam controvérsias diplomáticas entre os dois países. Do ponto de vista brasileiro, talvez o mais importante fosse o fato de que a situação precária da frota mercante norte-americana, a falta de negociantes no ramo do comércio exterior, a escassez de facilidades de financiamento e o custo elevado da mão-de-obra significavam que os produtores norte-americanos não poderiam competir com os europeus. Assim, as concessões tarifárias não mudariam o balanço comercial entre o Brasil e os Estados Unidos. Na verdade, o Acordo Blaine-Mendonça aumentou o saldo comercial brasileiro, e foi o governo de Washington que decidiu denunciar o acordo em 1894, quando o democrata Grover Cleveland foi eleito Presidente.

Isso não pôs fim aos esforços norte-americanos para abrir o mercado brasileiro. Os republicanos voltaram a ocupar a Presidência em 1898, permanecendo no poder até 1912, durante toda a gestão de Rio Branco na Chancelaria. Vários Embaixadores e Secretários de Estado pressionaram em favor de concessões comerciais, mas o Brasil não cedeu passivamente a essas pressões. Em 1898 o Congresso recusou-se a renovar o acordo de comércio recíproco com os Estados Unidos, assim como a concordar com reduções tarifárias em 1904, só concordando com isso depois de conceder à França privilégio

semelhante.⁵⁰ Entre 1906 e 1909 o Brasil concordou com concessões relativamente pequenas, a despeito de considerável relutância do Congresso. Concessões que não fizeram diferença no balanço de comércio, que continuou radicalmente favorável ao Brasil, com saldo que cresceu de US\$ 69 milhões em 1902 para US\$ 89 milhões em 1912. Na medida em que o Brasil figurava como importador, continuou na área da influência comercial da Europa. Embora a participação da Grã-Bretanha tenha caído de 31 por cento do total das importações brasileiras, em 1901, para 25,2 por cento, em 1912, as importações totais da Europa aumentaram nesses anos de 66,5 por cento para 70,2 por cento.⁵¹ Com efeito, foi essa diversificação da dependência dos países europeus (ainda mais marcante quanto aos investimentos estrangeiros) que permitiu ao Barão do Rio Branco inclinar-se na direção dos Estados Unidos, sabendo que na América Latina os comerciantes ianques se concentravam nos países vizinhos, especialmente o México, Cuba e o Caribe de modo geral. Os militares e o Estado brasileiro eram simplesmente fortes demais para que os norte-americanos pudessem tentar o recurso à *Gunboat Diplomacy*, e o Brasil tinha diversificado sua dependência voltando-se para os europeus, de forma que tinham relativamente pouca força econômica. Isso ficava evidente com o fato de que o *funding loan* de 1898 era financiado principalmente por bancos europeus continentais e britânicos. Durante a fase Rio Branco esse financiamento era feito com as mesmas fontes. Só em 1915 instalou-se no Brasil o primeiro banco dos Estados Unidos, e o primeiro empréstimo exclusivamente norte-americano data dos anos 20.

O insucesso dos políticos e diplomatas americanos de abrir plenamente o Brasil ao comércio e aos investimentos do seu país deveu-se às tendências contraditórias dentro dos Estados Unidos, assim como à atitude brasileira de defesa da soberania do país. Nos Estados Unidos, muitos políticos e eleitores temiam os monopólios e opunham-se ao apoio financeiro governamental a eles dado no exterior.⁵² Estávamos no auge da luta contra os *trusts*, e o Congresso se recusou a aprovar legislação endossando o estabelecimento de bancos americanos no exterior, bem como negou o pedido de subsídios à Marinha mercante internacional e à construção naval, concentrando-se preferencialmente no desenvolvimento da economia interna. A

Marinha de guerra e mercante internacional dos Estados Unidos continuava reduzida, embora a frota destinada aos transportes dentro do país tivesse chegado a ser a maior do mundo. Afinal, sendo o maior devedor do mundo e um dos maiores importadores, os Estados Unidos representaram um dos primeiros casos bem-sucedidos de industrialização mediante a substituição de importações. Os americanos ainda não se haviam comprometido inteiramente com o globalismo, e só países vizinhos foram abrangidos pelo imperialismo ianque, como extensão do continentalismo. O Barão do Rio Branco se guiava pela compreensão dos limites que havia à agressividade norte-americana e teve também a sorte de, entre 1905 e 1909, período de glória de sua diplomacia, o Secretário de Estado ter sido o progressista Elihu Root. A posição de Root foi um fator importante na escolha do Rio de Janeiro como sede da Conferência Pan-Americana de 1906. Em troca, Rio Branco batizou o edifício onde se encontraram, que tinha sido o pavilhão do Brasil na feira de St. Louis, de Palácio Monroe, saudando-o com estas palavras: “Nas mentes e nos corações de gerações sucessivas de brasileiros o tempo só fez aumentar a simpatia e a admiração que os fundadores de nossa nacionalidade sentiam pelos Estados Unidos da América”.⁵³

No entanto, a inclinação de Rio Branco em favor dos Estados Unidos na diplomacia brasileira não era total e nada tinha de servil. Embora seu predecessor, Salvador de Mendonça, o tivesse acusado de ser um lacaio dos americanos, isto estava longe de ser verdade. Não foi uma simples coincidência o fato de que a primeira missão diplomática importante do Barão – o conflito de Missões – lhe foi atribuída por Floriano Peixoto, um nacionalista radical. Quando Rio Branco era Ministro, um representante da American Electric Boat Company tentou aplicar pressão diplomática para obrigar o Brasil a adquirir seus produtos. Rio Branco resistiu e afirmou corajosamente: “Com respeito à aquisição de material para a defesa nacional, entendemos que temos perfeitamente o direito de agir sempre com a mesma liberdade de ação e seleção que temos tido até o presente, desde os primeiros dias da independência”.⁵⁴

O exemplo mais famoso do caráter decidido de Rio Branco foi a Questão do Acre, vista como um problema que afetava a soberania nacional, mais do que o comércio ou o investimento estrangeiro. O

Sindicato Boliviano envolvia não só um primo de Theodore Roosevelt, mas também o organizador da U.S. Rubber Company, que era na época o mais importante fabricante de borracha do mundo. Reassumindo a suspeita anterior dos brasileiros com respeito à presença estrangeira na Amazônia, o Chanceler recomendou à Marinha que bloqueasse a entrada no Rio Amazonas. O que, junto com uma invasão organizada por seringueiros de Manaus e, mais tarde, o Tratado de Petrópolis, levou à incorporação do Acre à nação brasileira. A acuidade legal era importante, mas o peso da geografia e da história foi ainda mais importante para o triunfo brasileiro.

Mesmo no campo do comércio Rio Branco não cedia muito, Como já mencionamos, o Brasil continuou a registrar enormes superávits no balanço comercial com os Estados Unidos. Apesar das ameaças americanas de fechar o mais importante mercado para o café brasileiro, tributando o produto, o Brasil só concedeu pequenas reduções tarifárias, sem conseqüências. Por outro lado, o Brasil – primeiro o Estado de São Paulo, depois o governo federal – montou em 1906 um dos primeiros esforços feitos por um país produtor para proteger o mercado internacional de um importante produto de base, com o esquema de valorização do café. É verdade que Philander Knox, o sucessor de Root como Secretário de Estado, derrubou a primeira valorização, forçando a venda de estoques de café, mas só depois que o plano elevou os preços. Rio Branco compreendeu que o governo dos Estados Unidos não tinha condição de tributar muito o café porque se tratava de uma bebida popular. Os republicanos, que já vinham sendo atacados como o partido do protecionismo, não tinham condições de aumentar o preço do café da manhã das famílias dos trabalhadores americanos.

Isso não significa que o Barão do Rio Branco fosse xenófobo. Tendo passado boa parte de sua vida na Inglaterra, França e Alemanha, e conhecendo os Estados Unidos, era talvez o brasileiro mais cosmopolita de sua época. Seus êxitos diplomáticos tinham por base a estabilidade política trazida por sua familiaridade com as grandes potências, assim como pelo presidencialismo instituído por Campos Sales e aperfeiçoado por Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha. Ajudava-o também o influxo maciço de capital estrangeiro, depois que o *funding loan* fortaleceu o mil-réis e o crédito externo do Brasil.

O prestígio internacional do Brasil era tão grande, que o país pôde lançar o primeiro controle de um mercado importante de produto básico já tentado por um país não europeu (a valorização do café) e promover uma reforma urbana no Rio de Janeiro (cuja principal avenida foi eventualmente batizada com o nome de Rio Branco). Embora o Barão alegasse só estar interessado na diplomacia e não na política, foi beneficiado pela estabilidade política, que lhe permitiu administrar a política externa brasileira por toda uma década, enquanto, no mesmo período, os Estados Unidos tiveram quatro Secretários de Estado.

Em conclusão, Rio Branco precisou equilibrar o nacionalismo com o internacionalismo, o *laissez-faire* com a economia pragmática. Ele ampliou o território nacional e elevou a posição do Brasil na comunidade mundial.

QUADRO 1 - ESTATÍSTICA DO COMÉRCIO

Year	Coffe as %Brazil's Export	Rubber as % Brazil's Export	% of Brazil's export to US	% of Brazil's export to UK	Brazil imports- US \$ US millions	Brazil exports- US \$ US millions	Brazil surplus \$ US millions
1850	48,1	1,5	32,4	35,5	-	-	-
1860	64,7	2,3	12,5	37,8	6	21	15
1870	50,3	6	29,3	36,9	6	25	9
1880	54,6	5,1	43	12,9	9	52	43
1890	67,7	9,7	37	17,3	12	59	47
1900	56,9	19,6	41,2	19,3	12	58	46
1901	59	21,2	50,4	16,1	12	71	59
1902	55,8	20	41,1	18,4	10	79	69
1903	51,7	26,4	35,1	16,1	11	67	56
1904	50,6	28,4	32,2	16	11	76	65
1905	48	32,3	40,1	14,8	11	100	89
1906	52	26,5	40,2	16,2	15	80	65
1907	52,7	25,3	36,2	23,1	19	98	79
1908	52,2	26,7	35,6	15	19	75	56
1909	52,5	29,7	39,1	11,9	18	98	80
1910	42,3	39,1	32,2	13,2	23	108	85
1911	62,4	22,5	40,6	14,4	27	101	74
1912	62,3	21,5	41,1	12	35	124	89

Fontes: IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, vl 1 Rio: IBGE, 1986: 78, 89; US Department of Commerce, Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1957 Washington, D.C.: Government Printing Office, 1960: 537, 548. 551

NOTAS

1 Vide a lista dos tratados e convenções assinados pelo Brasil nos séculos XIX e XX em Paulo Roberto de Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*, Brasília, 1998: 444-8.

2 Vide, por exemplo, E. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*, N. York, Columbia Univ. Press, 1966. Vide também a boa atualização de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*, São Paulo, Ática, 1992. Neste trabalho usarei “Estados Unidos” para me referir aos EUA, embora na época o Brasil fosse oficialmente os Estados Unidos do Brasil, e o México, os Estados Unidos do México.

3 Steven Topik, *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire*, Stanford, Stanford Univ. Press, 1996.

4 Samuel Guy Inman, *Problems in Pan Americanism*, N. York, George H. Doran Co., 1925: 363-8. Alonso Aguilar, *Pan-Americanism: From Monroe to the Present*, N. York, Monthly Review, 1968: Burns, *Unwritten Alliance*: 61.

5 Vide John Edwin Fagg, *Pan Americanism*, Malabar Florida, Robert E. Krieger Co., 1982: 30. O autor registra que na época da conferência do Rio de Janeiro “estava se tornando tradicional a aliança espontânea entre o Brasil e os Estados Unidos diante dos estados de língua espanhola”. Vide também S. Inman, *Inter-American Conference 1826-1954: History and Problems*, Washington, D.C., Univ. Press of Washington, 1965: 63-72.

6 Joseph Smith, *Unequal Giants: Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930*, Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1991. Vide também Rubem Ricupero, *Rio Branco: O Brasil no Mundo* Rio de Janeiro, Petrobras-Nuseg, 2000: 34.

7 Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Fundação IBGE, “Salários: Estatísticas Retrospectivas”, vol. 1, *Repertório Estatístico do Brasil: Quadros Retrospectivos*, Rio de Janeiro, IBGE, 1986: 76-84.

8 Vide J. Rippey, *Rivalry of The United States and Great Britain over Latin America, 1808-1830*, Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, 1928.

9 Lawrence E. Hill, *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*, Durham, N.C., Duke Univ. Press, 1932: 219-58; Nícia Vilela Luz, *A Amazônia para os Negros Americanos*, Rio de Janeiro, Saga, 1968. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967: 90-5, 117.

10 IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. I, Rio de Janeiro, 1986: 85.

11 Cálculo feito com base em Robert Greenhill, “E. Johnston: 150 anos em café”, em Marcelino Martins e E. Johnston: *150 Anos de Café*, Rio de Janeiro, Marcelino Martins e E. Johnston, 1992: 308; IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. I, Rio de Janeiro, 1986: 84; José Antonio Ocampo, *Colombia y la Economía Mundial, 1830-1910*, Bogotá, Siglo Veintiuno, 1984: 303.

- 12 M.L.Mulhall, *The Dictionary of Statistics*, 4a. ed., Londres, Routledge & Sons: 130.
- 13 F.B.Thurber, *Coffee: From Plantation to Cup*, Londres, Trow's, 1881: 212.
- 14 Calculado com base em Greenhill, "E. Johnston": 30-1 e A. Wakeman, "Reminiscences of Lower Wall St.", *Spice Mill*, março de 1911.
- 15 U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census, *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1957*, Washington, Government Printing Office, 1960: 553.
- 16 Almeida, *Formação da Diplomacia*: 135-44.
- 17 Charles Flint, *Memories of an Active Life*, N.York, G.P. Putnam's Sons, 1923: 78; Bandeira, *Presença dos Estados Unidos*:. 120.
- 18 Gilberto Freyre, *Order and progress: Brazil from Monarchy to Republic*, trad. de Rod W. Horton, N. York, Alfred Knopf, 1970: 76-8, 90-9.
- 19 Walter LaFeber, *The New Empire: An Interpretation of American Expansion, 1860-1898*, Ithaca, N.Y., Cornell Univ. Press, 1963: 48.
- 20 Joseph Smith, "The Latin American Trade Commission of 1884-85", *Interamerican Economic Affairs*, 24, n. 4 primavera de 1971: 12, 18, 22.
- 21 Salvador de Mendonça, Ajuste de Contas Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1899-1904: 36-7, 40; Alan K. Manchester, *British Preeminence in Brazil: Its Rise and Decline* Chapel Hill, Univ. of North Carolina, 1933: 306; Carlos Sussekind de Mendonça, *Salvador de Mendonça, Democrata do Império e da República*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1960: 48.
- 22 Lafayette Rodrigues Pereira, J.G. do Amaral Valente e Salvador de Mendonça para B. Harrison, Washington, abril de 1889, "Notes from the Brazilian Legation to the State Department", National Archives microfilm, v. 6; Mendonça, *Ajuste de Contas*: 40.
- 23 M. L. Mulhall, "Brazil: Past and Future", *Living Age*, v. 184 (1-2-1890), 301. *The South American Journal* de 25-8-1888 Council of Foreign Bond Holders, serviço de recortes, vol. 5 estimava em 300 milhões de dólares em investimentos diretos ou em carteira, além de 200 milhões em crédito comercial, o capital britânico investido no Brasil em 1887.
- 24 Manchester, *British Preeminence*: 316; Richard Graham, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1968.
- 25 Arthur Lewis, *Growth and Fluctuations, 1870-1913*, Londres, George Allen and Unwin, 1978: 178.
- 26 *Revue des Deux Mondes*, 1-1-1889: 239 ; Carlos Marechal, *A Century of Debt Crises*, Princeton, Princeton Univ. Press, 1989: 127 ; Blondel au Min. Affaires Etrangères, Rio de Janeiro, 18-10-1889, Correspondance Commerciale, v. 22, Archives du Ministère des Affaires Etrangères, Quai d'Orsay, Paris ; *The New York Times*, 5-1-1889.
- 27 *Financial News*, 5-10-1889, em CFBH, "C.F."

28 Francisco de Paula Mayrink, *O Câmbio*: 23; *Jornal do Commercio*, 25-8-1889: 1; Shantz, *Das Heutige Brasilien* Hamburgo, W. Maukesöhne, 1893: 305; José Murilo de Carvalho, “Elite and State-Building in Imperial Brazil”, dissertação de doutorado, Stanford Univ., 1975.

30 Citado em Spanish American Commercial Union, “Banquet in Honor of Delegates of the International American Conference”, N.York, Press of El Avisador Hispano-Americano, 1890: 43.

31 *The Times*, 18-11-1889, encontrado no Arquivo Histórico do Itamaraty, Cônsul Geral do Brasil em Londres, 1889-1891, 254/3/10.

32 N.M. Rothschild para o Ministro das Finanças, Londres, 14 de novembro de 1890, Livro 4 de Cartas de Agências, Arquivo Rothschild; J.P. Wileyman, *Brazilian Currency: The Study of an Inconvertible Currency* 1896, reedit. N. York, Greenwood Press, 1969: 247, 253; L.L. Ardin au Min. d’Affaires Etrangères, 26-12-1889, em Min. d’Affaires Etrangères, Brésil, Correspondance Commerciale, v. 22, Archive Historique, Quai d’Orsay, Paris ; *Revue des Deux Mondes*, dez. 1889: 717-8.

33 Edward E. Crapole, *America for Americans: Economic Nationalism and Anglophobia in the Late Nineteenth Century*, Westport CT, Greenwood Press, 1973.

34 *Public Opinion* 8:12 28-12-1889: 280.

35 Amaral Valente para J.G.Blaine, Washington, D.C., 4-1-1890 “Brazilian Legation to the Department of State”, 7.

36 Citado em Gilberto Freyre, *Order and Progress* (trad.): 7.

37 George C. A. Boehrer, *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, trad. por Berenice Xavier, Rio de Janeiro, MEC, Serviço de Documentação, 1954: 117, 144, 189; Hidilberto Ramos Cavalcanti A. Junior “Os republicanos fluminenses na legislatura de 1888”, em Richard Graham, ed., *Ensaio Sobre a Política e a Economia da Província Fluminense no Século XIX* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1974): 248-83; Richard Graham, “Landowners and the Overthrow of the Empire”, *Luso-Brazilian Review* 7 (1970): 44-56; Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres (Sua Vida e Pensamento)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968: 6-103.

38 D. Burke to U.S. Department of State. Salvador, 19-6-1890, Diplomatic Dispatches, Bahia, Brasil.

39 Peter M. Beattie, *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race and Nation in Brazil, 1864-1945*, Durham, N.C., Duke Univ. Press, 2001: 285.

40 Medeiros e Albuquerque: 173-5; *New York Times*, 15-1-1890, 5-1.

41 Vide Topik, *Trade and Gunboats*, Caps. 7 e 8.

42 Salvador de Mendonça para Benjamin Harrison, Washington DC, 9-5-1892, em “Brazilian Legation in the U.S. to Department of State, N.A. 7” contém a história da disputa, e considerável correspondência. Vide também Belen para o Min. d’Affaires Etrangères, Rio de Janeiro, 21-7-1891, em Correspondance Commerciale, Brésil, vol. 34, Finances. Mary W. Williams, “The Treaty of Tordesillas and the Argentine-Brazilian Boundary Settlement”, *Hispanic American Historical Review*, 5, 1922; Miguel

Angel Scenna, *Argentina-Brasil: Cuatro Siglos de Rivalidad*, Buenos Aires, Red, La Bastilla, 1975

43 J.G. Amaral Valente para Blaine, Washington DC, 13-1-1890 e Salvador de Mendonça para Blaine, Washington DC, 5-8-1890, em “Brazilian Legation to Department of State”, vol. 7.

44 Daniel Cosío Villegas, *Historia Moderna de México*, vol. 6: 700.

45 Mendonça, *Ajuste de Contas*: 50; Flint, *Memories of an Active Life*, pág. 176; John W. Foster, *Diplomatic Memoirs*, vol. 2 Boston, Houghton Mifflin Co., 1909: 7; C. N. Bliss para William R. Day, 19-2-1989, State Department Miscellaneous Letters, 992, N.A., RG 59; Sussekind de Mendonça., *Salvador de Mendonça*: 164-5; Hill, *Diplomatic Relations*: 266.

46 Deputado Espírito Santo em Brasil, Congresso Nacional, Anais, v. 2 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890: 92.

47 Topik, *Trade and Gunboats*: 80-3.

48 Burns, *The Unwritten Alliance*: 27-9; Joaquim Nabuco, *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*, S.Paulo, Comp. Editora Nacional, 1939; Richard Graham, “Sepoys and Imperialists: Techniques of British Power in Nineteenth Century Brazil”, *Inter-American Economic Affairs*, 23,1969: 23-38.

49 Almeida, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*: 145-148.

50 Joseph Smith, *Unequal Giants: Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930*, Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1991: 54, 67, 70, 200.

51 IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, vol. I, Rio de Janeiro, IBGE, 1986: 75, 78, 89.

52 Vide Robert Seidel, “Progressive Pan-Americanism: Development and United States Policy toward South America, 1906-1931”, dissertação de Ph. D., Cornell Univ., 1973.

53 Discurso do Barão do Rio Branco em *Speeches Incident to the Visit of Secretary Root to South America, July 4 to September 30, 1906*, Government Printing Office, 1906: 20 e Rio Branco em *Latin America and the United States. Addresses by Elihu Root* Cambridge, Harvard Univ. Press, 1917: 14.

54 Cit. em Smith, *Unequal Giants*, pág. 73.

SESSÃO V
O BARÃO DO RIO BRANCO E
A POLÍTICA BRASILEIRA NO PRATA

MODERADOR
Embaixador Mario Gibson Barboza

O BARÃO DO RIO BRANCO E A POLÍTICA DO BRASIL NO PRATA – UMA VISÃO BRASILEIRA

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

O grande homem, segundo Nietzsche, concentra em si mesmo uma força enorme: apropria-se de sua época pela simples razão de que acumulou energias por mais tempo e é mais forte do que os demais. Entre o gênio e sua época existe uma relação de forte a débil, de velho a jovem: a época é sempre relativamente mais jovem, mais insegura. O grande homem é uma culminação, um fim. Sob a esmagadora pressão das forças que os impelem, os grandes homens assumem com indiferença seu próprio interesse e entregam-se com fatalismo a uma idéia, a algo grande. O perigo que trazem consigo é o do esgotamento, da esterilidade que se segue a seu desaparecimento.

José Maria da Silva Paranhos Júnior foi um grande homem no sentido nietzscheano. De forma inteiramente original, mas coerente com a tradição histórica, adiantou-se a seu tempo, dominou sua época, encarnou a visão do passado e projetou o futuro do Brasil. Estabeleceu matrizes de ação e de pensamento que se tornaram axiomáticas. Foi absolutamente real: viveu intensamente seu tempo e suas circunstâncias. Mas acabou transformando-se num mito: mediante sua imagem, reinventou-se e fortaleceu-se um Brasil que, diante da ruptura formal entre a monarquia e a república, andava inseguro sobre seu passado, desconfiado de seu presente e temeroso do futuro.

São muitas as leituras que se podem fazer da vida e da obra do Barão do Rio Branco, uma essencial e indissolúvelmente ligada à outra. Já se escreveu muito sobre o Barão. Poucos ângulos de suas atividades terão deixado de ser esquadrihados. Que outros grandes brasileiros terão tido tantos livros dedicados a seu legado? Tudo parece ser conhecido e, no entanto, quanto mais se estuda o personagem, mais se imagina que pode estar faltando alguma coisa para a exata compreensão de todas as suas dimensões. Um não-sei-quê de

insuficiência que se apossa de quem rebusca as biografias, os escritos, as análises existentes sobre o Barão. Como se algo ainda estivesse escondido. Como se faltasse uma peça, um dado, algum elemento fugidio que, descoberto, pudesse trazer novas e originais revisões do personagem. Assim são os grandes homens. Deixam para a posteridade o dom de suas próprias contradições, de suas próprias ambigüidades, do que foram, do que não foram e do que poderiam ter sido. São mistérios em claro; enigmas a descoberto; monumentos a suas próprias grandezas.

Talvez a principal das grandezas do Barão do Rio Branco tenha sido a de encarnar a continuidade dentro da transformação, de atenuar a ruptura entre a ordem monárquica e a republicana. Sua imagem, sob esse aspecto, é a imagem das elites brasileiras que conseguem transformar-se ao longo do tempo e adaptar-se aos acontecimentos sem perder o controle de seus próprios interesses e o espaço de sua preeminência. Rio Branco reconcilia a república com a monarquia e, mediante políticas de afirmação nacionalista, logra identificar o patriciado brasileiro com os valores permanentes da sociedade. Prolonga no tempo a feição transitiva da ordem social brasileira e restabelece na consciência coletiva o respeito, tão próprio do período monárquico, pela dignidade austera e sábia do governante. Por seu intermédio, estende-se pelo século XX a sombra poderosa do mito do Imperador, da benévola, paternal e erudita figura de D. Pedro II, viva até hoje ainda no inconsciente brasileiro como evocação de um passado supostamente ordeiro e a premonição de um futuro grandioso que teima em não se realizar.

Revisitar Rio Branco desperta um certo prazer ruminante. Sua figura evoca o Brasil que ele ajudou a imaginar: cheio de si, autocomplacente no esplendor de suas promissora juventude, exuberante no orgulho de sua grandeza e de sua unidade, esplendidamente confiante no futuro.

Onde anda hoje esse Brasil? O que diria de nós o velho Barão se aparecesse em pessoa para participar dos atos com que comemoramos o centenário de sua posse no Itamaraty?

Certamente se orgulharia de ver que seu legado principal permanece intocado: que o Brasil não deixou escapar um centímetro

sequer de suas fronteiras à demarcação precisa e incontestável. Não deixaria de se encantar com a ocupação ampla e profunda do território nacional por uma gente perseverante apesar de todas as dificuldades, diversa, única em sua linguagem e plástica em sua adaptação ao meio. Talvez se preocupasse com uma certa perda de auto-estima que os anos e anos de irrealizações foram inculcando nas sensibilidades de cada um. Ficaria surpreso com as dificuldades ainda encontradas pelo país para se definir mais afirmativamente no plano internacional. Veria que sua premonição quanto à hegemonia norte-americana tinha sido acertada. Seguramente nos chamaria a atenção por esta ou aquela insuficiência. Mas se sentiria orgulhoso de sua Casa, da perpetuação de seu nome e de seu estilo num Itamaraty respeitado no Brasil e no exterior.

E, nós, o que lhe diríamos? Como o velho do Restelo aos navegantes portugueses, que famas lhe prometeríamos? Que histórias? Que triunfos? Que palmas? Que vitórias? Em que resultou essa gente remota em que se edificou o novo Reino?

Para a diplomacia brasileira, é importante debruçar-se de tempos em tempos sobre Rio Branco e, por meio da evocação do grande homem e da avaliação de sua obra sob os olhos do presente, dialogar consigo mesmo, indagar a própria memória, medir-se contra a promessa do passado e a permanente expectativa do futuro.

Área limítrofe por excelência do Brasil, desde o período colonial até os meados do século XIX, a região do Rio da Prata representou o eixo principal de interação do Brasil com o mundo exterior. No teatro platino desenvolveu-se uma intensa e peculiar mistura de visões estratégicas, de diplomacia e de guerras em torno da definição da extensão e dos limites das unidades nacionais que viriam a se tornar os Estados que hoje conformam o Mercosul. O presente trabalho busca estabelecer uma aproximação ao tema da política do Barão no Prata mediante a referência a três elementos essenciais para sua compreensão: o contexto histórico da formação do Brasil e da nacionalidade brasileira; a figura paterna do Visconde, seu pai, com quem o Barão compõe uma dualidade inseparável; e, finalmente, os principais fatos e feitos de sua política na região.

Trata-se, portanto, de uma tentativa de analisar a obra e o personagem em função, de um lado, do contexto histórico que

influenciou suas percepções das relações do Brasil com seus vizinhos imediatos e, de outro, do contexto familiar que condicionou, pelo conduto da vida extraordinária de seu pai, suas visões da política e da diplomacia regionais.

1. O CONTEXTO HISTÓRICO

Os países que se formaram na América do Sul no século XIX incorporaram em seus respectivos processos de construção nacional toda a carga de antagonismos prevalecente na Península Ibérica entre as duas grandes potências, Espanha e Portugal, que haviam desde o final do século XV capitaneado a expansão europeia. Esse fenômeno ficou particularmente em evidência na porção mais meridional do continente, ou seja, na região da Bacia do Prata. Diferentemente do restante da América do Sul, onde imensos vazios separavam as populações de origem castelhana e lusitana, nas férteis terras banhadas pelos Rios Paraná e Paraguai e por seus afluentes, as frentes de exploração e assentamento colonial puseram-se em contato direto e disputaram os limites de cada Império, num processo conflitivo que se transferiu posteriormente às entidades nacionais da região.

Em virtude do Tratado de Tordesilhas, a gênese do Brasil esteve condicionada a uma dinâmica de separação. O vazio demográfico existente então na América do Sul e a não descoberta de riquezas minerais no Brasil, assim como a fixação das atenções espanholas mais na costa do Pacífico, contribuíram para evitar o surgimento nos primeiros séculos de ocupação colonial de fricções entre as duas frentes colonizadoras. Mais tarde, a União Ibérica tornaria irrelevante o traçado do meridiano de Tordesilhas. Já que todas as terras estavam sob a Coroa espanhola, os colonizadores lusitanos puderam estender-se sem constrangimentos pelo interior do continente em busca das furtivas riquezas minerais e posteriormente, baseados no princípio do *uti possidetis*, negociar o reconhecimento castelhano das fronteiras ampliadas do Brasil. Devido a essas circunstâncias, o nascimento histórico do Brasil esteve sempre associado a impulsos de expansão territorial, algo que não deixou de influenciar a visão que os vizinhos formaram do país. Algo que explica também a tendência predominante

nas sociedades hispânicas da América do Sul de associar a história do Brasil a uma vocação imperialista que se expressaria até na própria forma que assumiu o Estado brasileiro em função das peculiaridades do processo de independência.

No século XIX, essas brechas se avolumaram consideravelmente à luz das diferentes maneiras como Espanha e Portugal reagiram aos eventos napoleônicos e das feições divergentes assumidas pelos processos de emancipação num e noutro lado da América. As divisões nascidas em Tordesilhas e acentuadas pelas características dissemelhantes da colonização tornaram-se ainda mais agudas no século XIX, chegando a conduzir a prolongados conflitos na região sul do continente, onde se produziu o encontro das frentes colonizadoras espanhola e lusitana e se manifestou a contraposição de interesses estratégicos de uma e de outra parte.

Com a independência, a brecha de percepções e projetos nacionais entre o Brasil e os países hispânicos consolidou-se ainda mais. De um lado, os descendentes da monarquia portuguesa, que se julgavam representantes do processo de restauração em curso na Europa. Do outro, os países hispânicos, imbuídos de fervores republicanos e liberais que logo se desvirtuariam em função dos desmandos e da violência do caudilhismo, mas que nominalmente os inspiravam em direção oposta à do Brasil.

A conseqüência mais palpável para o Brasil da independência sob a forma monárquica foi a unidade territorial. Enquanto a América espanhola se fragmentou, o Brasil manteve-se unido sob o centralismo bragantino. Talvez pelo receio da desordem em que viviam as vizinhas repúblicas sul-americanas, as elites brasileiras associaram a imagem da república a situações de perda de unidade, a conflitos e a instabilidade política, valores esses considerados no Brasil absolutos.

Esse contexto histórico e cultural explica as sucessivas intervenções do Brasil no Prata, de onde provinham na percepção brasileira possíveis ameaças à integridade territorial do país. Na realidade, a preocupação com o controle da margem esquerda do Prata vem das profundezas da história do Brasil. Num primeiro momento, a força predominante na relação é representada pela determinação lusitana de estabelecer presença na margem esquerda

do Prata, tal como simbolizada pela fundação da Colônia de Sacramento em 1680 e pelas muitas décadas de conflitos com a Espanha em torno daquela praça. E tal como posteriormente materializada na ocupação da Banda Oriental, em 1817, e na subsequente incorporação, em 1821, da Província Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Foi a oposição castelhana a essas políticas que possibilitou a afirmação de Buenos Aires no contexto do Vice-Reinado do Prata como centro do país que viria a ser a Argentina. Após a independência do Brasil, a pressão inverteria o sentido: partiria do Prata e atingiria seu ápice com a guerra de libertação da Província Cisplatina entre 1825 e 1828, que, inconclusa no campo de batalha, culminou diplomaticamente sob mediação britânica com a independência do Uruguai.

A partir de então, o jogo de forças se caracterizaria, de um lado, pelas periódicas ambições portenhas de reconstituir os limites do Vice-Reinado do Prata, de que foi expressão máxima a figura de Juan Manuel de Rosas, e, de outro, pela determinação do Rio de Janeiro de manter a qualquer custo um *status quo* que impedisse a formação de uma formidável potência rival nos limites meridionais do país que, entre outras ameaças, poderia estimular separatismos nas províncias do Sul. Daí a participação diplomática e militar do Brasil na aliança que conduziu à queda de Rosas em 1851, fato que marcou profundamente a relação do Brasil com os vizinhos platinos.

Só com a abolição da escravatura em 1888 e a conseqüente proclamação da república em 1889 é que se criariam as condições para a aproximação entre as duas Américas de origem ibérica. Formalmente, o Brasil passava a ostentar instituições que o assemelhavam a seus vizinhos. No manifesto republicano de 1870, o tema da identidade americana aparece como uma das razões levantadas para o fim da monarquia. Dizia o texto: “Somos da América e queremos ser americanos. A monarquia é, na sua essência e na sua prática, hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência da (monarquia)(...) é fonte perpétua de hostilidade e de guerras com os povos que nos rodeiam”.

Entre 1893 e 1928, negociaram-se pacificamente todas as questões pendentes entre o Brasil e seus vizinhos territoriais.

Assegurou-se o Brasil de um patrimônio diplomático inestimável, que permitiu ao país eliminar qualquer hipótese de conflito baseado em disputas territoriais. Quando se tem presente a quantidade de disputas que todavia existem, vivas ou latentes, entre os demais países da América do Sul, revela-se a presciência do pensamento estratégico das lideranças brasileiras, encarnadas, cada qual a seu tempo e cada qual a seu modo, pelo Visconde do Rio Branco e pelo Barão do Rio Branco: o Visconde profundamente marcado pelo paradigma da intervenção; o Barão, pelo que poderia ser denominado “separação amistosa”.

2. O PAI

A carreira pública do primeiro Rio Branco iniciou-se pela mão de um dos maiores personagens do regime monárquico: Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Foi do futuro chefe do Gabinete da Conciliação a iniciativa de convidar o jovem jornalista José Maria da Silva Paranhos a acompanhá-lo como Secretário em sua Missão Especial ao Prata em 1850/1851. Ao lado de Carneiro Leão, Paranhos tornou-se testemunha privilegiada e agente de um dos momentos decisivos da história diplomática do Brasil: a deposição de Rosas. Ao viabilizar com suas armas e com seus patações a vitória de Justo José Urquiza sobre o ditador de Buenos Aires, o Império abriu o caminho para a criação da moderna Argentina e assegurou as bases definitivas sob as quais viriam gradualmente a se consolidar os Estados da região em sua conformação atual.

Paranhos aprendeu com Carneiro Leão a diplomacia de poder. Viu-o tecer de Montevideú a Entre Rios a trama de alianças que garantiria a vitória final em Caseros. Acompanhou-o em Buenos Aires no triunfante desfile das tropas brasileiras. Presenciou os ásperos diálogos de Palermo, em que Urquiza, buscando minimizar a importância decisiva da diplomacia, das armas e das finanças do Império para a queda de Rosas, teve de dobrar-se ante a digna firmeza de Carneiro Leão, personagem fortíssimo que, segundo o minucioso relator de sua missão ao Prata, José Antônio Soares de Souza, “não deixava passar coisa alguma sem os pingos nos is”.

Paranhos terá sido o redator de muitos dos despachos enviados por Honório ao longo de sua missão no Prata, tal como recém-coligidos, inventariados e organizados pelo Centro de História e Documentação Diplomática do Itamaraty, em 2001, como parte das comemorações do segundo centenário do nascimento do Marquês do Paraná. Dele foram também as célebres “Cartas ao Amigo Ausente” publicadas no *Jornal do Commercio* entre 1850 e 1853, em algumas das quais traçou para a sensibilidade brasileira um quadro fidedigno da instabilidade prevalecente nas repúblicas platinas. Tendo permanecido como agente diplomático em Montevideu após o regresso de Carneiro Leão ao Rio de Janeiro, Paranhos deu-se amplamente conta das insuficiências dos regimes caudilhescos e terá sido um dos responsáveis pela fixação nas percepções brasileiras de um paradigma que influenciou longamente as relações do país com seus vizinhos: a associação entre a forma republicana e a anarquia, por oposição à estabilidade e a unidade da monarquia.

A impulsiva, enérgica e autoritária vontade de Carneiro Leão terá certamente marcado a sutil, mas penetrante e persistente sensibilidade de Paranhos. A partir dessa parceria e dessa sua primeira imersão nos negócios da diplomacia platina, Paranhos tornou-se o mais completo conhecedor dos assuntos da região. Em seu estudo sobre o Conselheiro Tolentino, que o futuro Visconde levaria como seu Secretário a Montevideu, Antônio Cândido refere-se muito apropriadamente à circunstância de que foi em Montevideu que Paranhos formou a rede de conexões que coadjuvava sua ascensão. Além de Carneiro Leão, que desapareceria prematuramente em 1856, Paranhos tornou-se íntimo de Caxias, sempre presente no teatro platino, e de Mauá, o artífice da viabilização econômico-financeira do Uruguai. Esse imaginário “grupo de Montevideu”, como o denomina Antônio Cândido, daria sustentação à vida pública de Paranhos que, de seu primeiro posto como Secretário de Carneiro Leão e Plenipotenciário no Prata, se caracterizaria pela interação permanente da diplomacia com a política.

Feito Ministro da Marinha pelo já Visconde e depois Marquês do Paraná, Paranhos acompanhou Carneiro Leão até sua morte, tendo participado ativamente do processo político da Conciliação, que

representou o auge do regime monárquico. De 1853 a 1875, foi várias vezes Ministro. Chefiou o Gabinete de mais longa duração de todo o período monárquico. Fez cinco outras missões diplomáticas ao Prata: em 1857, para contornar os primeiros impedimentos que a política seguida pelo Paraguai de Solano López antepunha à navegação fluvial e por conseguinte à comunicação com a Província de Mato Grosso; em 1858, para ajustar com Plenipotenciários uruguaios e argentinos um tratado definitivo capaz de substituir o Acordo Preliminar de 1828, mediante o qual se acertara a independência do Uruguai; em 1864/1865, para coordenar os primeiros entendimentos diplomáticos que levariam à formação da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ocasião em que diria, refletindo o estilo de Carneiro Leão, seu mentor: não pode nem deve o Brasil “dar-se por satisfeito enquanto não lhe forem atendidos todos os interesses do Império”; entre 1868 e 1870, para negociar em Buenos Aires e em Montevideu a formação de um governo provisório paraguaio para exercer a jurisdição civil na zona já liberada do jugo lopista e para preparar negociar as condições do Estado guarani no pós-guerra; e, ainda em 1870, terminada a guerra, para ultimar os termos do tratado definitivo de paz entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.

Como Chanceler pela primeira vez, ainda no Gabinete da Conciliação, foi o responsável pela celebração, em março de 1856, do tratado que assentou as bases estáveis da relação entre o Brasil e a República Argentina. Em 1860, sintetizaria, em discurso na Câmara sua visão da diplomacia que o Brasil deveria seguir no Prata:

“Vejo as nossas relações com os Estados do Prata sob um aspecto muito desagradável... Espero que o Governo Imperial procederá não só com o tino e a energia que [se] lhe recomenda, mas também com a sabedoria e a prudência de que tem dado provas (...) Não é o Brasil quem mais deve temer uma guerra com os Estados do Prata; mas, por isso mesmo, porque temos consciência de nossa força, podemos ser moderados, benévolos e até generosos, tanto quanto estes sentimentos forem compatíveis com a dignidade nacional e com os direitos e grandes interesses do Império”.

Poucas palavras poderiam resumir de forma tão apropriada a essência da política platina do Brasil, as dicotomias que qualificam e freqüentemente inibem até hoje a diplomacia brasileira. Trata-se

de uma visão matricial que coloca Paranhos como fundador de um estilo de diplomacia que, seu filho, o Barão do Rio Branco, adaptaria e estabeleceria definitivamente.

Paranhos teria decerto dissabores ao longo de sua fulgurante trajetória. Quem não os tem? O principal deles resultou de sua missão ao Prata em 1865. Tamandaré discordou publicamente do acordo assinado por Paranhos e pediu demissão ante o que considerou uma fraqueza de nossa diplomacia ao impedir um ataque preventivo às forças lopistas. Paranhos foi demitido, e o *Diário Oficial* registrou explicitamente:

“O Governo Imperial resolveu dispensar da Missão Diplomática, que lhe estava confiada, o Conselheiro Paranhos (...) O acordo celebrado não atendeu tanto quanto devia às considerações que fizemos anteriormente. Contudo o Governo Imperial reputa de sua lealdade manter o que foi ajustado”.

Paranhos justificou-se em texto posteriormente publicado, atribuindo sua exoneração à exploração política feita pelo Partido Liberal das atitudes de Tamandaré:

“A Guerra que hoje conta com tantos panegiristas não só no Rio da Prata, mas também entre nós (...) oferece larga margem a mistificações (...) A negligência culposa inculca-se como sabedoria e previdência e o interesse particular ávido e infrene, corrompe a sociedade e malbarata sem compaixão a fortuna pública”.

No livro que dedicou a seu pai, o Barão do Rio Branco utilizaria muita tinta para narrar esse episódio, que marcou profundamente sua sensibilidade para as injustiças a que o jogo político volta e meia submete os homens de Estado. Em anotação que fez à época, tal como citada por Álvaro Lins, o Barão dá a medida da importância do episódio para sua formação: “(...) vi mais do que nunca quanto havia colocado a minha existência na (do meu pai)”.

A vida pública de Paranhos, porém, não chegou a ser comprometida por essa ocasional injustiça. Alçado à grandeza de Visconde do Rio Branco em outubro de 1870, seria convidado no ano seguinte pelo Imperador para formar governo. De 7 de março de 1871 a 25 de junho de 1875, associaria sua imagem de estadista à Lei do Ventre Livre e introduziria avanços nos setores de imigração,

telégrafos e portos. Não deixou igualmente de cuidar do aparelhamento das Forças Armadas, sobre o que o Barão, na biografia paterna, faria comentários – a citação é valiosa para compreender a política que mais tarde seguiria como Chanceler:

“(...) A atividade com que nos aparelhamos tornou mais cortês e moderado em suas pretensões o Governo de Buenos Aires. Pode-se condenar esta despesa que nos evitou humilhações, desastres e muito maiores gastos como seriam os de uma guerra?”.

Uma crise financeira e a bancarrota do Banco Mauá levariam o Visconde a deixar o governo. Retornaria à Câmara e ao Conselho de Estado, magoado pelas alegações malévolas feita pela oposição liberal a sua conduta na crise. Em 1878, faria sua primeira e única viagem à Europa, onde encontraria o filho então exercendo, desde a queda do Gabinete, a função de Cônsul em Liverpool. Ao regressar ao Brasil em 1879, receberia, segundo o depoimento do Barão, “expressões de afeto popular tão entusiásticas que (...) lembravam as magníficas aclamações dos triunfadores romanos”.

Em 2 de novembro de 1880, dia de finados, morreria em função das complicações de um câncer generalizado.

Nas palavras precisas e contundentes de Joaquim Nabuco, o Visconde do Rio Branco foi “(...) a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado (...) o mais capaz diretor de nossa política externa em uma época em que ainda dependia dela a união do Brasil”.

Esse o grande homem à sombra do qual cresceria outro grande homem. Como personagem de transição e de transação entre a monarquia e a república, o Barão do Rio Branco terá tido sua visão do Brasil moldada pela projeção da personalidade e da ação paternas. Ele próprio dizia sempre a qualquer interlocutor: “O maior dos brasileiros foi D. Pedro II e depois meu pai!”. Da carreira e das experiências de seu pai, o Barão terá absorvido também a percepção da estreita vinculação entre a estabilidade interna do Brasil e a prática de uma política externa afirmativa, capaz de se adiantar às circunstâncias e atuar com consistência, coerência e contundência em defesa dos interesses nacionais. Terá igualmente derivado da experiência paterna a necessidade de pôr termo ao processo conflitivo que desde o período colonial vinha contrapondo o Brasil a seus vizinhos platinos. Não

mais mediante políticas de intervenção, mas sim pela judiciosa e amistosa separação: assegurar a estabilidade regional mediante a fixação definitiva e incontestada dos limites territoriais do Brasil com seus vizinhos.

4. O FILHO

Paranhos Júnior nasceu em 1845, ano em que seu pai iniciava a carreira política com a eleição para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Desde menino, o futuro Barão, como recorda Álvaro Lins, “pôde ver de perto os grandes do Império, as celebridades do momento, as glórias da época”.

Aos sete anos de idade iria ter em Montevideu com o pai, que lá havia sucedido Carneiro Leão como representante do Império. Que impressão terá deixado naquela sensível e inteligente criança a visão do pai em seu esplendor de agente diplomático no Prata? Quão importantes terão sido para a formação de sua visão do Brasil as sensações colhidas na convivência com um dos principais atores de um período de intensa atividade diplomática, de intervenções, de tramas secretas, de guerras, durante as quais o Brasil participou ativamente do processo de conformação e estabelecimento das nações platinas, ao mesmo tempo que resguardou sua fronteira meridional?

Durante toda a sua vida de criança e sua mocidade, Paranhos Júnior viveu o ciclo de atividades de seu pai, ora voltado para os negócios internos do país, ora – quase permanentemente – presente no teatro político, diplomático e militar do Prata. Por ocasião da segunda missão de Paranhos ao Prata, o jovem Paranhos contava já 12 anos. Havia ingressado como semi-interno no Colégio Pedro II. Seus estudos secundários foram marcados pela constante atuação de seu pai na frente platina e nas lides da política.

Por ocasião da quarta missão de Paranhos ao Prata, em 1864, o futuro Barão já havia terminado os estudos secundários e partido para São Paulo, onde cursaria a Faculdade de Direito. Lá o alcança a turbulência da Guerra do Paraguai. Sofre com as desavenças de seu pai com Tamandaré e com os Liberais. Vive, com a intensidade que seus escritos posteriores revelariam, o infortúnio momentâneo da

exoneração de Paranhos do posto de representante diplomático do Império no Prata.

O jovem estudante se deixaria fascinar e mobilizar pela guerra: coleciona mapas, estuda as batalhas e faz anotações sobre a história militar e diplomática do Brasil. Participa em São Paulo de manifestações de apoio aos heróis da guerra e celebrações de vitórias. Da Faculdade, passa ao jornalismo. Entre 1865 e 1870, escreveria para *L'Illustration*, prestigiosa revista parisiense. Redige freqüentes matérias sobre a Guerra do Paraguai. Em 1867, empreende sua primeira viagem à Europa. Tinha 22 anos. Havia concluído seus estudos e buscava a definição de sua vida. Visitou Portugal, França, Alemanha e Áustria. Seu regresso ao Rio de Janeiro em 1868 coincidiria com o retorno de seu pai ao poder como Ministro no Gabinete Itaboraí. Havendo-se tornado sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assume brevemente a cadeira de História e Corografia do Pedro II.

E esse período é também o da nova e prolongada missão do futuro Visconde ao Prata. Como para compensar a ausência paterna e manter a família no centro das atividades políticas, faz-se eleger para uma cadeira de Delegado em maio de 1869. Revela, porém, confessadamente, escasso pendor para o debate político.

Em 1870, sempre pela mão de seu pai, exerceria sua primeira missão diplomática. A exemplo do que Carneiro Leão com ele fizera em 1850, Paranhos nomeia o filho para acompanhá-lo como Secretário em sua quinta missão ao Prata. Finda a Guerra do Paraguai, tal como observa Álvaro Lins, a missão dos dois Paranhos, pai e filho, representava “(...) o ato final daquela política exterior do Império começada com a missão do Marquês do Paraná em 1851”. Como Secretário da missão, Paranhos participaria da confrontação que envolveu seu pai com o então Chanceler da Argentina, Carlos Tejedor, a propósito da conformação territorial do Paraguai. Confrontação essa, de resto, que não deixaria de guardar certa analogia com a que antes contrapusera Carneiro Leão e Urquiza após a queda de Rosas e que se reproduziria mais adiante no tempo entre o Barão e Estanislao Zeballos. Três momentos históricos em que a contraposição de percepções recíprocas e de interesses entre o Brasil e a Argentina se antropomorfizariam em dramáticas interações entre os personagens que as encarnavam.

O Barão representa nessa seqüência o fio condutor entre o relato paterno e sua própria visão pessoal.

Durante o período em que o velho Rio Branco chefiou o Gabinete (1871-1875), Paranhos Júnior, no melhor estilo do patriarcalismo brasileiro, desempenhou-se como linha auxiliar de seu pai. Manteve a cadeira na Câmara e meteu-se na imprensa como redator do jornal *A Nação*, criado para dar sustentação política ao Gabinete. Escreveu sobretudo sobre as questões do Prata. O período esteve sempre marcado por pertinazes reivindicações argentinas sobre o território paraguaio.

Uma desastrada visita de Tejedor à Corte em 1875 colocaria Paranhos e Zeballos, ambos jovens jornalistas, pela primeira vez em oposição. Álvaro Lins conta que, referindo-se à partida precipitada do Chanceler argentino, que nem sequer se despedira de D. Pedro II, o jovem Paranhos, assim escreveu: “No fato que tantos comentários tem suscitado não houve, a nosso ver nenhuma ofensa intencional ao Brasil. Houve apenas *gaucherie*”. Zeballos, traduzindo equivocadamente o termo francês empregado por Paranhos e revelando os preconceitos raciais que por muito tempo marcaram as percepções argentinas sobre o Brasil, retrucaria na imprensa portenha: “Um dos jornais mais importantes do Brasil qualificou de *gaucheria* a retirada do Sr. Tejedor. Este modo de exprimir-se não é mais do que uma macacada de má lei. É melhor ser gaúcho do que macaco”. E Paranhos poria elegante fim ao mal-entendido: “Se o escritor que traçou estas linhas tivesse aprendido o francês conheceria a significação da palavra *gaucherie* e não acreditaria ingenuamente que ela tem relação com o que nós diríamos em português *gauchada*”.

Ainda nesse período, Paranhos Júnior dedica-se a estudar e anotar a obra escrita pelo alemão L. Schneider sobre a Guerra do Paraguai. Faz no texto uma observação sobre a política do Brasil no Prata que complementa a que havia sido feita por seu pai na Câmara em 1860, tal como anteriormente citada, e na qual sintetiza sua visão pessoal:

“O Brasil tem dado mais de uma prova de que não abriga os planos de conquista que lhe têm sido atribuídos. O desinteresse com que procedeu em 1852, depois da vitória de Caseros; em 1870, depois de terminar a sanguinolenta Guerra do Paraguai, deve ter

desiludido a todos os que em boa fé lhe imputavam tais planos. No Primeiro Reinado, o Império obedecia ainda às tendências e à velha política da metrópole, mas com o tempo modificou-se essa política, identificando-se completamente o governo com a opinião nacional. Vivemos à larga em nossas fronteiras e sabemos bem que o que nos cumpre fazer é conquistar para a civilização as nossas vastas e fertilíssimas florestas. O que desejamos sinceramente é que os nossos vizinhos nos deixem em paz. Território, têm-lo de sobra”.

Mais precisa exposição não seria possível fazer do sentido profundo da política de “separação amistosa” que Paranhos viria mais tarde empregar à frente do Ministério das Relações Exteriores.

O ano de 1875 acabaria sendo um divisor de águas na vida de Paranhos. O Visconde deixaria o Ministério em junho. *A Nação* já não lhe interessaria mais, e a política se encaminhava para a alternância com os liberais. O futuro Barão, tendo de enfrentar o preconceito do próprio Imperador e da Princesa Isabel contra a união que contraíra com a artista belga Marie Stevens, pleitearia um posto diplomático na Europa. Meses se passariam até que, mediante fortíssimo empenho político de Caxias e de Cotegipe, finalmente em maio de 1876 a Princesa Regente decidiu nomeá-lo Cônsul em Liverpool.

Com que emoção terá Paranhos acompanhado seu pai na visita que fez à Europa em 1879? Não o veria mais, a não ser no leito de morte, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, para onde viajara às pressas. Com o desaparecimento do pai, Paranhos Júnior viu-se privado de seu mentor, de seu modelo, da influência mais marcante em toda a sua vida. Estava pronto para empreender seu vôo solitário.

Conhecer e avaliar devidamente a extensão da influência exercida pela figura do Visconde sobre o Barão, a visão recolhida e transmitida de pai para filho, as experiências vividas e compartilhadas torna-se fundamental para compreender e analisar a obra que pouco a pouco, de Paris, onde viveu todo o tempo que esteve à frente do Consulado em Liverpool, passando pelos êxitos obtidos nas questões de limites com a Argentina e a França, conduziria Paranhos à glória do Ministério em 1902.

5. O BARÃO DO RIO BRANCO E O RIO DO PRATA

Desde sua nomeação para Liverpool em 1876, Rio Branco iniciaria longa permanência no exterior, de mais de 25 anos. Aproveitaria o afastamento para aprofundar seus conhecimentos de história. O distanciamento físico da pátria permitiu que dela se aproximasse pelo estudo e pela reflexão. Longe da instabilidade que caracterizou o final da monarquia e o início da república, encontrou no exterior o recolhimento necessário para empreender pesquisas em fontes primárias, em particular nos arquivos históricos das potências coloniais, que viriam a ser fundamentais para explicar seu êxito posterior nas negociações para a definição das fronteiras nacionais.

Por seu próprio pendor e por seus antecedentes familiares, Rio Branco acabaria tornando-se profundo conhecedor das questões do Prata. Em 1891, aceitou convite de Rodolfo Dantas, fundador do *Jornal do Brasil*, para escrever “um pequeno artigo diário comemorando ou indicando os nossos principais acontecimentos históricos, isto é, uma espécie de Efemérides”. A coleção desses artigos posteriormente foi editada em livro que, lido na abertura das seções, viria a se constituir numa espécie de “breviário” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. As *Efemérides* deixam particularmente evidentes o interesse e o conhecimento de Rio Branco sobre a história militar e sobre as datas mais relevantes para as relações do Brasil com os vizinhos do sul: 1/1/1680 (fundação da Colônia do Sacramento); 20/2/1827 (Batalha de Passo do Rosário/Ituzaingó); 27/8/1828 (tratado provisório entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata que põe fim às disputas sobre a Província Cisplatina e reconhece a independência da República Oriental do Uruguai); 27/5/1851 (acordo de aliança entre o Brasil, Uruguai e Entre Rios, para fazer frente a Rosas e Oribe); 3/2/1852 (derrota de Rosas na batalha de Monte Caseros); 20/2/1865 (convênio de paz entre o Brasil e o Uruguai, após intervenção do Império em favor dos “colorados” de Venâncio Flores); 1/5/1865 (Tratado da Tríplice Aliança Brasil-Argentina-Uruguai).

Com o advento da república, o tema das fronteiras ocuparia o centro das atenções da política externa do Brasil. No afã de superar as desconfianças que por tanto tempo haviam mantido afastados o

Império brasileiro e as vizinhas Repúblicas sul-americanas, as lideranças republicanas buscariam superar as supostas causas das freqüentes intervenções luso-brasileiras na região. Com apenas dois países — o Paraguai (1872) e a Venezuela (1859) — tinha o Brasil fronteiras fixadas definitivamente no período monárquico. Haviam sido assinados tratados também com o Peru (1851) e com a Bolívia (1867), que se revelariam posteriormente insubsistentes.

A primeira das questões territoriais a serem encaminhadas envolvia o território de Palmas, no oeste do atual Estado de Santa Catarina, de pouco mais de 30.000km². Prenunciando o “paradigma da integração”, que só muitas décadas mais tarde viria a prevalecer, o Governo Provisório, ansioso por dar prova de fraternidade americana, assinara em janeiro de 1890, em Montevideú, tratado que dividia a área entre o Brasil e a Argentina. Seguiu-se, contudo, intensa mobilização popular e das elites dirigentes brasileiras contra o que se percebia como uma cessão territorial indevida. Em agosto de 1891, o Congresso Nacional terminou por rejeitar o Tratado de Montevideú. Recorreu-se então ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

Em abril de 1893, Rio Branco foi indicado para defender a posição brasileira em Washington, em substituição ao recém-falecido Barão de Aguiar de Andrada. Três dias após, dirigiu a A.F. de Paula e Sousa, então Ministro das Relações Exteriores, carta da qual vale a pena reproduzir trecho pelo que contém de revelador sobre a personalidade de Rio Branco:

“Desde 1875 tenho levado uma vida de retraimento que é a que melhor quadra com as disposições de meu espírito e me permite consagrar boa parte de meu tempo aos estudos e trabalhos de minha predileção. Muito voluntariamente, quando ainda era moço e podia ter ambições, pois contava com amigos e protetores influentes, renunciei a tudo para levar a vida obscura que tenho vivido e a que desejo prontamente voltar. Agora, acudindo ao apelo do Sr. Marechal Presidente e de V.Exa., vou sair por alguns meses de meu retiro, voltar, por assim dizer, ao mundo (...). Trata-se da defesa de um território brasileiro de que os nossos vizinhos nos querem esbulhar, de uma questão de história e geografia que suponho conhecer, e,

portanto, de uma missão em que acredito poder ser de algum préstimo (...). Eu não tenho, portanto, o direito de escusar-me no caso presente, alegando motivos de comodidade pessoal ou de ordem privada quando o sacrifício que faço, ao romper com meus hábitos, é apenas temporário e levo a esperança de poder estar de volta dentro de poucos meses”.

Em outras cartas do mesmo período, repete: “preferiria ficar sossegado no meu canto” e afirma que “terminada a missão voltarei para o meu canto e para os meus livros e papéis velhos, porque não quero saber de eminências e grandezas (...)”.

O êxito, porém, viria baldar as expectativas do Barão e o levaria a iniciar a trajetória de regresso ao Brasil e às culminâncias de sua obra. O laudo do Presidente Cleveland de 1895 reconheceria em toda a sua plenitude o direito do Brasil. O Cônsul em Liverpool, personagem ligado pelo berço e pelas circunstâncias de sua vida à monarquia, tornou-se imediatamente um herói republicano. Joaquim Nabuco incitou-o a “deixar de ser politicamente indolente” e a retornar ao Brasil. Por temperamento e por desejo de não ofender as sensibilidades da Argentina com comemorações populares no Rio de Janeiro, optou no entanto por voltar diretamente dos Estados Unidos para Liverpool.

Em julho de 1895, Rio Branco passou a preparar, em Paris, a defesa da posição brasileira na questão de limites com a Guiana Francesa, sobre a qual o Brasil e a França viriam a assinar um compromisso arbitral em 1897. A questão envolvia cerca de 260.000km². O governo suíço foi indicado como árbitro. O laudo, dado ao conhecimento das partes em dezembro de 1900, atendeu plenamente as pretensões brasileiras. Praticamente todo o território em litígio ficou com o Brasil, a fronteira foi fixada no curso de água que identificávamos como sendo o Oiapoque e vedou-se à França o acesso à margem esquerda do Rio Amazonas. O Brasil, pela mão de Rio Branco, havia obtido algo impensável para a época: lograra ganhar uma causa contra uma grande potência.

Rio Branco seria ainda o responsável pela redação da “memória” brasileira na questão de limites da Guiana Inglesa, submetida ao arbitramento do Rei da Itália por tratado assinado em 1901. Araújo Jorge refere-se às quatro “memórias” redigidas por Rio Branco —

Palmas, Guiana Francesa (duas) e Guiana Inglesa — como “modelos de erudição histórica, jurídica e geográfica”, em que sobressaíam a “clareza” e a “ordem” do texto, bem como a “pureza”, a “elegância” e a “precisão” da língua. O laudo do Rei da Itália, divulgado em 1904, foi mais favorável aos interesses ingleses do que aos direitos brasileiros, adjudicando ao Brasil 13.750km² de uma área em disputa de 33.200km². Nesse meio tempo, Rio Branco tornara-se Ministro das Relações Exteriores, e a defesa brasileira na Questão da Guiana Inglesa ficara a cargo de Joaquim Nabuco. O salomônico laudo italiano sobre a Guiana o decepcionaria. Daí para a frente, o Brasil jamais voltaria a utilizar o recurso do arbitramento.

Após curta permanência como Ministro em Berlim, em 1901/1902, Rio Branco foi convidado em 1902, por Rodrigues Alves, a assumir o Ministério das Relações Exteriores. Aceitou o cargo após muita relutância. Serviria a quatro presidentes: Rodrigues Alves até 1906, Afonso Pena e Nilo Peçanha entre 1906 e 1910 e Hermes da Fonseca até sua morte em 1912. O monarquista convicto – talvez menos por razões ideológicas e mais pela profunda admiração que devotava a D. Pedro II e a seu pai – viria ter na república o seu grande momento de projeção pessoal. Logo ao assumir o cargo, Rio Branco defrontou-se com a necessidade de uma solução urgente para a Questão do Acre. Na história diplomática do Brasil, poucos assuntos tiveram tanta repercussão interna e tanta carga emotiva. Havia risco iminente de conflitos armados entre os cerca de 60 mil colonos brasileiros estabelecidos em território boliviano, no Acre, e o governo de La Paz. Não se tratava, nesse caso, diferentemente das questões anteriores, de esgrimir argumentos históricos e geográficos para defender a soberania brasileira sobre determinado território, mas sim de procurar uma solução política e diplomática para um problema de fato criado pela presença em território boliviano de uma população brasileira que não aceitava sua submissão a La Paz. Rio Branco entendeu que não era aconselhável a via do arbitramento, e empenhou-se em promover entendimentos diretos com a Bolívia.

O Barão definiu como objetivo a aquisição do território, o que se concretizou com a assinatura do Tratado de Petrópolis em novembro de 1903. Mediante a indenização de dois milhões de libras esterlinas, compensações territoriais de cerca de 3.200km²

em outros pontos da fronteira comum e outros benefícios concedidos à Bolívia, atribuiu-se ao Brasil a soberania sobre um território de cerca de 191.000km². Dos entendimentos promovidos por Rio Branco, esse foi o único em que houve expansão territorial, pois em todos os outros o Brasil empenhara-se apenas pelo reconhecimento de direitos legítimos, decorrentes de motivos históricos e jurídicos. Essa foi, também, a única aquisição territorial do Brasil como nação independente. O uso concomitante da diplomacia e do recurso à força, a manipulação dos meios de comunicação, a contratação de agentes estrangeiros foram alguns dos expedientes utilizados por Rio Branco para atuar nas diversas frentes governamentais e privadas em que se desdobrou simultaneamente a questão no Brasil, nos EUA e na Bolívia. O estudo da operação diplomática empreendida pelo Barão para resolver a Questão do Acre revela a modernidade de seus métodos e de seu estilo de gestão.

Araújo Jorge fez o seguinte comentário sobre o tratado com a Bolívia: “Política externa menos escrupulosa teria adotado para o caso acreano um expediente de que não seria difícil rastrear precedentes em outros países: fomentar a revolta, reconhecer a independência dos acreanos, de conformidade com os seus desejos, proceder à incorporação do Acre ao Brasil, deixando à Bolívia o recurso extremo de uma guerra desigual”.

Outra importante questão solucionada por Rio Branco foi a dos limites com o Peru. A área em litígio era de 442.000km², na qual se incluíam os 191.000km² incorporados ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis. Após cinco anos de negociações, foi assinado, em setembro de 1909, o tratado de limites que atribuiu ao Brasil 403.000km² e ao Peru cerca de 39.000km² (ficando o Acre, assim, reduzido a 152.000km²). Na gestão de Rio Branco, foram ainda assinados tratados de limites com a Holanda (Guiana Holandesa) em 1906, com a Colômbia em 1907 (o qual reafirmou a soberania brasileira sobre uma área de 127.000km²) e com o Uruguai em 1909.

O acordo com o Uruguai representa um dos mais marcantes exemplos do espírito de equidade de Rio Branco. Para reparar o excesso de rigor cometido contra os uruguaios pelo tratado de 1851, que lhes tinha negado o direito de navegação na Lagoa Mirim e no

Rio Jaguarão, Rio Branco concedeu-lhes pelo tratado de 30 de outubro de 1909 mais do que haviam demandado: não só a livre navegação, mas também o condomínio da Lagoa Mirim e do Jaguarão e a propriedade de algumas ilhas. Refletia, assim, em gestos e atitudes concretas os pensamentos de seu pai e os que defendera ele mesmo pela imprensa: dotado de amplo território, consciente de sua força, o Brasil seria moderado, benévolo e generoso com seus vizinhos. Em mensagem ao Congresso, o Presidente e o Chanceler do Uruguai reconheceriam que “a Chancelaria brasileira concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia pediu em todos os tempos, e aceitou muito menos do que essa mesma diplomacia ofereceu, como compensação, em suas primeiras gestões”.

O acerto com o Uruguai foi o último dos grandes entendimentos de limites promovido pelo Barão do Rio Branco. Entre 1895, quando foi divulgado o laudo do Presidente Cleveland sobre a região de Palmas, e 1909, Rio Branco esteve à frente de negociações que levaram ao reconhecimento definitivo da soberania brasileira sobre territórios de cerca de 900.000km² (ou seja, mais de um décimo da área atual do Brasil).

Encerrada essa etapa de seu trabalho, Rio Branco comentaria já ter “construído o mapa” do Brasil, e que passaria então a “contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos”. Estava consolidada a “separação amistosa” dos vizinhos.

Equacionada a relação regional, Rio Branco pôde dedicar-se àquela que se constituiria na peça complementar de sua política exterior: a relação com os EUA. Já àquele tempo, os EUA haviam-se tornado o principal mercado para as exportações brasileiras de café, borracha e cacau. Dando seguimento a anteriores iniciativas como a proibição pelas autoridades brasileiras de *Ilusão Americana*, de Eduardo Prado em 1893; da construção de um monumento ao Presidente Monroe, em 1894; da cooperação com os EUA na guerra hispano-americana em 1898, o Barão lideraria em 1904 os esforços de reconhecimento da independência do Panamá e lograria em 1905 a elevação das Representações diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro ao nível de Embaixadas. Em 1906, Elihu Root faria ao Brasil, por ocasião da III Conferência Pan-Americana, a primeira viagem oficial ao exterior de um Secretário de Estado norte-americano.

Ao mesmo tempo, porém, que se configurava essa *unwritten alliance* entre o Brasil e os EUA, tão bem analisada pelo historiador norte-americano E. Bradford Burns, abria-se um processo de distanciamento entre o Brasil e seu mais poderoso e à época já opulento vizinho territorial, a Argentina. Rio Branco, preocupado com o desequilíbrio existente entre as Forças Armadas brasileiras e argentinas estabelece a necessidade de uma política de rearmamento. Diria, tal como citado por Calógeras:

“É indispensável que, antes de meio século, pelo menos quatro ou cinco das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, em recursos defensivos, como a nossa grande irmã do Norte, a competir com os mais poderosos Estados do mundo”.

Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em outubro de 1911, Dunshee de Abranches, um dos principais aliados do Barão nos meios políticos, revela a extensão das percepções brasileiras sobre a situação regional:

“Desde que em 1906 coube ao Rio de Janeiro a distinção de ser a sede da III Conferência Interamericana, as folhas governistas de Buenos Aires abriram uma campanha de difamação de ataques quase diários contra o Brasil. Para se obter do Congresso argentino a lei de armamentos, puseram eles em circulação, sem necessidade, as mais extraordinárias calúnias contra o Brasil e seu governo, dizendo que nos preparávamos para atacar a Argentina.... Durante quase três anos não só jornalistas adidos ao governo, mas altos funcionários empregaram-se em despertar antigos ódios de raça, até a pregar a necessidade de uma imediata demonstração naval ao Rio de Janeiro. Tentou-se mesmo separar o Chile do Brasil, propondo-lhe uma aliança que o governo chileno soube declinar desde que o Brasil não fosse também parte nesse pacto”.

Em 1908, o episódio do telegrama nº 9 expedido à Legação do Brasil em Santiago, interceptado, maliciosamente decifrado e tornado público pelo Chanceler E. Zeballos em Buenos Aires para provar uma suposta manobra brasileira de conspirar juntamente com o Chile e os EUA contra a Argentina, representou o auge das tensões. Rio Branco pôs fim à controvérsia quebrando o código empregado pelo Brasil e revelando que o telegrama apenas se referia aos esforços

da Argentina para minar as relações entre o Brasil e o Chile. A demissão subsequente de Zeballos viria a desanuviar o ambiente e a permitir que em sua visita ao Brasil, em 1910, o Presidente Sáenz Peña pronunciasse a famosa frase: “tudo nos une; nada nos separa!”. Em 1909, Rio Branco chegou a redigir pessoalmente um projeto de “Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento” entre Brasil, Argentina e Chile a partir do qual se estabeleceriam esforços para a configuração do chamado ABC, nome pelo qual ficaria conhecido o processo recorrente de configurar uma relação equilibrada e de cooperação entre o Brasil, a Argentina e o Chile.

Daí em diante, porém, a sombra dos EUA não deixou mais de estar presente na relação do Brasil com seus vizinhos. A Argentina, voltada prioritariamente para o eixo europeu, sempre revelou preocupação com as vinculações do Brasil com os EUA ao longo do século XX. Não foi outra, aliás, a justificativa teórica da política do “realismo periférico” empregada pelo Governo Menem para tentar arrebatá-la para a Argentina a primazia da relação com os EUA, tal como simbolizada na famosa manifestação do Chanceler Di Tella do desejo de manter “relações carnis” com a potência norte-americana. O Brasil havia mudado substancialmente sua inserção no mundo e sua interação com os EUA, mas na Argentina do final do século XX, na Argentina do Mercosul, percebia-se ainda a extensão da visão do Barão do Rio Branco a alimentar supostas vinculações do Brasil com a potência hegemônica.

Em síntese, o trabalho realizado pelo Barão com vistas à consolidação das fronteiras do país, por meio de recurso à arbitragem internacional ou de negociações diretas com os países vizinhos culmina o processo de intervenções de Portugal e, posteriormente do Brasil, no Prata e permanece como a mais relevante obra da diplomacia nacional. Tal como observa Rubens Ricupero: “Concebida em resposta a estímulos de mudanças políticas e econômicas de uma época e como instrumento para atingir determinados objetivos decorrentes de “certa idéia do Brasil”, (a política externa do Barão do Rio Branco) se converteu em paradigma supostamente válido para todos os tempos...

A visão política e estratégica de Rio Branco a respeito da relação com os países vizinhos pode ser interpretada, portanto, como a

resultante histórica do contraste entre a política de intervenção levada a cabo durante os períodos colonial e monárquico e a política de integração inicialmente almejada pelas lideranças republicanas.

Mediante a “separação amistosa”, Rio Branco resolveu a disjuntiva “intervenção *versus* integração” que, na verdade, refletia as duas faces de sua própria trajetória, a cavalo entre a tradição monárquica e a renovação republicana. Embora pródigo em manifestações de identificação e solidariedade com as Repúblicas irmãs da América do Sul, Rio Branco concebia o processo de definição pacífica das fronteiras do Brasil antes como fator de proteção e separação do que de união. Seu projeto não previa claramente o estabelecimento de vinculações mais estreitas do Brasil com os países sul-americanos que, por sua vez, não revelavam intuítos de se aproximar daquela imensa massa territorial de língua portuguesa e vocação atlântica que se consolidava em metade da área da América do Sul. As desconfianças eram recíprocas. Retórica à parte, a preocupação dominante de Rio Branco, além de garantir a solidez e a segurança das fronteiras brasileiras diante de um quadro regional historicamente incerto e hostil, foi a de consolidar uma aliança com a potência que emergia então no cenário mundial, os EUA. Distantes do Brasil no período monárquico e tendo mesmo discretamente apoiado uma que outra tentativa republicana, os EUA nunca haviam entretido com o Brasil relações de proximidade. Rio Branco inverteu o signo da relação e, ao fazê-lo, provocou nos países da região alguma desconfiança quanto às intenções do Brasil. Daí para a frente, até o fim dos regimes militares na região e a implantação do processo de integração simbolizado pelo Mercosul, essa desconfiança permaneceria latente, e a política regional brasileira seria sempre em alguma medida caracterizada pelas ambigüidades e ambivalências criadas pela política de “separação amistosa” de Rio Branco.

Rio Branco morreu em 10 de fevereiro de 1912. Seu nome permaneceu como um dos mitos mais enraizados na consciência popular brasileira. As razões desse fenômeno não devem ser buscadas apenas em sua obra diplomática, mas também – e talvez especialmente – em seu carisma pessoal e nos traços de sua personalidade formada pela convivência com o pai e com os momentos mais marcantes da afirmação nacional e internacional do Brasil. Como observa Calógeras:

“A um povo longamente torturado pela mediania de cogitações obscuras, pelo rastejar dos processos, pela subalternidade dos móveis, [Rio Branco] rasgara largas perspectivas no azul, mostrando um grande dever a cumprir para consigo e para com seus semelhantes e ensinara a suprema beleza do labor e do sacrifício pelo progresso humano. A esse povo renovara o ideal e restituíra uma alma”.

BIBLIOGRAFIA

Além de diversos textos anteriores do autor, foram utilizadas as seguintes fontes na preparação deste trabalho:

- Barão do Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*, Brasília, Senado Federal
- Barão do Rio Branco, *O Visconde do Rio Branco*, Rio de Janeiro, A Noite Editora
- Hermes Vieira, *A Vida e a Época do Visconde do Rio Branco*, T.A. Queiroz, Editor
- José Antônio Soares de Souza, *Honório Hermeto no Rio da Prata*, Brasiliense, vol. 297
- José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao Amigo Ausente*, Instituto Rio Branco – MRE
- Araújo Jorge, Introdução in *Obras do Barão do Rio Branco*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores
- Dunshee de Abranches, *Rio Branco e a Política Exterior do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Brasil
- Pandiá Calógeras, *Estudos Históricos e Políticos*, Cia. Editora Nacional
- Álvaro Lins, *Rio Branco*, São Paulo, Cia. Editora Nacional
- Luiz Viana Filho, *A Vida do Barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Livraria Martins Editora
- E. Bradford Burns, *“The Unwritten Alliance”*, Columbia, Columbia University Press
- E. Bradford Burns, *As Relações Internacionais do Brasil durante a I República*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, Difel Editora
- Rubens Ricupero, *Barão do Rio Branco, uma Biografia Fotográfica*, Fundação Alexandre de Gusmão
- Rubens Ricupero, *Rio Branco, O Brasil no Mundo*, Contraponto Editora

RIO BRANCO E O EIXO DO ATLÂNTICO

DANIEL LARRIQUETA

1. AS RAÍZES

Vista hoje, a grande construção intelectual, diplomática e política que é a vida de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, aparece como uma contribuição decisiva para a fixação do eixo do Atlântico, a linha estratégica da modernidade para a América do Sul dos nossos dias. Essa perspectiva ilumina de um modo diferente seus trabalhos e permite compreender toda a dimensão de sua personalidade e de sua obra.

Como em todas as regiões dinâmicas do mundo, a área do Atlântico sul-americano foi definida por uma combinação de circunstâncias geográficas e históricas que com igual força convidavam ao conflito e à convergência. E não é de estranhar que essa dualidade, conflito/convergência, tenha sido a chave do pensamento do Barão do Rio Branco.

A região que nos inclui nasceu politicamente dividida pelas disposições do Tratado de Tordesilhas, uma regra que, ignorando as realidades geográficas, criava áreas de soberania cujo resultado final ficaria sujeito à ação dos homens no longo processo de construção histórica.

Eram tão grandes os territórios distribuídos pela decisão papal, e tão escassos os meios que as Coroas da Espanha e de Portugal podiam mobilizar, em termos relativos, que o fluxo da colonização se dividiu de modo desigual, criando pontos fortes e fracos, conforme as condições que se iam apresentando em cada caso.

Para a Espanha, as descobertas e conquistas dos grandes Impérios pré-colombianos, no México e no Peru, definiram uma ênfase na ocupação de toda a porção ocidental do Novo Mundo, e até mesmo do gigantesco Oceano Pacífico que, tendo nas Filipinas sua extremidade asiática, se converteria assim no *mare clausum* espanhol.

Para Portugal, o feliz itinerário que dobrava o Cabo da Boa Esperança, no rumo da Índia, aperfeiçoado por Vasco da Gama no

ano de 1498, desenhou quase acidentalmente sua presença no extremo oriental da América do Sul.

As duas potências tinham tomado rumos divergentes, e os frutos extraordinários das suas conquistas transformavam o grande espaço intermediário em uma região quase vazia. Do ponto de vista espanhol, a costa atlântica da América do Sul aparecia só como uma porta aberta para a rica civilização indígena, construída em torno da prata peruana. A força desse mandato permanece fixada definitivamente no nome do grande rio, Rio da Prata, e da própria República Argentina.

Do ponto de vista português, a exploração e ocupação das costas sul-americanas sob sua soberania seriam fatos marginais comparados ao enorme esforço de construção do império lusitano em movimento, que se estenderia com admirável força épica, sempre na direção do Oriente, até desembarcar no Japão.

Oitenta anos depois das descobertas, o povoamento espanhol do Atlântico Sul se reduzia quase exclusivamente ao minúsculo Porto de Buenos Aires, que não em vão era chamado de “as portas da terra”, e que só se havia consolidado em sua segunda fundação, em 1580 — fundação decorrente da colonização do Peru, depois de fracassada a fundação de raiz puramente atlântica, tentada por Dom Pedro de Mendonça em 1536.

O povoamento português da costa americana firmou-se no extremo Norte, associado ao próspero mercado mundial do açúcar. O litoral que se estendia na direção da linha de Tordesilhas foi objeto mais de atenção militar do que alvo de um grande esforço colonizador. Assim nasceu a emblemática Rio de Janeiro, como resposta militar às ambições francesas, ficando condenada a sobrevivência quase latente do ponto de vista demográfico, econômico e cultural. Em 1580, o Rio de Janeiro e Buenos Aires eram dois pontos insignificantes na geografia da civilização ocidental, e o espaço que as separava, maior do que qualquer país europeu, era um deserto verde, improdutivo e desocupado.

Mas naquele ano de 1580 as mudanças havidas na política européia terão eco inimaginável neste longo litoral do Atlântico Sul, com a proclamação de Felipe II da Espanha como Felipe I de Portugal, dando origem à monarquia dual. A linha de Tordesilhas desaparece,

mas os acordos políticos e econômicos que acompanhavam a unificação das duas Coroas teriam influência fundacional no destino do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Comprometido o monarca a facilitar aos comerciantes portugueses, seus novos súditos, o acesso à prata do Novo Mundo – conforme demonstrou recentemente o eminente historiador português Vitorino Magalhães Godinho – a rota do Atlântico Sul passou a ser uma via natural para o novo comércio.

Em troca da prata peruana um tráfico crescente de escravos negros africanos deslocou-se para o eixo Rio de Janeiro – Buenos Aires, provocando o súbito crescimento das duas cidades. A nova riqueza do Rio de Janeiro sustentou o povoamento de São Paulo de Piratininga e a expansão dos bandeirantes pelas terras do interior, dando nascimento efetivo a toda a região centro-meridional do Brasil de hoje. A nova prosperidade de Buenos Aires fez dela uma cidade de cunho português, com tanto poder político, que provocava queixas dos governadores, obrigando a Coroa a criar em 1623 uma aduana seca na cidade de Córdoba, 800 quilômetros a Noroeste.

Nos 60 anos da monarquia dual (1580-1640) a zona de conflito traçada pela linha de Tordesilhas converte-se em um espaço de convergência. Como se fosse a antecipação de um destino, essa convergência pacífica, criativa, fecundante, é de grande valia para as duas cidades centrais e suas zonas de influência – que, para o Rio de Janeiro, vai estender-se até os limites do Paraguai e, para Buenos Aires, até as serras de Córdoba. Mas essa prosperidade terá também forte expressão cultural e política. O castelhano e o português serão falados igualmente nas duas cidades, e o partido espanhol terá no Brasil figuras tão eminentes como Salvador Correia de Sá, os Camargo e Amador Bueno da Ribeira; e o partido português alcançará em Buenos Aires enorme poder, com Diego de Vega, um banqueiro com agentes no Rio de Janeiro, Sevilha e Lisboa.

2. OS CONFLITOS

A dissolução da monarquia dual, em 1640, porá fim à convergência pacífica que tantos frutos tinha dado, abrindo um período de conflitos que se prolongará por dois séculos e meio, primeiro entre as Coroas de Portugal e Espanha, após as respectivas

independências, e mais tarde entre o Império do Brasil e as Repúblicas herdeiras do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Mas se o conflito político e militar é fato novo, é interessante observar que os laços econômicos e culturais que tinham sido traçados sob a monarquia dual continuarão incitando à busca de formas de interconexão que prolonguem os benefícios logrados.

Nos primeiros anos, os interesses lusitanos procurarão manter aberta a porta para a prata peruana, com gastos militares e de fundação que atingem seu ponto culminante com a instalação da Colônia do Sacramento, em 1680. A partir de 1696, quando começa a fluir o ouro descoberto em Ouro Preto, as regiões rio-platenses de soberania espanhola procurarão participar dessa nova prosperidade abastecendo o mercado brasileiro em expansão.

O resultado desse dinamismo quase ingovernável para os poderes políticos das duas Coroas será fazer com que as diferenças jurisdicionais e de limites entre Espanha e Portugal, nessa região atlântica da América do Sul, estejam presentes em todas as mesas de negociação da política européia.

A região afirma seu dinamismo e exige a atenção dos poderes metropolitanos, mas também obriga a transferir para ela os melhores recursos de Lisboa e de Madri. Esse é o sentido último que tem a criação quase simultânea dos dois Vice-Reinados, o do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, em 1764, e o do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, em 1776.

As exigências econômicas e militares dessa região, que dois séculos antes era virtualmente um deserto, levaram a duas decisões políticas da maior importância, que legalizam definitivamente a existência e a relevância desse eixo do Atlântico. Assim, ao terminar o século XVIII, as duas pequenas aldeias originais, Rio de Janeiro e Buenos Aires, são prósperas cidades de 30.000 habitantes.

Em lugar de resolver os conflitos, a independência política das novas nações acrescentou confusão e dramaticidade às lutas regionais. É esse o cenário em que se projetarão as figuras internacionais do Visconde do Rio Branco, em primeiro lugar, e, depois, do Barão do Rio Branco.

Sabemos hoje que o cenário exigia interpretação política muito inteligente, porque era o maior núcleo de modernidade da América

do Sul, o espaço de maior potência econômica e também a região das maiores discórdias. Do tratamento político que tinha sido dado a esses elementos tão contraditórios dependia o futuro das maiores nações sul-americanas, e por isso a região e a época nos parecem tão fascinantes. Será talvez o mesmo fascínio que impulsionou o jovem Juca Paranhos a centralizar suas primeiras curiosidades geográficas e históricas na região do Rio da Prata.

Sabemos hoje que o caminho histórico positivo devia levar o conflito de volta à convergência, retrocedendo tanto quando possível rumo à unidade de 1640. Mas essa certeza, intuída provavelmente pelos protagonistas, era de difícil realização enquanto não amadurecessem as respectivas sociedades nacionais.

É interessante lembrar as diferenças quantitativas entre os países. Na época da independência o Império do Brasil tinha cinco milhões de habitantes; o que é hoje a República Argentina, 500 mil. O Uruguai tinha pouco mais do que a população de Montevideu, e o Paraguai vivia encerrado no sistema autocrático e xenófobo do ditador Francia.

No caso da Argentina, o esforço principal era dirigido contra os exércitos espanhóis, na duríssima Guerra da Independência, e se estenderia por mais de 10 anos desde o Norte do país até Lima, e a batalha final de Ayacucho, em 1824.

Para compreender a difícil construção territorial, política e institucional da Argentina é indispensável ter presente essa condição de nação bifrente, que persistirá desde a revolução de maio de 1810 até os Pactos de Maio com o Chile, em 1902. Durante todo esse século, os dirigentes argentinos precisarão enfrentar, com esforços semelhantes, os conflitos na frente oriental, cujos protagonistas principais são o Brasil e o Paraguai, e aqueles na frente ocidental, tendo o Chile como ator e a Bolívia em posição secundária. As duas frentes, sempre ativas e palpitantes, se mesclarão com as duras guerras interiores que até a Constituição de 1853 serão quase permanentes, mas que continuarão com explosões esporádicas até o ano de 1880, o que dá à sociedade argentina do século XIX o caráter de uma nação guerreira, e explicará provavelmente a desproporção entre o tamanho de sua população e economia e, de outro lado, a importância de seus empreendimentos militares.

No entanto, à medida que o século avança, os dirigentes argentinos estarão cada vez mais conscientes de que tanto as guerras rio-platenses como a Guerra da Independência e as guerras civis destruíram enormes recursos, necessários para seu progresso. Em outras palavras, à medida que se forma e consolida o território, a sociedade argentina vai assumindo a necessidade de ter políticas de convivência pacífica no interior do país e nas fronteiras, como condição para um progresso sustentado. Temos o direito de supor que os estadistas brasileiros mais esclarecidos dessa época observavam tal processo, favorecidos pelo crescente diálogo e entendimentos com alguns dos estadistas argentinos que ficaram consagrados como próceres nacionais. Nesse diálogo, aparecem do lado brasileiro duas figuras estelares, o Visconde e o Barão do Rio-Branco.

A mudança havida na dinâmica política, na frente oriental argentina, encontra-se com mudança de igual natureza na concepção política brasileira. E ninguém a descreve melhor do que o próprio Barão do Rio Branco, quando, ao anotar a obra de L. Schneider, *A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo da República do Paraguai*, afirma: “O Brasil tem dado mais de uma prova de que não abriga os projetos de conquista que lhe têm sido atribuídos. O desinteresse com que procedeu em 1852, depois da vitória de Caseros, e em 1870, terminada a sangrenta Guerra do Paraguai, deve ter desenganado todos os que de boa fé lhe imputavam tais projetos. No Primeiro Reinado o Império ainda seguia as tendências e a velha política da Metrópole, mas com o tempo modificou-se essa política, identificando-se completamente o governo com a opinião nacional (...) O que desejamos sinceramente é que nossos vizinhos nos deixem em paz. Território temos de sobra”.

Os marcos a que se refere o Barão do Rio Branco são, igualmente da perspectiva argentina, dois pontos de inflexão nas relações entre o Império e a República. Quero porém resgatar um sentido fundamental dessas duas alianças, que talvez não fosse tão evidente para os contemporâneos, mas que qualificou de forma positiva as relações de convergência entre o Brasil e a Argentina. Na aliança com o governador Urquiza, que culmina na Batalha de Caseros com a queda do tirano Rosas, o Império aparece como aliado das forças

mais modernas da nação argentina, que irão conduzir à organização institucional definitiva do país. Na aliança com a Argentina e o Uruguai contra a ditadura paraguaia, o Império está associado, outra vez, às forças mais modernas da Argentina, que não podem progredir na consolidação da paz interior enquanto prosseguirem as intrigas e incitações do governo paraguaio. Parece-me importante o fato de que os pontos de encontro do Brasil e da Argentina em 1852 e 1865 estejam na linha da consolidação do processo de modernização. E como às alianças políticas e militares nunca falta conteúdo ideológico, considero crucial resgatar o fato de que, desde o primeiro instante, as novas alianças entre o Brasil e a Argentina estavam a serviço da modernidade. Essa é a herança histórica e a essência do eixo do Atlântico que começa a sair do longo período das confrontações, voltando-se para a convergência. O Barão do Rio Branco será um dos seus herdeiros e construtores.

Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, os dois países estão em condições de dirigir suas energias para o esforço interior, como se caminhassem paralelamente no sentido da maturidade institucional: na Argentina essa atitude se apresenta com a chamada “questão capital”, definida em 1880; no Brasil, manifesta-se com o triunfo das idéias abolicionistas e a extinção da monarquia. As três nações da Tríplice Aliança terminaram a guerra com alguns assuntos pendentes entre si, mas com a maior corrente da opinião pública favorável às opções pacíficas e ao desenvolvimento material e cultural. Naquele momento o Brasil tem 10 milhões de habitantes; a Argentina, 1,8 milhão. O adversário histórico da Argentina a Oeste, o Chile, que em plena Guerra do Paraguai reclamou para si extensas regiões da Patagônia, tinha uma população de 1,9 milhão.

Nos 20 anos que se seguiram à guerra, juntamente com as mudanças institucionais no sentido da modernidade, que já registramos, os dois países experimentam os benefícios da paz com crescimento demográfico, econômico e humano quase espetacular. Começam as grandes correntes migratórias que trarão ao Brasil mais de dois milhões de novos habitantes, e à Argentina mais de três milhões. A taxa de crescimento demográfico para o período 1870-1890 aumenta no Brasil a 18 por mil por ano, e na Argentina,

chega a 31 por mil. A tendência crescente desse processo reflete-se no fato de que a taxa de crescimento vegetativo do Brasil nos anos posteriores a 1890 chegará a 21 por mil, e a da Argentina, a 34 por mil.

Esses frutos notórios da paz externa e do crescimento para dentro alimentarão com força cada vez maior as correntes pacifistas, colocando em situação de preeminência os políticos dos dois países que usam seu talento e energia para inventar políticas de solução pacífica dos diferendos. São os políticos que sabem que o caminho da paz é mais proveitoso e que extraíram dos sangrentos campos de batalha da Guerra do Paraguai a lição da dor; são eles que edificarão uma nova época: a época de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

3. OS ENCONTROS

Sílvio Romero diz que “o decênio de 1840 a 1850 foi talvez um dos de maior efervescência literária havidos no Brasil”, e Álvaro Lins afirma: “uma grande geração de estadistas começa a aparecer na época de 1840-50”.

Esse movimento de renovação que se observa no Brasil tem paralelamente uma contrapartida na Argentina. Antes e depois da Batalha de Caseros (1852) a vida pública será convulsionada pela maturidade e a atividade dos exilados, seu regresso após aquela batalha e o surgimento de novas personalidades no panorama político argentino. Parecia que já então a trepidação das mudanças ocorriam simultaneamente ao longo de todo o eixo do Atlântico, incluindo, certamente, a República Oriental do Uruguai. O Brasil que convocará o Barão do Rio Branco para funções da maior relevância é um país de homens novos. E a Argentina com que Rio Branco dialogará em sua maturidade é também um país de homens novos, com a curiosa coincidência de que o processo de mutação ocorre nessa metade do século XIX, quando o Brasil passa do Primeiro ao Segundo Reinado, ao mesmo tempo em que a Argentina recebe sua Constituição definitiva e seu primeiro governo federal. A geração do Barão do Rio Branco (1845) é a mesma que na Argentina dá nascimento a Roque Sáenz Peña (1851) e Estanislao Zeballos (1854).

A esse encontro de gerações vincula-se também o encontro com o grande tema, a construção de um novo espaço político no Atlântico Sul. O fascínio que os problemas do Rio da Prata exercem há séculos sobre os brasileiros se incorporará ao espírito do jovem Rio Branco quando acompanha o pai nas missões relacionadas com as alianças militares e a reconstrução do Paraguai. No rico e complexo processo de articulação do Brasil moderno, que começa sob o Segundo Reinado e se acelera com a República, um homem com as qualidades intelectuais e pessoais do Barão poderia ter sido levado a permanecer em outras funções, como de fato aconteceu em seu longo exercício consular em Liverpool, até 1893. Mas o Rio da Prata e a sua zona de influência, assim como a modernidade do grande eixo Rio de Janeiro – Buenos Aires, atraíram desde o princípio a atenção do jovem Paranhos, como testemunha a biografia do Barão do Serro Largo, que escreveu ainda muito jovem. Este é outro encontro fundacional: a família Rio Branco e o Rio da Prata.

Referindo-se ao homem, o Embaixador Álvaro Lins enfatiza outras circunstâncias de seu destino singular: “houve no seu caso um encontro providencial: uma perfeita competência em certas tarefas que precisavam da sua aplicação. Tudo o que Rio Branco aprendeu se destinava a uma obra diferente da que realizava; as incumbências que vinham a seu encontro, com as quais nunca sonhara, exigiam justamente o que ele aprendera, e sabia (...) encontro inesperado e misterioso dessas duas correntes: a da personalidade do estadista e a da oportunidade das questões”.

Não se pode deixar de compartilhar essa comprovação de Álvaro Lins, quase como uma surpresa, quando nos detemos nos anos de estudo e meditação do Barão do Rio Branco, jovem e também maduro, sobre os problemas geográficos e históricos do território, enquanto suas tarefas cotidianas pareciam incliná-lo mais para os assuntos comerciais ou de pura representação diplomática.

O “encontro providencial” a que se refere Álvaro Lins concretiza-se com a questão de limites das Missões, o último diferendo territorial que poderia ter levado o Brasil e a Argentina a um confronto militar.

A fronteira das Missões estava em aberto depois dos ajustes de limites do pós-guerra, mas tanto no Brasil como na Argentina já havia forte preponderância das tendências pacifistas e claros progressos

na economia e na cultura. Essa vocação pacifista foi confirmada expressamente pelo primeiro Chanceler republicano, Quintino Bocaiúva, quando assinou em Montevideu, com o Chanceler argentino Zeballos, o tratado de partição do território em litígio. O tratado não prosperou, mas esse primeiro gesto da nova República criou um clima de paz que ainda é lembrado em Buenos Aires com a rua que tem o nome do eminente político brasileiro.

Recusado o tratado Zeballos-Bocaiúva, a questão ficou submetida automaticamente à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos. Um curso curiosamente caprichoso do destino, que não cessa de surpreender os historiadores brasileiros, transformou o discreto Cônsul-Geral em Liverpool no representante do Brasil junto ao Presidente Grover Cleveland para a solução do pleito. O que tirava Rio Branco de sua silenciosa gestação européia para convertê-lo em protagonista definitivo da política rio-platense e brasileira era um episódio do Rio da Prata, com o qual havia tropeçado o primeiro governo republicano e que mantinha em suspenso os estadistas das duas maiores nações da região. O homem encontrava-se com todas as suas capacidades; encontrava-se com seu caminho de grandeza e, por meio do Rio da Prata, com o velho ponto de encontro e desencontro das fronteiras e dos interesses portugueses e espanhóis.

Era o encontro de todos os encontros. A definição original e única da vida do Barão do Rio Branco: ser homem dos encontros e para os encontros.

A perícia de Rio Branco e a insuficiência da documentação argentina levaram o Presidente Cleveland a decidir, em seu laudo, em favor do Brasil. Mas a moldura de paz e prosperidade em que todos esses episódios se desenrolavam, e a altura intelectual e moral dos estadistas dos dois países litigantes consolidaram a validade do laudo e a sua aceitação pacífica pelas duas partes. Tudo sintetizado na frase com que o Barão do Rio Branco agradece as merecidas felicitações: “nossos aliados de Caseros e do Paraguai”.

Mas na exposição de motivos que Rio Branco apresentou ao Presidente dos Estados Unidos para justificar a pretensão brasileira, há uma espécie de argumento de “fronteiras razoáveis” que deve ter tido peso significativo na decisão e que curiosamente sempre ilustrou a política da Argentina em todos os seus conflitos fronteiriços. Diz

o Plenipotenciário brasileiro: “fundamenta ademais o seu direito na posição especial desse território, que é indispensável para a segurança e defesa e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros estados da União brasileira”.

Os 100 anos transcorridos desde o laudo permitem confirmar a razoabilidade do acordado, quando se observa a convivência funcional e harmoniosa da fronteira argentino-brasileira, cujo traçado não perturba o crescimento nos dois lados e produziu um século de vida sem tensões.

4. OS ESTADISTAS

O estadista e pensador argentino Estanislao Severo Zeballos, que desde o laudo arbitral relativo ao território das Missões aparece em contraste com o Barão do Rio Branco, tem imagem muito negativa entre os historiadores e comentaristas brasileiros. Mas não é possível imaginar Rio Branco construindo o eixo do Atlântico a partir do Brasil sem entender as razões profundas dos encontros e desencontros com o argentino Zeballos, que foi três vezes Ministro das Relações Exteriores (1889-1890, 1891-1892, 1906-1908).

Sendo Zeballos homem de viva inteligência e vasta cultura, que chegou à Chancelaria com apenas 35 anos, teve lugar muito destacado na vida argentina, até a sua morte, em 1923. No entanto, embora muito conhecido por sua atividade e pelas posições contundentes assumidas no campo das relações internacionais, não se pode compreender plenamente sua personalidade sem levar em conta que, na vida interna da Argentina, foi um infatigável propulsor do progresso, de preferência pelo desenvolvimento jurídico, científico e educativo.

A concepção de Zeballos da grandeza da Argentina e do lugar que ela deveria ocupar no mundo era comparável à visão que tinha Rio Branco da grandeza do Brasil. E movido por esse sonho ele encarnou, talvez como nenhum outro diplomata argentino, a última fase da política bifronte a que já nos referimos. Era um período de relações ríspidas com o Chile, estando em debate a soberania sobre as extensas regiões austrais e o cumprimento estrito do princípio de “Argentina no Atlântico, Chile no Pacífico”. A atitude

tradicionalmente belicista do Chile, que havia causado tanto sofrimento à Bolívia e ao Peru na recente Guerra do Pacífico, era uma sombra projetada sobre a política exterior argentina. Isso obrigava nossos estadistas a guardar zelosamente o equilíbrio político e militar com os vizinhos, nas históricas frentes ocidental e oriental. Zeballos foi um dos mais exaltados protagonistas desse processo, e assim devem ser analisadas suas posições em relação ao Brasil desde os fins do século XIX até o começo da Primeira Guerra Mundial. Com toda a vivacidade do seu caráter ele assumiu a necessidade de evitar que o rearmamento do Brasil na frente oriental debilitasse a posição da Argentina em relação aos conflitos nas questões limítrofes com o Chile.

Estanislao Zeballos não é o único grande ator dessa combinação da soberania com a paz. Outro, muito destacado, é seu amigo íntimo, também Chanceler e futuro Presidente da nação, Dr. Roque Sáenz Peña. Para entender a complexidade do período e das personalidades em jogo, vale recordar que antes de ascender a seus elevados cargos públicos Sáenz Peña se alistou como voluntário no Exército peruano para lutar contra o Chile, e que seus méritos nessa guerra lhe valeram a patente de General do Exército do Peru.

Quando em 1908 Zeballos deixa pela última vez o Ministério, o Barão do Rio Branco já tinha seis anos como Chanceler. A Argentina, com mais de seis milhões de habitantes, taxa de crescimento econômico de 5% ao ano e vigoroso florescimento da educação, da ciência e da cultura, parece ter completado sua definição nacional, podendo encerrar, pacificamente, todo o século da política bifronte.

Um dos homens que melhor compreende essa mudança da situação e que está disposto a aproveitá-la é o Barão do Rio Branco, que a aperfeiçoa em 1909 com a proposta do Tratado da Cordial Inteligência entre Brasil, Chile e Argentina, que deve dar nascimento à idéia do ABC. O que há de positivo em tudo isso é que já está em cena o estadista argentino capaz de apertar a mão que lhe estende o Brasil: Roque Sáenz Peña, o companheiro de lutas e amigo íntimo de Estanislao Zeballos.

Eleito Presidente da República em 1910, e em meio de grande expectativa pelas mudanças políticas que se avizinhavam, Sáenz Peña recebe o convite de Rio Branco para viajar ao Brasil antes de assumir

o cargo. Um exemplo do olhar penetrante e ágil do grande estadista brasileiro, que recolhia integralmente o legado da convergência no Rio de Prata para restaurar e projetar para o futuro o grande eixo do Atlântico. Roque Sáenz Peña devolve esse interesse com a mesma grandeza, e, no discurso que pronuncia no banquete do Itamaraty, lança a sua célebre fórmula: “Tudo nos une, nada nos separa”.

Rio Branco e Sáenz Peña encarnam nesse ponto culminante – em que os dois se aproximam, sem o saber já no fim de suas vidas – a excelência de uma espécie de maturidade esclarecida, aprimorando o movimento que 10 anos antes tinha sido iniciado pelos presidentes Campos Sales e Julio Roca. Creio que se pode tomar esse momento como um símbolo da convergência criadora que tanto promete às duas nações, desde o princípio da colonização européia. Mas os melhores frutos dessa convergência precisarão esperar ainda 80 anos, até outra época, com outros dois grandes estadistas, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, fundadores do Mercosul.

Essa paisagem límpida e calma vai mudar em seguida, pela dinâmica dos acontecimentos internos no Brasil e na Argentina, e não deixa de ser fato curioso a simultaneidade com que se passam os eventos nos dois países.

Em 10 de fevereiro de 1912 morre o Barão do Rio Branco, entristecido pelas reverberações do bombardeio da Bahia. Nesse mesmo ano, o Congresso argentino sancionará a lei do sufrágio universal que leva o nome do Presidente Sáenz Peña. Nos dois países findava uma época.

Álvaro Lins diz que com o governo de Hermes da Fonseca e o falecimento do Barão do Rio Branco termina a “República dos Conselheiros (...) a época mais feliz da República”. Com a sanção da Lei Sáenz Peña e sua entrada em vigor terminam na Argentina os governos das minorias esclarecidas, que cedem lugar à democracia popular.

O Brasil de Rio Branco e a Argentina de Sáenz Peña entram em uma época rica em acontecimentos internos, mudanças sociais e políticas, construção da sociedade moderna. Estão certos de suas fronteiras e têm, como diria Rio Branco, “território de sobra”. Os dois sabem também que gozam o privilégio de liderar a modernidade

sul-americana, que se assenta sobre o grande eixo do Atlântico – o qual é, sem dúvida, legado maior do pensamento e da obra de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

BIBLIOGRAFIA

Ferrari, Gustavo: *Estanislao S. Zeballos*, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales.

Halperín Donghi, Tulio: *Historia de América Latina, 3: Reforma y Disolución de los Imperios Ibéricos 1750-1850*, Madrid Alianza Editorial, 1985.

Larriqueta, Daniel: *La Argentina Imperial*, Buenos Aires, Edit. Sudamericana, 1996.

Larriqueta, Daniel: “400 Años Rumbo al Mercosur”, *Revista Todo es Historia*, Buenos Aires, novembro de 1997.

Lima, Oliveira, *O Império Brasileiro*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

Lins, Álvaro: *Rio Branco*, São Paulo, Edit. Alfa Omega, 1996.

Luna, Felix: *Soy Roca*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1989.

Rio Branco, J. M. da Silva Paranhos, Barão do: *Obras do Barão do Rio Branco*, Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, 1948.

Rio Branco, Raul do: *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1942.

O BARÃO DO RIO BRANCO E O URUGUAI

JULIO MARÍA SANGUINETTI

Aqui não cantamos vitória, e nada mais ridículo e inconveniente do que um diplomata apregoando vitórias.

Barão do Rio Branco

Em Montevideu, a capital do Uruguai, um belíssimo monumento de mármore de Carrara, obra do escultor Pablo Mañé, lembra o Barão do Rio Branco na praça que tem seu nome, situada na confluência das Avenidas Brasil e Dr. Francisco Soca com a Rua Libertad. O monumento mostra na parte superior quatro figuras simbólicas que rodeiam uma Vitória alada; na base, há um medalhão com a efígie do Barão do Rio Branco e a inscrição: “A República Oriental do Uruguai ao Chanceler José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, 1845-1912”. Foi erigido em 1926, depois de falecido o ilustre brasileiro, culminando assim uma série de homenagens que o país lhe vinha tributando desde 1909.¹

Vale lembrar que a Avenida Brasil é uma das mais elegantes e espaçosas do bairro residencial de Pocitos, e foi em 1909 que recebeu esse nome, precisamente para honrar o modo como o Brasil tinha resolvido suas questões fronteiriças com o Uruguai.

Como se não bastasse, uma rua central importante de Montevideu, que cruza a principal avenida, 18 de Julho, chama-se também Rio Branco. E uma cidade dinâmica da fronteira com o Brasil, antigamente Pueblo Artigas, recebeu também o nome de Rio Branco.

Todas essas homenagens, incomuns em qualquer capital, tratando-se do Chanceler de outro país, explicam, contudo, o sentido profundo, real e simbólico, político e emocional do que foi a diplomacia brasileira no princípio de um século esperançoso e convulso, em que o Uruguai começava uma grande transformação social enquanto curava as feridas da última guerra fratricida, a de 1904, terminada

com a morte do último grande caudilho rural, Aparicio Saravia, irmão do célebre Gumersindo, a quem tinha acompanhado na sua gesta rio-grandense aí por 1895.

1. OS TRATADOS DE 1851

O fenomenal episódio bélico que envolveu todo o Rio da Prata entre 1839 e 1851 colocou de um lado o governo de Buenos Aires, tendo à frente o ditador Juan Manuel de Rosas, e de outro o do Uruguai, presidido por Joaquín Suárez. Os opositores argentinos de Rosas, liberais e intelectuais independentes, refugiaram-se em Montevideú, que permaneceu sitiada durante nove anos e foi consagrada como “a nova Tróia” por Alexandre Dumas, em opúsculo no qual defendia a causa do governo da defesa. De seu lado, o Partido Nacional uruguaio apoiava Rosas e sitiava Montevideú, tendo à frente o ex-Presidente General Manuel Oribe, que instalara um governo provisório no Cerrito, uma elevação perto do Centro da capital.

Transformada a situação em conflito internacional, participavam da defesa, em Montevideú, uma legião italiana, comandada por nada menos do que Giuseppe Garibaldi, uma francesa, sob o comando do Coronel Thyebaut, e outra espanhola, sob o comando do Coronel Neira, invocando os valores da filosofia liberal, da “civilização”, por contraste com a “barbárie” da ditadura rosista, que por sua vez levantava a bandeira do americanismo diante do que considerava a manipulação das grandes potências européias.

Foi uma guerra longa, com momentos de intensidade bélica e outros de sossego, mas alimentada sempre por desmedida paixão política, que punha em choque visões drasticamente contrastantes.

O governo da defesa de Montevideú desenvolveu intensa articulação diplomática, liderada por dois estadistas de enorme talento e cultura, o Chanceler Manuel Herrera y Obes e o Embaixador no Brasil Andrés Lamas. Sua idéia era conseguir uma aliança entre o caudilho General Justo José de Urquiza, de Entre Rios, o Império brasileiro e o governo da defesa, que permitisse a derrubada de Rosas. Essa estratégia deu resultado, e em fevereiro de 1852 caía Rosas, na chamada Batalha de Caseros, em que, diante da defecção de Urquiza,

o ditador de Buenos Aires praticamente não combateu, tendo encontrado às portas da cidade uma formidável força tripartite.

Para conseguir que o Império brasileiro entrasse nessa aliança, o governo da defesa teve que conceder-lhe cinco tratados, depois de intensas negociações. O de limites implicava para o Uruguai renunciar o que até esse momento eram reivindicações com firme sustentação jurídica, desde a Convenção Preliminar de Paz, de 1828, na qual, ao reconhecer-se a independência do país, se haviam fixado os limites da nova República. Esses instrumentos legais foram peça-chave do grande acordo em que o Chanceler José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Visconde do Rio Branco, concebeu a importância e o significado de provocar a derrubada de Rosas, cujas ambições sobre o território uruguaio e o controle do Rio da Prata eram indisfarçáveis.

O artigo primeiro do tratado dispunha sobre a renúncia do Uruguai à reserva do Tratado de Santo Ildefonso, que se referia aos territórios ocupados pelo Brasil na guerra com a Espanha. Nesse sentido, havia numerosas concessões, mas a que parecia mais lesiva era a contida no artigo terceiro, segundo o qual “a linha divisória circulará a margem ocidental da Lagoa Mirim até a boca do Jaguarão, seguindo dali pela margem direita do rio”. Em outras palavras, impunha-se ao Uruguai a “costa seca” no Rio Jaguarão e na Lagoa Mirim, com direito exclusivo de navegação para o Brasil fixado no artigo quarto. Essa norma dava ainda ao Brasil a faculdade de construir instalações, até fortificadas, em duas áreas situadas na desembocadura do Cebollati e na margem do Taquari. Desse modo, o Brasil adquiria enclaves territoriais no Uruguai, pequenos, mas estratégicos, e sobretudo o controle absoluto sobre as águas fronteiriças, que não só eram reconhecidas como de sua jurisdição soberana como não podiam ser navegadas por embarcações uruguaias.

Em circunstâncias normais nenhum governo uruguaio teria aceito tamanhas concessões, impostas pela necessidade da guerra e o desejo veemente de envolver o Império no conflito com Rosas. “Entre o Império e Rosas, um dilema fatal, Lamas e os estadistas e políticos de Montevideú optaram pelo Império. Consideravam que com este poderíamos sempre ajustar-nos e obter a reparação das injustiças; com Rosas, a sobrevivência da República era impossível.”² Como é natural, o tratado provocou enormes resistências, e já no

primeiro ano da sua ratificação foram trocadas notas reversais para a sua interpretação, estabelecendo que em caso de guerra as terras cedidas ao Brasil no Cebollati e no Taquari não poderiam ser utilizadas como pontos estratégicos ofensivos.

Feita a paz no Uruguai, aumentaram as críticas aos cinco tratados, questionando-se até mesmo a validade de sua ratificação. O próprio Andrés Lamas, autor dos acordos, chefiou diplomaticamente as tentativas de modificação. Isso deu lugar às negociações que em 1852 levaram à renúncia, pelo Brasil, dos territórios no Cebollati e no Taquari, depois de mediação argentina que culminou com a assinatura do Tratado de 15 de maio de 1852.³

Desde então, os governos uruguaios tentavam reiteradamente modificar o Tratado de 1851, especialmente em aspectos tão prejudiciais como era o da navegação nas águas do Jaguarão e da Lagoa Mirim. Em 1854, o General Flores instruiu Lamas a gestionar modificações, propondo-se a abolição recíproca de todos os impostos que afetassem os produtos agrícolas dos dois países e a navegação em comum na Lagoa Mirim. A gestão fracassou, mas em 1856 o governo de Gabriel Antonio Pereira voltou a instruir Lamas a conseguir alterações no Tratado de Comércio. A gestão feita por Lamas foi tão dura, que provocou uma conversa amarga, cheia de recriminações, com seu respeitado amigo o Chanceler José da Silva Paranhos, profundo conhecedor dos assuntos do Rio da Prata, que, inclusive, tinha assistido à assinatura do convênio da aliança contra Rosas e receberia seu título nobiliárquico enquanto se encontrava em Montevideu. Afastado o Visconde do Rio Branco da Chancelaria, renovam-se as negociações, que terminaram em 4 de setembro de 1857 com um novo Tratado de Comércio e Navegação baseado em desgravações sobre o intercâmbio comercial.

Quando o General Flores se sublevou contra o Presidente Berro, em 1864, dando início à revolução que ficou conhecida como Cruzada Libertadora, o tema chegou a ser motivo de reivindicação passional. Quando o Brasil interveio em apoio a Flores, contra o governo, este declarou “Rompidos, nulos e cancelados os tratados de 12 de outubro de 1851 e suas modificações, arrancadas violentamente da República pelo Império do Brasil”. A esquadra brasileira sitiava Paissandu, juntamente com as forças de Flores, e o decreto de anulação foi uma

réplica apaixonada, de tal forma solenizada, que batalhões se formaram na Praça da Independência, e os tratados foram incinerados. Na definição dessa guerra intervém decisivamente o Visconde, que consegue apoiar a vitória de Flores sem que se derramasse sangue em Montevideu (como, ao contrário, tinha acontecido, dramaticamente, em Paissandu). Isso, que foi sem dúvida um triunfo diplomático, quase lhe custa o cargo, ao ser qualificado no Rio de Janeiro por seus opositores do momento como um ato de debilidade. No entanto, o Visconde conseguiu demonstrar o êxito de sua intervenção em memorável jornada parlamentar, na qual, falando durante oito horas, mostrou a falsidade da colocação belicista que clamava por uma vingança sangrenta pela queima dos tratados. Esse processo foi vivido intensamente por seu filho, o futuro Barão do Rio Branco, que acompanhava o pai como diplomata, formando-se assim na coragem das atividades magnânimas e civilizadas.⁴

Com o triunfo de Flores, ele cancela a anulação proclamada, em clima de críticas e acusações.

As tentativas de reforma continuaram ao longo de todo o século XIX, embora praticamente todas tenham fracassado, em particular no que se refere ao tema da navegação. De qualquer forma, era vontade insistente do Uruguai sanar o que sentia como uma ferida profunda na soberania nacional.

2. TENSÕES NO RIO DA PRATA

Em 1907, o naufrágio no Rio da Prata do *Constitución*, a apenas dois quilômetros e meio da costa uruguaia, na altura de Colônia, e a uns 40 quilômetros da margem argentina, gera um conflito entre os dois países. As autoridades uruguaias organizam o salvamento, mas as argentinas o impedem, invocando direitos soberanos sobre esse canal, localizado praticamente na margem oposta. O incidente provoca protestos estudantis em Montevideu, a renúncia do Ministro das Relações Exteriores, que propunha atitude mais dura contra a Argentina, e até mesmo sugestões de militarização do país.

O incidente culminou com uma troca de notas entre o Embaixador uruguaio, Doutor Acevedo Diaz, celebrado romancista, grande figura política e intelectual, e o Chanceler argentino, Doutor

Estanislao Zeballos, em que os dois países afirmavam suas respectivas posições.

Desse modo, a Chancelaria e as Forças Armadas da Argentina começavam de fato a aplicar uma teoria que ignorava totalmente os direitos do Uruguai sobre o rio e sua navegação. Essa tese – que no passado já tivera defensores – era revivida a propósito de um conflito com o Brasil, quando Zeballos exigiu irritadamente que o vizinho do Norte interrompesse seu programa de construção de navios de guerra. Por causa da tensão provocada por essa corrida armamentista, o Presidente argentino, Figueroa Alcorta, convoca uma Junta de Notáveis para examinar o tema de acordo com as normas do direito internacional, oportunidade em que Zeballos desenvolve e explicita seus argumentos, que, contudo, não são revelados de imediato. No ano seguinte, 1908, o Ministro uruguaio em Buenos Aires, Acevedo Diaz, obtém uma versão desse discurso e o publica, para escândalo geral.

Essa publicação coincide com a presença de uma esquadilha naval argentina em frente a Montevideú, realizando evoluções e simulações de combate entre a Ilha das Flores, de jurisdição uruguaia, e o Banco Inglês, com disparos de canhão a três milhas dessa ilha e pouco mais de cinco milhas da costa, da qual se podia observar tudo. Em meio a clima de reação irritada, o Uruguai faz um protesto diplomático, e em sua resposta a Argentina praticamente reivindica soberania sobre todos os canais do Prata e seu espelho d'água.

Assim, o Uruguai passaria a ter na prática uma “costa seca” sobre o Rio da Prata, heresia jurídica que felizmente não tinha unanimidade na Argentina, recusada por vezes prestigiosas, como o jornal *La Nación*, que qualificava a tese de “além de impolítica, equivocada”. O Presidente do Uruguai, Doutor Claudio Williman, convocou uma Junta de Notáveis composta por 30 internacionalistas, consultando-os sobre o tema, e o resultado foi uma raríssima unanimidade de opinião a respeito do fundo da questão, embora a maioria se inclinasse pela busca de soluções amistosas.

Continuaram as provocações da Argentina, não só do Chanceler como dos militares, e o Ministro Almirante Betheder aplicava em todas as oportunidades possíveis a tese extravagante de Zeballos. O governo uruguaio enviou então a Buenos Aires o brilhante jurista

Doutor Gonzalo Ramírez, a fim de tentar uma solução para as fricções sucessivas produzidas por essas ações diplomáticas e militares. Mas sua argumentação, clara e conciliatória, embora firme, não conseguiu avançar muito.

Nessas circunstâncias, a diplomacia brasileira, também em fricção permanente com o Chanceler Zeballos, aproxima-se de um Uruguai cujo ambiente lhe era muito favorável, pois havia movimentos de simpatia com relação ao vizinho do Norte. Os clubes colorados Rivera, presidido pelo Doutor Carlos Travieso, e Vida Nueva, presidido pelo ilustre escritor José Enrique Rodó, a maior figura intelectual da época, organizaram uma grande reunião em homenagem ao Brasil, por motivo das comemorações da instauração republicana. Esses clubes eram fundamentais na organização político-partidária do país, atuando também como influentes geradores de opinião. Para representar o Uruguai nessas festividades o governo do Doutor Williman enviou ao Rio de Janeiro uma grande Delegação, chefiada pelo Ministro da Guerra, General Eduardo Vázquez, e os doutores Carlos María de Pena e José Espalter.⁵

Além de sua função representativa, o Doutor Carlos María de Pena tinha a missão de trocar idéias com o governo brasileiro a respeito da navegação das águas fronteiriças e o ajuste da dívida internacional relativa aos empréstimos de 1851 e 1856. Entrevistou-se várias vezes com o Barão do Rio Branco, e esse finalmente lhe comunicou que o governo brasileiro estava disposto a fazer uma declaração espontânea em favor do condomínio das águas fronteiriças, mas “logo que terminasse a construção dos grandes navios de guerra que tinha contratado nos estaleiros europeus”. Como é notório, o Barão buscava uma solução honrosa, como sempre havia sido a sua política, mas por sua vez desejava fazê-lo, diante da Argentina, a partir da posição de força de uma esquadra equipada com navios modernos.

É interessante observar que além dessas coincidências brasileiro-uruguayas havia outra muito importante, entre o Barão do Rio Branco, Chanceler brasileiro desde 1902, e o ex-Presidente José Battle y Ordoñez, o estadista mais importante do Uruguai no século XX, que tinha presidido o país de 1º de março de 1903 a 1º de março de 1907. Ao deixar a presidência, ele embarca para a Europa, e no dia 28 de março faz escala de vários dias no Rio de Janeiro, onde é

homenageado por Rio Branco com um grande jantar no Palácio Itamaraty, durante o qual o Barão lembra ter mantido amizade com o General Lorenzo Battle (pai de Dom José) nos anos 1870 e 1871, quando o General exercia a presidência do Uruguai, e Rio Branco acompanhava o pai, Visconde do Rio Branco, como Secretário diplomático. O interessante é que Battle y Ordoñez preparava-se para participar da Segunda Conferência da Paz, da Haia, onde proferia, em admirável discurso, sua fórmula para o estabelecimento da arbitragem obrigatória para a solução pacífica das controvérsias internacionais. De seu lado, Rio Branco era favorável à mesma tese, que seria desenvolvida por Rui Barbosa nessa Conferência tão lembrada.

3. O ENTENDIMENTO COM O BRASIL

Ao abrir-se a sessão do congresso brasileiro, em 1908, o Presidente da República, Doutor Afonso Pena, anunciou por uma mensagem que tinham sido iniciadas negociações diplomáticas com o Uruguai:

“Desde 1801 somos donos da navegação exclusiva do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Os tratados solenes estabelecem como limites entre os dois países a margem direita do Rio Jaguarão e a margem ocidental da Lagoa Mirim, até o confluente Jaguarão. Espontaneamente e sem solicitações fazemos o que se esperava de nós, e isso sem desejo de compensação a que outros poderiam pretender, tendo em vista a perfeita situação jurídica em que nos encontramos”.

Em Montevideu essa declaração foi festejada com grande manifestação popular em favor do Brasil, que reuniu uma multidão e culminou no Hotel Oriental, em que se hospedava o Ministro do Brasil. Tomou a palavra o Doutor Carlos Travieso, Presidente do Clube Rivera, em clima de exaltação à figura de Rio Branco, em quem se personificava a diplomacia pacifista que resolvia uma situação juridicamente inquestionável em seu favor, mas abusiva em suas conseqüências políticas.

Com esse reconhecimento o Brasil aparecia com atitude generosa e ao mesmo tempo desacreditava definitivamente a tese de Zeballos sobre a jurisdição exclusiva da Argentina no Rio da Prata, que pretendia

justificar-se, falsamente, mas com efeito, com presumível herança colonial, correlata à mesma solução entre o Uruguai e o Brasil. Assim, ao renunciar a seu direito de navegação exclusiva, o Brasil prejudicava substantivamente a pretensão argentina. De outro lado, fazia questão de insistir no fato de que essa renúncia não resultava de uma reclamação, mas de reconhecimento livre e espontâneo.

Nesse clima, o Barão do Rio Branco negocia com Rufino T. Domínguez, o Ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, um novo tratado, que reconhece a navegação comum e, ainda mais importante, compartilha a jurisdição sobre essas águas. Na mensagem do governo uruguaio enviada ao Parlamento, solicitando sua aprovação, reconheceu-se expressamente essa circunstância particular: “O Exmo. Senhor Barão do Rio Branco encarou e resolveu nossas aspirações de todos os tempos com um critério que supera, pela sua amplitude e elevação, esses anseios legítimos (...) a Chancelaria brasileira (...) concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia reclamou em todas as épocas, e aceitou menos do que essa mesma diplomacia ofereceu como compensação, nas suas constantes gestões”.

O preâmbulo do novo tratado reitera que a revisão do Tratado de 1851 se devia a uma iniciativa brasileira, o que certamente não era exato, pois atendia a uma persistente reclamação uruguaia baseada não só nas condições de força maior em que se fizera aquela concessão, mas também em profundo sentimento de amputação territorial, de lesão da dignidade, que mantinha viva essa atitude. O próprio Andrés Lamas, artífice do velho tratado, nas condições políticas especiais em que foi preparado, manteve essa atitude com persistência. Além dessa comprovação, fato é que o Brasil desejava com todo direito situar-se em posição de real generosidade e amplitude, pois estava reconhecendo muito mais do que a livre navegação das águas. Por isso, o Barão suprimiu do projeto do tratado o artigo que dava ao Brasil direito à navegação do Taquari e do Cebollati, o que explicou claramente em seu discurso pronunciado no Instituto Histórico:

“Se desejamos abandonar a exceção, que não é digna do nosso tempo nem do nosso continente, não é com a idéia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento de gratidão o têm poucos homens, e é ainda mais raro, ou menos duradouro, nas coletividades humanas que são as

nações (...) Se hoje queremos corrigir parte da nossa fronteira meridional com vantagem para um povo vizinho e amigo, é principalmente porque esse testemunho do nosso amor ao direito fica bem para o Brasil, e é uma ação digna do povo brasileiro”.⁷

O artigo primeiro do tratado dispõe que o Brasil cede ao Uruguai a parte da Lagoa Mirim compreendida entre sua margem ocidental e a nova fronteira fixada no artigo terceiro. E cede também a parte do território fluvial compreendida entre a margem direita meridional do Jaguarão e a linha divisória determinada pelo artigo quarto. De acordo com essas disposições, na Lagoa Mirim fixa-se como linha divisória principal a linha média ou equidistante entre os pontos mais importantes das duas margens. Salvo acordo posterior, só poderão navegar essas águas embarcações brasileiras e uruguaias. O Uruguai compromete-se a respeitar as propriedades adquiridas por brasileiros nas ilhas ou ilhotas que passam agora a sua jurisdição. Uma comissão mista, nomeada pelos dois governos, fará os estudos necessários para a determinação da nova fronteira, de acordo com os critérios estabelecidos. Com respeito ao Uruguai reconhece-se que é livre também o trânsito entre o oceano e a Lagoa Mirim, pelas águas brasileiras do Rio São Gonçalo, Laguna dos Patos e Barra do Rio Grande, incluído o dos navios de guerra.

4. AS CELEBRAÇÕES

O tratado ajustado no final de 1909 e ratificado pelos dois Parlamentos, em 1910 foi solenizado pela troca dessas ratificações.

Nos dois países o episódio foi comemorado nos Parlamentos, na imprensa e mesmo nas ruas, com incomum participação popular.

No Uruguai o dia da cerimônia de troca das ratificações foi declarado feriado. Reunida em honra do Brasil, uma multidão entusiástica agradeceu a atitude brasileira; na oportunidade falaram o Doutor Pablo de María, o Doutor Pedro Manini Rios, o poeta Juan Zorrilla de San Martín e o Ministro do Brasil, Doutor Lisboa. Uma festa hípica no Hipódromo de Maroñas, um desfile militar, um concerto de gala no Teatro Solís e uma grande recepção presidencial deram brilho social à festividade que comovia todo o povo. É nesse momento que a Chancelaria uruguaia propõe à Prefeitura de

Montevidéu o nome de Rio Branco para uma rua central da cidade, com estas palavras elogiosas:

“   um espírito amplo, aberto às grandes idéias da verdade e da justiça internacional, e no seu peito, em que vivem os sentimentos mais generosos que pode ter um homem público, surgiu a iniciativa do tratado de condomínio do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim”.

No Brasil também houve homenagens ao Uruguai, e dizia-se no Rio de Janeiro que uma manifesta o reuniu 40 mil pessoas. Uma Delega o da juventude brasileira viajou a Montevidéu para apresentar as autoridades uruguaias com um busto do Barão do Rio Branco, que atualmente preside a sala do Arquivo Histórico do Ministério das Rela es Exteriores.

5. A PACIFICA O DA REGIÃO DO PRATA

O ajuste diplomático entre o Brasil e o Uruguai deixou a Argentina em posi o muito inc moda frente a seu vizinho platense.

Em outubro de 1910 terminava seu mandato o Presidente Figueroa Alcorta, e em conseq ncia deixavam o governo os Ministros Zeballos e Betheder, que sustentavam a tese da “fronteira seca”. Nessas circunstâncias, o Doutor Roque Sáenz Pe a, jurista eminente que sempre teve sentimentos amistosos com rela o ao Uruguai, pede para ser nomeado Ministro Plenipotenciário da Argentina a fim de pactuar com o Doutor Gonzalo Ramírez uma soluço definitiva para o diferendos entre os dois países. Em janeiro de 1910 assinava-se assim um protocolo que enterra definitivamente a tese de Zeballos:

“Os sentimentos e as aspira es de um e outro povo são recíprocos, no propósito de cultivar e manter os antigos vínculos de amizade fortalecidos pela origem comum das duas na es (...) Com o objetivo de dar maior eficácia   declara o precedente, e de eliminar qualquer ressentimento que possa ter ficado, devido a divergências passadas, concordam em que, como elas não tiveram por móvel qualquer ofensa, são consideradas insubsistentes e portanto em nada diminuem o espírito de harmonia que as anima ou as considera es que mutuamente se dispensam (...) a navega o e o uso das águas do Rio da Prata continuarão sem altera o como até o presente, e qualquer diferença que com esse motivo pudesse surgir será resolvida com o

mesmo espírito de cordialidade e harmonia que sempre existiu entre os dois países”.

Essa transcendente conseqüência diplomática realçava o valor atribuído ao tratado com o Brasil, pois, além de seu significado intrínseco, provocava uma pacificação nos assuntos do Rio da Prata. Para o Uruguai o regime do Rio da Prata tem existência histórica. Não só a saída marítima foi a razão determinante de sua autonomia, desde os tempos coloniais, quando o Porto de Montevideú rivalizou com o de Buenos Aires, como, uma vez desenvolvido o país, era fundamental para sua vida econômica. A situação vivida nesses anos com a Argentina gerava tensões permanentes tanto pelos motivos legítimos da dignidade nacional como, mais profundamente, para a vida econômica e comercial do país, afetada pela insegurança decorrente desses incidentes reiterados.

Desde então a tese da “fronteira seca” deixou de ser reivindicada, mas nem assim foi fácil resolver o problema sempre espinhoso do estatuto jurídico do Rio da Prata. A Argentina defendeu, para sua delimitação, o critério da linha de maior profundidade, enquanto o Uruguai se entrincheirava no critério da linha média, pois os canais de navegação estão muito próximos da costa uruguaia. De outro lado, estados não ribeirinhos, como a Grã-Bretanha, contrariavam as duas teses, alegando que o Rio da Prata não era realmente um rio, mas um estuário, ou seja, mar livre, o que modificava substantivamente suas jurisdições.

Só em 1961 o Uruguai e a Argentina declararam considerar o Rio da Prata jurisdição comum, fixando seu limite exterior em uma linha imaginária entre Punta del Este e a Punta Rasa do Cabo Santo Antonio, na Argentina. Seriam necessárias duas décadas mais para que, em 1973, se pudesse chegar a um tratado sobre o “Estatuto Jurídico do Rio da Prata e sua Frente Marítima”, o qual provocou polêmicas apaixonadas, pois na Argentina os sentimentos nacionalistas se opuseram tenazmente a ele, e mesmo no Uruguai houve quem também o questionasse, por reconhecer a soberania argentina sobre a Ilha Martín García. Não obstante, esse instrumento tratou com muito equilíbrio e justiça as duas partes, e representou para o Uruguai o reconhecimento, em termos gerais, de sua tese clássica da linha

média. A realidade política é que só o velho, mas poderoso General Perón, recém-retornado à presidência da Argentina, depois do seu exílio, e desejoso de acertar antigas diferenças com os países vizinhos, pôde viabilizar esse entendimento. Outros mandatários, que tentaram progredir no tema, naufragaram na oposição cerrada de movimentos nacionalistas muito agressivos em termos de reivindicação fronteiriça, e em setores militares e navais inspirados em velhos atavismos e receios históricos.

6. SIGNIFICADO HISTÓRICO DE RIO BRANCO

No Uruguai o reconhecimento a Rio Branco manteve-se vivo até sua morte, que provocou outra vez manifestações de pesar e grandes honras monumentais, como já comentei. No dia 10 de fevereiro de 1912, Dom José Battle y Ordoñez, que voltara a ocupar a Presidência da República, por ocasião do falecimento do Barão propôs uma lei declarando luto nacional e prestando-lhe honras de Ministro de Estado, coisa que se executou no dia seguinte, com as correspondentes honras militares – como não aconteceu com nenhum outro Ministro de qualquer país estrangeiro. Essa mesma lei autorizou os fundos destinados a erigir o já mencionado monumento, “para que perpetue o nome do Ministro Rio Branco e simbolize a justiça internacional”. Não é ocioso destacar que essa lei foi aprovada no Parlamento por unanimidade, sem que nenhuma voz levantasse a menor reserva.

A mensagem que acompanha o projeto de lei da homenagem a Rio Branco estava assinada pelo Presidente (que nunca elogiava as personalidades com que não concordava, por ocasião de seu falecimento, e fazia mesmo questão de marcar sua discrepância) e pelos Ministros José Romeu (Chanceler) e Pedro Manini Rios (do Interior). A mensagem dizia:

“Os méritos que faziam dele uma glória para a sua pátria e uma honra para o mundo americano seriam sem dúvida suficientes para motivar nossa adesão ao imenso luto do país irmão; temos porém grandes e especiais razões para considerar a sua morte como luto nacional, porque foi amigo sincero e cordial do Uruguai, porque na sua mente privilegiada surgiu a idéia da memorável e reparadora retificação dos limites entre os dois países, consagrada no tratado

de 30 de outubro de 1909, e porque à sua obra de justiça e exemplar generosidade dedicou meditação e vigílias até os últimos dias da sua atuação, deixando ainda sobre sua mesa de trabalho as fórmulas das convenções complementares daquele tratado, no relativo ao Arroio São Miguel, à utilização de águas fronteiriças e à ligação das ferrovias dos dois países”.

Ainda hoje os que têm boa memória continuam a evocar sua generosidade, embora a frágil consciência histórica dos povos tenha apagado sua vivência, como costuma acontecer em todas as grandes cidades, cuja nomenclatura propõe a lembrança de figuras importantes que pouco dizem aos contemporâneos desprevenidos. No entanto, a memória coletiva vai sendo forjada na trama desses fatos que, embora não vigentes na evocação, edificam relacionamento tecido com acordos, episódios e também sentimentos. A indisfarçável simpatia do povo uruguaio pelo Brasil não foi um produto espontâneo, pois houve choques no começo da fundação da República; ela foi sendo gerada com o tempo e, com aqueles acontecimentos vinculados à vida de Rio Branco, passaram a ser elementos importantes nesse longo devenir que vai depositando sedimentos imortais.

Vista da perspectiva do Uruguai, a ação diplomática de Rio Branco foi fundamental, como disse, não só em relação ao Brasil, mas também no que se refere à Argentina. Não se pode ignorar que o Uruguai está cercado territorialmente por dois grandes vizinhos e que a sua configuração nacional foi o resultado dessa geografia particular. Quando os Impérios espanhol e português exerciam seu domínio sobre a América, o que hoje é o Uruguai era um território militarizado, quase despovoado, que os dois disputavam como fronteira. Naturalmente, a descoberta do Rio da Prata e sua jurisdição original foram espanholas, mas o Tratado de Tordesilhas e todos os tratados que o seguiram fixaram linhas não muito precisas separando as potências ibéricas, que se mantiveram sempre em disputa. Por isso a cidade de Colônia, em frente a Buenos Aires, sete vezes mudou de mãos, e em 1820 Portugal ocupou a Província Oriental, que com o nome de Província Cisplatina foi integrada ao seu Império, tendo inclusive Deputados em Lisboa. Declarada a Independência do Brasil, a Província Cisplatina continuou ligada ao seu vizinho setentrional,

jurando até sua Constituição e nomeando também representantes parlamentares. Só em 1825 se separou do Brasil, e três anos depois sua independência absoluta será reconhecida, sob garantia britânica, tanto pela Confederação Argentina como pelo Império do Brasil. No entanto, tanto o Brasil como a Argentina interferirão de fato em suas lutas internas, até mesmo militarmente. O ano de 1865 marcará a última dessas intervenções brasileiras e a consolidação definitiva da independência uruguaia, conquistada tão arduamente. Com essa visão mais panorâmica, esse entendimento situa-se em território fundamental no âmbito da soberania nacional, invocando assim não só razões, mas também sentimentos arraigados.

A intervenção de Rio Branco no Tratado de 1909 é parte de uma bem-sucedida política de fronteiras, que resolveu pacificamente situações de controvérsia com 10 vizinhos. Desse modo, o Brasil se situava no continente sul-americano como uma potência magnânima e confiável, fortalecendo-se assim para o que era a outra grande linha de sua política internacional: a mudança de eixo, da Inglaterra para os Estados Unidos, que já emergiam como a futura nação hegemônica. Desse modo Rio Branco demarcava para o Brasil sua dupla trajetória como potência sul-americana e sócio estratégico dos Estados Unidos. Seu pragmatismo político indicava-lhe os horizontes; seu principismo o levava a buscar alcançar seus objetivos por meios válidos; sua notável perspicácia política, herdada do Visconde do Rio Branco, a procurar caminhos que pusessem em relevo a grandeza de seu país e construíssem um prestígio assentado em valores mais sólidos do que a força ou a imposição econômica. Naturalmente, uma visão tão ambiciosa e audaz despertou ciúmes e temores na Argentina, que em mais de um momento questionou a possível configuração de um “império” ou “subimpério”, que comandaria a América do Sul diretamente ou em representação vicária dos poderosos Estados Unidos. O tempo foi arejando esses preconceitos, e a moderna construção do Mercosul testemunha espírito de cooperação muito diferente. Mas é também o tempo que destaca com relevo próprio a visionária concepção diplomática de Rio Branco e sobretudo o valor dos seus métodos pacíficos, fundamento do clima de cordialidade e confiança que é hoje um grande patrimônio da região. Dessa perspectiva é que Celso

Lafer sustenta, com razão, que Rio Branco “é o inspirador do estilo de conduta diplomática que caracteriza o Brasil, à luz das suas circunstâncias e da sua história”, estilo representado por uma “moderação construtiva (...) atravessada por uma leitura grociana da realidade internacional, na qual se pode identificar um ingrediente positivo de sociabilidade que permite tratar o conflito e a cooperação mediante a diplomacia e o direito, e dessa maneira reduzir o ímpeto da ‘política de poder’”.⁸

Não há dúvida de que a política internacional brasileira tem um antes e um depois de Rio Branco. Ele respeitava profundamente o passado e trabalhou junto com o pai, mas tinha compreendido a mudança dos tempos e as exigências de uma renovação profunda. Assim o manifesta com respeito à questão uruguaia, ao declarar na Exposição de Motivos do Tratado que a herança do passado havia sido mantida “apesar do progresso dos tempos (...) devido à resistência [do] espírito pouco inovador de um antigo e venerado funcionário [Cabo Frio]”. Rio Branco teve naturalmente suas hesitações antes de assumir a Chancelaria, em 1902, precisamente pela influência desses velhos funcionários do Itamaraty, representativos de uma tradição imperial que Rio Branco reverenciava, mas que sabia superada. Chegou até a escrever que seus antecedentes familiares, a natureza de sua educação e a circunstância de haver conhecido Cabo Frio ainda como menino o inibiam de agir contra esse homem que admirava pelos serviços prestados à pátria, embora estivesse convencido de que a sua hegemonia como Diretor-Geral do Ministério já era anacrônica.

Por essas razões, ao assumir o Ministério fez uma reforma profunda, mas sempre com grande respeito pela tradição e os velhos servidores, que cediam lugar a novas idéias, procedimentos renovados e equipes de trabalho configuradas de modo diferente. Rio Branco inaugura assim uma nova época e funda outra vez a velha tradição diplomática do Itamaraty. Sua sombra chega até nossos dias, e, se sua velha escrivaninha, coberta de livros e papéis, mantém sua atmosfera nostálgica no velho palácio carioca, o luminoso edifício de Brasília vive sob o influxo de suas concepções. Mais ainda: esta época de globalização ratifica sua idéia sobre o relacionamento com os Estados Unidos, país assumido visionariamente como o grande

sócio estratégico, e muito especialmente esse espírito de manejo pacífico para construir na América do Sul um clima que situasse o Brasil no ápice da influência como um fato natural, sem fraturas ou humilhações.

Essa identificação de um homem com sua função, e de sua função com o próprio Estado, eleva-nos à substância última de uma concepção weberiana do Estado e dessa estrutura óssea formada por sua burocracia. Rio Branco é um estadista e político da maior envergadura quanto a suas concepções, mas sua obra foi construída de dentro do Estado, e não da política. Sua passagem juvenil pelo Congresso mostrou-lhe que não era essa a sua vocação, encontrada e assumida depois no exercício diplomático, que lhe deu os primeiros sucessos, como nos conflitos territoriais das Missões, com a Argentina, e da Guiana, com a França. Ele só se sentia forte – e disse isso expressamente – na defesa e a serviço de causas “nacionais”. Por isso mesmo, no ponto mais alto de seu prestígio renunciou a uma candidatura presidencial com enorme possibilidade de êxito para apoiar Hermes da Fonseca, com sacrifício pessoal de sua popularidade. Rio Branco foi um monge do Estado, um servidor quase religioso que tudo sacrificou a seu serviço e a sua glória, em intermináveis jornadas de trabalho que absorveram toda a sua energia. O Brasil contemporâneo lhe deve boa parte do que é, e, seus vizinhos, lhe devemos a paz que temos gozado no curso, também, de um longo século.

BIBLIOGRAFIA

1 *Estatuas y Monumentos de Montevidéo*, Montevidéo, Prefeitura Municipal de Montevidéo, 1986.

2 *Estudio Preliminar*, Gonzáles, Ariosto, Montevidéo, prólogo aos *Escritos de Andrés Lamas*, Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, 1952.

3 “La Frontera Uruguayo-Brasileña”, Basso, Jorge Peirano *Derecho Internacional Público*, III, Montevidéo, Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

4 *A Vida do Barão do Rio Branco*, Luís Viana Filho, Brasília, Senado Federal-Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

5 *Anales Históricos del Uruguay*, V, Acevedo, Eduardo, Montevidéo, Casa Barreiro & Ramos, 1934.

7 *Barón de Río Branco*, Ricupero, Rubens, Buenos Aires, Editorial Nueva
Mayoria, 2000.

8 *La Identidad Internacional de Brasil*, Lafer, Celso, Buenos Aires, Fondo de
Cultura Económica, 2002.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

1. CICLOS HISTÓRICOS

1. É notório que as relações interestatais são por essência fluidas em virtude da própria vitalidade da natureza humana em que se assentam. Desdobram-se assim em série sucessiva de ciclos históricos, que se concatenam em seqüência dinâmica e evolutiva.¹ Cada ciclo é delimitado por eventos marcantes e definido por características próprias na dimensão ecumênica ou regional, assim como por fatores geográficos, históricos, políticos, estratégicos, sociais e econômicos específicos. Em cada qual deles é relevante a interação dos níveis interno, exterior e internacional desses fatores. Em consideração a este último nível, propriamente internacional, o ciclo em cujo âmbito se desdobrou o itinerário de vida de José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco² – o do sistema do concerto europeu – teve início depois da lenta desagregação do sistema da Santa Aliança e findou, um século mais tarde, com a deflagração do primeiro conflito armado mundial. A Santa Aliança fora instituída pelos soberanos da Áustria, Rússia e Prússia, nos termos do Tratado de Paris, de 26 de setembro de 1815. Defensora da monarquia dinástica, ela visava igualmente a preservar o *status quo* estabelecido pelo Congresso de Viena reunido poucos meses antes. Aos três estados originários juntaram-se mais tarde, como se sabe, a Inglaterra e a França. Pretendiam impor seus desígnios não apenas no continente europeu senão também nos demais.

2. Iniciado a 1º de novembro de 1814, o Congresso de Viena registrou suas decisões na Ata Final assinada, em 9 de junho do ano subsequente, pelos representantes da Áustria, França, Inglaterra, de Portugal, Prússia, Rússia e Suécia, em que puseram termo formalmente às guerras napoleônicas. Tomaram decisões que tiveram incidência sobre a delimitação ulterior de fronteiras brasileiras,³ incidência essa oportunamente considerada por Rio Branco. O Congresso contribuiu para que o Brasil fosse reconhecido como tendo sido elevado da categoria de Colônia à de Reino Unido de Portugal e Algarves⁴ além de ter

exercido influência na própria diplomacia, de que é exemplo a instituição do critério de ordem alfabética na relação de precedência formal dos atos internacionais. Por outro lado, o Protocolo de Aachen (1818), que emendou apêndice àquela Ata Final, regulou a hierarquia dos agentes diplomáticos.⁵ Tais decisões acabaram, assim, de certo modo, por ter influência no exercício das atividades cometidas ao patrono da diplomacia brasileira, sobretudo quando passou a exercê-las em nível de titularidade do Ministério incumbido das Relações Exteriores no período republicano.

3. Não tardaria, porém, a desagregar-se a Santa Aliança, tanto em razão de sua ideologia aristocrática e restauradora de legitimidade, a que se contrapuseram os princípios do liberalismo, como por força de eventos irreversíveis, a emancipação da Grécia e Bélgica assim como de países latino-americanos, o Brasil incluído, a declaração de Monroe, as resoluções de 1848, os movimentos nacionais na Itália e Alemanha e a consolidação do Império otomano.

Embora sem dispor do embasamento doutrinário abrangente do sistema anterior, o concerto europeu, então emergente, acolheu para si o princípio do equilíbrio dos poderes e dispôs de flexibilidade e pragmatismo bastantes para prolongar-se, embora com dificuldade, até a deflagração da Primeira Grande Guerra. Com seu início, findara então período suficientemente definido, o qual tem sido também caracterizado como o dos “Estados civilizados”,⁶ com base em terminologia consagrada no Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional, o qual, embora redigido logo no início do período subsequente àquele do conflito armado, refletiu peculiaridades do período imediatamente anterior.

Paradoxalmente, a expressão “concerto europeu” tem origens anteriores ao próprio Congresso de Viena. Provém do Tratado de Chaumont, de 1º de março de 1814, em que Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia se comprometiam a agir “*dans un parfait concert*”. Tendo a essa tetrarquia se incorporado gradualmente a França, o núcleo decisório, como tal convertido em “pentarquia”, superada a Santa Aliança, logrou influir decisivamente, sobretudo no velho continente, o mais das vezes de forma empírica, sem embasamento doutrinário, por via de congresso, no âmbito das relações internacionais.

Houve por vezes ruptura na pentarquia, como ocorreu na Guerra da Criméia, mas a Conferência de Paris de 1856 concorreu para restabelecer a paz entre os grandes, assim como a admitir a Turquia “à *participer aux avantages du droit public et du concert européen*”. Foram então assinados o Tratado de Paris, de 30 de março de 1856, e a Declaração de Direito Marítimo, de 16 de abril do mesmo ano, a qual aboliu o corso marítimo. O Congresso de Berlim (1878), em que três novos membros se admitiram (Romênia, Sérvia e Montenegro); a Conferência de Madri (1880), sobre o Marrocos; e a Conferência de Berlim (1885), sobre o Congo, são também reflexos do concerto europeu.⁷ É certo que a Conferência de Genebra de 1864 teve outra fonte inspiradora, a humanização do conflito armado. Mas é certo igualmente que a idéia fundamental da convocação das Conferências da Haia sobre a paz, promovidas pelo *Czar* Nicolau II, em 1899 e em 1907 – como assinala Nussbaum – reconstituía, “na perspectiva russa, de certo modo, a Santa Aliança de Alexandre I”.⁸

4. Na Conferência de Madri de 1880, houve comparecimento de Estados não europeus: Marrocos e Estados Unidos, que passaram a integrar oficialmente reuniões internacionais. O México esteve presente nas conferências de Paz, tanto a de 1899 como a de 1907. Embora convidado para ambas, o Brasil apenas à segunda compareceu, ocasião em que Rio Branco já era o titular das Relações Exteriores. Desde então passou a participar, em maior ou menor grau, de reuniões políticas, em nível global de certa ressonância, após ter comparecido a algumas de cunho regional.

5. Quanto à política dessas relações em escala regional, o Barão a conduziu no âmbito de um sistema distinto e mesmo oponente ao concerto europeu, em consonância, aliás, com nossa própria tradição. Cerca de três quartos de século, antes de nossa independência, coubera, por sinal, a Alexandre de Gusmão influir na conclusão do Tratado de Madri (de 13 de janeiro de 1750) cujo artigo 21 estipulava que, se a guerra se produzisse entre as Coroas da Espanha e de Portugal, “os vassallos, estabelecidos em toda a América Meridional se manteriam em paz, vivendo uns e outros, como se a guerra não existisse entre os soberanos, sem se entregar à menor hostilidade entre eles ou com seus aliados”. Proclamada a independência, propusera o Brasil aos

Estados Unidos, dois anos após a mensagem de Monroe, aliança com o fim de assegurar que “para o futuro, na América, a política européia não prevalecia sobre a política americana”.⁹ Certo período de declínio ocorreu, a seguir, nas relações entre Estados Unidos e países latino-americanos, o qual foi superado após a Guerra da Secessão (de 1861 a 1865).¹⁰ Após ter participado das duas primeiras conferências interamericanas, a de Washington (1889-1890) e a do México (1901-1902), ao Brasil coube sediar a terceira no Rio de Janeiro (1906), que a presidiu. Nessa época o sistema do concerto europeu estava claramente em declínio. Subsistia, quando muito, nominalmente.

6. Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, dois anos após o falecimento de Rio Branco, e subseqüentemente, da Segunda Guerra Mundial, ciclos históricos têm-se sucedido. Ambos os conflitos concorreram por acelerar os cursos de transformações, que carregam o signo contraditório de conseqüências negativas e positivas. As relações internacionais muito mudaram. O mundo transformou-se. Estados têm-se mantido os mesmos, ou sido acrescidos de novos, ou modificados no jogo de poder dessas relações. São eles acompanhados de novos atores, organismos internacionais em escala universal ou regional, de competência *ratione materiae* ampla ou especializada; de empresas multinacionais, por vezes mais poderosas do que os próprios estados; de organismos financeiros; de entidades não governamentais; e do próprio ser humano elevado à dignidade de sujeito do direito das gentes. Valores tradicionais têm-se conservado ou alterado, acrescidos, reduzidos ou substituídos por novos valores. Não há dúvida de que Rio Branco foi personalidade relevante de seu período histórico a cujas exigências deu respostas em benefício de seu povo e de seu país.

A primeira lição a colher dessas respostas é a de que procuremos ser, como ele, participantes ativos do ciclo histórico que nos cabe viver.

2. PREPARAÇÃO E DISPONIBILIDADE

7. Nascido aos 20 de abril de 1845, Paranhos Júnior adquirira educação diferenciada¹¹ no seio de uma família sediada no Rio de

Janeiro, cujo chefe se encontrava em fase ascendente em carreira administrativa e começava a receber atribuições de certo caráter diplomático. Aos sete anos tivera experiência singular ao visitar o pai em Montevideu, onde exercia a Secretaria de missão especial chefiada pelo Marquês de Paraná. Mas, como se sabe, não bastam essas condições preliminares de formação de personalidade para que esta se revele profícua e modelar. A elas se devem aditar atributos de perseverança, inteligência, constância, diligência, propósitos construtivos, qualidades essas que o jovem Paranhos revelou progressivamente dispor. Foram elas manifestadas no Colégio Pedro II (de 1855 a 1860), no chamado “Curso Anexo” à Faculdade de Direito de São Paulo¹² e a seguir, tanto na própria Faculdade, em que ingressara em 1862 (aos 17 anos), como na Faculdade congênere do Recife, para a qual se transferira em 1865, e na qual recebera, no ano subsequente, o diploma de bacharel em Direito.¹³

8. Desde cedo, dedica-se à pesquisa e redação de temas históricos. Ainda em 1861, antes mesmo de ingressar no curso superior de Direito, havia redigido a biografia de Luis Barroso Pereira, publicada no ano seguinte, no volume XIII da *Revista Popular*, em que registrara bravura do Comandante da nave *Imperatriz*, o qual sucumbira no posto de luta, na noite de 27 para 28 de abril de 1826, nas águas do Prata.¹⁴ Redigira, a seguir, “Episódios da Guerra do Prata – Apontamentos Históricos (1825-1828)”, trabalho publicado na *Revista Mensal*, órgão do Instituto Científico, grêmio estudantil de que fora um dos fundadores (2ª série, junho de 1864, ano III, nº1). O autor apresentava-se na qualidade de estudante do terceiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo.¹⁵ Redigiu, a seguir, “Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo”, publicado na *Revista Trimensal*, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, de 1868 (pp. 62 a 135).¹⁶ Trata-se, no dizer de Luís Vianna Filho, de “pequeno ensaio ainda hoje estimado pelos historiadores”.¹⁷ As publicações de caráter histórico e biográfico cessam por algum tempo, mas não cessam as investigações sobre o pretérito brasileiro.

9. Devotou-se também, desde cedo, ao jornalismo e, ainda estudante no Recife, colaborou no jornal *O Vinte e Cinco de Março*. Tornou-se, aos 22 anos, correspondente da revista parisiense *L'Illustration*.

Findo o curso jurídico, esteve a visitar por alguns meses o Velho Mundo, para onde partira em março de 1867, ano em que foi eleito membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De regresso, oscilou por cerca de um decênio, entre diversas atividades. Lecionou por um trimestre, História e Corografia do Brasil, no Colégio Pedro II. Exerceu promotoria pública, por pouco tempo, em Friburgo. Secretariou, de outubro de 1870 a março de 1871, “Missão Especial do Brasil no Rio da Prata e Paraguai”, confiada ao pai, então Conselheiro Paranhos, que recebera a incumbência de organizar o governo provisório do Paraguai. Durante algum tempo, foi Deputado pela província de Mato Grosso. Na política, assessorou também o genitor, enquanto Chefe de Gabinete, sobretudo na porfia em prol da Lei do Ventre, em cuja defesa escrevera nas páginas de *A Ação*, periódico de que fora fundador. Foi nelas também que relatara os primeiros comentários sobre o livro *A Guerra da Tríplice Aliança*, redigido por L. Scheneider, escritor da Corte do Rei Guilherme I, da Prússia, e cujos equívocos ou erronias demandavam retificações. Iniciado o trabalho em fevereiro de 1875, no ano seguinte dois volumes haviam sido impressos, restando apenas o terceiro, ainda em mãos do tradutor, o Capitão Bormann.¹⁸

10. A assessoria exercida na Missão do Rio da Prata e Paraguai robusteceu-lhe o propósito de ser provido em cargo vago em 1875, o de Cônsul-Geral em Liverpool, para o qual foi enfim nomeado por decreto de 27 de maio de 1876, assinado pela Princesa Regente. A opção pela diplomacia também se dera por entender que ela lhe favorecia a pesquisa, “sob o fascínio do conhecimento dos fatos que repousam sob o manto inconsútil do passado”.¹⁹ Partira então nesse ano – como observa Rubens Ricupero – “de um país nitidamente periférico, tanto em relação ao sistema mundial de poder, como nos vínculos subordinados que mantinha como fornecedor de produtos tropicais ao vigoroso capitalismo da Primeira Revolução Industrial, então em pleno florescimento”.²⁰

11. Assumiu o Consulado a 6 de dezembro de 1876, e nele o trabalho lhe era afanoso e de muita responsabilidade, tendo em vista ser Liverpool um dos principais portos europeus, a ponto de receber mais de 20.000 embarcações por ano.²¹ Sempre que possível, como havia previsto e desejado, dedica-se a pesquisas de interesse do país,

realizadas em arquivos, livrarias, bibliotecas, e se estende a Paris, onde, por motivo de clima, instalara a família. Dado seu notório conhecimento especializado, foi convidado por Emile Levasseur, em 1880, a escrever sobre o Brasil na *Grande Encyclopédie*. Nesse mesmo ano, faleceu-lhe o pai. Quatro anos depois, foi designado comissário à Exposição Internacional de São Petersburgo e à Feira Internacional de Nidji Novgorod. Foi então recebido pelo *Czar Alexandre III* e veio a conhecer o *Czaréviche Nicolau II* que, alguns anos mais tarde, convocaria as conferências de paz da Haia, das quais a segunda acabaria por ter Delegação indicada por ele próprio, enquanto Ministro de Estado.

12. A repercussão de sua presença por quase um mês, na Rússia, não mereceria ser despercebida. Em 1888, foi agraciado com o título de Barão do Rio Branco, na esteira das comemorações sobre a abolição da escravatura e como homenagem extensiva a seu pai. Sai publicado, enfim, *Le Brésil* em 1889, no mesmo ano da Proclamação da República, sob o patrocínio do Comitê Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris. O quinto capítulo do livro – *Esquisse de l' Histoire du Brésil* – foi redigido por Rio Branco. “Ocupa esse Esboço – como sublinha José Honório Rodrigues em prefácio à edição avulsa publicada pelo Ministério das Relações Exteriores em 1958 – uma posição singular e meritória por ser difícil “encontrar na historiografia brasileira um estudo tão condensado e uma exposição tão segura dos eventos de nossa história”.²² Em prefácio à edição subsequente, também do mesmo editor, Celso Lafer, após reportar-se ao “magnífico” Esboço, procura contrapô-lo ao que, com pertinência, qualifica então de “resumos superficiais, declamatórios, infantilmente patrióticos”.²³ Na mesma oportunidade da Exposição de Paris, publica-se a biografia de D. Pedro II, “*Empéreur du Brésil*”, “assinada formalmente pelo Rabino Mosé”, mas em realidade da autoria de Rio Branco.²⁴

13. Designado para assumir o cargo de Superintendente-Geral do Serviço de Emigração na Europa, com sede em Paris, Rio Branco deixou Liverpool definitivamente, em 1891, ano em que o Conselheiro Rodolfo Dantas fundou o *Jornal do Brasil*, do qual Rio Branco foi um dos principais colaboradores. Desde o primeiro número o jornal

estampou as *Efemérides Brasileiras*, publicadas mais tarde como o volume VI das *Obras do Barão do Rio Branco* (editado em 1946 pelo Ministério das Relações Exteriores) com explicação prévia de Rodolfo Garcia. Quanto ao cargo de Superintendente, ele o exerce até 1893.

Aos atributos de historiador se adicionavam também os de geógrafo, de que deu testemunho sobretudo em questões de limites, e, portanto, não sem motivo foi nomeado membro da Sociedade Brasileira de Geografia de Paris, em 1897, e, no ano seguinte, membro correspondente da Sociedade Geográfica de Londres.

14. Não se pode, todavia, olvidar, o que nem sempre tem sido ressaltado adequadamente, os conhecimentos adquiridos na área jurídica durante os cursos em São Paulo e no Recife, e praticados e desenvolvidos na promotoria pública, na representação popular, na assessoria a seu pai em atividades governamentais e especificamente diplomáticas. Esses conhecimentos tinham sido atestados *verbi gratia* nas seis dissertações que foram resguardadas na Faculdade de Direito de São Paulo,²⁵ das quais a mais recente, de 26 de novembro de 1895, versa tema que, de certo modo, se relaciona com funções consulares, a da condição jurídica de estrangeiro. Assim se enuncia esse tema: “Os estrangeiros comerciantes residentes no Império”. A dissertação, apresentada a 26 de novembro de 1865, refere-se, comenta Honório Monteiro, à “questão de Direito Internacional Privado, matéria talvez reveladora das tendências do varão de robusto e incomparável merecimento que, de modesto Cônsul em Liverpool (1896), se alçou às culminâncias da diplomacia, tornando-se a luzerna gloriosa da política externa do Brasil durante anos.²⁶ Não há dúvida de que, durante o curso jurídico em São Paulo, a influência mais forte por ele recebida foi a de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço, sobrinho do Patriarca, o qual fora nomeado, em 1861, Lente Catedrático de Direito Criminal, influência testemunhada por colegas de geração e atestada por Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.²⁷ Mas o estudo de temas jurídicos internacionais eram fundamentais nos cursos de Direito do país. A lei de 11 de agosto de 1827, que os estabeleceu, instituía uma cadeira única, a saber, “Direito natural, público, análise da Constituição do Império, Direito das gentes e Diplomacia”. Estas duas últimas disciplinas, nos termos da reforma de 28 de abril de

1854, passaram a constituir cadeira autônoma, a ser ministradas no segundo ano do curso. Para o estudo do Direito das gentes (nome antigo do Direito Internacional Público), a Faculdade de Direito de Olinda (depois trasladada para Recife) começou por aconselhar a consulta de três autores: Rayneval, Heinécio e Vattel. O *Tratado de Direito das Gentes*, deste último, foi o compêndio adotado na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi José Maria de Avelar Brotero, lente da primeira cadeira dessa Escola, quem publicou, em 1836, “*Questões sobre Presas Marítimas*”, a primeira monografia escrita e publicada entre nós sobre Direito das gentes. Nascido em Lisboa, bacharel por Coimbra e doutor por São Paulo (1831), lecionou por extenso período. Foi, todavia, de Professor da Academia de Olinda que se originou o primeiro compêndio brasileiro sobre o Direito Internacional Público. Trata-se de *Elementos do Direito das Gentes segundo a doutrina dos autores modernos*, da lavra de Pedro Autran da Matta e Albuquerque, que se doutorara, em 1827, na Universidade de Aix-en-Provence e que, tanto quanto Avelar Brotero, lecionara a disciplina por longo período.

15. Como acima se disse, unidos na mesma cadeira, Direito das gentes e Diplomacia não poderiam deixar de manter-se, pela vida afora, no centro dos interesses e atividades de Rio Branco. Ambas as disciplinas encontram-se de tal modo entrelaçadas, que não é difícil surpreender a acepção de Codorgan, recolhida por Rubens Ferreira de Mello em seu *Tratado* (I: 12), segundo a qual a Diplomacia “é o Direito das gentes aplicado”. Como assinalou Vaughan Williams, no segundo curso organizado pela Academia de Direito Internacional da Haia, ou seja, em 1924, sobre “*Les méthodes de travail de la diplomatie*”, esta se encontrava (como por certo ainda se encontra) em constante contato com o Direito Internacional cujos princípios timbrava, como por certo ainda hoje timbra, em reconhecer, assegurar e aplicar.

16. Não há dúvida, porém, a respeito do indispensável aprimoramento superior adquirido por Paranhos com relação à prática consular e diplomática, no ambiente vivido diuturnamente na Europa. “Mas, como sucedeu com a sua passagem na Academia de Direito”, escreve Álvaro Lins, “a permanência em Liverpool serviu-lhe de

aprendizado e preparação”. Não apenas nessa cidade, mas em toda a Europa, que conheceu pessoalmente ou pelas melhores fontes de informação disponíveis. “Os diplomatas procuravam, ainda tateando nas sombras, alianças e contra-alianças para fixar o desejado equilíbrio europeu. Tratados ruidosos e tratados secretos iam separando os povos em dois grandes grupos, os dois grandes grupos que se articulavam para a guerra de 1914”.²⁸

17. Aprendizado e aperfeiçoamento longo, o de Rio Branco, o qual foi por vezes considerado obscuro funcionário. Lição atual está ele a nos ministrar: a da necessária preparação para possíveis funções mais relevantes, em face de circunstâncias atuais, ainda que essas funções ou circunstâncias jamais venham a ocorrer.

3. PALMAS, *UTI POSSIDETIS*, AMAPÁ

18. No caso de Rio Branco, circunstância imprevista, como se sabe, veio a ocorrer, a do súbito falecimento em Washington, a 25 de março de 1893, do Barão de Aguiar de Andrada, a quem fora confiada a defesa do Brasil na controvérsia de limites com a Argentina e que chefiava para esse fim missão nos Estados Unidos. Bastante conceituado, Aguiar de Andrada e mais Felipe Lopes Neto e Lafaiete Rodrigues Pereira foram os árbitros de nosso país nomeados por D. Pedro II, por solicitação expressa dos interessados, após as guerras do Pacífico entre o Chile, de um lado, e o Peru e a Bolívia, de outro, para presidir os tribunais arbitrais internacionais constituídos em 1885 para apreciar e julgar as reclamações de súditos da Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Áustria-Hungria, Bélgica e Suíça.²⁹

19. A respeito dos limites com a Argentina, o Visconde do Rio Branco havia sido, por sinal, o primeiro negociador que pudera conduzir a bom termo o tratado de 14 de dezembro de 1857. Segundo esse tratado, a “fronteira entre os dois países começava ao norte, no Rio Paraná, em frente à confluência do Rio Iguaçu para a do Uruguai, seguindo pelo mais alto do terreno, até a nascente do Rio Periguaçu, e continuava na direção sul do curso deste último rio até a sua foz na margem direita do Uruguai e, depois, por este, águas abaixo, até a embocadura do Rio Quaraim”. O artigo segundo determinava,

“para evitar qualquer dúvida”, que os Rios Peperiguaçu e Santo Antônio eram os rios reconhecidos em 1759 pelos comissários demarcadores do tratado de limites de 1750”. Diversos eventos então ocorreram que impediram a vigência desse acordo, de sorte que foi o Barão de Aguiar de Andrada enviado em 1876 a Buenos Aires em missão especial, “com o fim de obter a ratificação do tratado de 1857 ou a celebração de um novo ajuste de limites”. Foi então que, “pela primeira vez”, como declara Araújo Jorge,³⁰ o governo argentino levantou dúvidas sobre “a localização dos Rios Peperiguaçu e Santo Antônio, que completavam a linha divisória entre os Rios Iguaçu e Uruguai”. Entendem outros, porém, serem mais antigas as dúvidas a respeito. “Nascera a demanda” – diz Luís Viana Filho³¹ – “quando Avelar, comissário espanhol, oficiou, em 1789, ao seu concorrente português Róscio, comunicando-lhe a descoberta, no ano anterior, de um rio situado mais ao oriente, que dizia ser o Peperi, referido no tratado de 1750. Derramou-se então um mar de dúvidas sobre o trabalho dos demarcadores de 1759. Qual o verdadeiro rio que, como o seu contravertente, marcava a fronteira definida naquele tratado?”³¹

20. Havia, pois, no âmago dessa controvérsia, entre outros pontos a aclarar, questões fundamentais de caráter probatório. Diziam elas respeito a território litigioso “que formava a maior parte da comarca de Palmas, no Estado do Paraná, confinado ao oeste com o território argentino de Misiones e ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul”. Media ele “cerca de 30.621 quilômetros quadrados, com uma população, segundo o recenseamento de 30 de dezembro de 1890, de 5.793 habitantes”.³² Rio Branco sentia-se capacitado para a defesa desse território cuja História e Geografia conhecia e no âmbito de uma controvérsia a que seu genitor havia outrora se dedicado. Antes mesmo de ter sido designado, dizia ele, “sem modéstia”, haver feito coletas a respeito, durante 25 anos de trabalhosas pesquisas no Brasil e na Europa e seguido atentamente os catálogos periódicos de livreiros americanistas e os leilões ocasionais de coleções particulares”.³³

21. A escolha de Rio Branco para a difícil missão foi, no dizer de Viana Filho, “reviravolta do destino”,³⁴ mas, diríamos, perfeitamente compreensível na esfera da contingência humana. Se, mesmo na esfera biológica, nem tudo sucede de modo predeterminado, mas sobrevêm incidências imprevistas,³⁵ poder-se-ia dizer que, com mais razão,

elas também, ocorrem na trajetória existencial do ser humano. Aceita a honrosa missão, Rio Branco passou a dedicar-se a ela integralmente. Nomeado enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial junto do governo dos Estados Unidos da América por decreto de 5 de abril de 1893, lá chegou a 25 de maio de 1893, tendo apresentado, a 8 de junho seguinte, credenciais ao Presidente Grover Cleveland, que fora escolhido por árbitro.

22. Não havia em relação à controvérsia sobre o território de Palmas, apenas tópicos factuais senão também relevantes questões de mérito a enfrentar. Vencidas sucessivas hesitações do governo, norma geral da diplomacia imperial passava a ser, a partir de 1849, o princípio de *uti possidetis*. Nenhum tratado estava a reger delimitação de fronteiras entre Espanha e Portugal assim como entre as respectivas colônias no continente americano. O Tratado de Santo Idelfonso, de 1º de outubro de 1777, tinha sido “roto e anulado” pela guerra de 1801 superveniente entre os dois Estados e não fora restaurado pelo Tratado de Badajós, de 6 de junho do mesmo ano.³⁶ Essa norma geral, formulada em 1857 em memorando apresentado ao governo argentino pelo Visconde do Rio Branco, tinha sólido fundamento. A ruptura do tratado internacional em consequência de guerra entre contratantes contava com respaldo tanto do costume internacional quanto da doutrina, ainda que a regra geral dessa ruptura comportasse algumas exceções, as quais, aliás, não ocorriam no caso vertente.

23. Invoquemos, a esse propósito, a autoridade de Emeric de Vattel cuja obra refletia, em grande parte, ensinamentos de internacionalistas tanto predecessores como contemporâneos, obra essa adotada, como se disse, nas Faculdades de Direito em que Paranhos Júnior havia estudado, assim como era acolhida nas demais Faculdades estrangeiras, em razão tanto da autoridade do jurista suíço como do fato de ter sido essa obra a primeira, sobre Direito das gentes, a ser redigida e publicada em idioma neolatino.

Ao examinar “quais são os tratados a observar entre as nações”, registrou Vattel a seguinte regra geral: “As convenções, os tratados feitos com uma nação são rompidos ou anulados pela guerra que surge entre os contratantes, seja porque eles pressupõem tacitamente o tratado de paz, seja porque cada qual, ao poder despojar o inimigo

do que lhe pertence, lhe subtrai os direitos que lhe tinham sido dados pelos tratados”.²⁷ Finda a guerra, mister se fazia, pois, revalidar esses mesmos tratados, ou modificá-los, se necessário ou desejável, o que não fora feito.

24. A tese brasileira a sustentar-se perante o Presidente Cleveland tinha fundamento sólido e coerente, alicerçado outrossim numa situação de fato, a de o território questionado estar sendo habitado por famílias brasileiras mediante ocupação gradual, antiga, mansa e pacífica. Qualifico de modelar a exposição, redigida por Rio Branco, por ele apresentada pelo Brasil ao árbitro, em 1894. O primeiro período é introdução precisa da controvérsia: “O litígio submetido pelos Estados Unidos do Brasil e da República Argentina à decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos da América versa sobre o domínio de um território, de que o Brasil está de posse, entre os Rios Iguazu e Uruguai.”³⁸ Está dito aí qual é o território questionado, mas aí também está explicitado tratar-se de um território do qual o “Brasil está de posse”. Ora, se ele está de posse, e contra essa posse não é susceptível de comprovar-se nenhum vício, e mesmo nenhum tratado então vigente que vinculasse de modo diverso as partes litigantes, a conclusão lógica é a de ter procedência a tese brasileira. Tanto mais nítida ainda se revela essa procedência quando se sabe ter ela respaldo em fatos pretéritos, a da inserção, por exemplo, da cláusula *uti possidetis* no tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, celebrado entre as Coroas de Espanha e Portugal. Segundo essa cláusula, cada uma das Partes Contratantes ficaria com o que possuía na data de celebração do tratado, tendo a Espanha concordado “em reconhecer todas as posses portuguesas na América e em ceder o território da margem esquerda do Uruguai ao norte do Ibicuí em troca da Colônia do Sacramento e do território contestado na margem esquerda do Rio da Prata”.³⁹

25. Pelas razões expostas, o princípio do *uti possidetis* tem sido constantemente invocado pelo nosso país nas questões fronteiriças. *Uti possidetis, ita possedeatis*, ou seja, “como possuis, continuai possuindo”. A fórmula completa se encontra formulada nas *Institutas* de Gaio a saber: “*Uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto*”. Consistia o *uti possidetis*, no Direito romano, em interdito

pelo qual o pretor proibia interferência em posse de imóvel até decisão final sobre direitos questionados em relação a esse mesmo imóvel. Foi esse instituto incorporado de início ao Direito das gentes, nos quadrantes do *jus belli*, e, subseqüentemente, no âmbito de controvérsias próprias do Direito da paz, em particular com referência a problemas de fronteira.⁴⁰

26. Hildebrando Accioly adverte sobre divergências na aplicação do princípio do *uti possidetis* na América Latina (o que hoje também ocorre em outros continentes). “Mas, enquanto no Brasil (diz o ilustre jurista), se dava ao *uti possidetis* o único sentido que ele poderia razoavelmente ter, isto é, o de posse real e efetiva, herdada pelos países americanos ao tempo de sua independência, vários autores e governos hispano-americanos sustentaram conceitos diferentes ao adotar o que denominaram o *uti possidetis juris*, ou o direito à posse, independente da ocupação efetiva”. Invoca Accioly, a seguir, com razão, o entendimento de Paul de La Pradelle, segundo o qual “o *uti possidetis juris* repousa numa afirmação contraditória: baseia-se num título e não na falta de posse”. “Ora”, prossegue Accioly com razão, “o *uti possidetis*, na sua verdadeira acepção, significa a posse contínua e prolongada, mansa e pacífica, independente de qualquer outro título”.⁴¹

27. O laudo favorável de 5 de fevereiro de 1895, subscrito pelo Presidente Cleveland, embora de efeitos restritos apenas às partes da controvérsia, não deixaria de ter conseqüências, ao menos indiretas, em relação a demais litígios fronteiriços com Estados sul-americanos. Não, porém, em relação a todos eles, como bem esteve ciente Rio Branco quando, ainda envolto pelo eco favorável da sentença alcançada, tomou conhecimento do compromisso de 10 de abril de 1897, pelo qual França e Brasil entregavam a solução do litígio concernente à delimitação na área do Amapá ao arbitramento do Conselho Federal da Confederação suíça. Por ato oficial de 22 de novembro de 1898, Rio Branco foi, pela segunda vez, nomeado enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial de defender os interesses do país na controvérsia com a França perante esse órgão arbitral.

28. Remontava essa controvérsia à concessão de cartas deferidas em 1605 por Henrique IV a La Ravardière e dependia em grande parte da interpretação do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, nos

termos do qual a França desistia, “para sempre”, “da propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte e situadas entre o Rio das Amazonas e o de Japoc ou de Vincent Pinson”. Fora esse artigo, todavia, revalidado pela Convenção de Viena, de 12 de maio de 1815 (artigo 2º), pela Ata Final do Congresso de Viena, de 9 de junho de 1815 (artigo 7º), assim como pela Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817 (artigo 2º). De todos esses diplomas, eram partes França e Portugal, este último representado, aliás, nos dois primeiros instrumentos, pelo “Príncipe Regente do Reino de Portugal e do Brasil”.⁴²

29. A área litigiosa era bastante vasta, situada entre a margem direita do Rio Oiapoque e a margem esquerda do Araguari, afluente do Amazonas. Conflitos armados ocorriam na região, dos quais o mais violento ocorrera em 1895, cerca de dois anos antes do compromisso arbitral. Cumpria ao árbitro, nos termos desse compromisso, definir duas linhas fronteiriças entre os litigantes, a saber: 1º) o limite marítimo, a fronteira da parte marítima do território contestado, ou seja, a linha que, saindo do litoral, segue o “curso do Rio Japoc ou Vincent Pinçon, determinada pelo artigo 8º do tratado concluído em Utrecht, a 11 de abril de 1713, entre Portugal e França”, 2º) “o limite interior que, sendo do Japoc ou Vincent Pinçon, deve dirigir-se ao oeste para completar a fronteira entre o Brasil e a colônia francesa”.

30. A 5 de abril de 1889, Rio Branco entregou ao Conselho Federal suíço, a primeira memória justificativa dos direitos brasileiros, acompanhada por 12 cartas geográficas (tomo 1). A esse tomo se adicionaram quatro outros, dos quais os dois últimos abrangem o estudo de J. Caetano da Silva (editado em Paris, 3º edição, *L'Oyapoc et l'Amazonie*). A esses cinco tomos dois Atlas foram ainda acrescentados.

No concernente ao limite marítimo discrepavam as partes quanto à identificação do Rio Japoc ou Vincent Pinçon, mencionado no artigo oitavo do Tratado de Utrecht. Para o Brasil, esse rio era e é o Oiapoque “que deságua no oceano a oeste do Cabo de Orange e pelo seu talvegue deve ser traçada a linha de limites”. Para a França esse rio era o Araguari, “que deságua no oceano ao sul do Cabo do Norte e que pelo seu talvegue deve ser traçada a linha de limites”.

Quanto a esse limite marítimo, o árbitro deveria pronunciar-se definitivamente sobre as pretensões das duas partes, “adotando em sua sentença”, que seria obrigatória e sem apelação, “um dos dois rios pretendidos” e, se assim entendesse, “algum dos rios entre eles compreendido”.⁴

Com referência ao limite interior, entendia o Brasil consistir ele “no paralelo 2º 24’ que, partindo do Oiapoque”, terminaria “na fronteira da Guiana Holandesa”. Sustentava a França, ao contrário, consistir ele numa linha que, “partindo da cabeceira principal do braço principal do Araguari”, seguiria “para oeste paralelamente ao Rio Amazonas até encontrar a margem esquerda do Rio Branco”. E continuaria “por esta margem até encontrar o paralelo que passe pelo ponto extremo da Serra de Acaraí”. Quanto a esse limite, o compromisso arbitral estipulava que o árbitro decidiria definitivamente sobre uma dessas pretensões das partes, podendo escolher, “como solução intermediária, a partir da cabeceira principal do rio adotado como sendo o Japoc ou Vincent Pinçon até a fronteira da Guiana Francesa, a divisão de águas da Bacia do Amazonas, que nesta região é constituída em quase sua totalidade pelas cumiadas da Serra de Tucumaque”.

31. Questão processual sobre competência foi suscitada pelo governo francês no curso da demanda, ao pleitear que o árbitro – “mesmo nos termos do compromisso” – poderia decidir *aequo et bono*, no que Rio Branco discrepou, com precisão jurídica, na Segunda Memória que apresentou, e na qual refuta igualmente alegações referentes ao mérito da controvérsia. Essa memória compreende seis tomos, nos quais se incluem documentos ilustrativos e comprobatórios da tese brasileira, além de um Atlas, constituído de 86 cartas, de que 14 são precedentes ao Tratado de Utrecht.⁴⁴

32. Redigida originalmente em alemão pelo então Conselheiro federal Eduardo Müller, que, em 1889, presidira o órgão arbitral, a sentença proferida no dia 1º de dezembro de 1900, desdobrada em 833 páginas, reconheceu a procedência da tese brasileira acerca do território marítimo. Quanto ao limite interior, foi adotada, nos termos do compromisso arbitral, solução distinta da preconizada pelas partes, ou seja, a da linha do divisor das águas dos montes Tucumaque. “A

sentença arbitral”, como bem sintetiza Araújo Jorge, “não só nos restituíra, íntegro, o território contestado entre os rios Oiapoque e Araguari, como trancara à França o ambicionado acesso ao Amazonas, impedindo-a de estender-se por esse rio adentro, paralelamente à sua margem esquerda, até o Rio Branco”.⁴⁵

4. MINISTRO E ESTADISTA

33. Após o êxito alcançado em defesa dos interesses do país nas controvérsias de Palmas e da Guiana Francesa, Rio Branco fora nomeado para a chefia de posto diplomático na Alemanha e, com esse fim, chegou a Berlim a 15 de abril de 1901, onde, pouco mais de um mês, a 28 de maio, apresentou credenciais ao Imperador Guilherme II. Após a Guerra da Criméia, a Itália e a Alemanha haviam ingressado no grupo das Grandes Potências, tendo esta última sob a liderança de Bismarck, ocupado o lugar da Prússia e passado a exercer profunda influência nas relações internacionais. A experiência diplomática e política de Rio Branco renovava-se e crescia.

Pouco mais de um ano depois, todavia, recebera de Rodrigues Alves, então recentemente eleito para a Presidência da República, convite para assumir a pasta do Ministério das Relações Exteriores. Desse convite fora notificado previamente, a 6 de julho de 1902, por telegrama de Campos Sales, cujo mandato presidencial estava por findar. Ambos – remetente e consulente da honrosa consulta – se conheciam desde a época em que tinham sido contemporâneos na Faculdade de Direito de São Paulo. O mesmo não ocorria com Rodrigues Alves, que nela ingressara logo depois da transferência de Rio Branco para o Recife. Compreende-se, pois, o caráter informal da consulta, a que o destinatário dera seqüência de maneira evasiva. Só a 25 de julho Rio Branco se endereçou diretamente a Rodrigues Alves para dizer-lhe “da honra e prazer de servi-lo” e ao país, mas que entendia melhor prestar esses serviços no exterior, onde vivia desde 1876. Além de deduzir outras razões, sugeria nome que entendia mais adequado para o posto, o de Joaquim Nabuco. Não há dúvida de que os motivos de hesitação – ou mesmo de recusa – eram justificáveis.⁴⁷ Saúde combalida pelo excesso de trabalho nas missões

de Washington e Berna, a que se aditara a preparação de memorial sobre a Guiana Inglesa. Situação financeira precária. Encargos familiares onerosos. Eventual incoerência na ascensão de monarquista tradicional ao que se poderia qualificar de “romântica fidelidade à memória de D. Pedro II”.⁴⁸ Desnecessário dizer que este derradeiro motivo não chegaria a ser explicitado.

34. A 29 de agosto de 1902 recebeu Rio Branco telegrama do Presidente eleito em que lhe dizia, “pesadas todas excusas”, não poder o destinatário “negar ao país o sacrifício pedido”. Ante esses termos não restava a Rio Branco senão aceitar o convite recebido,⁴⁹ o que fez ainda com sobressalto e dúvidas, a seguir aliviados ante a calorosa recepção com que foi recebido na chegada ao Rio de Janeiro, a 1º de dezembro de 1902, “após 15 anos de ausência e duas retumbantes vitórias de permeio”.⁵⁰

35. Não seria possível – *brevitatis causa* – entrar em pormenores sobre as negociações promovidas pelo novo titular da pasta das Relações Exteriores com cada um de nossos Estados vizinhos em torno de questões tão delicadas e complexas como o traçado de fronteiras. Mencionem-se entre os resultados dessas negociações, o tratado de 24 de abril de 1907 com a Colômbia; o de 8 de setembro de 1909, com o Peru; e o de 30 de outubro de 1909, com o Uruguai. Este último, ao modificar a linha e o regime de fronteira na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão consistiu, no dizer de Araújo Jorge, “o florão de remate” da obra benemérita de retificação de perímetro do território nacional.⁵¹

36. Nunca é demais louvar essa obra que permitiu, sem conflito armado, sem disparo de um só tiro, definir o retrato geográfico de nosso país. Não apenas geográfico, senão também, sob diversos prismas, político, jurídico e igualmente cultural. A maneira pela qual os entendimentos foram orientados e levados a bom termo constituiu, por si só, testemunho de progresso e civilização.

37. Das negociações a mais difícil foi, como se sabe, a que conduziu ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, pois “se, de direito o Acre pertencia à Bolívia” – escreve Araújo Jorge – “de fato, o seu território, dependência geográfica do Brasil e só facilmente acessível pelas vias fluviais do sistema amazônico, devia

ser brasileiro, pois por brasileiros fora, de longa data, descoberto, povoado, colonizado, sem a intervenção de nacionais de qualquer país”. A população brasileira lá domiciliada levantara-se em armas. Havia interesses de empresas multinacionais (diríamos hoje), de arrendamento feito do Acre a “sindicato de capitalistas ingleses e norte-americanos, mediante contrato assinado em Londres, em junho de 1901”, ao qual o Congresso boliviano já dera aprovação.⁵² Existiam igualmente pretensões do Peru na região. Havia, em suma, questões de alta complexidade, que não poderiam ser equacionadas por via arbitral e demandavam fórmulas de estratégia política para as quais poucas pessoas então no Brasil estariam qualificadas para conduzir.

38. Segundo lembra Celso Lafer, “a fixação de fronteiras é sempre um problema-chave para a política exterior de qualquer país”, sobretudo em países de escala continental e naquele, com o nosso, com 10 Estados vizinhos.⁵³ Rio Branco estava qualificado para essa missão. Adestrara-se para esse fim, em trabalho anterior de formação pertinente para tarefa específica que demanda tato, sutileza, trato pessoal, visão de conjunto, além de aperfeiçoamento trazido em funções de que fora incumbido em Estados da maior relevância em sua época. Tinha também consciência desse “desenvolvimento do espaço nacional”, referido por Luiz Felipe de Seixas Corrêa,⁵⁴ e fora obsequiado pelas circunstâncias propícias do tempo em que viveu e durante o qual teve também responsabilidades precisas na condução da política exterior, tanto que – como lembra Rubens Ricupero – “uma negociação como a das fronteiras com o Peru na região do Acre”, fora por Paranhos iniciada em 1903, adiada com ele em 1904, e por ele concluída em 1909. “Nesse mesmo período, sucediam-se, do outro lado da mesa, os governos, os ministros, os negociadores e, às vezes, as políticas e orientações”.⁵⁵

39. Antes de ser nomeado para representar o Brasil na pendência com a França sobre o Amapá, Rio Branco fora incumbido de estudar a controvérsia a respeito da Guiana Inglesa. A memória que escreveu acerca desse litígio,⁵⁶ datada de 1º de março de 1897 e que visava a induzir Londres a acatar proposta brasileira de acordo, acabou por constituir subsídio inestimável para os encargos ulteriormente assumidos por Joaquim Nabuco. A 5 de maio de 1906, tratado de

limite concluiu-se com a Holanda. Quanto à controvérsia com a Inglaterra, a sentença proferida pelo árbitro, Rei Vítor Manuel, da Itália, alcançou severas e merecidas críticas de juristas do porte de Paul Fauchille, N. Politis e La Pradelle. Sem embargo dessas justas reservas, o Brasil não deixou de acatar a decisão proferida, em consonância, aliás, com a diretriz de Rio Branco, a de pleno acatamento às soluções pacíficas de litígio. Não sem razão, observava Gaston Moch, em seu livro *Histoire Sommaire de l'Arbitrage Permanent*, que o Brasil havia em 1909 subscrito 20 tratados de arbitragem, “o que o colocava, nesse particular, imediatamente depois dos Estados Unidos e da Espanha e à frente dos outros Estados”.⁵⁷

40. A temática da solução pacífica de controvérsias estava, como se sabe, incluída na agenda da Segunda Conferência da Paz da Haia, de 1907. Essa agenda era mais ampla, embora não houvesse contemplado a questão da limitação dos armamentos, desejada pelo *Czar* Nicolau II. Alguns dos itens da agenda haviam sido focalizados na III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, no ano anterior.

No contexto da Conferência Pan-Americana, havia harmonia ampla entre teses do Brasil e dos Estados Unidos cujo conagraçamento crescente constituía, aliás, um dos pontos basilares da política exterior de Rio Branco. Esse conagraçamento bilateral havia sido reforçado não apenas na localização da sede da Conferência e na visita do Secretário de Estado Root para a mesma reunião senão também com a elevação, em 1905, das Representações dos dois Estados ao nível de Embaixada. Todavia, como assinala Rubens Ricupero,⁵⁸ apesar de diretriz geral do governo brasileiro, ou seja, de Rio Branco, em “estar sempre de acordo com os Estados Unidos” no seio da Conferência da Haia, a Delegação do Brasil, conduzida por Rui Barbosa, certamente com apoio de Rio Branco, acabou discrepando daquele país em relação ao Tribunal de Presas, à Corte Internacional de Justiça e ao arbitramento compulsório.

Não estava em causa o princípio da solução pacífica de controvérsias, mas, sim e sobretudo, a questão da composição e estrutura injustas dos tribunais propostos. “A surpresa maior, porém, viria com a descoberta súbita de que, sem qualquer informação prévia à diplomacia brasileira, os Estados Unidos proporiam, juntamente

com a Grã-Bretanha e a Alemanha, uma Corte Internacional composta por 19 membros, dos quais nove seriam permanentes. Os demais países participariam da Corte numa base rotativa por um período de tempo correspondente à categoria em que fossem classificados. O segundo choque foi descobrir que o Brasil tinha sido deixado para a terceira categoria, abaixo de países europeus muito menores e menos populosos”.⁵⁹ *“Rio Branco, his sensitive nationalism injured, thought the plan to be humiliating and beneath Brazil’s dignity”*.⁶⁰ Nessa mesma Conferência da Paz – assevera Celso Lafer – “o Brasil republicano, pela voz de Rui Barbosa, com o apoio de Rio Branco, reivindicou, fundamentalmente, na igualdade jurídica dos Estados, um papel na elaboração e aplicação das normas que deveriam reger os grandes problemas internacionais da época, questionando, assim, a lógica das grandes potências”.⁶¹

41. A lógica das grandes potências encontrou expressão na palavra de juristas nelas nascidos. A posição brasileira, traçada por Rio Branco, defendida e abrilhantada na Conferência por Rui Barbosa, causava espécie, mas foi suficientemente vigorosa para impedir a instituição em 1907 de tribunais judiciais permanentes nos moldes propostos. Somente no âmbito da Sociedade das Nações, cerca de um decênio mais tarde, seria possível instituir a Corte Permanente de Justiça Internacional, em moldes tais que, no dizer de Albert de La Pradelle, foi *“possible d’échapper à l’argumentation de Rui Barbosa, à son sophisme de l’égalité portée des droits aux compétences..”*.⁶² Sim, dir-se-ia, os Estados têm direitos iguais, mas têm competências desiguais... A tese de Rui, que era a de Rio Branco, fora qualificada de sofisma. Eis aí explicitada, cruamente, a lógica das grandes potências...

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

42. Transcorreu um século desde que Rio Branco assumiu a pasta ministerial das Relações Exteriores. Ao término da Segunda Guerra Mundial houve comemorações em torno de seu centenário. Pertenceu ele a ciclo histórico diferente. Entre o seu ciclo e o nosso outros se interpuseram. A tecnologia tem muito sensivelmente influído

nas relações e estruturas sociais com ressonâncias ainda mais profundas no âmbito das relações internacionais. Sofremos, a cada dia, o impacto de fatores econômicos e financeiros. O país se esmera, dia após dia, em enfrentar problemas que o assoberbam. Teria ainda Rio Branco atualidade?

Respondemos que sim.

43. Consideremo-lo, de início, em si mesmo e no meio social e político em que viveu. Ele é exemplo expressivo de alguém em busca de contínuo aperfeiçoamento de si próprio, não em sentido egoístico, mas a serviço de seu povo e de seu país. Não cessou de buscar conhecimento, de perquirir, de pesquisar. A memória da pátria o acompanhava. Frequentou bibliotecas, arquivos, leilões. Tinha objetivos precisos, é certo: buscou documentar-se para ficar apto a eventual tarefa a cumprir. Foi favorecido, não há dúvida, pelo meio familiar, social e universitário frequentado, pelas oportunidades oferecidas na carreira que, em boa hora, perfilhou. Não ficou, todavia, à margem dela, mas procurou vivê-la em plenitude, no propósito diário do cumprimento do dever profissional. Ficou disponível para o momento eventual de ser chamado a contribuir com seus conhecimentos históricos, geográficos, jurídicos. A oportunidade chegou. Poderia nunca ter ocorrido. Mas chegou, desdobrou-se, produziu efeitos, prolongou-se profícua no curso do espaço e do tempo, e remanesce até hoje.

44. Sensível à correlação de direitos e deveres entre a sociedade e seus membros, culto, poliglota, provido de conhecimento direto dos meios culturais e políticos mais importantes de sua época, Rio Branco está presente na melhoria da carreira diplomática que abraçou e na continuidade, e no aperfeiçoamento constante da política exterior de seu país. Orientou essa política não apenas em nível interestatal mas também em relação a organismos internacionais, que, em contexto universal e regional, emergiam em sua época

45. Diretrizes a respeito subsistem até hoje. Espelham valores permanentes nos quais se assentam. Não nos competiria focalizá-los cada qual de per si. Basta mencionar de passagem os valores da paz e da justiça, que estavam entranhados em sua alma e se encontram refletidos, entre outras, nas diretrizes traçadas para a Conferência

Pan-Americana do Rio de Janeiro e na da Haia de 1907. No curso desta última, reagiu ao rebaixamento que se nos desejavam impor como nação, no contexto dos tribunais propostos. Conciliação alcançou-se, de certa forma, na estrutura subsequente adotada para a Corte Permanente de Justiça Internacional e mantida na atual Corte Internacional de Justiça, segundo a qual concorrem para a eleição dos juízes tanto da Assembléia Geral quanto o Conselho de Segurança. Mas as diretrizes de Rio Branco acabaram, enfim, por serem atendidas no âmbito de diversos tribunais internacionais que vêm sendo ultimamente instituídos, *verbi gratia* o Tribunal Internacional do Direito do Mar, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Tribunal Penal Internacional...

46. Ao atentarmos para a delimitação das fronteiras do país, poderíamos entender que, tendo Rio Branco cumprido pessoalmente a tarefa ingente de defini-las, essa delimitação permaneceria adstrita ao pretérito e nele remanesceria apenas como objeto de culto e de memória. A verdade, porém, é que a preservação dessas fronteiras, que se prolongam a perder de vista, demandam permanente vigilância. Não podem remanescer entregues à própria sorte. Devem permanecer vivas. Não apenas a separar senão a aproximar os povos vizinhos. Cabe sobretudo ter em conta que, hoje, as fronteiras deixaram de ser apenas geográficas, definidas por marcas plantadas no solo sucessivamente. Fronteiras do país, hoje, são também as tecnológicas, as financeiras, as econômicas. Em instantes de segundos são transpostas. A necessidade e urgência em defini-las diariamente e repensar o significado e alcance dessas novas fronteiras, eis também motivo pelo qual a vida, o pensamento e a obra de Rio Branco remanesçam atuais e como tal devem remanescer.

47. De sua diligência e capacidade em defender interesses legítimos do país, calcula-se ter este se beneficiado com cerca de 900 mil quilômetros quadrados, aos quais, todavia, cabe acrescentar, os dos espaços marítimos adquiridos em virtude da sentença na controvérsia sobre a Guiana Francesa, sem evidentemente levar em conta a área adicional do espaço aéreo superjacente a nossos territórios terrestre e marítimo.

1. Vide SANCHEZ-APPELANIZ, “Sobre el sentido histórico del derecho internacional”, *Temis* 33-36, Symbolae Garcia Arias, 1973-1974: 127-136.

2. Foi desse modo que o Barão do Rio Branco preferia ser formalmente designado, “ao todo cinco nomes”, como lembrara no “protesto amável” encaminhado em 1898 à Secretaria de Estado a propósito de sua nomeação como Embaixador extraordinário em missão especial em Berna (A.G. de Araújo Jorge, *Rio Branco e as Fronteiras do Brasil*, 2ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999, p. 49). José Maria da Silva Paranhos Júnior incorporara ao nome o título nobiliárquico.

3. Vide José Maria da Silva Paranhos, *Barão do Rio Branco, Esboço da História do Brasil*, FUNAG-IPRI, 1992: 90-91

4. Nesse sentido o Congresso de Viena formalizara, em nível internacional, o decreto de 16 de dezembro de 1808, pelo qual, como assinala o próprio Rio Branco, o Príncipe Regente D. João “concedeu ao Brasil o título de Reino à monarquia portuguesa, assumindo o de Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves” (*Esboço da História do Brasil*, tradução de Sérgio F. G. Bath, Brasília, FUNAG-IPRI, 1992: 87). Posteriormente, já por influência desse Congresso, o mesmo Príncipe Regente, a 16 de dezembro de 1815, assinou carta de lei, elevando o “Estado do Brasil à categoria e graduação do Reino”, unido ao de Portugal e Algarves, “de maneira a favorecer um só corpo político” (Hélio Vianna, *História do Brasil*, vol. II, São Paulo, Melhoramentos, 1974, pp. 250-51). Vide igualmente João Hermes Pereira de Araújo, *Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1989, pp. 3-5.

5. Marcel Sibert, *Traité de Droit International Public*, I, Paris, Dalloz, 1951: 50-51. Arthur Nussbaum, *A Concise History of Law of Nations*, Revised edition, New York, Macmillan 1954: 186- 191. Brás do Amaral, “O Brasil no Congresso de Viena de 1815”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 175, Rio de Janeiro, 1940: 517-540.

6. Heinrardt Steiger, “From the international law of christianity to the international law of the world citizen”, *Journal of History of International Law*, vol. 3, n. 2, 2001:183.

7. Nussbaum, *op.cit.*, Capítulo VI, “From the Congress of Vienna to World War I”.

8. *Ibidem*: 227.

9. Vide Rodrigo Otávio, *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale*, Paris, Sirey, 1930, pp. 16-35. A.G. de Araújo Jorge, *Ensaio de História e Crítica*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948, pp. 105 e ss. João Gualberto de Oliveira Gusmão, *Bolívar e o Princípio do Uti Possidetis*, São Paulo, 1958: 79 e ss.

10. Deusdád Magalhães Motta, “Relações entre os Estados Unidos e a América Latina durante a guerra da secessão”, *Revista de História*, n. 108, outubro-dezembro

1976: 555-562. Quanto à primeira metade do século XIX vide Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright, *Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil* (1808-1850), Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1972. Ronald de Carvalho. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 3º série, F. Briguiet, 1931. E. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance*, New York-London, Columbia University Press, 1966, cap. III: 58 e ss.

11. Sobre a influência de “l’ambiance” na formação do homem de Estado, cf. Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin, *Introduction à l’Histoire des Relations Internationales*, Paris, A. Colin, 1964: 367-373.

12. Era então o famoso “curral dos bichos”, como se chamava esse curso propedêutico de nível secundário (Spencer Vampé, “A gloriosa vida do Barão do Rio Branco”, *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, 1947, vol. XLII: 175).

13. Instituída, juntamente com a de São Paulo, de início em Olinda, a Faculdade de Direito já se encontrava, ao mudar-se o jovem Paranhos, localizada no Recife, para onde se transferira definitivamente em 1854 (Nilo Pereira, *Faculdade de Direito do Recife*, I, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Editora Universitária, 1977: 140).

14. Trabalho republicado nas *Obras do Barão do Rio Branco*, VII, Ministério das Relações Exteriores, 1947: 3-12.

15. Os “Episódios da Guerra do Prata” estão republicados nas *Obras Completas do Barão do Rio Branco*, VIII, Ministério das Relações Exteriores, 1948: 1-20.

16. O “Esboço Biográfico” se encontra reproduzido no volume VII das *Obras Completas do Barão do Rio Branco*, *op. cit.*: 13-86.

17. *A Vida do Barão do Rio Branco*, Senado Federal/Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1996: 21.

18. *Ibidem*: 68.

19. Hermes Viera, *A Vida e a Época do Visconde do Rio Branco*, São Paulo, T. Queiroz Editor, 1992: 439.

20. José Maria da Silva Paranhos, *Barão do Rio Rio Branco*, Brasília, FUNAG, 1995: 36.

21. *Ibidem*: 38.

22. Os comentários de José Honório Rodrigues estão reproduzidos, entre outros, no artigo sobre “Vultos da Historiografia Brasileira”, inserido in *Notícia Bibliográfica e Histórica* (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), n. 159, outubro-dezembro de 1995: 340-343.

23. Ministério das Relações Exteriores, FUNAG-IPRI, Brasília 1992: 7 e 8.

24. Rubens Ricupero, *op. cit.*: 47.

25. As questões propostas se enunciam na *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, maio-agosto de 1939: vol. 35. Fasc. II, . 382.

26. “Barão do Rio Branco”, *Revista da Faculdade de Direito*, *ibidem*. A dissertação de Paranhos Júnior foi republicada, a seguir, na mesma Revista.

27. Spencer Vampré, *op. cit.*: 23-24.
28. Álvaro Lins, Rio Branco, Brasília, FUNAG, 1995: 108-109.
29. A. G. de Araújo Jorge, *Rio Branco e as fronteiras do Brasil, op. cit.*: 16.
30. *Ibidem*, 18 a 21.
31. Luís Viana Filho, *op. cit.*:166-167.
32. A.G. de Araújo Jorge, *op. cit.*:19. São dados transcritos da Memória de Rio Branco sobre a delimitação argentina.
33. Luis Viana Filho, *op. cit.*. 166-167.
34. *Idem.*: 172.
35. Vide Jacques Monod, *Le Hasard et la Nécessité, Essai sur la philosophie naturelle de la biologie moderne*, Paris, Editions du Seuil, 1970: 29-33, 146-149.
36. Os precedentes e o conteúdo da “norma geral da diplomacia imperial” se encontram bem expostos e comentados in Synesio Sampaio Goes , *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*, Brasília, FUNAG-IPRI, 1991: 107-126.
37. Le Droit des Gens, II, Nouvelle édition, Paris, J. P. Aillaud, 1835, Livro III, cap. X, § 175.
38. Barão do Rio Branco , *Obras, I, Questões de Limites*, República Argentina, Ministério das Relações Exteriores, 1945:1.
39. *Ibidem*:20-21.
40. Frank Wooldridge, ”Uti possidetis doctrine”, *EPIL.*: 1259.
41. *Tratado de Direito Internacional Público*, II, 2º ed. , Rio de Janeiro, 1956: 130-131. Vide igualmente Julio A. Barberis, “La concepción brasileña del uti possidetis”, *Estudos em Homenagem a G. E. do Nascimento e Silva*, São Paulo, LTR, 2000: 34-47 (inclusive também in Liber Amicorum Mohammed Bedjaoui, 1999). Luis Ignacio Sanches Rodriguez, “Problemas de fronteras en América”, in *La Escuela de Salamanca*”, 1993: 93-137.
42. Textos reproduzidos na Primeira Memória sobre Questões de Limites, Guiana Francesa, *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. III, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945:1-9.
43. Artigo 1º do compromisso arbitral de 10 de abril de 1897. *Obras do Barão do Rio Branco, ibidem*,
44. *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. IV, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945
- 45 *Op. cit.*: 78.
46. Spencer Vapré, *op. cit.*: 34, 95 e 151.
47. Luís Viana Filho, *op. cit.*. 290-293.
48. Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*, 3º edição revista, São Paulo, Editora Globo, 2001: 668.
49. Luís Viana Filho, *op. cit.*: 302. J. G. Araújo Jorge, *op. cit.*: 99-100
50. Viana Filho, *op. cit.*: 331.
51. *Op. cit.*: 139.

52. *Ibidem*: 102.
53. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*, São Paulo, Perspectiva, 2001: 43.
54. “Política externa e identidade nacional brasileira”, *Política Externa*, vol. 9, n. 1, 2000: 28.
55. *Op. cit.*: 84.
56. A Memória constitui o volume II das *Obras do Barão de Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945, com 181 páginas, 14 documentos e 4 cartas geográficas.
57. *Apud*. João Hermes Pereira de Araújo, *Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1989: 153.
58. *Op. cit.*:101.
59. *Ibidem*.
60. *The Unwritten Alliance*, *op. cit.*: 122.
61. *A Identidade Internacional do Brasil*, *op. cit.*: 68
62. *Les Grands Cas de la Jurisprudence Internationale*, Paris, Les Editions Internationales, 1938: 42.

PALAVRAS PRONUNCIADAS POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO SOBRE O BARÃO DO RIO BRANCO

Brasília, 29 de agosto de 2002

ALVARO DA COSTA FRANCO

Cabe-me a honrosa e talvez não fácil tarefa de proferir as palavras de encerramento deste seminário. Durante dois dias propiciou este encontro a oportunidade de reconsiderar a figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Juca Paranhos, o filho e herdeiro de um dos maiores nomes do Segundo Império, o jovem jornalista e Deputado, o jovem interessado na história pátria, que nela entraria menos como historiador do que como o estadista responsável pelo traçado estável e definitivo de nossas fronteiras, como o diplomata que procuraria desenhar um novo perfil para o que hoje se chama a inserção internacional do Brasil, baseado em visão compreensiva do país e em intuição penetrante das tendências evolutivas do contexto internacional e das novas forças que se delineavam no cenário global.

O Centro de História e Documentação Diplomática acaba de reeditar uma série de artigos publicados pela *Revista Americana*, em 1913, em seu primeiro número depois da morte de Rio Branco, sobre sua vida e sua obra. Pareceu-nos interessante relembrar a visão que dele tinham seus contemporâneos nessa primeira avaliação coletiva do grande homem público. As contribuições, de nível desigual, são interessantes em seu conjunto porque revelam a opinião de uma época, marcada, é certo, por sentimento de vácuo criado pelo seu ainda recente falecimento. Dentro da tradição da *Revista Americana*, estão presentes, como neste seminário, autores latino-americanos: Gorostiaga, Juansilvano Godoy, Manuel Bernárdez e José Enrique Rodó.

A vida e a obra de Rio Branco foram, a seguir, amplamente estudadas. Em 1946, na seqüência das comemorações do centenário

de seu nascimento, publicou o Itamaraty uma bibliografia sobre Rio Branco organizada por Cláudio Ganns. Tem 86 páginas. Desde então, muitos e importantes trabalhos foram publicados. As exposições feitas neste seminário inscrevem-se, portanto, numa reflexão continuada de várias gerações sobre o estadista e sua contribuição para a construção do Brasil. Essa contribuição parece, até hoje, tão significativa, que justifica a revisão, no sentido literal de novo olhar, nova avaliação de sua figura e de seu papel para a projeção nacional e nossa política exterior. Foi com esse objetivo que aqui nos reunimos para ouvir a palavra ilustre de historiadores, diplomatas e homens públicos que reconstruíram a figura de Rio Branco, tal como nos aparece neste início do século XXI.

É notável que Rio Branco, que chegou, aureolado pela fama, 100 anos há, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, e faleceu 10 anos depois, intacto ou engrandecido seu nome, a despeito do ininterrupto exercício do poder, mantenha ainda hoje a aura que o cerca. Mudou o país, mudaram os observadores, mudou a perspectiva, mas Rio Branco não é uma estátua de cera no panteon dos heróis nacionais. Permanece vivo em seus ideais, em parâmetros de nossa política exterior, por ele traçados e até hoje vigentes, no instrumento de ação diplomática que forjou no Itamaraty, no papel simbólico que desempenha para a diplomacia brasileira.

Essa capacidade de sobrevivência merece ser estudada, explicada e acompanhada em sua evolução. É certo que Rio Branco já não tem no imaginário popular o papel que tinha em vida ou nos anos que sucederam sua morte. São mais de 500 as caricaturas e alegorias sobre sua pessoa na coleção de recortes de jornais dos anos em que foi Ministro. Sua figura era então utilizada na publicidade de produtos comerciais; o Museu de Aracati tem um curioso busto de cerâmica popular do ano de sua morte. Ainda assim, há um ano, o Clube do Garoto, uma associação popular do Rio, achou de homenageá-lo, em plena avenida de seu nome, ao meio-dia, com bateria de escola de samba e discursos. Há que buscar uma explicação para o notável e duradouro prestígio que cercou seu nome, num país pouco inclinado a cultuar heróis e a reverenciar qualidades intelectuais, e em que, freqüentemente, o exercício de uma alta função pública tem efeitos deletérios sobre as mais sólidas imagens e reputações.

Minhas funções no Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão dão-me o privilégio da vizinhança e convivência com a biblioteca e com os arquivos pessoais do Barão, depositados no velho Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro. O Centro desenvolveu uma pesquisa sobre as caricaturas e alegorias de Rio Branco, com base na imensa coleção de recortes de jornais de seu período de Ministro. Esse levantamento, que já serviu de base a uma pequena exposição itinerante, poderá ensejar um estudo sobre a construção da imagem do Barão, mas é trabalho que exigirá tempo e metodologia adequada. Estamos igualmente levantando os artigos de autoria de Rio Branco, publicados sob pseudônimo ou anonimamente, mas por ele identificados por suas iniciais à margem dos recortes. Essa vizinhança dá-me a possibilidade de consulta regular aos diários, assim impropriamente chamados os numerosos cadernos de anotações, fonte inestimável de informações sobre as preocupações do cotidiano de Rio Branco.

Minhas observações não serão originais, mas nem sempre aderem à imagem construída pelo que um colega mais antigo chamou alhures de culto ao Barão. Ao contrário da maioria dos intelectuais de sua época, Rio Branco aparece-me como um especialista, especialista em Brasil. Espírito pragmático, é pouco inclinado ao exame de teorias ou doutrinas. Aproveitara sua longa permanência na Europa para freqüentar arquivos e bibliotecas. Concentrara sua atenção e seus estudos no Brasil, na sua história e geografia, objetos de seu interesse desde jovem, paixão provavelmente estimulada pela distância, numa reação freqüente entre diplomatas, que encontram no estudo o solaz para a saudade, o “banzo” profissional que freqüentemente os afeta. Dir-se-á que Rio Branco era perfeitamente entrosado no mundo europeu. Se é verdade que, chefe de missão diplomática, tinha vida profissional e social ditada pelas obrigações do cargo, nos anos de Liverpool/Paris, vivia uma vida reclusa, de estudioso, cultivando poucos amigos brasileiros. Se assimilou gostos, padrões de vida e, possivelmente, uma disciplina de trabalho europeus, manteve por seus interesses intelectuais os mais estreitos laços com o Brasil.

O exame de sua biblioteca, tal como adquirida pelo governo brasileiro logo após sua morte, e incorporada à Biblioteca do Itamaraty,

confirma a concentração de seus interesses nos temas históricos e geográficos que o absorviam. Não sabemos se algumas obras deixaram de ser incluídas no lote de livros adquiridos, mas as referências bibliográficas de seus “caderninhos” apontam na mesma direção. São numerosas, mas voltadas sempre para os temas brasileiros de sua preferência. Os livros de direito parecem constituir um fundo mínimo indispensável a um diplomata. É notável a ausência de obras de belas letras, tanto em sua biblioteca quanto em suas anotações.

Homem do século XIX (o Barão morreu em 1912, dois anos antes do início da Primeira Guerra Mundial, verdadeiro término do século), Rio Branco o foi, no sentido mais conservador. Não se registra nenhum interesse ou mesmo simples curiosidade pelas novas idéias políticas ou sociais, tendências artísticas ou literárias. Ainda aqui o exame de sua livraria confirma o que já se sabia pela leitura de seus trabalhos. Tampouco revela sua biblioteca qualquer interesse pela geopolítica. Não se encontram ali as obras às vezes associadas a sua política, nem Ratzel, nem Mahan, nem Kjellen. Dessas existem na velha biblioteca do Rio de Janeiro, apenas os trabalhos de Mahan, incorporados ao acervo anos depois da morte do Barão e oriundas da Coleção Burlamaqui.

Como já foi notado, seu estilo, simples, despojado, sem efeitos retóricos, tão do gosto da época, bem reflete a objetividade e o sentido prático que orientam sua atividade intelectual e profissional

O que realmente caracteriza Rio Branco é sua capacidade de concentração no que terá sido sua única paixão: o Brasil. Pesquisador profundo de um campo de conhecimento, pôs sua experiência a serviço de uma causa, à qual dedicou integralmente seu tempo. Era capaz de concentrar sua ação no que lhe parecia essencial, buscando na cuidada e minuciosa execução das tarefas assumidas, esgotar o assunto, considerá-lo sob todos os ângulos, explorar todas as linhas de argumentação. Essas qualidades, demonstrou-as à exaustão na defesa dos direitos do Brasil nas Questões de Palmas e do Oiapoque.

Não perdia tempo com o que não lhe parecia relevante. Quem for buscar, na correspondência de sua missão em Berlim, análises sobre o Império alemão e sua política européia, sairá profundamente decepcionado. Rio Branco parece partir do princípio de que as inflexões

e matizes da política do *Kaiser* em nada alterariam a natureza das relações com o Brasil, sendo, portanto, irrelevantes para nós. Os únicos expedientes substantivos dizem respeito ao eventual interesse de capitais europeus no Acre.

Qual a origem e como se constitui a imensa popularidade do Barão em sua vida e seu duradouro prestígio? É certo que sua reputação e sua imagem pública foram construídas sobre o triunfo nas questões de limites, no reconhecimento de nossos direitos a centenas de milhares de quilômetros quadrados de território, triunfo que se deveu, seguramente, às qualidades acima apontadas. Creio, entretanto, que a solidez de seu prestígio se deveu à percepção de que possuía qualidades excepcionais, raras entre nós: profundidade e concentração no estudo das questões nacionais, simplicidade e objetividade. Haveria também o reconhecimento de seu exemplar espírito público, sua profunda identificação com o interesse do Brasil. Esse espírito público talvez tenha sido mal compreendido pelos que mais deveriam apreciá-lo: tenho para mim que muitas das alusões à distância e à frieza do Barão, ao não ter amigos, freqüentemente citadas, revelam a incompreensão dos que o viam sobrepor o interesse do Estado aos laços de simpatia e amizade. Não seria o caso de Graça Aranha e Oliveira Lima, desatendidos em suas pretensões na carreira?

Creio que o caráter compreensivo com que foi organizado o temário deste simpósio, a qualidade e profundidade das exposições não nos deixam margem para considerações adicionais sobre Rio Branco e a sua notável contribuição para a consolidação de nossas fronteiras, para a criação de novos parâmetros de nossa diplomacia.

Gostaria, apenas, para concluir, de lembrar que estamos, na realidade, comemorando o centenário do Itamaraty. Não do Ministério dos Negócios Estrangeiros, criado com a independência e rebatizado pela República como Ministério das Relações Exteriores, mas do Itamaraty, instrumento de ação diplomática moldado por Rio Branco, tendo presentes as tradições da diplomacia do Império, tão bem representadas pela imagem paterna, mas atualizado para um Brasil novo que se formava e para o Brasil com que o Barão sonhava. Rio Branco, que prezava a inteligência e o conhecimento, procurou, tanto quanto possível, adotar critérios de seleção de pessoal que,

embora talvez arbitrários, respondiam às necessidades de nossa diplomacia; organizou a memória de nossa Chancelaria, com a organização dos arquivos, a destinação de um prédio para a biblioteca, enriquecendo-lhe as coleções, com a aquisição da riquíssima livraria de Varnhagen, que se encontrava no Chile, cuidando de fazer copiar no exterior mapas essenciais à defesa de nossos interesses. Criou uma tradição de apreço e respeito pela inteligência e pelas qualidades intelectuais que ainda fazem deste Ministério um celeiro de servidores do Estado. Cristalizou princípios que ainda hoje inspiram nossa conduta internacional. Fixou um estilo para nossa diplomacia. Mas, sobretudo, dotou o Ministério de um espírito, em que patriotismo, hombridade, honestidade intelectual, profissionalismo são atributos tão importantes quanto inteligência, competência e informação. Legou-nos também um legítimo orgulho de nossa corporação, que, creio eu, faz com que o jovem que cruza os umbrais deste Instituto tenha a imediata consciência de que, ao ingressar num corpo de elite, tomou ordens para bem servir o Brasil.

Quero congratular-me com os organizadores deste seminário, bem como com todos e cada um dos participantes, pelo êxito alcançado. Creio que atingiu plenamente o objetivo de renovar nossa visão sobre a figura de Rio Branco e de abrir uma nova etapa para os estudos e pesquisa sobre o herói epônimo desta Casa.

BREVES CURRÍCULOS DOS
PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

“RIO BRANCO, A AMÉRICA DO SUL E
A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Diplomata de carreira. Atual Presidente da Academia Brasileira de Letras. Foi Embaixador do Brasil em Lagos, Lisboa, Bogotá e Assunção. Poeta e africanista, é autor, entre outras, das seguintes obras: *As Linhas da Mão, A Enxada e a Lança: a África antes dos Portugueses, As Relações entre o Brasil e África Negra, de 1822 à Primeira Guerra Mundial, O Vício da África e Outros Vícios* e *O Espelho do Príncipe (Memórias), Guimarães Rosa, poeta*. Dirigiu e foi o principal redator da parte brasileira da *Enciclopédia Focus*, Lisboa.

ALBERTO VENANCIO FILHO

Advogado militante. Membro da Academia Brasileira de Letras. Diretor Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 1966 a 1969. Professor do Instituto Rio Branco (1970-1975). Membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (1985-1986). Autor, entre outras, das seguintes obras: *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico* (1968), *Das Arcadas ao Bacharelismo* (1977) e *Notícia Histórica da Ordem dos Advogados do Brasil* (1983).

ALVARO DA COSTA FRANCO

Diplomata de carreira. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Exerceu funções no Brasil e no exterior, inclusive as de Embaixador em Bogotá, Berna, junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO), em Paris e em Atenas. Membro do Conselho Executivo da UNESCO. Foi Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Foi Presidente da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco (IRBr). Atual Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), da FUNAG.

AMADO LUIZ CERVO

Doutor em História pela Universidade de Strasbourg. Professor Titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Editor da *Revista Brasileira de Política Internacional*. Autor, entre outras, das seguintes obras: *O Parlamento Brasileiro e as Relações Internacionais*, *O Desafio Internacional: a Política Exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, *Depois das Caravelas: as Relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*, *História da Política Exterior do Brasil* (em co-autoria com Clodoaldo Bueno).

ARNO WEHLING

Diretor do Departamento de História e Decano do Centro de Ciências Sociais da Universidade Gama Filho. Professor Titular de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (aposentado). Presidente do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro. Livre-Docente em História pela Universidade de São Paulo (USP). Autor, entre outras, das seguintes obras: *História, Estado, Memória – Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, *Documentos Históricos do Brasil e Administração Portuguesa no Brasil 1777-1808*.

CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS

Embaixador de carreira, ocupa, atualmente, a função de Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do Itamaraty. Serviu nas missões diplomáticas do Brasil em Paris, Caracas, Roma e Genebra. Foi Chefe, substituto, do Departamento de Europa do MRE. Foi Chefe de Gabinete do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e Assessor Especial do Ministro da Agricultura. Em razão de sua experiência na área de política comercial, participou, convidado a título pessoal, de vários painéis do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

CARLOS HENRIQUE CARDIM

Diplomata de carreira. Atual Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Serviu nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires e Santiago. Professor do Instituto Rio Branco. Foi Diretor do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Foi Decano de Extensão da UnB e Presidente do Conselho da Editora UnB. Autor de tese “Rui Barbosa e a Política Exterior da República”.

CELSO LAFER

Atual Ministro de Estado das Relações Exteriores. Professor Titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Foi Ministro

de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Foi Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e às Nações Unidas em Genebra. Autor, entre outras, das seguintes obras: *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*, *A Reconstrução dos Direitos Humanos (um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt)*.

CLODOALDO BUENO

Professor Titular da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Livre-Docente pela UNESP. Entre outros, publicou os seguintes livros: *A República e sua Política Exterior, História da Política Exterior do Brasil* (em co-autoria com Amado Luiz Cervo), “Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964)”, in *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, “A Proclamação da República no Brasil e seus Efeitos nas Relações com a Argentina: um Interlúdio na Rivalidade”, in *A Visão do Outro: Seminário Brasil-Argentina*.

DANIEL LARRIQUETA

Economista pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Conferencista do Instituto do Serviço Exterior da Nação (ISEN), entidade que é a academia diplomática da Argentina. Diretor do Programa de Políticas do Estado na UBA. Foi Secretário de Produção para a Defesa e Secretário do Interior do Governo Federal. Autor, entre outros, dos seguintes livros: *La Argentina Renegada*, *La Argentina Imperial*, ambos publicados pela Editorial Sudamericana, *Manual para Gobernantes*, título da Editora De la Flor, em 2000.

FRANCISCO LUIZ TEIXEIRA VINHOSA

Professor Adjunto-Doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Autor, entre outros, dos seguintes livros: *A History of Brazil, 1500-2000* (em co-autoria com Joseph Smith), *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial – a Diplomacia Brasileira e as Grandes Potências*, *Brasil Sede da Monarquia. Brasil Reino. Administração Interna e Joaquim Nabuco em Washington, Guia de Pesquisa*.

GELSON FONSECA JUNIOR

Diplomata de carreira. Atual Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York. Mestre em Assuntos Latino-Americanos pela Universidade de Georgetown. Foi Professor do Instituto Rio Branco e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Foi Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Foi Assessor Especial do Presidente da República. Autor, entre outros, dos seguintes títulos: *Temas de Política Externa* (em co-autoria com Valdemar Carneiro Leão), *A Legitimidade e outras Questões Internacionais*.

JOÃO ALMINO

Diplomata e escritor. Entre seus livros incluem-se, na ficção, *A Trilogia de Brasília*, integrada pelos romances *Idéias para Onde Passar o Fim do Mundo* (1987), *Samba-Enredo* (1994) e *As Cinco Estações do Amor* (2001), e, na não-ficção, *Os Democratas Autoritários* (1980),

A Idade do Presente (1985), *Era uma vez uma Constituinte* (1985), *O Segredo e a Informação* (1986), *Naturezas Mortas* (1994) e *Brasil/EUA Balanço Poético* (1996). Doutor pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), foi Professor da UNAM (México), da UnB, bem como das Universidades de Berkeley e de Stanford. Foi Ministro-Conselheiro em Londres. Atual Diretor do Instituto Rio Branco.

JOÃO HERMES PEREIRA DE ARAÚJO

Diplomata de carreira. Foi Embaixador do Brasil em Bogotá, Buenos Aires e Paris. Atual Diretor do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty no Rio de Janeiro. Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor, entre outras, das seguintes obras: *A Processualística dos Atos Internacionais*, “Oswaldo Aranha e a Diplomacia” in *Oswaldo Aranha a Estrela da Revolução*, “Legado Colonial e Monarquia” in *História das Relações Internacionais do Brasil* e Prólogo in *Relação de uma Viagem: Venezuela, Nova Granada e Equador*, de José da Silva Lisboa.

JORGE VIANA

Governador do Estado do Acre. Foi Prefeito da cidade de Rio Branco. Engenheiro Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Prestou assessoria ao movimento dos trabalhadores rurais e seringueiros. Contribuiu com a criação e depois se tornou dirigente da Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), instituição voltada para o manejo e uso sustentável dos recursos florestais. Após a

experiência como Prefeito, atuou junto ao Ministério da Reforma Agrária na área municipal. Citado pela revista *Time* como uma das lideranças promissoras da América Latina.

JULIO MARÍA SANGUINETTI

Foi Presidente do Uruguai, Deputado Nacional, Ministro da Indústria e Comércio, e Ministro da Educação e Cultura. Foi colunista e membro do Conselho Diretor do jornal *El Dia*. Presidente Honorário do Centro Latino Americano de Jornalismo. Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de Gênova, Brasília e Moscou. Foi Presidente do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina, órgão da UNESCO. Autor, entre outras, das seguintes obras: *La Nueva Constitución*, *El Temor y la Impaciencia*. *Ensayo sobre las Transiciones Democráticas en América Latina*.

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

Diplomata de carreira. Atual Embaixador na Delegação Permanente do Brasil em Genebra. Foi Embaixador do Brasil na Cidade do México, em Madri e em Buenos Aires. Foi Assessor Especial do Presidente da República. Foi Professor de Relações Internacionais e História Diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Atuou em diversas funções no exterior. Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes.

MARIO GIBSON BARBOZA

Diplomata de carreira. Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores. Foi Embaixador do Brasil em Viena, Assunção, Washington, Atenas, Roma e Londres. Foi Chefe de Gabinete dos Chanceleres Raul Fernandes, Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Foi Secretário-Geral das Relações Exteriores. Chefiou várias Delegações do Brasil em conferências, reuniões internacionais e visitas oficiais. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Autor, entre outros títulos, do livro *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*.

MAX JUSTO GUEDES

Almirante. Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha. Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Nova de Lisboa. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor, entre outras, das seguintes obras: *O Descobrimento do Brasil*, *As Guerras Holandesas no Mar in História Naval Brasileira, Portugal-Brasil: A Era dos Descobrimentos*, *A Cartografia Holandesa do Brasil in O Brasil e os Holandeses 1630-1654* e *O Reinado de D. Pedro II e a Marinha do Brasil in D. Pedro II e sua Época*.

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

Diplomata de carreira. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas e Mestre em Planejamento Econômico pela Universidade de Antuérpia. Autor, entre outros, dos seguintes livros: *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas*, 2002, *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil:*

as Relações Econômicas Internacionais do Império, 2001, O Estudo das Relações Internacionais do Brasil, 1999, e Relações Internacionais e Política Externa do Brasil, 2002.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Diplomata de carreira. Atual Ministro da Ciência e Tecnologia. Foi Embaixador do Brasil em Moscou, Madri e junto às Nações Unidas em Nova York. Foi Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Ministro para Projetos Especiais. Foi Professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Autor, entre outros, dos seguintes títulos: *Notas sobre las Relaciones Norte-Sul y el Informe Brandt*, *Estudo das Relações Internacionais* e Prefácio à edição brasileira do livro de Hans Morgenthau *A Política entre as Nações*.

RUBENS RICUPERO

Atual Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Foi Ministro da Fazenda (1994) e Ministro do Ambiente e da Amazônia (1993). Diplomata de carreira, foi Embaixador do Brasil em Washington (1991-1993) e em Roma (1995), e Representante Permanente perante a Organização das Nações Unidas em Genebra (1987-1991). É Professor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Autor de várias obras sobre relações internacionais e desenvolvimento econômico.

STEVEN C. TOPIK

Professor da Universidade da Califórnia. Doutor em História pela Universidade do Texas. Autor, entre outros, dos seguintes livros: *The Political Economy of the Brazilian State 1889-1930*, *Trade and Gunboats: United States and Brazil in the Age of Empire*, *The Second Conquest of Latin America*, *Oil, Rope and Coffee* (em co-autoria com Allen Wells), *The World that Trade Created* (em co-autoria com Kenneth Pomeranz), co-editor e colaborador para o volume especial “Brazil in the 1890s” da revista *The Americas*.

SYNESIO SAMPAIO GOES FILHO

Diplomata de carreira. Atual Embaixador do Brasil em Bruxelas. Foi Embaixador do Brasil em Bogotá e em Lisboa. Curso de pós-graduação em Comércio Internacional no Ministério da Economia da França. Foi Chefe do Cerimonial da Presidência da República. Atuou em várias missões no exterior. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Autor, entre outros, do livro *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas – Formação Territorial do Brasil*, publicado em 2000 pela Editora Martins Fontes, São Paulo, SP.

THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

Diplomata de carreira. Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade Santa Úrsula. Foi Embaixadora do Brasil em Viena (como Embaixadora e Representante Permanente junto aos organismos do sistema da ONU sediados na capital austríaca), e em Moscou (e cumulativamente na Belarus, na Armênia, na Geórgia e no Cazaquistão). Teve várias funções na Secretaria de Estado, entre elas, a de Diretora

do Instituto Rio Branco. Presidiu a Delegação do Brasil a várias reuniões da OEA e da ONU sobre a situação da mulher, como a Conferência Mundial de Nairobi de 1985.

VICENTE MAROTTA RANGEL

Doutor em Direito pela Universidade de Paris. Foi Professor, Diretor e Chefe do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Foi Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores. É membro da Corte de Arbitragem da Haia. É autor, entre outras, das seguintes obras: *Do Conflito entre a Carta das Nações Unidas e os demais Acordos Internacionais*, *Natureza Jurídica e Delimitação do Mar Territorial*, *Le Federalisme Américain à la Conférence de Bogotá* e *Sobre la Efectividad de la Justicia en las Relaciones Internacionales*.

ANO 2002

FORMATO

15,5 x 23,0 CM

TIPOLOGIAS

CORPO DO TEXTO • AGARAMOND 11/9 PT

SUBTÍTULOS • SWISS 721 11/12 PT

PAPEL

CAPA • CARTÃO SUPREMO 250G

MIOLO • PRINTIMAX RIPASA 90G

544 PÁGINAS

FOTOLITO

ACE DIGITAL

PRODUÇÃO GRÁFICA

SÉRGIO BARROSO